

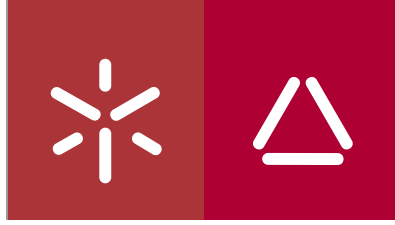


Francisca Gomes Torres Filha

**Gênero e participação política das
trabalhadoras rurais: O caso do P.A.
Sítio de Góis – Apodi/RN (NE – BR)**

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais





Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Francisca Gomes Torres Filha

**Gênero e participação política das
trabalhadoras rurais: O caso do P.A.
Sítio de Góis – Apodi/RN (NE – BR)**

Tese de Doutoramento
Ciências da Comunicação

Trabalho efetuado sob a orientação de
Professora Doutora Zara Pinto Coelho
Professora Doutora Ana Maria Brandão

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho:



Atribuição

CC BY

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

AGRADECIMENTOS

O resultado dessa tese é fruto de contribuições de diferentes teores. Nessa longa caminhada, contámos com uma excelente orientação, apoio, solidariedade, colo, crenças, fé e amor, muito amor.

Agradeço imensamente à minha orientadora, Professora Doutora Maria Zara Simões Pinto Coelho, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, pela excelente orientação e por ter aceitado trilhar esse caminho comigo sem nos conhecermos. Isso nos deu força para vencer os obstáculos e terminar a tese. Meu muito obrigada por sempre estar à disposição para contribuir com o trabalho com presteza e responsabilidade. Agradeço à minha outra orientadora, Professora Doutora Ana Maria Simões de Azevedo Brandão, do Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, por sua disponibilidade em caminhar comigo e por, com seus contributos, me orientar e ajudar a superar muitos percalços que, sem sua valiosa ajuda, não teria vencido.

Agradeço ao Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologias do Rio Grande do Norte (IFRN), especialmente ao professor José Yvan (*in memoriam*), por me proporcionar e incentivar a capacitar e por acreditar na educação e no profissional.

Meu muito obrigada aos meus familiares por sempre estarem comigo, me apoiando e ajudando a trilhar esse caminho. Tantos amigos – em especial Socorro Souza, sempre disponível – que se preocuparam, ajudaram e apoiaram, agradeço e apresento minha estima e apreço por essa ajuda.

Agradeço de todo o meu coração a disponibilidade das trabalhadoras rurais do Projeto de Assentamento Sítio do Góis, que aceitaram e tiveram a coragem e a ternura de compartilhar suas histórias de vida comigo. Sem essas mulheres e suas histórias de luta, nunca teria uma tese.

Ao Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi/RN (Edilson, Agnaldo e Ivone, especialmente), à Associação do Assentamento Sítio do Góis (a José Mário, *in memoriam*, especialmente) e às Organizações Não Governamentais, que nos disponibilizaram com muita simpatia e confiança seus documentos (atas, relatórios, fotos e outros).

Aos meus pais queridos (*in memoriam*), cujo amor levo junto do meu coração para sempre. Ao Padre Theodoro Snijders, que assumiu, com ternura e pulso firme, a função de “pai” no decorrer de quase toda minha vida.

“É melhor morrer na luta do que morrer de fome.”

Margarida Maria Alves, líder sindical assassinada em 1983 em Alagoa Grande, Paraíba/BR.

Dedico às trabalhadoras rurais, com carinho e gratidão.

Este trabalho foi apoiado pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, em programa de cooperação internacional com a Universidade do Minho, custeado conforme a Resolução N° 67/2011 – CONSUP/IFRN, atualizada pela Resolução n° 31/2014 – CONSUP/IFRN.



DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Gênero e participação política das trabalhadoras rurais: O caso do P.A. Sítio de Góis – Apodi/RN (NE - BR)

Resumo

A pesquisa consiste em um estudo de caso, de cunho qualitativo, cujo objetivo foi analisar se os processos de empoderamento das trabalhadoras rurais assentadas via Reforma Agrária no Projeto de Assentamento (PA) Sítio do Góis, localizado em Apodi, Rio Grande do Norte, Brasil, contribuíram para fortalecer seu acesso e participação nos espaços de tomada de decisão nos âmbitos doméstico e social. Serão apresentadas reflexões sobre gênero e empoderamento, bem como sobre o acesso e a participação política das trabalhadoras rurais em assentamentos de Reforma Agrária. O aporte teórico acerca dos conceitos de gênero e empoderamento nos quais este estudo se fundamentou foi dado, entre outros, por Scott (1995), Bourdieu (2012; 1983), Antunes (2002), Iorio (2002) e Sardenberg (2011). A observação participante, atas, relatórios, questionário sociodemográfico e, principalmente, a entrevista de história de vida constituem as técnicas de coleta e produção de dados utilizadas. A análise das entrevistas foi feita à luz da *Grounded Theory* (GT) ou Teoria Fundamentada em Dados. Já para analisar as atas e relatórios, fez-se uso da análise de conteúdo. O mosaico teórico proposto por Becker (1993) foi o instrumento utilizado para articular os dados produzidos durante a pesquisa, possibilitando vislumbrar o objeto de estudo numa perspectiva mais abrangente e contribuindo para a compreensão do quadro de análise como um todo.

Da análise dos dados, percebeu-se alguns avanços no que concerne à participação das trabalhadoras rurais nos espaços públicos. Algumas reivindicações das mulheres tiveram êxito, expresso em melhorias em suas vidas, entre as quais, título da terra conjunto, aposentadoria e salário maternidade. Percebeu-se, ainda, que a luta por igualdade de direitos e pelo fortalecimento da visibilidade das mulheres rurais na esfera pública avançou, no sentido de romper com o passado patriarcal e a vigente estrutura androcêntrica. A organização das mulheres rurais e sua participação nos movimentos sociais contribuíram para redefinir sua posição dentro da família, do casamento, da comunidade e no espaço público em geral, invertendo uma ordem patriarcal socialmente incrustada. Foi possível perceber que, aos poucos, as mulheres rurais vão escalando os degraus de uma escada cujo topo é sua emancipação, e nisso consiste o empoderamento. Conclui-se que o processo de empoderamento das mulheres rurais pode reconstruir seu acesso, posição e influência nos espaços públicos onde vivem e atuam, além de possuir a capacidade constitutiva de fomentar sua participação cidadã.

Palavras-chave: Acesso; empoderamento; gênero; história de vida; participação política; trabalhadoras rurais.

Gender and political participation of female rural workers: the case of Sítio do Góis – Apodi/RN (NE – BR)

Abstract

The research consists of a qualitative case-study whose objective was to analyze whether the empowerment of rural women workers in the Settlement Project (PA) Sítio do Góis, located in Apodi, Rio Grande do Norte, Brazil, contributed to strengthen their access and participation in decision-making in the domestic and social domains. Reflections on gender and empowerment will be presented, as well as on access and political participation of rural women workers in Agrarian Reform settlements. Theoretical approaches on gender and empowerment on which this study was based include, among others, Scott (1995), Bourdieu (2012; 1983), Antunes (2002), Iorio (2002) and Sardenberg (2011). Participant observation, meeting briefings, reports, sociodemographic questionnaire and, mainly, life-story interview were the data collection techniques used. The analysis of the interviews was made in the light of *Grounded Theory* (GT) procedures. To analyze the meeting briefings and reports, content analysis was used. The theoretical mosaic proposed by Becker (1993) was the concept used to articulate the research data, making it possible to observe the object of study in a more comprehensive perspective and contributing to the understanding of the analysis framework as a whole.

Data analysis shows some advances regarding the participation of rural women workers in public spaces. Some women's claims have been successful, resulting in life improvements, such as joint land title, retirement and maternity salary. It was also noticed that the fight for equal rights and an enhanced visibility of rural women in the public sphere has allowed them to break away from a patriarchal past and the current androcentric structure. The rural women's organization and participation in social movements contributed to redefine their position within the family, marriage, the community and in the public space, in general, inverting a socially encrusted patriarchal order. It was possible to realize that rural women are climbing the steps of a ladder whose top is their emancipation and empowerment. It is concluded that the empowerment of rural women can reconstruct their access, position and influence in the public spaces where they live and work, and has the constitutive ability to foster their citizenship.

Keywords: Access; empowerment; gender; life history; political participation; rural women workers.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1. MOVIMENTO SINDICAL E A LUTA PELA TERRA NO BRASIL	13
1.1. O Sindicalismo Rural no Brasil	14
1.2. A Igreja Católica e os movimentos sociais no campo	21
1.3. Conflitos e a Reforma Agrária no Brasil.....	26
1.4. A categoria <i>sem terra</i>	31
1.5. O sindicalismo rural: o caso de Apodi/RN.....	33
1.6. O movimento sindical rural e a participação das trabalhadoras rurais: as comissões de mulheres	37
CAPÍTULO 2. MULHERES EM ASSENTAMENTOS RURAIS DE REFORMA AGRÁRIA: GÊNERO, EMPODERAMENTO E PARTICIPAÇÃO.....	41
2.1. Gêneros, patriarcado e violência simbólica: categorias de análise	44
2.2. Mulheres em áreas rurais e a luta por representação em espaços de poder	59
2.3. Agricultura familiar e gênero: a construção da visibilidade das trabalhadoras rurais.....	68
2.4. Representação e participação política das mulheres: apontamentos reflexivos.....	71
2.5. Subalternidade das trabalhadoras rurais, espaços e práticas de resistência no Assentamento Sítio do Góis.....	87
2.6. O empoderamento: definições e conceitos.....	90
2.7. As práticas feministas associadas ao conceito de empoderamento	94
2.8. O empoderamento como abordagem: desenhando o modelo de análise	100
CAPÍTULO 3. AGRICULTURA FAMILIAR, TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS NO NORDESTE	114
3.1. Agricultura brasileira, nordestina e potiguar: breves apontamentos	115
3.2. A agricultura familiar brasileira: contexto, debates e reflexões	120
3.2.1. O papel e a luta das trabalhadoras rurais na agricultura familiar pela visibilidade e reconhecimento	126
3.3. Os movimentos específicos de mulheres como prática de empoderamento e de visibilidade da mulher na agricultura familiar	130
3.4. Modelos de projetos de assessoria, formação e capacitação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais: o P.A. Sítio do Góis e o Projeto Dom Helder Câmara.....	139
CAPÍTULO 4. METODOLOGIA: DESENHOS E CAMINHOS SEGUIDOS	148
4.1. Desenho metodológico da pesquisa.....	150
4.2. Estudo de caso: o P.A. Sítio do Góis	157
4.3. Observação participante.....	162
4.4. Entrevistas de História de Vida: adequação a esse estudo, natureza, processo de aplicação e análise à luz da <i>Grounded Theory</i>	162
4.4.1. Entrevistas de História de vida: processo de análise à luz da <i>Grounded Theory</i>	170

4.5. Questionários sociodemográficos e apresentação dos seus resultados: perfil das entrevistadas	178
4.6. Documentos: natureza, recorte e análise de conteúdo	185
4.7. O processo de investigação: limites, contributos e prática	188
CAPÍTULO 5. AUTO-ORGANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS TRABALHADORAS RURAIS DO GRUPO UNIDAS PARA VENCER DO P.A. SÍTIO DO GÓIS – APODI/RN	193
5.1. A ocupação da terra, a luta, a posse e a organização do P.A. Sítio do Góis: e o sonho se torna realidade.....	194
5.2. O acesso e a participação no sindicato: ele é nosso, ele é de todos e todas!	199
5.3. O (não) lugar da mulher na organização, no acesso ao crédito, na produção e na representação política.....	207
5.4. O lugar da mulher no P.A.: o acesso ao crédito, atividades produtivas e reprodutivas	216
5.4.1. O lugar da mulher no P.A. e as percepções do trabalho que executam: tudo muda, mas tudo permanece igual	221
5.5. Como juntas se fizeram sujeitos e protagonistas de suas vidas: e o grupo “se fez ver”	227
5.6. O processo de capacitação/empoderamento das agricultoras do P.A. Sítio do Góis.....	237
5.7. O processo foi assim... A entrada no grupo: por que entrou, quem incentivou, o que pensava do grupo.....	246
5.8. As mudanças: como “se” mudando transformamos a vida	254
5.9. O futuro pensado, sonhado e previsto: a luta é contínua	262
CONCLUSÕES.....	270
REFERÊNCIAS	284
APÊNDICES	296
Apêndice 1 – Guião de entrevista de história de vida.....	296
Apêndice 2 – Questionário de caracterização sociodemográfica	298
Apêndice 3 – Tabela de caracterização sociodemográfica das entrevistadas.....	300
Apêndice 4 – Listagem de categorias de análise principais e subcategorias presentes nas entrevistas de história de vida.....	302
Apêndice 5 – Ata de Posse da Comissão de Mulheres 2008.....	304
Apêndice 6 – Cédula de votação das eleições de 2008 do Sindicado dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi	305
Apêndice 7 – Ata com a Programação do X Encontro de Trabalhadoras Rurais de Apodi/RN.....	306
Apêndice 8 – Termo de abertura do 1º livro de ata do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Apodi/RN	307
Apêndice 9 – Ata de Fundação do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Apodi/RN	308

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEGRE	Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia
AIMTR–Sul	Articulação das Instâncias das Mulheres Trabalhadoras Rurais–Sul
APIPSA	Associação Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
ATGP	Assistência Técnica Gerencial e Pedagógica
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CF8	Centro Feminista 8 de Março
CM	Comissão de Mulheres
CMMTR	Comissão Municipal de Mulheres Trabalhadoras Rurais
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNMTR	Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNTR	Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOPERVIDA	Cooperativa de Assessoria e Serviços Múltiplos para o Desenvolvimento Rural
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DAS	Diagnóstico de Sistemas Agrários
FAGES	Núcleo de Família, Gênero e Sexualidade
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FETAG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FETARN	Federação Estadual dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Norte
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FISP	Fundo de Investimento Social e Produtivo
FOAFAP	Fórum da Agricultura Familiar de Apodi
FPPT	Federação dos Pequenos Proprietários de Terras
FRUNORTE	Frutas do Nordeste Lda
FTA	Federação dos Trabalhadores Autônomos
FTR	Federação dos Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Norte
FUMAC	Fundo Municipal de Apoio Comunitário
FUNRURAL	Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
GEF	Fundo Mundial para o Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada
JAC	Juventude Agrária Católica

MAB	Movimento de Atingidos por Barragens
MAISA	Mossoró Agroindustrial S.A
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEB	Movimento de Educação de Base
MEB	Movimento de Educação de Base
MIQCB	Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu
MMA	Movimentos de Mulheres Agricultoras
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MMM	Marcha Mundial das Mulheres
MMTR	Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MMTR-NE	Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais – Nordeste
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento do Sem Terra
MSTR	Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais
NEAD	Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
P1MC	Programa 1 Milhão de Cisternas
PAPP	Projeto de Apoio aos Pequenos Produtores
PBQ	Programa Brasil Quilombola
PDA	Projetos de Desenvolvimento de Áreas
PDHC	Projeto Dom Helder Câmara
PDS	Programa de Desenvolvimento Solidário
PL	Projetos de Lei
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
Pnater	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNRA	Plano Nacional da Reforma Agrária
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPIGRE	Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAT	Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
REDOR	Rede Feminista Norte Nordeste de Estudos sobre a Mulher e Relações de Gênero
SAR	Serviço de Assistência Rural
SEAP	Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos do Campo
SOF	Sempreviva Organização Feminista
SOS CORPO	Instituto Feminista para a Democracia
SPM	Secretaria de Políticas para Mulheres
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Cartaz dos 100 anos de Canudos	29
Figura 2 – Cartaz do IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais	38
Figura 3 – Escada de participação cidadã	81
Figura 4 – Modelo de análise.....	103
Figura 5 – Desenho metodológico da pesquisa	152
Figura 6 – Reunião do grupo de mulheres Unida para Vencer – sede do P.A. Sítio do Góis	178
Figura 7 – Pátio.....	179
Figura 8 – Vista de acesso ao pátio.....	179
Figura 9 – 1ª Escola Municipal de Ensino Fundamental	183
Figura 10 – Nova Escola Municipal de Ensino Fundamental	183
Figura 11 – Organização de informações sobre as atas.....	187
Figura 12 – Codificação dos dados dos documentos	188
Figura 13 – Placa de identificação do P.A. Sítio do Góis	193
Figura 14 – Casas de taipa onde moravam antes do assentamento.....	195
Figura 15 – Interior de uma das casas onde moravam antes do assentamento	195
Figura 16 – Sede do time Flamengo	197
Figura 17 – Sede do time Botafogo.....	197
Figura 18 – Igreja Católica.....	198
Figura 19 – Cemitério da comunidade	198
Figura 20 – Interior do cemitério.....	198
Figura 21 – Cartaz do 12º Congresso da CONTAG	202
Figura 22 – Reunião do Fórum da Agricultura Familiar de Apodi – FOAFAP	204
Figura 23 – Campanha da fraternidade de 1990.....	208
Figura 24 – Participação do grupo de mulheres na feira do município de Apodi/RN	221
Figura 25 – Placa de identificação do grupo de mulheres Unidas para Vencer	227
Figura 26 – Mosaico das marchas e jornadas das Margaridas.....	228
Figura 27 – Participação na Marcha das Margaridas (2003).....	229
Figura 28 – Agricultoras reunidas durante a Marcha das Margaridas (2003)	229
Figura 29 – Reunião do grupo de mulheres do Grupo Unidas para Vencer – P.A. Sítio do Góis	231
Figura 30 – Vídeo debate de um curta metragem – Vida Maria	232
Figura 31 – Caprifeira do P.A. Sítio do Góis.....	236
Figura 32 – Visita de intercâmbio ao município de Lucrécia/RN para conhecer experiências exitosas em comercialização do mel	249
Figura 33 – Agricultores em foto na associação comunitária de Lucrécia/RN	249

Figura 34 – Visita do grupo de hortas ao local onde seria implantado o projeto.....	251
Figura 35 – Projeto de hortas orgânicas.....	252
Figura 36 – Apresentação da experiência produtiva e a gestão do projeto em eventos	253
Figura 37 – Montagem dos produtos para a feira no município de Apodi/RN.....	253
Figura 38 – Participação na feira no município de Apodi/RN.....	253

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Grau de envolvimento popular no processo de tomada de decisão	84
Tabela 2 – Dimensões e variáveis utilizadas nas análises	177
Tabela 3 – Grau de escolaridade em função da idade	182
Tabela 4 – Apuramento dos dados das atas de Eleições da diretoria executiva do STTR de Apodi/RN de 1963 – 2016	199
Tabela 5 – Apuramento dos dados das atas de Eleições da diretoria executiva e do conselho fiscal da Associação do P.A. Sítio do Góis de 1998–2016.....	207

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Grau de Escolaridade.....	182
Gráfico 2 – Renda pessoal das entrevistadas	185

INTRODUÇÃO

Foi a partir de 1990, durante a graduação em Ciências Sociais, que surgiu o interesse pelas relações sociais no mundo rural. Primeiramente, procurando entender sua forma de organização em associações de forma geral. Depois, no mestrado, buscando compreender como se davam as relações de gênero na agricultura, notadamente a partir do trabalho que as agricultoras realizavam. Os condicionantes pessoais se referem às nossas raízes rurais. Inevitavelmente, tais raízes sempre estarão presentes na memória, pessoal e profissional, que se constrói com o percurso.

Para a realização dessa investigação, a pergunta de partida, ou problema, resultou de pesquisas anteriores e indagações próprias. No decorrer das investigações anteriores, ficamos a pensar sobre a participação das mulheres rurais: com tantos afazeres domésticos (casa, crianças, idosos, quintais e animais), descasos, esquecimentos por parte do Estado e da própria representação sindical, como podem ser ouvidas, como seus balbucios são ouvidos, etc. Entendemos ser muito importante verificar a possibilidade de essas mulheres poderem pautar suas demandas e, principalmente, reconhecerem que existia uma opressão estruturada que, muitas vezes, não conseguiam ver. Notamos que o acesso, a participação e a representação política das trabalhadoras rurais ainda era um gargalo, tanto nos espaços microssociais (e.g., casa, lote), quanto nos macrossociais (e.g., sindicato).

Nesse contexto, surgiu a pergunta que norteou nossas reflexões e análises, que é: os processos de empoderamento de trabalhadoras rurais contribuem (ou não) para o fortalecimento do acesso e participação política das trabalhadoras rurais nos espaços micro e macrossociais (privados e públicos)?

A partir dessa indagação, escolhemos focar nosso objetivo na verificação e análise dos processos de empoderamento das trabalhadoras rurais e na contribuição desse empoderamento para o fortalecimento da sua participação nos arranjos domésticos, no assentamento (associação, grupo de mulheres, na família) e no Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi/RN (STTR), principalmente no Fórum de Agricultura Familiar de Apodi (FOAFAP), na diretoria executiva e na comissão de mulheres. O *locus* da investigação foi o Projeto de Assentamento (P.A.) Sítio do Góis, localizado em Apodi, Rio Grande do Norte, Brasil.

Esse estudo constitui um estudo de caso, de cunho qualitativo, no qual usamos como técnicas de coleta de dados a observação participante, o questionário especialmente voltado para a coleta de dados sociodemográficos, e a entrevista, especificamente, a entrevista de história de vida que foi a principal técnica que usamos na recolha de dados. Para analisar as histórias de vida, foram utilizados os procedimentos e técnicas à luz na *Grounded Theory (GT)* ou Teoria Fundamentada em Dados. A Teoria

Fundamentada em Dados nos ofereceu aportes para a compreensão da realidade a partir da percepção ou dos significados que determinados contextos ou objetos têm para os sujeitos, favorecendo o conhecimento e a compreensão, nos proporcionando um guia significativo para a ação.

Para proceder às análises das atas e relatórios, a técnica utilizada foi a análise de conteúdo categorial, que permitiu desvelar a presença e a participação das mulheres nos espaços internos e externos de representação dos agricultores e agricultoras, a partir dos elementos do posicionamento organizacional (acesso, participação e intervenções das mulheres). A articulação dos dados recolhidos foi feita a partir do mosaico teórico proposto por Becker (1993). O mosaico teórico possibilitou vislumbrar o objeto de estudo numa perspectiva abrangente e ampla, contribuindo para a compreensão do quadro de análise como um todo.

O nosso interesse em investigar o problema em causa se atrela também às especificidades e singularidades do espaço rural brasileiro. Concentração de terras, uso excessivo de recursos naturais e aniquilamento de populações indígenas, em sintonia com uma persistente lógica colonialista, fazem parte da trajetória do campo brasileiro, também marcada por conflitos e lutas populares que revelam a resistência dos trabalhadores e trabalhadoras rurais através de reivindicações por acesso à terra, igualdade e direitos básicos, como educação e saúde.

No Brasil, é significativa a parcela da população vivendo em áreas rurais, sendo a região Nordeste a que possui a maior proporção de pessoas morando no campo, em comparação com as restantes regiões do País. O município de Apodi/RN, onde a pesquisa se realizou, inclusive, tem como forte arranjo produtivo a agricultura, sendo as dimensões da área rural marcantes em relação à área urbana. A organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do município, por sua vez, constitui-se como uma referência em termos de movimentos do campo. Especificidades em diversos níveis marcam o mundo rural nordestino brasileiro, nomeadamente históricas, sociais, culturais, políticas e ambientais. Faz-se necessário, portanto, considerar e debater esses aspectos, no sentido de colaborar com a construção do quadro que modela a nossa análise sobre o acesso e a participação das trabalhadoras rurais a partir de um processo de empoderamento.

Percebe-se a necessidade de ultrapassar a visão do campo como uma mera contraposição ao urbano ou a uma etapa que o precede e para ele progredirá indubitavelmente, abandonando estereótipos que ignoram a construção do meio rural como um espaço físico dotado de particularidades e como um lugar de produção de vivências. Processos sociais e históricos moldam o modo de viver e de se relacionar das populações do campo, indicando o aspecto dinâmico de técnicas, valores, racionalidades, sociabilidades

e identidades rurais, que se reestruturam e apresentam sua resistência à homogeneização com o modo de vida urbano. Assim, estudar a organização das trabalhadoras rurais em busca de seu lugar social e produtivo é extremamente relevante.

Pensando nessa conjuntura do urbano como um padrão a ser seguido, estereótipos negativos atribuídos ao espaço rural se estendem para a construção social de vivências e da própria identidade dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Os povos do campo são compreendidos, desse modo, como atrasados, analfabetos e pobres, estigma cujo rompimento é foco dos movimentos sociais rurais.

No que se refere à educação para o campo, existem, inclusive, correntes que defendem que as populações rurais não carecem de estudos, excluindo-as da educação formal e limitando-as ao aprender a ler e a somar, uma vez que a única prioridade seria a sobrevivência (Antônio & Lucini, 2007). Para as mulheres, a situação se agrava ainda mais, na medida em que se entende que elas não precisam de aprender nem a ler, nem a somar, já que isso não lhes compete, não lhes é necessário ou exigido. Como veremos na pesquisa, percebe-se que o índice de mulheres analfabetas é significativo na amostra estudada. As relações rurais são fortemente patriarcais, a dominação masculina está corporificada nos *habitus*, sujeitando as mulheres ao confinamento doméstico, à normalidade de uma dupla, tripla jornada de trabalho, impedindo-as, de forma velada, de ter acesso a diferentes espaços de participação e representação. Quando a auto-organização das mulheres pauta esse debate a partir da realidade e sentimentos das mulheres, buscando compreender o gênero como categoria de análise, com todas as especificidades inerentes a esse conceito, e, especialmente, concebendo-o como passível de reversão e redefinição e não mais uma estrutura que se reproduz de forma automática, adquire uma importância simbólica e material para as trabalhadoras rurais. Nesse sentido, procuramos seguir um caminho que permitisse entender os processos de empoderamento das mulheres a partir de um contexto que refletisse sobre as especificidades de ser trabalhadora rural numa região e realidade histórica e organizacional específica, que é a nordestina.

Com base na consecução dos objetivos estipulados, organizamos o trabalho em cinco capítulos.

No primeiro capítulo, direcionamos a discussão para o debate sobre as origens, os fatores determinantes e os atores principais, como Igreja Católica, partidos, Organizações Não Governamentais (ONG), do surgimento e da consolidação do sindicalismo rural no Brasil. Essa foi uma tarefa um tanto desafiadora, pois, além da diversidade de autores e posições sobre o assunto, as próprias contradições internas desses movimentos e as suas relações com as conjunturas de então, e com as atuais, complexificaram o processo. Apesar disso, conseguimos fazer um recorte da realidade de modo a apresentar o contexto

na perspectiva de situar nosso objeto de análise dentro dessa complexidade que explica e situa o surgimento do sindicalismo no Brasil e no espaço rural, especialmente na região Nordeste.

No caso de muitos povos, a urbanização não chegou a se fazer presente em seu transcurso histórico, que se construiu marcado pela vida nas florestas e no meio rural, o que aponta para uma não linearidade no modo como as sociedades avançam na história. Nos casos em que esta transição para o urbano ocorreu, não se observa um padrão. Culturas locais e exteriores desempenharam um papel decisivo em termos de elementos que impulsionam essa transformação. É necessário perceber que muitas nações sequer chegaram a essa virada – e à consequente supremacia da população urbana em relação à rural – e talvez nem chegarão, dada a não linearidade. No entanto, é possível observar alguns elementos comuns nesses processos de transição, algo que pode ser compreendido de forma aprofundada partindo das contribuições de autores como Hobsbawm (1996).

Com o capitalismo tomando consistência, a produção de excedente e o surgimento de produtos exóticos alavancaram o comércio, e a burguesia nascente, a indústria e a consequente agregação de valor aos produtos primários oriundos da produção agrícola ampliaram as perspectivas de mercado e também a sujeição à economia industrial em escala mundial. A agricultura foi se moldando às demandas da indústria e do comércio, sendo que a pressão por resultados cada vez mais rápidos e por uma maior quantidade de produtos ocasionou mudanças nas relações de trabalho e choques culturais que puseram em tensão as relações no meio rural. Declinaram, então, os laços tradicionais entre os seres humanos e a terra, na medida em que se adotava o padrão capitalista de produção. Nesse contexto, desenvolve-se o capitalismo, com suas contradições e relações de trabalho. Apesar das modificações nas relações de produção na zona rural, fenômeno ocorrido no meio urbano pelo estímulo da Revolução Industrial, elas aconteceram de forma desigual em tempo e em proporção nos dois ambientes.

Assume-se que a organização sindical emergiu tendo como uma das bases a Revolução Industrial, com vistas a atender a uma demanda surgida a partir dos pontos de tensão entre a classe detentora dos meios de produção e o operariado. Nesse sentido, a despeito de suas especificidades, no que diz respeito às formas de organização e luta, o campo sofreu grande influência ou, na verdade, pressão do meio urbano industrial, sobretudo no tocante à sua forma de produzir. Isso contribuiu para que desigualdades internas se tornassem cada vez mais evidentes, o que, posteriormente, também impulsionaria a organização sindical.

No segundo capítulo, expomos o marco teórico da investigação. Apresentamos e discutimos os principais conceitos, a saber, gênero, patriarcado, poder, acesso, participação política e empoderamento, que

enformaram a nossa reflexão e análise. Para iniciarmos as reflexões, nos debruçamos primeiramente nos conceitos de gênero e patriarcado. Esses dois conceitos – seus entrelaçamentos e, por vezes, dicotomias – nos ajudaram a refletir e entender a subalternidade (o desempoderamento) das mulheres trabalhadoras rurais. Em suas diferentes abordagens, o conceito de gênero funciona como um significativo suporte para a reflexão sobre androcentrismo, relações de dominação e opressão entre homens e mulheres, auxiliando na compreensão de como essas relações são elaboradas e socialmente reproduzidas. Tal processo se desenvolve por meio da corporificação de uma série de elementos comportamentais, entendidos como naturais pelo senso comum. Ao naturalizar as relações de opressão e dominação, impede-se a compreensão de que tais disparidades entre gêneros são constructos sociais, capazes de reforçar e perpetuar injustiças entre homens e mulheres. No entanto, essas relações são passíveis de redefinições e reelaborações a partir de um processo de análise e transformação das práticas sociais.

Analiticamente, a partir de um processo de questionamento, o conceito permite a compreensão e desconstrução das percepções e práticas socialmente vinculadas a homens e mulheres. Desse modo, questiona-se (e desmistifica-se) também o lugar da mulher e do homem, sua separação, hierarquização e diferente valoração. Ao invés de reforçar dicotomias como público/privado, homem/mulher, sujeito/objeto, produtivo/reprodutivo, dominantes/dominados, a pesquisa busca romper com essas formas de binarismos, entendendo essas esferas como espaços não isolados de atuação, mas sim que se interpenetram, interferindo umas nas outras. Muitas vezes, tarefas atribuídas às mulheres, tais como, trabalho doméstico, cuidado com os filhos e com idosos, dificultam a sua participação em reuniões, fóruns e outros espaços de representação.

No sentido de compreender essa realidade, o conceito de gênero traz significativas contribuições enquanto categoria de análise. Compreender as relações entre trabalhadores e trabalhadoras rurais auxiliará na elucidação da dominação, opressão e invisibilidade das trabalhadoras rurais nas áreas de assentamentos rurais, de modo especial em espaços de poder e representação. Dessa forma, observa-se como o modo pelo qual se dão essas ligações fortalece, significa e ressignifica as relações de poder entre homens e mulheres. O gênero é, então, compreendido, neste trabalho, como um elemento constitutivo das relações sociais estruturadas e estruturantes da dominação masculina. Em outras palavras, a compreensão de gênero utilizada no decorrer do trabalho inclui seu papel estruturado pelas próprias relações humanas e sociais e também como condicionador dessas relações.

As ideias de Pierre Bourdieu (2012) surgem em sintonia com esses apontamentos, uma vez que o autor postula a ordem masculina como algo corporificado, atingindo homens e mulheres. Apesar de vivenciarem a dominação, as mulheres também se configuram como sujeitos neste fenômeno, são dominadas, mas ainda sujeitos que podem reconstruir espaços de opressão como lugares de resistência, luta e exercício de poder (Louro, 1997). A categoria gênero apresenta-se, então, como um fator de “poder”, através do qual se torna possível discutir as estruturas simbólicas (componentes representacionais) que se materializam a partir das relações sociais, organizando e mantendo as desigualdades entre homens e mulheres, sustentando as relações de poder constituídas com base nas diferenças percebidas e atribuídas a uns e outras.

Na discussão sobre o conceito de patriarcado, apresentamos contributos para a reflexão sobre o papel das dinâmicas sociais, organizadas a partir da figura masculina e os contributos para o sistema social de opressão das mulheres. Atrémos essa discussão às reflexões sobre gênero, já que salienta a hegemonia do discurso patriarcal como elemento que ainda existe e que reforça a naturalização da ordem de gênero. Apresentamos que, mesmo reconhecendo que existe um processo de resistência das mulheres à opressão patriarcal que lhes tem sido imposta há séculos, as relações patriarcais se mantêm. Nesse sentido, achamos pertinente entender o *modus operandi* do circuito patriarcal para o desvendamento das relações de gênero e poder nas áreas rurais. Piscitelli (2004) enfatiza o quão relevante é compreender que o conceito de patriarcado objetiva demonstrar que a subordinação das mulheres não é natural e que é possível combatê-la. Ressalta, ainda, a importância de as políticas públicas serem pensadas a partir de uma perspectiva de gênero, pois a inclusão desse debate no planejamento de políticas públicas é de suma importância para o empoderamento e a autonomia das mulheres.

As relações de poder entre os gêneros possuem múltiplas apresentações no campo, de modo especial no modelo de produção familiar, variando desde relações políticas micro e macrossociais a relações familiares cotidianas. Sendo circular, o poder faz-se presente em todas as relações sociais, da mais micro à mais macro. Todavia, entende-se esse poder de modo não estático ou imóvel. Observa-se, então, a importância do processo de formação das trabalhadoras rurais com o objetivo de viabilizar seu empoderamento, partindo da auto-organização.

Visto aqui como um processo de conquista de autonomia e autodeterminação das mulheres do ponto de vista social, econômico e político, o empoderamento é também entendido como um processo conflituoso, considerando sua capacidade de gerar mudanças, redefinições nas relações de poder. Por outro lado,

esse processo é relevante para a representação política das trabalhadoras rurais assentadas de Reforma Agrária. Destarte, compreendemos os conceitos de gênero, poder, empoderamento e autonomia como cruciais para a realização de análises sobre representação, acesso e participação política das mulheres, especialmente das trabalhadoras rurais. Seguindo nessa linha, outro tópico abordado é a representação política das trabalhadoras rurais como resultado de um processo de formação que permite a conquista de sua autonomia.

A categoria conceitual empoderamento (*empowerment*) assume, então, especial importância no trabalho. Suas origens e diferentes abordagens são discutidas e seu papel como modelo de análise para a compreensão do processo de organização e participação das trabalhadoras rurais é explorado. Uma vez que se seguirá a apresentação da análise centrada nas ações voltadas para reflexões e atividades com trabalhadoras rurais, é, também, para este rumo, que se relacionam as nuances teóricas e práticas aqui abordadas sobre o empoderamento. A proposta do trabalho envolve discutir e debater os principais pontos de vista sobre este conceito, com suporte nas várias concepções e polissemias, visando a problematização de processos de formação e auto-organização de trabalhadoras rurais assentadas de reforma agrária.

O terceiro capítulo traz para a discussão o modelo agrícola, englobando questões tanto físicas, como políticas, econômicas e sociais. Toma como ponto de partida a região Nordeste, historicamente caracterizada como atrasada, estagnada, miserável, seca e estigmatizada. Vale enfatizar, porém, que a região aparece como tema central de diversos estudos, especialmente no decorrer do século XX, como os realizados por Gilberto Freyre, Celso Furtado e Manoel C. de Andrade e, além da perspectiva acadêmica, como peça-chave em obras literárias de escritores como João Cabral de Melo Neto e Rachel de Queiroz. A interpretação sobre a realidade social, política e econômica do Nordeste ganhou adensamento com as contribuições, análises e debates desses autores. Outras artes, como a música e a poesia, através de expoentes como Ivanildo Vilanova e Bráulio Tavares, exploraram essa ideia, expressando, inclusive, um projeto de independência do Nordeste. O teor desses diálogos, que envolviam intelectuais, movimentos sociais, políticos, trabalhadores e trabalhadoras rurais e igrejas, consistia em entender ou questionar o subdesenvolvimento da Região, procurando formas de superar e desconstruir esse *habitus*, corporificado nos campos político, social e econômico do Nordeste.

O capítulo ainda aponta alguns elementos e caminhos que a sociedade escolheu como modelo de desenvolvimento da agricultura, bem como reflexões sobre o contexto e os desdobramentos dessas escolhas, principalmente na região Nordeste. Compreender esse modelo de desenvolvimento agrícola,

no tocante a suas nuances e construção política e social, é relevante, pois uma das bases principais da economia brasileira é, justamente, a agricultura. Com terras detentoras de fertilidade, extensão e clima favorável à produção agrícola, o Brasil, desde a colonização até à contemporaneidade, vem evoluindo das extensas monoculturas para a diversificação da produção, fato observável a partir da influência da agricultura no desenvolvimento econômico, político e social do país. Comparado ao maior produtor agropecuário do mundo, os Estados Unidos, que já exploram uma razoável parcela de sua área agricultável, o Brasil ainda dispõe de extensas áreas agricultáveis. Essa disponibilidade tem contribuído para atizar o debate sobre os modelos de produção agrícola no País, dentre eles o da agricultura de base familiar.

De forma geral, essa parte do trabalho tem por fim apresentar uma breve explanação da organização social e produtiva da agricultura brasileira, nordestina e norte-rio-grandense, para situar o leitor nessa realidade macro e micro em que as trabalhadoras rurais estão incluídas. Expõe, ainda, o modelo de produção das áreas de assentamentos, a agricultura familiar, bem como o papel das mulheres nesse modelo, a participação e a contribuição dos movimentos sociais para o empoderamento das mulheres, sujeitos-participantes deste estudo.

Vale enfatizar que o foco aqui é a compreensão da agricultura familiar, situando-a na realidade econômica, política e social do país e, especificamente, da região Nordeste. A ideia é situar a participação das agricultoras no processo produtivo, econômico e social e, principalmente, a sua participação política nos espaços macro e micro de decisões. Para isso, é explicitado o modelo de formação para as áreas de reforma agrária, enfatizando-se as dificuldades de se trabalhar com as questões de gênero. Aqui também é apresentada a experiência de execução do Projeto Dom Hélder Câmara (PDHC) na área pesquisada, o Projeto de Assentamento (P.A.) Sítio do Góis, que tinha como um dos eixos principais as atividades sociais e produtivas com mulheres.

O capítulo quatro foca-se na discussão dos aportes metodológicos priorizados para a presente investigação, no que tange à recolha, tratamento e análise de dados. Será apresentado, nesse capítulo, também, o perfil sociodemográfico das mulheres entrevistadas, constituído por dados referentes à escolaridade das mulheres, estado civil, renda e demais características. O objetivo é compor um “retrato” das entrevistadas que contribua para o entendimento de suas falas, de suas vidas e, também, para as reflexões e análises teóricas e empíricas. Tendo como objeto de análise os processos de empoderamento de trabalhadoras rurais e seus contributos para o fortalecimento da participação política desses sujeitos

nos espaços micro e macrosociais (privados e públicos), esse capítulo tem por fim discutir o percurso metodológico percorrido ao longo da pesquisa.

Uma vez que se trata de um estudo de caso, e no intuito de nos afastarmos do erro de escolher meramente um local, ao invés de realmente um “caso”, e tomando como guia a orientação de Alves-Mazzotti (2006), aqui abordamos o porquê da escolha pelo P.A. Sítio do Góis, Apodi, Rio Grande do Norte, Brasil. Nesse sentido, elegeu-se um caminho a ser percorrido que envolveu a caracterização sociodemográfica das trabalhadoras rurais entrevistadas, todas membros do grupo de mulheres. Esse levantamento foi feito de forma indireta e abrangeu oito questões: a autoidentificação da mulher segundo sua idade, lugar de origem, profissão, estado civil, (in)existência de filhos e filhas, número de filhos e filhas, há quanto tempo mora no assentamento, escolaridade e renda mensal. Nas análises dos documentos do STTR, elencamos o acesso e a participação das mulheres como prioritários na coleta e análise dos dados a partir da presença e/ou ausência na coordenação executiva, na coordenação do FOAFAP e, por último, na comissão de mulheres, composta por 10 membros.

Para a análise da presença/ausência das mulheres na coordenação do STTR, detemo-nos na análise das atas que tratam das eleições desde a fundação, em 1963, até 2016, ano final do nosso recorte. Para a coleta e análise das informações sobre a comissão de mulheres do STTR, utilizamos como fonte as atas e os relatórios da comissão. Nesses documentos, verificamos e analisamos a presença/ausência de mulheres do Sítio do Góis desde a instituição da primeira comissão oficial, nas eleições ocorridas em 2000, até 2016. No Fórum da Agricultura Familiar, verificamos a presença de mulheres na coordenação do mesmo, desde sua fundação, final da década de 1990, até 2016.

No quinto capítulo, apresentamos a experiência de trabalhar com as trabalhadoras rurais do P.A. Sítio do Góis, as entrevistas de história de vida, especificamente do grupo Unidas para Vencer, apresentando as aprendizagens, a relação entre entrevistadas e entrevistadora, repleta de sentimentos e emoções.

Na tese, e de forma mais específica neste capítulo, procuramos trazer para o debate e reflexão um “recorte” da realidade das trabalhadoras rurais assentadas da Reforma Agrária do P.A. Sítio do Góis, contada por elas, com todas as suas subjetividades e as da pesquisadora também, já que “entramos” nessas histórias e delas passamos a ser “parte”. “Preservar” a forma de falar das trabalhadoras rurais, suas falas, é assumir uma dada postura política. Na fase de pré-análise, que consistiu na organização do material a ser analisado e na exploração do material por meio de várias leituras e dos cadernos de campo das entrevistas, percebemos que o “né” se caracterizava como uma ferramenta de interação nos seus discursos, em que buscam verificar a opinião, a atenção do ouvinte ou, mesmo, enfatizar que estão

abertas a reações, sejam discordâncias ou confirmações. Elas tinham receio de que suas falas e opiniões não fossem interessantes, relevantes.

A crítica que Linda Alcoff (2016) faz da imposição de uma epistemologia universal que leva a desconsiderar saberes, apontando a necessidade de localização cultural e social contribuiu e nos fez perceber, com muito mais propriedade, o que as entrevistadas diziam, nos ofereceu nexos entre o dito e o não dito, nos instigando a perceber e a reconhecer a grandeza dos saberes compartilhados. As leituras e reflexões sobre educação, principalmente as voltadas para a realidade do campo, intitulada formalmente de “Educação do Campo”, descortinaram aspectos relevantes do processo de educação da área.

Devido ao interesse em elementos teóricos e também da realidade, a composição dos retratos ou do perfil das trabalhadoras rurais, foi muito importante, pois possibilitou cruzar e comparar os dados referentes à idade, estado civil, número de filho e filhas, escolaridade, origem e a renda. No decorrer da análise, esses dados foram importantes para situar e entender sentimentos e relações. Um ponto pertinente, visto que diversas autoras, como Carmem Deere (2004), Maria José Carneiro (1994,1981) e Emma Siliprandi (2009), apregoam ser essa uma das primeiras lutas do movimento de mulheres. A importância dessa autoidentificação com o trabalho que executam é imprescindível para a própria identidade e para a sua construção enquanto sujeitos e também para o acesso a políticas públicas e previdenciárias. Tendo em vista o reconhecimento da sua importância no decorrer da análise, vamos perceber se a participação no processo de empoderamento redefiniu e/ou fortaleceu essa autoidentificação. Inclusive, era meta redefinir e organizar o processo em torno de discussões e ações que se voltassem para essa identificação. Nesse sentido, campanhas de documentação foram organizadas (nomeadamente pela extinta Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República) no sentido de registrar oficialmente sua existência; foram pautadas discussões sobre a divisão entre trabalho produtivo e reprodutivo, que ensejou a ideia de que a mulher, por ser a responsável pelo trabalho doméstico, mesmo morando e vivendo da agricultura, fosse considerada do lar, esposa de agricultor e dona de casa. Reconhecer e resgatar essa identificação foi importante, pois refletia no acesso – no sentido das políticas públicas e previdenciárias voltadas para esse público alvo – e também na participação. Como as mulheres poderiam lutar pelos seus direitos de trabalhadoras rurais se não se reconheciam como tais?

A organização desse perfil também foi importante para compreender a participação das mulheres nos sindicatos e demais espaços públicos, estabelecendo a relação com sua inserção no mundo do trabalho

e suas opções ocupacionais e levando em consideração, ainda, seu estado civil, idade, escolaridade, número e idade dos filhos e filhas e a própria estrutura familiar. O número e a idade dos filhos e filhas têm relação direta com a ausência das mulheres nos espaços de representação, tanto internos, quanto externos. Quando há filhos e filhas pequenos/as, fica difícil se ausentar da casa, já que não têm com quem os/as deixar. Uma das alternativas encontradas pelas mulheres é levar os filhos e filhas para as reuniões. Internamente, isso é recorrente, porém, no que tange às reuniões externas, algumas dificuldades – de traslado, por exemplo – dificultam esse ajuste.

Outro aspecto que achamos por bem apresentar foi referente ao processo de ocupação, luta e posse da terra. Entender como os assentamentos rurais são caracterizados, seja por meio de ocupação e desapropriação de terras privadas, por ocupação de terras públicas ou por transferência e reassentamento de populações afetadas por projetos governamentais, ou seja, entender o processo histórico pelo qual foram construídos, é importante para a compreensão da forma de organização da área. Autores como Maria das Graças Rua e Miriam Abramovay (2000) apontam que, nas áreas em que os trabalhadores e trabalhadoras ocuparam e acamparam, o sentido de cooperação e coletividade é mais denso. No assentamento do Sítio do Góis, o processo se deu por ocupação e desapropriação de terra privada de um único dono. Foi um processo pacífico, construído e dialogado coletivamente entre os sem-terra, STTR, CPT e dono da terra, que se reuniram três, quatro vezes por semana durante dois anos para debater e organizar a ocupação – ocuparam a terra e fizeram a base na casa sede da fazenda – e a posse da terra. A partir da posse da terra, a vida dos trabalhadores e trabalhadoras passou por grandes mudanças que iam desde a organização da agrovila – casas, acesso à água via poço e energia elétrica – até ao acesso às políticas de crédito disponíveis para as áreas de Reforma Agrária.

Outro momento importante sobre o qual nos debruçamos foi o referente ao processo de organização, o momento de aprender a viver em coletividade, a se reunir, discutir, tomar decisões coletivamente. Essa parte do processo foi onde mais fortemente nos debruçamos, pois aqui seria o momento de refletir sobre o acesso e participação, de forma geral, e, de forma específica, o lugar das mulheres nesses espaços de tomada de decisão. Vamos notar que, mesmo tendo toda uma preocupação por parte dos parceiros externos – Comissão Pastoral da Terra (CPT), STTR, Igreja Católica – em pautar essa discussão, na prática, ela não se efetivou naturalmente. No período da pesquisa participante, notamos que os trabalhadores e trabalhadoras atribuem a conquista da terra à CPT e à organização sindical, pois sem essa organização nem saberiam que podiam acessar a terra via programa de Reforma Agrária. Ou seja, a capacidade de a organização sindical estabelecer comunicação e diálogo com a base é importante.

A vinda para o assentamento não mexeu acentuadamente com a organização dos papéis atribuídos aos homens e às mulheres. Claro que o acesso a uma moradia de alvenaria, com água e luz disponível, facilitou a execução das tarefas domésticas, já que não precisavam se deslocar para as cacimbas e açudes para lavar roupa, por exemplo. Porém, suas demandas, participação e representatividade não vieram atreladas à conquista da terra. Essa foi uma luta feita à parte, ensejada principalmente pelo movimento de mulheres que reconheciam que, mesmo nos processos de Reforma Agrária, era necessário pensar em um processo de capacitação que possibilitasse – a partir de um processo de conscientização das próprias mulheres – o reconhecimento da dominação masculina, de relações patriarcais que as oprimiam, subjugavam, silenciavam e invisibilizavam. Foi necessário que o movimento de mulheres tomasse a frente e fosse à luta para organizar as mulheres via processo de empoderamento.

CAPÍTULO 1. MOVIMENTO SINDICAL E A LUTA PELA TERRA NO BRASIL

O desafio deste capítulo é trazer para o debate as origens, os fatores determinantes e os atores principais – Igreja Católica, partidos políticos, Organizações Não Governamentais (ONG) – do surgimento e da consolidação do sindicalismo rural no Brasil. Essa é uma tarefa um tanto complexa, pois, além da diversidade de autores e posições sobre o assunto, as próprias contradições internas desses movimentos e as suas relações com as conjunturas de então e com as atuais complexificam a tarefa proposta.

É fato notório que a preponderância do rural sobre o urbano foi algo comum a uma série de povos no curso de seu desenvolvimento histórico. Até porque, mesmo a despeito da existência de grandes cidades, e de seus apogeu e declínios, a produção de alimentos e, em menor monta, a criação de animais eram atividades que exigiam um contingente razoável de mão de obra. Hobsbawm (1996) afirma que, em

1848, a população do mundo, mesmo na Europa, ainda consistia, sobretudo de homens do campo. Até na Inglaterra, primeira economia industrial, os moradores da cidade só excederam os do campo em 1851, ano em que passaram a constituir 51% da população. (p. 243)

Isso não implica uma linearidade nos modos pelos quais as sociedades avançam em sua caminhada histórica. Nesse sentido, é necessário compreender que, no transcurso da história, alguns povos tiveram seu nascimento, apogeu e extinção caracterizados pela vida nas florestas, no meio rural, entre outros, sem que a urbanização tenha sido uma de suas etapas de vida. Nas sociedades em que a transição ocorreu, não houve uma fórmula, um período ou um modo determinado nesse processo. O que se deve evidenciar é que, no transcurso das migrações que culminaram com a chegada ao urbano, os elementos que levaram umas ou outras nações a essa passagem tiveram diversas contribuições das culturas locais e de culturas exteriores. É necessário ressaltar, no entanto, que existem muitas nações em que a virada de parâmetro, ou seja, a supremacia da população urbana em relação à população rural, ainda não se deu – ou sequer se dará. Pode-se, no entanto, perceber elementos considerados comuns a todos os processos em que houve a transição.

Para Hobsbawm (1996), no período em que o capitalismo começou a tomar consistência, um fato que mereceu destaque foi a relação de dependência que se criou – e se tornou cada vez mais forte – da agricultura em relação à economia industrial. Se a produção de excedente e o surgimento de produtos exóticos alavancaram o comércio e a burguesia nascente, a indústria e a conseqüente agregação de valor aos produtos primários oriundos da produção agrícola ampliaram as perspectivas de mercado e também a sujeição à economia industrial em escala mundial. A agricultura foi sendo levada a reboque das demandas da indústria e do comércio, sendo que a pressão por resultados cada vez mais rápidos e por

uma maior quantidade de produtos ocasionou mudanças nas relações de trabalho e choques culturais que puseram em tensão as relações no meio rural. Hobsbawm (1996) descreve que as convulsões sociais, a partir das mudanças da agricultura para um padrão capitalista,

ou pelo menos para um padrão de comércio em larga escala, afrouxaram os laços tradicionais entre os homens e a terra de seus ancestrais, especialmente quando descobriram que não possuíam nada dela, ou pelo menos muito pouco para manterem suas famílias. (p. 244)

Ainda segundo Hobsbawm (1996), nessa conjuntura, nasce também o capitalismo como modo de produção dominante, suas contradições e todas as relações de trabalho inerentes a esse sistema econômico. Mesmo com as mudanças nas relações de produção no meio rural, um evento que se deu no meio urbano – estimulado pelo desenvolvimento industrial – não teve igual tempo, nem proporção no meio rural. É fato que a organização sindical surgiu tendo como uma das bases a Revolução Industrial. O sindicato vem atender a uma demanda surgida a partir dos pontos de tensão entre a classe detentora dos meios de produção e o operariado. Nesse sentido, mesmo a despeito de suas peculiaridades no que se refere às formas de organização e luta, o campo sofreu grande influência e, por que não dizer, pressão, sobretudo para revisão de sua forma de produzir, do meio urbano industrial, o que fez com que se tornassem cada vez mais evidentes suas desigualdades internas, fato que, em um momento posterior, também suscitaria a organização sindical.

1.1. O Sindicalismo Rural no Brasil

No caso brasileiro, a expansão das formas de organização da classe trabalhadora, sobretudo do sindicato, também rumou ao campo, mas em um ritmo lento. Andrade (1989) mostra que o movimento camponês, em termos de reivindicações e de objetivos, surgiu tardiamente: segundo o autor, o primeiro sindicato de trabalhadores rurais reconhecido no Brasil foi o de Campos, no Rio de Janeiro, criado em 1933. Em 1955, apenas cinco sindicatos eram reconhecidos no Brasil, estando localizados no Rio de Janeiro, na Bahia e em Pernambuco.

O que se verifica, segundo Andrade (1989), é que se, de um lado, a truculência e a severa repressão às formas de organização da classe trabalhadora no meio rural por parte dos que detinham a propriedade da terra ocasionaram essa tardia penetração, de outro, o apoio governamental dado, nomeadamente pelo Ministério do Trabalho, não representou estímulo a tal organização, visto que, além da presença do poder público representar um entrave à livre organização da classe trabalhadora, o próprio governo de então não nutria afeição por tais movimentos. A ideia central do governo era a de ter cadastrados e controlados todos os sindicatos – e, conseqüentemente, todos os seus membros – para prevenir e,

veladamente ou não, reprimir quaisquer outras formas de organização que estivessem fora do controle estatal.

Como, muito comumente, os governantes provinham das classes dominantes – o que incluía os grandes proprietários de terra –, não era de estranhar que para elas se voltassem as suas atenções e os seus interesses. Leal (1997) ressalta que a figura do “Coronel” teve contribuição fundamental nesse processo, visto que, enquanto representante político, o seu poder emanava do fato de ser grande proprietário de terra e que, nessas propriedades, ou em suas áreas de influência, havia um enorme contingente de pessoas envolvidas em uma situação de dependência que cada vez mais se aprofundava. Como, para a manutenção dessa situação, necessitava-se da igual manutenção de dependência da população subalterna a esse poder, não se poderia suportar qualquer que fosse o movimento contrário à ordem estabelecida. Assim, outro fator que pode se somar e que, de igual modo, auxiliaria no tardio desenvolvimento do sindicalismo no meio rural brasileiro, é a existência histórica do latifúndio.

Em muitos momentos, o latifúndio recebeu uma legitimação governamental. No Segundo Reinado, a Lei de Terras, de 1850, normatizou a posse, o uso e a forma de comercialização da terra, o que gerou, entre outras consequências, o reforço do latifúndio, o estímulo ao modelo agroexportador e o aumento da concentração de poder econômico e político nas mãos das oligarquias. O latifúndio, no contexto brasileiro, agregado à mão de obra escrava, perdurou durante três séculos e, mesmo com os abalos do fim desse tipo de mão de obra, tal estrutura não ruiu e ainda hoje perdura no Brasil, adaptando-se às novas realidades.

Com o surgimento da mão de obra livre, sobretudo com a utilização de imigrantes italianos – para citar uma das maiores levas –, as relações de trabalho no meio rural começaram a passar por alterações. Apesar de serem trabalhadores livres, os imigrantes eram submetidos às mesmas condições de trabalho a que estavam sujeitos os escravos que os antecederam. Diante disso, tais estrangeiros, que já haviam se inserido na lógica do sistema capitalista no seu país de origem, reagiram à exploração. As demandas apresentadas e os atritos que se seguiram à série de reivindicações que os imigrantes apresentaram acrescentaram novos elementos à dinâmica do trabalho no meio rural.

As elites agrárias e o pacto que entre elas se estabelecia deu sustentação às estruturas de poder que havia na época. Essas estruturas sentiram abalos com o aumento dos movimentos contestatórios e a organização sindical que começava a despontar.

De acordo com Andrade (1989), outro elemento que se soma ao processo de inquietação foi o fato de a quase totalidade dos imigrantes vir em busca de novas oportunidades, do lucro – que se vendia como

fácil pelos agenciadores –, e fugindo de guerras e situações de exploração em seus países de origem. É imprescindível reconhecer que esses trabalhadores vinham, de fato, fugindo de uma situação de miséria, de exploração, de guerras (pois a Europa, nesse momento, estava marcada por muitos conflitos, principalmente na Alemanha e na Itália) e em busca de uma situação melhor, não só pelo alegado lucro fácil e rápido, mas por sobrevivência.

Nesse contexto, cabe uma pequena reflexão sobre um dos elementos centrais: os agenciadores. Por intermédio de falsas promessas, a exemplo do lucro rápido e fácil, intermediaram a vinda de levas e levas de imigrantes para o Brasil. Em muitos casos enganados, desiludidos e com toda sua família para alimentar, os trabalhadores iniciaram processos de levantes e movimentos reivindicatórios em busca de melhores condições de vida. A vinda das famílias foi um dos elementos dos quais se valeram os agenciadores para dificultar o processo de fuga ou retorno rápido dos imigrantes aos países de origem. Para os contratantes, esposas e filhos eram mão de obra barata – ou não remunerada –, que era agregada à força de trabalho do imigrante.

No início do século XX, registaram-se as primeiras tentativas de institucionalização da organização sindical dos trabalhadores rurais. Todavia, somente em 1962, o sindicalismo rural é regulado e aparece associado às tentativas de ressurgimento do populismo do governo João Goulart. Stein (2008) contraria a tese de autores como Boito Júnior (1991), optando por chamar esse período de *trabalhismo*. A autora afirma que a ideia do governo João Goulart era dar o tom à luta dos trabalhadores do campo, uma forma de aprofundamento da representação democrática. É válido salientar que as intervenções governamentais buscam, na sua quase totalidade, o enquadramento do movimento sindical. O que essencialmente dá substância ao movimento são as demandas oriundas de sua própria classe. Os movimentos ondulatórios – de fluxo e refluxo – do sindicalismo guardam sempre uma ligação direta com o momento histórico e com as bandeiras de luta que se erguem para o momento, não se deixando de lado, evidentemente, os pilares centrais que a categoria reivindica: melhoria nas condições de vida e de trabalho, remuneração digna, luta contra a opressão, entre outras.

A estruturação do sindicalismo rural no Brasil ocorreu a partir dos anos de 1950/60. Na sua própria organização, já se caracterizou como um espaço político de exercício masculino. As práticas sociais e a cultura política hegemônica não somente excluíram as mulheres trabalhadoras, como as silenciaram, colocando-as na invisibilidade. Depois de três décadas de debates e lutas, as mulheres puderam se sindicalizar¹.

¹ No capítulo III, falaremos mais especificamente da história da participação das mulheres nos movimentos sociais e sindicatos rurais.

Carvalho (2005) refere que a questão agrária no Brasil sempre foi tratada de forma secundarizada pelas instituições. Essa realidade viria a ser redefinida a partir da notoriedade que receberam as Ligas Camponesas na década de trinta do século XX e também da representatividade política do Movimento dos Sem Terra (MST), que aconteceu na década de oitenta do século XX. Ambos os movimentos evidenciavam os problemas de um modelo político e econômico que excluía os trabalhadores e as trabalhadoras rurais, priorizava a produção em grande escala e era voltada para a exportação, em detrimento da agricultura familiar.

Passado algum tempo e introduzidas novas relações de trabalho no meio rural, bem como novos atores sociais, em finais do século XIX e princípios do século XX, os movimentos anarcossindicalistas tiveram influência sobre boa parte do sindicalismo no Brasil. Nesse contexto, preocupado com os rumos que tal movimento poderia tomar, de modo especial no que se refere às questões político-partidárias, o Estado tomou a dianteira e criou uma estrutura organizacional que abarcou os sindicatos com o intuito de manter a vigilância e o controle de tais organizações. A criação do Ministério do Trabalho (1930) representou uma tentativa de manter as ações do movimento dentro dos limites permitidos pelo Estado, visto que este passou a controlar, entre outras coisas, nomes, endereços (profissional e residencial) dos filiados, informações gerais sobre os sindicatos, inclusive a movimentação financeira.

É válido salientar, porém, que a intervenção do Estado brasileiro no sindicalismo rural e a que se constatou no urbano não se iniciaram no mesmo período. Foi a partir de 1960 que os sindicatos do meio rural passaram a ter um grau de interferência maior do Estado. No período anterior, cerca cinquenta anos antes, a regulamentação dos sindicatos rurais não incluía o funcionamento, mas determinava-lhes a composição. Disso resultou o agrupamento, em um mesmo espaço, de categorias que, pela variedade de funções, representatividade e ideologias, não deveriam estar nessa situação, visto que a função precípua do sindicato era a luta pelos interesses comuns de determinadas categorias e a organização destas. Eram considerados aptos à sindicalização desde trabalhadores rurais, fazendeiros e agropecuaristas a qualquer servidor cuja função fosse desenvolvida no meio rural. Isso não teria longo curso, visto que os interesses –, em muitos casos, antagônicos – dificultariam a construção de consensos e a luta sob uma só bandeira. Para além desta, destaca-se outra dificuldade para o desenvolvimento do sindicalismo rural: a tradição histórica e cultural da organização dos movimentos do meio rural não se coadunava com o formato de organização sindical, por natureza, urbano-industrial. Porém, esse desajustamento pesou menos contra o sucesso do movimento do que a reunião de categorias sociais antagônicas sob o mesmo teto (Boito Júnior, 1991).

As lutas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais durante décadas não foram discutidas nacionalmente, nem fizeram parte das preocupações dos partidos políticos, até porque estes eram, em sua quase maioria, ligados às oligarquias rurais. O primeiro partido que levantou o problema dos trabalhadores rurais foi o Partido Comunista do Brasil (PCB), criado em 1922. Andrade (1989) aponta que o partido, no seu manifesto, defendia que era necessário organizar um movimento operário-camponês para a tomada do poder. No entanto, atribuía claramente ao operário o comando da revolução, deixando, assim, o camponês em um segundo plano.

Em uma perspectiva de explorar um paralelo com outros cenários, sem aprofundar demasiadamente a abordagem, pode-se pensar nas semelhanças existentes, por exemplo, entre o sindicalismo rural brasileiro e o português. Sobre isso, cabem algumas palavras para contextualizar a análise.

Merece ressalva que, na perspectiva do PCB, arregimentar filiados – e, nesse caso específico, principalmente junto à classe trabalhadora rural – foi algo concretizado não somente aqui, mas também em outros países, tais como Portugal. É interessante ainda sublinhar que, com relação às aproximações – ou não – das realidades do sindicalismo rural entre Brasil e Portugal, por exemplo, o protagonismo do Partido Comunista e a presença da Igreja Católica no campo constituíram algo peculiar às duas realidades.

Uma visita à história de ambos os movimentos, o português e o brasileiro, possibilita verificar a contribuição do Partido Comunista (PCB aqui no Brasil e PCP em Portugal) nos processos de organização do movimento sindical. Não se pode deixar de citar as influências, no primeiro quarto do século XX, de movimentos de orientação anarquista e socialista, bem como os espaços de mobilização, tais como o urbano, com o operariado (Barreto, 1984; Pereira, 2011; Rodrigues, 1975).

Respeitadas as diferentes perspectivas geopolíticas e a cronologia dos fatos, cabe ainda ressaltar as palavras de Barreto (1984), quando afirma que, em Portugal,

O Partido Comunista não estava sozinho no trabalho de organização, sensibilização e recrutamento dos assalariados. Com ele competiam o Partido Socialista e vários grupos de extrema-esquerda (MES e UDP, sobretudo). A ausência dos outros partidos, nomeadamente do PPD e do CDS, era quase total. De sublinhar igualmente a presença diminuta de organizações ligadas à igreja católica, que, aliás, tradicionalmente sempre teve reduzida implantação no Alentejo em geral. (p. 43)

É válido, ainda, ressaltar que similaridades e diferenças quanto ao norte político-ideológico dos movimentos sindicais rurais, tanto no Brasil, quanto em Portugal, levam a listar alguns elementos que compuseram estes quadros: Igreja Católica, partidos de orientação comunista, socialista, organizações anarquistas e a interferência governamental (Marques, 2007).

Voltando ao caso específico brasileiro, de acordo com Reis Filho (1990), mesmo em meio às divergências internas e à ação de agentes externos ao movimento sindical, a nova configuração do sindicalismo rural não demorou a surgir. A partir de 1944, a divisão entre sindicato patronal e sindicato dos trabalhadores rurais torna-se oficial. Daí por diante, os interesses da classe trabalhadora do meio rural estariam sob a defesa de um sindicato cuja legitimidade e representatividade assentavam no fato de ser uma organização composta exclusivamente por trabalhadores rurais. Na perspectiva da busca de identidade e autonomia – e, sobretudo, buscando delinear melhor os contornos políticos da organização dos trabalhadores rurais –, o PCB colaborou decisivamente na construção de uma organização denominada de Ligas Camponesas. A ideia central desse movimento, criado em meados do século XX, era organizar o campesinato para lutar por terra (Reforma Agrária) e por condições de vida mais dignas para os trabalhadores rurais. A busca pela oficialização/legalização e, de modo especial, a vinculação ao PCB, trouxeram a reboque inúmeras dificuldades ao movimento: se, de um lado, estava o PCB atendendo às orientações gerais de expansão do comunismo pelo mundo, do outro, estava o governo que, para além de envidar esforços para combater a influência do partido em meio à organização dos trabalhadores rurais, buscava, a todo custo, promover o controle de tais organizações.

Para Andrade (1989), as Ligas Camponesas apresentaram maior importância em áreas em que os trabalhadores se encontravam mais explorados. O autor cita como exemplos os municípios de Vitória de Santo Antão, em Pernambuco, Mari e Sapé, na Paraíba. As Ligas Camponesas também foram atuantes, ainda segundo Andrade (1989), em áreas de ocupação onde os posseiros eram expulsos da terra por latifundiários e grileiros nos sertões do Maranhão, Piauí e Bahia.

Segundo Reis Filho (1990) e Andrade (1989), a partir da liderança de ícones como Gregório Lourenço Bezerra (ex-militar e figura expressiva do PCB) e Francisco Julião Arruda de Paula (advogado pernambucano cuja contribuição marcou as Ligas Camponesas e a institucionalização dos sindicatos rurais delas emanada), as Ligas Camponesas tomaram corpo e começaram a preocupar o governo e a Igreja Católica pelo grau de influência que o PCB exercia nelas e por conta do poder crescente do comunismo no mundo. Foi ainda sob a influência das Ligas e do PCB que, em 1954, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) foi criada, bem como, posteriormente, em 1963, a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG). Mesmo não sendo uma divisão hermética, a forma pela qual se deu a delimitação e a ampliação das abrangências geográficas – poder-se-ia dizer, até, geopolíticas – dos movimentos de organização da classe trabalhadora pautou-se por condicionantes socioculturais locais, tais como a forma de organização produtiva (trabalhadores assalariados do campo e pequenos produtores rurais). Andrade (1989) diz,

Ao mesmo tempo que as Ligas Camponesas eram criadas e ampliavam a sua importância, estendendo a sua influência a quase todos os estados do Brasil, o movimento de sindicalização rural era desenvolvido pela ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), uma organização criada em 1954 na Conferência Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, que ocorreu em São Paulo sob a influência do PCB. Se as ligas tinham uma grande penetração no meio rural camponês, onde dominavam arrendatários, posseiros, parceiros e pequenos proprietários, o movimento sindical teve maior expressão nas áreas onde dominavam os assalariados agrícolas, onde se fazia a cultura da cana-de-açúcar, do cacau e posteriormente do café. Tanto é assim que, ao atuar em áreas canavieiras, os líderes das ligas procuravam organizar sindicatos, como ocorreu em Goiana, Pernambuco. (p. 28)

A luta pela Reforma Agrária, pela posse e pela permanência na terra em condições dignas foi mote para muitos destes líderes. Todavia, o que se deve deixar claro é que a grande contribuição dessas organizações foi possibilitar espaços de discussão, formação e participação para uma gama de homens e mulheres do campo que, historicamente preteridos dos espaços de decisão da sociedade, especialmente porque sequer eram contabilizados como pertencentes a tal, puderam exercitar sua cidadania. É importante enfatizar, também, que esses movimentos ensejaram uma série de outros, que abriram canais de participação popular e motivaram transformações sociais e políticas consideráveis (Andrade, 1989; Reis Filho, 1990).

De acordo com Ferreira (2011) e Ermacora e Nowak (1986), em 1961, após a súbita renúncia do Presidente Jânio Quadros, seu Vice, João Goulart assumiu o posto. Isso não foi muito bem visto pela classe política e empresarial, de um modo geral, porque João Goulart nutria simpatia pelo ideário socialista. Em meio a esse momento histórico, um dos problemas que veio compor o cenário econômico da nação brasileira durante décadas, a inflação, começa a tomar vulto. Para resolver essa situação, o presidente encarregou o economista Celso Furtado de elaborar um plano que buscasse debelar a inflação galopante e, ao mesmo tempo, dar conta de um desenvolvimento nunca antes experimentado. O plano, denominado Plano Trienal, buscava, para além do acima exposto, principiar a execução de uma política de distribuição de renda. O plano não rendeu o esperado e, contrariamente ao que se tinha pensado, promoveu o aumento da inflação e uma retração do crescimento, aumentando, assim, a instabilidade política que, somada à posição que o governo assumiu em defesa da Reforma Agrária e ao apogeu organizacional do movimento sindical, culminou com o Golpe de Estado de 1964, promovido pelos militares no contexto da Guerra Fria.

Corroborando o acima exposto, Ermacora e Nowak (1986) sublinham que, em 1963, no mês de março, foi aprovada a lei que praticamente igualava os direitos dos trabalhadores da agricultura aos da indústria. Os direitos se referiam a proteção nas demissões, previdência e férias. Essa lei refere-se tanto a direitos sociais, quanto econômicos. Outro fato referido por Ermacora e Nowak (1986) foi a aprovação da lei que

previa a desapropriação de uma faixa de dez quilômetros de largura ao longo das rodovias, ferrovias e represas para efeito de Reforma Agrária. Essas garantias estavam postas no Plano Trienal, aprovado em 13 de março de 1964 pelo presidente João Goulart. Três semanas depois, os militares destituíram o presidente e anularam a lei, tornando-a sem efeito.

O período que se seguiu ao Golpe Militar de 1964, que durou até 1985, foi muito complexo e exigiu dos movimentos sindicais de um modo geral e, no caso específico, do movimento sindical rural, o estabelecimento de estratégias de mobilização e resistência que os fizessem passar por esse período. A busca pelo enquadramento do movimento sindical rural pelo Estado é um fato notório quer diretamente, ou seja, via controle direto da instituição sindical, como feito no período getulista, quer indiretamente por intermédio da busca do controle dos trabalhadores rurais de um modo geral, que redundaria em uma espécie de controle, por consequência, dos sindicatos que os representavam.

Nesse sentido, no limiar do Golpe Militar de 1964 e nos anos que se seguiram, os trabalhadores rurais e, por extensão, o sindicalismo rural, volta e meia se veem envolvidos por uma espécie de tutela do Estado que, com isso, busca manter o controle sobre suas ações. Para isso, três instrumentos básicos são utilizados, de acordo com Ferrante e Silva (1988): o Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 4.214, promulgada em 2 de março de 1963); o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964); e, por fim, o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) (Lei Complementar nº 11, de 26 de maio de 1971). O primeiro buscou fazer uma espécie de enquadramento dos sindicatos; o segundo realizou algumas pequenas concessões no rumo da Reforma Agrária, sem, contudo, objetivá-la; e o terceiro visou uma ação de desmobilização política dos sindicatos, os quais passaram a ser uma espécie de posto avançado da previdência social.

Apesar do gradativo e constante aumento da pressão sobre as organizações sindicais e, entre outras questões, a limitação do direito de greve, as organizações sindicais começaram a lançar mão de artifícios como a operação tartaruga ou a operação padrão, segundo os quais se continuava a atividade laboral, porém, de uma forma extremamente lenta. Todavia, é inegável que os anos da Ditadura Militar no Brasil ocasionaram severas baixas aos movimentos sindicais de um modo geral.

1.2. A Igreja Católica e os movimentos sociais no campo

A preocupação da Igreja Católica, de forma mais explícita e documentada, com questões sociais remete ao século XIX, mais especificamente, à sua segunda metade. As questões sociais aqui aludidas dão conta de um universo que envolve as relações de classe, relações de trabalho e não somente aquilo que desde

o seu princípio esteve presente: a caridade. A *Rerum Novarum* (1891), neste contexto, se apresenta como documento fundante da chamada Doutrina Social da Igreja e constitui-se como um marco importante no que diz respeito ao posicionamento da Igreja Católica sobre as questões sociais.

Em alguns pontos ficam mais evidentes os posicionamentos da Igreja Católica quanto à sua ação social e, principalmente, à questão das relações de trabalho:

Façam, pois, o patrão e o operário todas as convenções que lhes aprouver, cheguem, inclusivamente, a acordar na cifra do salário: acima da sua livre vontade está uma lei de justiça natural, mais elevada e mais antiga, a saber, que o salário não deve ser insuficiente para assegurar a subsistência do operário sóbrio e honrado. Mas se, constrangido pela necessidade ou forçado pelo receio dum mal maior, aceita condições duras que por outro lado lhe não seria permitido recusar, porque lhe são impostas pelo patrão ou por quem faz oferta do trabalho, então é isto sofrer uma violência contra a qual a justiça protesta. Mas, sendo de temer que nestes casos e em outros análogos, como no que diz respeito às horas diárias de trabalho e à saúde dos operários, a intervenção dos poderes públicos seja importuna, sobretudo por causa da variedade das circunstâncias, dos tempos (*sic*) e dos lugares, será preferível que a solução seja confiada às corporações ou sindicatos de que falaremos, mais adiante, ou que se recorra a outros meios de defender os interesses dos operários, mesmo com o auxílio e apoio do Estado, se a questão o reclamar [38]. (Papa Leão XIII, 1891, p. 19)

Quando levado em conta um contexto mais amplo, ou seja, de transformações de cunho mais profundo e estrutural no seio da Igreja Católica, para além das encíclicas que foram lançadas, o Concílio Ecumênico Vaticano II (1962) tornou-se mais um dos marcos do posicionamento da mesma quanto às questões sociais. A Igreja Católica se deu conta de que a teologia neoescolástica e a visão medieval do Cristianismo, que haviam dominado a Igreja desde o Concílio de Trento, eram inadequadas para satisfazer as exigências do mundo moderno². As principais palavras do Concílio Ecumênico Vaticano II foram: diálogo, liberdade, serviço, história e pastoral, esta última querendo significar uma aproximação maior entre a Igreja e o povo, uma nova metodologia eclesial. A partir desse momento, a Igreja estabelecia um novo contato com o mundo e afirmava o protagonismo do leigo nas suas ações.

O receio de que o camponês se voltasse contra ela fez a Igreja Católica abrir espaços à participação do povo e, especialmente, enviar missionários leigos para esses meios. A influência de movimentos sociais contrários à Igreja Católica sobre as massas camponesas sempre foi motivo de preocupação. A Igreja Católica passou muito tempo preocupada com as elites, o que trouxe ganhos muito relativos à sua vida como instituição. Com o novo Concílio, a preocupação primordial era manter uma base popular e, principalmente, adquirir respaldo junto a um contingente populacional numericamente forte. Essa forma

² Considerações feitas na 34ª Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, de 17 a 26 de Abril de 1996, em Itaici-SP.

de atuar visava abrir novos horizontes para a Igreja, bem como fazê-la antecipar-se às “revoluções comunistas” que pululavam no mundo nessa época. Martins, (1994) refere:

A história do envolvimento da Igreja na questão agrária no país é, pois, a história das contradições sociais que a têm mobilizado, particularmente nos últimos quarenta anos em favor dos pobres da terra, os camponeses e os povos indígenas. É, igualmente, a história das respostas pastorais que a Igreja tem formulado para explicitar a sua Opção Preferencial pelos Pobres. (pp. 99–100)

De acordo com Stedile (2002), no Brasil, a Igreja começou a se preocupar com a questão agrária e a se expressar sobre ela a partir de 1950. Em 1955, começaram a se desenvolver as Ligas Camponesas. A Reforma Agrária proposta pelas Ligas Camponesas era radical, no sentido de mexer na estrutura fundiária e expropriatória, bastante diferente da proposta da Igreja, que preconizava uma reforma agrária gradual e acompanhada de uma indenização aos proprietários.

Com o golpe militar de 1964, a quase totalidade dos movimentos sociais populares foi aniquilada, sendo que seus participantes foram exilados, presos, mortos, silenciados ou dados como desaparecidos. O reflexo disso no meio rural foi evidente. A Igreja Católica, em sua perspectiva hierárquica, assumindo uma posição de neutralidade, foi, em muitos casos, omissa ou favorável à ditadura militar por ver nela um meio de luta contra o “avanço comunista”. Na ala voltada mais à esquerda, composta por grupos de cristãos com uma leitura mais próxima da linha política, social e econômica da sociedade igualitária comunista, essa nova ordem não foi aceita e, assim, muitos padres, freiras e leigos levantaram-se contra a ditadura, sendo prontamente reprimidos pelo regime e pela ala mais conservadora da Igreja Católica.

A acirrada disputa ideológica entre comunistas, leigos, Igreja popular, Igreja hierárquica (padres, bispos, Papa) e militares, formando um caldeirão de contradições e questionamentos, impulsionou a Igreja a desenvolver uma ação pastoral chamada de trabalho de base. De acordo com Gutierrez (1991), esse trabalho criou a oportunidade para um aumento da participação leiga nas ações da Igreja que, à luz do Concílio Vaticano II, convocado pelo Papa João XXIII, representou a Primavera da Igreja. Nesse momento, tem-se como encontrar as realidades do momento e a pastoral, expressão que veio dar um tom laico à ação católica, por estimular a ação do leigo na sociedade e assumir um lugar especial no diálogo da Igreja com o mundo.

Das novidades estabelecidas pelo Concílio, a reflexão sobre o que é pastoral e, sobretudo, o protagonismo leigo a partir do estabelecimento de espaços e ações em que o laicado tinha um maior nível de autonomia, constituíram o que se poderia chamar de oportunização à participação leiga. Coube à Igreja aproximar-se do mundo, pois as antiquadas fórmulas doutrinárias já não davam conta das exigências impostas pela sociedade. Atualizar-se, portanto, foi a solução encontrada. De acordo com Antoncich e

Sans (1986), a intenção do Papa João XXIII foi, de fato, produzir transformações profundas no *modus operandi* da Igreja Católica e, nesse sentido, o estabelecimento de um papel claro e de afirmação para os leigos foi uma de suas mudanças marcantes.

A contribuição da Teologia da Libertação, neste contexto, dá-se justamente pelo que nela se constituiu elemento basilar: a defesa dos pobres e a luta por justiça. Neste sentido, Gutierrez (2000) expressa:

A teologia da libertação está estreitamente ligada a essa nova presença dos que sempre estiveram ausentes de nossa história. Pouco a pouco, eles foram se convertendo em sujeitos ativos de seu próprio destino, iniciando um firme processo que está mudando a condição dos pobres e oprimidos deste mundo. A teologia da libertação (expressão do direito dos pobres de pensar sua fé) não resulta automaticamente dessa situação de seus avatares; é uma tentativa de leitura desse sinal dos tempos – seguindo a exortação de João XXIII e do Concílio – na qual se faz uma reflexão crítica à luz da Palavra de Deus. Ela deve levar-nos a discernir seriamente os valores e limites desse acontecimento. (p. 16)

Contribuindo ainda com esta linha de reflexão, Boff (1994) acrescenta que:

A partir de 1960, apareceram as condições históricas para uma Igreja que nasce do povo, das classes dominadas. A oposição que se nota atualmente – convém compreendê-lo bem – não se estabelece entre uma Igreja oficial e uma Igreja popular, mas entre a cristandade (Igreja encarnada nas classes hegemônicas) e Igreja popular. (p. 200)

E, mais ainda:

[...] Convém, entretanto, advertir que se trata apenas de um primeiro passo; depois dele virá o passo analítico e então a política emerge como campo em sua autonomia relativa; a fé não fica demissionada; adquire sua verdadeira dimensão de mística de animação que aponta para uma libertação que transcende a história e permite vê-la já antecipada historicamente no processo libertador da sociedade gestando formas menos iníquas de convivência. (p. 201)

Assim fica evidente que esse tipo de concepção recebeu influência direta da linha mais à esquerda da Igreja Católica, a Teologia da Libertação, que buscava unir conceitos marxistas à práxis cotidiana da Igreja no seio do povo.

Na América Latina e, em particular, no Brasil, essas novas realidades, de modo especial quando o assunto é o campo, se fazem sentir, seja como resposta a um avanço do comunismo no meio rural, seja como crença em mudanças na realidade do campo, com o apoio, por exemplo, do Estatuto da Terra. Trata-se de um documento, promulgado em novembro de 1964, que contou com o apoio de parcelas da Igreja Católica e que buscava abafar a pretensa revolução camponesa, que tinha como combustível a insatisfação dessa classe com a situação em que se encontrava o meio rural. Outra missão importante desse documento era acalmar os latifundiários que temiam tanto a insurgência do campesinato, quanto a possibilidade de perder suas terras. O que se pode tirar como avanço da posição da Igreja Católica foi

o fato de ela posicionar-se ante um tema polêmico e estimular a participação dos leigos em movimentos, de acordo com Stedile (2002).

No Rio Grande do Norte, a Igreja Católica passou a ter também uma ação bastante significativa. Através de vários movimentos e comissões, a Igreja tentava um trabalho junto ao homem e à mulher do campo. Em termos de participação e organização política, Góis (1980, p. 39) afirma que a Igreja entrou nas lutas e na organização do campo mediante intrincadas e complexas redes de organização, tais como a Federação dos Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Norte (FTR), Federação dos Pequenos Proprietários de Terras (FPPT), Federação dos Trabalhadores Autônomos (FTA), Movimento de Educação de Base (MEB), Serviço de Assistência Rural (SAR) e Juventude Agrária Católica (JAC). Góis (1980, p. 39) defende que, por conta desse papel de vanguarda, a Igreja Católica do Rio Grande do Norte participou da criação daquilo que ele mesmo chamou de intrincadas e complexas redes de organização, que envolviam organizações tanto da própria Igreja, tais como o Movimento de Educação de Base (MEB), o Serviço de Assistência Rural (SAR) e a Juventude Agrária Católica (JAC), quanto externas a ela, como eram os casos das Federação dos Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Norte (FTR), Federação dos Pequenos Proprietários de Terras (FPPT) e Federação dos Trabalhadores Autônomos (FTA).

O papel da Igreja Católica nesse tipo de organização foi, em muitos casos, vital. É sob o incentivo de agentes de pastoral, padres, freiras, leigos em geral e organizações católicas que são dados os primeiros passos na construção de espaços de participação na realidade social dos povos do campo. A Igreja Católica tem, de longa data, assumido o papel de recipiente em que são preparados catalisadores de processos sociais. Ela fornece condições de formação específica e geral aos seus agentes que, quando inseridos na militância – normalmente, este é o primeiro passo de muitos deles –, constituem-se em “agentes de transformação”³. Para Comblin (2005) e Beozzo (2005), o trabalho de formação do leigo e, principalmente, a abertura ao chamado protagonismo leigo, que se deu a partir do Concílio Vaticano II, proporcionou mudanças não só no interior da Igreja Católica. A presença do protagonismo leigo, aliado à característica universal da Igreja e à sua tendência, após o Concílio, de aproximar-se da sociedade, auxiliaram na promoção de transformações para fora de seus muros, visto que estar na sociedade, dela tomar parte e fazer-se atuante e propositiva nos mais diversos temas, tornou-se meta para essa instituição. A Igreja Católica, nesse contexto, está representada por sua ala voltada mais à esquerda, pois boa parte dos processos levados a termo pela ala conservadora possui semelhança extrema com o assistencialismo estatal, chegando mesmo a haver momentos de choque entre um e outro.

³ Termo normalmente empregado no meio dos agentes de pastoral da Igreja Católica para designar aqueles que têm por missão auxiliar na promoção da mudança dos “estados de exclusão”.

1.3. Conflitos e a Reforma Agrária no Brasil

No Brasil, a vocação agrícola remonta a períodos pré-históricos. Alguns dos povos ameríndios já desenvolviam essa atividade nas regiões de várzea dos rios. Entretanto, o efetivo domínio tecnológico foi um processo de milhares e milhares de anos. Por sua condição de colônia portuguesa, o Brasil se formou como um país essencialmente agrícola até o final do século XIX. O ato da Coroa portuguesa de distribuir as terras em grandes propriedades – as sesmarias – gerou um processo de concentração fundiária que, durante muitos séculos, deu o tom do que se poderia caracterizar como a expressão do meio rural.

A questão agrária no Brasil tem sido impregnada pelo conflito. Esse tem sido um meio de se resolver, de modo agudo, problemas que são crônicos. A disputa pela posse e pelo uso da terra tem levado a sintomáticos e sucessivos levantes, com as mais diversas variedades de abrangência. É nesse contexto que camponeses privados de suas condições culturais e de dignidade de vida, espoliados e trabalhadores rurais sem-terra, buscam sua afirmação e condições dignas de sobrevivência.

Diante dessa situação de conflito, no Brasil, a terra e o acesso a ela sempre resultaram em uma “questão”, de maneira que as disputas agrárias estão sendo constantemente problematizadas. Na raiz desse problema, está o latifúndio, vetor de grande parte da miséria no Brasil. Dos primórdios da colonização aos dias atuais, sua presença foi sempre marcante como motivador da questão agrária. Para Martins (1980), essas questões sempre trouxeram consigo momentos de tensão e violência. A posse e/ou o uso das terras e de seus recursos, principalmente quando esses bens são transformados em mercadoria, potencializam as ações violentas.

Em relação à violência no campo, as ações assumem características peculiares e, no decorrer da história do Brasil, ocorreram inúmeros conflitos de terra e das mais diversas maneiras possíveis. As partes conflitantes, na condição de atores desse enredo, modificaram-se e modificam-se de acordo com a época. No entanto, há aspectos comuns a todos, tais como a existência de latifúndios, a exploração da mão de obra, a opressão levada a termo por uma classe dominante pouco numerosa e uma grande massa populacional de despossuídos que, alijados da posse da terra, e/ou dos bens a ela agregados, e submetidos a condições degradantes de trabalho, veem-se impelidos a se colocar em movimento, a lutar por mudanças nas suas condições de vida.

No período inicial da colonização, as relações entre a metrópole e a colônia não deixaram de ser menos conflituosas do que eram antes. A própria base do sistema ao qual o Brasil foi submetido explicitava claramente que os dias que estavam por vir seriam longos e cruéis para a população nativa. Nessa fase, índios e negros pagaram caro, às vezes com a própria vida, pelo direito de existir e de ser. Lopez (1988,

p. 20) nota que “o índio perdeu as terras diante do avanço do branco, foi escravizado e tornou-se vítima de um genocídio silencioso e persistente, às vezes assistemático, mas sempre eficaz”. Os negros, por sua vez, mesmo sob o chicote e com uma organização inicial menos sólida que a dos índios, conseguiram, com o tempo, organizar um dos primeiros espaços de resistência e luta contra a opressão: o Quilombo de Palmares.

Povoamento instalado na Capitania de Pernambuco, na Serra da Barriga, onde atualmente encontra-se o estado de Alagoas, Palmares foi um símbolo da resistência dos negros contra o regime de escravidão instalado no Brasil, no período que compreendeu parte dos séculos XVI e XVII. Abrigando, além de escravos fugidos, índios e outras pessoas segregadas da sociedade, Palmares representou uma afronta ao regime escravocrata, pois, não obstante a situação um tanto quanto precária em que viviam os quilombolas e o enfrentamento de sucessivas expedições organizadas com o fim de debelar o quilombo, a sua capacidade organizativa e produtiva fez com que resistisse por cerca de oito décadas. A fuga, o exemplo de organização e o poder político levaram o colonizador a reagir, pois via no fato de haver um processo de sistematização bem-sucedido de fuga de negros para um local onde poderiam ter novo alento um forte indício do que poderia ser o primeiro sinal de queda do sistema dominante.

De acordo com Aquino (2000), desse movimento, duas figuras de liderança merecem ressalva: Ganga Zumba e Zumbi. Como último líder do quilombo, Zumbi tornou-se um símbolo da luta dos negros contra a opressão, sendo que a data de sua morte, 20 de novembro de 1695, padecendo em combate contra as forças do bandeirante paulista Domingos Jorge Velho, tornou-se o Dia da Consciência Negra.

O aumento das fugas de escravos e a própria organização destes em quilombos, somados a pressões do mercado para uma maior produção, suscitaram uma mudança de estratégia para que se pudesse atender a tal demanda. Nesse sentido, e buscando ainda ampliar as formas de acumulação de capital, a classe dominante buscou ampliar a quantidade de terra sob seu domínio e novas formas de se conseguir mão de obra para trabalhar. Para Lopez (1988), já não mais bastava aprisionar escravos, pois os apelos de consumo da agricultura que visavam atender um mercado cada vez mais voraz, induziam à busca pelo acúmulo de terra, principalmente aquelas com aptidão para a cana-de-açúcar. Dá-se, assim, mais alguns passos rumo à hegemonização do latifúndio. Herança do período colonial, o latifúndio manteve-se durante o Império como fonte de conflito e contestação por parte das classes desprestigiadas e, principalmente, daqueles que sequer entravam nesse sistema de estratificação social.

O Nordeste produziu e sustentou latifúndios que sobreviviam à base da monocultura da cana-de-açúcar. No entanto, tal atividade começou a ter os seus dias contados a partir da invasão holandesa a

Pernambuco (1630 – 1855) e, mais sensivelmente, quando da entrada, no mercado internacional, do açúcar antilhano, de custo menor e produzido pelos holandeses, então expulsos do Brasil. A crise do setor evidenciava-se cada vez mais e seus indicadores (econômicos, sociais e políticos) já se faziam notar, sendo que o termômetro que apresentava índices mais perceptíveis e preocupantes era, justamente, o social. Lopez (1988) refere que os camponeses sem terra, que trabalhavam para os grandes proprietários, não conseguiam se tornar arrendatários na conjuntura acima descrita. Deslocavam-se para as cidades e, por falta de emprego, tornavam-se marginais. Inexistiam indústrias capazes de absorver a mão de obra ociosa e os empregos no comércio varejista (caixeiro, por exemplo) estavam nas mãos dos portugueses.

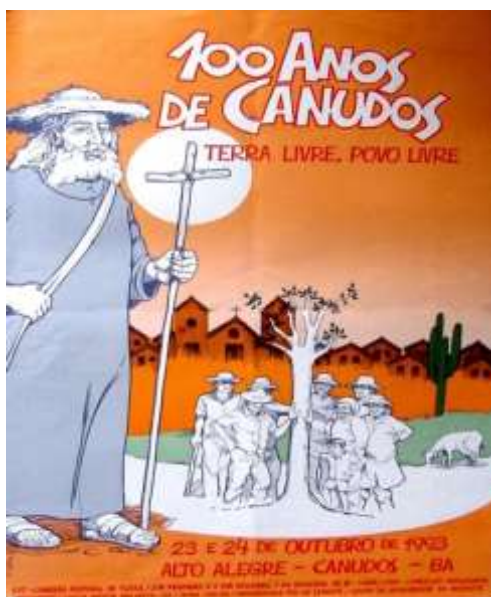
Para Aquino (2000), em suma, essa conjuntura, de difícil sobrevivência para a classe trabalhadora, favorecia potencialmente a organização revolucionária dessa categoria. Encerrando um período de levantes e revoluções que se estendem de 1817 (Revolução Pernambucana) a 1848 (Revolução Praieira), o Nordeste fez escutar o clamor do povo que, debaixo do jugo e da opressão, levantou-se várias vezes, mesmo sendo sucessivamente rechaçado e reprimido com violência. A Revolução Praieira não fugiu da temática geral de problemas que inspiraram e nortearam a maioria dos movimentos dessa espécie, ou seja, a luta por melhores condições de trabalho e vida para a maioria da população e a abertura à participação política. No entanto, importa ressaltar a luta contra o latifúndio e o grau de democratização como fatores notórios na Praieira.

Outro fato de particular importância foi um movimento camponês que culminou com a morte de cerca de quinze mil pessoas: Canudos. “Canudos não se rendeu” – esta célebre frase do escritor Euclides da Cunha (1902), em seu livro *Os Sertões*, por muito tempo fez crer na fidedignidade do autor aos relatos do acontecido e, principalmente, reafirmou o estereótipo do sertanejo como “acima de tudo, um forte”. Essa expressão reflete, na realidade, o descaso das autoridades para com o Nordeste: sendo o nordestino “um forte”, estaria geneticamente preparado para enfrentar as adversidades da Natureza, sem precisar “incomodar” o governo. Necessário se faz amadurecer essa imagem e perceber que a frase foi usada fora do contexto do livro. O que se tem no livro, na realidade, é um melhoramento do material jornalístico produzido durante o período da guerra pelo autor, como enviado do jornal *O Estado de São Paulo*. Esse jornal, respeitando os valores correntes na sociedade daquela época, transmitiu uma visão parcial desta, que era a das classes e elites dominantes de então, buscando coibir o “mau” exemplo de que era um

⁴ Este livro dá uma visão a respeito do episódio da Guerra de Canudos, sob a ótica de um jornal republicano e totalmente avesso aos ideais monarquistas do movimento.

bando de esfarrapados, ignorantes, místicos e alienados se organizando “como se fossem gente” (Acervo do Jornal Estado de São Paulo, edição de 14 de março de 1897)⁵.

Figura 1 – Cartaz dos 100 anos de Canudos



Fonte: Imagem retirada do site Reforma Agrária em Dados.
(<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/cartazes>).

A violência que se espalha pelos campos reflete a necessidade eminente de políticas governamentais voltadas para questões como a distribuição equitativa das terras passíveis de reforma agrária; a moralização dos órgãos que cuidam desse tipo de questão; a racionalização da legislação agrícola e de julgamento dos conflitos que, dadas as protelações e morosidades, levaram ao acirramento das disputas; o fornecimento de condições de vida e trabalho (meios de produção, meios de trabalho, infraestrutura) dignas para o homem e a mulher do campo, cabendo ressaltar que esses são apenas parte dos pressupostos básicos para o equacionamento da questão agrária no Brasil.

Em um determinado período histórico, a inserção de um novo ator social – a Igreja Católica – na luta direta contra o latifúndio veio tão somente catalisar o processo. Mesmo que saibamos que a sua cúpula, no cômputo geral, não é dada a grandes revoluções, podemos perceber que, no período Vargas (década de 1930), essa instituição, apesar de sua reaproximação com o Estado, começou a dar sinais de que iria posicionar-se, em mais este momento histórico, com relação à questão agrária, em particular no que se refere ao latifúndio, por considerá-lo injusto e produtor da miséria dos povos do campo. O que há de

⁵ Este é o endereço eletrônico no qual se tem acesso ao texto do jornal da época: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/topico/881/#!/18970314-6694-nac-0001-999-1-not/busca/nossa+Vend%C3%AAa>.

contraditório nesse movimento é que a intenção principal não era o ataque direto ao latifúndio, ainda que a bandeira aparente fosse essa. Martins (1994) apresenta que

A militância católica era diferente da militância comunista, em muitos aspectos. Os comunistas, até por razões doutrinárias, aceitavam com mais facilidade o destino da proletarização dos camponeses, que entendiam ser inevitável, e que estava, de fato, na essência das transformações que ocorriam. Os católicos, porém, orientavam-se de preferência pela ideia da permanência do trabalhador na terra, pela valorização da sua condição de camponês. E, portanto, pela resistência às mudanças que ocorriam, opondo a elas as reivindicações de uma reforma agrária. Não se tratando, pois, de advogar a manutenção das condições de vida existente. Curiosamente, era nessa direção que atuavam, também, as Ligas Camponesas, que por esse motivo, e por outros, entrariam, mais tarde, em desacordo com os comunistas. Os católicos preconizavam a reforma agrária, mas as Ligas lutavam por uma reforma agrária radical, confiscatória e os católicos queriam uma reforma agrária que respeitasse o direito de propriedade, ou melhor, não o modificasse, mediante justa indenização aos proprietários que tivessem suas terras expropriadas. (p. 113)

Cabe ressaltar que alguns autores levantam críticas às posições de Martins (1980, 1988, 1994). Ao observar os indicadores pelos quais distingue as bandeiras de luta de cada um dos movimentos – a ação dos comunistas, dos católicos e das Ligas Camponesas –, ele, segundo Bertero (2007) e Alves (1985), põe o camponês à margem do capitalismo. E, mesmo concebendo a conexão de alguns camponeses com o mercado por intermédio da comercialização de seu excedente, Martins estabelece uma divisão entre propriedade da terra como terra de trabalho e terra de negócio, sendo esta última capitalista. Cabe refletir que Martins (1994) tão somente aponta elementos para uma forma diferenciada de refletir sobre estas relações, não discordando que o capital exerce influência sobre a vida e as condições de trabalho no campo.

A ideia capitalista de transformação da terra em mercadoria daria ao processo de luta pela terra ares de luta contra a apropriação desse meio pelo capitalismo ou, em uma escala mais ampla, de luta contra o próprio capitalismo. Segundo Martins (1994), essa mescla contraditória de padrões e de sociabilidade foi justamente o fator que aguçou a sensibilidade ética da Igreja e definiu os critérios políticos da ação pastoral. A Igreja, na concepção de Martins (1994), percebeu, antes de várias outras instituições da sociedade, as diferenças que existiam entre terra e capital e que essa relação era responsável pelas relações sociais, econômicas e políticas importantes para a organização e a transformação da sociedade.

A percepção que Martins (1994) aponta remete à situação de extrema miséria das populações rurais, principalmente a nordestina. Martins (1994) percebe que essa realidade poderia ser redefinida a partir de políticas de desenvolvimento voltadas para a realidade da região, que rompessem com as relações políticas clientelistas. Este autor enfatiza que estava perceptível, para os bispos e técnicos do governo,

nos anos cinquenta do século XX, que a pobreza era fruto de um círculo vicioso e que esse círculo deveria ser rompido por meio de políticas externas que visassem à transformação dessa realidade, a ser desenvolvidas pelo Estado.

Assim, de acordo com Loureiro (2013), quando, em 1952, o presidente Getúlio Vargas ordenou a criação de uma comissão governamental que tratasse da questão agrária, estava principiando a ação governamental com vistas a equacionar a questão. Porém, essa proposta só foi apresentada concretamente cerca de dez anos depois, no Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social 1963–1965. O referido plano apresentou mudanças importantes, as quais, naquela conjuntura, foram intituladas de radicais. O Plano propunha a desapropriação de terras improdutivas, bem como o direito de posse dos arrendatários para os posseiros e lavradores. Essas mudanças foram elaboradas pelo então Ministro do Planejamento do governo Goulart, Celso Furtado.

1.4. A categoria *sem terra*

A existência de pessoas que, desprovidas da propriedade da terra, veem-se postas à margem da sociedade e obrigadas a participar de situações que transcendem a lógica da normalidade nas relações sociais é algo que surgiu nos mais remotos tempos da história universal. A sistematização e a elaboração de um conceito, de um termo que sintetize os diversos aspectos constitutivos daquilo que se passou a chamar de “sem-terra” é bastante recente e continua no processo de lapidação.

No final da ditadura militar brasileira, o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra entrou em ascensão. Isso se deu graças à inversão de prioridades na ação e no discurso dos mediadores que substituíram a luta contra a expulsão das terras que ocupavam pela “luta pela permanência na terra, que foi rapidamente suplantada pela luta por desapropriações e assentamentos dos trabalhadores sem-terra e, particularmente, pelo impacto das ocupações de terras” (Martins, 1994, p. 150).

Os sem-terra são novos atores sociais não tão “novos” assim. Eles estão em um período culminante de sua existência, seja por representarem um novo impulso na luta pela Reforma Agrária, seja pelo próprio poder de mobilização que as suas ações estão provocando. Estão dando um novo alento à capacidade de indignação da população brasileira. É sob a bandeira do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – movimento que, até a década de sessenta do século XX, tinha uma conotação bastante positiva e, que depois do Regime Militar, especificamente, na década de oitenta do século XX, ressurgiu com uma nova orientação e com uma intervenção em níveis nacional e internacional – que um número cada vez maior de trabalhadores rurais sem terra está marchando sobre os latifúndios improdutivos,

promovendo ocupações a sedes de organismos do governo, em uma estratégia mais agressiva que tem dado alguns resultados apreciáveis.

De acordo com Fernandes e Stedile (1999), o caráter emergente do MST demonstra que, a cada dia, o movimento ocupa um grau maior de privilégio na interlocução da luta pela terra. Contudo, não se pode deixar de evocar a luta histórica dos sindicatos rurais, da Igreja Católica – e, não somente esta, mas algumas outras que compreenderam a urgente necessidade de democratização do espaço agrário e o respeito às populações tradicionais e a seus remanescentes – e de uma série de entidades que atuam nessa área, tais como o Movimento pela Terra em Pernambuco, o Movimento das Comunidades Independentes, o Movimento da Luta dos Sem-Terra (MLST) na Bahia, o Movimento Corumbiara, a Pastoral da Terra, etc.

Após um período em que o Brasil mergulhou em uma ditadura, a década de oitenta do século XX, com o início da abertura democrática, veio trazer a semente que germinou na década seguinte. O senso de patriotismo irrefletido, fruto da propaganda do período ditatorial, foi sendo suprimido, tomando seu lugar uma ação mais consciente por parte da população que, por estar explorada e excluída do sistema, clamava por maior liberdade, democracia e respeito aos direitos humanos. Nesse contexto, os trabalhadores rurais veem uma nova oportunidade de se organizar e lutar por seus direitos.

Em um quadro de longos anos de repressão militar, de pressão dos latifundiários sobre os sindicatos de trabalhadores rurais e os posseiros, de pressão da bancada ruralista sobre o governo federal, tendo em vista o emperramento, ou mesmo o aniquilamento, do sonho de Reforma Agrária, uma necessidade imperativa, a fome, que leva para um segundo plano mesmo as mais severas situações de dominação, vivida por contingentes cada vez maiores de trabalhadores rurais, alimentou o desejo de levantar-se contra o poder instituído, de “subverter a ordem”. A chave de leitura para a compreensão do papel dos sem-terra na atual conjuntura agrária brasileira passa pela compreensão de outra categoria mais bem delineada e com uma atuação e presença histórico-social marcante, a saber, o camponês. Compreender que o sem-terra foi, ou ainda é, um camponês legítimo, indireto ou potencial, é também analisá-lo a partir da perspectiva de desposuimento de ambos. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra “nasceu a partir das lutas concretas que os trabalhadores rurais sem-terra foram desenvolvendo de forma isolada nos estados brasileiros” (Paiva, 1987, p. 30).

A cada indagação da realidade agrária, surgiam novas respostas e novos protagonistas. Os trabalhadores rurais sem-terra aproveitaram anseios concretos das camadas mais simples da população rural. Visavam, em uma perspectiva maior de luta, aglomerar um número expressivo de trabalhadores rurais e tornarem-

se uma força politicamente mais bem percebida. Hoje, esse “status” já foi atingido. Falta, tão somente, o envolvimento da sociedade como um todo para uma legitimação maior dessa força emergente e, assim sendo, uma incrementação mais consistente da luta pela democratização do acesso à terra.

Nesse aspecto, ou seja, com relação à soma de forças da sociedade com os sem-terra, um entrave muito forte se evidencia, visto que suas raízes estão profundamente inseridas em um dos pilares de sustentação da sociedade: a economia. O MST, segundo a concepção de Martins (1994, p. 151) desencadeou um processo de luta em uma realidade desfavorável, em terrenos de adversários, “isso porque a ocupação de terra não se deu com base no mesmo argumento moral de precedência do posseiro, com seu trabalho, em relação ao grileiro, mero especulador funcionário”. Mas se deu com base no argumento econômico da propriedade improdutivo. O choque produzido pela indagação ao direito de propriedade sobre o direito à vida e à dignidade do trabalho, se dilui na luta mais ideológica do direito à terra. Os movimentos e as organizações de trabalhadores e trabalhadoras rurais que lutam pela implantação de um processo de Reforma Agrária até os dias atuais ainda são identificados, pela mídia, por exemplo, como *invasão* de terras, e não *ocupação* de terra. Os trabalhadores, mesmo assentados nas agrovilas com o título da terra, ainda são chamados *sem-terra* e as crianças de *sem-terrinhas*.

1.5. O sindicalismo rural: o caso de Apodi/RN

O Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi/RN (STTR) foi fundado no dia 30 de novembro de 1963, com o nome de Sindicato dos Trabalhadores da Lavoura do Município de Apodi. Em janeiro de 1966, foi criada a Lei nº 4.214, que aconselhava o STTR a usar, como razão social, a denominação de Sindicato dos Trabalhadores Rurais, para que os agricultores e agricultoras usufruíssem de seus direitos trabalhistas e previdenciários. O sindicato foi fundado com 270 sócios, dos quais 11 eram mulheres. Esse foi também um período de criação de diversos sindicatos rurais em todo o país. No início, seguiu a mesma lógica de atuação dos demais sindicatos rurais da época, ou seja, voltava suas ações quase exclusivamente para subsidiar a Previdência Social, suas atividades se resumiam em encaminhamentos de aposentadoria rural e outros benefícios e atendimentos de saúde, como o odontológico e o oftalmológico. A forma como se trabalhava essas ações era pautada no *assistencialismo*. Há, no município, dois sindicatos rurais. Um deles é patronal e, na sua razão social, intitula-se de representante dos produtores rurais. Esse sindicato representa os proprietários de terra, os pecuaristas, e não diretamente os trabalhadores e trabalhadoras rurais. O outro agrega todos os trabalhadores e trabalhadoras rurais e é intitulado Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR). Antes, até 2000, a sigla só recebia um “T”, mas, a partir de um longo processo de reivindicação das

trabalhadoras rurais, que exigiam ser visíveis na identificação, o nome foi mudado e acrescentou outro “T”, o de “Trabalhadoras”. Em termos de atuação, até meados da década de noventa do século XX, tanto o sindicato patronal, quanto o STTR seguiam uma linha assistencialista, desviando-se de seu papel político e representativo, já que foram fundados com o objetivo precípua de organizar e institucionalizar um instrumento de luta para conquistar a autonomia dos trabalhadores rurais – aqui cita-se somente “trabalhadores”, tendo em vista que, nessa época, as mulheres não eram incluídas diretamente nas ações do sindicato, e o representante, o titular, era o homem e, na sua falta, um filho –, amenizando suas necessidades e, conseqüentemente, melhorando a vida no campo. Verificando os documentos do Sindicato Rural de Apodi, percebemos que foi somente no ano de 1997 que uma mulher passou a compor o quadro da diretoria executiva, assumindo a função de Secretária (Edilma Zilma da Silva, agricultora do sítio Córrego).

Essa forma de atuação do STTR de Apodi/RN perdurou por trinta anos. Na década de noventa do século XX, com a aproximação da CPT e de outras entidades e também fruto de debates nacionais que já vinham acontecendo desde as décadas de setenta e oitenta do século XX, pautados na necessidade de um novo sindicalismo que rompesse com as posturas assistencialista e paternalista e que priorizasse a mobilização dos agricultores e seu engajamento nas lutas, realizou-se a eleição de uma chapa⁶ que trazia, em seu interior, uma nova forma de atuação e representação sindical rural. Essa nova fase representava um projeto político para o sindicalismo municipal, principalmente para os agricultores e agricultoras familiares, que se encontravam na subalternidade.

Nessa nova etapa de sua trajetória, o sindicato passa a assumir uma postura de representatividade dos trabalhadores rurais, já que antes representava os grandes proprietários de terra, a agricultura patronal. Essa nova gestão tinha como bandeira de luta a inclusão dos agricultores familiares, dos meeiros, posseiros, sem-terra e demais categorias de agricultores e agricultoras na dinâmica das decisões e na representatividade sindical. Esse novo modelo de representação trazia para o debate questões antes esquecidas, tais como descentralização dos processos decisórios, acesso a políticas públicas, criação de fóruns – como espaços políticos de debate e formação –, dinâmicas de reunião para tomada de decisão coletiva e as comissões de mulheres, de jovens e idosos e idosas. Essa mudança política dos rumos do sindicalismo no município favoreceu e incrementou um debate interno efervescente, reflexo de uma discussão nacional que já preconizava a urgência da participação sindical para as mulheres. A partir dessa redefinição política de atuação, a luta pela terra se fortaleceu e avançou no município. Essa era

⁶ Grupo formalizado de candidatos para compor a diretoria do sindicato.

uma pauta que antes não fazia parte das prioridades e demandas do sindicato. Esse processo culminou com a desapropriação de várias terras improdutivas e a emissão de posse para vários trabalhadores e trabalhadoras sem-terra. Atualmente, o município conta com 15 assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e 28 da Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Apoio à Reforma Agrária (SEARA), com cerca de 620 famílias, sendo que 1.300 ainda estão no processo de luta para serem assentadas.

Outro indicador de mudança da ação política do sindicato é a existência de cerca de 60 associações comunitárias, organizadas em um fórum de representação – o Fórum da Agricultura Familiar de Apodi –, que conta com um número significativo de sócios e sócias, que entendem a organização como fundamental para se discutir os problemas das comunidades rurais, encaminhar e atingir seus objetivos comuns. Inclusive, esse processo de reconfiguração sindical, essa nova forma de fazer sindicalismo, foi gestado a partir das discussões e processos atrelados ao associativismo no município, que surgiu na comunidade de Água Fria, na década de oitenta do século XX. O associativismo rural tem sido uma prática largamente adotada pelos agricultores e agricultoras familiares e produtores, principalmente nas áreas de Reforma Agrária. São entidades que agrupam certo número de produtores com interesses comuns e que têm a finalidade de resolver os problemas de forma coletiva e com uso de práticas solidárias (Kunzler & Bulgacoy, 2011).

A Associação de Água Fria foi oficialmente criada no dia 15 de janeiro de 1984, sendo a primeira experiência no município de Apodi/RN. De início, os objetivos da Associação se voltavam para o abastecimento de água na comunidade. No entanto, merecem ressalva alguns direcionados a transformações mais radicais, como, por exemplo, a tomada do poder à frente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Apodi que, há muitos anos, não se mostrava sensível aos apelos e reivindicações daquela comunidade, sendo esse, então, um sentimento compartilhado por outras comunidades e assentamentos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, dos sem-terra, dos meeiros, moradores e outras formas de trabalho não formal. Esse intento só foi atingido dez anos mais tarde, quando passou a estar à frente do STTR de Apodi o agricultor da comunidade de Melancias, Moacir Lucena de Moraes, que era o candidato representante dessas aspirações sociais e políticas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Todo o processo de discussão e criação contou com a participação ativa da Igreja Católica local, de organizações da Diocese, organizações governamentais e não governamentais e de uma considerável ajuda do exterior, proveniente de organizações de fomento (financiamento a fundo perdido) tanto da Holanda, quanto da Alemanha. Esses parceiros potencializaram o impulso necessário aos primeiros

passos, tanto organizacionais, quanto financeiros. O primeiro terreno da associação de Água Fria foi comprado com recursos vindos da Holanda, via paróquia local. Esses investimentos internacionais foram importantes, pois, sem essa ajuda, o sucesso inicial do processo de organização não teria sido possível.

O FOAFAP foi criado na década 1990, como um dos resultados do processo de discussão da necessidade de uma nova política sindical, constituindo-se como um espaço importante de luta para a implantação desse novo sindicalismo que realmente representasse a categoria. Para a criação do fórum, houve a participação do CPT, do Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos do Campo (SEAPAC) – à época, chamado Centro de Capacitação em Projetos Alternativos Comunitários (Cecapas) –, do Movimento de Educação de Base (MEB) e de outras entidades que acompanhavam e assessoravam todos esses processos de organização dos agricultores e agricultoras do município. Uma das grandes conquistas do fórum foi definir que as políticas públicas do município fossem discutidas e encaminhadas no seu interior. A partir daquele momento, os trabalhadores tiveram acesso a projetos como, por exemplo, o Programa de Desenvolvimento Solidário (PDS) e o Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC). Muitas outras reivindicações foram conquistadas por meio desse espaço de organização e de representação coletiva.

Esse fórum também conseguiu fortalecer a organização das associações e incentivar as comunidades que ainda não desenvolviam um processo de organização próprio. Outra conquista por ele obtida a partir de sua luta foi a mudança da composição do conselho do Fundo Municipal de Apoio Comunitário (FUMAC), que define quais as comunidades que serão contempladas com os recursos do Governo do Estado, recebidos pelo município, mediante o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP), transformado em Programa de Desenvolvimento Solidário (PDS) e agora chamado de RN Sustentável. Até então, esses recursos eram controlados pelo poder público e usados de forma abusiva e eleitoreira por vereadores em períodos eleitorais. O referido conselho atualmente é formado com a participação de 80% da sociedade civil e é o FOAFAP que define esses nomes e também as comunidades que serão beneficiadas. Para essa definição, existem alguns critérios, tais como: a associação tem que estar organizada e participar do fórum e estar presente constantemente nas reuniões mensais.

O fórum está atualmente em plena atividade. É um espaço autônomo dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de que participam, de forma representativa, as associações do município, tanto as dos assentamentos, quanto as das comunidades⁷. O FOAFAP tem se caracterizado como um espaço importante para os trabalhadores e trabalhadoras rurais, pois nele se discute e se decide coletivamente

⁷ Assentamentos rurais são terras fruto do processo de Reforma Agrária. Comunidades rurais são locais onde os agricultores detêm pequenos pedaços de terra, na sua grande maioria.

sobre políticas públicas, bem como sobre problemas das associações e da agricultura familiar de forma geral⁸.

1.6. O movimento sindical rural e a participação das trabalhadoras rurais: as comissões de mulheres

A recomposição política do movimento sindical rural, pós 1964, a retomada pública da luta pela reforma agrária como elemento imprescindível para a redemocratização do país, o surgimento de novas organizações de base rural e a presença de novos sujeitos políticos na conjuntura, nos anos de 1980, compõem o cenário para o surgimento das organizações de mulheres no meio sindical, visando a sua inclusão nos organismos de direção e a criação de espaços específicos das mulheres, como as Comissões de Mulheres nos Sindicatos.

O III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais (CNTR), de 1979, representou um marco na organização sindical rural, pois nele foram traçadas estratégias para as lutas específicas de cada setor e para o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR).

O referido Congresso garantiu, definitivamente, a entrada das trabalhadoras rurais no cenário político e sindical quando ampliou suas lutas com as bandeiras específicas das trabalhadoras rurais, entre elas, a luta por um salário mínimo que garantisse uma vida digna, por equiparação salarial (salário igual para trabalho igual) e pelo reconhecimento das agricultoras que trabalhavam em sítios e chácaras como parte da categoria trabalhadora rural e não como trabalhadoras domésticas. Com isso, abriram-se as pautas sindicais às primeiras reivindicações das mulheres trabalhadoras rurais assalariadas. Contudo, mesmo reconhecendo os avanços alcançados no III CNTR, esse Congresso reafirmou a cultura patriarcal ao definir que a titulação da terra fosse apenas em nome do homem “chefe de família”, “o provedor que sustenta a família”, ou “aos jovens que venham a construir família”, continuando, assim, a exclusão das mulheres trabalhadoras rurais da titulação da propriedade.

O IV CNTR, realizado em Brasília, no ano de 1985, foi o maior congresso da categoria, com 4.100 delegados e uma expressiva participação de mulheres. Historicamente, coincidiu com o início do primeiro governo civil, após os anos de ditadura militar.

⁸ Dados coletados no decorrer da pesquisa participante (reuniões do FOAFAP, do STTR, da diretoria do STTR e eventos realizados pelo STTR).

Figura 2 – Cartaz do IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais



Fonte: Informativo Terra, nº 2, FETAEMG.

O Congresso se posicionou pela redemocratização do país e, juntamente com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e outros setores populares, o MSTR participou ativamente da campanha pela anistia ampla, geral e irrestrita dos exilados e presos políticos, pela defesa da Amazônia e da campanha pelas “Diretas já”.

Nesse processo de efervescência política e organizativa, as trabalhadoras rurais foram fundamentais para a construção da pauta geral do MSTR. Os cartazes e matérias do Congresso mostravam a figura do homem e da mulher, sendo reconhecida a presença política e produtiva das trabalhadoras rurais. Merece destaque a importância dessa simbologia, pois sabemos o quanto é difícil discutir e publicitar as pautas, as imagens e as reivindicações das mulheres em uma sociedade como a brasileira, fortemente constituída em bases patriarcais, onde a mulher é a responsável pela reprodução, transita quase que essencialmente no mundo doméstico/privado, vivendo em uma espécie de isolamento social, em um universo familiar repleto de regras e padrões que reforçam seu “lugar” na sociedade. Como o movimento sindical, em sua maioria, é formado e dirigido por homens, é um espaço que apresenta muita resistência à discussão e à incorporação das demandas das mulheres. É importante destacar o IV CNTR como o momento de inserção propositiva das mulheres na política sindical. Nesse Congresso, mesmo elas sendo minoria, trouxeram as questões específicas das trabalhadoras rurais para a pauta. Com essa iniciativa, as mulheres garantiram alguns encaminhamentos, como a aprovação de um programa de ações específicas dirigidas às mulheres, incentivando a participação e a organização das mulheres no MSTR, a constituição específica de debates e articulação, abrindo caminho para a autodeterminação. Outra proposta das mulheres aprovada no Congresso foi a de denunciar publicamente os projetos governamentais de planejamento familiar que submetiam as mulheres do campo à esterilização em massa. Também foi deliberado que a eleição da direção da Confederação Nacional dos Trabalhadores

na Agricultura (CONTAG) passaria a ser realizada em congressos, com a participação dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Realizado em novembro de 1991, com a participação de 2.100 delegados e delegadas, o V CNTR debateu a ameaça do projeto neoliberal às históricas bandeiras de luta do MSTR. Mediante a discussão em torno dos eixos *Terra, Produção e Salário*, discutiu-se a necessidade de unificação do movimento sindical rural e urbano com base no pressuposto de que essa unificação fortaleceria a luta. O Congresso deliberou a filiação da CONTAG à CUT. Além disso, deliberou pelo incentivo à formação das comissões, departamentos e secretarias específicas de mulheres nos STR, na Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG) e na CONTAG. A partir do V CNTR, após a estruturação da CONTAG em secretarias específicas e setores, o Setor da Formação Sindical e a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais passam a ser coordenadas pela vice-presidente da entidade.

O VI CNTR, com o tema *Nem fome nem miséria: o campo é a solução*, realizado em abril de 1995, defendeu um modelo de desenvolvimento rural sustentável para combater a subordinação de gênero e todas as formas de discriminação. As grandes contribuições desse Congresso foram o debate e as deliberações sobre a construção de um projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável, baseado na Reforma Agrária e na agricultura familiar.

No ano de 1999, a CONTAG realizou o seu VII Congresso, no qual foi deliberada a obrigatoriedade de que todos os Sindicatos Rurais filiados compusessem comissões de mulheres para desenvolver atividades que fortalecessem a participação das trabalhadoras rurais. Essa deliberação, na prática, não funcionou. As comissões foram criadas, já que eram obrigação estatutária, porém só existiam no papel, pois, na prática, elas não exerceram a atribuição para a qual foram criadas. O movimento de mulheres percebeu que não seria apenas por força dessa resolução que as comissões de mulheres passariam a ter uma atuação concreta no interior dos sindicatos rurais. A Federação dos Trabalhadores da Agricultura do RN (FETARN), via comissão estadual de mulheres, chegou à conclusão de que seria necessário que as trabalhadoras rurais de cada sindicato entendessem que a sua auto-organização dependia da sua organização como trabalhadoras rurais na luta cotidiana, ou seja, seria necessário construir a participação efetiva e propositiva dessas comissões. Essa percepção impulsionou um permanente trabalho de auto-organização das mulheres rurais, contribuindo, dessa forma, para a consolidação de seu espaço como sujeitos no interior da sociedade e das organizações sindicais como um todo.

Fruto dessa conjuntura, a organização das mulheres no Sindicato de Apodi iniciou-se em 1997, quando a FETARN, por meio da comissão estadual de mulheres, realizou um encontro com trabalhadoras do

STTR de Apodi. Dezassete mulheres participaram desse encontro e, a partir dele, foi criada uma comissão provisória, que recebeu a incumbência de realizar o I Encontro Municipal das Trabalhadoras Rurais, que ocorreu ainda em 1997. O encontro foi organizado pela Comissão de Mulheres do Sindicato, pela Cooperativa Terra Viva e pelo PDA Santa Cruz – Programa de Desenvolvimento de Área (metodologia utilizada pela Visão Mundial, que tem sede no município de Apodi/RN). Além das questões relacionadas à saúde da mulher, já discutidas de forma recorrente e pautadas pelo movimento de mulheres urbanas, pautou-se também a luta por creches nas comunidades e assentamentos, uma vez que os cuidados com as crianças são atividades exercidas quase exclusivamente por mulheres. Essa pauta das creches surgiu a partir dos debates nacionais feitos nos encontros e congressos sindicais e se fundamentava nas discussões sobre a escassa disponibilidade de tempo das trabalhadoras rurais para a participação nas associações, nos STTR e em outros espaços políticos.

Nas eleições de 2000, apareceu, pela primeira vez, nas chapas de votação do STTR de Apodi, a definição de uma comissão de mulheres. Essa comissão era composta por dez trabalhadoras rurais, oriundas de comunidades e assentamentos. A comissão, por meio dos pares, elege uma coordenadora, e esta passa a ter voz e voto nas reuniões da diretoria executiva dos STTR.

Sensíveis às críticas que eram feitas à forma como estavam sendo criadas e se organizavam as comissões municipais de mulheres nos sindicatos, as trabalhadoras de Apodi/RN se preocuparam em organizar o planejamento de suas atividades e ações de forma autônoma. A despeito das dificuldades históricas da participação política das mulheres, podemos considerar que a comissão contribuiu e está contribuindo decisivamente para que hoje exista um número significativo de mulheres participando nas associações comunitárias, nas assembleias do sindicato, o que é facilmente perceptível pela memória fotográfica das assembleias do sindicato e pelos livros de assinatura.

A comissão se reúne mensalmente na sede do sindicato e incentiva a participação e representação de todos os grupos de mulheres nessas reuniões, mesmo que oficialmente não façam parte da comissão. A comissão procura acompanhar as reuniões dos grupos de mulheres das áreas rurais, pelo menos trimestralmente, já que o município conta com mais de 60 associações. Realiza anualmente o Encontro Municipal de Trabalhadoras Rurais, é responsável direta pelas atividades do dia 8 de março, que entende como um dia de luta e resistência, participa ativamente de eventos nacionais e internacionais, como a Marcha Mundial das Mulheres, a Marcha das Margaridas, Congressos, encontros e outras atividades⁹.

⁹ Dados coletados no decorrer da pesquisa participante (reuniões do FOAFAP, do STTR, da diretoria do STTR e eventos realizados pelo STTR).

CAPÍTULO 2. MULHERES EM ASSENTAMENTOS RURAIS DE REFORMA AGRÁRIA: GÊNERO, EMPODERAMENTO E PARTICIPAÇÃO

Esse capítulo propõe-se apresentar o marco teórico que norteará a tese, sinalizando os principais conceitos que foram trabalhados ao longo do estudo – gênero, patriarcado, poder, participação política e empoderamento –, apresentando sua relevância e entrelaçamentos teóricos e práticos. De início, serão abordados os conceitos de gênero e patriarcado. Para compreender a subalternidade (o desempoderamento) das mulheres, notadamente das trabalhadoras rurais aqui evidenciadas, entendemos que o conceito de gênero, em suas diferentes abordagens, apresenta elementos importantes para a reflexão sobre androcentrismo, sobre as relações de dominação e opressão entre homens e mulheres, buscando compreender como essas relações são elaboradas e reproduzidas socialmente. Esse processo se dá através da corporificação de um conjunto de dispositivos comportamentais que, do ponto de vista do senso comum, são entendidos como algo natural. A naturalização das relações de dominação e opressão impede a compreensão de que essas desigualdades entre os gêneros resultam e são legitimadas por construções sociais, que reforçam e perpetuam as injustiças entre os homens e as mulheres. Mas também podem ser redefinidas, reelaboradas a partir de um processo de análise e mudança das práticas sociais.

Esse conceito, de forma analítica, aponta e possibilita o entendimento e a desconstrução, a partir de um processo de questionamento das percepções e práticas do que socialmente se vincula aos diversos papéis atribuídos aos homens e mulheres no âmbito das atividades humanas. Esse questionamento permite desmistificar o lugar das mulheres e o dos homens como se fossem lugares separados, hierarquizados, como se um tivesse mais valor do que o outro. E isso se apresenta tanto nas relações produtivas, quanto nas reprodutivas, nos espaços micro e macrosociais: na casa, na rua, no cercado, no quintal. Enfatizamos que, nesta análise, temos a preocupação de não reforçar as dicotomias (público/privado; homem/mulher, sujeito/objeto, produtivo/reprodutivo, dominantes/dominados e demais dualismos), não somente na perspectiva de romper com o binarismo, mas porque entendemos que essas esferas não são espaços isolados de atuação, interpenetram-se, uma interfere na outra. Muitas vezes, as trabalhadoras têm dificuldades de participar de reuniões, fóruns e demais espaços de representação por conta das suas responsabilidades com o trabalho doméstico, o cuidado com os filhos, com os idosos e demais tarefas atribuídas às mulheres (Boni, 2004; Siliprandi, 2009).

Para o entendimento dessa realidade, o conceito de gênero constitui uma importante categoria de análise. A compreensão das relações entre trabalhadores e trabalhadoras rurais ajudará a elucidar a

dominação, a opressão e a invisibilidade das trabalhadoras rurais nas áreas de assentamentos rurais, especialmente nos espaços de representação e poder. Nesse sentido, torna-se claro que a forma como essas ligações vêm se dando fortalece, significa e ressignifica as relações de poder entre homens e mulheres. Assim, o gênero é compreendido, neste estudo, como elemento constitutivo das relações sociais estruturadas e estruturantes da dominação masculina. Ou seja, estruturadas pelas próprias relações humanas e condicionadoras dessas mesmas relações. Essas reflexões passam pelas ideias de Pierre Bourdieu (2012), para quem a ordem masculina do cosmo está corporificada, atingindo tanto homens, quanto mulheres. Isso quer dizer que, apesar de as mulheres viverem a dominação, são também sujeitos desse processo: dominadas, mas ainda sujeitos, que podem fazer dos espaços e instâncias de opressão lugares de resistência, luta e exercício de poder (Louro, 1997). A categoria gênero é um fator de “poder” por meio do qual é possível discutir as estruturas simbólicas (componentes representacionais) que se materializam na concretude das relações sociais e que organizam e mantêm as desigualdades entre homens e mulheres, ou seja, que sustentam as relações de poder constituídas a partir das diferenças atribuídas e percebidas entre homens e mulheres.

No que diz respeito ao conceito de patriarcado, enfatizamos como as dinâmicas sociais organizadas a partir da figura masculina contribuem para o sistema social de opressão das mulheres. Essa discussão se soma ao debate sobre gênero, já que salienta a hegemonia do discurso patriarcal como elemento que ainda existe e reforça a naturalização da ordem societária. Sinalizamos que, apesar de existir um processo de resistência das mulheres à opressão patriarcal que lhes tem sido imposta há séculos, as relações patriarcais se mantêm. Nessa perspectiva, acreditamos que entender o *modus operandi* do circuito patriarcal é importante para a compreensão e o desvendamento das relações de gênero e poder nas áreas rurais. Piscitelli (2004) frisa a importância de compreender que o conceito de patriarcado objetiva demonstrar que a subordinação das mulheres não é natural e que é possível combatê-la. Ressalta, ainda, a importância de as políticas públicas serem pensadas a partir de uma perspectiva de gênero, pois a inclusão desse debate no planejamento de políticas públicas é de suma importância para o empoderamento e a autonomia das mulheres.

No campo, especificamente no modelo de produção agrícola familiar, as relações de poder entre os homens e as mulheres se apresentam sob múltiplas formas, que vão desde as relações familiares cotidianas até às relações políticas micro e macrosociais. O poder é circular e está presente em todas as relações sociais, da relação mais micro à relação mais macro. No entanto, também se entende que esse poder não é estático, eterno. Daí a importância do processo de formação das trabalhadoras rurais, que objetiva proporcionar seu empoderamento a partir da auto-organização.

Vale salientar que o empoderamento é visto aqui como um processo de conquista da autonomia e da autodeterminação das mulheres nas esferas social, econômica e política. Temos ciência de que esse processo é conflituoso, já que pode gerar mudanças, redefinições nas relações de poder. Porém, esse é um processo relevante para a representação política das trabalhadoras rurais assentadas de Reforma Agrária. Assim sendo, entendemos os conceitos de gênero, poder, empoderamento e autonomia como conceitos-chave para a análise sobre a representação, o acesso e a participação política das mulheres, em especial, das trabalhadoras rurais. O último assunto a ser abordado nesse tópico será, portanto, a representação política das trabalhadoras rurais, resultante de um processo de formação que lhes possibilita conquistar autonomia.

Nesse capítulo, apresentaremos também, um conjunto de questões/reflexões sobre o debate em torno da categoria conceitual “empoderamento” (*empowerment*), visando discutir suas origens e as diferentes abordagens no que concerne ao uso do termo e também enquanto modelo de análise para a compreensão do processo de organização e participação das trabalhadoras rurais. Para tanto, o diálogo está fundamentado em autores que tangenciam, em menor ou em maior grau, essa discussão, tais como: Aithal (1999); Friedmann (1996); Iorio (2002); Kleba e Wendausen (2009); Horochovski e Meirelles (2007); Oakley e Clayton (2003); Perkins e Zimmerman (1995); Romano (2002) e Sardenberg (2011). Busca-se, a partir disso, relacionar o termo “empoderamento”, tanto em suas nuances teóricas quanto nas práticas, às ações voltadas para as reflexões e atividades com mulheres trabalhadoras rurais, já que é nesse rumo que seguiremos com a análise de forma específica. A escolha dessa categoria de análise se explica pelo fato de ter sido vastamente utilizada nos processos de empoderamento de trabalhadores e trabalhadoras rurais das áreas de assentamentos de Reforma Agrária e por condicionantes acadêmicos e teóricos que objetivam evidenciar e reconhecer a importância do conceito, mas também as suas dificuldades de aplicação.

Neste capítulo, especificamente, bem como nos contornos gerais deste trabalho, propomo-nos debater as principais perspectivas do empoderamento aportadas nas diversas concepções e polissemias tendo em vista a problematização de processos de formação e auto-organização de trabalhadoras rurais assentadas de Reforma Agrária. A partir desse recorte, elencamos três questões para focar nosso processo de reflexão: (1) Quais são suas origens? (2) Como é que a categoria tem sido abordada na literatura? (3) Que lógicas presidem às diferentes perspectivas de empoderamento (e aqui situaremos as mulheres, sujeitos de nossa análise)?

O objetivo desse capítulo é, portanto, o de apresentar elementos que possibilitem refletir sobre a representação das trabalhadoras rurais nos Projetos de Assentamentos (P.A.), tanto nos espaços internos quanto nos externos. Dessa forma, acreditamos que é interessante compreender a formação desses espaços, desde a ocupação da terra, passando pela posse desta, até à organização da agrovila e a criação da associação como espaço máximo das decisões coletivas. Tudo isso a fim de compreender como é construído, ou mesmo reproduzido, o lugar das mulheres nesses espaços e sua consequente representação como categoria.

Para entender o processo de representação das trabalhadoras rurais nos P.A., e, podemos até dizer, na Reforma Agrária, analisaremos um processo de formação que acontece na maioria dos P.A. Esses processos formativos são fruto de reivindicações dos movimentos sociais do campo, notadamente o movimento feminista, que expõe a permanência e a manutenção da subalternidade feminina no plano das relações de gênero nos espaços de assentamento.

2.1. Gêneros, patriarcado e violência simbólica: categorias de análise

Para que as mulheres possam realmente assumir a condição de sujeitos políticos, é preciso o reconhecimento das injustiças, da dominação masculina, bem como o questionamento do *habitus* (Bourdieu, 2012). É necessário compreender, ainda, como as estruturas sociais se apresentam e se consolidam nas esferas da economia, da cultura e da política. Cabe ressaltar, com base nisso, que se faz necessário analisar essas esferas em seus encadeamentos recíprocos, de modo a entendê-las em um contexto social que compõe um todo complexo que se reflete nas diferentes instâncias da vida microssocial. As desigualdades entre homens e mulheres são econômicas, políticas, culturais e sociais. São legitimadas por esquemas de pensamento e ação expressos em discursos e práticas sociais que, em muitos casos, servem de instrumentos de sujeição e dominação. Bourdieu (1989) assevera:

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a domesticação dos dominados. (p. 11)

Nesse sentido, faz-se imprescindível a análise do conceito de gênero como ponto central para a problematização dessas relações de desigualdade entre homens e mulheres, com vistas a superá-las. Dito de outro modo, esse conceito permite a reflexão sobre os porquês e os modos pelos quais as condições de desigualdade se engendram e se perpetuam em diferentes dinâmicas da atividade humana.

Vários autores e autoras, a exemplo de Faria e Nobre (1997), Matos (2008) ou Scott (1995), trouxeram para o debate o conceito de gênero, não somente no sentido de apresentá-lo em suas dimensões semânticas, mas, principalmente, buscando desencadear um processo crítico-analítico que possibilitasse entender as relações entre homens e mulheres na sociedade. Do ponto de vista cronológico, as discussões em torno da categoria gênero foram iniciadas entre as décadas de 1930 e 1970. Contudo, seu uso científico e, principalmente, político se consolidou em meados de 1970, disseminando-se rapidamente nas ciências e nos movimentos sociais a partir dos anos de 1980 pelas teóricas feministas. Matos (2008) assim descreve esse momento:

Após arrombarem as portas do saber acadêmico e universitário ao longo dos séculos XVIII e XIX, foi no alvorecer do século XX, especialmente entre os anos 30 e 70, que surgiram grupos de acadêmicas que problematizaram a produção do conhecimento a partir de um viés crítico, gerando os estudos feministas (*feminist studies*) ou os estudos de mulheres (*women studies*). (pp. 335–336)

Consoante esse raciocínio, o conceito de gênero foi sendo construído a partir das críticas aos vieses androcêntricos de análise das relações sociais à medida que se desenvolvia o movimento feminista. Para Albernaz e Longhi (2009, p. 81), a categoria gênero foi cunhada com essa finalidade, para explicitar de que forma a relação entre natureza e cultura opera na justificativa das desigualdades entre homens e mulheres. Segundo Matos (2008), o ponto de partida para os estudos de gênero “seria o da subordinação da mulher ao homem, para entender e explicitar as muitas vicissitudes de como tais relações de dominação e opressão são elaboradas socialmente” (p. 337). O conceito, de forma analítica, apontou a possibilidade de entender e desconstruir, a partir de um processo de questionamento, a categorização do que é ser homem/masculino e mulher/feminino.

Foi a partir desses processos reflexivos, propostos tanto por militantes, quanto por teóricos, que se foi construindo a autonomia dos debates e discussões sobre as especificidades e a relevância do conceito como categoria de análise, seja no recinto da academia, seja no próprio movimento feminista. O conceito recebeu críticas, como aquelas feitas por Saffioti (2004), sobre o foco exagerado no conceito de gênero em detrimento de outras categorias, que ficam esquecidas e relegadas. A autora fundamenta sua crítica no caráter politicamente desmobilizador do conceito, alertando-nos para a fragmentação e a dificuldade da construção do empoderamento feminino que essa ênfase quase absoluta poderia provocar. O foco da crítica dessa autora ao conceito de gênero está nos usos generalizados e pouco problematizadores que dele são feitos. Suas reflexões apresentam um cunho eminentemente militante. Na sua obra *Gênero, Patriarcado, Violência* (2004), a autora aduz que o conceito é utilizado como se fosse neutro e contradiz essa compreensão, apontando que o gênero é um conceito ideológico, usado, justamente, para não

alimentar ou atacar o coração da engrenagem do processo de exploração-dominação que movimenta a relação entre os sexos. De acordo com Saffioti (2004), gênero é um conceito por demais palatável, porque é excessivamente geral, a-histórico, apolítico e pretensamente neutro. Há um baixo nível de compreensão na categoria gênero quando o objetivo é a transformação social. Isso ocorre devido ao seu caráter de excessiva generalização e, portanto, acontece que a extensão da categoria retira o peso de compreensão para aqueles que se dedicam à práxis político-militante e emancipatória que o debate explorada-dominada pode suscitar.

Para Saffioti (2004), a categoria patriarcado ou ordem patriarcal de gênero, diferentemente da categoria gênero, apresenta explicitamente sua aplicabilidade, combatendo a generalização e a neutralidade que, de acordo com ela, embaça, ofusca e dificulta a leitura crítica sobre as relações de poder. Com esse pensamento, a categoria patriarcado deixa claro intencionalmente, sem restrições ou reservas, o vetor dominação-exploração. Ao entrar no domínio da história, essa categoria oferece possibilidades de compreensão em torno da objetividade das relações de poder que se mantiveram ao longo de, pelo menos, vinte e cinco séculos. O que a categoria patriarcado especifica é o reino da falocracia, do androcentrismo, da preterição das mulheres, das agricultoras. Trata-se, desse modo, conforme nos faz crer Saffioti (2004), de um conceito ainda importante para a compreensão das relações de opressão, uma vez que o *telos* feminista consiste na real e concreta transformação da sociedade e na consequente eliminação das injustiças, desigualdades e iniquidades, seguidas da instauração de um modelo de igualdade atento às idiossincrasias e singularidades que constituem a multiplicidade do devir.

De acordo com Saffioti (2004), o conceito de gênero carrega uma dosagem considerável de ideologia. É ideológico porque foi criado para dar sustentação a uma estrutura estruturante de poder que situa as mulheres muito abaixo dos homens em todas as áreas da existência humana. Trata-se de relações de poder que desenham uma realidade liberal-patriarcal desde sua gênese, meados do século XIX, que prezam, na relação homem-mulher, pela separação entre a vida doméstica privada das mulheres e o mundo público dos homens. Donde se projeta e se articula um *locus* social que pinta o quadro existencial e naturalizado de uma esposa economicamente dependente do marido, de uma trabalhadora rural que não se faz protagonista da vida financeira familiar e que, muitas vezes, nem participa do processo de comercialização, ou seja, desconhece o valor monetário dos bens que a família produz.

A partir dessa análise, Saffioti (2004) toma ou, pode-se dizer, retoma o conceito de patriarcado, reivindicando sua importância como categoria de análise em face das fragilidades por ela identificadas na categoria gênero. Com base nisso, assevera que o conceito de patriarcado diz respeito à desigualdade

e à opressão, o que representa uma possibilidade nas análises sobre relações de gênero. Quer dizer, o patriarcado, como categoria de análise, movimenta-se historicamente no sentido de expor, questionar e problematizar as hierarquias entre homens e mulheres que possibilitaram a construção de uma soberania masculina em suas muitas particularidades socioculturais e políticas. Assim, tratar diferentes realidades históricas exclusivamente em termos da categoria gênero desvia a atenção do poder do patriarca (homem/marido), anulando e neutralizando a exploração-dominação masculina.

Como Saffioti (2004) carrega, na sua análise, a potência da transformação profunda na sociedade, julga que a teoria é muito importante para a operação dessa transformação. A análise que a autora faz dessas questões possibilita uma outra configuração do mundo social, alterando de modo substancial as estruturas hegemônicas. Nesse sentido, propõe que a tarefa urgente das teóricas feministas se constitua na seguinte indagação: a quem interessa a teoria do gênero utilizada em detrimento da teoria do patriarcado? A urgência dessa resposta precisa ser avaliada, levando em consideração a necessidade de situar as mulheres em igualdade de condições com os homens. A ausência dessa reflexão, diz a autora, pode acarretar a alimentação da engrenagem falocêntrica de exploração-dominação masculina.

O conceito de patriarcado é bastante criticado atualmente, principalmente no que tange ao seu caráter universalizante, por atribuir o mesmo nome a diferentes formas de opressão, ao mesmo tempo que historiciza a opressão, inscrevendo-a no corpo e encerrando-a em si mesma. Essa forma de compreender as relações entre homens e mulheres é considerada pelas críticas como fechada e rígida, não conseguindo avançar para além de um modelo bipolar de gênero.

Scott (1995), diferentemente de Saffioti, faz críticas contundentes ao patriarcado, apontando que o conceito trouxe poucas contribuições, pois reafirma a primazia do corpo sobre a organização social no seu conjunto. Essa autora apresenta pelo menos dois questionamentos. Afirma que as teorias que versam sobre o patriarcado ponderaram sobre a desigualdade entre homens e mulheres de vários modos importantes, porém os historiadores apontam consideráveis problemáticas. Em primeiro lugar, ao propor uma análise interna à ordem de gênero, sustentam que este possui primazia em relação à organização social em sua totalidade. Contudo, as teorias do patriarcado não explicam o que é que a desigualdade de gênero tem a ver com as outras desigualdades. Em segundo lugar, as teorias do patriarcado explicitam que a dominação ocorre a partir do assenhoreamento masculino do trabalho de reprodução da mulher, assenhoreamento de seu corpo. Ou seja, a dominação ocorre pela reificação sexual das mulheres pelos homens, pautando-se a dominação, portanto, na diferença física. A problemática ocorre porque a diferença física apresenta um *modus operandi* universal e imutável para as teóricas do patriarcado. De

acordo com Scott (1995), uma teoria que se baseia na variável única da diferença física é problemática para os pensadores da história. A diferença física pressupõe um sentido inerente ao corpo humano, desconsiderando os múltiplos agenciamentos socioculturais e políticos sobre esse corpo biológico. Mesmo levando em consideração a existência de mudanças nas formas e nos sistemas de desigualdade de gênero, a teoria do patriarcado, afirma a autora, toma a história como um epifenômeno que lança mão de uma compreensão fixa de desigualdade de gênero.

Na esteira dessa argumentação, Scott (1995, p. 75) escreve que o “uso do termo *gênero* constitui um dos aspectos daquilo que se poderia chamar de busca de legitimidade acadêmica para os estudos feministas, nos anos [19]80”. A autora assevera que as feministas passaram a utilizar recentemente o termo gênero como referência à organização social da relação entre os sexos. Ela reforça que, “nessas circunstâncias, o uso do termo *gênero* visa indicar a erudição e a seriedade de um trabalho, porque *gênero* tem uma conotação mais objetiva e neutra do que *mulheres*” (1995, p. 75). Scott (1995) explica, de forma significativa, o caráter relacional, transversal e variável da categoria analítica *gênero*, instigando a transformar homens e mulheres em interrogações, perguntas, em vez de tratá-los como categorias fixas:

Minha definição de gênero tem duas partes e várias subpartes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser analiticamente distintas. O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos; e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. (p. 86)

A autora apresenta uma compreensão de “gênero como elemento constitutivo das relações sociais organizadas a partir das diferenças entre os sexos” (1990, p. 14), isto é, o gênero aparece como um modo de dar significação às diferenças entre os sexos e, no âmbito dessa significação, oportunizar interpretações das relações de poder entre homens e mulheres. Essas relações de poder podem incluir o sexo, mas não são, necessária e diretamente, determinadas pelo sexo, nem marcam diretamente a sexualidade.

Scott (1995) busca defender que a generalização no uso do conceito de gênero não tem rendido reflexões frutíferas, graças à apropriação e a diferentes interpretações que o conceito tem recebido em diversas correntes teóricas. A autora enfatiza a necessidade de integrar essas interpretações, que vão desde a compreensão de gênero como elemento construído socialmente, para dar conta da diferenciação sexual, até à concepção que vai se preocupar com o contexto e suas representações simbólicas, de modo a compreender e dar significação às manifestações de poder.

A autora em pauta segue reconhecendo gênero como um conceito normativo, que apresenta uma caracterização do que é masculino e feminino, que dá sentido e legitima o binarismo, resultando em uma

dominação do masculino. Diante dessa polissemia, Scott (1995) aponta um caminho interpretativo que integra as vertentes acima apresentadas, enfatizando que sua compreensão tem, como ponto de partida, o fato de que “o gênero é a forma primária de dar significado às relações de poder” (Scott, 1995, p. 86).

Em suma, as contribuições de Scott auxiliam na elucidação de realidades históricas construídas, que, no âmbito cultural, definem o que significa ser mulher e ser homem. O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político foi concebido, legitimado e criticado. Coelho (2009), quando apresenta a discussão sobre a categoria gênero, reforça que esta “é eminentemente política, uma vez que foi cunhada e vem sendo reconstruída a partir do próprio movimento feminista e tem impacto na vida política e social das/os cidadãs/ãos” (p. 14). Dessa forma, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se, ambos, partes do sentido do próprio poder. Colocar em questão ou mudar um aspecto ameaça o sistema por inteiro (Scott, 1995). Ou seja, as relações de gênero e poder se constroem reciprocamente. Nisso, ela quer enfatizar que foi a natureza dos processos políticos dos atores e das ações situados em determinados espaço e tempo que possibilitaram os resultados do processo, que tanto pode apontar para a permanência, quanto para a redefinição das relações de gênero.

Nalu Faria e Miriam Nobre (1997) trazem o debate do conceito de gênero apresentado por Scott para o movimento feminista e ativista, afirmando:

O conceito de gênero foi elaborado por estudiosas da questão da mulher nas universidades e apropriado pelos movimentos como um instrumento de análise e de organização da ação. Esse conceito coloca claramente o ser mulher e o ser homem como uma construção social, a partir do que é estabelecido como feminino e masculino e dos papéis sociais destinados a cada um. Por isto, gênero, um termo emprestado da gramática, foi a palavra escolhida para diferenciar a construção social do masculino e do feminino do sexo biológico. Gênero é um conceito relacional, ou seja, que vê um em relação ao outro e considera que estas relações são de poder e hierarquia dos homens sobre as mulheres. (pp. 29–30)

Nessa perspectiva, o gênero passa a ser compreendido como um elemento constitutivo das relações sociais (portanto, fator de poder), originado das distinções divisadas entre os sexos. Gonçalves (2009) ressalta, nessa linha, a ideia de gênero como historicamente situada, o que permite a desconstrução de muitos significados vinculados à natureza ou à “essência” feminina ou masculina.

Machado (2000), adotando uma perspectiva diferente das já apresentadas, busca amalgamar gênero e patriarcado nas análises sobre as assimetrias entre homens e mulheres. Essa autora discorda da dicotomização entre gênero e patriarcado, citando que são conceitos distintos, mas não opostos. O uso do conceito de gênero não impede ou, necessariamente, não deve deixar de lado o conceito de patriarcado, por ela chamado “patriarcado contemporâneo”, presente na sociedade atual sob novas formas, dentre as quais se situam, por exemplo, a conflitualidade e a violência nas relações amorosas e

familiares constitutivas do mundo contemporâneo. No horizonte dessa argumentação, o patriarcado contemporâneo revela-se por meio da contradição entre discurso e ação, em que, no plano discursivo, se aprecia a igualdade e, no plano das interações concretas, ainda prevalece uma ordem de gênero tradicional marcada por trocas entre a “sexualidade virtuosa da mulher” e “seus afazeres domésticos” (cuidados com os filhos e a casa) de um lado e, do outro, a situação do homem como “provedor”. A partir disso, a autora em pauta também reconhece e critica esse conceito em muitos aspectos, tais como seu caráter totalizador e os sentidos contraditórios de reconhecimento das transformações. Em outras palavras, Machado (2000) considera que as transformações sociais contemporâneas dos lugares das mulheres e dos homens e dos sentidos das diferenças de gênero fogem ao aprisionamento da categoria patriarcado. Esse conceito impossibilita pensar a mudança, pois cristaliza a dominação masculina em uma compreensão monolítica, na qual a mulher aparece como um ser em eterna passividade.

Machado (2000) esclarece que o uso da categoria gênero não implica o abandono da categoria patriarcado, mediante o que já sinalizamos anteriormente. Manter a contraposição entre os dois conceitos é algo intrigante. O conceito de gênero vai suscitar novos questionamentos e problemas não percebidos devido ao uso exclusivo da categoria patriarcado. Esta absolutiza as compreensões e explicações nessa seara porque parece conter, afirma a autora, de uma vez só, todo um conjunto de relações fixadas em um sistema que abarca toda forma de dominação. A força do conceito de gênero está na ênfase na produção de novas questões e na possibilidade de criar mais espaço para compreender e explicar as transformações da contemporaneidade. Em contrapartida, seu pouco vigor consiste em não oferecer uma base explicativa do ponto de vista histórico, base essa oferecida pela categoria patriarcado.

Ainda mediante Machado (2000), o conceito de “relações de gênero” não veio substituir o de “patriarcado”, mas, sim, o de “condições sociais da diferença sexual”, o de “relações sociais de sexo” e o de “relações entre homens e mulheres”. Essas substituições ocorreram devido a essas expressões permanecerem aprisionadas aos discursos da naturalização e da biologização das relações entre homens e mulheres no plano sociocultural, travando análises importantes que visavam romper radicalmente com a naturalização da situação das diferenças entre gêneros.

As críticas feitas ao patriarcado são pertinentes e precisam ser consideradas, especialmente aquelas que indicam seu caráter supostamente anacrônico e estático, mediante o que já abordamos. No entanto, é relevante reconhecer que o conceito foi importante para a historicização da dominação masculina no sentido de desnaturalizar, no tempo e no espaço, as desigualdades. O conceito foi útil, e ainda é, para a mobilização política, por apresentar, de forma nítida, sucinta e simples, problemas em diferentes épocas,

lugares e realidades sociais, que se referem à dominação e à opressão das mulheres pelos homens, enquanto categorias sociais.

Nas áreas rurais, alguns costumes, muitas vezes, inibem a participação das mulheres nos espaços públicos. Suas tarefas “naturais” tomam quase todo o seu tempo, restando pouco ou quase nada para assumirem, de modo protagonista, atribuições da esfera pública. Costa (1988, p. 48) reforça que “essa dupla função somente tem servido para reforçar a situação de dominação a que está submetida a partir de uma existência de uma organização sexual da sociedade (o patriarcado)”. Desse modo, e considerando a multidimensionalidade da vida no campo, entendemos que a categoria patriarcado pode contribuir para o processo de reflexão acerca das relações entre homens e mulheres. Nas comunidades rurais, o homem, o patriarca, é o chefe da família, reconhecido no imaginário social e na consciência coletiva; e as mulheres, de forma naturalizada, assumem um papel de subalternidade, tanto na vida pessoal e familiar, quanto na social e política. Exemplo disso são os obstáculos à participação das mulheres nos espaços de decisão e a dificuldade de sair de casa.

Mesmo reconhecendo a utilidade do conceito de patriarcado para a análise das relações de gênero na agricultura, há concordância em que esse conceito não substitui a relevância e a aplicabilidade do conceito de gênero para a análise das relações sociais entre homens e mulheres. Quando Scott (1995) propõe tratar o gênero como categoria de análise, ela evidencia a capacidade que os estudos de gênero exercem em decodificar o sentido das relações de poder, o que, no âmbito desse estudo, oportuniza discutir as assimetrias de poder no P.A. Sítio do Góis. Essa decodificação apresenta elementos para entender, por exemplo, a sub-representação das mulheres nas políticas interna e externa nas áreas rurais. Nestas, a sub-representação, bem como as relações desiguais de poder, ocorrem dentro da família e se estendem à associação, ao sindicato e aos partidos políticos, inibindo, silenciando e inviabilizando a participação das trabalhadoras rurais nos espaços de representação e de tomada de decisões.

Análise igualmente importante para uma leitura das entrelinhas das relações de poder entre homens e mulheres na sociedade é a de Pierre Bourdieu, sociólogo francês que se debruçou, dentre outras questões, sobre os mecanismos de violência simbólica que contribuem para a reprodução de estruturas sociais de dominação em várias microesferas da atividade social. O conceito de *habitus*, por ele construído, permite entender como se forjam os múltiplos dispositivos de percepção e pensamento que instituem formas duradouras e relativamente estáveis de comportamento no interior da sociedade. Nesse viés, o projeto de Bourdieu (2012) está inscrito na ordem da ação e na apreensão da lógica da dominação. Ou seja, sua análise sobre os processos de desigualdade entre os gêneros parte da

demonstração dos processos que são responsáveis pela transformação da história em natureza, do arbitrário cultural em natural. Sua pretensão consiste em orientar sua pesquisa para um enfoque capaz de apreender a dimensão propriamente simbólica da dominação masculina. Nessa perspectiva, parte inicialmente da análise da construção social dos corpos. A constituição da sexualidade como tal nos fez perder o senso da ordenação sexualizada, construída a partir da posição que os corpos adquirem no processo de socialização. De acordo com Bourdieu (2012), perdemos de vista a significação social conferida aos movimentos e deslocamentos que o corpo sofre no desdobrar dos processos objetivos da história. A partir daí, fica clara a superioridade que ocupa o macho devido ao movimento de ereção ou do deslocamento da posição superior do corpo no ato sexual associado ao masculino. Assim, os arbitrários sociais, os esquemas de pensamento e a organização dos signos são transformados em diferenças de natureza, chanceladas pelo chamado “curso do mundo”.

Bourdieu (2012, p. 17) chama de “ordem das coisas” aquilo que é compartilhado pelo grupo social como normal, natural e, por vezes, até inevitável e que fica cravado no corpo e no *habitus* dos agentes históricos. O *habitus* é “um sistema de disposições duráveis, i.e., um sistema de esquemas de percepção e inclinações para agir, pensar e sentir de determinadas formas, que foi incorporado e que se constitui como uma espécie de princípio não consciente da ação” (Brandão, 2007b, p. 32). É a própria estrutura social incorporada, tornada corpo, e é isto que garante a correspondência entre o que se sente, pensa e faz e a ordem social estabelecida. Ele não resulta em esquemas para manter a ordem, ele é a corporificação (literal) da ordem (Bourdieu, 2007; Brandão, 2007b). Em outras palavras, o *habitus*, para Bourdieu (2012), significa:

A concordância entre as estruturas objetivas e as estruturas cognitivas, entre a conformação do ser e as formas do conhecer, entre o curso do mundo e as expectativas a esse respeito, que torna possível esta referência ao mundo que Husserl descrevia com o nome de “atitude natural”, ou de “experiência dóxica”. (p. 17)

O *habitus* promove uma experiência de apreensão da realidade como evidente, proporcionando a legitimação da dominação e da exploração devido a não se perceber os mecanismos mais profundos que organizam a percepção das divisões objetivas e os próprios esquemas cognitivos. Por exemplo, a dominação masculina ocorre porque o mundo social constrói o corpo como realidade sexuada a partir de uma diferença anatômica que se torna fundamento de si e faz aparecer uma relação circular que encerra o pensamento em uma evidência inscrita, ao mesmo tempo, na objetividade e na subjetividade. Nesse sentido, os atos de conhecimento do dominado são, indubitavelmente, atos de reconhecimento, de submissão. Porém, para Bourdieu (2012), há sempre lugar para uma luta cognitiva sobre o sentido

das coisas do mundo e, no caso, sobre as relações sociais de gênero. O caráter de indeterminação da história autoriza e oferece aos dominados a possibilidade de resistir ao efeito da dominação.

A incorporação da dominação ocorre, em primeiro lugar, através de injunções tácitas, implícitas nas rotinas de divisão do trabalho ou dos rituais coletivos ou privados (Bourdieu, 2012). Estes inscrevem uma série de operações de diferenciação, visando destacar, em cada agente, homem ou mulher, signos, símbolos arbitrários, conforme a distinção sexual. Segue-se que a incorporação da dominação ocorre, ainda, através das ações que realizam a construção social do corpo e frequentemente se tornam ações pedagógicas explícitas e correntes. Portanto, esses ritos transformam-se em *habitus* capazes de estimular a produção das práticas e formas de pensar, sentir que convêm a cada sexo, proibindo ou desencorajando as condutas impróprias, sobretudo na relação com o outro sexo. Trata-se de um processo de fabricação de signos sociais que possui a função de imprimir a dominação, inscrevendo-a nas disposições corporais e mascarando as lutas simbólicas.

O exercício da dominação masculina ocorre, assim, de uma forma silenciosa. Da objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, seja da divisão sexual do trabalho produtivo, seja da reprodução biológica e social, é conferido aos homens a melhor parte, a melhor posição e o maior poder societário. As percepções, pensamentos e ações de todos os agentes funcionam como transcendentais históricos universalmente compartilhados, concedendo aos fatos uma regularidade abstrata e naturalizando as identidades de gênero. Nesse sentido, a representação androcêntrica aparece na compreensão da realidade e na trajetória social com uma certa homogeneidade, possuidora de uma essência a-histórica e, portanto, desprovida do entendimento de dinamicidade pertencente ao caráter histórico-social da constituição da totalidade social. A representação androcêntrica é, desse modo, cristalizada na subjetividade dos sujeitos, formatando um senso dóxico no qual são desprezados os elementos de reprodução de estruturas sociais de dominação, isto é, os elementos sociais são considerados elementos naturais apartados da lógica da dominação.

Através do uso da noção de violência simbólica, o autor de *O Poder Simbólico* tenta desvendar o mecanismo que faz com que os indivíduos vejam como “naturais” as representações dominantes. A violência simbólica é desenvolvida pelas instituições e pelos agentes que as animam, apoiando-se nela para o exercício da autoridade. Bourdieu (2012) considera, por exemplo, que a transmissão pela escola da cultura escolar (conteúdos, programas, métodos de trabalho e de avaliação, relações pedagógicas, práticas linguísticas), própria da classe dominante, revela uma violência simbólica exercida sobre os alunos de classes populares. Essa violência invisível produz discriminação e exclusão no interior do

espaço educativo, corporificando no estudante a ideia de que ele é o responsável por seu próprio fracasso.

Ao tratar da violência simbólica, Bourdieu (2012) não pretende minimizar a violência física. De acordo com o autor, por exemplo, não se pode fazer esquecer que constantemente há mulheres sendo espancadas, violentadas e exploradas por homens. Convém dizer que a violência expressa por meio de sistemas de representação simbólica não pode ser entendida como contrária à violência real, efetiva, como sendo uma violência meramente espiritual, sem efeitos concretos. A violência simbólica, de acordo com Bourdieu, pode ser compreendida a partir de uma análise científica e objetiva das experiências subjetivas das relações de dominação. Para isso, é preciso assinalar que as estruturas de dominação são históricas, resultado de um trabalho incessante de reprodução, para o qual contribuem agentes específicos, os seres humanos, instituições, famílias, igrejas, escola, Estado. E é preciso também romper com a naturalização que os dominados alimentam ao aplicar categorias de apreensão da realidade, construídas do ponto de vista dos dominantes, às relações de poder e dominação.

A violência simbólica, nesse sentido, instaura-se a partir da adesão que o dominado não pode deixar de conceder à ordem dominante. Quer dizer, os instrumentos de conhecimento mobilizados pelos dominados são construídos pela incorporação da relação de dominação. Os esquemas de ação e avaliação com que o dominado representa a dominação são oriundos da incorporação simbólica dos sistemas de classificação dominantes. Portanto, é uma violência simbólica é doce, sutil e quase sempre invisível, que dociliza o corpo do dominado. Dito de outro modo, é uma violência que as próprias vítimas não conseguem compreender enquanto tal. É a violência que se exerce pelas vias quase imperceptíveis do conhecimento e da comunicação.

A força simbólica da violência poupa a pressão pelas forças físicas e as pressões pelo consentimento racional, ou seja, da coerção mecânica e da submissão voluntária. O efeito da dominação simbólica se exerce através dos esquemas de percepção, avaliação e ação que foram constituídos em *habitus* e mantidos com efeitos duradouros pela ordem social.

A lógica da violência simbólica, dessa forma, é exercida diretamente sobre o corpo. Os limites impostos a este não são impostos por uma lógica pura nas consciências dos dominados. A forma tácita e sorrateira, que quase se confunde com uma magia, por meio da qual a violência simbólica é exercida, se processa, muitas vezes, através da incorporação de sensações, gerando vergonha, humilhação, timidez, ansiedade, culpa e medo; que se manifestam através da admiração, respeito e até amor. Por isso, é ilusório crer que a violência simbólica possa ser combatida apenas com as armas da consciência

e da vontade porque os efeitos e as condições de sua eficácia estão duramente inscritos nas predisposições (aptidões e inclinações) que tornam o dominado (nesse caso, as mulheres trabalhadoras rurais) sensível a certas manifestações simbólicas do poder. Daí, faz-se importante analisar as limitações das possibilidades de pensamento e de ação que a dominação impõe aos oprimidos e a invasão das consciências pelo poder dominador.

Assim, o conceito de *habitus* que Bourdieu desenvolverá ao longo da sua obra corresponde a uma matriz determinada pela posição social do indivíduo, que lhe permite pensar, ver e agir nas mais variadas situações. O *habitus* traduz, dessa forma, estilos de vida, julgamentos políticos, morais e estéticos. Ele é também um meio de ação que permite criar ou desenvolver estratégias individuais ou coletivas.

O *habitus* não pode ser analisado separadamente das relações que o produzem e reproduzem e das estruturas das atividades técnico-rituais que se fundamentam na estrutura do mercado de bens simbólicos. Por exemplo, a condição de dominação exercida sobre as mulheres não pode ser analisada negligenciando a posição de objeto que elas ocupam nas disposições históricas verificadas desde vários processos. No mercado matrimonial ou em outra condição de objeto de troca, as mulheres são concebidas apenas como objeto destinado a contribuir para a reprodução do capital simbólico masculino. O que Bourdieu (2012) pontua é a dimensão política na relação de forças simbólicas que visa, no mínimo, conservar e, por outro lado, aumentar a força simbólica masculina. Daí, de acordo com Bourdieu (2012), que, para assegurar o capital social e simbólico, os homens lancem mão de algumas estratégias, a saber:

O ponto de honra, essa forma peculiar de sentido do jogo que se adquire pela submissão prolongada às regularidades e às regras da economia de bens simbólicos, é o princípio do sistema de estratégias de reprodução pelas quais os homens, detentores do monopólio dos instrumentos de produção e de reprodução do capital, visam assegurar a conservação ou o aumento deste capital: estratégias de fecundidade, estratégias matrimoniais, estratégias educativas, estratégias econômicas, estratégias de sucessão, todas elas orientadas no sentido de transmissão dos poderes e dos privilégios herdados. (p. 62)

Portanto, as mulheres são submetidas a um trabalho de socialização que corporifica disposições de pensamento e comportamento que, postas em ação na vida social, tendem a diminuí-las e a negá-las devido a um conjunto de estratégias de aprendizagem voltadas para a abnegação, para a resignação e para o silêncio, tornando-se *habitus*, ou seja, uma lei social incorporada como “eterna” e “natural”. De outro modo, usurpa-se das mulheres seu papel de agentes históricos devido à visão naturalizada e essencialista que eterniza condições que são construídas por um conjunto de instituições interligadas como a família, a igreja e a escola, o esporte e o jornalismo. Desse modo, o conceito *habitus*, desenvolvido por Bourdieu, ajuda a elucidar os papéis atribuídos aos homens e às mulheres, oferecendo

um amplo espaço teórico para debater a dominação e a opressão das mulheres, com vistas a entender e a problematizar suas condições de subalternidade.

Através dele, os indivíduos corporificam um guia de comportamento social e de pensamento que atravessa gerações. Organizado a partir da forma de comportamento corporal e de esquemas de percepção e ação, apontando como normal o que é ser homem e ser mulher, agricultor e agricultora, ele define um papel a ser executado pelo homem e pela mulher, que, muitas vezes, não dá margem à organização de um processo reflexivo em torno do que está por trás da construção desses papéis. O significado do que é ser homem e ser mulher é corporificado nas relações sociais e transformado em realidade. Assim, passa a ser objetivado, passa a fazer parte do ordenamento das relações de gênero, sendo absorvido “naturalmente” pelos agentes sociais como um sistema de interpretação na rotina da divisão do trabalho e nos rituais coletivos e privados (Amorim & Fiúza, 2011). Para Bourdieu (2012), é espantoso que a ordem estabelecida, com suas técnicas de dominação, seus direitos e imunidades, seus privilégios e injustiças, perpetue-se, e que condições de existência das mais intoleráveis possam constantemente ser vistas como aceitáveis ou, até mesmo, como naturais. A dominação masculina é o exemplo mais notório dessa submissão à *doxa*, isto é, à ordem do mundo como algo natural.

Pierre Bourdieu (2012) apresenta, igualmente, uma importante contribuição na definição dos estudos de gênero como campo legítimo do saber científico. Esse autor compreende que os atores sociais estão inseridos em determinados contextos sociais e que a divisão entre os sexos parece estar “na ordem das coisas”. Ele quer dizer com isso que essa divisão se manifesta como algo normal, inevitável, invisível, natural. Reproduz-se essa ordem das coisas nos espaços de convivência cotidiana e nos espaços políticos também, formando esquemas de percepção, de pensamento e ação.

Porém, para Bourdieu (2012), por mais que os mecanismos de divisão, de percepção e de compreensão da realidade apareçam como uma correspondência com ou como processo do mundo natural, há sempre um lugar para uma luta cognitiva sobre o sentido das coisas do mundo e, particularmente, sobre as realidades de gênero. O caráter de indeterminação da história autoriza e oferece aos dominados a possibilidade de resistência contra o efeito da dominação simbólica.

O autor aponta que a ruptura com o quadro da dominação masculina nas sociedades pressupõe mudanças na consciência dos dominados e dos dominantes, haja vista estar a dicotomia de gênero fortemente presente nas práticas cotidianas e no *habitus* de cada um de forma a parecer natural. Deriva desse fato a dificuldade de as mulheres rurais se socializarem e ocuparem espaços públicos, pois isso exige romper o *habitus* de dominadas e fazer com que os homens deixem de ser dominadores. Nessa

linha, Bourdieu (2012, p. 62) expõe, ainda, elementos relacionados à dominação, ao poder e à violência simbólica, ao trabalho e às condições de sua reprodução, que são importantes para o entendimento da permanência da dominação masculina ainda presente nas relações entre homens e mulheres. Nesses termos, esse sociólogo assevera que, para o agente tentar ocupar espaços, é necessário que ele/a conheça as regras do jogo dentro do campo social no qual está inserido, estando disposto/a lutar/jogar. Isso porque os campos sociais são arenas de disputa mobilizadas em torno de capitais específicos, ou seja, os agentes – representantes de classes ou frações de classe – lutam pelo controle e pela hegemonia no campo. Em decorrência dessa luta simbólica (e também material), aqueles que conseguem sobressair-se no embate ideológico passam a organizar o funcionamento do campo social em termos dos conhecimentos e formas de ação considerados legítimos. Por meio dessas lutas sociais, os agentes vão acumulando algum tipo de capital, que pode ser econômico, político, cultural e social. As trabalhadoras, como sujeitos – e aqui salientamos que essa noção é adequada, pois compreende uma concepção ativa de ser social que, ao mesmo tempo em que é estrutura estruturada, é também estrutura estruturante – estão, através do processo de empoderamento, procurando conquistar o reconhecimento e a legitimidade ou, mais especificamente, o poder simbólico, que pode ser uma ferramenta a ser utilizada a seu favor no campo e em todo espaço social.

Existem elementos que são comuns à vida das mulheres no âmbito de um dado campo social. No entanto, não se pode deixar de reconhecer suas especificidades, suas histórias, suas trajetórias, suas escolhas. A contestação das estruturas sociais, de como se organizam e se mantêm, é importante para a desnaturalização das relações de gênero, que, muitas vezes, se organizam como estruturas estruturantes de submissão e passividade. Essas formas de dominação, decorrentes desse processo, estão presentes nas organizações familiares e se estendem para as organizações que representam os trabalhadores e trabalhadoras rurais, quando, nos seus espaços de poder, priorizam somente os homens.

Amorim e Fiúza (2011) destacam que a dominação masculina se reflete na identidade minoritária da mulher, quando lhe é permitido e naturalizado crer – pelas relações de dominação – que seu espaço de atuação por excelência é o mundo doméstico, o cuidado do quintal, dos filhos etc. O lote, no caso dos assentamentos, é um espaço próprio do homem, o espaço por excelência da *grande* produção, da safra, do excedente, que é o comercializável, é o que dá lucro. Porém, muitas vezes, esses espaços *menores* que são a horticultura, a criação de pequenos animais, o plantio de frutas, geram um lucro significativo, quando se computa, por exemplo, sua contribuição para a segurança alimentar e nutricional das famílias,

bem como a própria venda de alguns produtos, tais como ovos, coentro, maracujá, acerola, cebolinha, limão, banana, queijo e outros. Essa produção é invisibilizada, não consta no cômputo final da produção.

Marques (2013) enfatiza que, para as mulheres camponesas, a diferença é marcada pelos papéis sociais que desempenham homens e mulheres no âmbito da produção e da reprodução, do doméstico e do público. Quanto ao tema, Boni (2004) reforça:

A mulher agricultora foi socializada no espaço privado e qualificada para os afazeres domésticos, o trabalho na lavoura, o cuidado e a educação dos filhos, a lida com os animais e a sair sempre acompanhada pelo marido, pelo pai e pelos irmãos. Por outro lado, ao homem foram dadas tarefas como o relacionamento com o banco, a cooperativa, o comércio e também com o sindicato [...]. A mulher carrega consigo particularidades femininas, adquiridas na sua socialização, que não se restringem ao biológico, mas ao comportamento, ao modo de agir. (p. 301)

Siliprandi (2009) enfatiza que, quando se questiona a tradicional condição das mulheres, especialmente no espaço rural, já se está rompendo com as amarras da dominação masculina. Isso pode contribuir para a redefinição de normas sociais e para mudanças nos valores que regem a sociedade, possibilitando a construção de uma nova identidade das mulheres rurais. Para essa autora, esse é um papel que somente as mulheres podem desempenhar. Na participação nos partidos políticos, nos sindicatos, nas associações, nos fóruns, nos grupos produtivos, emerge uma nova relação de poder à medida que as mulheres, atuantes no espaço coletivo, tornam-se sujeitos de sua própria história. O processo de participação efetiva e qualificada das mulheres nesses espaços representa uma forma de reconstruir e redefinir o processo de dominação masculina presente na esfera social.

Siliprandi (2009) ainda enfatiza a relevância da participação das mulheres nos processos de luta e reivindicação pela igualdade de direitos, bem como sua posterior visibilidade no espaço público, como formas de romper com o passado patriarcal e a estrutura androcêntrica da sociedade, que têm bases bem sólidas na organização social do mundo rural. Ela sublinha, ainda, que o movimento feminista tem contribuído na ampliação desse debate, pontuando as discussões sobre a importância da participação da mulher no espaço público. Para a referida autora, o empoderamento é uma forma de legitimar a ação política, sendo que apenas as mulheres serão capazes de derrubar o mecanismo de subalternidade feminina.

Quando as mulheres tentam redefinir, reconfigurar as relações de dominação tanto no espaço público, quanto no privado (família, amigos), cria-se uma tensão que aparece sob a forma de violência simbólica e física entre os membros da comunidade, nos grupos que frequentam, na própria casa. Fischer (2006) destaca que essa contestação das mulheres é encarada como um desvio de identidade e que, mesmo

com as conquistas obtidas através de movimentos, elas ainda são constantemente punidas devido à iniciativa de implementar mudanças nas regras sociais. Dos espaços listados acima, Bourdieu (2012) ressalta ser o espaço doméstico aquele em que o poder de dominação do homem evidencia-se mais intensamente, inclusive sob a forma da violência física, que, em muitos casos, vem solidificar a dominação e destruir qualquer ação de insurreição ou protagonismo da mulher, para além do que lhe é permitido.

2.2. Mulheres em áreas rurais e a luta por representação em espaços de poder

Não podemos falar em participação e representação política das mulheres sem nos reportarmos ao poder nas relações de gênero. Esse poder é multiforme e dinâmico, abrangendo tanto a micro, quanto a macro relação social. Trataremos, pois, neste tópico, do poder, entendendo-o como fator primordial para a obtenção da autonomia e da autodeterminação das mulheres. Será abordada, ainda, a representação política das mulheres, como resultante desse processo de empoderamento das trabalhadoras rurais. Quando falamos em participação, importa sublinhar a ideia de acesso, referida por Carpentier (2012). O autor diz que ter acesso é adquirir uma forma de presença e que o acesso se relaciona com a presença, implica alcançar a presença, por exemplo, em um espaço de reunião. No exemplo da reunião, tem-se permissão para acesso àquele espaço físico. Está-se presente. No entanto, Carpentier vai lembrar que o acesso não é só físico, é intelectual, informacional, educacional. Mas destaca que participação é maior que o acesso. O acesso possibilita a participação, mas somente ele não potencializa a efetiva participação.

Embora assumam formalmente posições de poder em determinadas instâncias, na associação de trabalhadores e trabalhadoras rurais, nos sindicatos, na política, as mulheres passam por constantes constrangimentos. Para ilustrar essa questão, referimo-nos ao episódio ocorrido na Câmara dos Deputados, em 2015, quando a então deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) foi vítima de palavras grosseiras por parte do deputado Alberto Fraga (DEM-DF), que disse textualmente: “a mulher que participa da política como homem e fala como homem, também tem que apanhar como homem” (*Correio Brasiliense*, 6 de maio de 2015). Várias reflexões surgem a partir desse fato. Primeiro, que o espaço da política é lugar de homem e que quem ocupa esse espaço deve se comportar como tal. Segundo, que a fala, a oratória e o discurso, como “tecnologias do poder” (Foucault, 1977), pertencem ao homem. As mulheres ocupam esses espaços, porém devem assumir uma postura de submissão ou de *dureza*, ou seja, são reproduzidos, nas relações políticas, padrões e estereótipos do que é ser homem e ser mulher e agir como tal.

De acordo com Bourdieu (2012), o gênero é pensado a partir de um conjunto de oposições hierárquicas entre o masculino e o feminino, por meio de um sistema interconectado, a partir da oposição entre ativo/passivo, sobre/sob, fora/dentro, alto/baixo, aberto/fechado, ativo/passivo, vazio/cheio, húmido/seco, branco/negro, dia/noite, sol/lua, céu/terra, direito/esquerdo, masculino/feminino. Esse sistema consolida-se nas estruturas objetivas e cognitivas, objetivando e incorporando, nas relações sociais, a ideia de que o homem é o sujeito e a mulher o objeto. Quando as mulheres tentam adentrar nos espaços de poder, são utilizados vários argumentos essencialistas para inibir e até mesmo coibir a sua participação.

É possível inferir, da discussão teórica, que as mulheres não controlam as tecnologias do poder, nem se sentem aptas ou preparadas para usá-las. Deriva desse fato a dificuldade de as mulheres rurais se socializarem e ocuparem espaços públicos, pois isso exige romper o *habitus* de dominadas e fazer com que os homens deixem de ser dominantes. Essas dificuldades podem ser percebidas na hora dos debates e plenárias, quando as trabalhadoras rurais receiam utilizar-se do palanque e dos microfones, ou seja, têm medo de ocupar a tribuna para expressar suas ideias e reivindicações. Acessam o espaço (Carpentier, 2012), mas terminam sem participar efetivamente.

Bourdieu apresenta elementos relacionados à dominação, ao poder e à violência simbólica, ao trabalho e a condições de sua reprodução que são importantes para o entendimento da permanência dessa dominação masculina. Uma das reflexões deste trabalho é justamente saber se, sob o ponto de vista das trabalhadoras rurais, essas influências e relações estão claras ou são conscientes. Mas o fato é que, se esses condicionantes funcionam, é porque elas os usam para dar sentido ao que são e ao que fazem, no quadro da sua trajetória individual de vida. As análises bourdieusianas demonstram que a ordem masculina do cosmos está incorporada, que homens e mulheres são vítimas dessa dominação. Contudo, ressaltam que as mulheres, apesar de viverem um processo de dominação, são também sujeitos neste processo, sujeitos que vivem um processo de dominação. Mas essa dominação pode ser redefinida, transformada. É a partir da possibilidade de redefinição da condição de subordinação das mulheres que são pensados os processos de formação para o empoderamento.

A posição das mulheres nas estruturas de dominação tem efeitos evidentes na sua exclusão. No entanto, isso não pode ser pensado como uma determinação e sim como um dado a ser levado em consideração no que se refere às transformações das posições de mulheres nos espaços de poder. Pinto (2010) reforça que o conhecimento das hierarquias e demais condicionantes estruturais abre um leque de

possibilidades para a construção de estratégias que avancem em relação às políticas de cunho meramente procedimentais.

Um aspecto importante a se levar em consideração no delineamento das dinâmicas das relações de gênero no contexto rural, na perspectiva de lutar contra um sistema de opressão configurado a partir das relações instituídas entre homens e mulheres, são as experiências pioneiras da organização das trabalhadoras rurais. Nesses espaços, desencadeou-se um processo de inconformação a partir de reflexão e debate que acontecem, mesmo com muitas dificuldades e singularidades, com base na organização das mulheres em grupos, com eixos e propostas mais organizados, do ponto de vista político.

Louro (1997, p. 37) afirma que os estudos feministas sempre se preocuparam com as análises e reflexões sobre as relações de poder e suas possibilidades de transformação. Em um primeiro momento, procuraram demonstrar o silenciamento (Achugar, 2006; Spivak, 2010), a submissão, a subalternidade e a opressão das mulheres. A exposição dessas situações parece ter sido indispensável para que se visibilizassem aquelas que, histórica e linguisticamente, haviam sido negadas ou secundarizadas e, mesmo, silenciadas.

Para Ana Alice Costa (2000), as relações de poder têm se caracterizado como um dos grandes entraves aos projetos de desenvolvimento. E não somente no que tange à hierarquia funcional ou mesmo às esferas de decisão, mas indo além: estão fortemente presentes nas relações cotidianas de trabalho, nas relações entre as equipes técnicas, entre os técnicos e a comunidade e dentro da própria comunidade. Ou seja, mesmo esses problemas ligados às relações de poder estando fortemente presentes nas ações específicas com mulheres, eles também transitam em todas as esferas dos referidos projetos.

Kirkwood (1986), ao discutir os entraves do poder, enfatiza que o poder se exerce em atos, em linguagem. O poder, para essa autora, não é uma essência; ninguém pode aprisionar o poder, deixá-lo escondido. O poder precisa ser continuamente exercido, transformado em ato. Já Lagarde (1993) enfatiza a prerrogativa de decidir a própria vida e também de ser capaz de decidir sobre a vida dos outros. Quando se tem o poder de decidir sobre sua própria vida, é-se capaz de intervir nos espaços enquanto sujeito. Quando se decide sobre a vida dos outros, abre-se a possibilidade de dominar, de julgar, sentenciar e até perdoar. Essa é a forma como o poder se acumula e se reproduz. No entanto, mesmo reconhecendo as transformações que ocorreram nas relações de gênero, muitas mulheres não podem, já que não lhes é permitido, decidir sobre suas vidas, não são reconhecidas como sujeitos, seja no universo cotidiano, seja no doméstico, no familiar e ou nos espaços públicos. Esse não

reconhecimento dificulta o acesso e o controle do poder pelas mulheres, colocando-as na subalternidade, silenciando-as.

O poder está presente em todos os níveis da sociedade, isto é, nas relações macrossociais e microssociais, ele se fundamenta e se reproduz a partir de uma rede de relações materiais e simbólicas, estando em constante conflito de interesse (Costa, 2000). As relações de poder conseguem se preservar e, por vezes, até se perpetuar, como ocorre entre homens e mulheres, porque “tanto os dominadores como os dominados ‘aceitam’ as versões da realidade social que negam a existência de desigualdades, que afirmam ser estas desigualdades resultantes de desgraça pessoal ou da injustiça social” (Costa, 2000, p. 3). Essa conformação, ou, até mesmo, a naturalização da dominação é reproduzida através da socialização, das crenças religiosas e dos costumes.

Romano (2002) descreve duas concepções de poder. A primeira advém do pluralismo norte-americano da Ciência Política e compreende o poder a partir da capacidade de controle sobre algo ou alguém. Nessa concepção, o poder apresenta-se como finito, transferível, tomável, ou seja, existe uma lógica de quem o ganha e de quem o perde. O poder pode ser delegado a um representante, assim como pode ser tirado de determinada categoria ou grupo social. A segunda concepção de poder se fundamenta na visão de Foucault (2015, 1977). Para esse autor, não existe um poder único, pois, na sociedade, há múltiplas relações de autoridade situadas em diferentes níveis, apoiando-se mutuamente e manifestando-se de maneira sutil. As relações de poder não são estáticas, tampouco se encerram no binômio dominador/dominado, em função de o poder não estar localizado em um lugar específico, pois as relações de força interagem entre si.

Essa compreensão das relações de poder apresentada por Foucault (1977) possibilita entender que o poder está no micro, está também nas relações cotidianas, está circulando entre as pessoas, não está nas pessoas. Foucault (1977) afirma, no início de *Vigiar e Punir*. “O corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais” (p. 28). Esse autor, nas suas análises sobre poder, rompe com conceitos tradicionais de poder, que antes eram centrados no plano estatal. Na sua concepção de poder, o autor apresenta uma multiplicidade de poderes exercidos na esfera social. Nas relações familiares, por exemplo, as relações de poder estão intrinsecamente relacionadas e desempenham um papel de condicionante e condicionado. Essa abordagem de poder, elaborada por Foucault, quando trazida para o debate das relações de gênero, “remete à interpretação dessas relações sob a forma de “redes tensas e

continuamente ativas, em que não se possibilita a posse do poder, mas somente a capacidade de exercê-lo em múltiplas instâncias e intensidades diversas” (Cappelle, Melo, Brito & Brito, 2002, p. 6). Cappelle, Melo, Brito e Brito (2002, p. 5) reforçam que as relações de gênero devem ser consideradas como práticas discursivas que refletem e distribuem manifestações de poder e resistência entre as pessoas, de acordo com os interesses dos grupos que se organizam e se enfrentam em campos de disputas sociais.

Assim, a compreensão de poder de Foucault, quando utilizada para refletir sobre as relações de gênero, permite uma ruptura com a polarização masculino/feminino. Iorio (2002) explicita que, a partir da concepção ampliada de poder apresentada por Foucault, é possível entender que o poder não é só “poder sobre” recursos (materiais). Por exemplo, a atuação do poder sobre os corpos, que Foucault chama de biopoder, tem de ser percebida nas suas especificidades. Vale dizer que, sob essa denominação, Foucault designará principalmente dois níveis de exercício do poder: de um lado, as técnicas, que têm como objetivo um treinamento “ortopédico” dos corpos, as disciplinas e o poder disciplinar; de outro lado, o corpo entendido como pertencente a uma espécie (a população), com suas leis e regularidades. Essa concepção de poder aponta elementos reflexivos sobre o controle do “corpo-espécie”, nos ajuda a entendê-lo e é útil para que possamos analisar e identificar estratégias que contribuem para a instituição de lugares diferentes para homens e mulheres. Auxilia na compreensão das formas de incentivo ao casamento, à procriação e ao controle da taxa de nascimento e mortalidade, das condições de saúde, da expectativa de vida e dos deslocamentos geográficos (Louro, 1997).

Para Bourdieu (2015), somos frutos de estruturas profundas. Estão forjadas em nossos corpos marcas e princípios geradores e organizadores das nossas práticas e representações, dos nossos modos de pensar e de nossas ações, construídos imemorialmente. Dessa forma, todos os indivíduos são agentes porque atuam e são dotados de um senso prático, um sistema de preferências, de classificações e de percepções (Bourdieu, 2015). De outro modo, os agentes sociais, indivíduos ou grupos, incorporam um *habitus* gerador de resultado de disposições adquiridas pela experiência que variam no tempo e no espaço e constituem o campo social e as relações de poder.

Considerando o *habitus* o princípio mediador, um princípio de correspondência entre as práticas individuais e as condições sociais de existência, se faz necessário compreender a noção de classe social para que se possa identificar a questão de gênero situada a partir da luta de classes. Para Bourdieu (1989), em *O poder simbólico*, a classe social é formada por um conjunto de agentes situados no espaço social de modo semelhante, vivendo em condições semelhantes e condicionados de modo semelhante.

As classes sociais possuem práticas e tomada de posições semelhantes, bem como atitudes e interesses semelhantes.

Para o autor, a luta de classes se dá através de mecanismos simbólicos utilizados pela classe dominante para garantir a sua reprodução. O elemento constitutivo da luta de classes é o capital. Por um lado, o capital econômico, que determina de modo antecipado o privilégio de acesso a todos os bens e serviços. De outro, o capital cultural, cuja configuração é resultado da educação familiar, cultura e formação escolar. Para compreender a formação do *habitus*, e mais do que isso, para se ter a dimensão da questão de gênero na sociedade atual, é preciso perceber a construção e a dinâmica das classes sociais para não incorrerem em distorção da realidade vivida e na violência simbólica que acoberta a dominação.

Nesse contexto, as classes sociais estão envolvidas em uma luta propriamente simbólica com o intuito de cristalizarem a concepção de mundo social mais atraente ou conforme aos seus interesses, e legitimarem, no campo de tomada de decisões ideológicas, a reprodução das posições sociais mais aparentemente harmoniosas. Essa luta pode ser conduzida de modo muito sutil nos conflitos simbólicos da vida ordinária através dos especialistas da produção simbólica (ideólogos da classe dominante). O que pesa nesse conflito de classes é o monopólio da violência simbólica legítima, quer dizer, o poder de impor e incorporar mecanismos de reconhecimento e de expressão da ordem social. Daí Bourdieu (1989) compreender que o campo de produção simbólica se torna num microcosmo da luta entre as classes sociais. Nas palavras do próprio Bourdieu (1989):

A função propriamente ideológica do campo de produção ideológica realiza-se de maneira quase automática na base da homologia de estrutura entre o campo de produção ideológica e o campo da luta das classes. A homologia entre os dois campos faz com que as lutas por aquilo que está especificamente em jogo no campo autônomo produza automaticamente formas efeminizadas das lutas econômicas e políticas entre as classes: é na correspondência de estrutura a estrutura que se realiza a função propriamente ideológica do discurso dominante, intermediário estruturado e estruturante que tende a impor a apreensão da ordem estabelecida como natural por meio da imposição mascarada de sistemas de classificação e de estruturas. (pp. 13–14)

O espaço social, para Bourdieu, é hierarquizado devido à desigual distribuição dos capitais. Na óptica do autor, temos quatro tipos de capital. O primeiro é o capital econômico, constituído pelos recursos econômicos e pelos diferentes fatores de produção, como terra, fábricas e trabalho. O segundo é o capital cultural. Neste caso, trata-se do conjunto das qualificações intelectuais introjetadas pelos sujeitos, produzidas pela instituição escolar e transmitidas pela família. Em Bourdieu, diz Bonnewitz (2003), o capital cultural assume três formas: a forma de estado incorporado, uma disposição duradoura do corpo; a forma de estado objetivo, que é a produção ou a posse do bem cultural (obras, quadros etc.); e a forma

de estado institucionalizado, ou seja, o capital cultural como sancionado pelas instituições. O terceiro tipo de capital é o capital social. Este diz respeito ao conjunto das relações sociais de que dispõe um indivíduo ou grupo. Para adquirir esse capital, é necessário um trabalho de instauração e manutenção das relações, quer dizer, a detenção deste capital implica um trabalho de socialização. E, por último, temos o capital simbólico. Trata-se do conjunto de rituais sociais ligados ao reconhecimento dos indivíduos (boas maneiras, protocolos, etc.) que permitem o acesso legítimo às vantagens sociais e às demais formas de capital.

Se faz importante a caracterização dos tipos de capital acima para compreendermos a construção do espaço social nas sociedades atuais. De acordo com Bourdieu, são o capital econômico e o cultural que fornecem os critérios para construir o espaço social. O autor destaca que os agentes sociais estão organizados de acordo com duas premissas. A primeira diz respeito ao volume de capital do qual dispõem. Nesse caso, no topo da hierarquia social estão aqueles providos de maior volume de capital. No ponto mais baixo da hierarquia social, estão aqueles desprovidos dele. A segunda premissa de organização dos agentes sociais, afirma Bonnewitz (2003), diz respeito à distinção segundo a estrutura do capital. De acordo com a autora, à luz de Bourdieu, na mesma hierarquia social, existem variações e, dessa forma, alguns são mais dotados de capital econômico em comparação com o capital cultural, enquanto outros podem ser mais fortemente dotados de capital cultural em relação ao capital econômico.

No embate simbólico dessas hierarquias sociais é que são produzidos os arbitrários culturais. Bourdieu parte de uma concepção antropológica de cultura cujo cerne é a afirmação de que nenhuma cultura pode ser objetivamente definida como superior ou inferior a outra. Para orientar as atitudes e comportamentos de cada grupo social, não há uma razão objetiva e universal, são criados os arbitrários. Os arbitrários culturais engendram os valores de um grupo social, criam a cultura de cada grupo e são vividos como únicos possíveis.

Nas sociedades divididas hierarquicamente em classes, a legitimação do arbitrário cultural corresponde à força da classe social que o sustenta. Em geral, os valores arbitrários capazes de se sustentar como cultura legítima seriam aqueles impostos pela classe que dispõe de maior volume de capital econômico e cultural, ou seja, pela classe dominante. Portanto, para Bourdieu, a cultura socialmente legitimada é a cultura imposta como legítima pelas classes dominantes.

A classe social dominante se constitui, desse modo, a partir do volume de capital econômico e cultural. Isso molda um grupo social hierarquizado. Nesse caso, a produção simbólica justifica a dominação social

a partir da disseminação e criação dos arbitrários sociais. Portanto, a definição e delineamento do mundo social e de seus contornos são mérito dos agentes sociais possuidores dos bens econômicos e culturais.

A ordenação do mundo e a produção de um consenso para reproduzi-lo constitui uma função lógica plausível que possibilita à classe dominante, em uma determinada formação social, legitimar e aprovar um determinado regime de dominação. De outra maneira, pode-se postular que os sistemas simbólicos, de modo geral, são instrumentos de poder, isto é, de legitimação da ordem vigente. Certamente, nesse caso, não se pode privilegiar a cultura como estrutura estruturada sem a distinta correlação e visualização dela como estrutura estruturante. Bourdieu faz uma crítica ao estruturalismo na medida em que este menospreza a ação humana. De acordo com o autor, é necessário analisar as propriedades estruturantes da estrutura no interior das práticas sociais. O comportamento individual se dá nesse sentido de dentro para fora da estrutura social e não o inverso. Conforme dito anteriormente, a posição específica na estrutura social corresponde à formação inicial em um ambiente social e familiar e, dessa forma, os agentes sociais incorporam um conjunto de disposições para ação típica (um *habitus* familiar ou de classe), que passa a conduzi-los na história e nos mais variados espaços de ação.

Tampouco, pode-se relegar as funções econômicas e políticas dos sistemas simbólicos e dar relevo à análise interna dos bens e mensagens de natureza simbólica. Até porque o que interessa não é mais ou menos a integração lógica e social, mas explorar a dimensão simbólica do social como capaz de explorar os diversos níveis da existência. Não se trata, de acordo com Bourdieu, de uma integração social mecânica no todo social. A classe social que domina simbolicamente cria as orientações que os agentes sociais mais diversos adaptam ao seu modo de vida. Há uma relação dinâmica entre as condições objetivas e estruturais nas quais foi edificado o sistema de disposições do indivíduo e que tendem a se reproduzir através do *habitus* e as condições, mesmo modificadas, nas quais essas disposições são incorporadas. Desse modo, o que é patente é o modo como a classe dominante explora a dimensão simbólica para explorar os diversos níveis da existência.

Enfim, a concepção de poder de Bourdieu possui uma tônica em termos de campos de forças nas quais se enfrentam os agentes e grupos de agentes, os despossuídos e os inovadores e revolucionários, que se expressam mediante um novo recurso discursivo e movidos por novas práticas. A dinâmica inerente a esse processo é estimulada pelas transformações a que as estruturas sociais estão sujeitas. Tanto conta o surgimento de novos grupos com interesses determinados, como as rupturas ou crises do sistema de dominação, quanto as novas relações de vínculos entre os grupos que detêm o *telos* hegemônico no campo social (Bourdieu, 2015, p. 69).

Dessa forma, para se pensar as relações de poder, é necessário se pensar as relações de sentido contidas no espaço social, haja vista que é aqui que as relações de força se manifestam. Por isso, é importante e preciso, para a elaboração de um sistema conceitual sobre o poder, que se pense essencialmente a reconstrução do sistema completo de relações simbólicas e não-simbólicas, isto é, as condições de existência material e o resultado dessa existência, que são as hierarquizações sociais oriundas de tal condição. Para Bourdieu (2015), a ordenação do mundo dá-se por meio dos discursos, mensagens e representações que perpassam a estrutura real das relações sociais e desempenham uma função ideológica e política de legitimação da ordem arbitrária na qual se fundamenta a ordem social vigente (Bourdieu, 2015).

Tanto Michael Foucault, quanto Bourdieu contribuem para uma reflexão sobre o poder que vai além das relações unicamente atreladas à economia e ao Estado. É notório que esses dois autores focalizam o poder de forma diferente, por meios e aplicações diferentes. No entanto, para Bourdieu, as relações de poder vão além de performances e discursos. Seu conceito de poder vai além das concepções dicotômicas entre interno e externo, entre saber e poder, e leva em consideração os agentes e as estruturas, o discurso e a ação, respeitando e considerando suas diferentes lógicas e antagonismos. Em Foucault e Bourdieu, os indivíduos – sujeitos e agentes sociais – são condicionados e constrangidos por relações e forças exteriores, que, muitas vezes, sequer são conscientemente percebidas.

A concepção de poder em Bourdieu está intimamente ligada ao conceito de violência simbólica. Esta, de acordo com o autor, é uma violência suave, invisível e insensível a qual se exerce essencialmente pelas vias simbólicas da comunicação e do conhecimento/desconhecimento dos agentes sociais. O poder simbólico, dessa maneira, aparece como um poder de construção da realidade. É o poder que pode afirmar o sentido imediato da realidade, do mundo, da existência, que possui os meios de instituir valores, classificações (hierarquias) e os demais conceitos atribuídos ao social com aparência de naturalizados. Portanto, o poder simbólico é um poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física e econômica) e só se exerce se for reconhecido, ou seja, ignorado como arbitrário (Bourdieu, 1989). O poder simbólico transforma a visão e a ação dos agentes sociais sobre o mundo e transforma o próprio mundo, é “um poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (Bourdieu, 1989, p. 7). Para Foucault (2011), o poder possui um caráter mais fluido do que se apresenta na óptica de Bourdieu (1989). Para Bourdieu, o poder exige a cumplicidade do outro, precisa do reconhecimento do dominado, ou seja, há um papel do agente no processo, tanto para aceitar o poder e a dominação, quanto para

imprimi-la. Em Foucault, o poder não possui um estatuto de coisa, ele é um processo, um funcionamento, um mecanismo. A partir dos regimes de verdade criados, o poder é exercido e não uma propriedade de alguém. O poder exercido como estratégia possui efeitos de dominação a partir das manobras, táticas, técnicas e funcionamentos tensos em uma rede de relações. Trata-se do poder disciplinar cujo exercício se dá pela imposição àqueles que submete a si de um princípio de visibilidade obrigatória.

O poder disciplinar age para adestrar os sujeitos e retirar-lhe mais e melhor produção. Este poder fabrica os indivíduos, tornando-os objetos e instrumentos para o seu exercício. “Não é um poder triunfante”, é um poder “modesto”, entretanto, “permanente”. Seu sucesso deve-se à utilização de instrumentos simples, como o “olhar hierárquico, a sanção normalizadora e o exame” (Foucault, 2011, p. 164). Portanto, o poder em Foucault produz indivíduos, produz regimes de verdade, produz a realidade mais do que proíbe, reprime censura ou impede.

Enfim, o que diferencia as abordagens de Bourdieu (1989) e Foucault (2011) é a própria definição de poder como descrito acima. Porém, o que os aproxima é que em ambos o poder se exerce como modelo para a cosmovisão dos agentes e sujeitos sociais. Estes, muitas vezes, nem se dão conta do poder que os influencia, seja pela violência simbólica, assim como pelas “disciplinas”.

2.3. Agricultura familiar e gênero: a construção da visibilidade das trabalhadoras rurais

Quando as mulheres passam a ser consideradas como sujeitos políticos (Butto & Hora, 2008; Cordeiro & Scott, 2006; Silva & Lage, 2012), de modo especial a partir dos anos de 1970, sob uma série de influências, em especial a do movimento feminista, começaram a ter mais ênfase estudos acadêmicos que buscavam dar conta do reconhecimento e da caracterização do trabalho da mulher no contexto da economia, de um modo geral, e na agricultura, de forma mais específica. O estudo das diversas atividades nas áreas urbanas ou rurais, tanto no setor formal, quanto no setor informal, possibilitou à academia realizar um melhor delineamento da divisão sexual do trabalho. Permitiu expor aquilo que se identifica como posto de trabalho masculino e posto de trabalho feminino, abrindo caminho para uma série de possibilidades de reflexão sobre essa relação. Essa discussão não se prendeu somente a aspectos econômicos, mas foi muito além, gerando um debate conceitual e político que contribuiu para a reflexão sobre as relações sociais de gênero, apontando questões e propostas para sua compreensão e maior equidade social entre homens e mulheres.

Ao analisar as pesquisas sobre gênero, percebemos que foram de suma importância para a construção de políticas públicas voltadas para as trabalhadoras rurais. Há autoras com excelentes contribuições,

como Carneiro (1994), que pesquisou a participação política e a condição social de gênero das mulheres do campo; Butto e Hora (2008), que fomentaram debates importantes, como o das mulheres na Reforma Agrária brasileira, das políticas para as mulheres e do acesso a crédito; Cordeiro e Scott (2007), que pesquisaram e reuniram trabalhos sobre as relações de gênero em contextos rurais no Norte e no Nordeste; e muitas outras, que trouxeram para o debate nacional as questões de gênero, discutindo a situação desigual, principalmente das mulheres trabalhadoras rurais.

Cordeiro e Scott (2006) apontam que a crescente quantidade e a diversidade de abordagens temáticas, teóricas e metodológicas sobre mulheres e relações de gênero em áreas rurais do Norte e do Nordeste brasileiros têm alcançado pouca visibilidade fora dessas regiões. Reconhecem a importância dessas diferentes abordagens, por evidenciarem e ampliarem o debate sobre o rural na sociedade brasileira, como uma forma de contribuir para desencadear um processo de análise das relações de gênero com a inclusão de outras vozes, questões e temáticas.

Aportados nessa realidade, Cordeiro e Scott (2006) organizaram um dossiê sobre a temática: *Mulheres em áreas rurais nas regiões Norte e Nordeste do Brasil*. A ideia surgiu especificamente nos encontros do Núcleo de Pesquisa em Gênero, Família e Sexualidade (FAGES), da Universidade Federal de Pernambuco. Esse Núcleo, desde a sua formação, nos anos de 1980, direciona suas pesquisas para os contextos rurais e, nesse âmbito, foca as questões de gênero. Alguns dos resultados das pesquisas feitas pelo Núcleo foram reunidos em uma coletânea sobre Agricultura Familiar e gênero, feita em convênio com o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) e o Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (PPIGRE), ambos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Um dos resultados desses anos de estudos foi ter organizado e estabelecido relações, além de contar com uma rede de pesquisadores multidisciplinares que refletem sobre a agricultura familiar nos mais diversos aspectos. A rede mantém relações com várias entidades, entre elas o NEAD, a antiga Associação Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura (APIPSA), a Rede Feminista Norte Nordeste de Estudos sobre a Mulher e Relações de Gênero (REDOR) e o Observatório Permanente sobre as Transformações do Mundo Rural. Boa parte das pesquisas dos integrantes do FAGES e dos pesquisadores associados a outras instituições envolvem ações com relevância teórica e prática para os movimentos sociais rurais, as políticas sociais e a própria agricultura (Cordeiro & Scott, 2006).

As reflexões sobre gênero em contextos rurais, segundo Cordeiro e Scott (2006), deram maior visibilidade às questões e aos debates sobre as agricultoras. Esses autores citam três vertentes que ora se entrecruzam, ora se relacionam paralelamente. Essas vertentes, segundo eles, contribuem para a

compreensão e o delineamento da área. São elas: a produção das pesquisadoras feministas sobre o trabalho feminino e, particularmente, sobre o trabalho das mulheres na área rural; os discursos das mulheres trabalhadoras rurais organizadas em grupos e movimentos; e as pesquisas etnográficas sobre camponato, ribeirinhos, populações indígenas, comunidades de coletores e pescadores, etc.

Cordeiro e Scott (2006) também apontam a organização e a ação coletiva das mulheres agricultoras como uma das grandes contribuições e uma das novidades do cenário político da época. Em vários locais do país, na década de 1980, pequenos grupos de mulheres começaram a se reunir para discutir questões específicas sobre vida, trabalho, sexualidade, produção, reprodução e outros temas. As lutas que alcançaram uma maior visibilidade política ocorreram em torno de quatro eixos: o reconhecimento do trabalho na agricultura e nos sistemas agroextrativistas; as lutas pelo direito à terra e pela reforma agrária; o acesso aos benefícios da Previdência Social; a participação das mulheres na estrutura sindical, seja como associadas, seja como diretoras de sindicatos e federações (Cordeiro & Scott, 2006, p. 420).

De acordo com Giuliani (2015), as trabalhadoras foram à luta, organizaram-se e impulsionaram várias modificações nas tradicionais e arraigadas dimensões culturais da divisão sexual do trabalho. As trabalhadoras rurais se organizaram através dos grupos específicos de mulheres, das comissões de mulheres dos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) e de muitos outros espaços, questionando sua marginalização na definição dos direitos, tentando “abolir a discriminação de gênero, nas relações econômicas, culturais e sociais, exigindo também a igualdade com os maridos no exercício das responsabilidades familiares” (Giuliani, 2015, p. 665). Vale salientar que a maioria desses processos de auto-organização das mulheres aconteceu de fora para dentro, ou seja, fazia parte de uma estratégia de atuação de Organizações Não Governamentais (ONG), das próprias metodologias de atuação de programas e projetos governamentais e das agências internacionais e, principalmente, dos Movimentos Sociais, que passaram a reconhecer a necessidade de trabalhar as especificidades de gênero.

Silva (2004), Silva e Lage (2012) enfatizam que a discussão de gênero, notadamente sobre o papel da mulher no interior dos Movimentos Sociais do Campo, teve início com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a primeira organização a introduzir a discussão sobre gênero na luta pela terra, em 1975. No Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), a discussão sobre gênero só aparece a partir de 1985.

As discussões sobre gênero nos movimentos sociais, principalmente voltadas para a análise do mundo rural, em especial das mulheres trabalhadoras rurais, foram um pouco lentas. Autores como Cordeiro e Scott (2006) citam o primeiro encontro nacional de mulheres, ocorrido em 1986, em Barueri – São Paulo, como um marco no processo de organização das trabalhadoras rurais. Esse encontro, que foi

apoiado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e pelo MST, teve como objetivo criar uma organização nacional de trabalhadoras rurais e foi de grande importância para o surgimento do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste, em 1986, e para a Articulação das Instâncias das Mulheres Trabalhadoras Rurais – Sul (AIMTR – Sul).

Nos assentamentos rurais, caracterizados como redefinições de espaços territoriais, políticos e econômicos, estão sendo criadas e redefinidas novas práticas sociais. Esse fato atinge também as trabalhadoras rurais assentadas (Butto & Hora, 2008). Como importante contribuição para o debate, o conceito de gênero permitiu que as relações sociais entre homens e mulheres ficassem mais nítidas, o que, por consequência, proporcionou um melhor delineamento, em termos sociais, dos papéis masculinos e femininos. Tornou-se, assim, mais evidente a articulação entre o conceito de gênero e as relações de poder estabelecidas entre homens e mulheres, que ajudam a compreender as possibilidades de manutenção ou transformação da sociedade.

Na década de 1970, as pesquisas foram direcionadas às relações de produção. Mulher e trabalho, no espaço urbano ou no rural, marcam o início da pesquisa acadêmica, com destaque para os trabalhos das sociólogas Heleieth Saffioti (1978/1979/1981) e Eva Altermann Blay (1978). Nos estudos rurais ou das sociedades camponesas, a temática do gênero pode ser percebida nos estudos de Chayanov (1974)¹⁰, que serviram de base de pesquisa nas décadas de 1970 e 1980. Entre as décadas de 1980 e 1990, núcleos e grupos de pesquisa são criados, recebendo o apoio de instituições como a Fundação Ford, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Fundação Carlos Chagas e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Em 2000, esses trabalhos foram retomados pelos movimentos sociais e pelas universidades.

2.4. Representação e participação política das mulheres: apontamentos reflexivos

A democracia moderna atrelou o exercício dos direitos civis ao dos direitos políticos por meio da participação ativa dos indivíduos através do voto, porém, as mulheres não foram inicialmente incluídas nesses arranjos institucionais da cidadania política.

Aristóteles foi um dos primeiros teóricos a refletir sobre o processo de envolvimento dos cidadãos nas discussões e nas tomadas de decisões públicas (Viglio, 2004), mesmo que, em termos de concepção, preferisse a aristocracia. Outro autor que fortemente influenciou e defendeu “o governo pela discussão”

¹⁰ No modelo Chayanoviano, agricultores são aqueles que se movem por uma lógica própria, interna, a unidade de produção de equilíbrio entre o uso da força de trabalho (autoexploração) e as necessidades de consumo da família (NOBRE, 1998).

foi John Stuart Mill, já no século XIX. Mill acreditava que esse processo de discussão deveria ser feito e conduzido pelos que tinham “mais educação”. Porém, foi Jürgen Habermas o responsável por reconduzir e reformular, de forma mais cuidadosa e democrática, as ideias da política deliberativa. Para esse autor, a participação da sociedade civil vai além da mera participação na hora do voto, conforme bem sintetiza Viglio (2004):

Jürgen Habermas propugna que apenas o processo eleitoral não garante a legitimidade das ações e decisões públicas. Dentro de seu modelo de democracia, as decisões políticas serão legítimas se forem baseadas numa vontade pública concebida democraticamente em estruturas não regulamentadas e desprovidas de relações de poder, denominadas de ‘esfera pública’. Cabe a essas esferas públicas justamente influenciar o sistema político. (p. 9)

Essa ideia de ampliar e qualificar a participação dos cidadãos e das cidadãs, individual ou coletivamente, segundo pautas específicas, é apontada pelos teóricos políticos como de suma importância para a compreensão dos sistemas democráticos contemporâneos, já que possibilita assegurar maior legitimidade às decisões no modelo de democracia representativa em sociedades complexas e plurais, a exemplo das contemporâneas. Esse modelo de democracia, mesmo tendo em consideração as críticas a ele dirigidas, resgata a interferência na atuação e na tomada de decisão governamental nas diferentes instâncias feita através da participação cidadã, que se dá por meio do debate e da apresentação de opiniões e ideias sobre determinados processos micro e macrosociais. Na democracia deliberativa, enfatiza-se a necessidade de justificar a tomada de decisão que pode se dar por meio dos cidadãos e cidadãs e de seus representantes. Esse modelo proporciona, igualmente, o diálogo constante, continuado, já que as decisões são sempre provisórias, tornando possível, desse modo, o questionamento dessas deliberações. As decisões representam momentos contextuais, que podem ser redefinidos no futuro. Um dos objetivos dessa democracia é, pois, promover e legitimar decisões coletivas e fomentar a participação popular nas decisões políticas através da promoção de espaços respeitáveis e propositivos de tomada de decisões.

Nessa perspectiva, o papel dos movimentos sociais e das redes de mobilizações civis, como mobilizadores e organizadores das categorias sociais, passa a ser primordial. Essa visibilidade dos movimentos sociais aparece mais fortemente a partir do final do século XX e início do XXI. Nesse contexto, percebemos um fortalecimento e um incremento dos movimentos sociais voltados aos grupos historicamente invisibilizados e injustiçados, tais como: minorias étnicas, gays e lésbicas, movimentos feministas e outros. Esses movimentos centram suas reflexões no sentido de compreender e apresentar propostas frente às injustiças, tanto culturais, quanto simbólicas.

As mulheres questionaram e se organizaram para pensar estratégias para vencer as desigualdades. As lutas e conquistas que objetivavam superar a sub-representação das mulheres na política foram significativas, porém, mesmo com esse processo de luta, a sub-representação ainda é bem presente na realidade política do Brasil. Alguns autores apresentam elementos que ajudam no entendimento dessa reduzida presença das mulheres nos espaços de representação política. Uma delas é Scott (1995), que apresenta a categoria gênero como um meio possível para decodificar o sentido das relações de poder. A autora reforça: “as mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único” (1995, p. 86). Esse sentido das mudanças se fundamenta em valores simbólicos, nos costumes, na religião, na própria fixidez das representações binárias e das identidades subjetivas. Para Scott, na hierarquia da sociedade, existe uma tendência de considerar e naturalizar uma ideia de incapacidade das mulheres para a vida pública e política.

Nessa linha, autoras como Nancy Fraser e Iris Marion Young contribuem consideravelmente para a discussão e a reflexão teórica sobre representatividade e participação política. Nancy Fraser (1992), especialmente, caracteriza esse momento como um dos propulsores da mobilização política para combater a dominação cultural, em favor dos temas relativos à identidade grupal. Fraser e Honneth (2008) enfatizam que, quanto às questões de gênero, é preciso refletir sobre a tendência ativista de se olhar para a redistribuição como remédio para a dominação masculina e terminar não reconhecendo as diferenças de gênero.

O debate sobre grupos sociais, identidade e inclusão, especialmente dos grupos minoritários e invisibilizados, é a pauta dos movimentos sociais no Brasil. Esse grande debate gira em torno da questão de como essas demandas devem ser satisfeitas, viabilizadas. Alguns apontam as políticas distributivas como solução, outros partem para as políticas de reconhecimento e representação. A ideia não é deter as críticas feitas às diferentes políticas de inclusão de grupos minoritários, mas reconhecer e apontar suas especificidades e relevância para o debate e as ações em curso.

Nancy Fraser (1992; 2004; 2006) diferentemente do que constatamos em discussões recorrentes que classificam essas compreensões como antagônicas, aponta e apresenta a possibilidade de articulá-las, chamando a atenção, inclusive, para a necessidade de admitir a luta das mulheres sob a ótica de luta por reconhecimento.

Iris Marion Young (2000) é outra autora que discute e expõe uma teoria de representação política. Em *Inclusion and Democracy*, a autora apresenta a relação entre representação e participação, enfatizando

que existe uma ideia de identificá-las como opostas. A autora sustenta que essa relação é muito mais complexa do que se pensa, que ambas as democracias têm suas especificidades e relevâncias, que cada uma tem sua importância e que elas não se contradizem, mas, pelo contrário, podem assumir uma função de complementaridade em determinados contextos, situações e atuações sociais. Elucida essa relação, apresentando e enfatizando que nenhuma pessoa pode estar em todas as instâncias de decisão e deliberação, ou seja, em determinados locais, a democracia representativa também tem e cumpre papel importante.

A autora admite que a participação política alcança maior propositividade nos pequenos comitês, nos quais são possíveis o debate e a posterior construção do consenso. Isso não quer dizer, contudo, que, nos grandes espaços, a participação não seja importante. É somente mais difícil construir consensos, já que, nesses espaços, há mais pautas específicas, ainda que não menos importantes. Nesses grandes espaços, as reivindicações são apresentadas por um líder (representante) das categorias e dos grupos envolvidos na construção do processo, que, via argumentação, vai apresentando e construindo a priorização das reivindicações econômicas, políticas e sociais.

Nas áreas de assentamentos de Reforma Agrária, quem representa, geralmente, a associação nos fóruns da agricultura familiar, nas assembleias sindicais e nos demais espaços de decisão é o presidente, que tanto pode ser homem, quanto mulher. Por isso, é necessário que essas pautas sejam discutidas na associação, aportadas na necessidade e no reconhecimento das especificidades das questões de gênero, pois elas têm de chegar a debates mais amplos, e nem sempre são as mulheres – mesmo que exista um grupo organizado na área – que apresentam essas reivindicações. A política de representação é o usual nesses espaços políticos, tais como associações, sindicatos, fóruns.

O que queremos enfatizar é que tanto a participação, quanto a representação precisam ser bem organizadas e primar pela máxima representatividade dos grupos e indivíduos envolvidos. Nesse diapasão, pensando a respeito do contexto da organização dos grupos de mulheres, considerados pequenos espaços de decisão em que o processo de participação pode alcançar maior propositividade, algumas questões merecem reflexão. Não estamos contestando o fato de que, nesses espaços, onde existe uma menor quantidade de participantes, como o supracitado exemplo de grupos de mulheres, as tomadas de decisão sejam mais participativas. Entretanto, mesmo nesses grupos pequenos, a figura de uma líder é comum, aquela que, muitas vezes, por se comunicar melhor e expor melhor as aspirações do grupo, ou mesmo por outras razões diversas, conseguiu uma posição de poder no grupo. A líder pode

assumir, muitas vezes, o debate, e as outras participantes podem adotar a postura de ouvintes passivas, posicionando-se somente na hora de votar e, em alguns casos, apenas respaldando a decisão da líder.

Não cabe, aqui, fazer uma avaliação da figura das lideranças. O que se quer enfatizar é que, também na participação de presença – que é um processo mais direto de participação, como intitula Anne Phillips (2001) –, as decisões podem ser tomadas de forma a não representar as aspirações e os desejos dos indivíduos envolvidos, nem ensejar sua autonomia. Phillips (1991, 2001) faz um reposicionamento da representação, denominando-a de “política de presença”, que a autora diferencia, usando elementos de oposição, da “política de ideias”. No caso da *política de ideias*, as mulheres, ou outros grupos minoritários no jogo político, poderiam ter suas demandas representadas por outros grupos. Os representantes são vistos como um “político” qualquer, escolhido pelos eleitores a partir de uma identificação com as propostas apresentadas na sua plataforma política. Há a *accountability*, a supervisão do representante, para saber se ele ou ela é fiel à plataforma e à proposta de campanha. Nesse modelo, os representantes não necessitam ser mulheres, basta representarem as reivindicações das mulheres. Segundo a autora, a política de ideias, no entanto, quando isolada da *política de presença*, não é capaz de representar, de forma adequada, a experiência dos grupos sociais excluídos do processo democrático. A política de presença, por sua vez, também não garante que as demandas dos grupos excluídos sejam expressas por seus próprios pares, que também podem se associar a demandas de outros grupos (Phillips, 2001).

Mais uma vez, apontamos a auto-organização das trabalhadoras rurais como um possível espaço de empoderamento, pois esses grupos têm a possibilidade de discutir, de forma específica, suas necessidades, pautas e reivindicações e apresentá-las para a associação, que as levará para o sindicato e demais espaços. Não queremos dizer com isso que as mulheres não devam lutar pela inclusão e pela presença nesses espaços, mas estamos enfatizando que essas duas modalidades caminham juntas. A estratégia usada vai depender da necessidade e do campo de atuação.

A política de presença, segundo Phillips (2001), à medida que favorece a participação nos debates e na posterior tomada de decisões, gera transformações mais efetivas nos espaços de participação política das mulheres. O que vai caracterizar se a participação é ativa ou passiva, segundo ela, é a preocupação e o compromisso na construção de um processo contínuo de empoderamento e autonomia. Vale novamente salientar que isso não inviabiliza as críticas feitas ao processo de representação no que tange às dificuldades de diálogo com os representados, ao maior distanciamento com a base, tanto ideológico quanto, muitas vezes, geográfico.

É um fato que a democracia representativa frequentemente esteve associada à oposição à participação direta. Young (1990) aponta e reforça que as instituições políticas representativas, de forma viciosa, tornaram-se produtoras e reprodutoras das desigualdades na sociedade. No entanto, a representação, quando atrelada ao mecanismo de *accountability*, pode trazer ganhos políticos e estreitar os laços entre os participantes. Young e Phillips chamam a atenção, ainda, para a reflexão sobre a tensão entre *accountability* (que envolve transparência, responsabilidade) e autonomia. Essa tensão deve ser levada em conta e merece reflexão nos processos que objetivam a inclusão e a autonomia das minorias.

Young (1990) faz relevantes críticas à ideia de a representatividade ter seu fim no voto. Em outras palavras, a participação na representatividade limitar-se-ia ao voto. Assim, quando se vota, encerra-se a participação. A autora assevera que a representação vai além do voto e que o diálogo entre o representante e representados deve ocorrer no decorrer de todo o mandato. Esse contato pode acontecer de diversas formas, seja através de fóruns de discussão, comitês, comissões ou grupos organizados. É essencial criar e manter espaços de diálogo e construção coletiva com a base. A autora reforça que, às vezes, os sistemas de representação deixam de ser suficientemente democráticos não porque os representantes não sejam postos pela vontade dos eleitores, mas porque perderam a conexão com eles. Cabe ressaltar que a manutenção dos canais de diálogo entre os representantes e os representados é essencial para o desenvolvimento de uma *accountability*, ou seja, para o monitoramento, a avaliação e o ajuste das reivindicações. Muitas críticas são feitas às democracias representativas quando se discute as prestações de contas, já que estas deixam a desejar, uma vez que não fortalecem o *feedback* entre representantes e representados. Na maior parte das vezes, essa *accountability* vem acontecendo por meio de contatos mínimos no decorrer do processo, quase sempre objetivando a reeleição.

Nas democracias modernas, não tem sido fácil manter esse diálogo entre eleitores e eleitoras e representantes e eleitores e eleitoras entre si; essa é uma relação que tem se rompido facilmente. Essa dificuldade da *accountability* e do *feedback* não somente ocorre nos espaços macro, mas também aparece nas áreas de assentamento, quando o representante não entende que precisa prestar contas para seus pares das suas decisões e representações, nos espaços de decisão, das suas escolhas, dos seus votos nos fóruns e nos demais espaços de representação específicos.

Para melhor enfatizar a diferença entre representantes e eleitores, Young (2006), fundamentada em Derrida conceitua a representação em termos de *différance*. A partir da compreensão do conceito de *différance*, a autora reconhece que, na representação, há uma diferença, uma separação entre os representantes e os representados. Young (2006) enfatiza que,

Evidentemente, nenhuma pessoa pode pôr-se por (*stand for*) e falar como uma pluralidade de outras pessoas. A função do representante de falar por não deve ser confundida com um requisito identitário de que o representante fale como os eleitores fariam, tentando estar presentes por eles na sua ausência. (p. 149)

A autora concebe a representação em termos de *différance*, ao invés de identidade, significando, assim, que ela leva em conta a sua temporalidade. Pensar as entidades em termos de *différance* é mantê-las em sua pluralidade, sem requerer sua unificação numa identidade comum (p. 148). Ainda fundamentada em Derrida, Young também se dispõe a compreender essas dicotomias, as oposições, tendo por base a ideia de *vestígio*, entendida, também com fulcro em Derrida, como um movimento que carrega consigo o passado e o presente. E afirma que entender a representação à luz da *différance* significa “descrever um relacionamento entre os eleitores e o representante, bem como dos eleitores entre si, no qual a temporalidade do passado e o futuro antecipado deixam *vestígios* nas ações de cada um deles” (p. 149). Como percebemos, de acordo com a autora, a representação envolve tanto a autorização, que é composta por pluralidades e dada ao representante pelos representados no ato das eleições, quanto a *accountability*, que se caracteriza como um espaço de diálogo e reformulação das demandas passadas e das construídas por meio do debate político, conforme se verifica no seguinte excerto de Young (2006):

Ao longo desses momentos de ação e avaliação independentes, o representante deve, no entanto, retomar o processo de discussão que levou à sua autorização e antecipar o momento de prestação de contas perante aqueles que alega representar. O representante está autorizado a agir, mas suas avaliações estão sempre em questão. (p. 154)

Nessa linha de pensamento apresentada por Young, é enfatizado que a democracia comunicativa inclusiva não exclui a representação e a participação como formas de participação antagônicas, mas que nela, pelo contrário, elas se complementam. A democracia deliberativa precisa se apoiar em formas de comunicação que possibilitem a inclusão de vários grupos sociais diferentes, bem como precisa incorporar essas formas. Essa comunicação favorecerá sobremaneira a participação de grupos minoritários, que são plurais, no acesso ao poder.

Young apresenta um modelo de democracia deliberativa que abre a possibilidade de comunicar a diferença de forma central. Esse modelo de democracia parte da ideia de que as injustiças são universalizadas a partir das normas dos grupos dominantes e reforçadas pelas políticas de distribuição, que, muitas vezes, não reconhecem e não levam em consideração as diferenças. As desigualdades sociais não são promovidas unicamente pelas questões materiais. Por isso, é importante reconhecer as diferenças e procurar formas de promover a igualdade centradas em princípios que não olhem somente para a redistribuição. As questões redistributivas são importantes para o alcance da justiça social, mas

é necessário ampliar o debate, ir além, ter em vista que o contexto político e institucional também contribui, decisivamente, para a perpetuação da opressão e dominação que afetam as minorias. Essas injustiças impedem a autodeterminação, opondo-se diretamente à democracia.

A autora reconhece, ainda, a necessidade de se procurar formas culturalmente adequadas para que os grupos que não detêm o vocabulário exigido possam comunicar suas ideias, ser ouvidos e transmitir suas mensagens e reivindicações. Nesse sentido, os grupos de mulheres trabalhadoras rurais se apresentam como um desses espaços, quando se propõem a explicitar e debater as especificidades de gênero nas áreas rurais, na perspectiva de construção do empoderamento e da participação política. Young (2000) procura apontar e discutir ferramentas comunicativas que impeçam a exclusão não só externa, mas também interna, isto é, as formas que “por vezes ocorrem mesmo quando os indivíduos e os grupos são minimamente incluídos na discussão e no processo de tomada de decisão” (p. 53).

Por conseguinte, é possível adequar essas ideias de Young às mulheres trabalhadoras rurais. Muitas políticas públicas que se voltam para as mulheres – fruto, muitas vezes, de um processo de organização – não atendem a esse público porque não têm especificidades oriundas da própria forma de organização social, econômica, política e cultural do campo. Um exemplo clássico refere-se ao debate sobre a legalização do aborto, que, para as mulheres urbanas, já vem sendo discutido há mais tempo, mas ainda apresenta inúmeras dificuldades religiosas, culturais, econômicas, psicológicas e outras. Para as mulheres do campo, então, outros elementos ainda se somam a essas questões. Dialogar com as trabalhadoras rurais sobre aborto tem sido um dos grandes gargalos das ONG que atuam no campo, não porque as agricultoras não façam aborto – já que é sabido que tomam diversos chás e ervas abortivas quando engravidam e não acham que seja um momento propício para ter filhos –, mas por não publicitarem o feito, por medo ou vergonha. Nas movimentações de rua, as mulheres rurais não se dispõem a carregar os cartazes que apresentem o aborto como bandeira de luta, não pelo fato de o tema não as representar, mas por não estarem preparadas para assumir o debate e suas consequências.

Nancy Fraser (1992) também ajuda a entender a participação, notadamente das mulheres, citando as experiências empíricas do Movimento Feminista, especialmente dentro das academias, nas reuniões das faculdades e em outros espaços mistos. Ela destaca que, nesses espaços, os homens têm a tendência de interromper mais as mulheres, falar mais e durante mais tempo; além disso, as intervenções e as indagações das mulheres são mais ignoradas e deixadas sem respostas do que as dos homens. Essa tendência também é tratada por Young (1996), que cita a necessidade de privilegiar qualquer forma de interação comunicativa para que as pessoas alcancem o entendimento. Para isso, segundo a autora, é

necessário falar e escutar para além de diferenças culturais, posição social, da necessidade e do compromisso, reconhecendo as especificidades, particularidades e diferenças. Formas e diferentes estilos de comunicação permitem que a participação aconteça a partir de diferentes vozes, num processo aberto, sem predeterminação, em que as opiniões, preferências e perspectivas são transformadas (Silveirinha, 2005; Young, 1996, 2006).

Na associação de trabalhadores, essa predominância masculina na participação também ocorre. Uma das justificativas para a organização dos grupos de mulheres é justamente o fato de as mulheres não terem voz nas assembleias, dificultando o reconhecimento e a explanação das questões específicas de gênero. A presença das mulheres nesses espaços de decisão é mais física do que propositiva, fato constatável na nossa análise das atas das assembleias da associação. Essa dificuldade pode ser ocasionada por vários fatores que vão desde o processo de socialização, diferente para homens e mulheres, até à própria organização dos assentamentos. As agricultoras precisam ser ouvidas tanto nos espaços domésticos, quanto nos espaços públicos, pois suas demandas são específicas e suas falas/vozes representam suas especificidades.

Observando a realidade do Brasil, a discussão em curso é sobre criar formas e construir metodologias que possibilitem uma maior compreensão dos mecanismos participativos oriundos da Constituição Federal de 1988. Questões existentes entre as dimensões representação, participação e deliberação compõem o debate sobre a participação política das mulheres. A democracia, no Brasil, deve ser entendida como um conjunto de espaços, mecanismos de participação, decorrentes de modelos de democracia que vão se constituindo e se organizando a partir de determinadas conjunturas. Vale salientar que esses modelos têm uma perspectiva de representação, participação e deliberação. Notadamente, percebemos que a democracia de formato representativo vem passando por uma crise. Uma das principais críticas a ela dirigida centra-se no fato de esse modelo consultar o povo somente a cada quatro anos, não construindo espaços de discussão, de participação e de monitoramento das ações dos representantes escolhidos pelo voto.

A esse respeito, Silverinha (2005) declara que o papel do cidadão se limita a, periodicamente, escolher um representante, não sendo necessário o envolvimento direto após essa escolha. É interessante perceber e levar em consideração a subjetividade do voto. Olhando para a organização política do Nordeste brasileiro, onde o voto foi e ainda é, muitas vezes, utilizado como moeda de troca, os representantes sindicais eram os grandes proprietários de terra, os coronéis, e as diretorias dos sindicatos eram, e ainda são, prioritariamente compostas por homens. Em todos esses espaços, os representantes são escolhidos

através do voto direto. A reflexão proposta vai além dos modelos democráticos de representação e participação política, centrando-se muito mais em analisar a ocorrência da participação efetiva, propositiva e deliberativa das minorias que, nesse caso, são as trabalhadoras rurais.

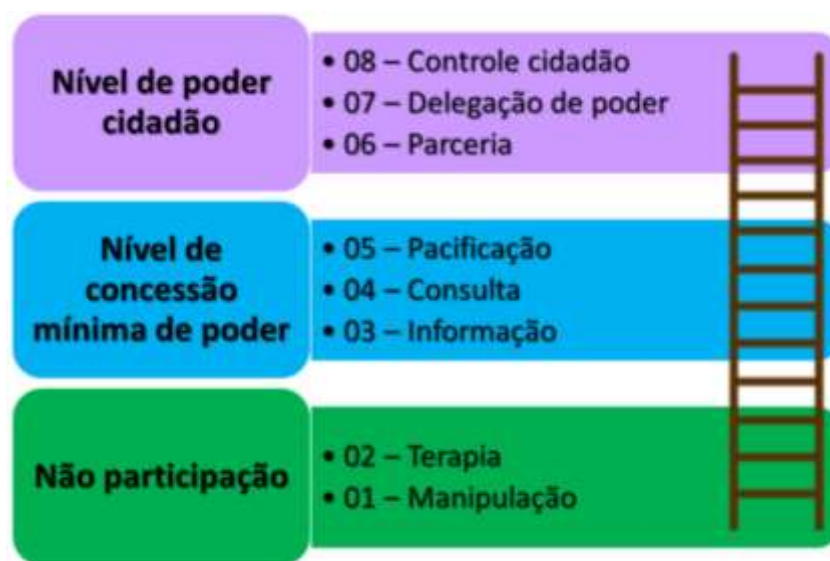
Outro aspecto que deve ser levado em consideração para fortalecer a participação diz respeito à comunicação midiática. Atualmente, é possível conhecer, nas diversas instâncias, as posturas dos representantes, seus votos e suas opções ideológicas. Isso tem contribuído para a população perceber que a representatividade tem muitas falhas e que, muitas vezes, seus representantes votam contra a categoria social que dizem representar. Silverinha (2005) atesta que “a democracia necessita de cidadãos informados e racionais, cuja influência no processo de tomada de decisão não se restringe às eleições, mas se estende à participação racional no debate público sobre questões políticas” (p. 6). No entanto, no Brasil, e principalmente na Região Nordeste, mesmo com a possibilidade de os representados acompanharem a trajetória dos representantes, principalmente seus votos nos Projetos de Lei (PL), esse fato não tem sido suficiente para qualificar suas escolhas. Daí a importância de se organizar os comitês, os fóruns, as comissões, haja vista que, nesses espaços, são constantemente realizados momentos de formação e capacitação política, objetivando, mesmo diante das dificuldades, qualificar a compreensão política dos envolvidos.

Arnstein (1969), na sua definição de participação, contribui com elementos reflexivos importantes para o que estamos a apresentar, definindo-a como:

A redistribuição de poder que permite aos cidadãos sem-nada, atualmente excluídos dos processos políticos e econômicos, a serem ativamente incluídos no futuro. Ela é a estratégia pela qual os sem-nada se integram ao processo de decisão acerca de quais as informações a serem divulgadas, quais os objetivos e quais as políticas públicas que serão aprovadas, de que modo os recursos públicos serão alocados, quais programas serão executados e quais benefícios, tais como terceirização e contratação de serviços, estarão disponíveis. (p. 1)

Em síntese, a autora salienta que a participação constitui o meio pelo qual os sem-nada podem promover reformas sociais significativas que lhes permitam compartilhar os benefícios da sociedade envolvente. Essa autora apresenta um modelo para classificar o grau de participação, que ela intitula de “escada de participação cidadã”, por meio da qual gradua por níveis o envolvimento do cidadão e da cidadã. Ao responder à pergunta central sobre o que é participação, faz a constatação de que a participação cidadã constitui um sinônimo de poder cidadão.

Figura 3 – Escada de participação cidadã



Fonte: Adaptado de Arnstein (1969).

O nível 1, intitulado de *Manipulação* pela autora, é definido como um espaço em que função e poder das pessoas não são legitimados, no qual há uma falsa sensação de participação. Estão presentes, porém não lhes é permitido decidir. Falta-lhes o poder e, de igual modo, um conjunto de informações que lhes propiciaria tal condição.

Já a *Terapia*, nível 2, é classificada como um espaço que, em conjunto com a Manipulação, forma a base da não participação. Constitui um desvio rumo à perspectiva patológica, na qual se considera a falta de poder uma questão de ordem individual e se busca um tratamento com técnicas tradicionais da Psicologia. O grande problema aqui é a busca de simplificação dos reais fatores que ocasionam tais patologias, como se a componente social, as questões de nível externo e coletivo, tivessem pouca influência na construção de estados patológicos. Nesses dois níveis, 1 e 2, a autora diz que inexistem participação.

O nível 3, que ela intitula de *Informação*, fundamenta-se no reconhecimento de que o acesso é uma forma de cultivo da participação quando esta se dá por intermédio da apropriação da informação. A informação em si não garante o poder, todavia, oportuniza o caminho para a sua aquisição.

Na *Consulta*, nível 4, constata-se que, se o acesso à informação abre o caminho para os primeiros passos rumo ao poder, a consulta oportuniza voz ao cidadão.

Fechando o conjunto dos 3 níveis de concessão mínima de poder, juntamente com a Informação e a Consulta, encontra-se o nível 5, a *Pacificação*. Esse nível, embora represente uma ampliação considerável na qualidade da participação, guarda em si algumas questões que limitam a participação

efetiva. Mesmo que a participação cidadã ocorra, de forma mais qualificada, nesse nível, as decisões mais complexas quanto ao planejamento e ao rumo do planejado, por exemplo, ainda permanecem nas mãos de técnicos que apresentam à ratificação do cidadão o que se construiu.

Segue-se o nível 6, a *Parceria*. Nesse (de)grau, o planejamento e o poder de decisão são mais bem partilhados. Aqui não há dádiva. Na quase totalidade dos casos, a ampliação da participação dos cidadãos dá-se por força de pressão destes e não por uma concessão pacífica a estes que os permita barganhar poder junto a seus detentores. Nesse sentido, a autonomia financeira das entidades de representação dos cidadãos, sobremaneira, autonomia em relação a recursos oriundos do poder público ou dos chamados tomadores de decisão, tem um papel primordial na construção desses espaços de poder. Na *Parceria*, o equilíbrio dinâmico das forças envolvidas é primordial para o pleno êxito desta, mesmo que haja momentos em que uma das partes esteja em uma situação mais favorável, no controle das ações, tenha supremacia; em outro momento, a outra parte assume esta condição que, mesmo não sendo no formato e condições do outro lado da parceria, assumindo uma condição análoga, estabelece aquilo que chamamos anteriormente de equilíbrio dinâmico.

A *Delegação de Poder*, nível 7, apresenta-se em um formato no qual veem-se diferentes formas de poder delegado, sendo que, em muitos casos, o resultado é um aumento do poder de decisão do cidadão. Amplia-se o poder de veto deste frente às ações do poder público, por exemplo.

Como ponto culminante da Escada de Participação, e somando-se aos 2 níveis anteriores (*Parceria* e *Delegação de Poder*) para formar o conjunto dos níveis de poder cidadão, há o *Controle Cidadão*, nível 8. Aqui, temos a ampliação do poder decisório, bem como a possibilidade de apropriação dos recursos – financeiros, sobremaneira. Mesmo a despeito de críticas quanto à possível “diluição” do Estado e, por conta da “pulverização” de centros decisórios e de ação, ao aumento do custo das operações, o *Controle Cidadão* constitui-se como um espaço bastante interessante para a reflexão e o exercício da vivência da cidadania.

Arnstein (1969) ressalta que a “escada” se constitui como uma simplificação dos graus de participação cidadã, porém reconhece que essa graduação pode ajudar no reconhecimento da importância da participação para os sem-nada. A escada contrapõe cidadãos sem poder aos poderosos para ressaltar as divisões básicas entre eles. Na verdade, nem os sem-nada nem os poderosos constituem blocos homogêneos. Cada grupo engloba uma grande gama de pontos de vista diferentes. Esse modelo evidencia que a efetividade da participação não pode ser medida pela simples presença física. O acesso, que é um estágio anterior e essencial para a efetivação da participação, vai mais além do que somente a presença nos espaços, conforme anteriormente enfatizado. A questão que gostaríamos de enfatizar

aqui é que, muitas vezes, confunde-se o acesso a espaços, a políticas públicas, com uma participação efetiva. Carpentier (2012) ressalta que o acesso se relaciona à presença, ao estar presente de alguma forma e que ele (apesar de não se restringir a apenas um formato, como o físico) é um dos estágios da participação, sendo a presença maior que o acesso.

Pateman (1992), quando analisa o grau de interferência dos indivíduos no processo de decisão, divide-o em três graus: *pseudoparticipação* – há presença dos indivíduos no processo, porém somente para serem consultados, pois não participam do processo de decisão –; *participação parcial* – um processo no qual duas ou mais partes se influenciam mutuamente no processo de tomada de decisões, mas o poder final para decidir pertence a apenas uma parte; e, por fim, *participação total* – um processo no qual cada membro individual do corpo de tomada de decisão possui poder igual para determinar o resultado das decisões.

Gohn (2001) é outra autora que contribui com elementos e ferramentas para a análise da participação a partir do modo como a sociedade é incluída nos processos de construção das políticas públicas e sociais. A autora aponta cinco formas de participação, que são a liberal, a autoritária, a revolucionária, a democrática e a democrática radical. Gohn (2001) cita que essas interpretações não são monolíticas, elas criam e recriam outras interpretações a partir de diversas composições como a “liberal/comunitária; liberal-corporativa; autoritária (de direita e de esquerda); revolucionária (gradual ou por ato de força); democrática/radical etc.)” (p. 17).

Para Gohn (2001) a democracia deliberativa é assim conceituada:

A democracia deliberativa é um sistema que mistura a democracia direta com a democracia representativa; ela diz respeito aos mecanismos de representação política nos quais havia o envolvimento dos indivíduos, como cidadãos políticos ativos, construtores de consensos, via processos de diálogos interativos realizados no decorrer do processo de participação na geração e elaboração de políticas públicas. Esse modelo de democracia exige a redefinição institucional de algumas instituições governamentais, principalmente em nível local, em instituições de participação deliberativas. (p. 19)

Diante desse contexto, as teorias democráticas deliberativas e participativas vão ganhando espaço, já que esses modelos desencadeiam um processo de inclusão e participação das minorias, respeitando os grupos e suas especificidades e possibilitando, ainda, uma participação mais efetiva dos indivíduos e grupos sociais. Esses agentes podem, assim, participar, avaliar, propor e monitorar seus representantes através de conselhos, plebiscito e outras formas de participação direta ou semidirecta, configurando-se um maior diálogo entre o Estado e os indivíduos.

É salutar considerar que a participação popular pode ser passiva ou ativa (Magagnin, 2008). O desenvolvimento do processo vai depender da forma como se dá a intervenção. No caso dos assentamentos rurais, na maior parte das vezes, ela é feita por ONG, agências internacionais e governo. Essa intervenção tanto pode proporcionar a participação passiva – quando não se preocupa em desencadear processos contínuos de empoderamento e autonomia – como ativa, com um alto nível de mobilização e construção da autonomia dos sujeitos sociais. Magagnin (2008, p. 21), fundamentada nos estudos de J. N. Pretty (1995) apresenta várias formas de participação popular, que se encontram resumidas na tabela seguinte.

Tabela 1 – Grau de envolvimento popular no processo de tomada de decisão

FORMAS DE PARTICIPAÇÃO	DESCRIÇÃO
1. Participação Simulada	Neste tipo de participação, embora a comunidade tenha representantes junto aos órgãos oficiais, elas não possuem o direito a voto.
2. Participação Passiva	Neste caso, o processo de decisão é unilateral. Todas as decisões são tomadas pela administração (decisores) e a comunidade apenas é informada do que está sendo discutido ou planejado pelos técnicos.
3. Participação por Consulta	A participação neste caso é realizada através de consultas realizadas junto à população ou por questionários. A definição dos problemas, o controle de informações e a análise ficam a cargo dos decisores – técnicos. Neste processo não há participação popular direta no processo de tomada de decisão.
4. Participação através de Incentivos Materiais	O processo participativo é estimulado através do recebimento de algum bem (dinheiro ou alimento) pela contribuição à pesquisa. Entretanto no caso do término do benefício o processo de participação também sofre perdas.
5. Participação Funcional	O envolvimento popular, neste caso, é realizado com técnicos. Os problemas são discutidos através de grupos que definirão os objetivos do projeto. Entretanto, a decisão final é realizada apenas pelos técnicos.
6. Participação Interativa	Este é o processo participativo mais ativo, ou seja, a população interage em todo o processo de tomada de decisão, desde a fase de análise, desenvolvimento dos planos de ação até a definição final do projeto.
7. Participação através da Mobilização da Comunidade	Através da iniciativa da comunidade o processo de discussão sobre os problemas urbanos pode ser realizado com a parceria de ONGs e órgãos governamentais; mas a característica deste processo é a iniciativa da comunidade em resolver seus problemas.

Fonte: Pretty citado em Magagnin, 2008, p. 21.

Nos assentamentos rurais, por serem espaços de reterritorialização, os trabalhadores e trabalhadoras, juntamente com as assessorias técnicas, os STTR e os movimentos sociais do campo tentam recriar e reconstruir o espaço rural a partir da redefinição de um modelo agrário e agrícola que concentrou as terras nas mãos de uma minoria, transformando trabalhadores e trabalhadoras rurais em moradores e empregados. Diante dessa realidade que está em constante construção, a participação tem passado por vários estágios. A maioria das formas de participação expostas acima por Pretty (citada em Magagnin, 2008, p. 21) já foi utilizada nas comunidades rurais, em diferentes momentos da sua organização. No caso das trabalhadoras rurais aqui estudadas, já foi prática comum dos STTR uma participação simulada, quando, nas assembleias e/ou em outros espaços de decisão, as agricultoras não tinham direito a votar,

muito menos a participar propositivamente (apresentando propostas) como categoria. Entender como essa participação se caracteriza é de suma importância para a compreensão da representação política, do empoderamento e da autonomia das mulheres como sujeitos políticos em construção. Nesse sentido, entendemos que Arnstein (1969), Gohn (2001), Magagnin (2008) e Pateman (1992) apresentam elementos reflexivos e analíticos importantes para a compreensão da participação das trabalhadoras rurais, quando nos ajudam a analisar os (de)graus de participação, o grau de interferência dos indivíduos e as formas de participação das trabalhadoras rurais a partir de um processo de formação para o empoderamento.

Para concluir, concordamos com Silverinha (2005), ao apontar que “é necessário articular formas de diálogos democráticos que possam transformar as compreensões que os participantes têm de si mesmos” (p. 152). Aqui, podemos inserir a auto-organização das trabalhadoras rurais como um espaço de articulação entre seus interesses e os dos outros, como espaço que possibilita legitimar democraticamente suas reivindicações.

O Brasil conta com um sistema eleitoral proporcional de lista aberta. Isso, juntamente com o descaso e a falta de punição para os partidos que não cumprem a lei das cotas e demais outras questões, contribui para fazer da representação das mulheres uma das piores da América Latina. O sistema de cotas, com todas as dificuldades enfrentadas nas listas partidárias, ainda é o mecanismo que melhor representa os grupos minoritários. Dentre as experiências de inclusão política com o objetivo de reconhecer os direitos de grupos específicos, destaca-se a criação de espaços de articulação, organizados a partir de conselhos e de conferências, cuja finalidade é dialogar, de forma mais propositiva e inclusiva, com o Estado. Um exemplo concreto são as secretarias nacionais, estaduais e municipais voltadas para a discussão e a implementação de ações específicas para as mulheres, que vão desde a importância da documentação pessoal até à participação política.

É imprescindível ficar atento ao fato de que a representação política das mulheres não se encerra na presença política, a exemplo dos impactos das cotas. É claro que a presença de mais mulheres no Congresso Nacional é um indicador positivo, publicita que posições de exercício de poder não são impermeáveis, blindadas. Há ainda o efeito simbólico: quando mulheres exercem o poder, estão anunciando a outras mulheres, e também aos homens, que está errada a ideia recorrente de que “política não é assunto de mulheres” ou de que o “lugar da mulher não é na política”. Mesmo entendendo que essas são conquistas importantes, não podemos deixar de visualizar as mulheres como um grupo social com demandas específicas, que necessita ser visibilizado e também viabilizado nas instâncias de decisão.

A participação das mulheres na esfera política implica uma reestruturação das relações de poder, o que gera conflitos, já que mexe com as estruturas da dominação masculina e com a redefinição de uma cultura política. Miguel e Biroli (2010) citam que há padrões de concentração de poder que se reproduzem nas democracias existentes. Na concepção desses autores, “a sub-representação das mulheres na esfera política é, hoje, entendida como um problema” (2010, p. 653). Bourdieu (1989) também reflete sobre esse lugar das mulheres na política, apresentando uma reflexão no sentido de que esses lugares se configuram como espaço de extrema resistência à participação das mulheres. Seriam espaços para os quais elas não foram criadas porque não foram feitos para elas.

O Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais – Nordeste (MMTR–NE) tem, em seu trabalho, um eixo de discussão direcionado para as mulheres do campo. Esse Movimento almeja construir um quadro de visibilidade das mulheres trabalhadoras rurais nos diversos espaços da sociedade e desenvolver ações para que estas possam estar inseridas nesses espaços, tais como os partidos políticos, os sindicatos e as associações de trabalhadoras e trabalhadoras rurais dos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, além de sua presença no espaço profissional e familiar.

Nos últimos anos, vários estudos apresentam a luta das mulheres pelo reconhecimento da sua identidade de trabalhadoras rurais como fundamental para a compreensão de seu papel na agricultura (Cordeiro & Scott, 2006; Deere, 2004; Siliprandi, 2009). As mobilizações locais, nacionais e internacionais, tais como os encontros de trabalhadoras rurais municipais e estaduais, as Marchas das Margaridas ou os eventos promovidos pela Marcha Mundial das Mulheres (MMM) contribuíram sobremaneira para o processo de organização social, econômica e política das trabalhadoras rurais, principalmente no âmbito da Reforma Agrária, nos assentamentos rurais. Esses são espaços de articulação política que procuram discutir e publicizar a condição social, econômica, política e cultural de grupos invisibilizados e injustiçados. Nesse caso, as trabalhadoras rurais que necessitam sair da subalternidade. Autoras como Fraser e Young reconhecem e apresentam a importância da representatividade e da participação política das mulheres para a redefinição da sua subalternidade. Nessa perspectiva, estudar a representação política das trabalhadoras rurais implica diretamente no reconhecimento desse vasto estudo sobre participação, observando as lacunas e a especificidade das questões de gênero e de participação política.

Por conseguinte, em seguida, buscar-se-á entender: como as agricultoras se fazem/fizeram sujeitos políticos? Que marcas deixam na associação, em casa, nos sindicatos, nos partidos políticos? Por que nenhuma mulher agricultora do município de Apodi/RN, mesmo tendo passado por vários projetos de intervenção cujo fim era romper o ciclo das desigualdades, foi eleita presidente do STTR? Essas e muitas

outras questões instigam a entender a lógica de dominação masculina, o poder simbólico, a violência simbólica, o poder, suas tecnologias e sua ação na vida das mulheres. Em outras palavras, a representação política em si e qual o seu papel na realidade das trabalhadoras rurais do P.A. Sítio do Góis.

2.5. Subalternidade das trabalhadoras rurais, espaços e práticas de resistência no Assentamento Sítio do Góis

No Município de Apodi, Rio Grande do Norte, a preocupação com os estudos de gênero e agricultura surgiu na década de 1990. Nesse momento, os trabalhadores estavam organizando um processo de discussão que envolvia a parceria com diversos movimentos ligados à igreja e à sociedade civil (CPT, SEAPAC, MEB, Paróquia local e outros). Esse processo objetivava obter, para os trabalhadores, a direção do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR). A CPT, o MEB e o Centro feminista 08 de Março (CF8) apontavam a necessidade de organizar as mulheres em espaços específicos de discussão, potencializando sua participação efetiva nessa nova fase do sindicalismo no município. Os grupos de mulheres criados na época, surgidos de fora para dentro, ou seja, organizados a partir da necessidade apontada por um conjunto de organizações, dentre elas instituições de clara atuação feminista, tinham a finalidade precípua de discutir os problemas das agricultoras e da comunidade. Por meio desses grupos e de um amplo processo de sensibilização e mobilização das mulheres, esses parceiros – CPT, MEB e CF8 – visavam levar o debate para a esfera pública, evidenciando a situação de exclusão social das trabalhadoras rurais dentro do modelo agrícola brasileiro.

No Projeto de Assentamento (P.A.) Sítio do Góis, lócus da pesquisa, a preocupação em entender as relações de gênero, bem como sua importância e implicação para as relações sociais, econômicas e políticas, surge atrelada à realidade, juntamente com o processo de consolidação da Reforma Agrária, mais especificamente, com a organização do Projeto de Assentamento (ocupação e posse). O Projeto de Assentamento Sítio do Góis foi criado em 1998, após um processo pacífico de ocupação da terra. A terra foi dividida em 60 lotes de 20 hectares, divididos para 60 famílias. Levando-se em conta o que podemos chamar de mote ideológico do movimento na perspectiva local, é justo afirmar que o conjunto de ações e os processos de discussão que o antecederam impulsionaram a organização das mulheres locais.

As trabalhadoras rurais do município de Apodi/RN tiveram, no movimento feminista representado pelo Centro da Mulher 8 de Março, depois transformado em Centro Feminista 8 de Março, uma orientação para a sua organização como grupo. Podemos afirmar que o processo de organização das mulheres trabalhadoras rurais no município de Apodi/RN foi efetivado pelo sindicato e pelo CF8. Como

consequência desse processo de sensibilização, mobilização e organização, as trabalhadoras do município receberam o estímulo para a ressignificação de seus papéis, não somente no movimento sindical, mas também em suas próprias vidas, e um lastro para a construção de uma estrutura de reflexão mais ideologicamente assentada. Esse processo, definido na teoria feminista, tem sua explicação na própria história da organização do feminismo no Brasil.

No final da década de 1990, o movimento feminista, seguindo uma tendência mais geral, tomou um rumo de profissionalização. Nesse sentido, foram criadas ONG que se propunham a organizar um processo de reflexão e intervenção junto ao Estado e, na maioria dos casos, visavam obter medidas protetoras para as mulheres e incentivar a maior participação destas na política. O CF8 seguiu esse rumo e passou a se preocupar em desenvolver ações que objetivassem fomentar um processo de organização e reflexão sobre a situação das mulheres. Em Apodi, especificamente no P.A. Sítio do Góis, o CF8 e a COOPERVIDA, a partir do início da década de 2000, passaram a assessorar as mulheres e a incentivar a criação do grupo de mulheres Trabalhadoras Rurais, começando um processo de incentivo à auto-organização dessa categoria.

Como resultado de um amplo processo de debate nacional, que apontava a necessidade da inclusão de eixos e ações produtivas e sociais voltadas exclusivamente para mulheres nos projetos de desenvolvimento de áreas rurais, as ONG do Rio Grande do Norte, especificamente do Oeste potiguar, sensíveis à questão, elaboraram um projeto para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), intitulado de Projeto Dom Helder Câmara (PDHC), via ação operacional descentralizada desse Ministério e com o fim de atuar em seis estados da região Nordeste. O Projeto tinha como financiadores o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA – e uma doação do Fundo Mundial para o Meio Ambiente – GEF¹¹.

O PDHC foi criado entre 2000 e 2001 e atuou em vários Territórios da Cidadania¹². No Rio Grande do Norte, o PDHC foi dividido em 6 territórios: Alto Oeste, Açu-Mossoró, Mato Grande, Potengi, Seridó e o Território Sertão do Apodi¹³, que abrange, entre outros, o município de Apodi. O referido projeto tinha, nas suas ações, uma linha específica voltada para as especificidades de gênero, que iam desde o

¹¹ De acordo com o site: <http://goo.glesafe.com/?q=Projeto+dom+Helder+camara>. Acesso em: 09 nov. 2015.

¹² O Governo Federal lançou, em 2008, o Programa Territórios da Cidadania, que tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios são fundamentais para a construção dessa estratégia (Fonte: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br>).

¹³ O Território Sertão Do Apodi/RN abrange uma área de 8.280,20 Km² e é composto por 17 municípios: Apodi, Caraúbas, Felipe Guerra, Itaú, Janduis, Messias Targino, Olho d'Água do Borges, Paraú, Patu, Rafael Godeiro, Rodolfo Fernandes, Severiano Melo, Triunfo Potiguar, Umarizal, Upanema, Augusto Severo e Governador Dix-Sept Rosado. A população total do território é de 157.247 habitantes, dos quais 55.790 vivem na área rural, o que corresponde a 35,48% do total. Possui 9.152 agricultores familiares, 2.860 famílias assentadas e 1 comunidade quilombola. Seu IDH médio é 0,63. (Fonte: Sistema de Informações Territoriais -<http://sit.mda.gov.br>).

fortalecimento da auto-organização, da produção, do acesso ao crédito até os processos de comercialização. Esse processo foi planejado como uma estratégia de empoderamento das mulheres em todas as fases do sistema de produção, na perspectiva de construir a autonomia social, produtiva e financeira das trabalhadoras rurais. O PDHC atuou mais de uma década em Apodi, especificamente no Sítio do Góis, área da pesquisa, e foi o primeiro projeto a desenvolver assessoria técnica permanente e multidimensional. Historicamente, os projetos de desenvolvimento para as áreas de assentamento não são em longo prazo, o que dificulta a consolidação das ações. Por essa razão, considerar a atuação do PDHC na área vai ser importante, pois, além de ser um projeto que trabalhou especificamente com o componente gênero, teve uma duração significativa.

Outra organização da sociedade civil que se destacou na discussão sobre a participação das mulheres nas associações, e também nas outras organizações do campo político do movimento sindical e popular, foi a Comissão Pastoral da Terra (CPT). A CPT é uma pastoral da Igreja Católica, ligada à linha 6 (Setor das Pastorais Sociais) da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). No estado do Rio Grande do Norte, ela atua somente na região Oeste, onde se localiza o P.A. Sítio do Góis. O processo de organização dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais do RN, especificamente na região Oeste, foi desencadeado pela CPT. O MST só apareceu no cenário do RN a partir da década de 1990, porém não com uma atuação forte. Em Apodi, o processo de Reforma Agrária foi organizado pela CPT, juntamente com o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do município (STTR–Apodi), que esteve presente em todos os processos de luta pela terra e organização dos trabalhadores e das trabalhadoras nesse município. Desde o processo de ocupação da terra, o tema do direito das mulheres a esta foi incorporado e apresentado como de suma importância no processo de luta e conquista da terra. Tal abordagem foi levada a cabo pela CPT desde a década de 1980, seguindo as diretrizes do primeiro Congresso Estadual da CUT.

A política da CPT no estado do Rio Grande do Norte foi a de apoiar a distribuição de terra pelas mulheres solteiras, bem como a titulação conjunta de terra dos casais. Isso, porém, esbarrava nos normativos da Reforma Agrária, que utilizavam critérios como a titulação somente para um dos membros da família, que, na maioria dos casos, era homem. As próprias reuniões coletivas, feitas nos acampamentos, priorizavam critérios que atendiam a famílias compostas por pai, mãe e filhos: as famílias *tradicionais*. As mulheres solteiras, com filhos e sem companheiros, eram poucas. Desse modo, mesmo havendo a discussão sobre a titulação para mulheres solteiras, quando estas conviviam com seus companheiros, sem os vínculos oficiais do casamento, a titulação era feita para os homens, nunca para as mulheres.

2.6. O empoderamento: definições e conceitos

O termo “empoderamento” foi cunhado pelo psicólogo norte-americano Julian Rappaport, em 1977. Segundo Aithal (1999), surgindo da práxis, foi primeiramente utilizado no âmbito do ativismo feminista, como também nos diferentes movimentos sociais e nas práticas de atuação das Organizações Não Governamentais (ONG). Nessa época, a utilização desse conceito significava, para esses grupos, uma tarefa árdua de conceituação e implementação que objetivava “romper com as diferentes dinâmicas que condicionavam a existência e impediam a participação e a cidadania plena das mulheres (Iorio, 2002, p. 22). Depois disso, a categoria “empoderamento” ganhou visibilidade nos marcos dos centros de produção de conhecimento, passando por todo um processo de teorização na academia. Iorio (2002, p. 21) alega que a origem conceitual é “disputada tanto pelos movimentos feministas, como pelo movimento *American Blacks* que, nos anos 1960, agitou o cenário político norte-americano, exigindo o fim do preconceito e da discriminação que marcavam a vida dos negros e negras nos EUA”.

O conceito de “empoderamento” muitas vezes tem sido utilizado de forma indiscriminada e sem muita preocupação reflexiva e contextual. Embasados nessas questões, que, por vezes, apresentam dicotomias, diferentes autores a exemplo de Schefler (2013), Kleba e Wendausen (2009) e Perkins e Zimmerman (1995), preocuparam-se em desvendar e apontar a importância desse conceito, bem como sua problematização e seus possíveis limites, tanto em um campo mais analítico, quanto como categoria empírica.

Iniciando esse percurso sobre o termo, Schefler (2013), ao analisar algumas políticas públicas brasileiras voltadas ao rural, ressalta que, no Brasil, a partir de 1990, o termo “empoderamento” passa a fazer parte da maioria da literatura acadêmica e de textos institucionais que discutem, principalmente, temas relacionados à pobreza, orientando-se para o debate e a construção de estratégias de valorização da autonomia e do autodesenvolvimento dos sujeitos. Desse modo, o uso do termo reforça que “os indivíduos, através de suas organizações, devem atuar no espaço público em defesa de seus direitos sociais, influenciando as ações dos governos na distribuição dos serviços e recursos públicos” (p. 10).

Essa mesma autora chama a atenção para o uso e a resignificação do termo, que, muitas vezes, é utilizado para a legitimação de práticas dominantes, desvinculando-se do seu conteúdo político. Na concepção da autora, essa é uma postura que descaracteriza a essência da abordagem sobre “empoderamento”, já que as concepções de “empoderamento” devem ter como ponto central a problematização e o desvendamento das relações de poder nos diferentes espaços da vida social. Schefler (2013) ainda enfatiza que, quando essas relações de poder ficam num segundo plano,

[...] deslocada(s) do seu papel central nas práticas sociais e políticas, as abordagens técnicas, instrumentais e predominantemente economicistas surgem e isso tende a apagar ou camuflar as relações antagônicas e conflituosas de poder, omitindo o sentido de emancipação política dos sujeitos. (p. 10)

Com esse pensamento, Schefler (2013) conclui que o uso da noção de “empoderamento” nas políticas públicas para mulheres volta-se quase exclusivamente para a construção da autonomia econômica das mulheres, deixando lacunas nas ações voltadas para a formação política, em uma perspectiva mais ampla. Quando a análise é direcionada para as políticas dirigidas à agricultura familiar, a autora salienta que o “empoderamento da mulher rural se limita a criar condições de produção e renda para que esta contribua com a receita familiar” (Schefler, 2013, p. 10).

Kleba e Wendausen (2009) apresentam que o termo “empoderamento” é polissêmico, já que as abordagens que tratam de sua concepção são diversas. Apresentam, também, uma compreensão conceitual que se fundamenta em duas perspectivas estritamente encadeadas: a política e a prática. Escrevem elas:

[...] a primeira ligada a ações assistencialistas que cumprem políticas de ajustamento estrutural, com o objetivo de integrar os indivíduos ao sistema capitalista; a segunda vertente, pela qual optamos, defende a autodeterminação de indivíduos e comunidades, objetivando uma participação simbólica e real na busca da democracia e equidade, em que o profissional assume um papel importante na mediação de processos propulsores do empoderamento. (p. 742)

As autoras chamam a atenção para o cuidado no uso do termo, para que não se incorra no erro de legitimar e fortalecer práticas assistencialistas e *pontuais* que tendem à despolitização dos conflitos e ao acirramento das contradições sociais, especialmente as voltadas para o fortalecimento das disparidades nas relações de poder. Referimo-nos a práticas pontuais relacionadas à centralização exclusiva da análise em determinadas práticas de projetos, determinado acesso a um programa de crédito e também do próprio acesso à terra, como se essas fossem ações que se encerram em si mesmas como processos prontos e finalizados.

Carmem Deere (2004) discute que o reconhecimento da importância dos direitos das mulheres à terra se fundamenta em dois argumentos: o reprodutivista e o empoderamento. Segundo a autora,

O argumento do empoderamento é decisivo para aumentar o poder de barganha na família e na comunidade, constituindo-se como via política para a desconstrução dos processos de subordinação em relação aos homens, na perspectiva de atingir uma real igualdade entre homens e mulheres no âmbito da complexidade da vida social. (pp. 176–177)

Perkins e Zimmerman (1995) apresentam o empoderamento como “um construto que liga forças e competências individuais, sistemas naturais de ajuda e comportamentos proativos com políticas e mudanças sociais” (p. 1). Nessa concepção, os autores enfatizam a capacidade que os processos de empoderamento têm de potencializar o protagonismo dos sujeitos nos planos individual e social, ou seja, apontam possibilidades de os sujeitos decidirem sobre situações que lhes dizem respeito a partir de um processo político que tanto pode ser individual, quanto grupal. Gohn (2004) reforça que esse protagonismo pode ser facilitado por agentes externos, chamados de “novos educadores sociais” (p. 23), que são fundamentais, na compreensão da autora, para a organização e o desenvolvimento de ações e projetos geradores de processos de desenvolvimento autossustentáveis.

Nesse sentido, Kleba (2005) destaca que

[...] o processo de empoderamento não se restringe a uma experiência individual – ele precisa inserir-se num processo social, coletivo de desenvolvimento dos potenciais, pois sua evolução depende de fatores facilitadores relacionados ao meio sócio-ambiental, espaço de vida dos indivíduos que os experienciem. Por isto, é essencial descobrir-se/sentir-se parte do coletivo e da história, sentir-se e assumir-se enquanto sujeito, ao mesmo tempo condicionado e condicionante do meio. À medida que as intervenções trouxerem resultados positivos, os envolvidos perceberão sua força e sua capacidade para agir, o que poderá despertar-lhe (sic.) a vontade e a disposição para novas ações. (p. 215)

lorio (2002) também enfatiza essa duplicidade interpretativa de empoderamento. A autora apresenta que a discussão sobre o conceito envereda, muitas vezes, por dois caminhos. O primeiro seria um discurso que se estabelece dentro da academia, advindo das reflexões das teorias feministas que discutem o poder e suas relações, compreendendo o conceito como um processo de conquista da autonomia e da autodeterminação das mulheres. É na junção com o gênero que o conceito “empoderamento” se desenvolve, tanto em nível teórico quanto como abordagem analítica utilizada nos programas e projetos de intervenção.

Spivak (2010) incita-nos a questionar a possibilidade de os subalternos (nesse caso, as trabalhadoras rurais) “falarem” ou terem autonomia. Essa autora apresenta a importância de o oprimido estar no centro do processo de construção do conhecimento, ideia também enfatizada por Achugar (2006) quando aponta a importância dos “balbucios teóricos”. Spivak (2010) enfatiza a necessidade de visibilidade, do direito à fala, à voz, direito este indispensável quando a luta é pela desconstrução da subalternidade e das condições de “silêncio”. A ideia não é falar pelo oprimido, mas construir espaços de formação que possibilitem o protagonismo, o uso da palavra de forma autônoma. Nesse sentido, é salutar refletir sobre o processo de auto-organização e empoderamento das mulheres, se é um processo que conduz à autodeterminação e à autonomia das trabalhadoras rurais.

O segundo caminho, por outro lado, traz como horizonte uma compreensão centrada nas teorias sobre desenvolvimento. Trata-se de uma perspectiva muito utilizada pelas agências internacionais, que entendem e aplicam o conceito como um instrumento para o desenvolvimento, para a democracia e para a erradicação da pobreza, aplicando-o, inclusive, nas avaliações dos projetos que financiam. Assim, essa segunda acepção enquadra o empoderamento nos limites de uma lógica desenvolvimentista liberal capitalista.

Nessa linha de análise, Sardenberg (2011) apresenta uma concepção de empoderamento que intitula e conceitua de *liberal e libertadora*. A autora faz uma diferenciação entre ambas e apresenta elementos diferenciadores quanto à ideologia dessas concepções. Define que o empoderamento das mulheres na perspectiva liberal é concebido como um instrumento para o desenvolvimento, centrado na redução da pobreza ou no fortalecimento da democracia. Esse tipo de compreensão é bastante utilizado, segundo a autora, por intervenções que têm um caráter essencialmente técnico, que podem ser “ensinados” em atividade de formação. Argumenta, ainda, que essa abordagem despolitiza o processo de empoderamento, já que não prioriza, nas análises, as relações de poder.

Oakley e Clayton (2003, p. 12) reforçam que “o empoderamento não é simplesmente uma terapia para fazer com que os pobres se sintam melhores com a sua pobreza, nem é simplesmente apoio às ‘iniciativas locais’ ou fazer com que tenham mais consciência política”.

Os autores relacionam o empoderamento a mudanças estruturais tanto individuais, quanto comunitárias, que possibilitem a organização e a negociação em torno de questões que possam deixar claro o poder que se tem, o que significa dizer que as atitudes que refletem certo nível de empoderamento não são construídas em curto prazo. Em acréscimo a esse raciocínio, Magdalena León (1997, p. 10) reforça que “una sensación de empoderamiento puede ser una mera ilusión si no se conecta con el contexto y se relaciona con acciones colectivas dentro de un proceso político”.

A abordagem que Sardenberg (2011) intitulada de *empoderamento libertador* apresenta, também, as relações de poder como aspecto central, sem as quais a análise perde em profundidade e em coerência com a vida objetiva. A partir dessa perspectiva, defende que o empoderamento das mulheres possibilita a autonomia, a autodeterminação e o enfrentamento do patriarcado, questionando as bases das relações de poder, as estruturas de opressão e o controle que sofrem as mulheres. O processo de empoderamento, nesse sentido, deve ser dirigido para a transformação das relações desiguais de poder entre homens e mulheres.

Autores como Romano e Antunes (2002) atestam também que, nessa abordagem conceitual feita por agências organizacionais e financeiras, como o Banco Mundial, o conceito e as próprias formas de abordagem passam por um processo de despolitização. Nessa concepção, percebe-se que essas agências se voltam para a análise de indicadores mais objetivos, notadamente os voltados para o desenvolvimento, como fins em si mesmos.

Essa compreensão de empoderamento é factível de críticas quanto, por exemplo, à sua aplicabilidade, especialmente quando se voltam para as atividades com trabalhadoras rurais que vivem em um cenário onde predomina o poder patriarcal, o domínio masculino e a falta de acesso à educação, à comunicação, à saúde, à segurança, entre outras. As dimensões territoriais e políticas precisam ser tomadas em consideração, visto que são aspectos condicionantes das possibilidades de empoderamento.

Assim, intervenções que centrem suas concepções e ações em perspectivas essencialmente desenvolvimentistas, que não se preocupem em desvendar a ordem social de gênero estabelecida, a reificação assimétrica do poder, sem demonstrar preocupação em questionar matrizes de dominação, de subalternidade, de desigualdade e de privilégios, não cumpririam o verdadeiro objetivo do empoderamento, que deve potencializar a autonomia, a autodeterminação e a liberdade das pessoas oprimidas e, nesse caso, em específico, das trabalhadoras rurais. Nossa crítica, aqui, se volta para a visão do empoderamento como um processo pronto e finalizado, centrado essencialmente no desenvolvimento econômico, sem levar em consideração que as relações sociais estão em intenso movimento e que o empoderamento é construído de forma contínua, relacional e contextual.

2.7. As práticas feministas associadas ao conceito de empoderamento

Centrado principalmente nas especificidades das demandas, das necessidades e dos interesses estratégicos das mulheres, e cômico das críticas, o movimento feminista, particularmente nas décadas de 1970 e 1980, atuando principalmente a partir da organização de grupos de mulheres, passou a desenvolver um trabalho focado na implementação de estratégias direcionadas a romper com as dinâmicas que condicionavam e impediam a participação e a plena cidadania das mulheres (Ilorio, 2002). Lisboa (2008, p. 2), também preocupada em pensar a partir dessas questões conceituais e de sua aplicabilidade, aponta a necessidade de atentar, nos trabalhos que objetivam discutir e refletir sobre o empoderamento, para a alteração das estruturas que reproduzem a subalternidade das mulheres, enfatizando a necessidade de autonomia destas, principalmente “no que se refere ao controle dos seus corpos, da sexualidade, do direito de ir e vir”. Scheffler (2013) é enfática quando diz que, “para o

feminismo, o empoderamento implica a alteração radical dos processos e das estruturas que reproduzem a posição subalterna das mulheres” (p. 11).

Sobre a subalternidade, Spivak (2010) chama a atenção para um aspecto importante a ser levado em consideração no sentido de evitar problemas de representação que se estruturam em práticas fundamentadas em “um falar sobre”, como também “um falar por” e reforça o cuidado com a reprodução do “outro” como subalterno. Para essa autora, a condição crucial da subalternidade é a situação de silêncio, o veto à voz. O “falar em nome de”, para essa autora, reproduz as estruturas de poder, exploração e opressão, condicionando os subalternos, oprimidos e explorados a uma situação de invisibilidade e silêncio. Para a construção de práticas emancipatórias, é necessário ouvir o “balbucio”, nas palavras de Hugo Achugar (2006), dos sem-voz, dos marginais, dos esquecidos, dos que não têm permissão para narrar (Spivak, 2010). O “balbucio”, segundo Achugar (2006), é uma reivindicação da alteridade dos subalternos, considerados sujeitos “sem valor”, “fora de lugar”. O “balbucio” emitido pelas trabalhadoras rurais é uma condição para a construção do próprio discurso, da compreensão de mundo; possibilita recuperar a trajetória de vida e suas contradições, permitindo conhecimentos e, possivelmente, apontando caminhos para a desconstrução da invisibilidade, do seu silenciamento, da opressão e da subalternidade.

Nesse sentido, as práticas que objetivam potencializar o empoderamento devem constantemente refletir se estão contribuindo para a libertação das mulheres das amarras da subalternidade de gênero, da opressão patriarcal e das assimetrias de poder. Cabe aqui a ressalva de que muitos projetos e programas de intervenção financiados por agências e executados por ONG estão imbuidos de todas essas dicotomias que circundam o conceito “empoderamento” e sua aplicação nos espaços de formação. Por isso, há necessidade de discutir e analisar essas práticas.

Montaño (2010) discute a atuação do terceiro setor, apresentando reflexões críticas sobre a atuação dessas organizações e enfatizando que elas estão a serviço dos interesses capitalistas. Esse autor aponta criticamente que o terceiro setor contribui com o processo de desresponsabilização do Estado com as questões sociais, apontando as implicações políticas dessa relação. Ele defende, inclusive, que a “entrega” dessa responsabilidade ao terceiro setor objetiva desonerar o capital e auto responsabilizar os cidadãos e as comunidades locais pelas funções que seriam de responsabilidade direta do primeiro e do segundo setores. Faz uma crítica relevante, que merece reflexão, no que tange ao atrelamento das entidades governamentais, apregoando que desempenham as funções do Estado de forma terceirizada.

Essa questão discutida por Montaño (2010) é uma constante preocupação das ONG não somente referente aos financiamentos governamentais, mas também no que se refere às agências financiadoras internacionais e nacionais, que se contrapõem, muitas vezes, ao modelo econômico, político e social no qual se fundamenta a atuação política das ONG. Um exemplo para ilustrar melhor essa questão refere-se às agências financiadoras que representam empresas de produtos voltados para a agricultura convencional (fertilizantes, agroquímicos) e que, por meio de suas fundações, financiam experiências agro ecológicas. Nesse sentido, é salutar refletir sobre ONG e terceiro setor, bem como sobre os pressupostos políticos e ideológicos que fundamentam a atuação dos diferentes “tipos” de ONG e o financiamento de suas ações. Ao estabelecer parcerias, as ONG se preocupam com a preservação de sua autonomia e a liberdade de pensamento e ação através do estabelecimento de relações dialógicas com os financiadores (agências, Estados e outros), procurando sempre preservar sua autonomia e sua identidade política.

Nesse rumo, Gohn (2013) afirma que as ONG são as partes mais visíveis de outras frentes de atuação do terceiro setor. Reforça que as ONG carregam diferenças entre si no que tange a objetivos, projetos, formas de atuação, paradigmas e estilos de participação adotados e, “fundamentalmente, pressupostos político- ideológicos que alicerçam suas práticas (tanto as discursivas como as ações concretas)” (Gohn, 2013, p. 7). A autora classifica as ONG em dois tipos, as militantes e as propositivas, assim descritas: “as ONG oriundas ou herdeiras da cultura participativa, identitária e autônoma dos anos 70/80, a qual denominaremos de militantes; e as ONG propositivas, que atuam segundo ações estratégicas, utilizando- se de lógicas instrumentais, racional e mercadológica” (Gohn, 2013, p. 244).

De fato, é necessário que as ONG e demais entidades que executam os projetos, sejam eles financiados pelo governo, seja por agências nacionais ou internacionais, estejam constantemente refletindo sobre o sentido da ação que estão desenvolvendo para não se tornarem meramente reprodutoras de modelos de projetos que não se preocupam com a mudança dos *status quo* dos grupos e das comunidades que estão assessorando. Comungamos com as reflexões que apontam o terceiro setor como um espaço de participação e mobilização social, relevante para o desenvolvimento da democracia e para o enfrentamento dos problemas e questões sociais. Sobre a função das ONG, Gohn (1997) conclui:

As ONGs são possibilidades à medida que representam um novo espaço organizativo da sociedade civil, de forma mais espontânea, menos burocratizada. Poderão ser mecanismos fundamentais de construção da cidadania brasileira, podendo atuar como agentes de fiscalização da sociedade civil sobre a sociedade política, no gerenciamento de bens públicos. (p. 61)

Essa discussão sobre o sentido da ação das ONG e suas práticas políticas é de suma importância no debate sobre empoderamento, já que são essas entidades que, na maioria das vezes, executam os projetos. Nesse sentido, enquadra-se a relevância desse apêndice conceitual sobre as ONG e desse campo de debate e atuação.

Romano (2002) também apresenta essa diferente forma de abordagem do debate e sua polarização que ocorre entre “defensores de uma globalização regida pelo mercado (ou, dito de outra forma, pelo Império, pelo Consenso de Washington, pelo neoliberalismo) e os críticos que defendem que a construção de ‘um outro mundo é possível’” (p. 9).

Uma forma possível de enfrentamento dessa e de outras dificuldades que G. Sen (1997) aponta seriam os debates e as reflexões conjuntas voltados a demarcar o uso do conceito, a identificação de potencialidades da aplicação e o reconhecimento do empoderamento. Esse é um debate feito acirradamente entre as agências nacionais e internacionais e as ONG, já que as últimas são quem, geralmente, executa os projetos. As agências, em suas avaliações, exigiam das ONG executoras o cumprimento das metas mais voltadas para o “desenvolvimentismo”, demonstrando pouco interesse nas subjetividades do processo, priorizando muito mais dados quantitativos que qualitativos. As ONG, inclusive, intitulavam essa forma de avaliação como “engessada”. No entanto, essa discussão centra-se mais nas ações em curso, muito mais nas atividades práticas, e o que G. Sen (1997) propõe vai mais além: seria um processo reflexivo, uma espécie de reflexão conceitual abrangente, uma contraposição ao “modismo” e à “plastificação” do conceito.

As discussões sobre empoderamento são baseadas em um contexto e têm um objetivo. A forma por meio da qual a discussão se consolida, no âmbito das agências financiadoras de projetos e programas, surge atrelada a teorias que defendem o desenvolvimento como crescimento e progresso econômico, sem preocupações significativas com a redefinição do *status quo* (Antunes, 2002). Nas áreas rurais, por exemplo, essa discussão sobre desenvolvimento apregoava que era urgente e necessária a modernização da agricultura como substituição de importações. Nessa área, esse modelo de desenvolvimento favoreceu, sobremaneira, os grandes latifundiários, as empresas agrícolas e a agricultura patronal, deixando à margem, esquecida mesmo, a agricultura de base familiar. Na agricultura de base familiar, esse modelo de desenvolvimento revelou-se excludente, já que os investimentos não contemplavam os agricultores e as agricultoras familiares. Não queremos dizer com isso que, para a agricultura familiar, seria interessante essa discussão pautada unicamente no desenvolvimentismo. O que enfatizamos é que esse modelo não representava mudanças, não objetivava realmente empoderar trabalhadores e

trabalhadoras, pois não pensava em um processo de intervenção que se preocupasse em construir autonomia, liberdade e a consequente participação dos trabalhadores e trabalhadoras que se encontravam em situação de extrema pobreza e exclusão econômica, social e política. Esse modelo não levava em consideração, portanto, as especificidades e as lógicas econômicas, sociais, culturais e políticas das formas de produção dos contextos rurais. Sen (1988) realça a necessidade de recusar o desenvolvimento centrado meramente em crescimento econômico, pois outros indicadores influenciam as condições de vida e precisam ser levados em consideração, como a divisão sexual do trabalho, as questões culturais, as desigualdades de gênero e as relações de poder.

Entendemos que ações que objetivem o empoderamento devem potencializar a emancipação, focar em ações que possibilitem escutar e considerar as vozes de indivíduos e de grupos, dar visibilidade, capacitar para a ação e a decisão autônomas dos grupos e indivíduos envolvidos nessas ações empoderadoras. Também apontamos que o processo de empoderamento não é natural, nem automático. É preciso pensar ações estratégicas que necessitam ser fundamentadas e pautadas em opções conceituais e políticas. Nesse rumo, Achugar (2006) enfatiza que a voz dos subalternos não é constituída somente pela voz destes, mas diz respeito também às teorias, que ele chama de “balbucios teóricos”, que tratam dessa subalternidade e que, muitas vezes, não são reconhecidas, ficando à margem, na subalternidade da academia, “silenciadas”. Nessa perspectiva, é extremamente relevante evidenciar as vozes, os “balbucios” das agricultoras que estão silenciadas, sem direito a falar, a opinar.

Nessas ações que objetivam o empoderamento, Gohn (2004) reconhece a necessidade dos “agentes externos” no processo de empoderamento de grupos e de comunidades, apontando, no entanto, a necessidade de “gerar processos autossustentáveis”. Nessa direção, Sen (2000) chama a atenção para a necessidade de potencializar a participação dos indivíduos nos destinos da sua comunidade, sendo sujeitos desse processo, ou seja, é necessário que ocorram “liberdades substantivas”, que impliquem qualificação do acesso e participação democrática, econômica, social e política. Em outras palavras, o autor, na sua proposta de desenvolvimento para a liberdade, rompe com os modelos desenvolvimentistas centrados quase unicamente em indicadores econômicos e apresenta elementos para discutirmos esses modelos.

A partir das críticas e das reflexões sobre os processos de desenvolvimento que não levam em consideração as questões sociais, da sua centralidade quase absoluta no crescimento econômico e no seu descaso com os excluídos e marginalizados, surge a necessidade de se pensar em práticas empoderadoras que tenham estreitas relações com a autonomia de indivíduos e grupos (Horochovskie

& Meirelles, 2007). Antunes (2002) reforça, também, que é nesse contexto de incertezas e críticas à economia desenvolvimentista que surgem ideias alternativas e, entre elas, o empoderamento se apresenta como um conceito/prática-chave.

Iorio (2002), quando discute o empoderamento e o poder, aborda o primeiro como um resultado, situando seu surgimento na década de setenta do século XX, ligado ao *Women In Development* (Mulheres em Desenvolvimento), vinculando-o ao movimento feminista. Usava-se, então, uma compreensão de poder originada das ciências políticas, centrada na ideia de empoderamento como *poder sobre*. Essa forma de compreensão do poder, segundo Romano (2002, p. 14), “se apresenta como uma substância, finita, transferível, tomável: se alguém ganha poder, outros o perdem (isto é, um jogo de soma zero). Ele pode ser delegado (por exemplo, em representantes), ou tirado (por exemplo: das bases)”.

Fundamentada nessa compreensão de poder, a atuação da *Women in development* (WID) objetiva romper com a situação de dominação e empoderar as mulheres para conquistar espaços nas estruturas econômicas e políticas e, como consequência, participar efetivamente do processo de desenvolvimento, conquistando e ocupando espaços de poder (Iorio, 2002). Essa forma de entender o poder gerou certo medo nos homens, por se acreditar que, para as mulheres ganharem poder, alguém tinha de perdê-lo, e, no caso específico, quem iria perder poder seriam os homens. O temor que os homens tinham de perder o poder – já que o poder poderia ser delegado, transferido, tomado – dificultou o processo de empoderamento das mulheres. Gerou-se, nos homens, um medo de acontecer uma reversão de poder, passando este a ser usado contra eles. Essa forma de percepção conceitual, que também se revertia em atuação prática nos trabalhos de base, gerou um certo conflito, que, no caso que analisamos, não contribuiu para o constructo do processo de empoderamento das mulheres, já que essa forma de perceber o poder não propunha mudanças estruturais nas relações políticas e, por consequência, não se questionava como o poder se distribui na sociedade (Iorio, 2002).

Muitas abordagens do empoderamento – em especial as das agências e das ONG – centram-se no modismo, no transformismo (*gattopardismo*), que implicam na apropriação e no desvirtuamento do novo para a garantia da continuidade de práticas dominantes. Outra questão a ser refletida nas abordagens sobre o empoderamento diz respeito ao deslocamento das relações de poder, se realmente elas estão se redefinindo ou somente se diluindo em um processo mais geral.

Ressaltamos que o processo de empoderamento não é neutro, é conflituoso, implicando em correlações de forças e em disputa de interesses coletivos, já que objetiva reconfigurar relações desiguais, envolvendo dominantes e dominados, e romper com a ordem naturalizada da dominação a fim de construir relações

mais justas. O empoderamento não pode ser compreendido como uma dádiva, como algo que pode ser dado a alguém por outro. Ele é conquistado, as pessoas se empoderam a si mesmas. Não é uma técnica que pode ser aprendida em um curso; é um processo social e político complexo e, como tal, precisa ser apropriado pelos próprios sujeitos que estão *desempoderados* (Romano, 2002; Sen, 1997).

Freire (2016) anui que, “no fundo, o essencial nas relações entre educador e educando, entre autoridade e liberdade, entre pais, mães, filhos e filhas é a reinvenção do ser humano no aprendizado de sua autonomia” (p. 92).

2.8. O empoderamento como abordagem: desenhando o modelo de análise

O empoderamento, como abordagem, insere as pessoas no centro do desenvolvimento, não somente econômico, tornando-as sujeitos dessas abordagens. No processo de empoderamento, as pessoas, as organizações, as comunidades, os assentamentos, os grupos de mulheres assumem o protagonismo de suas ações. Isso não quer dizer que esse processo não possa ser mediado. Algumas ONG e outras entidades, inclusive, fazem essa mediação. As abordagens sobre empoderamento devem centrar-se no desenvolvimento das capacidades (*capabilities*), no sentido de transformar as relações de poder que impossibilitam a liberdade, de modo que as pessoas possam fazer suas escolhas. Esse processo, segundo Romano (2002), é relacional – já que envolve outras pessoas e outras relações de poder que estão arraigadas no tecido social. É também um processo conflituoso, por dizer respeito à superação de uma situação de dominação, visível ou invisível, pois, conforme escreve esse autor, “O empoderamento leva a mudanças tanto na posição individual como grupal, nas relações de poder e dominação” (p. 18).

Assim, o processo de empoderamento não se encerra na dimensão puramente individual, mas requer envolvimento coletivo, visto almejar e buscar a transformação da realidade, no caso em análise, a transformação da vida das trabalhadoras rurais na perspectiva de (re)construir suas identidades e suas atitudes autônomas em face da agricultura, do trabalho e do fortalecimento de seu processo de auto-organização. Nesse sentido, o empoderamento diz respeito ao processo de construção da autonomia e da autodeterminação das mulheres, bem como ao enfrentamento do patriarcado, da dominação masculina, das desigualdades de poder (acesso e participação), da violência física e simbólica, da opressão em suas múltiplas faces. Questionar as relações de poder estabelecidas e a construção de novas relações e formas de poder está, portanto, na base da concepção feminista sobre empoderamento. O processo de empoderamento deve assumir, então, uma dimensão política, pois se propõe, a partir de ações e de espaços latentes de empoderamento (as capacitações, por exemplo), a potencializar um

processo de “ação-reflexão-ação”, consoante ensina Paulo Freire (2016), sobre as relações entre homens e mulheres, no sentido de reconfigurar as relações de poder e motivar a auto-organização das mulheres.

Kleba (2005) enfatiza que o empoderamento coletivo é essencial para a conscientização e a libertação, já que não se “restringe a uma experiência individual, ele precisa inserir-se num processo social e coletivo” (p. 215). A autora aponta a importância de se sentir parte do coletivo e da história, sentir e assumir sua condição de sujeito, condicionante do e condicionado pelo meio. Essa percepção o capacitará para a tomada de decisões para novas ações. Nessa perspectiva, e considerando o fato de que o empoderamento é um conceito que objetiva redefinir a ordem social e, nesta, os espaços onde acontecem os processos de formação que se direcionam a potencializá-lo, pontuamos a constatação de que tais espaços são conflitivos, como no caso que estamos a tratar, tendo em vista uma estrutura social de opressão arraigada nos valores e representações coletivas.

De acordo com esse ponto de vista, as relações sociais de gênero, ao estarem, em menor ou em maior grau, consubstanciadas no patriarcado e na dominação masculina, fazem com que, nesses espaços, existam relações de poder que obstaculizam os processos de construção da autonomia e, por consequência, o empoderamento das mulheres. Essas relações – entre os indivíduos, grupos e estruturas sociais – ocorrem em um espaço dinâmico, que obedece a leis próprias que, por sua vez, são organizadas e estruturadas pelas disputas que ocorrem no interior desse espaço. Com isso, e mesmo obedecendo a determinadas leis, organizadas em um espaço simbólico, essas posições podem ser alteradas e contestadas. Nesse espaço simbólico, a luta das agriculturas, a partir de seu processo de organização, é fundamental para a validação e a autoafirmação da sua participação (Bourdieu, 2012). Kleba e Wendausen (2009) apontam que essas relações de poder não devem ser compreendidas como algo estático, mas como algo “plástico, flexível, portanto modificável pela ação-reflexão-ação humanas, na medida em que os indivíduos compreendam sua inserção histórica passada, presente e futura e sintam-se capazes e motivados para intervir em sua realidade” (p. 742).

A partir dessa definição, os grupos de mulheres – e os seus processos de auto-organização – têm um papel primordial, na medida em que abordam discussões e suscitam espaços de reflexão sobre como se dão as relações de gênero hoje, como se organizam e como podem ser redefinidas e reescritas a partir de um processo de intervenção que objetiva a autonomia, a liberdade e a participação das trabalhadoras rurais na dinâmica da vida em seus aspectos micro e macrosociais.

Lisboa (2008) enfatiza que o

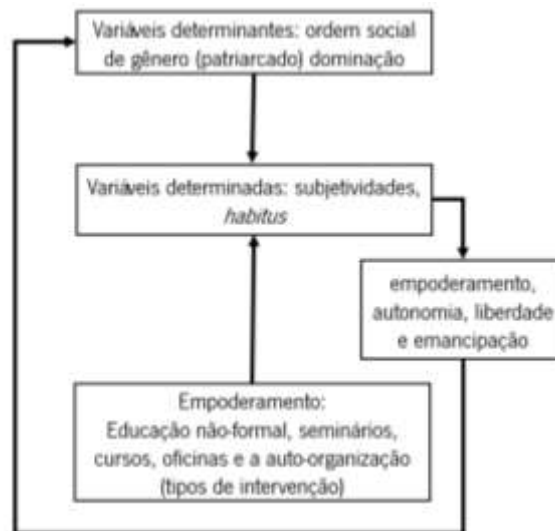
Empoderamento implica a alteração radical dos processos e das estruturas que reproduzem a posição da mulher como submissa. No campo das discussões sobre desenvolvimento, o empoderamento é visto por algumas ONG como principal estratégia de combate à pobreza e de mudanças nas relações de poder. Dentre as condições prévias para o empoderamento da mulher, estão os espaços democráticos e participativos, assim como a organização das mulheres. (p. 2)

O conceito de “empoderamento” insere o poder no centro das análises de gênero. Assim, concordamos com Romano (2002) quando defende que as análises das relações de poder e de dominação devem ser sempre centrais nos trabalhos sobre empoderamento. Para ele, no que se refere aos trabalhos das ONG, principalmente os desenvolvidos nas bases, as análises das relações de poder devem estar presentes desde o diagnóstico até a avaliação dos resultados finais das ações, bem como na própria avaliação institucional. Esse autor chega a mencionar alguns elementos de análise relevantes para a reflexão sobre as relações de poder, como sejam: o espaço social onde acontecem essas relações; o exercício, as formas e as manifestações de poder; o que está em jogo e como se explicitam os interesses; como são construídas as hierarquias; o campo que as delimita; quais são os atores, suas posições de dominante e dominado, a forma como se reproduz o sistema de *status* social; os comportamentos de resistência e como podem ser mudadas as configurações de distribuição do poder (Romano, 2002). A discussão se torna relevante no sentido de reforçar a análise das mudanças percebidas com o processo de empoderamento para que esse não se limite ao campo conceitual e possa, de fato, ser capaz de gerar transformações sociais concretas.

Ribeiro (1994) apresenta que uma das chaves para compreender o conceito de “empoderamento” está na compreensão do sentido da palavra “capacitar”, que significa, no original, fornecer meios e oportunidades, tornar possível, prático, dar poder legal, autorizar para. Dito em outros termos, capacitar significa devolver aos cidadãos e cidadãs o poder das decisões. Nesse sentido, os processos de formação das agricultoras devem objetivar capacitar, oportunizar, fortalecer as competências, a independência, a autoconfiança em relação às suas capacidades na perspectiva do empoderamento e das consequentes autonomia e autodeterminação. Para analisar esse processo que objetiva capacitar as mulheres, tendo como meta fortalecer e protagonizar a participação nos espaços dentro e fora da área de assentamento, a compreensão das relações de poder é primordial (Sardenberg, 2006, 2009), na perspectiva de problematizar o processo de empoderamento das pessoas nesses espaços. Portanto, cabe-nos estudar os vários aspectos que o envolvem, desde as relações de caráter mais privado até às de caráter coletivo. Assim sendo, buscamos analisar se o processo de empoderamento (a partir da auto-organização das trabalhadoras rurais) apresenta contributos para a redefinição de sua participação política enquanto

sujeitos autônomos dentro (casa, associação) e fora do assentamento (Sindicato), tendo como guias o acesso e a participação. A investigação desenvolve-se neste enquadramento analítico:

Figura 4 – Modelo de análise



Kleba e Wendausen (2009) apresentam uma proposta de análise do processo de empoderamento a partir de três dimensões da vida social e em três níveis: psicológico ou individual; grupal ou organizacional; e estrutural ou político. Apontam que as relações de poder podem ser identificadas a partir desses três níveis, os quais se concretizam em diferentes dimensões sociais. Vale salientar que esses níveis foram construídos com base em reflexões e leituras de autores como Friedmann (1996); Silva e Martinez (2004) e Zimmerman e Rappaport (1988). Friedmann, por exemplo, discute e apresenta a importância “empoderadora” das redes sociais de relações, que se fundamentam em uma tríade que envolve sujeito e unidades domésticas ligadas a outras unidades e que têm um grande potencial para a mudança social. Zimmerman e Rappaport (1988) também apresentam, em níveis, o processo de empoderamento, que envolve competências individuais, sistemas de ajuda e práticas proativas, bem como mudanças sociais e políticas.

Em diálogo com esses autores, Kleba e Wendausen (2009) apontam que o primeiro nível do empoderamento é *pessoal*, suscitando reflexões sobre as próprias competências e capacidades, ou seja, esse primeiro nível possibilita um processo de reflexão e compreensão acerca da capacidade de influenciar decisivamente as situações, assim como a compreensão crítica sobre o contexto e as relações sociais e políticas. Na dimensão pessoal, poderemos analisar se as trabalhadoras rurais, a partir desse processo de empoderamento, estão mais autoconfiantes, se estão aptas a decidir sobre seus destinos de vida, se exercem influência nos espaços onde transitam (casa, associação, STTR), isto é, se o

empoderamento ao nível pessoal as capacita para a emancipação, aumentando sua autonomia e liberdade.

O segundo nível, que é o *grupai*, refere-se à reciprocidade e ao respeito mútuo entre os componentes do grupo, ao sentimento de pertença, às práticas solidárias e de coletividade e reciprocidade. Esse nível oportuniza refletir sobre o apoio entre os membros do grupo, o cumprimento dos objetivos idealizados, o sentido de pertencimento e orgulho pelo projeto comum que estão a construir, “*know how* prático”, na expressão das autoras.

O terceiro nível, que é o *estrutural e político*, apresenta a importância de perceber e vislumbrar os recursos existentes, as oportunidades de apoio externas, mediadas pelas organizações comunitárias e associativas, em uma perspectiva do acesso coletivo a esses recursos externos. Nesse nível, pode-se, ainda, perceber a inserção nos projetos sociais, políticos, produtivos e o acesso a políticas públicas, voltados para a agricultura familiar e que objetivem a participação cidadã. As autoras reforçam a relevância do empoderamento estrutural e político para o engajamento, a corresponsabilidade e a participação social. Nesse caso, podemos verificar e analisar a participação das agricultoras no acesso a políticas públicas de crédito (por exemplo, o Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar – PRONAF, o Fundo Social e Produtivo – FISP Mulher, do Projeto Dom Helder Câmara – PDHC e o RN Sustentável), ou seja, verificaremos, a partir das políticas de crédito, o acesso das mulheres do P.A. Sítio do Góis, notadamente as do grupo em cena, em relação ao controle financeiro.

Levaremos em consideração a relevância das percepções sobre empoderamento, não porque seja um fenômeno novo, mas pelo fato de porem em debate as várias nuances do poder, como um fenômeno teórico, político, social, cultural, subjetivo, que é dinâmico e circular.

A partir das leituras sobre empoderamento, como potencializador das redefinições das relações de poder e de participação, entendemos que essa concepção aponta elementos que – conforme entendemos – são primordiais para a percepção da efetividade (ou não) do processo de empoderamento. Nesse caso específico, nos processos de intervenção voltados para as relações de gênero em um dado contexto, sabemos que a escolha conceitual a seguir já diz muito da abrangência política e ideológica a ser adotada. Kleba e Wendausen (2009) apresentam um conceito de empoderamento que entendemos como adequado e pertinente para o estudo de caso que realizamos.

As autoras apresentam o empoderamento como um processo dinâmico – envolvendo aspectos cognitivos, afetivos e de conduta – e ampliador do poder, da autonomia pessoal e coletiva de indivíduos em grupos sociais nas relações interpessoais e institucionais, principalmente daqueles submetidos a

relações de opressão, discriminação e dominação social. Enfatizam que o empoderamento dá-se em um contexto de mudança social e de desenvolvimento político, promovendo a equidade e a qualidade de vida por meio de suporte mútuo, cooperação, autogestão e participação. Caracteriza-se, pois, como um processo de ruptura com práticas tradicionais de aprendizagem, favorecendo práticas de ensino que potencializem a aquisição, por cada sujeito, da consciência crítica. Queremos, pois, perceber a leitura que as trabalhadoras rurais fazem desse processo de formação que utiliza o empoderamento como meta a ser alcançada, considerando, porém, o contexto em que estão inseridas, os sentimentos, o conhecimento, as motivações das agricultoras no interior desse processo. A forma como as trabalhadoras rurais delimitam seus problemas e se envolvem na busca de soluções encerra, em si mesma, uma sabedoria que deve ser considerada. Nesse horizonte, as percepções e as representações das agricultoras são as fontes principais para a obtenção dos dados e seus próprios sentimentos, opiniões e autoavaliações se tornam imprescindíveis para a análise em curso.

Outro aspecto que levaremos em consideração será o empoderamento político, que é definido por Friedmann (1996, p. 34) como o “acesso dos membros individuais de unidades domésticas ao processo pelo qual são tomadas decisões, particularmente as que afetam o seu futuro como indivíduos”. No caso das trabalhadoras rurais, podemos referir as reuniões da Associação de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do P.A. Sítio do Góis como um espaço de tomada de decisões. Assim sendo, perceber a presença (acesso) e a participação das mulheres – tentando analisar os assentos ocupados na diretoria executiva, se têm liderança e representatividade pessoal no grupo (Unidas para Vencer) auto-organizado, o número de sócias, a frequência nas assembleias – por exemplo, são indicadores relevantes para a análise do seu engajamento político.

É importante enfatizar que o foco desta investigação não é o empoderamento das mulheres como solução para sanar as desigualdades de gênero, as dificuldades de acesso à terra, as políticas públicas e demais outros problemas enfrentados pelas agricultoras familiares. Pensamos, inclusive, que esse termo é banalizado, de difícil compreensão, dúbio, polissêmico, porém, foi e é utilizado como ferramenta de intervenção nas áreas rurais. O que nos interessa, de fato, é verificar, a partir da percepção/compreensão das mulheres, em que medida elas próprias identificam mudanças e se, nesse processo de empoderamento do P.A. Sítio do Góis, especificamente, as atividades voltadas para as mulheres possibilitaram o resgate e a reconstrução de suas identidades como trabalhadoras rurais por meio de um processo de auto-organização. Para isso, elencamos variáveis e indicadores que nos oferecem elementos para analisar se esse processo contribuiu para mudanças nas relações de gênero no P.A., no que se refere, particularmente, aos espaços privados e públicos, à casa e à rua. Guiamos a investigação

por meio da problematização sobre o que mudou (se mudou), partindo dos seguintes indicadores de análise: (a) na vida pessoal; (b) no trabalho e na renda; (c) na casa/família; (d) no acesso e na participação sindical; e (e) na associação de agricultores e agricultoras do P.A. Sítio do Góis.

Conforme explanamos anteriormente, na discussão sobre o processo de intervenção em áreas rurais, especialmente em áreas de Reforma Agrária, empoderamento é um conceito muito relevante para a verificação das aprendizagens e da efetivação dos objetivos propostos nas ações de intervenção. Essa importância pode ser verificada a partir de sua presença nas estratégias de atuação de vários projetos das agências internacionais e nas políticas públicas (por exemplo, as políticas públicas brasileiras voltadas para as questões de gênero) pautadas pela teoria feminista para pensar a situação das mulheres e o enfrentamento às desigualdades de gênero. O empoderamento como categoria analítica contribui para o questionamento das estruturas e relações de poder estabelecidas (Sardenberg, 2009) e é a partir desse conceito que revisaremos a realidade rural brasileira, no sentido de analisar e problematizar as relações que se desdobram em nosso campo de análise. Apresentaremos, também, várias estratégias utilizadas por programas governamentais e não governamentais que almejam promover a participação das trabalhadoras rurais na construção de processos que, em suas linhas gerais, objetivam reduzir as desigualdades entre homens e mulheres em suas diferentes idades, seja na esfera da produção, da reprodução ou da tomada de decisões, isto é, nos vários espaços de atuação econômica, social e política.

Pensamos em organizar esse processo de análise a partir de três estratégias: (1) dados sociodemográficos que visam conhecer a realidade do grupo pesquisado e suas implicações; os dados da pesquisa semi-participante; (2) análise de fontes documentais, a saber, atas, relatórios, fotos, imagens, projetos; e (3) os depoimentos das trabalhadoras rurais (história de vida), a partir dos quais procuraremos entender o processo de empoderamento, da construção da autonomia e da emancipação das trabalhadoras rurais como sujeitos políticos e participativos. Discutiremos alguns dos principais desafios, limites e perspectivas desse processo de empoderamento das trabalhadoras rurais a partir de um processo de formação e auto-organização, que tem como meta potencializar sua participação nos espaços públicos e privados. A proposta é a de discutir aspectos relevantes dessa experiência para o empoderamento rumo à autonomia e à participação no P.A. Sítio do Góis, especificamente do grupo de mulheres agricultoras *Unidas para Vencer*.

As desigualdades de gênero, especialmente nas áreas rurais, são problemas sociais inegáveis. Essas desigualdades têm invisibilizado o trabalho das agricultoras, dificultando seu acesso ao poder e, por vezes, negando sua participação em espaços de decisão nas áreas onde moram (casa, roçado) e nas

entidades de classe que as representam. São várias as tentativas que objetivam minimizar esse problema. Os processos de formação para o empoderamento têm se apresentado como uma possível estratégia de reversão desse quadro de desigualdade, embora muitas questões – que vão desde a forma de trabalhar o empoderamento das trabalhadoras rurais até o conceito em si – estejam encadeadas a essa problemática.

Os assentamentos rurais são espaços de reterritorialização, de reocupação territorial, econômica, social e política. São espaços a ser reconstruídos. Poderíamos chamá-los, até, de “novos espaços”. No entanto, esse “novo” vem repleto de “velhas práticas sociais”, fundadas e organizadas a partir de relações desiguais de gênero em que as mulheres, tanto material quanto simbolicamente, encontram-se na subalternidade, na invisibilidade e no silenciamento. Um exemplo que pode contribuir para ilustrar essa realidade é o do trabalho feminino no campo, que notadamente contribui para a renda da família, mas que é percebido – pela família, pelas agências –, muitas vezes, como “complemento” (ajuda) das atividades exercidas e executadas pelo trabalhador masculino. Essa concepção desvaloriza e deixa de reconhecer a importância econômica de atividades como a produção de alimentos nos quintais e a criação de pequenos animais, desenvolvidas quase totalmente por mulheres. Maria Emília Pacheco (1996) aponta que o trabalho realizado pelas trabalhadoras rurais, especialmente na agricultura de base familiar, é subestimado pelas fontes estatísticas oficiais, pois estas partem da premissa de que a mulher ocupa o espaço da casa e que sua tarefa principal é, portanto, a atividade doméstica. Essa falta de reconhecimento é o motivo principal da invisibilidade do trabalho feminino dentro do setor produtivo rural. Vale ressaltar que, mesmo que o espaço da casa seja identificado como da mulher, isso não quer dizer que, nele, ela tenha autonomia. Também no mundo doméstico, o homem é considerado provedor e “chefe” (p. 1).

É perceptível, na vida das agricultoras e agricultores familiares, a existência da divisão sexual e social do trabalho, que se fundamenta e se baseia no sexo e na idade do agricultor e da agricultora. Essa divisão de tarefas e atividades, dentro e fora da unidade de produção familiar, é percebida nas diferentes etapas da vida – infância, adolescência, idade adulta e velhice – de acordo com os padrões culturais de cada região.

Para Silva, Arantes e Ferreira (2012), a divisão sexual do trabalho se organiza tendo como princípio a separação do que é identificado socialmente como trabalho de homem e de mulher. Apontam que o trabalho das mulheres está associado à reprodução e ao cuidado com a casa, com as crianças, com os idosos e com demais pessoas. Essa divisão sexual do trabalho não está somente relacionada ao mundo

do trabalho, mas se estende e se consolida no espaço de representação e de participação das trabalhadoras e trabalhadores rurais da agricultura familiar. Nesta pesquisa, procuramos levar em conta a divisão sexual do trabalho na agricultura e seus reflexos nos espaços de representação, procurando relacioná-la com os conceitos de patriarcado e de agricultura familiar.

Tendo em vista essa realidade, é de suma importância identificar o que homens e mulheres estão fazendo no sistema de produção agrícola e na reprodução familiar para que, a partir disso, se possa traçar um trabalho de compreensão e de análise da participação das agricultoras nesses processos.

É interessante perceber que a redefinição das relações de gênero no contexto rural se dá em uma lógica processual. É preciso que haja vontade de desaprender antigas representações sobre as relações sociais e de poder e aprender outras que estejam entrelaçadas à liberdade, à autonomia, ao respeito, à participação igualitária nos processos decisórios, dentre outras. E uma das maneiras mais apropriadas de redesenhar essa situação é capacitar-se.

As mulheres, e nesse caso específico, as trabalhadoras rurais, vivem relações de gênero desiguais, uma vez que as práticas patriarcais residem e tramitam ao seu redor. Os *habitus* reforçam e ajudam a manter essas relações que não são percebidas – ousamos dizer – nem pelos agricultores, nem pelas agricultoras. No entanto, mesmo passando despercebidas, essas relações favorecem mais os homens, reforçando, estruturando e mantendo uma relação de poder que se reforça no espaço doméstico e se alarga para outros espaços, tais como a associação, os sindicatos e os partidos políticos.

Diante dessa conjuntura, fortalece-se a importância de se analisar o processo de intervenção, seja ele promovido pelos órgãos estatais (federais), tais como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), via Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), que executa a Reforma Agrária nacionalmente, seja pelas agências internacionais ou por ONG. Os processos de intervenção adotados por essas agências, órgãos e organizações, possuem em comum o fato de partirem de uma abordagem que leva em consideração e reconhece as peculiaridades econômicas, sociais e políticas das trabalhadoras rurais nos espaços de Reforma Agrária. É necessário ressaltar que esses modelos de intervenção, que objetivam a organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, muitas vezes, não consideram as especificidades de gênero nos seus eixos de atuação. Essa forma de pensar e atuar, segundo Nascimento, Rodrigues e Santos (2013), invisibiliza a contribuição de gênero, pois

Os programas governamentais voltados para a agricultura familiar que reproduzem a divisão social do trabalho contribuem cada vez mais para a invisibilidade feminina e conseqüentemente para desconsiderá-la enquanto trabalhadora, uma vez que a sua participação vista como ajuda omite o seu

direito de igual participação no resultado do trabalho. Esta relação gera injustiça, pois ignora a sua contribuição econômica na produção agrícola e nega a sua condição de trabalhadora. (p. 8)

Essa negação da identidade de trabalhadoras rurais dificulta, inibe e, por vezes, impede a participação efetiva nos espaços de atuação e de tomada de decisão, tanto domésticos quanto públicos, de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Portanto, é importante analisar e discutir modelos de programas e projetos de intervenção nas áreas de assentamento, para potencializar o protagonismo e a participação das trabalhadoras rurais e fortalecer sua autonomia.

Como apresentado acima, as áreas de Reforma Agrária passam normalmente por um processo de reorganização e de formação desenvolvidos pelas políticas nacionais de ATER, executadas por ONG, igrejas e outras. A área do P.A. Sítio do Góis, *locus* desta pesquisa, a exemplo de outras áreas de assentamento de Reforma Agrária, já participou de diversos programas de assessoria técnica, que vão desde os ofertados pelo INCRA até as iniciativas particulares desenvolvidas por ONG (financiadas por recursos repassados diretamente para essas ONG via agências internacionais, entre outras).

Quando nos propusemos a pesquisar sobre o processo de empoderamento das trabalhadoras no P.A. Sítio do Góis, fizemos uma pesquisa voltada mais para a coleta de dados sociodemográficos. No entanto, outros elementos apareceram no decorrer da pesquisa, como, por exemplo, a referência de projetos de intervenção que a referida área tinha vivenciado, tanto os projetos de caráter pontual – sem continuidade e constância – quanto aqueles de aspecto mais contínuo de Assessoria Técnica.

Ações contínuas de Assessoria Técnica, que objetivam o empoderamento das trabalhadoras rurais não são práticas comuns nas áreas rurais. Geralmente, são as ações pontuais que predominam, com várias interrupções ao longo da execução. A priorização das ações a partir da categoria gênero e suas especificidades também pode ser considerada uma prática de atuação inovadora para os processos de formação das trabalhadoras rurais.

Cecília Sardenberg (2006) apresenta contribuições para a análise, principalmente porque trata especificamente do empoderamento de mulheres. Sardenberg (2011) refere que as mulheres no mundo todo se organizam a fim de procurar soluções para a opressão milenar e para o processo de exclusão que sofrem, questionando as condições de subordinação a que estão submetidas e procurando se organizar para traçar estratégias de inclusão.

Desde as três últimas décadas do século XIX, no Brasil, as mulheres vêm passando por um processo de percepção da situação de opressão a que estão sujeitas, condicionadas pelas relações desiguais entre homens e mulheres. Em um curto espaço de tempo, ainda segundo Sardenberg (2011), as mulheres

brasileiras estão se inserindo no mercado de trabalho, no cenário político, na família e avançando rumo à conquista da plena cidadania.

No entanto, mesmo com essas significativas mudanças, algumas especificidades, oriundas das questões de gênero, permanecem fortemente intrínsecas nas relações entre homens e mulheres. Essas especificidades seguem fortalecendo e perpetuando as desigualdades estruturais das relações de gênero. As mulheres continuam executando tarefas que são extensões das atividades domésticas e a situação de dependência permanece, já que os homens continuam sendo reconhecidos como provedores e chefes da família, perpetuando-se o patriarcalismo familiar. Desse modo, mesmo diante de significativas mudanças e transformações na sociedade brasileira, existe uma rígida lógica patriarcal: “trata-se de uma sociedade dominada por homens, identificada com e centrada no gênero masculino, o que implica na predominância de relações assimétricas e hierárquicas entre os sexos” (Sardenberg, 2011, p. 17). A autora ainda reforça que grande parte das mulheres do Brasil continua a “viver como cidadãs de segunda categoria” (p. 17), desconhecendo seus direitos e benefícios.

O movimento feminista no Brasil, em linhas gerais, reconhece a falta de autonomia das mulheres e denuncia que somente os direitos constitucionais não são suficientes para mudar a vida das mulheres como sujeitos de suas próprias histórias. É preciso desencadear um processo de mobilização e de formação desses agentes, isto é, práticas políticas educativas que trabalhem com as particularidades e especificidades das relações de gênero e que possibilitem o empoderamento e a autonomia das mulheres. Alguns esforços já foram feitos para incluir o enfoque de gênero no planejamento e na execução de programas e projetos de desenvolvimento, com o objetivo de promover maior participação das mulheres. Contudo, essa não tem sido uma tarefa fácil, pois há muita resistência, tanto dos planejadores e executores (por exemplo ONG), quanto das comunidades e, até mesmo, das próprias trabalhadoras rurais, que veem as desigualdades de gênero como “naturais”, não percebendo a necessidade de tratar esse enfoque especificamente.

Uma das formas sugeridas por Sardenberg (2011), no sentido de possibilitar práticas políticas educativas voltadas para as mulheres, são as pedagogias feministas – críticas e libertadoras – conceituadas pela autora como o “conjunto de teorias e práticas educativas e de aprendizado, formuladas para propiciar a conscientização dos educandos quanto às condições de opressão em que vivem” (p. 2). O objetivo maior dessas pedagogias é o de potencializar um processo de libertação pessoal mediante o desenvolvimento de uma consciência crítica. Essa tomada de consciência pessoal pode ser um primeiro passo rumo ao

desenvolvimento de ações coletivas, que objetivem, no caso das relações de gênero, ações de cunho transformador.

Entretanto, é preciso refletir sobre essas ações que intentam desencadear processos políticos educativos. Paulo Freire (1988) apresenta elementos bastante pertinentes para essa ação pedagógica. Na concepção do autor, deve-se ter em mente que nem toda ação educativa é transformadora e libertadora. Em muitos casos, concebe-se o processo educativo como depósito de conhecimentos, tratando-se o educando e o educador como depositário e depositante, respectivamente. Perceber a situação de diferenciação de gênero, fundamentada nas estruturas de organização social, é primordial. Porém, é igualmente fundamental refletir se a organização das ações educativas chega pronta e acabada, desconsiderando as especificidades subjetivas e simbólicas das relações de gênero locais. Maria da Glória Gohn (2010) enfatiza que é necessário entender se essas ações têm caráter emancipatório e transformador ou meramente integrativo e conservador.

Quando se utiliza os conhecimentos de Freire (1988) na análise dos processos políticos educativos voltados para as mulheres que almejam redefinir e transformar as relações de gênero, ou seja empoderar-se, é salutar refletir se esse processo é libertador, se percebe as mulheres como sujeitos desse processo de transformação e libertação e não como meros objetos a serem moldados por outra forma de opressão, agora respaldada pela ideia de igualdade entre homens e mulheres.

O feminismo contemporâneo, notadamente o pós-estruturalista (Louro, 1997), critica o destaque que as pedagogias feministas que dialogam com a teoria freiriana dão às questões econômicas e apontam a falta de reconhecimento de outras formas de dominação não regidas exclusivamente por questões econômicas. As pós-estruturalistas refutam a compreensão que trata os conflitos de classes como únicos deflagradores de mudanças históricas, criticando, ainda, a noção do sujeito único da história e a homogeneização da classe trabalhadora. Também dão grande ênfase às críticas voltadas à falta de um recorte de gênero, à incompreensão da individualização dos sujeitos, aos processos de formação das identidades centrais para a compreensão das especificidades das minorias, tendo as questões de gênero como elementos principais de reflexões e destacando a relação entre identidade pessoal, social e coletiva.

Esses elementos, explicitados pelas feministas contemporâneas, constituem-se como de suma importância para a organização dos processos educativos voltados para as mulheres, principalmente os organizados em grupos específicos de mulheres que, em geral, objetivam desencadear um processo de reflexão sobre as questões estruturais das relações de gênero na sociedade, apontando e desencadeando ações que objetivam potencializar e fortalecer o acesso e a participação nos espaços públicos e privados.

No entanto, como bem cita Gohn (2010), “o simples acesso das mulheres a cargos de representação pública não significa mudanças substantivas se as estruturas do poder continuam a funcionar do mesmo jeito” (p. 92).

É salutar reconhecer que a ação de romper com os condicionantes de gênero, com a opressão e a dominação masculina não vai acontecer somente a partir de conhecimentos construídos. Sardenberg (2011) afirma ser esse um processo que se constrói como um crescimento tanto pessoal quanto coletivo. Não é um processo linear, nem homogêneo, é cheio de incertezas e contradições. Assim sendo, a formação das mulheres que participam de grupos específicos não deve se voltar para o repasse e a absorção de conteúdo ou de práticas, mesmo as que objetivam o empoderamento. É nesse momento que as críticas feitas ao conceito e sua aplicação devem ser levados em consideração, devem ser elementos reflexivos e críticos no momento de se pensarem e de se construírem as ações de formação e empoderamento.

Impende buscar, coletivamente, estratégias efetivas que desencadeiem processos de reflexão e transformação, tanto pessoal quanto coletiva, concernente à necessária crítica à estruturação, à organização e à manutenção das relações de gênero na sociedade. Nessa direção, pensar processos educativos, juntamente com seus sujeitos, as mulheres, cuja meta seja o empoderamento, requer reflexões pedagógicas a fim de, realmente, tornar as mulheres sujeitos de suas vidas.

É necessário, no dizer de Gohn (2010), que se olhe para esses processos de forma crítica, “de sorte a garantir que a fotografia produzida não seja apagada, borrada ou inerte, mas que não seja também colorida demais, louvatória, com tons propagandísticos” (p. 8). O intuito é o de contribuir com elementos reflexivos para o debate sobre as formas de organização das mulheres e sua capacidade de proporcionar mudanças e transformação social. Nesse sentido, faz-se urgente dar destaque à construção de processos empoderadores, de emancipação e de autonomia das trabalhadoras rurais, revelando seus opostos, processos regulatórios, de controle social dominador, que não constroem a emancipação, mas, ao contrário, reforçam a opressão (Gohn, 2010). A proposta é a de perceber, nesses processos, indicadores de empoderamento e da emancipação das mulheres, bem como, conforme aduz Touraine (2007), identificar os que estão em discussão nesse amplo cenário.

Por conseguinte, é pertinente perceber os impactos da participação das trabalhadoras rurais, as dificuldades enfrentadas, a dinâmica dos grupos, da comissão de mulheres e outros espaços de participação relevantes, bem como a história de vida das mulheres envolvidas, apoios e assessorias, entidades e grupos, agentes e lógicas antagônicas, momentos de mudanças (consciência das

especificidades de gênero), além dos principais obstáculos e dificuldades enfrentadas no processo de libertação/emancipação. Ademais, deve-se observar o impacto da participação na luta, as principais formas de ação e mobilização, a dinâmica interna dos grupos envolvidos na luta, as principais demandas, projetos e reivindicações propostos e implementados pelos grupos implicados.

Dai a importância de compreender um processo de formação com enfoque no gênero, que possibilite apontar elementos para a compreensão da relação entre gênero, poder e participação política, bem como para a necessidade de empoderamento e de autonomia para as trabalhadoras rurais. Quando as políticas e os programas de desenvolvimento rural não priorizam as trabalhadoras rurais como sujeitos, estão reforçando a subalternidade e a invisibilidade, precarizando ainda mais sua posição social, reforçando as hierarquias tradicionais entre trabalhadores e trabalhadoras e aprofundando a situação de desigualdade na agricultura.

No caso em análise, debatemos sobre o empoderamento na perspectiva de perceber o acesso e a participação das trabalhadoras rurais – na vida pessoal, na sua casa, no trabalho, na associação, no sindicato – e se elas conseguem, hoje, intervir de forma participativa, especialmente aquelas que estão inseridas em processos de auto-organização, as mulheres do grupo *Unidas para Vencer*.

CAPÍTULO 3. AGRICULTURA FAMILIAR, TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS NO NORDESTE

Já que existe no Sul este conceito que o Nordeste é ruim, seco e ingrato; já que existe a separação de fato, é preciso torná-la de direito. Quando um dia qualquer isso for feito, todos dois vão lucrar imensamente, começando uma vida diferente da que a gente até hoje tem vivido: imagine o Brasil ser dividido e o Nordeste ficar independente. (Vilanova & Tavares, 1984)

Este capítulo tem por fim apresentar uma breve explanação da organização social e produtiva da agricultura brasileira, nordestina e norte-rio-grandense, para situar o leitor nessa realidade macro e micro em que as trabalhadoras rurais estão incluídas. Objetiva, ainda, expor o modelo de produção das áreas de assentamentos, que é o da agricultura familiar, o papel das mulheres nesse modelo, bem como a participação e a contribuição dos movimentos sociais para a construção do empoderamento das mulheres, público-alvo deste estudo.

Essa discussão que estamos apresentando neste capítulo é, no nosso entender, de suma importância para a compreensão do modelo agrícola – que envolve não somente questões físicas, mas também opções políticas, econômicas e sociais – que vem se desenvolvendo no país, principalmente na região Nordeste, historicamente caracterizada como região “problema”, estigmatizada, atrasada, estagnada, miserável e seca.

No decorrer do século XX, houve um adensamento dos estudos sobre essa região, feitos, por exemplo, por Gilberto Freyre (*Nordeste, 1937*), Celso Furtado (*Formação Econômica do Brasil, 2005*) e Manoel C. de Andrade (*A Terra e o Homem, 1963*). Na literatura, autores e autoras como João Cabral de Melo Neto (*Morte e Vida Severina, 1955*), Rachel de Queiroz (*O Quinze, 1930*) também procuraram apresentar a realidade nordestina. O debate feito por esses autores foi muito relevante para a interpretação da realidade social, política e econômica da região. Na literatura, na música e na poesia, essa ideia foi vastamente apresentada e debatida, como muito bem expressa Ivanildo Vilanova e Bráulio Tavares na música acima, quando, movidos de certa revolta, apresentam um projeto de independência dessa Região. O grande mote desses debates, o que congregava intelectuais, movimentos sociais, políticos, trabalhadores rurais, igrejas, era entender ou mesmo “desmistificar” o subdesenvolvimento regional e pensar formas de superação e desconstrução desse *habitus*, que se corporificou nos campos político, econômico e social dessa região.

O capítulo objetiva apontar alguns elementos e caminhos que a sociedade escolheu como modelo de desenvolvimento da agricultura e reflexões sobre o contexto e os desdobramentos dessas escolhas, principalmente na região Nordeste. Entender esse modelo de desenvolvimento agrícola, suas nuances e

o processo de construção política e social é importante, pois uma das bases principais da economia do Brasil, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2012), é a agricultura. Com terras férteis, extensas e um clima propício para a agricultura, o Brasil, desde a colonização até os dias atuais, vem evoluindo das extensas monoculturas para a diversificação da produção, fato observável a partir da influência da agricultura no desenvolvimento econômico, político e social do país. Comparado ao maior produtor agropecuário do mundo, os Estados Unidos, que já explora parte considerável de sua área agricultável, o Brasil ainda dispõe de extensas áreas agricultáveis. Essa disponibilidade tem contribuído para acirrar o debate sobre os modelos de produção agrícola no país, dentre eles o da agricultura de base familiar.

Vale ressaltar que o foco aqui será voltado para a compreensão da agricultura familiar, situando-a na realidade econômica, política e social do país e, especificamente, da região Nordeste. O objetivo é entender a participação das agricultoras no processo produtivo, econômico e social e, principalmente, a sua participação política nos espaços macro e micro de decisões. Para isso, será explicitado o modelo de formação para as áreas de reforma agrária, enfatizando-se as dificuldades de se trabalhar com as questões de gênero. O capítulo será concluído com a apresentação da experiência de execução do Projeto Dom Hélder Câmara (PDHC) na área pesquisada, o Projeto de Assentamento (P.A.) Sítio do Góis.

3.1. Agricultura brasileira, nordestina e potiguar: breves apontamentos

Wanderley (2001) expressa que, no Brasil, as discussões sobre ruralidade, desenvolvimento rural e local são discussões recorrentes na comunidade acadêmica, nos movimentos sociais e também entre os responsáveis pelas políticas públicas voltadas para a agricultura e o meio rural. Ainda segundo Wanderley (2001), é necessário compreender e considerar que o mundo rural nordestino não é um universo autônomo e isolado da restante realidade, com lógicas exclusivas de reprodução. Mas temos de reconhecer e levar em consideração que existem especificidades históricas, sociais, culturais, políticas e ambientais para que possamos compreendê-lo, entendendo que ele se move em um espaço específico, de dupla face, como refere Wanderley (2001):

Em primeiro lugar, enquanto um espaço físico diferenciado. Faz-se, aqui, referência à construção social do espaço rural, resultante especialmente da ocupação do território, das formas de dominação social que têm como base material a estrutura de posse e uso da terra e outros recursos naturais, como a água, da conservação e uso social das paisagens naturais e construídas e das relações campo-cidade. Em segundo lugar, enquanto um lugar de vida, isto é, lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência “identitária”) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção na sociedade nacional). (p. 26)

Compreender essas especificidades do mundo rural brasileiro e, especialmente, do nordestino é de suma importância para a articulação e o entendimento do quadro geral que contempla a dinâmica de ocupação do território, as formas de organização social, econômicas, culturais e políticas e, principalmente, as relações campo-cidade.

Na década de 1990 do século XX, uma pesquisa realizada pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) instituiu alguns critérios que objetivavam classificar os estabelecimentos agrários no Brasil, separando-os em dois modelos: o *patronal* e o *familiar* (Guanziroli & Cardim, 2000). Os estabelecimentos agrários classificados como patronais caracterizam-se, primordialmente, pela separação completa entre gestão e trabalho e por uma grande ênfase na especialização e na descentralização da organização. Os conceituados como *familiares*, ao contrário, caracterizam-se por uma relação intrínseca entre gestão e trabalho, ênfase na diversidade produtiva e não na monocultura, bem como pelo fato de todo o processo produtivo ser conduzido pelo agricultor/a, no caso, o/a proprietário/a. Essa iniciativa pioneira, utilizando-se de estratégia metodológica simples, contribuiu para reacender o debate e demarcar os limites da importância da agricultura familiar no Brasil (Guanziroli & Cardim, 2000).

O IPEA (2012), quando analisa a agricultura na região Nordeste, classifica essa atividade como de grande importância para a região. Porém, o referido instituto aponta diversos fatores frequentemente citados como grandes entraves ao desenvolvimento da agricultura nordestina, dentre eles questões ambientais, deficiência logística, atraso tecnológico, falta de crédito, falta de assistência técnica (IPEA, 2012).

Nas áreas de assentamentos rurais, desapropriadas para a reforma agrária, os assentados e as assentadas vêm de realidades diversas, em muitos casos, de territórios diferentes, realidades sociais e produtivas variadas, o que necessariamente implica uma reorganização social, cultural e política, fruto do processo de reterritorialização do qual estão participando, típico de áreas de reforma agrária. Devido a essas características peculiares, a falta de assessoria técnica constitui-se como um entrave para o processo de organização social e produtiva da área. Essa falta de assessoria dificulta os processos coletivos de organização social e produtiva, o acesso à gestão dos primeiros créditos de instalação (apoio inicial, fomento, semiárido) e produtivos (Pronaf A) e outros. A maioria dos créditos e incentivos governamentais e de agências nacionais e internacionais chegam por meio da associação de trabalhadores e trabalhadoras rurais, que é pessoa jurídica e administra de forma coletiva e participativa.

A gestão dos recursos passa por um processo de organização e planejamento econômico, social e produtivo. Muitas vezes, os agricultores e as agricultoras, por várias particularidades – dentre elas, a

própria dificuldade em utilizar as técnicas de manejo produtivo, o desconhecimento das práticas financeiras de gestão de recursos públicos ou privados e o próprio processo burocrático dos bancos – terminam se tornando inadimplentes e impossibilitados de acessar outros recursos, já que não conseguiram prestar contas nos prazos e padrões estabelecidos. Vários dentre esses agricultores e agricultoras moravam nas cidades – já que não tinham terra própria – ou eram moradores, meeiros, não estando preparados para a gestão financeira e todo o processo de organização de prestação de contas dos recursos oriundos de programas e projetos. Esses e outros empecilhos – também de manejo produtivo – contribuem para a baixa produtividade atual da maioria das cadeias produtivas componentes da agricultura nordestina (IPEA, 2012).

Cabe ressaltar que esses problemas poderiam ser superados se a política de reforma agrária fosse mais organizada e levasse em consideração determinadas especificidades sociais, políticas e culturais dos assentados e assentadas. No entanto, os sujeitos sociais da reforma agrária são tratados com uma certa uniformidade que, muitas vezes, os descaracteriza, ou seja, não se leva em consideração as especificidades de cada área de assentamento, de modo que os processos de intervenção são pensados e organizados de forma igual para áreas com características ambientais, sociais, políticas e culturais diferenciadas. Um exemplo clássico dá-se na forma como são organizadas as agrovilas. Nesses casos, com o fim de economizar na infraestrutura, ignora-se a forma cultural de vida dos agricultores e agricultoras ao obrigá-los a viver na agrovila, com vizinhos a uma proximidade que não lhes é comum, tanto territorial quanto culturalmente. Isso é algo que pode ser mudado, bastando construir as casas nos lotes. Sendo, porém, os custos mais elevados, torna-se mais econômico mudar a forma de organização territorial e cultural dos agricultores e agricultoras.

Essas e outras questões trazem para a reflexão esse modelo de reforma agrária, no sentido de discutir se essas políticas realmente se preocupam com a inclusão social dos povos camponeses ou se são somente uma forma de separar esses povos em áreas rurais, muitas vezes, isoladas territorialmente e de difícil acesso à saúde, educação e segurança. A crítica que fazemos aqui diz respeito à forma como os governos, por meio das políticas públicas, tratam os processos de reforma agrária. Reconhecemos que esta é necessária e tem um papel importante para os trabalhadores e trabalhadoras rurais do país. No entanto, estamos chamando a atenção para o descaso, para a compreensão de que somente assentar é a solução.

Um outro problema, considerado pelo IPEA (2012) como um dos grandes problemas da região, são as estiagens prolongadas, mais fortes nos anos em que ocorre o fenômeno climático do *El Niño*. As piores

secas dos últimos anos foram as de 1993, 1998 e 1999, sendo a primeira destas vista como a pior em cinquenta anos. A seca provoca o êxodo rural e, muitas vezes, a perda de produção e a escassez de alimentos. Seus efeitos são minimizados por meio de ações governamentais de *emergência* – assim são chamadas as ações desenvolvidas no período da seca –, pensadas para que haja um atendimento em um curto prazo. No Nordeste, a seca é tratada como se fosse um fenômeno imprevisível, um estigma da região, como se não fosse possível pensar em ações contínuas e na construção de políticas públicas que minimizem seus efeitos ou em tecnologias apropriadas para a convivência na região semiárida, espaço mais atingido pela seca.

É imprescindível destacar que, nos últimos anos, a discussão e a organização dos trabalhadores e trabalhadoras e dos movimentos sociais do campo, que objetivam construir e apresentar uma contraposição a esses “estigmas” latentes nas análises e no *habitus* dos sujeitos, têm ganhado relevo e muitas ações têm sido feitas para melhorar a convivência no semiárido. Como exemplo, tem-se a atuação da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), organizada em rede e formada por mil organizações da sociedade civil, que atuam na gestão e no desenvolvimento de políticas de convivência com a região semiárida. Essa articulação disponibiliza, em áreas rurais, em parceria com entidades parceiras (ONG, cooperativas, centros), tecnologias sociais populares de captação e armazenamento de água para consumo humano e para a produção de alimentos – cisternas de placa e calçadão, barreiro, trincheira, barragem sucessiva, tanque de pedra – e outras iniciativas de convivência com o semiárido, voltadas para a agricultura familiar e camponesa. Além disso, a agricultura nordestina apresenta outros problemas e desafios, que vão da reforma agrária às queimadas, do êxodo rural ao financiamento da produção, da infraestrutura de escoamento da produção à viabilização econômica da agricultura familiar, envolvendo questões políticas, sociais, ambientais, tecnológicas e econômicas.

Outra questão apresentada pelo IPEA (2012) e que merece reflexão diz respeito ao número de estabelecimentos da agricultura familiar, à área ocupada por esses estabelecimentos e à equivalência desses números para a agricultura não familiar. O IPEA aponta que, no Nordeste, existem mais de 2 milhões de estabelecimentos agropecuários enquadrados no perfil da agricultura familiar e 250 definidos no da agricultura não familiar. Esses dados suscitam reflexões no que diz respeito ao total de área ocupada por cada empreendimento, familiar e não familiar: o primeiro ocupa uma área aproximada de 28 milhões de hectares; o segundo ocupa aproximadamente 41 milhões de hectares. A partir desses dados, podemos concluir que existe na região uma considerável concentração fundiária, que contribui para a percepção da necessidade de discutir sobre a reforma agrária na perspectiva de redemocratização da terra.

O referido instituto, ao apresentar dados e questões sobre a agricultura praticada na região, caracteriza-a como variada, tanto com relação às culturas plantadas quanto aos níveis de tecnologias empregadas na produção agrícola. O IPEA (2012) cita a cana-de-açúcar como principal produto agrícola da região, especialmente nos estados de Alagoas, Pernambuco e Paraíba (nessa ordem). Outras culturas também são citadas como importantes para a economia da região Nordeste: plantios de algodão (Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte), soja (Bahia, Maranhão), milho e tabaco (Bahia), caju, uva, manga, melão e outros frutos usados no consumo interno e na exportação. Nos vales do rio São Francisco (Bahia) e do Açu (Rio Grande do Norte) – este último, atualmente, vive uma crise, comprovada pela decretação de falência da maioria das empresas –, existe o cultivo irrigado de frutas para a exportação. No Sertão do Rio Grande do Norte, predomina a agricultura de subsistência, principalmente a de sequeiro (milho, feijão), prejudicada com frequência pelas estiagens.

Nesse estado (RN), na região do Vale do Açu, a Frutas do Nordeste Ltda. (FRUNORTE), uma grande agroindústria, falida desde 2003, realizava o cultivo irrigado de frutas para a exportação, monopolizando a comercialização e a distribuição de certos produtos, notadamente frutas tropicais. Na região mais a Oeste do estado, até 2000, havia outros dois exemplos desse tipo: a Mossoró Agroindustrial S.A. (MAISA) e a Fazenda São João. Em decorrência do Plano Real (1994) e, de modo especial, do regime cambial fixo, que estabeleceu uma paridade entre a nova moeda e o dólar, levando a prejuízos consideráveis no que tange aos compromissos de exportação, a MAISA iniciou seu caminho para o colapso. A falência veio em 2002. Esse processo de falência das grandes agroindústrias no estado do RN demonstra a fragilidade dos complexos agroindustriais ante as flutuações de cenários tanto nacional, quanto internacionalmente, e, sobremaneira, ante o cenário que se estabelece quando se diminui ou cessa a “irrigação” de recursos por parte do Estado, ou seja, os incentivos fiscais e de créditos que o governo prioriza para os grandes aglomerados agroindustriais, principalmente os que se focam na produção convencional.

O ato final de fracasso do complexo agroindustrial – e inicial para trabalhadores rurais – deu-se em 2003, quando a MAISA foi decretada como de interesse social para fins de reforma agrária e desapropriada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), abrindo a oportunidade para que 1.150 famílias de trabalhadores rurais pudessem adquirir um lote de terra. Após o processo de desapropriação, iniciou-se o processo de assentamento propriamente dito. Na área da MAISA, foram assentadas 1.150 famílias, distribuídas em 10 agrovilas, dotadas de uma infraestrutura básica, que abrangeu a construção de casas, a eletrificação, a construção de vias de acesso e a recuperação ou construção de poços e cisternas de placas, com o intuito de possibilitar o acesso aos recursos hídricos

para produção e consumo das famílias. Citamos esses exemplos na perspectiva de apresentar concretamente, a partir de uma realidade próxima, a priorização do modelo convencional de agricultura que foi, e podemos dizer que ainda é, opção política de desenvolvimento agrícola do país. Um exemplo que pode ilustrar essa assertiva acima é a instalação da Agrícola Famosa – uma das maiores exportadoras internacionais de melão – no município de Apodi. Em um município de significativa produção e organização da agricultura de base familiar, bem como de construção de um relevante debate sobre a agroecologia, implanta-se e se consolida uma indústria desse porte, que representa, essencialmente, o modelo convencional discutido acima.

Em suma, pode-se dizer que a história agrária brasileira – incluindo a nordestina e, mais especificamente, a potiguar – foi marcada pela exploração da mão de obra escrava, o predomínio da monocultura e a elevada concentração da terra. A agricultura brasileira é “plural”, já que se constitui de muitas agriculturas, diferenciadas entre si por processos históricos, localização geográfica, sistemas de produção, condições socioeconômicas e agrárias, origens e tradições dos produtores rurais, e essas especificidades devem ser levadas em consideração nas análises e nas construções dos programas e políticas governamentais que objetivem o desenvolvimento da região.

3.2. A agricultura familiar brasileira: contexto, debates e reflexões

No Brasil, o estudo sobre a importância da agricultura familiar e de seu potencial como modelo social, econômico, produtivo e cultural deu-se tardiamente, se comparado à tradição dos estudos sobre esse tema nos países desenvolvidos. A expressão “agricultura familiar” emergiu no contexto brasileiro em meados da década de 1990 (Schneider, 2003, p. 1). Contudo, vale ressaltar que a agricultura de base familiar sempre existiu. O que emergiu foi o reconhecimento dessa categoria como conceito, modelo produtivo, social, cultural e político, como forma de produção e organização. Essa elevação da agricultura familiar a uma categoria política conferiu-lhe legitimidade e reconhecimento.

Nessa mesma década, graças à crescente modernização e urbanização do país, que priorizavam, nas suas ações, os médios e grandes proprietários de terra, ressurgiu o debate sobre reforma agrária, que muitos estudiosos já davam como superado (Schneider, 2010). O ressurgimento dos debates e o acirramento das reivindicações dos trabalhadores e trabalhadoras rurais através dos movimentos sociais do campo, com base nas reflexões de Schneider (2010), foram fatos novos que contribuíram para alterar o contexto da década de 1990. Com isso, as ações dos movimentos sociais – que tinham ficado suprimidos nas décadas anteriores, resultante do regime ditatorial – emergiram com uma nova bandeira de luta: antes, apresentavam-se como reivindicatórios e contestatórios; depois, passam a assumir uma

postura proativa e propositiva. A agricultura familiar passou a manifestar suas reivindicações por meio de organizações como sindicatos, cooperativas e associações de agricultores e agricultoras. Os Movimentos Sociais do campo trouxeram para o âmbito político a agricultura familiar como conceito (termo), como uma nova categoria-síntese. Esse debate foi trazido à tona pelo sindicalismo rural ligado à CONTAG. Em meados dos anos de 1990, assistimos a uma verdadeira efervescência desses movimentos, que produziram, inclusive, formas de manifestação política que perduram até hoje, como é o caso dos eventos anuais em torno do “Grito da Terra”¹⁴, que teve sua 21ª edição em 2015.

O sindicalismo rural, na década de 1990, enfrentava inúmeros desafios, gerados, na maioria dos casos, pela abertura comercial, pela escassez de crédito para a agricultura, notadamente a agricultura de base familiar, bem como pela queda dos preços dos principais produtos agrícolas de exportação. De acordo com Schneider (2003)

A incorporação e a afirmação da noção de agricultura familiar mostraram-se capazes de oferecer guarida a um conjunto de categorias sociais, como, por exemplo, assentados, arrendatários, parceiros, integrados à agroindústrias, entre outros, que não mais podiam ser confortavelmente identificados com as noções de pequenos produtores ou, simplesmente, de trabalhadores rurais. De outro lado, a afirmação da agricultura familiar no cenário social e político brasileiro está relacionada à legitimação que o Estado lhe emprestou ao criar, em 1996, o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Esse programa, formulado como resposta às pressões do movimento sindical rural desde o início dos anos de 1990, nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional às categorias de pequenos produtores rurais que vinham sendo alijados das políticas públicas ao longo da década de 1980 e encontravam sérias dificuldades de se manter na atividade. (p. 100)

O PRONAF desencadeou um processo de diversificação das atividades produtivas no espaço rural, incentivando atividades turísticas, a agro industrialização de base familiar, a caprinocultura, a apicultura e muitas outras atividades que eram praticadas pelos agricultores e agricultoras familiares e não recebiam incentivos governamentais, ou seja, não tinham linhas específicas de crédito voltadas para suas práticas e seu modelo agrícola. O PRONAF também potencializou o ressurgimento de novas práticas de associativismo e cooperativismo, objetivando promover e fortalecer as iniciativas de geração de renda e emprego no campo. A partir do surgimento do PRONAF, o sindicalismo rural brasileiro, sobretudo aquele localizado nas regiões Sul e Nordeste, passou a reforçar a defesa de propostas que vislumbrassem o compromisso cada vez mais sólido do Estado com uma categoria social considerada especial, que

¹⁴ O Grito da Terra Brasil é a principal ação de massa do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR). É promovido pela CONTAG, Federações dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG) e pelos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR). Reúne anualmente, na capital federal, milhares de pessoas de todo o país, entre lideranças, agricultores/as familiares, assalariados/as rurais, assentados/as e acampados/as da reforma agrária, dentre outros que apoiam as bandeiras de luta da população rural (<http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=257&nw=1>).

necessitava, por essa razão, de políticas públicas diferenciadas (juros menores, apoio institucional e assessoria técnica específica, dentre outras).

Outro fator que contribuiu para a reafirmação da agricultura familiar na discussão política e social foi o ressurgimento dos debates acadêmicos sobre as ruralidades. Surpreendentemente, a partir da segunda metade da década de 1990, assistiu-se a uma relativa retomada dos estudos agrários e rurais no Brasil, que até então haviam suscitado pouco interesse nos pesquisadores. Autores como Navarro (2002) e Schneider (2010) apontam que, até a década de 1990, a forma como o desenvolvimento rural era concebido pelo Estado e por um conjunto de organizações internacionais era voltada a uma proposta de ações que objetivavam um processo de intervenção visando à modernização – em substituição das técnicas e formas de produzir historicamente realizadas nas áreas rurais – e concebida como única forma de alcançar o desenvolvimento rural. Essa concepção inibiu e distanciou estudiosos dessa área, que consideravam essa forma de concepção de desenvolvimento excessivamente política e normativa ou, numa acepção mais usada na época, *engessada*. Esse novo cenário permitiu que os estudiosos ampliassem seu escopo temático para além das discussões acerca dos impasses e das possibilidades da reforma agrária e dos assentamentos, das questões relacionadas aos impactos do progresso tecnológico ou das migrações. Começou-se a discutir a necessidade urgente de se olhar para esses trabalhadores e trabalhadoras, reconhecendo-os e incentivando-os com políticas sociais e de crédito (Schneider, 2003).

As Ciências Sociais brasileiras sempre elencaram o campo (mundo rural) como objeto de análise. A agricultura familiar tem sido alvo de inúmeras especulações entre os estudiosos dessa questão há mais de dois séculos, principalmente no que se refere ao estudo das relações de produção no campo. Alguns teóricos vastamente estudados no Brasil, como, por exemplo, Eric Wolf (1972) – que enfatiza que “os camponeses não se encontram estáticos, mas em permanente estado dinâmico” (p. 34), procurando soluções para seus dilemas mantendo-se individualmente e como categoria inserida numa ordem social que constantemente ameaça sua existência – e Moura (1986), tomavam sua defesa. Outros, em uma análise mais ampla das relações de produção no campo, preconizavam seu desaparecimento próximo. Acreditava-se que a sua decomposição daria lugar a uma superior forma de exploração agrícola, fosse a fazenda capitalista ou a coletiva. Acreditava-se, ainda, que sua função histórica desapareceria¹⁵, passando a ser seu estudo mero interesse de historiógrafos e etnógrafos, não interessando mais ao campo da Sociologia e da Economia Rural (Jean, 2001).

¹⁵ Para melhores esclarecimentos, pesquisar Bruno Jean (1994), *A Forma Social da Agricultura Familiar Contemporânea*.

Petersen, Dal Soglio e Caporal (2009) enfatizam que a agricultura familiar de base camponesa sempre foi mal compreendida, vista como um anacronismo histórico. Com base nessa suposição, acredita-se que seu futuro está condenado a uma repetição do passado. Assim sendo, seu desaparecimento, como vem sendo pregado há mais de um século, seria uma consequência lógica do avanço da agricultura capitalista moderna e da própria modernização da agricultura. Entretanto, percebemos que os agricultores e agricultoras vêm contrariando essa tese “com sua permanência durante todo o período de modernização, desafiando-os com o desenvolvimento de novas formas de autorrecriação” (p. 92).

Wanderley (2004) reforça que a imposição do modelo empresarial e do tipo industrial não conseguiu impor uma forma social de produção única. A autora aduz: “Se estamos, hoje, discutindo o significado da agricultura familiar neste novo contexto da integração da agricultura e do meio rural é porque esta outra forma social de produção ocupa um lugar importante no cenário atual da economia” (p. 2). É perceptível que a agricultura familiar desenvolveu a capacidade de manter-se e reproduzir-se ao longo das gerações.

No Brasil, a agricultura familiar surge como uma forma de produção alternativa à monocultura e ao latifúndio do período colonial, fortalecendo-se com os impactos sociais, culturais e ambientais ocasionados pela “*Revolução Verde*” a partir da década de 1950. Antes conhecida como “pequena produção”, começou a ser delimitada mais fortemente nos anos de 1970, consolidando-se na década de 1990. Isso pode ser percebido nos nomes dados aos programas e projetos governamentais, como, por exemplo, o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP), e as associações de agricultores que eram denominadas, de forma geral, de Associação de Pequenos Produtores Rurais, como é o caso de várias associações existentes no município de Apodi/RN, que recebem, na sua identificação, a denominação de pequenos produtores (Associação de Pequenos Produtores dos Sítios Reunidos, Associação de Pequenos Produtores de Água Fria, etc.). Esse redirecionamento talvez possa ser explicado, por um lado, pelas transformações políticas ocorridas no Estado brasileiro, ocasionando a desestruturação de vários grupos e movimentos sociais, entre eles as ligas camponesas¹⁶. Por outro lado, a consolidação de um modelo de desenvolvimento fundamentado em políticas de cunho modernizante traduziu-se no que se costuma chamar de “modernização conservadora” (Porto & Siqueira, 1994), já que objetiva a existência de um único modelo de produção, desconsiderando práticas milenares de produção exercidas pelos agricultores e agricultoras.

¹⁶ Movimento de trabalhadores rurais, surgido em 1950, na Zona da Mata pernambucana e que se espalhou posteriormente pelo Nordeste.

Carvalho (2005), ao discutir o campesinato no século XXI, afirma que as expressões *agricultura familiar*, *pequena produção rural* e *pequenos agricultores* adquiriram essa conotação ideológica não porque são imprecisas ou insuficientes para explicar a diversidade de formas sociais de produção de base familiar. De acordo com o autor, esse discurso foi disseminado com o objetivo teórico e político de reforço à diferenciação e ao fim do campesinato em duas categorias: “aquela que seria transformada em empresas capitalistas [...] e aquelas que se proletarizariam ou permaneceriam dependentes de apoios sociais e das políticas públicas” (p. 23).

No que concerne ao caráter político da questão, podemos asseverar que o conceito de *pequeno produtor* contribuiu para uma relativa despolitização da questão agrária no Brasil. Ao se atribuir o status de pequeno produtor ao camponês, abandona-se boa parte do discurso e da bandeira de luta da categoria. Antes, sua situação como camponês era de espoliado e marginal, ao passo que, agora, como “pequeno produtor”, mas, acima de tudo, *proprietário*, sua concepção do mundo se modifica junto com o discurso ideológico acerca dele. Dessa forma, parece indubitável que o conceito político-ideológico de pequena produção, que mantinha estreita relação com o conteúdo político e ideológico de campesinato, toma rumos diferentes a partir desse novo corte. O primeiro, apesar de manter ainda algumas características do segundo, distancia-se quanto ao modo de obtenção de boa parte dos fins, que são comuns.

A maior utilização do termo “pequeno produtor” não significou abandonar a referência ao campesinato. O que pretendemos enfatizar é que tal referência passou a se articular ao conceito de pequena produção. Muito frequentemente, em uma mesma análise, enquanto o conceito de pequena produção era utilizado na qualidade de conceito “operacional”, associado mais diretamente à caracterização empírica dos grupos estudados, o de campesinato guardava, em certo sentido, sua “função teórica referindo-se às questões mais abrangentes do contexto histórico do grupo estudado, lógica e especificidade de funcionamento e organização da unidade produtiva”, entre outros (Porto & Siqueira, 1994, pp. 79–80).

O termo agricultura familiar, para alguns estudiosos (Lima & Figueiredo, 2006), reflete uma tentativa política de negar o poder de uma categoria social. Nesse sentido, os autores argumentam que adotar a expressão *agricultor familiar* em vez de *camponês* “pode ter sido uma estratégia, em um momento de transição política, uma vez que o camponês é fundamentalmente uma identidade política e ideológica de sujeitos que através dos anos resistiram e resistem à dominação” (p. 59). A utilização desse paralelo conceitual que, no limite, levava à utilização de um conceito pelo outro, pode ser encontrada em vários trabalhos desenvolvidos nos anos de 1960, os quais se estruturaram a partir de uma proposta conjunta

de pesquisa, que tinha como preceito básico fazer uma investigação sobre os processos, suas determinações e mudanças, ocorridas em grupos sociais específicos (Garcia Júnior, 1983).

Como já exposto, as definições de agricultura familiar partem de vários eixos interpretativos. Autores como Gonçalves e Souza (2005), por exemplo, definem-na com escopo na legislação brasileira, especificamente no inciso II, artigo 4º, do Estatuto da Terra – Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964. Bittencourt e Bianchini (1996) conceituam-na a partir da renda, ou seja, praticariam agricultura familiar agricultores e agricultoras que obtivessem, com o trabalho desenvolvido por membros da família, mais de 80% da sua renda dessa atividade. Carmo (1999) entende-a como forma de organização produtiva em que os critérios adotados para orientar as decisões relativas à exploração agrícola não se subordinam unicamente ao ângulo da produção/rentabilidade econômica, mas levam em consideração também as necessidades e objetivos da família. Contrariando o modelo patronal, no qual há completa separação entre gestão e trabalho, para o autor, no modelo familiar, esses fatores estão intimamente relacionados. Para Guanzioli e Cardim (2000), agricultores familiares são aqueles cujo trabalho é dirigido por um membro da família, isto é, a mão de obra familiar é superior à mão de obra contratada de fora. Cada região ainda usa o critério de quantidade de área por família para essa delimitação.

Assim, a maioria das definições de agricultura familiar adotadas em trabalhos sobre a temática (Gonçalves & Souza, 2005; Guanzioli & Cardim, 2000) baseia-se na mão de obra utilizada, no tamanho da propriedade, na direção dos trabalhos e na renda gerada pelas atividades agrícolas. Em todas, há um ponto em comum: ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, a família assume o trabalho no estabelecimento. Isso não impede, porém, que alguns membros da família trabalhem em outros estabelecimentos agrícolas. Para Wanderley (1995), o trabalho externo torna-se, na maioria dos casos, uma necessidade estrutural, isto é, a renda obtida nesse tipo de trabalho vem a ser indispensável para a sobrevivência não só da família, mas também do próprio estabelecimento familiar. Assim, o trabalho extra agrícola, realizado por membros residentes no estabelecimento agrícola familiar, tem duas funções sociais: a de complementar a renda da família e a que diz respeito à permanência dessas famílias no meio rural, ou seja, que visa garantir a propriedade do bem rural. Assim, ao se definir a agricultura familiar, deve-se levar em conta todas as formas que essa categoria social apresenta, seja ela baseada no trabalho familiar não agrícola (pluriatividade), seja com a participação do trabalho assalariado, mas cuja essência da mão de obra familiar (agrícola ou não agrícola) é preservada.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e o Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (1996) definem a agricultura familiar com fulcro em três características centrais: a) a

gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; e c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza a sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva.

Percebemos, nessa abordagem, que se toma como base da agricultura familiar a relação entre terra, trabalho e família e que é justamente a relação entre esses três fatores que diferencia a agricultura familiar das outras formas de agricultura. Afirmando a existência de divergências, no que se refere aos princípios definidores da agricultura familiar, Carneiro (1999, p. 329) apresenta, de forma sintética, o que pode ser considerada agricultura familiar, acrescentando que parece haver um consenso quando se afirma que “por agricultura familiar entende-se, em termos gerais, uma unidade de produção onde trabalho, terra e família estão intimamente relacionados”. A autora afirma, ainda, que “a trajetória, ainda curta em termos temporais, do conceito de agricultura familiar, é extensa em termos bibliográficos expressando o intenso debate sobre as características empíricas e o estatuto teórico dessa ‘nova’ categoria de análise” (p. 329).

É perceptível a existência de um contexto favorecedor da escolha dos caminhos que a sociedade brasileira utilizou para o desenvolvimento da agricultura e do mundo rural. Essas escolhas foram repletas de conflitos, por vezes apresentando antagonismo entre dois modelos de desenvolvimento da agricultura, notadamente o familiar e o patronal, a agroecologia e a convencional. Porém, quando se discute a relação entre agricultura familiar e camponesa, entende-se que a perspectiva relacional apresentada por Wanderley (2009) é coerente, por tratar as duas categorias não como uma *mutação radical*, mas sim como *equivalentes, intercambiáveis*. Para a referida autora, “o adjetivo familiar visa somente reforçar as particularidades do funcionamento e da reprodução dessa forma social de produção, que decorrem da família e da construção de seu patrimônio” (p. 41).

3.2.1. O papel e a luta das trabalhadoras rurais na agricultura familiar pela visibilidade e reconhecimento

Na realidade agrária do Brasil, e focalizando já na reforma agrária, por ser o centro do debate, Deere (2004), analisando, a partir das especificidades de gênero, o I Censo Nacional da Reforma Agrária, realizado em 1996, aponta que a reforma agrária brasileira chama a atenção pela baixa parcela de beneficiárias. A autora chega a essa conclusão a partir de um estudo comparativo entre alguns países latino-americanos. Em 1988, o Brasil, juntamente com a Colômbia, estava entre os países que apresentavam uma preocupação com distribuição e titulação conjunta da terra. Entretanto, essa

preocupação não se reverteu em dados reais, já que, na metade da década de 1990, no Brasil, somente 12,6% das mulheres eram beneficiárias da reforma agrária, diferentemente da Colômbia, onde as mulheres já representavam um percentual de 45% (Deere, 2004, p. 175). Esse é um fato que merece reflexão. Deere apresenta os possíveis motivos dessa lentidão no acesso das trabalhadoras ao direito à terra, citando, como exemplo, os países que implementaram políticas agrárias propositivas, que situavam a titulação conjunta como uma de suas exigências. No Brasil, essa titulação era uma opção, não uma exigência, e isso dificultou o acesso efetivo das mulheres a ela. Importante ressaltar que esse controle do regulamento da titulação conjunta não era feito de modo devido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Outro fator referido por Deere (2004) diz respeito às normas legais, que concediam somente aos maridos a prerrogativa de representar e administrar os recursos da família. Essa interpretação legal dificultava o acesso das mulheres à terra e reforçava a obrigatoriedade da titulação conjunta.

Em 1988, a Constituição Federal, no artigo 189, estabeleceu que, “nas terras a serem distribuídas através de reforma agrária, o título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil”. A Constituição de 1988 ainda pôs fim à *chefia* do homem na família, determinando uma dupla chefia da casa (art.º 226, § 5º). No entanto, mesmo com o direito previsto em lei, não se percebeu, na prática, muita persistência nesse acesso das mulheres à terra, no compartilhamento dos espaços domésticos, visto que tanto o direito do homem à terra como seu título de *chefe da família* já estavam naturalizados nas relações sociais do campo, perpetuando-se e fazendo com que o direito da mulher passasse despercebido, invisível, mesmo após a mudança constitucional. Somente 12 anos depois, em 2000, os movimentos sociais rurais acirraram a luta na busca do reconhecimento da importância da titulação conjunta das terras e da publicização da divisão do poder no espaço doméstico. Essas reivindicações fizeram parte da Marcha das Margaridas, maior manifestação de mulheres já feita no Brasil. Essas palavras de ordem ilustram o conteúdo das manifestações:

“João, João, cozinha seu feijão.

José, José, cozinha, se quiser!!;

Olê mulher rendeira,

Olê mulher rendá,

sai do pé desse fogão,

vem prá rua, vem lutar.”

Nessas palavras de ordem, percebemos que as mulheres estavam publicitando a exploração do trabalho doméstico, a saída do universo doméstico e a ida para os espaços públicos. As mulheres estavam tendo a preocupação e a coragem de denunciar uma situação que reconheciam como desigual.

Deere (2004) afirma que essa demora em se reconhecer os direitos das mulheres no acesso à terra está diretamente ligada à competição nos espaços de participação que, para a autora, se consolidou entre as décadas de 1980 e 1990. Deere continua e apresenta duas razões, a seu ver, primordiais para o reconhecimento da importância das mulheres no acesso à terra: os *argumentos produtivistas* e o *empoderamento*, definidos por ela da seguinte forma:

O argumento produtivista refere-se ao reconhecimento de que o direito das mulheres à terra está associado com o aumento do bem-estar de mulheres e seus filhos, bem como com sua produtividade e, portanto, com o bem-estar de sua comunidade e sociedade. O argumento do empoderamento reconhece que os direitos das mulheres à terra são decisivos para aumentar seu poder de barganha dentro da família e da comunidade, para acabar com sua subordinação aos homens e, assim, atingir uma real igualdade entre homens e mulheres. (pp. 176–177)

No Brasil, as mulheres conquistaram formalmente o direito à terra a partir de um processo que objetivava alcançar a igualdade entre os homens e as mulheres. Entretanto, esses direitos legais não constituíram mecanismos específicos de inclusão das mulheres na reforma agrária. Estes só foram alcançados quando da compreensão dos argumentos *produtivistas*. Em outras palavras, era preciso reconhecer a relevância produtiva das mulheres na agricultura para justificar a sua inclusão. Nessa procura por justificativas que tinha como pano de fundo o *produtivismo* (Deere, 2004), buscou-se reencontrar o lugar da trabalhadora rural na matriz produtiva, havendo, inclusive, muitos projetos governamentais e não governamentais e assessorias técnicas, cujo processo de intervenção era trabalhado e organizado a partir do reconhecimento da importância produtiva das mulheres, para justificar sua inclusão efetiva no acesso à terra, na sua identidade de trabalhadoras rurais, nas relações domésticas, na participação nas associações e nos sindicatos.

Uma discussão recorrente – feita por autoras como Deere (2004), Siliprandi (2009) e Cordeiro e Scott (2006) – era que as trabalhadoras rurais, por se voltarem para as atividades domésticas, passaram a se identificar com o trabalho doméstico, intitulando-se, inclusive, em seus próprios discursos, de *donas de casa*. Essa não identificação direta com o trabalho agrícola gerou consequências tanto para a identidade quanto para o próprio acesso aos direitos trabalhistas das agricultoras. Além de não terem direito à previdência social, passaram a ver o espaço privado (a casa) como seu espaço por excelência, identificando seu trabalho na agricultura como *ajuda* (Carneiro, 1981).

Nos censos organizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), quando se perguntava qual era a profissão das mulheres, mesmo sendo trabalhadoras rurais, nascidas e criadas na roça, em regra, elas respondiam que eram donas de casa. As mulheres entendiam que trabalhador rural era somente o homem; elas eram esposas, mães, donas de casa, não se identificando como agricultoras. Impende salientar que essa não identificação não tem relação com a não execução de trabalhos agrícolas. As mulheres executam esses trabalhos, porém, entendem que eles são específicos dos homens, veem o seu trabalho como uma mera *ajuda* (Carneiro, 1981).

A presença das mulheres na economia rural é marcada por uma forte divisão sexual do trabalho (Kergoat, 2009), expressa em uma concentração de atividades voltadas para o autoconsumo familiar, realizadas, predominantemente, como mera extensão dos cuidados com os filhos e os demais membros das famílias. São atividades realizadas sem remuneração e, portanto, não diretamente vinculadas à comercialização e à geração de renda.

A divisão sexual do trabalho é um conceito estruturante nas relações sociais e também é um condicionante das relações de poder entre trabalhadores e trabalhadoras rurais. A compreensão de sua organização possibilita o entendimento da organização da vida social. Segundo Kergoat (2009), a separação e a hierarquização são os dois princípios que constituem a divisão sexual do trabalho. O processo de socialização dos homens e das mulheres é fundamentado por uma rígida divisão estabelecida em função dos sexos, definindo responsabilidades distintas a serem desempenhadas por homens e mulheres nas esferas de produção e de reprodução. Sobre esse assunto Kergoat define que

Divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é adaptada historicamente e a cada sociedade. Ela tem por característica a distinção prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social. (p. 56)

Os dois princípios da divisão sexual do trabalho – especialmente, o da hierarquia – afetam diretamente a autonomia das mulheres da cidade e do campo. No campo, essa situação se torna mais grave por conta da falta de efetivação de atuação do Estado. Nele, a divisão sexual de tarefas reflete-se na forma de participação das trabalhadoras nos espaços de decisão, sejam eles internos, no próprio assentamento, ou externos, como no Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Essa invisibilidade tem reflexos diretos na sua participação política e no próprio reconhecimento de seu papel na agricultura familiar, já que todos os espaços de decisão são representativos de uma determinada categoria. Quando as trabalhadoras rurais não têm seu trabalho reconhecido na agricultura, ou seja, não

são identificadas como trabalhadoras rurais, é-lhes negado o direito de representação nos espaços políticos.

No mundo rural brasileiro, a supremacia do homem aflora em diversos momentos. Quando se intitula o homem de *chefe* da família, a ele é outorgado o direito de tomar todas as decisões pela família, de representar a unidade familiar, de ser o sócio titular da associação¹⁷, do sindicato, *corporificando-se* a dominação masculina (Bourdieu, 2012) e as práticas patriarcais. Esse poder mascara-se e dilui-se nas relações, infiltrando-se no pensamento e até nas concepções de mundo, no cotidiano, nas relações afetivas, sexuais, nas relações e na divisão do trabalho e na própria participação e representação política dentro e fora do assentamento.

3.3. Os movimentos específicos de mulheres como prática de empoderamento e de visibilidade da mulher na agricultura familiar

Os movimentos sociais rurais têm tido um papel importante na potencialização de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. A partir da luta pela terra, da efetivação de políticas de reforma agrária, de todo o processo de organização dos assentamentos rurais, do movimento sindical na conquista de direitos como a previdência social rural e o crédito agrícola, voltados especificamente para a agricultura familiar, pode-se verificar uma série de avanços nesse campo.

Os movimentos sociais rurais, notadamente através de suas lutas, influenciaram na redefinição do espaço rural e em toda uma série de ações afirmativas que objetivavam a (re)construção do papel das mulheres e das relações de gênero no meio rural, sobretudo no que se refere ao seu acesso a direitos e a políticas públicas. A organização das mulheres foi extremamente importante para visibilizar a categoria e colocar suas demandas na lista de discussões do contexto geral da sociedade, particularmente no contexto da agricultura familiar. Todo esse processo favoreceu a construção de políticas públicas voltadas para a redução das desigualdades de gênero na agricultura.

É imprescindível destacar que os movimentos de mulheres estão articulados, de forma mais ou menos orgânica, com uma série de outros movimentos mais abrangentes, como o movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais, representado em nível nacional por entidades como a CONTAG, a

¹⁷ Pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que se forma pela reunião de pessoas em prol de um objetivo comum, sem interesse de dividir resultado financeiro entre os participantes. Na maioria dos Projetos de Assentamento, os trabalhadores e trabalhadoras criam uma associação nesse espaço, organizam-se social, econômica e politicamente. A vantagem de criar uma associação é poder agir legalmente em nome dela, movimentando recursos e firmando convênios. Os convênios podem ser firmados com os órgãos públicos e outras instituições de financiamento. Nos assentamentos de reforma agrária, as decisões são tomadas no coletivo, a partir de reuniões ordinárias e extraordinárias. Mensalmente, conforme um normativo dos estatutos que regem as associações, os trabalhadores se reúnem em assembleia e montam uma pauta de discussão para a posterior tomada de decisão no que tange a todo processo de organização e da gestão produtiva do Projeto de Assentamento.

CUT, o MST, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) e a Via Campesina. Historicamente, as mulheres têm participado de movimentos sociais do campo¹⁸, mas sua organização como movimento é relativamente recente, sendo perceptível um grande progresso nos últimos anos.

A década de 1980 foi um marco importante para vários movimentos sociais nacionais e internacionais, podendo-se incluir aí o movimento das mulheres agricultoras que, nesse período, assumiu significado e expressividade. No começo da referida década, iniciou-se o processo de surgimento das primeiras organizações rurais específicas de mulheres. Inicialmente, essas organizações foram estimuladas, de modo especial, pela Igreja Católica, pelo movimento sindical e pelos partidos políticos, sendo mais organizadas e visíveis no Sul do país (principalmente no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina). Essas primeiras manifestações requeriam o direito à sindicalização das agricultoras, de forma independente de pais, irmãos, maridos ou filhos. Esse foi um período de ressurgimento dos movimentos sociais após cerca de vinte anos de ditadura militar. O Movimento Feminista, de forma geral, e, mais especificamente, no espaço urbano, reivindicava direitos para as mulheres. Ecos dessas questões chegaram às mulheres rurais, que passaram a se organizar em grupos, com o apoio de setores progressistas da Igreja Católica, como parte da proposta de disseminação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) (Siliprandi, 2009). No Nordeste, os focos principais dessa organização aconteceram nos estados de Pernambuco e Paraíba¹⁹. Esses movimentos expressavam-se, ganhando assim visibilidade, através de encontros, congressos, passeatas e marchas.

É interessante ressaltar que a luta das mulheres do campo não é um fato novo, sempre existiu. Porém, essa existência era invisibilizada dentro do processo de movimento e luta dos trabalhadores do campo. Essas lutas ficavam diluídas na discussão mais geral que, em regra, representava as reivindicações dos homens. Quando se destaca a década de 1980, o que se quer expressar é a coletivização dessa luta, o momento histórico no qual ela foi reconhecida e assumida pelos movimentos sociais relacionados com a agricultura familiar.

Siliprandi (2009) aponta que as primeiras lutas foram pelo reconhecimento profissional das mulheres como agricultoras e por direitos decorrentes desse reconhecimento. As mulheres mobilizaram-se, organizaram-se e lutaram pelo direito ao título da terra nos assentamentos de reforma agrária,

¹⁸ Na década de 1960, podemos citar a atuação da agricultora paraibana Elizabete Teixeira (esposa de João Pedro Teixeira, agricultor que inspirou o documentário "Cabra Marcado para Morrer"), que marcou presença nas lutas camponesas, resistindo à expulsão de agricultores (foreiros) dos engenhos em Pernambuco.

¹⁹ Ver o texto *Os grupos de mulheres no estado da Paraíba na conjuntura de novos espaços: um estudo de caso*, de Rachel Joffily Abath e Timothy D. Ireland.

reivindicando a titulação conjunta com os maridos e, no caso de serem sozinhas²⁰, a titulação como representantes (chefes) da família. Esse reconhecimento era imprescindível para que, em seus documentos, oficiais e não oficiais (matrícula dos filhos e filhas, fichas nos hospitais etc.), fosse especificado que eram trabalhadoras rurais e não somente donas de casas, do lar, domésticas. Essa identificação documental era bastante importante, visto que sua falta dificultava e inviabilizava o acesso das mulheres aos direitos previdenciários e à participação efetiva nos sindicatos e nas associações dos Projetos de Assentamentos.

Conforme mencionado acima, o movimento de mulheres ganhou visibilidade e publicização na década de 1980, culminando em eventos massivos. A proposta era organizar um processo de mobilização que objetivava, naquele momento, influenciar a Assembleia Nacional Constituinte, fazendo marchas a Brasília e vários abaixo-assinados. Desse processo de organização e luta, obtiveram-se duas grandes conquistas na Carta Magna de 1988: a menção explícita ao direito das mulheres à terra e sua inclusão como beneficiárias da Previdência Social na condição de seguradas especiais, garantindo-lhes, com isso, o direito à aposentadoria, à licença-saúde e à licença-maternidade (Siliprandi, 2009). Mesmo com a previsão legal e a garantia dos direitos, a viabilização dessas conquistas no cotidiano das áreas rurais rendeu um longo processo de luta e mobilização nos anos seguintes.

Atualmente, ainda existem vários entraves para a efetividade desses direitos. Comumente, as mulheres das áreas urbanas apropriam-se, por meios ilícitos, de benefícios específicos das trabalhadoras rurais (como o salário-maternidade e/ou a aposentadoria aos 55 anos). Fazem isso intitulando-se trabalhadoras rurais por meio da consecução de documentos forjados que assim as intitulam, sem o serem. Essas práticas dificultam o trâmite do acesso a esses benefícios por parte das beneficiárias de direito. O processo burocrático acirra-se para tentar coibir essas ações (é solicitado das trabalhadoras várias provas para que possam ser consideradas trabalhadoras rurais) e, no final, são as agricultoras as mais prejudicadas, visto que precisam enfrentar uma longa burocracia para acessar o benefício.

Os movimentos mistos – que contam com a participação de trabalhadores e trabalhadoras – não têm priorizado as reivindicações das mulheres. Isso pode ser visto no movimento sindical, nas associações e nos grupos produtivos. Essa dissonância propiciou o surgimento de movimentos específicos de mulheres. Em decorrência dessa especificidade, foram surgindo grupos como os Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) e os Movimentos de Mulheres Agricultoras (MMA), de modo especial nas regiões Sul e Nordeste. Na década de 2000, alguns desses movimentos uniram-se para formar

²⁰ Solteiras com filhos, divorciadas, desquitadas, separadas e viúvas.

organizações e ingressarem na Via Campesina – a exemplo do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), do Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) – e, posteriormente, em várias organizações mais específicas (de pescadoras, indígenas, quilombolas e outras)²¹. Além disso, as trabalhadoras rurais fizeram-se presentes no processo de elaboração das redes de economia solidária e de produção agro ecológicas, até hoje existentes no país, bem como na construção de cooperativas, associações de produtores e nas experiências de produção e comercialização de produtos agrícolas, extrativistas, da pesca e do artesanato.

A expressividade dessa luta pelos direitos das mulheres foi impulsionada, ainda, por um conjunto de eventos e de mobilizações das mulheres em todo o mundo. No Brasil, podemos citar, na luta pelos direitos das mulheres, as conferências mundiais, a aprovação da Década da Mulher (1975–1985) e a instalação do Ano Internacional da Mulher, em 1975 (Sales, 2007).

Na segunda metade dos anos 1980, a luta das trabalhadoras rurais abre novos espaços políticos em que a fala dessas mulheres começa a ser franqueada. As principais reivindicações foram por sindicalização, documentação, direitos previdenciários e participação política (Sales, 2007). Somente no ano de 1985, ocorreram 12 encontros de mulheres trabalhadoras rurais nas mais diversas regiões do país. No ano seguinte, em novembro de 1986, as mulheres rurais realizaram, em Brasília, o primeiro Encontro Nacional de Trabalhadoras Rurais.

Deere (2004) relata que, nesse período, ocorreram também outras mobilizações que contribuíram para o aparecimento público das questões das mulheres rurais: o Primeiro Encontro Nacional de Mulheres Rurais, em 1986, organizado pelos órgãos de extensão rural vinculados ao Ministério da Agricultura, que foi precedido de encontros nos estados e municípios; os processos organizativos, promovidos pela Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora da CUT, criada naquele mesmo ano; e as ações do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, criado pelo Governo Federal, que procurava dar maior espaço às reivindicações das mulheres (urbanas e rurais) nas instâncias governamentais.

Geralmente, os MMTR (que se desenvolveram em muitos estados na década de 1980) eram filiados da CONTAG e da CUT. De acordo com Deere (2004), a maioria dos sindicatos filiados na CONTAG estabelecia que somente uma pessoa por família pudesse ser membro, filiado a um sindicato (papel geralmente desempenhado pelo homem), e o restante da família (mulher e filhos e filhas) seria classificado como dependente. Essa dependência era perceptível desde a participação nos programas

²¹ Sobre a organização dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais no Brasil, ver, entre outras: Almeida (1995); Carneiro (1994); Deere (2004); Deere e León (2002); Giuliani (2015); Heredia e Cintrão (2006) e Schaaf (2001).

sociais dos sindicatos (serviços odontológicos, oftalmológicos, consultas, dentre outros) até a participação efetiva nos espaços de decisão coletiva dos sindicatos.

Navarro (1996) faz uma discussão e apresenta dois espaços que, na sua concepção, foram responsáveis por desencadear o processo que impulsionou a visibilidade política das mulheres: os sindicatos – mesmo com o fato de que as mulheres, na maioria das vezes, não ocupavam posições de liderança – e os movimentos sociais rurais. Embora o movimento de trabalhadoras rurais fizesse parte desses movimentos do campo, suas demandas específicas eram postas em segundo plano. No movimento social do campo, apesar do reconhecimento da importância dos movimentos de agricultoras, priorizava-se a discussão de questões econômicas relacionadas diretamente ao mundo do trabalho e excluía-se as questões de gênero.

Nos anos seguintes, houve um maior envolvimento das trabalhadoras rurais em encontros, seminários, campanhas sobre violência contra mulheres, sobre mortalidade materna e sobre direitos constitucionais. Algumas iniciativas isoladas de grupos e assessorias, já existentes em torno de trabalho e de organização das trabalhadoras rurais, uniram-se aos novos movimentos emergentes (Sales, 2007).

Na década de 1990, iniciou-se um período de adesão das instituições às desigualdades de gênero, com o enfoque na mulher. A Igreja Católica²², por exemplo, com a Campanha da Fraternidade de 1990 e seu tema “Deus quer homem e mulher como companheiros, iguais nos direitos porque os dois são imagem e semelhança d’Ele”, incentivou o debate sobre a condição da mulher tanto na cidade quanto no campo (CNBB, 1990). Os eventos se multiplicaram, passando a constituir acontecimentos importantes na vida das trabalhadoras rurais. Além do processo organizativo, as mulheres passaram a exercer o direito de participar, falar, discordar, concordar, propor e reivindicar direitos. As trabalhadoras rurais começaram a compreender e resgatar seu lugar na agricultura familiar.

No início dos anos 2000, pela primeira vez, as agricultoras aparecem publicamente identificadas como trabalhadoras rurais. Reivindicaram ao Estado enfaticamente o direito de serem beneficiadas pelas políticas públicas voltadas para a produção e o acesso a crédito específico para a categoria (o crédito já existia para a agricultura de forma geral). A Marcha das Margaridas²³, que ocorreu nos anos de 2000, 2003, 2007, 2011 e 2015, é exemplo que ilustra muito bem esse momento histórico de organização das trabalhadoras rurais. Essa marcha tem se apresentado como um dos principais espaços de

²² A participação da Igreja Católica no processo de organização das mulheres trabalhadoras rurais será apresentada posteriormente em um item específico.

²³ A Marcha das Margaridas é uma referência. Em 12 de agosto de 1983, Margarida Maria Alves, trabalhadora rural, presidente do Sindicato de Trabalhadores rurais de Alagoa Grande, município do Estado da Paraíba, foi assassinada por um pistoleiro, a mando dos usineiros da região do brejo paraibano. O crime foi brutal, como noticiou a imprensa naquela oportunidade.

mobilização e organização das trabalhadoras rurais. Objetiva tanto a formação, quanto a denúncia, a pressão, a proposição, o diálogo e a negociação política com o governo. A marcha tem se tornado a maior e mais efetiva ação das mulheres na luta e na reivindicação por políticas públicas.

As três primeiras marchas, realizadas em 2000, 2003 e 2007, focaram-se na plataforma política e na pauta de reivindicações relacionadas ao combate à fome, à pobreza e à violência sexista. A Marcha das Margaridas de 2000 fez uma homenagem à líder sindical rural, Margarida Maria Alves, assassinada em 1983. Foi organizada como parte do movimento internacional feminista Marcha Mundial de Mulheres (MMM), originado no Canadá, em 1995. Vinte mil trabalhadoras rurais reuniram-se em Brasília, em agosto do ano 2000, sob a bandeira “Contra a fome, a pobreza e a violência sexista”, após quase um ano de preparação, com eventos regionais e municipais em todo o país (Silva, 2008).

Em 2003, ocorreu a segunda marcha, que contou com a participação de 50 mil mulheres. A marcha apresentou reivindicações históricas das trabalhadoras rurais, especialmente no que diz respeito: ao reconhecimento das mulheres como trabalhadoras na agricultura; à reforma agrária com acesso à terra para as mulheres; à ampliação dos seus direitos trabalhistas e previdenciários; ao acesso à documentação básica e a políticas de saúde e educação. Nessa marcha, pela primeira vez, as mulheres reivindicaram o acesso ao crédito e à assistência técnica específica (voltada para atividades exercidas essencialmente por mulheres, a exemplo dos projetos produtivos), já que a maioria das capacitações era direcionada aos homens, considerados os agricultores. Essa marcha também encampou, como bandeira de luta, a violência contra a mulher no meio rural (Heredia & Cintrão, 2006).

Em 2007, também em Brasília, aconteceu a terceira Marcha das Margaridas, da qual participaram aproximadamente 30 mil mulheres. A agenda preservava as reivindicações históricas e incluía a segurança alimentar e nutricional, sublinhando a importância do trabalho das mulheres para a realização dessa segurança na unidade familiar. Inaugurando, no movimento sindical, a proposta de utilizar a agroecologia como base para a construção de um novo modelo produtivo para o meio rural, as mulheres faziam críticas ao modelo do agronegócio e do hidronegócio. Elas exigiam, ainda, o cumprimento da Lei Maria da Penha, promulgada em 2006, cobrando um posicionamento dos governos e dos demais sindicalistas a respeito da questão da violência de gênero no campo.

Já em 2011, o lema foi “Desenvolvimento Sustentável com Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade”. Para a CONTAG, essa quarta marcha teve como grande diferencial político a interlocução com a primeira presidenta eleita no país, Dilma Rousseff. Como as negociações ainda continuam, as Margaridas seguem na luta por avanços e pela qualificação do processo de construção de políticas públicas para as

mulheres²⁴. O lema da quinta Marcha das Margaridas, também realizada em Brasília, em agosto de 2015, foi “Desenvolvimento Sustentável com Democracia, Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade”.

Outro espaço que tem contribuído para o fortalecimento da organização das trabalhadoras rurais são as grandes manifestações realizadas pela Via Campesina nas comemorações do Dia Internacional da Mulher (08 de março). Estas ocorrem desde 2006 e são um espaço de reflexão e de luta das trabalhadoras rurais. A organização desses eventos tem contribuído para o aprofundamento da discussão acerca das relações de gênero na agricultura familiar e do papel das mulheres nas famílias e na sociedade. As manifestações reivindicam mudanças na divisão do trabalho e questionam a falta de poder das mulheres em casa, denunciando, outrossim, a violência de gênero, o sexismo, a exploração sexual, a fome e a pobreza.

Nacionalmente, as ações de destaque do dia 8 de março, como uma jornada de luta das mulheres, têm sido coordenadas pelo Movimento das Mulheres Camponesas (oriundo dos MMTR) e pelas mulheres do MST, além de outras organizações vinculadas à Via Campesina. Dentre essas ações, pode-se ilustrar, como exemplo, a ocupação, por 2 mil mulheres, dos laboratórios de produção de mudas de eucaliptos da empresa Aracruz Celulose, no Rio Grande do Sul, em 2006. Essa ocupação teve como objetivo chamar a atenção para as consequências socioambientais do crescente mono cultivo de eucalipto e de outras espécies florestais (criando o chamado “deserto verde”), além de denunciar a forma como foram (e são) tratados indígenas e camponeses moradores de terras reivindicadas por grandes empresas, como a Aracruz. A ação foi definida pelas mulheres como uma manifestação contra o “agronegócio” e em defesa de um “projeto de agricultura camponesa” que respeite a natureza, produza alimentos para o autossustento, conserve a biodiversidade e promova a soberania alimentar (Boni, 2012).

Seguiram-se a esse evento várias outras ocupações cujos temas se concentravam na consolidação de um modelo sustentável de desenvolvimento rural, com base no campesinato e na promoção de uma alimentação mais saudável, em defesa da biodiversidade e da soberania alimentar.

Siliprandi (2011, p. 174) considera que o aparecimento de mulheres rurais em ações de impacto político (como as mencionadas) é parte do processo de afirmação de sua identidade como mulheres, em meio a um conjunto de categorias que vive no campo e que se aglutina em torno de questões diferenciadas: “sem-terra”, “atingidos por barragens”, “seringueiros”, “canavieiros”, “pequenos agricultores”, mostrando o quanto a questão agrária brasileira permanece multifacetada e complexa. Alguns motivos que contribuíram para essa afirmação das mulheres nesses movimentos foram a adoção de discursos e

²⁴ Conforme informações retiradas do site: <http://www.contag.org.br/>. Acessado em 21/07/2014, às 15h40min.

práticas voltadas para um questionamento de gênero e a apropriação desse conceito pelas mulheres, contribuindo para o posterior amadurecimento político das próprias mulheres e, conseqüentemente, para fortalecer sua participação como sujeitos políticos, que necessitam pautar suas especificidades na possibilidade de saírem da subalternidade e da invisibilidade.

As organizações não governamentais (ONG) vêm contribuindo efetivamente para as discussões e os enfoques de gênero na organização de grupos de mulheres trabalhadoras rurais nas várias áreas. Isso tem favorecido a organização social e produtiva das trabalhadoras rurais, reforçando e possibilitando que as mulheres assumam seu papel de liderança. Como exemplo de ONG, há a Sempreviva Organização Feminista (SOF), em São Paulo, o SOS–Corpo Instituto Feminista para a Democracia, com sede em Recife, e, localmente, no estado do RN, pode-se citar o Centro Feminista 8 de Março (CF8).

Por ultrapassarem o esperado pela sociedade em relação às questões de gênero, as mulheres rurais, com sua mobilização política, têm surpreendido tanto o Estado, quanto os próprios movimentos sociais rurais e a sociedade de forma geral. Nesse espaço de luta, as reivindicações não se limitam às questões buscadas historicamente pelo movimento feminista, mas agregam demandas relacionadas à ecologia, agroecologia, ao ambientalismo e desenvolvimento solidário.

Em termos de políticas estatais e leis, foi criada, em 2003, a Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM)²⁵, que centralizou e priorizou as questões de gênero. A Lei Maria da Penha – Lei 11.340/ 2006 – é um marco importante no reconhecimento da gravidade da violência contra a mulher. Cabe destacar que, no campo, essa violência assume proporções ainda maiores, por não haver um órgão que possibilite as denúncias de sua ocorrência. Um exemplo claro disso é o caso do P.A. Sítio do Góis, localizado no município de Apodi/RN, *locus* da nossa pesquisa, que não dispõe de uma Delegacia da Mulher. A mais próxima localiza-se no município de Mossoró, a 80 km do assentamento. Essas e outras questões só contribuem para invisibilizar os dados sobre a violência contra as mulheres no espaço rural, conforme comprovam as taxas de homicídios cometidos contra mulheres no município de Apodi/RN que, entre 2000 e 2010, aumentaram de 2,9% para 20,1%. Revelando preocupação com esses dados – ainda que sejam passíveis de uma interpretação voltada para o aumento da conscientização das pessoas no tocante à inaceitabilidade dessa violência –, a Marcha das Margaridas, de 2015, pautou a questão e a presidenta, por meio da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres da Presidência da República, que tinha a frente Eleonora Menicucci, assinou uma portaria que autoriza a criação da Patrulha Maria da Penha

²⁵ A SPM, na atual conjuntura, perdeu status de ministério e é agora subordinada ao Ministério da Justiça e da Cidadania. Essa mudança é classificada pelos movimentos de mulheres como um grande retrocesso para a luta das mulheres.

Rural, atendendo a reivindicações da Marcha das Margaridas por mais segurança no campo. A patrulha será composta por policiais mulheres, especializadas no atendimento a vítimas de violência doméstica e sexual.

No Nordeste, o movimento de mulheres rurais cresceu e acolheu uma multiplicidade de ideias expressa em vários grupos organizados, como o MMC, os Coletivos Estaduais de Mulheres das Federações de Trabalhadores Rurais dos Estados, a Rede de Mulheres Trabalhadoras do Nordeste, o Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE). Ao ingressar em movimentos, as mulheres rurais passam a ter acesso à possibilidade de se afirmar como portadoras de um saber-poder no campo da política que lhes proporciona também repensar seu cotidiano, redefinir sua participação nas atividades produtivas e nas atividades organizacionais dos assentamentos (Sales, 2007).

Atualmente, as mulheres do campo já possuem conquistas políticas e jurídicas, organizam-se em ONG, têm espaços de debate e utilizam várias formas de informação, como seminários, encontros e oficinas, em que discutem temas como gênero, violência, sexualidade, saúde reprodutiva, geração de renda, participação política, meio ambiente, etc. Nesses espaços, são utilizados vários suportes comunicativos (cartilhas, vídeos, textos, entre outros). O material utilizado e a forma de discurso vão depender do grau de instrução dos grupos trabalhados e da própria opção educativa e política das ONG. Outro ponto a se observar, na atuação das ONG, são as relações discursivas presentes no material disponibilizado e no próprio discurso utilizado nos espaços de formação.

Mesmo estando presentes em movimentos sociais mistos, as mulheres enfrentam uma série de desafios que são comuns à participação delas em diversas instâncias sociais. Analisando diferentes movimentos sociais no sul do país, de que participam camponesas, Paulilo (2004) observa o seguinte aspecto sobre a questão da igualdade:

Apesar de a construção da igualdade pela ideia de que “todos devem fazer de tudo”, as mulheres são muito cobradas e não conseguem “se impor”, se não “se desafiam”, enquanto o fato de os homens não dividirem o trabalho doméstico é um pecado menor, tão leve que risível. Essa igualdade, a nosso ver, masculina, torna vã inclusive a pergunta sobre quantos são os homens e quantas são as mulheres que participam dos cargos de direção nos movimentos mistos. (p. 248)

Essa preocupação apontada por Paulilo (2004) é pertinente, pois, muitas vezes, “qualificamos” a participação das mulheres nos espaços de decisão, levando em consideração critérios de presença e acesso aos espaços físicos, bem como os próprios assentos ocupados nas instâncias de poder e representação. A partir desses dados, já se conclui que a igualdade nos espaços de tomada de decisão

está caminhando para o equilíbrio. León (1997), quando apresenta o conceito de empoderamento como a capacidade de controlar a vida, a autonomia para definir suas próprias agendas, aponta que, para isso, é necessário que ocorram mudanças nas relações de poder, enfatizando a necessidade imprescindível de se perceber se, de fato, as mulheres estão atuando mais eficazmente na esfera pública; se são visíveis nas comunidades e assentamentos em que vivem; se as relações de poder estão sendo percebidas como um desafio, uma forma de resistência; e se não somente estão sendo fonte de dominação masculina.

É notório que, historicamente, a organização e a luta das mulheres através dos sindicatos, dos movimentos sociais, da auto-organização e de demais outros campos têm contribuído para a redefinição e as conquistas de várias bandeiras de lutas das trabalhadoras rurais – posse e título da terra, assessoria técnica específica, créditos específicos. Essas conquistas não estão consolidadas, mas existem avanços, embora os recuos também sejam perenes nesse processo. Daí a necessidade de constantes espaços de debates e de formação para as trabalhadoras rurais.

3.4. Modelos de projetos de assessoria, formação e capacitação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais: o P.A. Sítio do Góis e o Projeto Dom Helder Câmara

O Projeto de Assentamento Sítio do Góis, centro do nosso interesse, foi criado em 1998. Após sua criação, já passou por vários processos de formação, objetivando, quase sempre, (re)organizar os assentados e assentadas nessa nova dinâmica que é viver numa área de reforma agrária. Os processos de organização vão desde a ocupação, posse e divisão da terra, que, no caso do Sítio do Góis, ocorreu de forma pacífica – no sentido da inexistência de luta física –, até a morada propriamente dita nesse novo espaço. Os processos de formação para a área foram muitos, porém resolvemos focar especificamente a atenção na experiência de formação e capacitação das trabalhadoras rurais. Muitas entidades e organizações, governamentais e não governamentais, contribuíram nesse processo de empoderamento das trabalhadoras rurais da área.

O P.A. Sítio do Góis recebeu assessoria técnica via Projeto Dom Helder Câmara (PDHC), de 2002 a 2014. O projeto apresentava uma proposta inovadora no trabalho com o componente gênero no nível de variável estratégica, entendendo que as desigualdades entre homens e mulheres não são somente apêndices das desigualdades socioeconômicas, mas parte substantiva da sua produção e reprodução, uma vez que constituem um dos pilares da matriz de dominação (PDHC, 2001). Essa inclusão do componente gênero no corpo e nas ações tanto sociais, quanto produtivas foi uma conquista da luta das mulheres, já que muitos outros projetos voltados para as áreas de assentamento não se preocupavam com o componente gênero. Nessa nova definição, que era uma proposta apresentada como bandeira de

luta pelo movimento de mulheres, percebia-se a necessidade de empoderar as mulheres em atividades produtivas e sociais, objetivando proporcionar às trabalhadoras um saber técnico qualificado na perspectiva de promover reconhecimento de que faziam parte do sistema produtivo. Deere (2004) intitula essa fase de *produtivista*, atrelando o reconhecimento da identidade das trabalhadoras rurais diretamente às atividades produtivas.

Na Reforma Agrária, os agricultores e agricultoras deixam de ser *sem-terra* para se tornarem agricultores e agricultoras familiares (Siliprandi, 2009). Porém, essa redefinição não é rápida. Os assentados e as assentadas da reforma agrária, mesmo tendo um título de terra, ainda continuam sendo chamados de “sem terra”, como se socialmente lhes fosse negada a posse da terra. Essa mudança na posse da terra redefine as relações, mesmo que lentamente, e evidencia categorias como geração, gênero e outras. No que tange às relações de gênero, a especificidade da luta pela terra e o processo de reorganização do espaço de vivência, tanto privado quanto público, desencadeia um processo de reflexão sobre a participação das mulheres nos espaços de decisão nos assentamentos rurais de reforma agrária (Deere, 2002).

Heredia e Cintrão (2006) asseveram que, durante muito tempo, os programas governamentais voltaram-se indistintamente para um “cidadão indiferenciado” e que, somente a partir de 1985, os programas e projetos passaram a se preocupar com as questões de gênero em seus planejamentos e ações. A autora reforça que não foi por acaso que a criação desses programas coincidiu com o início das mobilizações e reivindicações das trabalhadoras rurais para a criação de um programa que as atendesse de forma inclusiva.

Com o objetivo de sensibilização e formação da assessoria técnica – que estava diretamente envolvida nas ações nas áreas rurais – para a adoção de ações que levassem em consideração as questões de gênero em um contexto local, foi desenvolvido, a partir de 1988, o “Projeto de Apoio à Organização da Mulher”, inserido no Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural. Essa ação foi de suma importância para que fossem executadas políticas voltadas a promover a participação efetiva das mulheres na agricultura, algo já anteriormente priorizado frente à percepção de uma lacuna nos projetos de assessoria e desenvolvimento rural.

A metodologia dos demais projetos de assessoria e desenvolvimento rural assumia que, quando estavam desenvolvendo ações que potencializavam o processo e a formação produtiva e social dos trabalhadores, naturalmente, as mulheres estavam incluídas. Nessa linha, os movimentos sociais do campo, principalmente o movimento de mulheres, tiveram uma participação importante para a redefinição desse

cenário ao enfatizar que esse modelo excluía as mulheres. Apontaram a necessidade de ações específicas que ajudassem a construir o empoderamento e a autonomia das mulheres e isso só seria possível se as questões de gênero fossem tratadas, levando em consideração suas especificidades. Entretanto, ações como essa foram interrompidas quando alguns órgãos aos quais elas estavam vinculadas foram extintos, com a interrupção do governo Collor por meio do processo de *impeachment*, em 1992.

Somente a partir de 2001, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) inicia o desenvolvimento do chamado Programa de Ações Afirmativas (vale salientar que, em termos de programas governamentais, essa ação é uma espécie de reinício), financiado, em grande parte, pela cooperação internacional. O programa teve como resultado a constituição de uma pequena assessoria cuja área de atuação compreendia a criação de medidas que facilitassem o acesso das mulheres às políticas de desenvolvimento rural. Até então, os programas governamentais – as Políticas Públicas – voltavam-se para a família. Quando falamos em acesso, estamos afirmando que as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar podem ser acessadas por mulheres. Um exemplo é o PRONAF Mulher que, a partir de 2003, criou uma linha específica de crédito para as trabalhadoras rurais. Essa linha torna aptas as mulheres agricultoras integrantes de unidades familiares de produção enquadradas no PRONAF, independentemente de sua condição civil, a acessar, de forma autônoma, o crédito. Gênero passou então a ser um tema transversal, possibilitando a integração da Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia (AEGRE) em outras secretarias e no próprio Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Para fortalecer, potencializar e garantir o acesso das trabalhadoras rurais a recursos produtivos, foi feita uma integração com os principais programas do Ministério do Desenvolvimento Agrário, a saber: o II Plano Nacional da Reforma Agrária (PNRA), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), o Programa Brasil Quilombola (PBQ) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), além de outros programas sob a responsabilidade de outros órgãos federais, estaduais e locais. Essa integração tinha como meta incluir as questões e especificidades de gênero em todos os programas do MDA.

Intentando potencializar ainda mais o acesso das mulheres às políticas públicas, bem como a participação delas nessas políticas, foi criada, em 2003, a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), com o propósito de “promover a igualdade entre homens e mulheres e combater todas as formas de preconceito e discriminação herdadas de uma sociedade

patriarcal e excludente”²⁶. A SPM busca fomentar a igualdade entre homens e mulheres, com ações voltadas especialmente para os mais de 14 milhões de mulheres que vivem no meio rural e convivem com situações de dificuldades características do campo, como a distância das áreas urbanas, onde se concentram, na maioria das vezes, os serviços públicos. Dessa forma, as ações levam em consideração as diferenças de raça, etnia, povos, religiões, sistemas de produção e estruturas sociais, bem como de acesso a recursos naturais, tecnológicos e financeiros.

Durante o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2002–2010), essas políticas sofreram mudanças no que diz respeito ao seu próprio financiamento: o custeio foi realizado pela própria União. Além disso, o orçamento destinado a essas políticas direcionadas às mulheres rurais foi ampliado. A partir do Plano Plurianual 2004–2007, todo o orçamento federal reservado para esse fim passou a vir do Programa de Gestão das Políticas de Desenvolvimento Agrário, vinculado à Secretaria Executiva do MDA, além do Programa Nacional da Agricultura Familiar.

Já no Plano Plurianual 2008–2011, dois programas foram responsáveis por um aumento significativo no orçamento alocado, que passou de 2 milhões de reais para 59 milhões: o Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), por meio da ação Assistência Técnica Especializada para Mulheres Rurais, e o Programa Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres, por meio da ação Organização Produtiva de Mulheres Rurais e da ação Documentação da Trabalhadora Rural²⁷.

A luta por acesso à assistência técnica voltada para a especificidade econômica, política e social das trabalhadoras rurais, que entrou na agenda da 2ª Marcha das Margaridas, em 2003, já era uma discussão que estava ocorrendo no Movimento de Mulheres. As trabalhadoras sentiam a necessidade de um processo de capacitação que levasse em conta as especificidades de gênero no mundo rural. Algumas experiências já haviam sido realizadas com a finalidade de capacitar as mulheres. Porém, essas formações, além de priorizarem atividades não agrícolas, tais como artesanato, corte e costura, geralmente não levavam em consideração nem mesmo as questões locais, isto é, ignoravam se, nessas áreas, onde eram ofertados os cursos, existia ou não aptidão, ou mesmo materiais disponíveis, para o exercício das atividades às quais o processo de capacitação se propunha.

Quando esse processo de formação era direcionado para atividades agrícolas, reforçava a atividade dos quintais, como a criação de galinha caipira. Em alguns projetos, as mulheres participavam de um curso e recebiam um *kit* com 10 galinhas. Os objetivos eram aumentar, em um determinado prazo, o número

²⁶ Fonte: <http://www.spm.gov.br/arquivos-diversos/sobre/spm>. Acesso em: 24 de jul. 2014.

²⁷ Fonte: <http://www.spm.gov.br/arquivos-diversos/sobre/spm>. Acesso em: 24 de jul. 2014.

de galinhas, produzir ovos e vender o excedente nos espaços de comercialização. No entanto, a maioria desses projetos não dava resultado, já que os ovos e, até mesmo, as galinhas eram consumidas pelas famílias em períodos de escassez.

O resultado negativo desses projetos era considerado, pelas secretarias, pelas agências financiadoras e por programas de crédito do governo como responsabilidade das mulheres e não da unidade familiar. Essa concepção reforçava a ideia da ineficiência das mulheres para o trabalho agrícola e, principalmente, sua incapacidade de organização e gestão financeira dessas atividades. Em outras palavras, avaliava-se uma atividade desenvolvida pelas trabalhadoras rurais sem levar em consideração o contexto e se usava essa ineficiência para reforçar a ideia de que as mulheres, nas áreas rurais, não tinham condições de gestar atividades de forma autônoma.

Durante décadas, as políticas de desenvolvimento eram voltadas quase exclusivamente para os homens. Essas políticas eram caracterizadas pela ausência das mulheres como protagonistas, uma vez que elas não eram contempladas nas ações governamentais para o meio rural. As mulheres apareciam apenas na formulação das políticas assistencialistas, reforçando o seu tradicional papel de mãe e de dona de casa. Nessa perspectiva, exemplos típicos dos cursos ofertados geralmente eram de corte e costura, criação de pequenos animais, bordado, culinária, controle de natalidade.

Um modelo que ilustra bem essas políticas é o Programa de Emergência, de 1998. A exemplo de vários outros projetos implantados até então, sua proposta fundamentava-se em ações e atividades voltadas exclusivamente para os homens, reforçando a ideia destes como chefes da família, os provedores, os responsáveis diretos pelo sustento da família. Desde 1985, como já dito anteriormente, já se discutia a necessidade de incluir nos projetos as especificidades de gênero. No entanto, concretizar essa inclusão não foi fácil (Fischer & Albuquerque, 2002).

A adoção dos critérios utilizados no Programa de Emergência reflete a omissão da equidade social entre homens e mulheres, pois tomou como paradigma o modelo de agricultura familiar do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)²⁸. Muitos outros programas de capacitação seguiram essa mesma linha de atuação, isto é, não valorizaram a participação das mulheres, agiram como se o trabalho das mulheres na agricultura familiar fosse invisível (Paulilo, 2004), uma mera *ajuda* (Carneiro, 1981). Dessa forma, não era reconhecida a identificação das mulheres com o trabalho agrícola. Esse modo de pensar e organizar historicamente os processos de formação política, em termos de gestão

²⁸ O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do país. Fonte: <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>. Acesso em: 30 de abr. 2014.

organizacional e produção, fortaleceu a invisibilidade e a secundarização do trabalho e da participação das mulheres nos espaços de discussão social, político e econômico da agricultura familiar.

Vale salientar, contudo, que essa compreensão de espaço e de divisão social do trabalho permeia os programas de formação voltados para a agricultura familiar. É nesse campo que se entrelaçam os espaços público e privado, numa dinâmica de discriminação e exclusão fundada nas assimetrias de gênero e hierarquia que autorizam o exercício do poder e a reprodução das desigualdades (Santos, 2001; Scott, 1995).

Outro ponto que merece destaque é o fato de esses processos de formação e capacitação, pelo menos no semiárido nordestino, região atingida pelas grandes secas, serem prioritariamente idealizados em períodos de crise extrema. É criado todo um processo de formação, que é apresentado aos trabalhadores e trabalhadoras como se fosse a salvação. A partir dessa natureza que lhe é dada, fica subentendido que os efeitos desse período de seca passam a ser responsabilidade (“culpa”) dos trabalhadores e trabalhadoras, que não se preparam para esses tempos de estiagem. Constrói-se um discurso de que os trabalhadores e trabalhadoras não estão preparados para o enfrentamento do problema, que é natural na região, como se ficassem esperando por ações do Estado – políticas públicas, projetos, créditos, etc. – para vencer um problema que tem um ciclo natural. No entanto, sabemos que a seca agrava a situação de exclusão e a falta de acesso dos agricultores familiares, marca do descaso e da falta de incentivos para os agricultores e agricultoras que detêm pequenos pedaços de terra ou mesmo nenhuma terra.

É importante destacar que essa forma de compreensão dos processos de formação das agriculturas familiares é fruto de uma conjuntura política que vem se reorganizando nos últimos anos. Um exemplo disso foi o fato de, em 1985, com o incentivo do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, ter sido implantado, no Ministério da Agricultura, o Programa de Apoio à Mulher Rural, que tinha o objetivo de analisar e desenvolver planos de ação que possibilitassem às mulheres trabalhadoras rurais melhorias nas condições de trabalho, oportunizando seu maior protagonismo no processo de Reforma Agrária (Heredia & Cintrão, 2006).

Para compreender essa conjuntura por outro viés, podemos analisar o projeto Dom Helder Câmara, criado entre 2000 e 2001, cujo foco especificava atividades voltadas para a equidade de gênero, conforme se verifica abaixo em um trecho do Projeto Dom Helder Câmara (2001):

A região Nordeste é profundamente marcada pela simbiose entre a persistência da concentração da propriedade da terra e a reprodução das relações patriarcais, expressas no coronelismo e nas desigualdades de gênero que juntos vêm castrando não só os direitos de cidadania da população como um todo, mas suas próprias possibilidades de sobrevivência e que, em particular, estigmatizam e

tornam invisíveis as capacidades criativas e produtivas das mulheres, assim como reprimem as potencialidades dos jovens, colocando a ambos, através de práticas e costumes, em condições ainda mais desvantajosas. (p. 2)

O referido projeto²⁹ tinha como objetivo reduzir as desigualdades entre homens e mulheres de diferentes idades, na esfera da produção e da reprodução ou na tomada de decisões; visava à construção de um saber sobre gênero³⁰ em todas as suas instâncias e ações; e buscava, ainda, instituir uma linguagem livre de discriminações de sexo, raça e idade, favorecendo a democratização cultural.

Em termos de metodologia, o Projeto Dom Helder Câmara utilizava o Diagnóstico de Sistemas Agrários (DAS) e a Assistência Técnica Gerencial e Pedagógica (ATGP). A metodologia conhecida como Sistemas Agrários tem sido utilizada no Brasil já há alguns anos. Alguns eventos de formação (capacitação-nação) eram ofertados às trabalhadoras no decorrer do projeto.

No P.A. Sítio do Góis, as trabalhadoras rurais fizeram cursos de horticultura, apicultura, caprinocultura e outros. Para planejar as ações a serem executadas, as mulheres, juntamente com a assessoria técnica, reuniam-se e montavam seu próprio planejamento, elencando ações e atividades a serem executadas ao longo do ano. Esse planejamento era adicionado ao planejamento geral da área, plano anual em que eram elencadas e datadas todas as ações e atividades do ano. Ao término de cada ano, era feita uma avaliação do desenvolvimento dessas ações. Toda a organização das atividades do PDHC era pensada a partir de um amplo processo de participação dos trabalhadores e trabalhadoras, sempre incentivando a participação de geração e gênero. Inclusive nas áreas de atuação do PDHC, era prática comum o fortalecimento da auto-organização das mulheres, que se dava por meio da criação de grupos e do fortalecimento dos grupos já existentes nas comunidades.

Essa forma participativa de atuação visava construir soluções legítimas e viáveis para os problemas específicos de cada comunidade assessorada. A metodologia e a política do projeto surgem a partir de avaliações e críticas, algumas já citadas anteriormente, a um modelo que era utilizado pelas agências internacionais de fomento, pela assessoria técnica governamental, pelos órgãos e programas de financiamento e pelas ONG. Geralmente, as propostas de formação e capacitação para os trabalhadores eram pensadas nos gabinetes, originadas somente do saber técnico, sem levar em consideração aspectos culturais, sociais, políticos e econômicos, ou seja, seus saberes e vivências. Essas propostas

²⁹ O Projeto Dom Helder Câmara foi interrompido indefinidamente em 2014, por questões burocráticas.

³⁰ Este projeto, inclusive, tem um Fundo de Investimento Social e Produtivo (FISP), voltado para atividades produtivas organizadas e gestadas por mulheres.

eram bem fundamentadas tecnicamente, porém sem a participação dos sujeitos sociais que estariam diretamente envolvidos na ação, carecendo, assim, de realidade e aplicabilidade.

Entender seu mote de atuação é imprescindível para a compreensão da realidade pesquisada. Na pesquisa participante realizada, as mulheres citam que o projeto foi de essencial importância para o processo de organização delas. Abaixo, o testemunho, nesse sentido, de Ivone Brilhante, participante do grupo de mulheres do P.A. Sítio do Góis e mobilizadora social do Projeto Dom Helder Câmara³¹:

Antes nós tentávamos ter uma dinâmica de organização social e produtiva das mulheres do assentamento. Porém, quando os projetos acabavam – geralmente eram curtos, em torno de um e dois anos – ficávamos sem assistência técnica e isso era muito ruim, nos sentíamos desamparadas, sem saber para onde ir. A partir do Projeto Dom Helder, tivemos um processo de assistência técnica mais longo, um processo sem interrupção e isso contribuiu para o nosso processo de organização, tanto produtiva quanto organizacional (junho de 2013)³².

De 2003 até 2014, o P.A. Sítio do Góis recebeu assessoria técnica contínua, realizada pela Cooperativa de Assessoria e Serviços Múltiplos para o Desenvolvimento Rural (COOPERVIDA), que atua na área desde 1999. A COOPERVIDA é uma instituição parceira do Projeto Dom Helder Câmara, no Território Sertão do Apodi/RN. As ações de assessoria e todo o processo de capacitação dos agricultores e agricultoras são feitos a partir de um planejamento realizado ao término de cada ano, em conjunto com as associações dos Projetos de Assentamentos, assessoradas pelo Projeto Dom Helder Câmara. Nesses momentos, é avaliada cada ação executada e são planejadas as ações que serão efetivadas no ano seguinte.

É certo que a presença e, principalmente, o reconhecimento da presença das mulheres nas lutas sociais no campo já fazem parte da história e produziram várias lideranças. O novo nesse processo é a capacidade que esse movimento de mulheres tem de consolidar a especificidade social da situação como trabalhadoras rurais. As mulheres tentam construir politicamente sua cidadania através da luta pela terra, da sindicalização, da participação na associação, nos partidos políticos, tendo como meta a inclusão participativa e cidadã na agricultura.

Através de um amplo processo de construção coletiva, envolvendo o governo e os movimentos sociais, a ação política das agricultoras familiares vem se revelando como um processo dinâmico, de múltiplas experiências e significados, construídos por suas protagonistas. O resultado desse amplo processo contribui para a emergência de identidades coletivas e políticas em um campo de instabilidades e

³¹ O projeto tinha uma dinâmica de organização de, em cada município de atuação, ter mobilizadores sociais que eram os próprios agricultores. Estes recebiam uma bolsa mensal e eram responsáveis pelo processo de mobilização social (organizar os processos de capacitação que aconteciam nas áreas, avisar sobre reuniões com a Assistência Técnica e outras atividades).

³² Essa fala de Ivone foi colhida nas visitas (pesquisa parcialmente participante). Texto editado.

tensões, no qual se reproduzem as desigualdades e o poder que nega as mulheres como sujeitos políticos e insiste em silenciá-las e submetê-las (Pimenta, 2013).

Todo esse processo de redefinição das políticas públicas para as trabalhadoras rurais, acima discutido, foi fruto de um amplo movimento de organização das próprias trabalhadoras, que incluiu a criação da Marcha das Margaridas, os eventos promovidos pela Via Campesina, os seminários e os encontros coordenados pelas organizações de mulheres trabalhadoras rurais e pelas ONG. Esses espaços de formação e capacitação têm como fim, em geral, discutir e preparar politicamente as trabalhadoras para o reconhecimento de seus direitos, capacitando-as para lutar por seu lugar na agricultura familiar de forma autônoma e não mais associadas às pautas dos homens.

CAPÍTULO 4. METODOLOGIA: DESENHOS E CAMINHOS SEGUIDOS

Um dos passos importantes para a pesquisadora, quando se propõe realizar uma investigação, é a escolha da abordagem e dos procedimentos metodológicos que melhor se adequam à pesquisa. Nesse sentido, o estudo busca apresentar, aqui, os caminhos trilhados e os instrumentos utilizados no decorrer dessa caminhada.

No que concerne ao significado do termo metodologia, Minayo (2014) apresenta algumas definições que ilustram, de modo claro, os elementos pertinentes que orientaram esta investigação:

a) como a discussão epistemológica sobre o “caminho do pensamento” que o tema ou o objeto de investigação requer; b) como a apresentação adequada e justificada dos métodos, técnicas e dos instrumentos operativos que devem ser utilizados para as buscas relativas às indagações da investigação; c) e como a “criatividade do pesquisador”, ou seja, a sua marca pessoal e específica na forma de articular teoria, métodos, achados experimentais, observacionais ou de qualquer outro tipo específico de resposta às indagações específicas. (p. 44)

Becker (1993, p. 9) também define metodologia, apresentando-a como “assunto de todos os cientistas sociais, em vez de ser uma área especial de conhecimento esotérico dominada somente por poucos especialistas”. Este autor enfatiza, assim, a necessidade de a metodologia ser um tema acessível a todos os cientistas, haja vista que “é importante demais para ser deixada aos metodólogos” (p. 17). Para Becker (1993), a metodologia é o estudo dos métodos e, como tal, não pode ser desvinculada da investigação científica, como se fosse um estudo à parte, um manual, um receituário que poderíamos seguir. Metodologia é muito mais do que mera descrição dos procedimentos – ela indica as escolhas teóricas priorizadas pelo pesquisador para a compreensão do seu objeto de investigação.

Minayo (2014) complementa o entendimento de metodologia quando a define como o caminho percorrido pelo pensamento e como prática exercida na abordagem da realidade, enfatizando sua centralidade no interior das teorias. Enfatiza que, mesmo tendo ciência de que teoria e método não são uma coisa só, os classifica como dois termos inseparáveis, “devendo ser tratados de maneira integrada e apropriada quando se escolhe um tema, um objeto ou um problema de investigação” (p. 44).

Ambos os autores fornecem luzes e elementos que, no decorrer da investigação, foram importantes para a reflexão sobre quais caminhos e trilhas deveriam ser seguidos, tanto na perspectiva das escolhas teóricas realizadas, como das escolhas pessoais. Essas escolhas incidem diretamente sobre a forma de abordagem do objeto de estudo investigado.

É fato bem discutido que ciência não é neutra. Inclusive os pesquisadores qualitativos contestam a neutralidade científica do discurso positivista e afirmam a vinculação da investigação com os problemas ético-políticos e sociais, declarando-se comprometidos com a prática, com a emancipação humana e a transformação social, adensando as críticas aos postulados e exigências das pesquisas unicamente mensurativas (Cicourel, 1964). Ganham vigor os métodos de observação participante e a coleta partilhada de dados, que dão voz aos silenciados, bem como a interpretação significativa que releva o conhecimento supresso por uma concepção unitária de pesquisa. Em consonância com estes novos paradigmas, a entrevista suplanta o questionário, sendo as entrevistas não-diretivas largamente utilizadas; a observação participante rivaliza com as amostragens quantitativas, a arte da interpretação sobrepuja a estatística.

O fato é que tanto a pesquisa qualitativa, quanto a quantitativa servem como referencial para as pesquisas sociais. Quando se está lidando com problemas pouco conhecidos e a pesquisa é de cunho exploratório, a investigação qualitativa parece ser a mais adequada. Quando o estudo é de caráter descritivo e o que se busca é o entendimento do fenômeno como um todo, na sua complexidade, é possível que uma análise qualitativa seja a mais indicada. Ainda quando a preocupação for a compreensão da teia de relações sociais e culturais que se estabelecem no interior das organizações, o trabalho qualitativo pode oferecer interessantes e relevantes dados. Nesse sentido, a opção pela metodologia qualitativa é feita após a definição do problema e o estabelecimento dos objetivos da pesquisa que se quer realizar (Godoy, 1995).

Nesse estudo, acredita-se que o uso de diferentes pontos de vista e de abordagens, de técnicas de coleta, de tratamento e de análise dos dados permitiu um aprofundamento, uma maior amplitude para a compreensão, análise e validade do caso em estudo. Entende-se que a metodologia pode ser experimentada, reajustada, reorganizada, em conformidade com a experiência, necessidade e responsabilidade dos pesquisadores. Muitas vezes, em nome dos resquícios tradicionais de teorias que estão arraigadas (e mesmo ao criticá-las), ainda se escreve sobre metodologia de forma a priorizar quase essencialmente uma descrição técnica. Becker vai classificar esse momento, na Sociologia, como uma primeira fase, uma forma primeira de descrição: “tais textos, na verdade não são mais do que tratados sobre ‘como fazer’, descrevendo o que homens práticos da nossa disciplina consideraram formas úteis de fazer pesquisa” (1993, p. 23). Aprende-se esse “como fazer” (pesquisa), em grande parte, na academia, que, muitas vezes, prioriza o rigor e a forma em detrimento da imaginação e da criatividade do pesquisador.

4.1. Desenho metodológico da pesquisa

A pesquisa qualitativa tem crescido e se ampliado nos últimos anos, tornando-se uma proposta de pesquisa consolidada e respeitada em diversas disciplinas e em diferentes contextos (Flick, 2009). Embora ciente desse aumento, Flick (2009) apresenta a dificuldade em construir consensos sobre uma definição que atenda às abordagens dos diversos pesquisadores de campo. Ele é enfático, porém, quando diz que a pesquisa qualitativa “não é mais apenas a pesquisa não quantitativa” (p. 8). Hoje, a pesquisa qualitativa tem uma identidade própria, “ou talvez várias identidades” (p. 8).

Outra autora que reforça esse fato é Charmaz (2009, p. 20), apontando que o livro *The Discovery of Grounded Theory*, de Glaser e Strauss (1967), “forneceu um argumento poderoso que legitimou a pesquisa qualitativa como uma abordagem confiável em si mesma”. A autora ainda reforça que, após esse livro, a pesquisa qualitativa deixa de ser meramente uma introdução para futuras pesquisas quantitativas, como muitos autores diziam na época, passando a ser legitimada.

Mesmo ciente dessa multiplicidade de enfoques, as pesquisas qualitativas compartilham diversas características que, na sua essência, objetivam, quase sempre, abordar o mundo “lá fora”. Isso quer dizer que não são pesquisas feitas dentro de um laboratório, são externas, e têm como meta entender, descrever e analisar os fenômenos sociais de “dentro”, de diversas e diferentes maneiras (Flick, 2009).

Godoy (1995, p. 58) enfatiza que a pesquisa qualitativa é uma tentativa de “diferenciar os estudos conduzidos em ‘campo’, ou seja, no ambiente natural dos sujeitos, daqueles desenvolvidos em situações de laboratório ou ambientes controlados pelo investigador”. Entender esse mundo “lá fora”, o “campo”, não é uma tarefa fácil. Requer imensa responsabilidade e sensibilidade do pesquisador, exigindo-lhe que esteja atento, para que veja, entenda e analise como aquela realidade se apresenta naquele dado momento. Por isso, é importante uma atenção à coleta e análise dos dados e à própria e constante revisão desses dados.

A maioria das pesquisas qualitativas analisa experiências de indivíduos ou grupos, bem como interações, comunicações e documentos. Isso pode ser feito a partir da análise de histórias biográficas, relatos, observações, registros e análise de documentos e muitos outros (Flick, 2009). Nesse sentido, Chizzotti (2003) expressa:

O termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível e, após este tirocínio, o autor interpreta e traduz em um texto, zelosamente escrito, com perspicácia e competência científicas, os significados patentes ou ocultos do seu objeto de pesquisa. (p. 221)

O conceito de pesquisa qualitativa apresentado por Bogdan e Biklen (1994, pp. 12–13) centra sua análise em cinco preceitos básicos que, para os autores, configurariam esse tipo de estudo, a saber: (1) a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento; (2) os dados coletados são predominantemente descritivos; (3) a preocupação com o processo é muito maior do que com o produto; (4) o "significado" que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador; (5) a análise dos dados tende a seguir um processo indutivo. Godoy (1995), seguindo essa mesma linha, ratifica o fato de que esse tipo de pesquisa não se preocupa em enumerar ou medir os eventos investigados, não empregando, assim, instrumentos estatísticos para analisar os dados.

Do ponto de vista metodológico, a melhor maneira para se captar a realidade é aquela que possibilita ao pesquisador "colocar-se no papel do outro", vendo o mundo pela visão dos pesquisados (Godoy, 1995, p. 61). Por isso, Blumer propõe a investigação naturalista do mundo, ou seja, a investigação do mundo empírico, tal qual ele se apresenta. Como procedimentos, sugere a observação direta, o trabalho de campo, a observação participante, a entrevista, o uso da história de vida, das cartas, diários e documentos públicos (Godoy, 1995).

Muitos pesquisadores de orientação qualitativa fazem seu trabalho de campo através de observação e entrevista, empregando muito do seu tempo no local da pesquisa, em contato direto com os sujeitos. Registram suas notas, analisam seus dados e escrevem os resultados obtidos, incluindo descrições de trechos de conversas e diálogos. Outros advogam uma abordagem apoiada em filmagens destinadas a captar atos e gestos das pessoas. Existem, ainda, aqueles que usam vários tipos de documentos escritos, de natureza pessoal e/ou oficial. Fotos coletadas ou tiradas pelo pesquisador, em diferentes momentos da vida social, também podem compor o conjunto dos dados (Godoy, 1995). Bogdan e Biklen (1994) consideram primordial o contato direto do pesquisador com a situação estudada, a preocupação com o processo e a perspectiva dos participantes. Chizzotti (2003, p. 221) aponta a relevância de "tanto encontrar o sentido desse fenômeno quanto interpretar os significados que as pessoas dão a eles".

Godoy (1995) reforça, ainda, que

Enquanto alguns investigadores deixam claro e compartilham os objetivos da pesquisa com os sujeitos, outros consideram que não devem expô-los ao grupo. No que se refere à postura do pesquisador junto aos informantes, encontramos aqueles que defendem uma atitude de empatia e identificação, enquanto outros posicionam-se de uma forma mais neutra, evitando o envolvimento com os sujeitos. (p. 62)

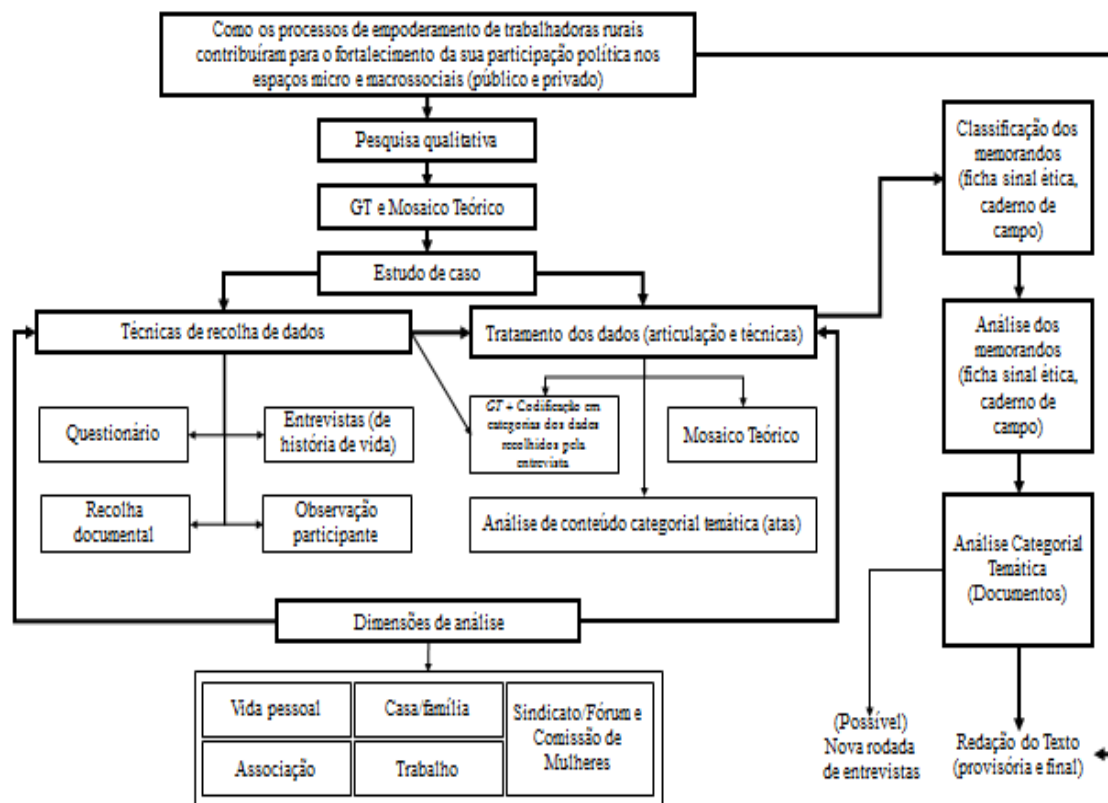
Pesquisadores que utilizam o enfoque indutivo na análise de seus dados, como os pesquisadores qualitativos, não partem de hipóteses estabelecidas *a priori*, não se preocupam em buscar dados ou

evidências que corroborem ou neguem tais suposições. Partem de questões ou focos de interesse amplos, que vão se tornando mais diretos e específicos no transcorrer da investigação. Quando um pesquisador de orientação qualitativa planeja desenvolver algum tipo de teoria sobre o que está estudando, constrói o quadro teórico aos poucos, à medida que coleta os dados e os examina (Charmaz, 2009; Godoy, 1995).

A partir do exposto e considerando o caso em análise, fez-se a opção pela metodologia qualitativa, por ter uma abordagem adequada para o objeto desse estudo. Também foram utilizados alguns dados quantitativos, com vistas a cruzar os dados, montar o mosaico, abarcar o maior número possível de informações sobre o caso em análise. Para Goldenberg (2004, p. 61), a vantagem de integrar pesquisa quantitativa à qualitativa é que permite ao pesquisador cruzar suas conclusões, possibilitando-lhe acreditar que seus dados “não são produto de um procedimento específico ou de alguma situação particular”. Para essa autora, essa junção torna possível a obtenção repetida de dados, assim como a diversidade de fontes (entrevistas, questionários, documentos, etc.).

Aportado nessas diversas compreensões e na própria especificidade do objeto de pesquisa, elaborou-se o seguinte desenho metodológico:

Figura 5 – Desenho metodológico da pesquisa



Como se depreende da figura acima, essa investigação é um estudo de caso, de cunho qualitativo, que teve a entrevista de história de vida como principal técnica de coleta de dados. O seu *locus* foi o Projeto de Assentamento (P.A.) Sítio do Góis, localizado em Apodi, Rio Grande do Norte, Brasil.

Impende lembrar que a pesquisa ora apresentada teve como objeto de análise os processos de empoderamento de trabalhadoras rurais e seus contributos para o fortalecimento da sua participação política nos espaços micro e macrosociais (privados e públicos). O objetivo desse estudo consistiu, portanto, em analisar o empoderamento das trabalhadoras rurais e a contribuição desse empoderamento para o fortalecimento da sua participação nos arranjos domésticos, no assentamento (associação, grupo de mulheres, na família) e no Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi/RN (STTR), notadamente no Fórum de Agricultura Familiar, na diretoria executiva e na comissão de mulheres.

Por se tratar de um estudo de caso, é relevante destacar a orientação de Alves-Mazzotti (2006), que aponta a importância de se explicar a razão da escolha do caso a ser estudado para evitar o erro de não ser um “caso”, mas meramente um local. A escolha do P.A. Sítio do Góis como *locus* da pesquisa deu-se por diversas razões, de econômicas, políticas, sociais até à própria curiosidade investigativa. Esse assentamento compunha-se de uma grande extensão de terra (em torno de 1.774,65 hectares) concentrada na mão de um único dono. A área era caracterizada como uma comunidade tradicional. Era uma área extremamente pobre, com um alto índice de Doença de Chagas, decorrente do fato de as casas da comunidade serem quase em sua totalidade de taipa (barro, até hoje ainda comum), o que contribuía para a proliferação do besouro transmissor da doença e sua consequente infestação. Os trabalhadores e trabalhadoras eram, em sua grande maioria, meeiros e moradores, excluídos e sem acesso físico à sede do município, já que, até os anos 2000³³, a estrada era carroçável, dificultando e, mesmo, inviabilizando o acesso. Essa extensão de terra foi desapropriada para a Reforma Agrária em 1998. Como resultado dessa desapropriação, 60 famílias receberam, cada uma, lotes de 20 hectares. Entender as especificidades dessa área, bem como a situação em que se encontra atualmente, após a consolidação do processo de Reforma Agrária, revela-se como de extrema importância para o conhecimento da realidade.

Por essa razão, percebe-se a relevância de se investigar o desdobramento dessa desapropriação, principalmente na perspectiva das trabalhadoras rurais, já que são as que mais sofrem com essa conjuntura desigual que, somada à presença de relações patriarcais, dominação masculina, desempoderamento e violência, contribui para torná-las um grupo minoritário e oprimido. Porém, vale

³³ Atualmente as estradas estão piçarradas e recebem manutenção constante já que é uma via muito usada pela Petrobras.

salientar que a presente pesquisa não se debruça somente sobre a condição de subalternidade das trabalhadoras rurais; vai bem além, incluindo todas as vivências e repressões experienciadas, as lutas, as conquistas, os recuos, os avanços, questionando, igualmente, as desigualdades nas relações entre homens e mulheres.

Interpretar esses dados com base no contexto da retratação da realidade da vida das trabalhadoras rurais é de suma importância para que possamos entender os diferentes pontos de vista sobre o fenômeno estudado. Descobrir como se dá um processo de empoderamento numa dada realidade, em específico, no Sítio do Góis, tema ainda não estudado, e seus fenômenos-chave – identidade, trabalho, cuidado, etc.– e, principalmente, seus contributos para o acesso e participação nos arranjos domésticos e públicos, possibilita ver diferentes pontos de vista sobre o objeto de estudo. Os conhecimentos também serão importantes para a exploração de outros processos ou comportamentos, novas descobertas e, também, para gerar novas teorias (Ventura, 2007; Yin, 2001). Yin (2001) enfatiza a importância de se incluir

A procura por explicações concorrentes das evidências em foco e a análise de sua plausibilidade. A plausibilidade dessas explicações é geralmente reduzida por uma "extinção de ramificações", ou seja, através da observação de suas outras implicações em conjuntos diferentes de dados e de quão bem elas se ajustam umas às outras. (p. 4)

A execução desses processos será, de igual modo, essencial para a explicitação e compreensão do fenômeno em causa. O universo feminino é específico, singular, não somente por determinações biológicas, mas por um conjunto de fatores estruturais, marcado por valores, crenças, *habitus*. Analisar esse processo à luz das relações de gênero é extremamente relevante, já que permite entender aspectos cruciais dessa relação na perspectiva das mulheres, além de apresentar balbucios, a necessidade de visibilidade, seu direito à fala e à voz, também no âmbito da academia, permitindo, ainda, perceber as especificidades e diferenciações de gênero.

A luta das trabalhadoras rurais pelo seu reconhecimento enquanto sujeitos remonta à década de 1980. No entanto, essa luta é diferenciada, contextual. Em Apodi/RN, as trabalhadoras rurais protagonizaram seu processo de organização a partir do final da década de 1990, fruto do processo de discussão do sindicalismo nacional (Boni, 2004). Essa discussão foi pautada em âmbito estadual pela Federação Estadual dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Norte (FETARN) e pelo STTR local. Siliprandi (2011) e Butto (2011) afirmam que as primeiras lutas das trabalhadoras rurais foram pelo reconhecimento enquanto agricultoras e pelos consequentes direitos decorrentes desse reconhecimento. É nessa época que a atuação das trabalhadoras rurais ganha mais força “como sujeitos políticos que questionam as relações de poder existentes no meio rural, nos diferentes movimentos, incluindo as

organizações autônomas de mulheres, sindicais e sem-terra, que reivindicam direitos econômicos e sociais” (Butto, 2011, p. 14). Em busca desse reconhecimento, essas mulheres dos “confins” do semiárido nordestino ousaram se organizar e pleitear sua efetiva participação nos espaços de decisão e poder. Enquanto grupo, criado e organizado entre os anos de 2000 a 2002, elas decidem ser chamadas de Unidas para Vencer. É desse grupo de trabalhadoras rurais que iremos apresentar o perfil.

Os dados na nossa pesquisa foram coletados junto às trabalhadoras rurais integradas no grupo “Unidas para Vencer”. O critério utilizado para a sua seleção foi a participação dessas mulheres, em algum momento de sua vida, no grupo referido. Fraser e Gondim (2004), quando discorrem sobre os critérios dos participantes a ser entrevistados, citam que a aleatoriedade na abordagem qualitativa não é a melhor opção. Para essas autoras, o mais importante a ter em conta é “se os entrevistados foram capazes de trazer conteúdos significativos para a compreensão do tema em questão” (p. 147).

A principal técnica de recolha de dados utilizada foi a entrevista de história de vida, embora também tenhamos recorrido a outras técnicas, como o questionário, a recolha e análise documental (atas e relatórios) e a observação participante. Quanto ao questionário (Apêndice 2) aplicado às trabalhadoras rurais, todas membros do grupo de mulheres, que visou a caracterização sociodemográfica (Apêndice 3) das entrevistadas (segundo sua idade, lugar de origem, profissão, estado civil, existência/inexistência de filhos e filhas, número de filhos e filhas, tempo que mora no assentamento, escolaridade e a renda mensal), foi utilizado para o cruzamento com os dados das entrevistas de história de vida, com vista a buscar pertinências, regularidades e diferenças. O objetivo foi compor um “retrato” das entrevistadas que contribua para o entendimento de suas falas, de suas vidas e, também, para as reflexões e análises teóricas e empíricas. A observação participante, por sua vez, decorreu a partir da construção do projeto, pois, já nesse momento, buscou-se compreender a dinâmica de organização, acesso, participação e debates das mulheres nos espaços internos – o grupo de mulheres, a associação do P.A., as festas (principalmente a do dia das mães), a Caprifeira (uma feira de caprinos – bodes e cabras – composta por torneios e festa), as formações (oficinas, cursos) – e externos (a do STTR, o Fórum da agricultura familiar, as assembleias ordinárias do STTR), a partir de um processo de empoderamento. Essa observação foi direta e parcialmente participante, pois a presença da pesquisadora nesses espaços deu-se de forma pontual e não sistemática.

No trabalho de campo de pesquisas que seguem uma orientação qualitativa, a utilização da observação e da entrevista é muito comum, isso porque se emprega, normalmente, muito tempo no local da pesquisa, em contato direto com os sujeitos. De acordo com a natureza qualitativa desse estudo, as

técnicas de coleta de dados utilizadas nessa pesquisa foram a observação participante e a entrevista, o que se justifica pelo fato de as mesmas serem elementos riquíssimos na apreensão de dados significativos para o alcance dos objetivos almejados. Minayo (2011) assevera serem a observação e a entrevista os dois principais instrumentos em um estudo de campo: “enquanto a primeira é feita sobre aquilo que não é dito, mas pode ser visto e captado por um observador atento e persistente, a segunda tem como matéria-prima a fala de alguns interlocutores” (p. 63).

Nas análises dos documentos do STTR, elencamos o acesso e a participação das mulheres como prioritários na coleta e análise dos dados, verificando-os a partir da presença e/ou ausência na coordenação executiva, na coordenação do FOAFAP e, por último, na comissão de mulheres (composta por 10 membros). Para a análise da presença/ausência das mulheres na coordenação do STTR, detemo-nos na análise das atas que tratam das eleições desde a fundação, em 1963, até 2016, ano final do nosso recorte. De 1963 a 2000, somente nos preocupamos em apresentar o resultado e composição da diretoria e em procurar perceber se havia mulheres presentes nas diretorias executivas. Essa divisão se explica pelo fato de, na década de 1990, a partir do processo de luta dos trabalhadores e entidades parceiras, o STTR ter passado por uma redefinição política e representativa. Os trabalhadores e trabalhadoras que reivindicavam um novo sindicalismo que priorizasse a mobilização dos agricultores, principalmente os de base familiar, mais esquecidos e subalternizados, fruto dessa luta, assumiram a diretoria do STTR. A partir de 2000, vários assentamentos de Reforma Agrária já tinham sido criados em Apodi, inclusive o do Sítio do Góis. Nas atas desse período, procuramos verificar a presença das mulheres na diretoria executiva e especialmente as mulheres do Sítio do Góis. Priorizamos o período pós 2000, por ser o ano em que foi criado o grupo de mulheres, o que favoreceu o cruzamento das informações dos dados.

Para a coleta e análise das informações sobre a comissão de mulheres do STTR, utilizamos as atas e os relatórios da comissão. Nesses documentos, verificamos e analisamos a presença/ausência de mulheres do Sítio do Góis, desde 1997³⁴, quando foi implementada uma espécie de comissão provisória, até 2016. No Fórum da Agricultura Familiar, FOAFAP, verificamos, através das atas, a presença de mulheres na coordenação do mesmo, desde sua fundação, final da década de 1990, até 2016.

Para o tratamento dos dados coletados, nos inspiramos na Teoria Fundamentada em Dados – *Grounded Theory* (GT) – para a codificação em categorias dos dados obtidos através das entrevistas de histórias de vida. Adotou-se, para as atas, a análise de conteúdo categorial. A articulação dos dados deu-se através

³⁴ Embora o P.A. Sítio do Góis tenha sido criado em 1998, o processo de luta e organização começou anos antes.

da ideia de mosaico teórico, que é uma proposta de análise apresentada por Becker (1993), em que nenhuma das peças tem uma função prioritária, majoritária, podendo até ter forma e cores diferentes, porém se juntando e formando um todo. A partir da construção do mosaico, pode-se dar uma forma, até certo sentido nítida, aos objetos e às pessoas que fazem parte do mosaico, tentando relacionar uns com os outros (Becker, 1993). Cabe ressaltar, contudo, que, no caso aqui investigado, houve uma adequação, de modo que a análise dos dados qualitativos prepondera em relação aos quantitativos.

A metáfora do mosaico também é adequada para o pesquisador que tem receio de cometer viés, pois proporciona uma reflexão sobre as preferências pessoais do pesquisador. Essa foi uma preocupação que esteve presente no decorrer de todo o trabalho, pois, por conhecer a realidade investigada, havia o constante conflito de evitar os vieses. Becker (1993) sugere várias maneiras de se evitar os vieses, apontando a necessidade de entrevistar o maior número de envolvidos. Por isso, tentou-se entrevistar o máximo de mulheres envolvidas no processo de empoderamento, tentando perceber e diferenciar as versões dos “líderes” das dos membros “normais”, que Becker (1993) chama de superiores e subordinados. Essa preocupação é relevante, pois importa ter ciência de que, muitas vezes, os “líderes”, “os representantes”, parecem saber mais do que os outros membros. No entanto, tentando evitar assumir posições a favor de um lado ou de outro, procurou-se também ficar atento e mostrar o retrato de forma a não ser colorido demais, propagandístico (Gohn, 2010). Becker (1993) ainda sugere que uma forma de evitar o viés é apresentar, ao concluir o estudo, o lado que o pesquisador assume nas conclusões da pesquisa. Esse é, em síntese, o desenho metodológico da nossa pesquisa.

Sobre métodos, Bourdieu (1989) é categórico ao sugerir que “nesse tipo de trabalho a gente se expõe e corre riscos”. Escrever sobre métodos é algo que pode tomar um caminho imprevisível, afirma Charmaz (2009). Porém, a autora também enfatiza as inúmeras possibilidades que podem surgir para os esclarecimentos e para os avanços metodológicos quando se ousa apresentar, de forma pública e clara, os métodos e técnicas que possibilitaram chegar aos resultados do trabalho. É verdade que os riscos são muitos, contudo, quando se tem consciência das dificuldades, fragilidades e limites do método e das técnicas escolhidas, os riscos são minimizados e abre-se espaço para o debate, questionamentos e contestações. Afinal, a ciência é viva.

4.2. Estudo de caso: o P.A. Sítio do Góis

O estudo de caso foi adotado como modalidade de pesquisa, apesar de se compreender não ser uma tarefa fácil caracterizá-lo, pois são inúmeras as abordagens e aplicações dessa modalidade de pesquisa.

O objetivo da discussão é apresentar sua importância enquanto método de investigação e seu papel na metodologia aqui adotada, observando suas vantagens, adequações e, também, limites.

Para Coutinho e Chaves (2002), a característica que melhor identifica e distingue o estudo de caso é o fato de se tratar de um método de investigação que envolve o estudo intensivo e detalhado de uma entidade bem definida: o “caso”. Nisbet e Watt (1978) aduzem que o desenvolvimento de um estudo de caso se caracteriza a partir de três fases – aberta ou exploratória, a coleta de dados e a análise, interpretação e elaboração do relatório. Essas fases acontecem em momentos diferentes, mas estão interligadas. Para Yin (2001), o estudo de caso pode ser conduzido para um dos três propósitos básicos: explorar, descrever ou ainda explicar. Em suma, o estudo de caso é um método empírico que se atrela e se apoia fortemente no trabalho de campo e cujas bases estão nas abordagens indutivas. Essa modalidade interroga, confronta situações, compara e também cria e recria novas teorias (Ponte, 1994; Yin, 2001).

Muitos autores apresentam a relevância do estudo de caso e seu crescimento nos últimos anos, reforçando o cuidado que se deve ter ao usar essa abordagem, chamando a atenção para o seu uso, por vezes, indiscriminado e sem o devido rigor científico (Greenwood, 1963; Yin, 2001). Nesse sentido, Yin alerta: “Cada pesquisador de estudo de caso deve trabalhar com afinco para expor todas as evidências de forma justa” (2001, p. 18).

O estudo de caso é uma estratégia escolhida e adequada para se examinar acontecimentos contemporâneos, sem a manipulação de comportamentos relevantes (Yin, 2001). O estudo de caso faz uso de várias técnicas, entretanto, Yin acrescenta, na sua abordagem, a “observação direta e séries sistemáticas de entrevistas” (Yin, 2001, p. 17). Para Gil (2008, p. 58), o estudo de caso pode ser utilizado tanto para pesquisas exploratórias, quanto para pesquisas descritivas e explicativas.

O estudo de caso pode ser utilizado por paradigmas metodológicos distintos. É preciso ter em conta que essa abordagem tem especificidades, exigindo do pesquisador rigor e seriedade, bem como ter ciência de que essa forma de abordagem tanto pode “conduzir a resultados valiosos como a outros perfeitamente estéreis” (Coutinho; Chaves, 2002, p. 223) e, por essa razão, é preciso ter cuidado com seu uso e aplicabilidade científica. Ponte (1994) assim o descreve:

Trata-se de um tipo de pesquisa que tem sempre um forte cunho descritivo. O investigador não pretende modificar a situação, mas compreendê-la tal como ela é. Para isso apoia-se numa “descrição grossa” (*thick description*), isto é, factual, literal, sistemática e tanto quanto possível completa do seu objecto de estudo. (p. 2)

No rumo dessas preocupações, uma das primeiras indagações a ser feita é: o que é um “caso”? Segundo Coutinho e Chaves (2002, p. 223) “quase tudo pode ser um ‘caso’: indivíduos, grupos, comunidades, uma política” e outros. A especificidade é que esse caso deve ser examinado nos detalhes, em profundidade, no seu ambiente natural, reconhecendo-se sua complexidade, tal como nos propomos fazer nesta pesquisa, como referimos no desenho metodológico. Para Ponte (1994, p. 2), o estudo de caso “visa conhecer em profundidade o “como” e os “porquês”, evidenciando a sua unidade e a sua identidade própria”. O autor reforça:

É uma investigação que se assume como particularística, isto é, que se debruça deliberadamente sobre uma situação específica que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico e, desse modo, contribuir para a compreensão global do fenómeno de interesse. (p. 2)

Segundo Yin (2001), as questões da pesquisa caracterizam-se como o passo mais importante da investigação. Por isso, é essencial que se tenha paciência na realização dessa tarefa. “A chave é compreender que as questões de uma pesquisa possuem substância – por exemplo, ‘sobre o que é o meu estudo?’ – e forma – por exemplo, ‘estou fazendo uma pergunta do tipo ‘quem’, ‘o que’, ‘por que’ ou ‘como?’” (p. 16). Na presente pesquisa, analisa-se o “como”, já que se pretende traçar a linha de um processo de empoderamento vivido pelas trabalhadoras rurais do grupo de Mulheres do P.A. do Sítio do Góis, intitulado Unidas para Vencer e sua contribuição para o fortalecimento e para a efetiva participação política em espaços públicos e privados (micro e macrossociais).

O estudo de caso não precisa necessariamente ser meramente descritivo, pode ter alcance analítico, problematizando a situação e gerando situações e teorias. “Pode, deste modo, ajudar a gerar novas teorias e novas questões para futuras investigações” (Ponte, 1994, p. 2). O estudo de caso não pode se caracterizar como uma abordagem de intervenção conduzida pelo pesquisador. Nessa perspectiva, é interessante um certo distanciamento e o desenvolvimento de uma capacidade de estar aberto ao novo, ao não esperado, que tenha a capacidade de “interrogar” (mesmo a si mesmo), de investigar. “É, por isso, muito importante que o investigador possa tirar partido da possibilidade de se surpreender por não estar afetiva e intelectualmente comprometido com os resultados que nele possam sobrevir” (Ponte, 1994, p. 3). Ponte (1994), mesmo apontando a necessidade desse distanciamento, dessa postura questionadora, diz ser interessante que o investigador não prescindia do seu próprio ponto de vista, que utilize suas reflexões, que também são particulares e subjetivas, para interpretar e analisar a realidade, levando em consideração os vários cuidados e procedimentos já discutidos e apresentados.

Alguns autores também vão enfatizar que essa modalidade de investigação sofre preconceitos, indicados de forma relevante, principalmente por Yin (2001) e Greenwood (1963), que atribuem a acusação de falta de rigor metodológico à dificuldade em fazer generalizações e à escassa disponibilidade de tempo destinado a fazer a pesquisa. Greenwood (1963) cita essas dificuldades com o fim de debatê-las e enfatiza que elas são obstáculos passíveis de serem vencidos ou, minimamente, amenizados. Para ele, a falta de rigor metodológico não atinge unicamente essa modalidade de pesquisa, logo, isso pode ser vencido a partir de redobrada atenção no planejamento e na coleta dos dados.

Quanto às dificuldades de generalizações, que é um critério de validade exigido nas abordagens científicas, Yin (2001) diz ser esperado que a análise de múltiplos casos, ou mesmo de um caso único, evidencie fragilidades para apresentar generalizações. No entanto, reforça que não é objetivo do estudo de caso apresentar características precisas, mas sim expandir ou generalizar proposições teóricas. Ponte (1994) reforça que essa questão das generalizações pode ser vivenciada pelo pesquisador, bastando recorrer a outras abordagens metodológicas. Já no que se refere ao tempo que se leva para fazer a pesquisa, considerada como característica negativa, a experiência já apresenta estudos de caso com tempos não tão longos, que são relevantes e cumprem com os objetivos do que se deseja investigar.

A falta de rigor metodológico é outra acusação que tem levado alguns pesquisadores a encarar o estudo de caso como uma forma menos desejável de investigação. A esse respeito, Yin (2001) assevera que, “por muitas e muitas vezes, o pesquisador de estudo de caso foi negligente e permitiu que se aceitassem evidências equivocadas ou visões tendenciosas para influenciar o significado das descobertas e das conclusões” (p. 18). Ponte (1994) atesta que o rigor é relativo a um quadro teórico determinado. Para este autor, esse é um problema que pode ser muito bem trabalhado pelo investigador, já que ele é responsável pelas observações e análises da investigação. Na sua concepção, a principal preocupação do rigor do estudo de caso deve estar centrada mais na qualidade, no reforço da fundamentação teórica, do que propriamente em instrumentos rigorosos. A credibilidade dos estudos de caso, para o autor, “é precisamente a possibilidade de verificação da evidência obtida e dos processos de tratamento dessa evidência usados pelos investigadores” (Ponte, 1994, p. 15).

Para Ernest Greenwood (1963), o estudo de caso

consiste no exame intensivo, tanto em amplitude como em profundidade, e utilizando todas as técnicas disponíveis, de uma amostra particular, seleccionada de acordo com determinado objectivo (ou, no máximo, de um certo número de unidades de amostragem), de um fenómeno social, ordenando os dados resultantes de forma a preservar o carácter unitário da amostra, tudo isto com a finalidade última de obter uma ampla compreensão do fenómeno na sua totalidade. (p. 331)

O estudo de caso, sob o ponto de vista temporal, é um estudo em profundidade: “não só o estudo do caso é examinado em todas as suas ramificações em uma determinada conjuntura, como o mesmo exame se desloca ainda ao passado, a fim de apreender a «história» que determinou a forma actual do caso” (Greenwood, 1963, p. 332). Greenwood ainda reforça a importância da utilização simultânea de numerosos e variados dados, apontando a necessidade do cuidado e zelo na hora de organizá-los, manipulá-los e, também, cruzá-los.

Mesmo com todas as questões levantadas sobre o uso do estudo de caso, consideradas pertinentes, já que induzem uma responsabilidade e cuidado maiores em todas as fases da pesquisa, reforça-se a adequação desse método para o objeto aqui investigado. É possível, através do estudo de caso, alcançar uma interpretação do caso enquanto totalidade integrada e enquanto entidade unitária, percebendo os fatores que contribuem ou contribuíram para a apresentação do fenômeno que o estudo de caso objetiva entender e analisar, procurando compreender o contexto histórico e seu desenvolvimento, percebendo o padrão que caracteriza a “unicidade do caso” (Greenwood, 1963). O objetivo é, ao concluir a pesquisa, realizada adequadamente, alcançar o que Greenwood denomina de uma “descrição compreensiva e integrada do caso, enquanto totalidade” (1963, pp. 334–335). Daí termos dedicado uma parte da nossa atenção à contextualização do caso escolhido e recorrido ao uso integrado de diversas técnicas de recolha e de análise de dados, inspiradas na proposta de mosaico teórico de Becker.

É preciso ter em conta que os estudos de caso, em sua essência, não se propõem a fazer a comprovação ou falsificação de leis gerais. O seu foco atém-se e tem razão de ser na “compreensão” (Ponte, 1994). Essa compreensão é importante no sentido de diferenciar o estudo de caso de outras formas de investigação (Ponte, 1994). Os estudos de caso apoiam-se em orientações teóricas bem definidas, que podem favorecer a formulação de questões e instrumentos de coleta de dados e guiar as análises dos resultados obtidos. A teoria ajuda a responder as questões: “Que coisas observar? Que dados colher? Que perguntas fazer? Que tipos de categorias construir?” (p. 6) e seguem duas perspectivas essenciais, sendo elas:

- (a) uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes, ou seja, o fim é conhecer a realidade a partir da visão dos atores sociais que nela intervêm diretamente; e (b) uma perspectiva pragmática, cuja intenção fundamental é simplesmente proporcionar uma visão global, tanto quanto possível, completa e coerente, do objeto de estudo do ponto de vista do investigador. (p. 6)

Na nossa pesquisa, priorizamos o ponto de vista das trabalhadoras rurais e procuramos construir uma visão o mais completa possível, através da construção de um modelo de análise e de um quadro metodológico de orientação predominantemente qualitativa.

4.3. Observação participante

A observação é quase imprescindível em qualquer processo de investigação. Ela, geralmente é a base de investigação no campo social (Richardson, 2010). Ela pode ser utilizada de forma exclusiva e independente ou conjugada a outras formas de coleta de dados, como aqui o fizemos, atrelando-a ao uso de questionários e entrevistas. Nesse estudo, a observação foi realizada desde a construção do projeto, objetivou conhecer os processos de auto-organização das mulheres para melhor entender sua contribuição para a participação efetiva das mesmas nos espaços micro e macrosociais, especialmente das trabalhadoras rurais assentadas via processo de Reforma Agrária.

Em um primeiro momento, pensou-se em analisar essa participação a partir de três áreas de assentamento que apresentavam um significativo processo de organização de mulheres em Grupo (P.A. Moaci Lucena, P.A. Tabuleiro Grande e P.A. Sítio do Góis), todas localizadas no município de Apodi/RN. Esse contato direto levou à compreensão do quão abrangente seria essa investigação, fazendo perceber a importância de focar, priorizar uma área, um “caso”, para ser estudado. Diante disso, a escolha recaiu sobre o P.A. Sítio do Góis. A partir desse momento, a observação foi direcionada, buscando a compreensão do modo de funcionamento das mulheres, tanto nos espaços internos (grupo de mulheres, associação do P.A., festa do dia das mães, Caprifeira, formações – oficinas, cursos), sua organização, acesso, participação e debates, como nos externos (do STTR, Fórum da agricultura familiar, assembleias ordinárias do STTR). Conforme já referido, essa observação foi direta e parcialmente participante, já que a pesquisadora esteve, de modo pontual e não estruturado, presente nesses espaços.

A diversidade de informações, tais como as atas e as impressões dos eventos observados (reuniões, assembleias, passeatas, encontros, feiras), foi extremamente importante, pois possibilitaram comparar, cruzar, de forma bem abrangente, os dados coletados, bem como destacar dados divergentes e convergentes que contribuíram para a construção das evidências.

4.4. Entrevistas de História de Vida: adequação a esse estudo, natureza, processo de aplicação e análise à luz da *Grounded Theory*

São muitas as técnicas de coleta e análise de dados nas abordagens qualitativas. Porém, para esse estudo, escolheu-se como técnica central para a recolha dos dados a entrevista de história de vida, em

razão dos elementos supracitados. Na perspectiva de entender essa especificidade da escolha e adequação ao tema, achamos por bem apresentar aspectos da entrevista de investigação *tout court* para depois focar nas especificidades da entrevista de história de vida.

A entrevista é uma técnica importante que permite o desenvolvimento de uma relação estreita entre as pessoas (Richardson, 2010). Esse processo de comunicação pode se dar de forma unilateral e bilateral (Zeldin, 2001). A entrevista, na concepção de Richardson (2010) é, por excelência, um processo de comunicação bilateral, já que envolve entrevistador e entrevistado. Essa interação tem objetivos específicos e se propõe a perceber “como os sujeitos percebem e vivenciam determinada situação ou evento que está sendo focalizado” (Fraser & Gondim, 2004, p. 146). Portelli (1997), numa definição adequada e pertinente, caracterizam a entrevista “como troca entre dois sujeitos: literalmente uma visão mútua. Uma parte não pode ‘realmente’³⁵ ver a outra a menos que outra possa vê-lo ou vê-la em troca” (p. 9). Realmente, como o autor diz, a entrevista é um experimento de igualdade e da diferença, o entrevistador e o entrevistado não são iguais, são diferentes: no entanto, essas diferenças não podem ser hierárquicas nem subordinativas. Para os autores, “somente a igualdade faz a entrevista aceitável, mas somente a diferença a faz relevante” (p. 9). O campo da pesquisa é o encontro desses dois sujeitos que se reconhecem em si como sujeitos e tentam trabalhar e construir uma história juntos, com diferentes especificidades, mas sempre pautados pela igualdade e reconhecimento das diferenças (Portelli, 1997).

A entrevista proporciona maior interação e uma relação intersubjetiva entre o entrevistador e o entrevistado. Essa interação tanto pode acontecer através de trocas verbais como não verbais. Essa interação permite uma “melhor compreensão dos significados, dos valores e das opiniões dos atores sociais a respeito de situações e vivências pessoais” (Fraser & Gondim, 2004, p. 140). A entrevista privilegia a fala dos atores, permitindo que, através do discurso, seja possível compreender um nível da realidade humana:

[...] entrevista para fins de pesquisa favorece o acesso direto ou indireto às opiniões, às crenças, aos valores e aos significados que as pessoas atribuem a si, aos outros e ao mundo circundante. Deste modo, a entrevista dá voz ao interlocutor para que ele fale do que está acessível a sua mente no momento da interação com o entrevistador e em um processo de influência mútua produz um discurso compartilhado pelos dois atores: pesquisador e participante. (p. 140)

Mesmo reconhecendo a importância do estabelecimento de relações, de influências mútuas, é relevante ter em causa que se está lidando com o que o indivíduo deseja revelar ou ocultar, com a imagem que

³⁵ Grifo nosso.

deseja projetar e apresentar de si mesmo e também dos outros (Goldenberg, 2004). E que o pesquisador tem um papel nessa relação. Ghiglione e Matalon (2001), quando discorrem sobre as condições para se fazer uma boa entrevista, apresentam que “os papéis de ‘E’ [Entrevistador] e ‘e’ [entrevistado] devem ser claramente definidos por E” (p. 90)³⁶.

Em termos objetivos, as entrevistas se organizam em dois grupos: mediadas e face a face (Fraser & Gondim, 2004; Richardson, 2010). A entrevista mediada inclui entrevista feita por telefone, computador, entre outras. A entrevista face a face, que é a utilizada nessa investigação, favorece o encontro direto entre o entrevistador e o entrevistado, abrindo a possibilidade de ver, perceber, entender o dito e o não dito, os movimentos corporais, os silêncios, as pausas e as expressões corporais e faciais. Especial atenção merecem, também, os suspiros seguidos de silêncio, os choros, as emoções, as pausas, que poderão constituir-se em importantes fontes de informação e posterior análise (Gonçalves & Lisboa, 2007).

Quanto ao grau de diretividade, as entrevistas podem ser não diretivas (ou livres), semidiretivas e diretivas ou estandardizadas (Ghiglione & Matalon, 2001, p. 83). A escolha dessa diretividade está relacionada com o que a investigação pretende conhecer, com os objetivos e finalidades da pesquisa. As mais utilizadas em Ciências Sociais, segundo Boni e Quaresma (2005), são as entrevistas diretivas, semidiretivas, não diretivas, grupos de discussão, história de vida e também a entrevista projetiva. A escolha da técnica de coleta dos dados, como já dissemos, deve-se adequar ao problema da pesquisa, ao paradigma escolhido, à confiabilidade dos seus resultados e especialmente ao “conhecimento e o domínio da técnica pelo pesquisador, o que é perfeitamente aplicável no caso da entrevista” (Fraser & Gondim, 2004, p. 141).

Goldenberg (2004) apresenta sete vantagens das entrevistas, que foram importantes para a escolha dessa técnica como fonte principal de coleta de dados. A primeira vantagem refere-se à possibilidade de coletar informações de pessoas que não sabem escrever. Essa dificuldade é bem presente no nosso público-alvo que são as trabalhadoras rurais assentadas de Reforma Agrária. A segunda refere-se à motivação para falar em vez de escrever: mesmo as que escrevem, não têm tanta fluência na escrita, preferem falar. A flexibilidade é maior para a resposta desejada. O pesquisador tem o contato face a face e isso possibilita que possa perceber as contradições. É uma técnica adequada para assuntos que envolvem emoções. Sabemos que isso será uma constante já que as mulheres, no ato de contar sua vida, refletem sobre aspectos de diferentes níveis emocionais que envolvem amor, paixão, exploração, violências, humilhações, pobreza e sofrimentos. E, ainda, possibilitam coletar dados em profundidade,

³⁶ Grifo nosso.

que é a orientação da presente pesquisa na qual se procurou coletar os significados e visões das pessoas inquiridas, que nesse caso são primordialmente as trabalhadoras rurais. Charmaz (2009) enfatiza que

A coleta de dados relevantes fornecerá a você material sólido para a construção de uma análise significativa. Os dados relevantes são detalhados, focados e completos. Eles revelam as opiniões, os sentimentos, as intenções e as ações dos participantes, bem como os contextos e as estruturas de suas vidas. A obtenção de dados relevantes significa uma descrição “densa” [...]. (p. 30)

Em termos de modalidade de entrevista, a individual se destaca como a mais adequada, já que demanda um maior nível de detalhamento, adequação e flexibilidade, e também oferece mais privacidade para o grupo que estamos inquirindo.

A entrevista de história de vida é um tipo de coleta de dados, porém apresenta determinadas distinções da técnica de entrevista usual. Geralmente, o pesquisador que escolhe a entrevista de história de vida como ferramenta principal de recolha de dados, como é o caso aqui, se sente na obrigação de ser extremamente criterioso, averiguando o crédito do que foi narrado. Por essa razão, outros meios de pesquisa foram utilizados no caso em análise, tais como fontes documentais (atas, relatório) e a própria observação participante, concretizada por meio da presença em reuniões do grupo de mulheres, da associação, no fórum de agricultores e agricultoras familiares de Apodi, nas assembleias ordinárias do STTR, na Caprifeira do P.A. Sítio do Gois e nos Encontros de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Município. Além disso, fez-se uso de dados sociodemográficos, fotos e vídeos (disponíveis no acervo do Sindicato e da Associação: fotos dos encontros municipais de mulheres, das oficinas e cursos, feiras, dos fóruns e outras), com vista a conhecer de modo mais aprofundado o objeto estudado.

Para a coleta dos depoimentos, durante as entrevistas, foram utilizados recursos tecnológicos modernos (gravações, filmagens), ou seja, o que há de mais novo e prático para esse fim. Contudo, o pesquisador não pode achar que somente a captura desses dados seja suficiente para que a investigação possa ser considerada validada, pois os dados empíricos são tão importantes quanto a teoria (Queiroz, 1988).

A natureza primordialmente qualitativa do nosso estudo e o interesse em abordar o caso a partir da perspectiva das trabalhadoras do grupo Unidas para Vencer do P.A. sítio do Gois fez da história de vida uma opção quase “natural”. Assevera Becker (1993) que o primeiro documento sociológico sobre história de vida que chamou a atenção foi o do sociólogo polonês Florian Znaniecki (1882–1958), em 1918, juntamente com o sociólogo estadunidense William Isaac Thomas (1863–1947), da Universidade de Chicago, que, juntos, publicaram o primeiro dos cinco volumes de *The Polish*

*Peasant in Europe and America*³⁷. Em 1920, a técnica introduzida nos meios acadêmicos pela já referida Escola de Chicago e por Znaniecki, na Polônia. A partir de 1960, a história de vida estabelece estratégias de análise do vivido, consolidando-se como uma ferramenta de coleta de dados no contexto das relações sociais (Chizzotti, 1991).

Em Ciências Sociais, a história de vida é definida como um relato de um narrador sobre alguns eventos vividos, experienciados ou mesmo conhecidos, afastando-se de uma perspectiva fragmentada, mas sim priorizando a globalidade de toda uma existência, assim, podendo falar sobre o mesmo ou, até, certificar (Queiroz, 1988). “A aproximação das ciências sociais a este tipo de materiais estabelece-se, assim, a partir do desejo de entendimento das práticas e das representações dos actores envolvidos” (Leite, 1999, p. 222).

Maria Ângela Silveira Paulilo (1999) afirma que a história de vida ocupa lugar de destaque na abordagem qualitativa, pois permite compreender os processos em movimento e estudar o tema pesquisado a partir do ponto de vista de quem o vive com todas as suas subjetividades. A partir dos relatos de história de vida, pode-se captar o que acontece no cruzamento, no encontro do individual com o social, pois, como bem assevera Brandão (2007a), nesse procedimento, deve-se considerar a trajetória e a “história de vida particular de cada actor porque é à luz destas que é possível dar conta das suas condutas e das suas representações do mundo” (p. 9). A história de vida também possibilita entrelaçar, relacionar o presente com o passado, levando a uma compreensão mais detalhada do caso investigado, conforme ratifica Paulilo (1999): “a vida olhada de forma retrospectiva faculta uma visão total de seu conjunto e que é o tempo presente que torna possível uma compreensão mais aprofundada do momento passado” (pp. 140–141).

Haguette (1992) sugere que a história de vida relaciona intimamente duas perspectivas metodológicas, podendo ser aproveitada como documento ou como técnica de captação de dados. No nosso estudo, a história de vida foi usada como técnica principal de coleta de informação.

A história de vida, como os demais procedimentos, necessita de critérios e ainda é possível dizer que, em muitos casos, necessita mais até de critérios do que de técnicas, já que constantemente é necessário explicar sua validade. Nas Ciências Sociais, a utilização de variadas fontes de pesquisa, quando se pretende uma ampliação maior do que a que se está estudando, é uma prática comum (Queiroz, 1988). De acordo com Queiroz (1988), “como qualquer outro procedimento empregado na coleta de dados, é, pois, um instrumento, não é nem coleta, nem produto final da pesquisa; ela recolhe um material bruto que necessita ser analisado” (p. 30). Queiroz (1988) ainda reforça que mesmo tendo sido o pesquisador

³⁷ O Camponês Polonês na Europa e na América.

que fez a escolha do que vai estudar, é o narrador que decide o que narrar. E é especificamente nesse ponto que a história de vida se torna valiosa, quando possibilita o cruzamento da vida individual e o contexto social dos indivíduos. Ferrarotti (1991) complementa dizendo que, a partir do uso da história de vida, é possível reconhecer o social a partir da especificidade de uma práxis individual.

A história de vida também tem suas limitações. Dentre elas, uma preocupante se refere ao tempo que se requer para a realização de uma série de entrevistas (Atkinson, 2002). Isso nos preocupou sobremaneira, pois, como a maioria dos trabalhos científicos, esse também tem prazos para serem cumpridos, no entanto, sua adequação ao estudo em causa nos instigou a vencer esse problema através de um cronograma organizado.

A forma de abordagem dessa ferramenta é adequada quando permite compreender os processos do âmbito individual para o social, do micro para o macro contexto. Não se apoia unicamente numa visão/concepção do indivíduo, é mais abrangente, abarca a perspectiva da sociedade, contribuindo para uma compreensão do entrelaçamento entre a vida individual e social (Queiroz, 1988). Essa possibilidade, esse desafio proposto pelas histórias de vida, que possibilita conectar histórias individuais ao contexto mais amplo da sociedade, fascina e instiga, permitindo incluir nas análises o sentido que os atores atribuem à sua prática e à realidade que os rodeia. Através do relato da história de vida – narrativa linear e individual que o informante apresenta dos acontecimentos por ele considerados significativos –, foi possível delinear, no caso em análise, as relações das mulheres com os membros do grupo de mulheres, com a vizinhança, com a associação, com o STTR, cabendo ao pesquisador desvendar, entender, analisar essas relações. Essa não foi uma tarefa fácil, pois é preciso captar o que ultrapassa o caráter individual do que é transmitido, daquilo que se insere na coletividade a que o narrador pertence (Queiroz, 1988, p. 20). Foi preciso ter o cuidado de não interferir no restabelecimento da ordem cronológica. Entretanto, o pesquisador, por vezes de forma bem sutil, pode direcionar o narrador para a apresentação das informações de que precisa para responder à sua pergunta de partida. Becker (1993) diz que o sociólogo orienta o sujeito entrevistado para os caminhos, os temas nos quais está interessado, questionando sobre acontecimentos que exigem, a seu ver, mais aprofundamento; dessa forma, ele “garante o cumprimento das regras do jogo” (p. 102).

No que tange à história de vida como técnica de entrevista, ao escolhê-la, o pesquisador deve estar consciente de que precisa cumprir etapas para garantir a maior abrangência possível de tudo o que quer conhecer, deve ter o cuidado de não esquecer, desconsiderar fatos ou acontecimentos importantes, de modo “que o que parece real se ajuste a outras evidências disponíveis e que a interpretação do sujeito

seja apresentada honestamente” (Becker, 1993, p. 102). Becker (1993) assevera que o uso da história de vida, muito mais do que outras técnicas, propicia a compreensão dos “processos”, termo bem usado pelos sociólogos e que tem uma importância nas análises sociológicas, qual seja, compreender os processos em curso. A entrevista de história de vida, se bem realizada, pode contribuir com um valor teórico que descreverá novos aspectos para as análises.

É preciso ter em mente que esse tipo de entrevista envolve muita subjetividade. Parece fácil quando se está discorrendo sobre sua realização, como é possível “conduzir” o entrevistado por um caminho que favorecerá a pesquisa em curso. No entanto, na prática, não é uma tarefa fácil, requer uma grande engenhosidade do entrevistador, muita calma, respeito e atenção ao escutar o outro (Ghiglione & Matalon, 2001) e paciência para esperar o melhor momento de fazer a intervenção, que deve ser sutil, amigável e adequada ao contexto. Atkinson (2002) defende que se pode ter uma estrutura de questões, um guião – que, na nossa pesquisa, foi adaptado de Charmaz (2009) seguindo os princípios da *Grounded Theory* – para orientar as entrevistas (Apêndice 1). A opção pelo guião explica-se pelo receio de que o investigador se perca no tempo e no espaço, haja vista haver prazos para a coleta dos dados. Ao mesmo tempo, tem-se consciência da importância e do cuidado de ser flexível, de “encobrir” esses prazos, para que o entrevistado não se sinta apressado, pressionado, não se sinta completamente guiado durante a entrevista como se devesse dizer somente o que interessa ao pesquisador, aquilo que ele deseja saber. No decorrer das entrevistas, em diversos momentos, nos emocionamos ao escutar as narrativas das dores e sofrimentos das entrevistadas. Relatavam, por exemplo, com muita emoção e tristeza, a morte de um filho, da mãe, do pai, a violência que sofriam (e ainda sofrem). Os sentimentos de desesperança, abatimento e desalento provocados levavam-nas à negação de si e, por vezes, à tentativa de suicídio. Foram momentos de compartilhamento de emoção em que não cabia a preocupação com tempo e desvio de foco.

Outro aspecto observado foi quanto ao tempo disponível para cada entrevista, a duração mínima, um padrão de tempo. Achou-se por bem definir um intervalo entre uma a duas horas. Esse intervalo temporal foi pensado levando em consideração questões indicadas por autores (Becker, 1993; Queiroz, 1983) e, também, tendo em vista a disponibilidade de tempo das agricultoras. Quanto aos encontros, a proposição foi a de mais de um encontro com cada entrevistada, fato que reporta a outra questão muito importante e que contribuiu para a organização da vida das entrevistadas e também do entrevistador: a marcação das entrevistas conforme os horários e locais definidos pelas entrevistadas. De semelhante forma como acontece com os questionários, a entrevista sofre influências de fatores externos, tais como o ambiente e origem socioeconômica das pessoas entrevistadas.

Sabemos das dificuldades em conciliar o objeto e os locais que possam ser considerados perfeitos para o desenvolvimento da entrevista. Todavia, a busca de uma equalização entre estes aspectos poderá render melhores resultados. O fato é que, segundo Ghiglione e Matalon (2001), “embora possa ser interessante inquirir um membro do sindicato no seu local de trabalho (por razões de homogeneidade entre o tema da entrevista e o contexto), é preferível pedir-lhe que feche a porta e desligue o telefone durante um período de tempo predeterminado” (p. 71). Por essa e demais razões apresentadas, elegemos como um bom lugar para as entrevistas a sede da associação, que só é ocupada em dias de reunião e dispõe de um ambiente confortável e adequado. No entanto, esse local foi revisto conforme necessidade e comodidade do entrevistado. Essa revisão do local aconteceu em alguns casos e foi por solicitação das entrevistadas, que achavam mais cômodo – por razões de doença e também por preferência pessoal – serem entrevistadas em suas casas. Em um dos casos, foi muito tranquilo, pois a entrevistada estava em casa sozinha. Sentamos na mesa da cozinha e a entrevista se desenrolou perfeitamente. Noutro caso, a residência da entrevistada estava repleta de familiares e ela dispôs duas cadeiras no muro, embaixo de um pé de cajarana. O local era bom, tranquilo, mas o problema foi que, de tempos em tempos, o marido aparecia e interrompia a entrevistada, retificando datas, informações e fazendo outros “acréscimos”. Em um determinado momento, tivemos que parar a entrevista para explicar educadamente a ele que a entrevistada era sua esposa, não ele. Depois, tudo correu bem.

A cada início de entrevista, havia uma apresentação e, de forma bem informal, sucinta e clara, a descrição dos objetivos da pesquisa, convidando a entrevistada a ser uma participante. Para a definição do número total de entrevistas, utilizou-se o ponto de saturação, detectável a partir do momento em que se tem a impressão de que nada de novo está sendo acrescentado, no que se refere ao objeto de estudo (Bertaux, 1980). Realizamos 17 entrevistas para atingir o ponto de saturação.

Para dar conta desse processo, foram elaborados “memorandos” (Chamarz, 2009) – fichas sinaléticas, cadernos de campo – para cada entrevistada, nos quais foram inseridas as impressões, análises, lacunas percebidas, o não dito e demais informações consideradas relevantes em cada entrevista. Importa ressaltar que o memorando favorece, também, o controle das intervenções por parte do entrevistador, já que possibilita rever hiatos, incompreensões em outro momento da entrevista, ou seja, possibilita repensar e reorganizar a entrevista e a própria abordagem.

Queiroz (1983) chama a atenção para a importância da utilização de três instrumentos para a coleta de dados, a saber: o depoimento gravado, a ficha do informante e o diário de campo. A autora reforça que o diário de campo tem um papel primordial, imprescindível nesse tipo de coleta, já que é nele que o

entrevistador registra o que faltou nas entrevistas, as condições e também as reflexões que a pesquisa suscitou. Na presente pesquisa, recorreu-se ao uso desses três instrumentos.

Todas as entrevistas realizadas foram gravadas em sua íntegra. As questões orientadoras priorizaram sempre questões abertas (como), visto que a prioridade dessa pesquisa é deixar o entrevistado falar livremente sobre sua vida. No decorrer das entrevistas, houve a preocupação de perceber os sentimentos das entrevistadas com relação às entrevistas. Essas observações foram muito importantes, pois consolidaram e ratificaram a adequação da ferramenta à pesquisa em causa. Nos gestos, nas falas e na demonstração de confiança, percebemos que as entrevistadas estavam tranquilas e à vontade. No começo, algumas demonstravam certo medo, porém era explicado que era uma “conversa” e não havia motivo para temor e desconforto. A conversa inicial, uma espécie de “quebra gelo”, foi muito importante para o estabelecimento de uma relação agradável entre a “E” e a “e”. Uma das entrevistadas diz que “Estava com medo, porém foi boa” (Solange, 47 anos, AG). Diana faz um comentário bem interessante e pertinente que mostra a adequação dessa ferramenta de coleta ao estudo em causa “Achei boa. Muito boa. A pessoa até relembra sua infância até agora... o que eu conquistei, me abri... Foi bom, gostei” (Diana, 31 anos, DC). Teresa faz uma fala de avaliação que também que reflete a compreensão do objetivo da entrevista:

“Sinceramente eu me senti bem à vontade. Bem à vontade com você. Tem coisa que a gente começa a falar e vem um bocado de coisa na cabeça da gente, aí tem hora que você tipo assim, quase se perde porque você tá falando uma coisa e já tem outra aqui pensando. Mas eu me senti muito à vontade, sabe? Eu gostei muito dessa conversa com você. Dessa entrevista com você. Só fico preocupada em saber se realmente era isso que você queria ouvir. Se realmente era esse o seu objetivo. Mas eu acho que sim, porque se você queria ouvir de mim a minha vida, como eu vivo, como é eu acho que eu tentei passar pelo menos... Não vou dizer tudo porque a gente às vezes vai atropelando alguma coisa e lembra e depois passa por cima e não diz. Mas eu me senti bem à vontade porque eu acho que contei o que realmente eu vivi, eu vivo e o que eu sinto”. (Teresa, 44 anos, AG)

4.4.1. Entrevistas de História de vida: processo de análise à luz da *Grounded Theory*

Queiroz (1983) vai enfatizar que o relato, como qualquer outro dado empírico, não tem nenhum significado se não for analisado. Por isso, a importância de se estabelecer muito claramente o objeto a ser analisado.

Sentimos a necessidade de compartilhar, nesse espaço, a grandeza da experiência que tivemos fazendo as entrevistas de história de vida com as trabalhadoras rurais do P.A. Sítio do Góis, especificamente do grupo Unidas para Vencer. Essas mulheres nos fizeram caminhar por um espaço nunca antes imaginado, mesmo já tendo estudado sobre a categoria gênero e suas várias dimensões. Essas mulheres confiaram,

permitiram que entrássemos, que fizéssemos parte de suas histórias de vida, dos seus sofrimentos, das alegrias, tristezas, das suas revoltas, medos, sonhos, das lágrimas – em vários momentos choramos, vivendo aquele momento com elas, a dor de perder um filho por falta de atendimento, de acesso à saúde; o estigma de ser mulher “separada” numa sociedade tradicional onde o *habitus* corporifica um arquétipo do que é ser mulher. Essas mulheres nos mostraram a real dimensão da sua invisibilidade, do seu silenciamento, da sua subalternidade, exclusão e opressão quando disseram, de forma recorrente, que “não sabem falar”, “que não é importante o que falam”, “que elas não sabem de nada e não entendiam por que queríamos fazer a entrevista”. Nessas falas, aparece o sentido do que é ser mulher em uma sociedade patriarcal, repleta de desigualdade, onde as mulheres estão impossibilitadas de serem ouvidas e compreendidas como sujeitos. No entanto, é preciso enfatizar o espírito de luta e resistência dessas mulheres que, mesmo vivendo numa sociedade que naturaliza a dominação, que as essencializa, oprime e subalterniza, encontram força e esperança para sonhar, para lutar por outro mundo, não só para si, mas para as companheiras que vivem nesse sistema de opressão de gênero.

Na tese procura-se trazer para o debate e reflexão um “recorte” da realidade das trabalhadoras rurais assentadas via Reforma Agrária do P.A. Sítio do Góis, contada por elas, com todas as suas subjetividades e as da pesquisadora também, já que “entramos” nessas histórias e delas passamos a ser “parte”. No decorrer das entrevistas, em muitos momentos, nos vieram à mente as afirmações de Zeldin (2001, p. 28), quando diz que “a conversa não consiste apenas em transmitir informações ou partilhar emoções, não é apenas um meio de meter ideias na cabeça das pessoas”. A conversa é um encontro de mentes com recordações e hábitos diferentes. Quando as mentes se encontram, não se limitam a trocar fatos: transformam-nos, reformulam-nos, tiram deles diferentes conclusões, adotam novas linhas de pensamento. Por outras palavras, “A conversa não se limita a baralhar de novo as cartas, mas cria novas cartas” (Zeldin, 2001, p. 29). Nessa perspectiva, a conversa assume um sentido transformador, os interlocutores dialogam, constroem participativamente a tessitura da conversa e isso os capacita para saírem diferentes de quando entraram nela. O tipo de conversa que o autor está interessado em nos apresentar “é aquele que você deseja sair dela pelo menos um pouco mudado” (p. 16). Esse tipo de conversa envolve risco, já que vamos construir juntos e não partimos de concepções prontas e acabadas e que caminham para um rumo esperado, quase certo; é uma aventura de construção coletiva que envolve confiança, discordância e discussão, bem como a percepção de que disso podem surgir ideias antes não pensadas por nenhum dos participantes. O grande estímulo “é o fato de que a conversa pode mudar nossa maneira de ver o mundo e, até o próprio mundo” (p. 19).

Charmaz (2009) foi outra autora que nos instigou a ver o quanto é significativa a coleta de dados sólidos para a construção de uma análise relevante. Conseguir perceber os sentimentos, as intenções dos participantes e, também, os seus contextos de suas vidas fez toda a diferença. Na “conversa”, procuramos escutar os balbucios (Achugar, 2006), apresentar a fala das mulheres, incentivar para que falassem por si mesmas. Essa não foi uma tarefa fácil. Quando as convidamos para participar da entrevista e marcamos as datas, muitas perguntaram por que não fazíamos a entrevista em grupo, pois se sentiriam melhor, uma completava a outra, sozinhas não sabiam falar, não sabiam nem ler, não iam lembrar das coisas. Essas e muitas outras foram as razões que apresentaram. Vem à mente uma música, uma ciranda bastante popular no movimento de mulheres:

*“Companheira me ajuda
Que eu não posso andar só,
Eu sozinha ando bem
Mas com você ando melhor”.*

A letra da ciranda reflete a importância dessa percepção de que, juntas, as mulheres são mais fortes, se sentem fortes. Aqui não se está desconstruindo a importância de também andarem bem sozinhas. O argumento utilizado, para convencê-las a serem entrevistadas, foi o de que era uma “conversa” bem informal, um momento para se conversar sobre suas vidas, não havia preocupação com acertos, erros, não precisavam ler nada. Todas com quem mantivemos contato foram convencidas e aceitaram ser entrevistadas. Meu contato anterior com elas – nas reuniões do grupo, nas assembleias, nos eventos – contribuiu bastante para que aceitassem viver esse momento. Essa relação que construímos no decorrer do tempo que passamos na comunidade, nas assembleias, nas reuniões e eventos do grupo de mulheres, nas festas, na Caprifeira, na encenação da Paixão de Cristo, nos fizeram refletir sobre o quanto a forma de falar das agricultoras diz muito sobre elas. Isso fez com que tomássemos a decisão de não fazer “consertos linguísticos” rigorosos na hora em que utilizamos suas falas, pois não é justo adequá-las ao padrão dominante da linguagem. Fazendo isso, daria a entender que elas estão incluídas no sistema educacional, que não lhes foi “negada” a oportunidade de participar e ter acesso à educação. Temos a compreensão de que a linguagem pode se tornar uma barreira para o desvendamento dessa situação de exclusão, nesse caso, educacional. Quando “transformamos” suas falas, seu discurso coloquial, em um discurso formal, invisibilizamos sua falta de acesso à educação, que, mesmo sendo um direito de todos e todas, não foi garantido, principalmente às comunidades do campo. Nesse sentido, a fala de Marta é ilustrativa:

[...] a gente não pode perder a nossa identidade. A nossa identidade é a identidade rural. Nosso *jeito de falar é rural*³⁸, nosso jeito de se vestir, de se comportar em qualquer espaço é rural. Não adianta você querer pegar... Perder sua característica e voltar, pegar conhecimento de fora. Você tem que ter conhecimento sim, de mundo, conhecimento de fora, mas você tem que ter seus pés na sua comunidade. (Marta, 27 anos, EU³⁹)

“Preservar” essa forma de falar, essas falas, “os pr’as”, os “tava” e, até, os “né”, é assumir uma postura política. Na fase de pré-análise, que consistiu na organização do material a ser analisado e na exploração do material por meio de várias leituras, também chamada de “leitura flutuante” (Minayo, 2014), incluindo a dos cadernos de campo das entrevistas, percebemos que o “né”, se caracterizava como um momento de interação nos seus discursos, em que querem saber, verificar a opinião, a atenção do ouvinte, ou mesmo enfatizar que estão abertas a discordâncias, a confirmações. Elas tinham receio de suas falas e opiniões não serem interessantes, relevantes.

Alcoff (2016, p. 131) faz severas críticas à imposição de uma epistemologia universal, que desconsidera determinados saberes: “as reivindicações de conhecimento universal sobre o saber precisam no mínimo de uma profunda reflexão sobre sua localização cultural e social”. A autora nos instiga a pensar sobre as necessidades de reconhecimento de outros saberes. Antônio e Lucini (2007), quando falam especificamente da educação do campo, enfatizam que a ideia que prevaleceu foi a de que quem vivia na roça não necessitava de conhecimentos amplos. Esta concepção de educação rural considerava que, para os trabalhadores e trabalhadoras do campo, não era importante a formação escolar: “gente da roça não carece de estudos. Isso é coisa de gente da cidade” (p. 178). Os autores reforçam que “as ‘escolinhas’ criadas no meio rural, geralmente multisseriadas e isoladas, eram poucas e questionadas pelas forças hegemônicas da sociedade quanto à sua eficácia no ensino” (p. 179). No Sítio do Góis, essa realidade não era diferente: “[...] as escolas da nossa comunidade eram em casas. // Porque não tinha colégio, era na casa das professoras. A professora da gente não era formada. Só tinha até o quarto ano, como se dizia antigamente” (Neide, 37 anos, PR). Para continuar os estudos, era necessário se deslocar para a sede do município, o que, para a realidade da comunidade na época, era muito difícil, pois requeria recursos financeiros com que poucas famílias podiam arcar. Algumas delas tinham parentes nas cidades próximas e esse fato favoreceu para que alguns dos seus filhos conseguissem completar o ensino fundamental, ficando na casa de parentes. Quando se trata da realidade do campo, essa localização cultural e social é salutar/imprescindível já que a dicotomia campo/cidade precisa ser

³⁸ Grifo nosso.

³⁹ Nas entrevistas, a autoidentificação das mulheres quanto à profissão foi a seguinte: Agricultoras (AG); Estudante Universitária (EU); Dona de Casa (DC), Auxiliar de Serviços Gerais (ASG); Professora Rural (PR).

desconstruída e ampliada. É necessário, portanto, desprender-se da ideia de um rural homogêneo, evitando também conceber este meio como idealizado e bucólico ou remoto, rústico, atrasado, extrapolando a noção de rural somente como o contrário de urbano e assumindo um conceito associado a movimentos e vivências nesses contextos (Maciazeki-Gomes; Nogueira; Toneli, 2016).

Ao se analisar os dados, houve a preocupação em tentar não torná-los superficiais, taxá-los de supérfluos; pelo contrário, tentou-se entender a explicação e a composição numa dada existência. Inclusive, a ideia foi de não fazer interferência que reavivasse memórias, fizesse lembrar acontecimentos, restabelecesse cronologias, pois as “falhas de memória” e as variações no tempo podem subsidiar a formulação de inferências posteriores (Queiroz, 1988, p. 23). Ao contar sua história, o entrevistado cria e recria sua vida através desse exercício, encontrando os significados e refletindo sobre esse processo vivido (Atkinson, 2002). O investigador deve estar atento aos detalhes, às entrelinhas. Deve, ao término da entrevista, parar e refletir sobre os dados e informações apresentadas e construir também suas impressões dos dados levantados, uma postura que pode fazer a diferença na hora de cruzar os dados da pesquisa. Nesse sentido, tivemos a preocupação de logo após cada entrevista escrever, no caderno de campo, nossas impressões sobre o local onde ela ocorreu – o ambiente físico. Vivenciamos uma situação em que, no decorrer da entrevista, começou uma grande chuva e tivemos que, abrupta e rapidamente, sair do local, pois estava molhando tudo. A entrevista, então, teve de ser concluída em outro local e isso levou tempo, quebrando um pouco o clima. Registramos também, de forma sucinta, o que conversamos com cada entrevistada, antes e depois da entrevista. Apontamos brevemente nossas impressões sobre a linguagem corporal da entrevistada, a interação “E” e “e” e como a entrevistada se inteirou e transitou entre as questões colocadas. Em síntese, pontuamos os problemas percebidos, as lacunas e demais informações e impressões da entrevista realizada. Essas impressões foram valiosas no momento da análise.

A leitura e o manuseio constante do material coletado no decorrer dos vários momentos da pesquisa são muito importantes, por proporcionarem uma espécie de “foco”, de prioridade do que está sendo pesquisado e analisado na investigação. Charmaz (2009) enfatiza a importância de não se afastar dos dados, caminhar, transitar e comparar constantemente os dados. Relevante, igualmente, é a revisão imediata após a realização de cada entrevista; fazer isso contribui para o pesquisador mais facilmente lembrar dos fatos, lacunas percebidas, além de possibilitar-lhe pensar em estratégias para incluir essas questões percebidas nas lacunas no próximo encontro com o entrevistado.

Outro ponto pertinente enfatizado por Queiroz (1983) diz respeito à transcrição das entrevistas que, a seu ver, devem ser feitas pelo próprio pesquisador, já que esteve presente, acompanhou, partilhou aquela história com o entrevistado, possibilitando-lhe ir além do que escutou, fazendo-o perceber o estado de espírito do entrevistado, reviver a cena e exercitar a memória, a partir de pequenos detalhes ocorridos durante a entrevista, mas que não foram percebidos, então, ou lembrados, quando do registro no caderno de campo, tais como: uma pausa do entrevistado, um tremor de voz, mudança de entonação, risada etc. Para essa autora, o pesquisador

(...) Cada vez que re-escuta a gravação, refaz de certo modo o contexto todo da entrevista na lembrança para explorá-la mais a fundo. Assim, a transcrição feita pelo próprio pesquisador contraria uma “despersonalização” da entrevista, que existe com maior ou menor força nos dois casos anteriores (ela se refere àquele que transcreve fitas gravadas como seu ganha-pão ou o pesquisador que não efetuou as entrevistas, mas foi encarregado da transcrição) e que, mais tarde, será sociologicamente necessária. (p. 82)

A prioridade foi tentar ao máximo realizar a transcrição da entrevista o mais rápido possível para que não perdêssemos o sentido do dito. As transcrições foram feitas numa ficha previamente organizada, numerada, datada e com informações referentes à data e duração da entrevista, bem como à idade, escolaridade e estado civil das entrevistadas. Essas informações foram muito importantes no frequente manuseio desse material, pois a ficha já apresentava um perfil básico das entrevistadas, do ambiente da entrevista e das impressões gerais. Nas transcrições, nos preocupamos em inserir (entre parênteses e em itálico) os momentos de risadas, de choros, de melancolia e tristeza por falar de momentos tristes, de privações e demais emoções apresentadas. Um fato interessante que percebemos foi que as entrevistadas “mergulhavam” nas lembranças e esse mergulho as levava a alguns momentos esquecidos, a emoções diversas. Registrar essas percepções foi demasiadamente importante para a análise dos dados coletados.

Para analisar as histórias de vida, inspirou-se nos procedimentos e técnicas da *Grounded Theory (GT)*, ou Teoria Fundamentada em Dados, conforme sua tradução para o português. A Teoria Fundamentada em Dados apresenta aportes para a compreensão da realidade a partir da percepção ou dos significados que determinados contextos ou objetos têm para os sujeitos, favorecendo o conhecimento e a compreensão, de modo a proporcionar um guia significativo para a ação.

A GT consiste em metodologia de conceitualização, quer dizer, visa produzir conceitos e novas teorias a partir dos dados empíricos. Os procedimentos da Teoria Fundamentada fazem perceber os dados sob uma nova perspectiva. Segundo Charmaz (2009), a adoção da Teoria Fundamentada em Dados possibilita ao pesquisador “conduzir, controlar e organizar” (p. 15) a recolha de dados, além de construir

uma análise original desses dados. A GT instiga a procurar descobrir o que ocorre nos ambientes onde se faz pesquisa, estudando como os sujeitos explicam suas ações, bem como questionando a compreensão analítica que se pode ter sobre eles.

Para o uso desse método, é necessário estar aberto para entender e aprender acerca da vida, do cotidiano dos entrevistados, compreendendo a realidade a partir do conhecimento, da impressão que o contexto ou determinado objeto causa sobre a pessoa. Com a utilização da Teoria Fundamentada em Dados, é necessário codificar os dados das entrevistas logo após cada entrevista, por meio dos memorandos (fichas, cadernos de campo), descrevendo também as ideias acerca dessa codificação. A partir dessas informações, pode-se comparar as opiniões das outras entrevistadas e a construção do texto de análise em si. Charmaz (2009) aponta que a Teoria Fundamentada em Dados pode complementar outras abordagens de análises de dados qualitativos, apresentando os métodos enquanto instrumentos e não como receitas a serem seguidas.

Na análise dos dados utilizados nesse estudo, foi seguida a orientação de Charmaz (2009), que defende a coleta de dados relevantes, detalhados e completos, estabelecendo as relações entre seus contextos situacionais e sociais. Os dados coletados fornecem diretrizes para estudar, entender e analisar a forma, os modos, os significados a respeito do modo como as “pessoas compreendem as suas circunstâncias e a forma como atuam nestas” (p. 25). Fundamentada nos preceitos da *Grounded Theory*, essa autora aduz que “nem os dados e nem as teorias são descobertos, ao contrário, somos parte do mundo o qual estudamos e dos dados aos quais coletamos” (2009, pp. 25–6).

Para a análise dos dados das entrevistas, fizemos a compilação dos dados utilizando um quadro com categorias e subcategorias, atrelando-o às falas das entrevistadas que possibilitavam compreensão e análise dos dados coletados e a organização dos enxertos⁴⁰ e seus respectivos usos no corpo do trabalho.

⁴⁰ Mesmo assumindo quase na íntegra o discurso e forma de falar das trabalhadoras, achamos por bem e necessário, em determinados momentos, fazer um processo de edição através de símbolos como [...] indicando cortes - muitas vezes as agricultoras repetiam frases, palavras - ; “//” significando eliminação de frases, e “[]” para indicar montagem de frases por deslocamento de frases (Bertaux, 1997; Brandão, 2009). Cada excerto é acompanhado do pseudônimo atribuído às entrevistadas (por motivos de anonimidade), idade à data da entrevista e siglas que se referem à profissão autodeclarada, a saber: AG – Agricultora; EU – Estudante Universitária; PR – Professora Rural; ASG/AG – Auxiliar de Serviços Gerais/Agricultora e DC – Dona de casa.

Tabela 2 – Dimensões e variáveis utilizadas nas análises

DIMENSÃO(ÕES)	VARIÁVEL(EIS)
Vida pessoal	<ul style="list-style-type: none">• Identificação como agricultora;• Liberdade de ir e vir;• Domínio sobre o corpo (controle de natalidade, liberdade sexual);• Se percebem alguma forma de desigualdade de gênero (quais formas);• Se recebem benefício (pensão, aposentadoria).
Trabalho (produtivo, reprodutivo)	<ul style="list-style-type: none">• Controle das atividades produtivas;• Divisão sexual do trabalho;• Reconhecimento da importância do trabalho da mulher na unidade familiar (ajuda; invisibilidade; identificação).
Casa/família	<ul style="list-style-type: none">• Como são tomadas as decisões;• Controle da renda doméstica;• Se detêm o título da terra? Sozinhas ou conjuntamente?• Compartilhamento de tarefas domésticas (cuidado com as crianças, limpeza, preparação da alimentação).
Associação	<ul style="list-style-type: none">• Assentos ocupados por mulheres na diretoria executiva;• Número de sócias;• Presença nas assembleias;• Intervenções nas assembleias.
Sindicato	<ul style="list-style-type: none">• Mulheres que participam desses espaços (nº, constância);• Se são lideranças/referências nesses espaços;• Quantas são sócias do STTR;• Se estão em posição de tomada de decisão (coordenação, diretorias);• Se têm representatividade como grupo auto-organizado.

A articulação dos dados recolhidos foi feita a partir do mosaico teórico, proposto por Becker (1993). O mosaico teórico possibilita vislumbrar o objeto de estudo numa perspectiva abrangente, contribuindo, assim, imensamente, para a compreensão do quadro de análise como um todo. Nesse sentido, Wright Mills (1982) afirma que o processo de pesquisa pode ser caracterizado como um artesanato intelectual em que o pesquisador vai juntando os retalhos e costurando-os de forma a construir um enredo que possa ser compreensível.

Olhando para a variedade de informações coletadas por meio das entrevistas de histórias de vida e demais informações, surgiu a preocupação com a busca de ferramentas que ajudassem a organizar e sistematizar o maior número possível desses dados. A ideia do “mosaico” foi adequada e cumpriu com os objetivos propostos. Tomando como base a fonte principal de dados utilizada neste estudo – entrevista de história de vida –, não há dúvida sobre o que se quer analisar, ainda que se faça uso de vários materiais e isso, por vezes, traz uma sensação de grande abrangência, de muitos dados, de muitas informações. Entretanto, a partir do momento em que começa a ser montado o “mosaico” (Becker, 1993), observa-se que essa diversidade de dados ajuda a perceber o estudo em uma perspectiva mais

vasta que, mesmo não conseguindo explicar o fenômeno em sua totalidade, dá conta de apresentá-lo de forma ampla e em sua dinamicidade.

4.5. Questionários sociodemográficos e apresentação dos seus resultados: perfil das entrevistadas

O questionário (Apêndice 2), de aplicação indireta, foi utilizado para a categorização sociodemográfica do grupo de mulheres no que diz respeito à escolaridade, idade, renda (antes e depois da participação no Projeto de Reforma Agrária e do grupo de mulheres), área geográfica de origem e ao lugar individual de classe. Os dados dos questionários sociodemográficos auxiliaram na composição e seleção do perfil das entrevistadas.

Para a análise dos dados obtidos, foram estruturadas tabelas e gráficos partindo das categorias elencadas no tópico anterior – escolaridade, idade, renda (antes e depois da participação no Projeto de Reforma Agrária e do grupo de mulheres), área geográfica de origem e ao lugar individual de classe. As informações foram analisadas de modo a compor um perfil das entrevistadas expressas através de quadros e gráficos. Esses dados foram extremamente relevantes para as análises.

Figura 6 – Reunião do grupo de mulheres Unida para Vencer – sede do P.A. Sítio do Góis



Fonte: Acervo: COOPERVIDA (2004).

As entrevistadas são todas potiguares. Nasceram, viveram e vivem no Estado do Rio Grande do Norte: 13 nasceram em Apodi, município onde a pesquisa foi realizada, e as demais, em municípios vizinhos

(Caraúbas, Felipe Guerra, Severiano Melo e Portalegre). Todas têm origens rurais. Os pais eram, em sua maioria, agricultores que não possuíam terra própria, trabalhando para os grandes proprietários de terra da região. Vieram para o assentamento em busca de um pedaço de terra, de uma vida melhor. Muitas delas moram na área há mais de 18 anos. Desde muito cedo, começaram a trabalhar na agricultura, primeiramente com a família e, depois, com os maridos. Muitas relatam que começaram a trabalhar quando crianças, tanto no campo como em casa, cozinhando e cuidando dos irmãos e irmãs menores. Falam da infância com uma nostalgia muito grande, como um tempo feliz, porém repleto de dificuldades e escassez. Quando falam da juventude, relembram as brincadeiras no pátio, uma área ampla que fica na entrada do Sítio do Góis, perto da igreja católica e da escola. Esse pátio, antes da criação do projeto de assentamento, é citado pelas mulheres como um significativo espaço de socialização:

Dia de domingo, [...] a gente se arrumava e ia para uma casinha que tinha de um senhor de idade, a gente sentava debaixo do alpendre, era a maior felicidade: um rapaz com um violão tocando, as mocinhas todas arrumadinhas. Fazia de conta que nós estávamos numa praça (riu feliz). Dançamos muito de noite lá, de violão tocando e nós dançando no pátio mesmo, na frente da casa do homem. Tudo isso era felicidade pra nós, nós num tinha outra coisa melhor. (Lúcia, 59 anos, AG)

Figura 7 – Pátio



Figura 8 – Vista de acesso ao pátio



E Ana também fala dos encontros e das brincadeiras no pátio:

De noite, a gente se juntava no pátio. Eu morava ali numa casinha que era no pátio [que] tinha... Na casinha que era de frente a minha casa morava as irmãs de Moacir. // E, de noite, a gente se juntava tudinho. Era muitas moças e rapaz. Na frente da minha casa, até aí na frente do grupo, que era esse grupo velho, de junto da igreja, a gente fazia uma fileira entre moça e rapaz para brincar de camaleão, que a gente chamava. Vixe! Quando terminava de juntar o rabo, vinha ficar aqui, na frente do grupo, mas aquilo ali, todo mundo, era divertido! (Ana, 56 anos, AG)

Elas também falam das festas em outras comunidades vizinhas:

Quando a gente era solteira e queria ir ao um baile, ia de pés, saía daqui uma hora da tarde, ia de pés, era todo mundo feliz, conversando e o caminho era bem curto, iam moças e rapazes. Hoje em dia não, o povo é mais chique (risos). (Lúcia, 59 anos, AG)

Na coleta dos dados sociodemográficos, tínhamos uma questão na qual solicitávamos que indicassem sua profissão. Parecia desnecessário perguntar isso numa área rural. No entanto, na área do assentamento, há escola, posto de saúde, uma base da Petrobrás e empresas agrícolas. Algumas mulheres trabalham nesses espaços. Mas o que verdadeiramente nos instigou a solicitar essa auto declaração de sua profissão foi a perspectiva de perceber se a sua participação no processo de empoderamento redefiniu e/ou fortaleceu essa autoidentificação, tendo em vista a literatura apontar essa como uma das primeiras lutas reconhecidas pelo movimento de mulheres. Autoras como Deere (2004), Carneiro (1995;1981), Siliprandi (2009) já vinham apresentando a preocupação e os problemas ocasionados pela utilização da identificação das trabalhadoras como donas de casa, ou meramente “esposas de agricultores”. As autoras apresentaram uma tese, defendendo que essa identificação gerou consequências para a identidade e para o acesso a direitos trabalhistas conquistados pelo movimento de mulheres, tais como o acesso à aposentadoria especial a partir dos 55 anos.

Das 17 mulheres inquiridas, 12 se declararam agricultoras; duas se definiram como domésticas e donas de casa; uma já tem 66 anos e é aposentada como trabalhadora rural, porém se intitula dona de casa; outra tem 31 anos; 1 se definiu como Auxiliar de Serviços Gerais (ASG) e agricultora; outra se definiu como estudante e agricultora; e, por fim, 1 última se declarou professora rural. Dessas 3 últimas, 2 são funcionárias públicas e 1 é estudante do curso de licenciatura em Educação do Campo. Todas sempre moraram no local. No universo de 17 inquiridas, 14 se declararam trabalhadoras rurais e fizeram isso de forma bem enfática. Isso denota que se identificam como agricultoras. Vê-se reflexos do processo de empoderamento, então, na ampla parcela de mulheres que se reconhecem como trabalhadoras rurais.

Um total de 7 entrevistadas já têm mais de 55 anos e, conseqüentemente, já estão aposentadas, já que são seguradas especiais da Previdência. As demais têm entre 27 e 51 anos. A idade mediana das mulheres é de 47 anos.

A conquista da aposentadoria rural foi fruto da luta dos movimentos sociais rurais, consolidando-se a partir da Carta Magna de 1988, em que os trabalhadores e trabalhadoras rurais passaram a receber aposentadoria de um salário mínimo, independentemente de contribuição. Essa conquista vem sendo citada atualmente como um dos fatores que vêm contribuindo para o *déficit* previdenciário no país. Argumenta-se que a grande parte das aposentadorias é concedida por idade, sem, portando, a contrapartida “direta” da contribuição. E esse é um dos argumentos para a implantação da reforma da previdência que atingirá fortemente as agricultoras. Para Ivone Brilhante, Secretária do STTR do Apodi, “a Reforma da Previdência além de perseguir os menos privilegiados, é uma reforma machista que ataca em cheio nós, que somos camponesas, onde não reconhece o protagonismo e o potencial feminino nas relações de produção rural”. Na área rural, a implantação do subsistema rural de Previdência Social foi fundamental para a diminuição da pobreza e da desigualdade na distribuição da renda (CONTAG, 2016, p. 25). Do Bu, Silva e Schmidt Filho (2018) reforçam que a aposentadoria por idade beneficia quem tem menores rendimentos, pessoas em pior situação trabalhista. O fato pertinente é que a manutenção da Previdência Social rural se justifica por sua capacidade de distribuição de renda em favor dos mais excluídos, diminuindo, assim, os índices de pobreza rural e revendo uma dívida social com esses trabalhadores e trabalhadoras (Guimarães, 2009, p. 15). Brumer (2002) destaca o quão é importante para as trabalhadoras rurais receber a aposentadoria diretamente em seu nome e na sua própria conta bancária e poder decidir como gastar e gerir esse recurso – isso pode aumentar seu poder pessoal dentro da unidade familiar, já que podem contribuir com recursos financeiros. Outro fato relevante dessas conquistas previdenciárias é a capacidade simbólica de compreender que a participação e a luta levam à conquista de direitos que, nesse caso previdenciário, foi e é extremamente importante.

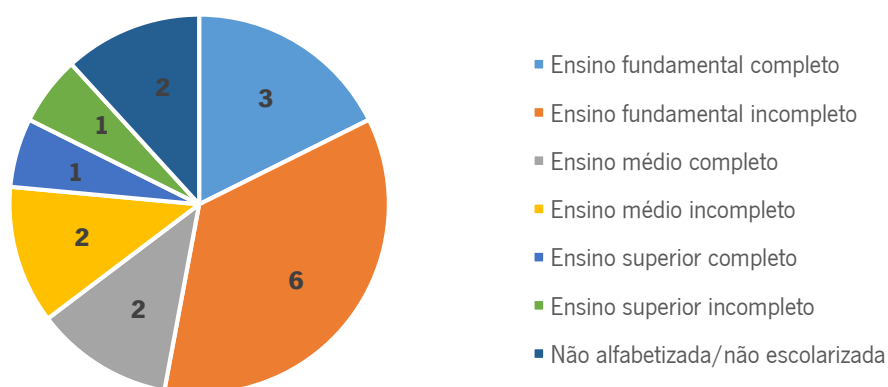
Nas entrevistas, as mulheres aposentadas citam como de extrema importância para sua autonomia econômica, segurança alimentar e qualidade de vida a concessão da aposentadoria. Esse é um benefício que contribui para a segurança da unidade familiar como um todo, já que garante e possibilita o acesso a um recurso mensal e constante. Joana, ilustrando o fato, fala do quanto a vida da mãe mudou depois que ela conseguiu se aposentar:

Minha mãe hoje tem o que ela quer, é tanto que as minhas irmãs diz: besteira essa de mamãe agora tá comprando isso, tá comprando aquilo. Eu vou e digo: se ela num tinha, ela tem que ter agora. Sofreu pra criar nós. Ela hoje tem com o que, então faça. Ela hoje tem a casa dela. É muito cheinha de móvel.

// Quando eu vou lá, vai me mostrar aquelas roupas... Quando a gente era criança, só usava as roupas que davam, não tinha condições de comprar uma roupa, uma chinela... O povo que dava. Se ela hoje tem, deixe ela ter. Menina, ela hoje tem tanta roupa que nem eu sei!... Mas é, se ela não teve aquilo e hoje tem... (Joana, 51 anos, AG)

Os dados coletados sobre a escolaridade, conforme pode ser visto no gráfico abaixo, apontam que, das 17 trabalhadoras rurais inquiridas, 2 se autodefiniram como não alfabetizadas, pois não sabem assinar o nome. Do restante das mulheres entrevistadas: 6 não terminaram o Ensino Fundamental, 3 completaram este nível de ensino, 2 concluíram o Ensino Médio completo, 2 têm o Ensino Médio incompleto, 1 é estudante universitária e 1 é professora licenciada em Pedagogia.

Gráfico 1 – Grau de Escolaridade



Salienta-se que já se tinha percebido, a partir do processo de observação e participação, que muitas mulheres não tiveram acesso à educação, já que informavam que não conseguiam ler, por exemplo, uma cartilha, uma faixa, escrever um cartaz. Mesmo algumas que têm o Ensino Fundamental completo apresentam muita dificuldade em ler e escrever.

Abaixo, para melhor ilustrar os dados, fizemos uma tabela cruzando a idade com o grau de escolaridade.

Tabela 3 – Grau de escolaridade em função da idade

GRAU DE ESCOLARIDADE	NÚMERO DE MULHERES POR FAIXA ETÁRIA					Total
	21–30	31–40	41–50	51–60	61–70	
Não alfabetizada	0	0	0	1	1	2
Ensino fundamental incompleto	0	0	2	1	3	6
Ensino fundamental completo	0	0	2	1	0	3
Ensino médio incompleto	0	0	1	1	0	2
Ensino médio completo	0	1	1	0	0	2
Ensino superior incompleto	1	0	0	0	0	1
Ensino superior completo	0	1	0	0	0	1
Total	1	2	6	4	4	17

A partir desse cruzamento, verifica-se que 2 das 17 entrevistadas não sabem ler nem escrever, enquanto 6 sequer chegaram a completar o Ensino Fundamental e, mesmo assim, conforme já explicitamos, quase não leem nem escrevem, praticamente só desenham o nome. O maior grau de escolaridade é o das entrevistadas de faixa etária mais jovem, de 21 a 40 (27 a 37) anos. Isso nos induz a concluir que o acesso à Reforma Agrária – com a criação do assentamento em 1998 – foi importante e contribuiu para o acesso à educação. Tal foi devido às obras infraestruturais (estradas, por exemplo), já que a região onde se localiza o P.A. Sítio do Góis, intitulada de Chapada do Apodi, congrega mais 4 áreas de assentamento de Reforma Agrária (Caiçara, Paulo Canapum, Tabuleiro Grande e São Bento). Esse aglomerado de assentamentos contribuiu para que o poder público local, a partir de reivindicações das associações, efetuasse beneficiamentos nas estradas, favorecendo a condução dos estudantes para a sede do município via transporte escolar. No P.A., há uma escola bem estruturada que vai da creche ao 5º ano do Ensino Fundamental. Do 6º ano até o Ensino Médio, os alunos se deslocam para a sede do município de Apodi.

Figura 9 – 1ª Escola Municipal de Ensino Fundamental



Figura 10 – Nova Escola Municipal de Ensino Fundamental



O estado civil da maioria das entrevistadas é o de “casada”, estando 10 mulheres declaradamente nesta condição. A autopercepção de 4 das entrevistadas sobre o estado civil é o de “solteira”; no entanto, dessas, 3 moram com os companheiros há mais de 30 anos, porém, não são “casadas no papel”, como elas dizem, e se percebem como solteiras. Entre viúvas e separadas, temos 1 de cada, respectivamente.

Um dado interessante observado na fala das mulheres é a idade com que se casaram: “Hoje em dia, ainda sou feliz, graças a Deus, *casei com 14 anos*⁴¹, já tenho meus, acho que 57 anos, e ele já tem seus sessenta, sessenta e seis, parece que ele tem. Ele tinha 19 anos quando casei com ele” (Lúcia, 59 anos, AG). Lúcia, na entrevista, fala que o pai mudou a idade dela para que ela pudesse casar, pois era muito jovem na época. Madalena, por sua vez, aborda seu casamento com muita revolta e mágoa: “Comecei a namorar com *aquele homem*⁴², me juntei, com 13 anos, eu fugi. 13 anos! Papai nunca quis... Revoltado” (Madalena, 51 anos, AG).

Em sua maioria, as mulheres falam do casamento com tranquilidade, como parte da vida. Mesmo as que emitem alguma reclamação sobre a relação, fazem isso como se fosse algo próprio de todos os casamentos, algo natural. Madalena, que se separou recentemente, pareceu muito debilitada e preocupada com a situação e seu futuro. Michèlle Barret (2014) fala da ideologia da dependência emocional, física e moral, que diz respeito à dependência das mulheres em relação aos homens. Essa dependência foi redefinida, muita coisa mudou com o acesso das mulheres à educação e à renda. Contudo, a dependência não deixou de existir em determinadas situações. Madalena, na sua fala, deixa transparecer que, mesmo com todos os problemas enfrentados com o ex-companheiro – traição, brigas, violência – se sente mais segura estando com ele.

Quanto aos filhos, 16 mulheres têm filhos e filhas. O número varia de 1 a 8 filhos e filhas. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontou, com base nas edições de 2003 a 2013, que a média de filhos por família no Brasil desceu de 1,78 para 1,59. Entre os 20% mais pobres da região Nordeste, os números baixaram de 2,73 para 2,01. A média do Sítio do Góis é de 3,2, bem alta, e isso já passou por uma diminuição significativa, levando em consideração as gerações anteriores.

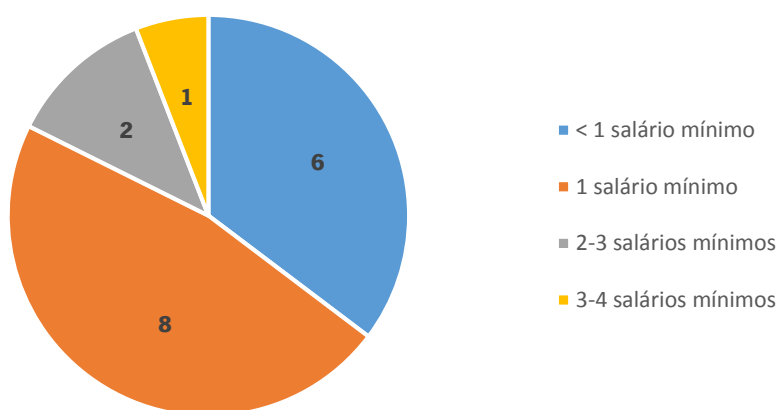
A renda pessoal vai de menos de um salário mínimo até 3 e 4 salários, conforme o Gráfico 2. Das 17 mulheres inquiridas, 7 ganham menos de um salário mínimo. Esse recurso, que não chega a um salário, vem da Bolsa Família (programa do Governo Federal), casas que limpam no P.A., venda de doces,

⁴¹ Grifo nosso.

⁴² Grifo nosso.

verduras, ovos e outros produtos. Incluindo as aposentadas e parte das funcionárias públicas, 8 delas ganham um salário mínimo. Em uma renda mais elevada, 2 ganham de 2 a 3 salários mínimos. Aqui se inclui uma aposentada que tem uma pensão por viuvez mais o salário da aposentadoria rural e a professora licenciada.

Gráfico 2 – Renda pessoal das entrevistadas



A importância de ter acesso a esse perfil reside no facto de que a participação das mulheres nos sindicatos, e aqui estendemos para os demais espaços públicos, tem relação direta com sua inserção no mundo do trabalho e suas opções ocupacionais, levando em consideração, também, seu estado civil, idade, escolaridade, número e idade dos filhos e a própria estrutura familiar (Bruschini, 1994). As entrevistadas, quando elencam as dificuldades enfrentadas para participarem das atividades citam recorrentemente as reclamações da família, principalmente do companheiro, dos familiares próximos, tais como a mãe, que reclamam por terem que cuidar dos “seus” filhos – se os filhos são pequenos, isso é ainda mais problemático – e também as tarefas que estão sob sua responsabilidade (casa, animais, quintal), entre outras.

Outra coisa muito percebida nas entrevistas foi o medo de falar em público, pegar um microfone num ato, coordenar uma reunião, uma mesa. Isso deixa as mulheres com muito medo, impedindo-as, às vezes, de participar de determinados espaços por receio de serem escolhidas aleatoriamente para falar. Nesse sentido, o domínio das tecnologias de poder precisa ser trabalhado. Esse aspecto será tratado mais adiante.

4.6. Documentos: natureza, recorte e análise de conteúdo

O modelo de análise em que este estudo se baseia utiliza, também, técnicas de análise documental. Além das entrevistas de história de vida e do questionário, foram analisados, no caso, atas e relatórios

do FOAFAP, da Comissão de Mulheres, da Associação do P.A. Sítio do Góis e do STTR, de forma geral. Sujeitamos estas fontes a uma análise de conteúdo.

Em consonância com Jorge Vala (1990), a análise de conteúdo é uma técnica de tratamento de informações, não é um método, e, como tal, pode se adequar a qualquer procedimento lógico de investigação, podendo servir também a diferentes níveis de investigação empírica que, no caso em análise, é um estudo de caso.

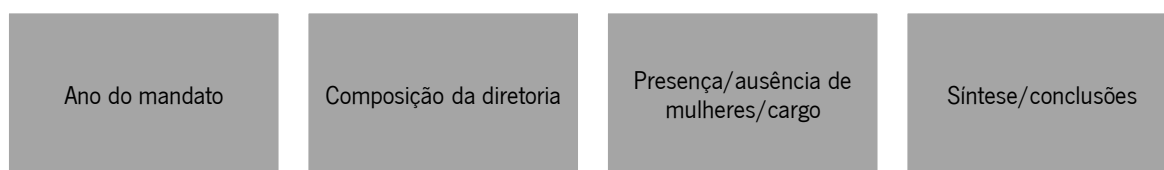
Para realizar uma análise de conteúdo, sejam textos ou qualquer outro tipo de documento, Vala (1990) aconselha o investigador a fazer uma série de perguntas, tais como: com que frequência ocorrem determinados objetos (o acontecimento e a importância); quais as características associadas aos diferentes objetos (o que e como é avaliado); e, por fim, a associação ou dissociação entre os objetos (a estrutura da relação). Essas perguntas capacitam o investigador a fazer quantificações simples, avaliações e associações.

Para proceder à análise das atas e relatórios, privilegiou-se a utilização do índice presenças, como modo de contagem. Para analisar a presença/ausência das mulheres na coordenação do STTR, priorizou-se a análise das atas que se referem às eleições das coordenações executivas, partindo da fundação, no ano de 1963 até 2016 – ano estabelecido como marco final para todos os documentos. Aqui, cabe salientar que os anos estabelecidos para o início das análises dos documentos difere em razão das diferentes datas de fundação das organizações estudadas. Em relação à coleta e à análise das informações concernentes à comissão de mulheres do STTR, foram usadas como fontes as atas e relatórios da comissão, documentos que foram observados e analisados no que se refere à presença/ausência de mulheres do Sítio do Góis, desde a instituição da primeira comissão oficial, em 2000. Para o Fórum da Agricultura Familiar, FOAFAP, a presença das mulheres em sua coordenação foi examinada por meio das atas, desde a fundação, no fim dos anos 1990.

De posse desses documentos, fez-se a operacionalização por categorias, organizada por meio da reunião de elementos (unidades de registo), com títulos genéricos, arranjados a partir dos traços comuns dessas unidades de registo.

Para a análise do *corpus*, organizamos diferentes grelhas para melhor organizar as ideias que seriam relevantes para a análise em curso. Por exemplo, para as análises relativas às atas de eleições da associação do P.A. Sítio do Góis, utilizamos a grelha abaixo:

Figura 11 – Organização de informações sobre as atas



Organizamos os modelos de grelhas (7 ao todo) após a organização do material que seria analisado, feita após várias leituras, e somente depois codificamos. A organização dessas informações em grelhas foi demorada, mas permitiu sistematizar o material por assuntos, o que se mostrou útil no decorrer da análise.

O objetivo desta análise foi o de desvelar a presença e a participação das mulheres nos espaços internos e externos de representação dos agricultores e agricultoras, a partir dos elementos do posicionamento organizacional (acesso, participação e intervenções – das mulheres – elencados como categorias objeto), antes e depois de 2000 (2002), data da criação efetiva do grupo de mulheres Unidas para Vencer⁴³.

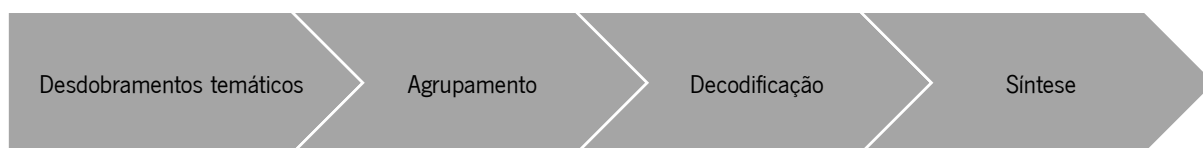
Nas atas e relatórios, *corpus* da análise, observou-se (como elemento indicador) a presença e ausência das agricultoras nas assembleias e reuniões e nas comissões internas (trator, implantação de créditos, compra de animais e outras); presença e ausência de tópicos de pautas que discutissem, ou tivessem relação com o processo de empoderamento das mulheres e de citação que denotasse a participação de mulheres nos pontos gerais e específicos; e a presença de palavras que representassem essas mulheres no texto desses documentos. De igual modo, observou-se a presença (ou ausência) de mulheres na lista de frequência (acesso), das palavras agricultura e trabalhadora rural, de temas voltados para a questão do trabalho das mulheres (ajuda, invisibilidade, reconhecimento) e das mulheres na diretoria executiva. A presença (ou a ausência) pode constituir um índice tanto (ou mais) frutífero do que a frequência de aparição. As atas foram analisadas a partir de três elementos: (01) pautas específicas de gênero na pauta geral (frequência de tópicos que são concernentes ou guardam relação com a inclusão das agricultoras no cenário em causa); (2) presença de mulheres nesses espaços (presença/ausência); e (3) intervenções (frases, assuntos), das agricultoras nesses espaços, nas assembleias da associação e do STTR (assembleias, fóruns e reuniões).

A primeira leitura das atas e relatórios teve como objetivo conhecer o teor do conteúdo do documento. Na segunda leitura, grifou-se, com canetas coloridas, o que mais chamou a atenção no documento. Em seguida, analisou-se os destaques, procedendo com o esboço analítico, ainda de forma breve. A

⁴³ O grupo foi criado em 2000, porém efetivamente só passou a se reunir em 2002.

codificação dos dados foi feita tendo como meta atingir os objetivos da pesquisa, sendo organizada a partir da técnica de recorte e colagem com vista a organizar as possíveis categorias (Santos & Santos, 2008). A partir dessa codificação, organizou-se um quadro com os seguintes elementos:

Figura 12 – Codificação dos dados dos documentos



Fonte: adaptada com base em Santos e Santos, 2008.

No campo “desdobramento temático”, são apresentados os principais assuntos que surgiram; em “agrupamento”, foram juntados os subtemas por afinidades temáticas; em “decodificação”, foi sintetizada a interpretação do significado obtido; e, por fim, a “síntese”, intimamente atrelada ao referencial teórico.

Em conclusão, “pode dizer-se que o que caracteriza a análise qualitativa é o facto de a ‘inferência’ – sempre que é realizada – se fundamentar na presença do índice (tema, palavra, personagem, etc.)” (Bardin, 1997, p. 21). Com isso, é possível analisar o acesso (Carpentier, 2012), a participação (Arnstein, 1969), os significados dos silêncios (Spivak, 2010) e balbucios (Achugar, 2006) das agricultoras nesses espaços. Em vez de optar por uma abordagem isolada, na lógica de mosaico, priorizou-se apresentar os dados em articulação com os excertos das histórias de vida, sempre que fosse relevante.

4.7. O processo de investigação: limites, contributos e prática

Falar sobre o processo de investigação é uma tarefa que consideramos essencial, já que nos proporciona traçar nossa trajetória no decorrer da caminhada investigativa. As perguntas eram muitas. No entanto, mais do que perguntas, tínhamos o sonho de também oferecer um material consolidado que pudesse contribuir para possíveis debates e reflexões sobre as relações de gênero, em especial, no espaço rural. Escolher o caso foi uma espécie de contínuo da nossa trajetória acadêmica e ativista, já que sempre voltamos nosso olhar para as relações do campo, principalmente agricultores e agricultoras familiares que, no decorrer da história social, política e econômica do país, foram explorados, invisibilizados, oprimidos e subalternizados.

Procurar refletir sobre o lugar das mulheres rurais nessa realidade é pertinente, já que, mesmo reconhecendo que existe uma estrutura corporificada de dominação masculina, ela não é intransponível

e eterna. Nesse sentido, (re)pensar essa desigualdade é importante, pois pode mexer em uma estrutura de poder que, muitas vezes, é tratada com tanta naturalidade que a reprodução passa despercebida.

Quando decidimos escutar as histórias de vida das agricultoras, tínhamos o propósito de analisar seus sentimentos, percepções e compreensões sobre o processo de empoderamento que surge da necessidade percebida pelo movimento de mulheres, no caso em análise, notadamente o movimento feminista, que, a partir da compreensão da existência de sistema de opressão de gênero, se propunha a pensar e organizar um processo de sensibilização e mobilização, com o intuito de construir, por meio da auto-organização, a conscientização da desigualdade econômica, social e política das trabalhadoras rurais, permitindo-lhes se empoderarem, falarem por si mesmas, serem senhoras de suas vidas, suas próprias representantes.

A realidade era ampla e complexa. Nossa primeira ideia era entender essa invisibilidade, opressão e subalternidade, de forma geral. Contudo, no decorrer da pesquisa, das orientações e leituras propostas, vimos que isso não era possível, que era preciso recortar, delimitar esse universo, o público-alvo e o recorte da realidade. Depois de muitas idas e vindas, elegemos a nossa pergunta de partida que se voltou para indagar, de forma sintética, sobre os contributos desse amplo processo de empoderamento para o acesso e a participação das agricultoras nos espaços públicos e privados de representação e poder (casa, associação, sindicato).

Decidimos que seria uma pesquisa qualitativa, um estudo de caso, de cunho empírico. Escolhemos o P.A. Sítio do Góis como *locus* da pesquisa e o grupo de mulheres Unidas para Vencer como público-alvo. Intentando compreender essa realidade de forma significativa e abrangente, prerrogativa dos estudos de caso, optamos por um leque de instrumentos para coletar os dados. Inicialmente, participando de várias reuniões do grupo de mulheres, de eventos, tais como a festa do dia das mães, a encenação da paixão de Cristo e a Caprifeira. Concomitante a esses eventos, participamos de várias assembleias da associação, isso internamente, na área.

Externamente, estivemos em reunião da comissão de Mulheres do STTR, do FOAFAP, da diretoria executiva do STTR, Encontro Municipal de Trabalhadoras Rurais, assembleias ordinárias (que ocorrem anualmente) e extraordinárias do STTR e atos e atividades de rua. Nesses eventos, escutávamos e também conversávamos e tirávamos dúvidas com os participantes. Sempre no final dos eventos, aproveitávamos para conversar e, de forma bem natural, tirarmos algumas dúvidas. Nessas atividades, fizemos uso do caderno de campo, no qual anotávamos o que achávamos relevante. Quanto a isto, em alguns momentos, especialmente nas atividades internas do assentamento, percebemos que não era

interessante estar com o caderno na mão, anotando constantemente; percebemos que isso nos distanciava, isolava da atividade que estávamos participando. A partir dessa percepção, passamos a usá-lo de forma mais comedida, por exemplo, ao fim de um evento, imediatamente, muitas vezes no carro, ao voltar para casa, gravávamos áudios no celular com nossas observações e impressões. Essas impressões foram muito úteis na fase de análise dos dados.

Nas reuniões do grupo de mulheres, espaço em que mais centramos nossa participação, por ser este grupo nosso público-alvo, aproveitamos, também, para fazer a agenda para a aplicação dos questionários sociodemográficos, cujos dados nos auxiliaram a compor o perfil das entrevistadas referente à escolaridade, idade, renda, área geográfica de origem e ao lugar individual de classe. Esses dados foram importantes tanto no decorrer da coleta de dados, pois nas fichas das entrevistas já colocamos o perfil, quanto na análise.

No decorrer da pesquisa participativa, aproveitamos para coletar informações das atas e documentos da associação, do grupo de mulheres, do STTR, do FOAFAF e da Comissão de Mulheres. O fato de disponibilizarem todo o material para acesso irrestrito foi extremamente importante, tendo em vista a extensa quantidade de atas e relatórios. Para a análise das atas e documentos (tais como os relatórios das reuniões da Comissão de Mulheres), utilizamos a análise categorial, que nos proporcionou identificar a participação (ou não) das mulheres nos espaços internos e externos de representação.

Tivemos, ainda, o cuidado de não analisar apenas estes dados, mesmo eles sendo, em geral, bem precisos. Houve a preocupação de cruzar esses dados com as entrevistas e demais dados coletados (observação participante, por exemplo), antes de chegarmos a qualquer conclusão. Nesse momento, a metáfora do mosaico, de Becker (1993), foi útil no sentido de que não pensamos ou, mesmo, não usamos esses dados como mais um tijolo na muralha em construção, mas sim como peças que contribuem para a compreensão como um todo, de diferentes formas. Os fragmentos que compõem o mosaico contribuem de forma diferente para a compreensão e nenhuma das peças está solta, sem sentido; todas estão em relação umas com as outras.

Terminada a organização desse processo, foi a hora de coletar os dados via entrevistas de história de vida, que consideramos nossa principal fonte de coleta de dados e a que mais demandou tempo, tanto de preparação quanto de coleta e análise. Todas essas fases – preparação, coleta e análise – foram repletas de muitas dificuldades, pois não estávamos utilizando essa modalidade de história de vida e tivemos que estudar bastante suas interfaces e especificidades. Mesmo nos sentindo razoavelmente preparadas, quando fomos fazer a entrevista-piloto, o nervosismo veio, acompanhado do receio de não

conseguirmos realizar os objetivos a que nos propusemos. Citamos como um momento de extrema aprendizagem o exercício que fizemos com a entrevista-piloto: após essa entrevista, fizemos todo o processo de transcrição da entrevista e do caderno de campo, que continha as impressões sobre a entrevista. Foi muito pertinente o exercício de fazer todo esse processo de coleta, transcrição, edição e análise dessa entrevista-piloto, mesmo que tenha sido um exercício demorado, isso nos deu segurança para a condução das demais entrevistas. Também sentimos a necessidade de voltar a ler Becker (1993), que enfatiza a necessidade de terra-a-terra, ou seja, de termos que nos dedicar as nossas propostas, aos nossos objetivos. Nesse sentido, temos que ter a preocupação de manter o entrevistado voltado ao tema, que é o nosso interesse enquanto pesquisador.

As entrevistas, também na prática, caracterizaram-se como um dos momentos mais importantes. Escutar as agricultoras nos fez ver o quanto são invisibilizadas, oprimidas, subalternizadas, silenciadas e o quanto esse processo as faz sofrer nos diferentes espaços onde transitam (casa, roçado, STTR). Vimos, ainda, o quanto de coragem essas mulheres têm, pois, mesmo diante desse circuito naturalizado de dominação, elas ousam e tentam mudar suas vidas. Choravam (e nos fizeram chorar), lembrando momentos extremos (fome, humilhação, violência), mas nas próprias falas também demonstravam uma capacidade impressionante de seguir em frente, às vezes, sem nenhuma esperança, só continuando porque parar não era opção. Toda essa caminhada sofrida não as impediu de demonstrar alegria e felicidade. Ao longo das entrevistas, elas, em vários momentos, contavam histórias engraçadas e alegres.

Outra fase demorada da pesquisa foi a das transcrições, porque as entrevistas foram longas. Este, porém, foi um momento muito importante, pois nas repetidas vezes em que escutávamos as falas das entrevistas, íamos organizando quase “naturalmente” as categorias. No processo de análise, confirmamos que, nas entrevistas de histórias de vida, mesmo com dificuldades e demora, é importante o próprio entrevistador transcrever as entrevistas. Essa ação é crucial, uma vez que, muitas vezes, ao escutarmos as entrevistas, nos deparamos com falas que não havíamos achado tão relevantes na hora da entrevista, mas que, no cômputo geral das narrativas, era ilustrativa de uma realidade conceitual.

Quanto ao processo de coleta de dados, importa relatar que essa junção de técnicas, prerrogativa dos estudos de caso, em que múltiplas fontes de evidências devem ser utilizadas, compôs realmente um mosaico de informações que precisou ser arrumado e organizado para que as peças formassem um todo lógico e organizado, não meramente um acúmulo de informações.

Quando conseguimos organizar as informações dos cadernos de campo, os dados sociodemográficos, as informações das atas e relatórios e os dados das entrevistas numa lógica que nos proporcionasse

vislumbrar os elementos analíticos que respondessem à nossa pergunta de partida, conseguimos desenvolver argumentos teóricos e analíticos consistentes e balizados.

Nesse sentido, acreditamos que o estudo de caso em análise é significativo e completo, já que leva em consideração diferentes perspectivas, além de apresentar evidências e explorar novos processos e comportamentos. Tivemos o cuidado de, no decorrer de todo o processo investigativo, verificar a validade dos dados, da categorização e da própria análise, uma vez que havia o risco de nos envolvermos em demasia na investigação e, assim, apresentarmos uma falsa certeza da realidade.

Dois fatores que nos fizeram ser cuidadosos quanto aos equívocos subjetivos foram o fato de sermos militantes dos movimentos sociais de mulheres, especificamente, o movimento feminista, e de sermos oriundas do município onde a pesquisa foi realizada. Nesse sentido, sempre tivemos o cuidado de refletir sobre essas especificidades e subjetividades, para não incorremos em equívocos e enviesamentos, nem nos apegarmos a evidências ideológicas que pudessem influenciar sobremaneira a direção das descobertas e das nossas conclusões.

É imprescindível reforçar que a presente investigação se vincula aos problemas ético-políticos e sociais da realidade, notadamente os referentes a realidades das trabalhadoras rurais, uma vez que se trabalha com o pressuposto de que a ciência não é neutra. Nesse sentido, é extremamente importante ouvir e considerar a “voz”, as “falas” das mulheres, na perspectiva de entender aspectos significativos dessa categoria, que é estruturalmente silenciada e subalternizada. A pesquisa também se propõe a apresentar contributos para se pensar a necessidade de visibilidade, do direito à fala e à voz, de acesso e de participação das trabalhadoras rurais nos espaços micro e macrossociais (casa, família, associação, sindicatos e outros). O trabalho pode, assim, contribuir para gerar novas teorias e novas questões para futuras pesquisas (e.g. violência, sexualidade, identidade, saúde da mulher, cuidado e muitos outros).

CAPÍTULO 5. AUTO-ORGANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS TRABALHADORAS RURAIS DO GRUPO UNIDAS PARA VENCER DO P.A. SÍTIO DO GÓIS – APODI/RN

Sim, eu quero cantar a liberdade com 100 anos de idade, Sítio do Góis cresceu.
Se juntar minha mão a sua, ir pra o meio da rua, Sítio do Góis é meu, é teu.
Sítio do Góis sou eu, Sítio do Góis somos nós (bis).
Não, não queria quebrar as correntes,
Há desafios pela frente, muita estrada a caminhar,
Não, não deixe esse povo à toa, essa causa é muito boa, vem erguer a sua voz.
Sítio do Góis sou eu, Sítio do Góis somos nós (bis).

(Música de Sítio do Góis)

Autor: Joriana Pontes e Junio Santos

Figura 13 – Placa de identificação do P.A. Sítio do Góis



Serão apresentadas neste capítulo as análises dos dados coletados no decorrer da pesquisa relativas aos conteúdos das atas e relatórios das assembleias do assentamento, do STTR, da Comissão de Mulheres e do FOAFAP. Apresentamos uma reflexão sobre o acesso e participação das mulheres nesses espaços de decisão e poder. Na última seção, discutimos os contributos do processo de empoderamento das trabalhadoras rurais auto-organizadas, especificamente do grupo de mulheres Unidas para Vencer, para o processo de participação nos espaços de representação e poder. A junção desses dados foi essencial para compor o “mosaico teórico”, proposto por Becker (1993), por nós utilizado. O mosaico teórico possibilitou vislumbrar o objeto de estudo numa perspectiva abrangente, contribuindo, assim, imensamente, para a compreensão do quadro de análise como um todo. A partir do momento em que começamos a montar o “mosaico” (Becker, 1993), percebemos que essa diversidade de dados era

primordial para compreender o estudo em uma perspectiva mais vasta que, mesmo não conseguindo explicar o fenômeno em sua totalidade, dá conta de apresentá-lo em sua dinamicidade e de forma ampla. Discutir as trajetórias das trabalhadoras rurais a partir das suas histórias é uma forma de reconhecê-las como sujeitos políticos. É (re)conhecer também para que lugar se volta o olhar da pesquisadora, qual sua perspectiva e proximidade com o que estuda.

5.1. A ocupação da terra, a luta, a posse e a organização do P.A. Sítio do Góis: e o sonho se torna realidade

Os assentamentos rurais são caracterizados e entendidos a partir do processo histórico pelo qual foram constituídos, seja por meio de ocupação e desapropriação de terras privadas, por ocupação de terras públicas ou por transferência e reassentamento de populações afetadas por projetos governamentais (Rua & Abromovay, 2000). No P.A. Sítio do Góis, o processo se deu por meio de ocupação e desapropriação de terras privadas. Grande parte dos assentados e assentadas eram moradores da comunidade e trabalhavam de meia⁴⁴, de modo avulso, para o dono da terra. Nas entrevistas, as trabalhadoras citam que esse processo de conquista da terra foi

pacífico, foi amigável. // Os agricultores já trabalhavam na terra do assentamento. O proprietário da terra disse que ia vender a terra, começou essa história de Reforma Agrária [...] que já só se ouvia falar longe, nunca pensava que ia chegar aqui em nós. Como a gente já tinha amizade com o pessoal da CPT e o sindicato sempre foi uma fonte forte e o dono da terra era muito amigo dos assentados hoje, aí teve a conversa entre sindicato, CPT, dono da terra e alguns familiares, alguns posseiros deles. Levaram a conversa para vender ao INCRA e foi amigavelmente, não teve conflito, não teve nada. (Josefa, 57 anos, ASG/AG)

A forma como se dá o processo de luta pela terra diz muito da posterior forma de organização daquela área. Locais onde os trabalhadores e trabalhadoras passaram por um processo de ocupação, de acampamentos, de luta coletiva pela terra, fazem com que o sentido de coletivo, de cooperação e solidariedade estejam mais presentes (Rua & Abromovay, 2000). Em Sítio do Góis, não houve propriamente luta. No entanto, a maioria dos assentados e assentadas eram moradores da comunidade e viviam uma situação semelhante: não tinham terra, trabalhavam de meia, de terça, eram moradores ou trabalhadores avulsos, ganhando por dia trabalhado. Moravam em casas de barro (taipa), sem banheiro, sem água, sem energia. Viviam trabalhando para os grandes proprietários de terras da região, quase somente para a garantia da subsistência básica.

⁴⁴ Trabalhador ou trabalhadora que planta em terreno alheio, repartindo a produção com os proprietários da terra.

Figura 14 – Casas de taipa onde moravam antes do assentamento



Figura 15 – Interior de uma das casas onde moravam antes do assentamento



Nesse cenário, pode-se pensar sobre a qualidade de vida das mulheres, tendo que ir buscar água em cacimbas, lavar roupa a uma distância significativa de casa, buscar lenha para cozinhar e muitas outras atividades que eram executadas especificamente por elas, conforme relatos abaixo:

Porque pra trás, assim, eu alcancei o tal do murrão. Não sei se você alcançou, mas eu alcancei e usei nesse tempo o querosene, o óleo [...] quem tinha condições de comprar tudo bem, quem não tinha... Eu usei o tal do murrão muito tempo. Passava a cera numa tanga de rede e enrolava, ficava tipo uma cobra, uma trança. Aí apregava assim na parede, aí ali passava a noite todinha acesa porque não tinha como comprar óleo nem querosene, porque nesse tempo os ganhos eram difíceis. // Com dez anos de idade [...] eu fazia tudo, moía milho, pegava água, arrumava a casa, lavava a roupa. (Preta, 45 anos, AG)

Lúcia reforça: “Eu trabalhei muito. [...] eu digo será que peguei esse problema de trabalhar muito⁴⁵? Eu pegava roupas de quatro casas para lavar, puxando água da cacimba, saía às seis horas de casa, chegava de uma hora” (Lúcia, 57 anos, AG). Esse trabalho executado pelas mulheres não tinha reconhecimento. Como muito bem definem Mies e Shiva (1998), o trabalho das mulheres e os seus conhecimentos estão definidos como “parte da natureza”, apesar de estarem baseados em práticas culturais complexas.

Mesmo não tendo passado propriamente por um processo conflituoso de conquista da terra, as mudanças na vida dessas mulheres foram muitas. Passaram por momentos de tensão, angústia, medo de não ser possível conquistar, ter acesso a seu pedaço de chão tão sonhado: “Nesse dia, foi um dia de festa, no dia que nós recebemos essa casa, nós corríamos muito [...] dentro do assentamento, o mato muito grande, maior alegria para saber onde era a casa da gente, para receber” (Lúcia, 59 anos, AG).

O processo de conquista, acesso e posse da terra envolveu momentos coletivos de sensibilização, mobilização e formação que incluíam reuniões semanais, muitas vezes diárias, com a CPT, o STTR, INCRA e os donos da terra. As entrevistadas, quando falavam de suas vidas antes do assentamento, se

⁴⁵ Leda tem um problema nos ossos.

emocionavam, Romana assim se expressou: “Só tinha a vida (*bem enfática*), não tinha nada não. Só a vida e meus filhos. Vivia de um dia de serviço de Mané Rita [esposo]” (Romana, 70 anos, AG). Joana fala também sobre essa época: “A gente lutava só pra o povo mesmo. Não tinha quase renda de nada, a gente era assim” (Joana, 50 anos, AG).

Após a conquista da terra, chega o momento de “aprender” a viver em coletividade, numa agrovila, a tomar decisões coletivas por meio de debates e discussões. Viviam numa comunidade rural, entretanto, cada uma tinha sua casa, distante uma da outra; na agrovila, passavam a ser vizinhos próximos. Para se prepararem para essas mudanças, oriundas dessa outra forma de se organizarem no espaço, passaram por um processo de organização que envolvia a compreensão dos processos de autogestão coletiva das áreas de assentamento de Reforma Agrária. Para isso, participaram de cursos sobre cidadania, associativismo, cooperativismo, acesso e gestão de créditos públicos e muitos outros. Em uma das reuniões de sócios e sócias da qual participamos no P.A. Sítio do Góis, uma fala de um assentado, que coletamos durante o período participação e observação, especificamente, nos fez pensar, pois disse muito de sua compreensão de cidadania: “Eu pensava que só era cidadão quem era rico; depois do assentamento, dos cursos, foi que eu fui saber que eu era um cidadão”. Ele riu ao dizer isto. A fala demonstra um pouco do que aprenderam a partir do processo de formação.

O fato de o assentamento ser organizado representa um passo importante para a conquista e reconhecimento da cidadania, para o acesso a políticas públicas, para a compreensão sobre a importância de participar dos eventos do Sindicato, fóruns, assembleias e reuniões. Nesses espaços, são tomadas as decisões da categoria. Nesse sentido, os cursos sobre associativismo foram importantes. Os referidos cursos tinham a proposta de apresentar e discutir um modelo de organização coletiva associativa. A proposta metodológica, ou plano de curso,⁴⁶ objetivava apresentar a compreensão dessa estratégia de organização e culminava com a própria criação da associação. Eram discutidos a importância de se estar em dia com a parte jurídica desse modelo de organização, os deveres dos sócios e sócias, que envolviam situações coletivas de reunião, como os que participamos nos momentos de observação e participação. Também verificamos essas informações através da análise das atas de reuniões mensais, das assembleias ordinárias e extraordinárias. Esses momentos se configuram como espaços de tomada de decisão coletiva de grande importância para o sentido de organicidade do assentamento.

⁴⁶ Os cursos, na maioria das vezes, eram organizados pela CPT. Conforme análise dos planos de curso, verificou-se que era apresentado o que era o associativismo, a importância, a função sociopolítica, o processo de formação e registro, a construção do estudo, a fundação e o registro.

Essas estratégias são importantes, também, para a construção de uma identidade coletiva, que já era visível na comunidade antes mesmo do assentamento. Percebemos, por exemplo, que, mesmo nessa conjuntura de extrema pobreza, foram organizados na comunidade dois times de futebol, com duas sedes, com campeonatos públicos constantes.

Figura 16 – Sede do time Flamengo



Figura 17 – Sede do time Botafogo



A comunidade também possui cemitério próprio, o que não é fato comum em comunidades rurais, uma vez que geralmente os mortos se enterram na sede dos municípios vizinhos. Há uma igreja católica que festeja as grandes festas católicas: “a gente tirava o mês de maio, tirava as trezenas de Santo Antônio, que era treze noites que a gente rezava. Também quando chegava dezembro, a gente tirava o Natal” (Ana, 56 anos, AG). Esse sentido de comunidade se reflete no sentido de lealdade, no compartilhamento dos objetivos, na própria relação com a terra.

Figura 18 – Igreja Católica



Figura 19 – Cemitério da comunidade



Figura 20 – Interior do cemitério



Rua e Abromovay (2000, p. 51) enfatizam que “a família posseira carrega em sua bagagem bens materiais e simbólicos importantes na consolidação do assentamento”. No caso da comunidade de Sítio do Góis, a “falta” de bens materiais, de acesso e a situação de isolamento social e territorial, contribuíram para a construção da identidade coletiva, do sentido de pertencimento grupal: “teve tempo aqui no Góis que,

quando uma mulher ia descansar [parir], era levada numa rede por dois homens carregando até o beicho da pista para pegar um carro [conseguir carona para a sede do município]” (Teresa, 44 anos, AG). E outra entrevistada reforça: “Teve muita gente aqui no sítio que, quando entrou no assentamento, já tinha mais de 40, 45 anos e nunca tinha tomado um banho num chuveiro, nunca” (Josefa, 57 anos, ASG/AG).

Essas características, entre outras, contribuíram para o reconhecimento do sentido da organização e participação política da área. Esse não é um processo estanque, encontra-se em constantes mudanças, já que se atrela aos debates nacionais, regionais, estaduais e municipais, de constantes avanços e recuos, ganhos perdas e muita luta. A conquista da terra é um passo gigantesco, porém, a luta não se encerra aí.

5.2. O acesso e a participação no sindicato: ele é nosso, ele é de todos e todas!

O STTR de Apodi foi fundado em 1963 (Apêndice 9). Desde sua fundação até o ano de 1997, nenhuma mulher participou da diretoria executiva do STTR no decorrer dos nove processos eletivos ocorridos nesse período. Durante os primeiros anos, a duração do mandato não era muito organizada, algumas diretorias duraram um ano, outras mais. Não tem uma sequência fixa, conforme pode ser verificado na Tabela 4.

Tabela 4 – Apuramento dos dados das atas de Eleições da diretoria executiva do STTR de Apodi/RN de 1963 – 2016

ANO DO MANDATO	PRESENÇA DE MULHERES NA DIRETORIA EXECUTIVA	TOTAL DE PARTICIPANTES PARA CADA ANO DE MANDATO
1963 – 1964	0	6
1964 – 1965	0	4
1965 – 1983	0	4
1984 – 1985	0	5
1985 – 1992	0	3
1993 – 1994	0	4
1994 – 1996	0	4
1996 – 1997	0	3
1997 – 1998	1	5
1998 – 2000	1	5
2000 – 2003	1	6
2003 – 2004	0	3
2004 – 2008	1	6
2008 – 2012	3	6
*2012 – 2016	2	6
*2016 – 2020	3	6

*Presença de mulheres do grupo Unidas para Vencer na diretoria executiva do STTR de Apodi/RN.

Durante um longo período, o sindicato era representado e organizado pelos grandes proprietários de terra e simpatizantes, amigos – funcionários públicos, parentes, agregados dos proprietários e outros. Não havia participação das mulheres, conforme pode ser verificado no excerto das atas analisadas, desde a fundação até os 2016 (esse mandato vai até 2020). O homem representava a família, tanto na unidade de produção quanto em seus órgãos representativos. Somente a partir de 1997 é que as mulheres passaram a assumir cargos nessa diretoria. O primeiro cargo assumido pelas mulheres foi o de 1ª secretária. Depois de 1997, a presença das mulheres é constante, enfatizando-se, porém, que os cargos ocupados foram de 1ª e 2ª secretárias, vice-presidência e 2ª tesoureira. Nenhuma mulher foi presidente, nem 1ª tesoureira.

A presença de mulheres do grupo de mulheres Unidas para Vencer do P.A. Sítio do Góis na diretoria do STTR ocorreu a partir de 2012, com uma delas a ocupar o cargo de 2ª tesoureira. Em 2016, passaram a ocupar o cargo de 1ª secretária, mandato que vai até 2020. Desde a sua fundação até o mandato atual, 2016–2020, nenhuma mulher foi presidente do STTR de Apodi/RN. Nos espaços de decisão política, a visão androcêntrica ainda é forte e presente e é nesses espaços que as mulheres também precisam estar presentes para que possam alterar os mecanismos de dominação masculina, Deere e León (2002) reforçam que para

Obter a igualdade entre homens e mulheres requer uma transformação no acesso pela mulher tanto aos bens quanto ao poder, transformação essa que depende de um processo de empoderamento da mulher. Ao mesmo tempo, o empoderamento da mulher transforma as relações de gênero e é, portanto, uma pré-condição para a obtenção da igualdade entre homens e mulheres. (p. 53)

No STTR de Apodi, a exemplo da luta que já ocorria nacionalmente, as mulheres foram progressivamente aumentando sua participação. Esse aumento não foi dado, foi fruto da luta e organização do movimento de mulheres. Entender que essa luta era delas foi decisivo para o protagonismo das mulheres na representação sindical. A própria participação do P.A. Sítio do Góis numa diretoria executiva do STTR pode ser considerada uma grande conquista, e o fato de essa participação ser encabeçada por mulheres diz muito sobre o protagonismo das mulheres daquela área e sobre a própria luta das mulheres de forma mais geral que, por meio de várias frentes de atuação, foram à luta em busca de sua participação e reconhecimento.

Nesse sentido, podemos citar o 7º Congresso de Agricultores e Agricultoras da CONTAG, ocorrido em Brasília em 1998, como um marco importante para a organização das trabalhadoras rurais, tanto na base quanto nacionalmente. As mulheres, a partir de um processo de mobilização e organização nas federações e sindicatos, obtiveram, nesse congresso, conquistas importantes. Objetivando fortalecer a

organização em Apodi, em 1997, foi organizado e realizado pela comissão estadual de mulheres da FETARN, juntamente com uma comissão provisória de mulheres do STTR, o I Encontro Municipal das Trabalhadoras Rurais que tinha como um dos objetivos políticos mobilizar no município uma representatividade significativa de trabalhadoras rurais para o referido congresso.

Internamente, nas reuniões do sindicato, a comissão estadual e a comissão provisória pautavam a necessidade de inclusão das mulheres nos debates e espaços de decisão. O tema geral do encontro foi “a proposição de mais tempo livre para que as mulheres participassem da associação, das reuniões do sindicato e demais espaços políticos” (Documentos, Comissão de Mulheres⁴⁷, 1999) Após esse encontro, foi escolhida a delegada que iria representar o STTR de Apodi no congresso de 1998. Fruto dessas mobilizações, o congresso contou com uma expressiva participação de mulheres: 42%. Graças a isso, foi aprovada a cota mínima de 30% de mulheres nos cargos de direção da CONTAG, posteriormente estendida às federações e sindicatos. Esse foi um grande momento para a luta e organização das mulheres. A partir desse momento, começaram a ser criadas, em âmbito nacional, as comissões de mulheres.

Quando Scott (2005, p. 23) fala do “enigma da igualdade”, nos instiga a estarmos atentos ao paradoxo presente nessa luta afirmativa por igualdade: “Visando acabar com a discriminação, não apenas chamou a atenção para a diferença, como a abraçou”. As mulheres, com todas as suas especificidades e subjetividades, foram à luta, passando a criar espaços organizativos como, por exemplo, as comissões de mulheres do STTR, os grupos de mulheres dos assentamentos e comunidades rurais, a comissão Oeste de Mulheres – agregado de várias comissões e movimentos da região Oeste do Estado do Rio Grande do Norte. A criação e a organização desses espaços foram essenciais para a sustentação e o fortalecimento da representação sindical. Entretanto, essas lutas por igualdade são paradoxais, se redefinem, se adequam. Simone de Beauvoir diz: “Nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os Direitos das Mulheres sejam questionados. Esses mesmos direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilante durante toda a sua vida”⁴⁸. Por isso, a necessidade de constante mobilização, e da própria auto-organização das mulheres para que esse processo esteja sempre vivo, em constante transformação. Um fato que podemos citar como exemplo desses ataques incisivos diz respeito à apresentação do projeto que queria restringir a venda de pílulas anticoncepcionais⁴⁹, tudo isso em nome da manutenção da ideia de família tradicional, que se

⁴⁷ Comissão de Mulheres provisória do STTR de Apodi/RN.

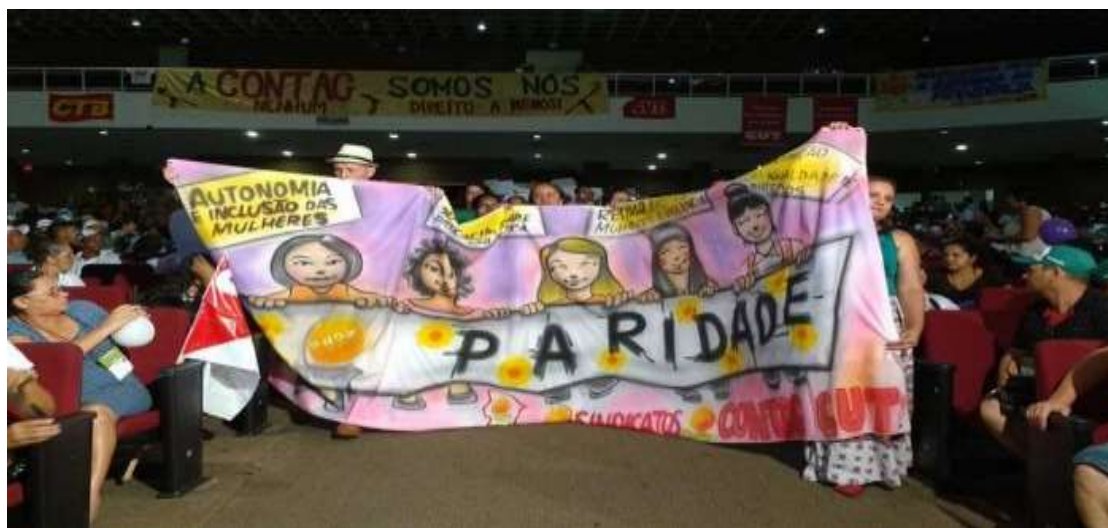
⁴⁸ Esta frase é atribuída a S. Beauvoir.

⁴⁹ Deputado Marcio Labre (PSL-RJ) apresentou o PL 261/2019, que pretendia proibir algumas categorias de medicamentos anticoncepcionais no Brasil, que Labre considera serem “microabortivos”.

fundamenta e se sustenta através da manutenção das mulheres dentro de casa, exercendo a função do cuidado e da reprodução.

A necessidade de estar em constante superação fez com que, em 2017, no 12º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (CNTTR) da CONTAG, as mulheres propusessem superar a cota mínima de 30% nos cargos de direção. Cláudia Farinha, secretária de Política Social da Federação dos Trabalhadores Agricultores e Agricultoras Familiar do Distrito Federal (FETADF), enfatiza que “é importante que nós mulheres, que temos a compreensão da paridade e da inclusão das mulheres, sensibilizem e participem dos debates com as trabalhadoras nas comunidades e nas cidades desse país” (Aragão, 2017)⁵⁰. Continua, citando que as Margaridas (em alusão à Marcha das Margaridas enquanto espaço de organização e reivindicação) compreendem “que as decisões em nível nacional são como um espelho para a base que, muitas delas repetem, há muitos sindicatos que ainda não cumpriram a cota mínima de 30% que foi aprovada no 7º Congresso, ocorrido no ano de 1998” (Aragão, 2017). As participantes reconhecem as diferenças e que existem sindicatos cujas lideranças são mais comprometidas com a inclusão das mulheres do que outras. Asseveram que é necessário mudar isso, organizar espaços de fortalecimento e formação para novas lideranças.

Figura 21 – Cartaz do 12º Congresso da CONTAG



Fonte: Aragão (2017).

Na perspectiva de se estar organizando espaços de discussão para fortalecer a participação das mulheres nos sindicatos, a Comissão de Mulheres tem um importante papel. A paridade de gênero é muito relevante e possibilita o desenvolvimento do capital político e cultural das mulheres. No STTR de Apodi,

⁵⁰ <https://www.cut.org.br/noticias/paridade-de-genero-e-um-meio-para-a-igualdade-e-nao-o-fim-7fc3>.

a Comissão foi criada de forma provisória em 1997, sendo oficialmente eleita no pleito ocorrido em 2000. A presença das mulheres do grupo do P.A. Sítio do Góis na Comissão de Mulheres deu-se em 1999, na comissão instituída provisoriamente, conforme verificação das atas da comissão. Na primeira eleição efetiva dessa comissão, que ocorreu em 2000, a representação do P.A. ocupava 1 assento dos 10 existentes. Nas atas, verificamos que, no decorrer de todos os processos eletivos do STTR, o grupo sempre esteve presente, tanto nas reuniões da comissão como na composição da comissão. Teresa, inclusive, fala de forma bem explicativa sobre essa presença e a importância para o acesso à diretoria executiva do STTR:

[...] a gente dentro desse grupo de mulheres, começou a sair e a participar e daí saiu uma pessoa do grupo, uma mulher do grupo de mulheres pra vir fazer parte da comissão de mulheres do sindicato, que foi Josefa. Na época ela fez parte da comissão de mulheres, então ela ficou fazendo parte da comissão e vinha assistir as reuniões aqui. Passava os informes pra gente lá no grupo e daí foi começou também. A comissão de mulher tinha uma coordenação que também hora por outra participava também da reunião lá no grupo das mulheres. E começou esse entrosamento entre a comissão de mulheres e o sindicato, a associação de mulheres e a comissão de mulheres daqui. E daí Josefa participou de bem dois mandatos na comissão, aí depois eu fui fazer parte da comissão. Ela saiu e eu fui fazer parte da comissão, passei uma gestão. Quando foi na segunda, quando terminou essa comissão que fiz parte, já fui convidada pra ir pra diretoria executiva. Que eu já vim pra diretoria executiva como tesoureira. Aí eu fiquei, fiz parte, passei essa gestão e quando foi, quando terminou essa gestão que eu era segunda tesoureira, eu já fui chamada pra fazer parte – pra continuar – mas já indo pra ser primeira secretária, que é o cargo hoje que eu tô lá na diretoria executiva. E não quero ficar só nisso, né? (Teresa, 44 anos, AG)

A entrevistada apresenta os caminhos que trilhou, enquanto representante da área e do grupo de mulheres para chegar à diretoria executiva do STTR, e ela enfatiza que entende que as mulheres devem ousar mais, não se conformar somente nesses lugares que estão hoje, assumir e lutar por espaços de representação ainda não acessados pelas mulheres na hierarquia do STTR de Apodi como de presidente.

Quanto ao fórum das Associações, criado no final da década de 1990, teve sua primeira ata registrada em 1999 e se identificava como Fórum dos Assentamentos. Em 2000, unificou-se, juntando os assentamentos e comunidades, e passou a ser Fórum da Agricultura Familiar de Apodi (FOAFAP). No início, não havia registro de eleições. Coletivamente, eles escolhiam uma coordenação que poderia ir sendo recomposta conforme a necessidade. No decorrer da análise das atas, ficou visível que vários trabalhadores assinaram a ata como coordenador da reunião. Em 2007, foi feita uma escolha de uma nova coordenação por tempo indeterminado, sendo eleitos 2 trabalhadores, como coordenador e vice-coordenador, e 1 trabalhadora, como secretária. Pela análise das atas, percebe-se que vários membros continuam coordenando essas reuniões, inclusive a diretoria do sindicato, em diversos momentos. Uma

trabalhadora rural do P.A. Sítio do Góis, do grupo, aparece como coordenadora de alguns momentos de reunião do Fórum. As reuniões ocorrem impreterivelmente em todas as primeiras quartas de cada mês.

Figura 22 – Reunião do Fórum da Agricultura Familiar de Apodi – FOAFAP



Fonte: Acervo STTR Apodi/RN (2018).

Na análise das atas da associação e do STTR e das atas e relatórios da comissão de mulheres, é possível perceber, a partir do critério ausência/presença em diferentes espaços, que o acesso e a participação das mulheres foram aumentando. Contudo, algumas considerações precisam ser feitas sobre esse acesso e participação. A presença das mulheres nas diretorias dos sindicatos pode ser meramente formalidade, uma exigência, pode não significar poder, porém as cotas são precursoras e motivadoras da organização das mulheres nos sindicatos rurais (Boni, 2004). Esse acesso também pode significar mudanças no *habitus* e na incorporação de outros papéis. Realmente, somente o acesso, o estar lá, pode não ser fator direto de mudança. No entanto, é preciso perceber que existem diferentes processos que podem contribuir, ou não, para a presença dessas mulheres nesses espaços, processos que se organizam com o objetivo de intervir numa realidade previamente avaliada como inibidora da participação das mulheres, que historicamente as vem invisibilizando, silenciando, subalternizando. A partir dessa constatação, organiza-se uma estratégia de formação com vistas a redefinir essa situação tendo como meta a auto-organização e o próprio empoderamento das mulheres. Esses processos são diferentes de outros que procuram somente se adequar a determinadas exigências, como é o caso das cotas das comissões de mulheres, jovens e idosos, que se tornaram uma espécie de norma. Porém, em muitos espaços, elas não são aplicadas na prática organizativa das instituições, portanto, não mexem com as estruturas dessas organizações, que continuam “impedindo”, de forma velada, a participação efetiva das mulheres nas instâncias de poder.

No STTR de Apodi, diferentemente de muitos sindicatos, a comissão de mulheres não foi meramente criada como uma obrigação estatutária, ela sempre teve um papel importante na dinâmica organizacional do STTR, se mantendo atrelada às pautas e lutas nacionais. A referida comissão desde a sua criação tem uma dinâmica de reuniões mensais, de visitas às comunidades e áreas de assentamentos rurais para mobilizar e organizar as trabalhadoras rurais. Isso foi constatado nas atas, relatórios e documentos da comissão. Mas isso não quer dizer que tudo foi fácil e tranquilo, uma dádiva concedida. Pelo contrário, as mulheres ocuparam esse espaço com muita luta e persistência. Saem de casa de manhã muito cedo, depois de executarem diversas atividades no universo doméstico, para estarem presentes nesses diversos eventos. Saem de casa pilotando uma motocicleta de madrugada, com filhos pequenos na garupa, pois os mesmos são sua responsabilidade, e não da família como um todo. Estas são algumas das dificuldades que enfrentam.

O fato de as mulheres terem acesso, participarem de processos que as capacitam a compreender que essas e outras desigualdades não são naturais, mas construtos sociais, faz toda a diferença para que as mulheres, nesse caso as trabalhadoras rurais, percebam a necessidade de estarem presentes, de participarem dos espaços públicos, como os sindicatos, a organização de grupos, a auto-organização de mulheres. Aqui, pode-se citar o caso do Unidas para Vencer, organizado com o objetivo de combater as desigualdades, primeiramente, as referentes à renda. Essa pauta essencialmente voltada para a renda, para questões econômicas, ou, mais precisamente, a supremacia dessa pauta econômica como prioritária para a transformação das relações de gênero, não se sustenta por si. O movimento e a organização de mulheres vão percebendo que a falta de acesso econômico a uma renda própria faz parte de um determinado circuito de opressão e dominação, porém não é o único.

Phillips (2001, 1991) influencia fortemente esse debate no Brasil quando apresenta a necessidade efetiva de as mulheres que ocupam cargos, por exemplo, nos sindicatos, compreenderem que esse acesso, essa inclusão só representará e construirá uma sociedade por gênero se as mulheres representarem um grupo de pressão que consiga desnaturalizar a desigualdade, exigindo responsabilidade na representação. Dito de outra forma, que as mulheres consigam ser representantes dos interesses das próprias companheiras. Essa é uma preocupação pertinente, principalmente quando vemos a forma como as cotas têm sido aplicadas na política partidária e, ousamos dizer, nos sindicatos também, que incluem as mulheres nas legendas e nos pleitos unicamente para cumprir as cotas, não significando mudanças na situação de invisibilidade das mulheres. Essa não é uma tarefa fácil, mas a horizontalidade da construção da participação pode ser uma forma de vivenciar esse problema de forma mais equitativa. Nessa perspectiva, a participação nas associações dos locais onde vivem, a auto-

organização, a presença e participação nas comissões de mulheres dos STTR, nos encontros, nas marchas, são importantes para a construção de uma identidade de grupo, podendo capacitá-las para a compreensão conjuntural e a possível intervenção qualificada e com responsabilidade de representação da categoria.

No sindicalismo, muitas vezes foi apregoado que as mulheres não tinham prática de atuação política que as capacitasse para o jogo de poder sindical, que não tinham coragem de falar em público, que tinham medo de microfone. Isso pode parecer uma coisa simples, porém, o diálogo com a base geralmente é feito através desse mecanismo e, portanto, a não utilização dessa tecnologia faz com que sua voz não seja ouvida. Essa ainda é uma dificuldade: o uso das tecnologias de poder ainda está fortemente centrado nos homens. Mas mudanças já podem ser percebidas.

No STTR de Apodi, mulheres coordenam mesas de debates nos sindicatos e fóruns, saem às ruas com microfones nas mãos, apresentam programas de rádio, participam, representando o sindicato, nas reuniões de associações de diferentes sítios e em muitas outras atividades, dentro e fora do município. Hoje, por exemplo, o próprio deslocamento é facilitado, uma vez que elas mesmas dirigem de sertão adentro, além de tomarem parte em outras tarefas que antes não tinham coragem de participar, pois as concebiam como naturais dos homens.

No sindicato de Apodi, o cotidiano da assentada e sindicalista Ivone Brilhante é o referido acima. Coordena reuniões internas e externas, participa do Programa Notícias do Campo na rádio Vale do Apodi que acontece todas as quartas-feiras e demais outras atividades dessa entidade. Castro (1995) chama a atenção para o fato de que

o compartilhamento do espaço em posições de comando pede que se acionem programas tais como os de treinamentos para as mulheres no plano das políticas de quadro e para homens e mulheres no plano de gênero, além de mudanças de práticas de ordenação da vida organizacional, o que passa, inclusive, por questionar horário, formas de tratamento entre os companheiros e relações homem/mulher em diferentes espaços [...]. (p. 36)

O movimento de mulheres tem vastamente contribuído, apresentando a necessidade de as mulheres estarem nos espaços públicos, falarem por elas, por si mesmas. Nas áreas de assentamento, o processo de empoderamento surge como uma alternativa para que as mulheres possam quebrar os grilhões físicos e simbólicos que as oprimem. Por isso, a participação e mais espaços ocupados por elas são muito importantes.

5.3. O (não) lugar da mulher na organização, no acesso ao crédito, na produção e na representação política

Analisando as atas da associação dos posseiros do P.A. Sítio do Góis, em especial, a ata de fundação/criação da associação que data de 03 de maio de 1998, que é a primeira ata, enfatizamos a importância dessa organização cível enquanto importante espaço de tomada de decisões coletivas das áreas de assentamentos rurais de Reforma Agrária. Na análise da ata, que pode ser verificada abaixo, constata-se que nenhuma mulher esteve presente nessa assembleia de fundação, ou de forma mais precisa, nenhuma mulher assinou a lista de presença. Consequentemente, nenhuma ocupou assento na diretoria executiva e conselho fiscal, composta por 12 membros.

Tabela 5 – Apuramento dos dados das atas de Eleições da diretoria executiva e do conselho fiscal da Associação do P.A. Sítio do Góis de 1998–2016

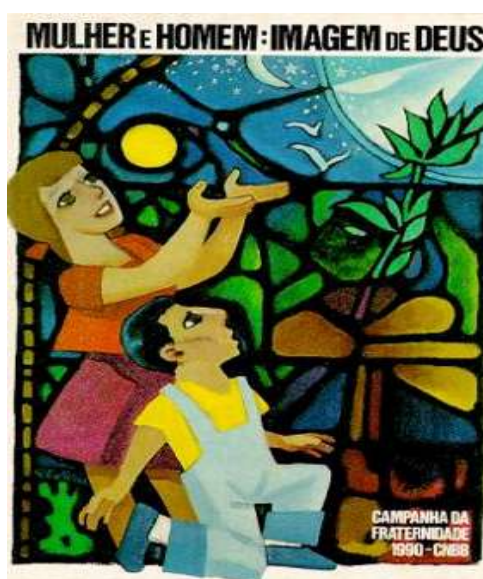
ANO DO MANDATO	TOTAL DE PARTICIPANTES (GERAL)	PRESEÇA DE MULHERES	CARGOS ELETIVOS OCUPADOS POR MULHERES
1998 – 2000	49	0	–
2000 – 2002	42	2	1
2002 – 2004	58	5	2
2004 – 2006	44	4	Vice-presidência, 2ª tesoureira, 1ª secretária e 1º conselho fiscal (4)
2006 – 2008	23	4	Vice-presidência, 1ª secretária, 1º e 2º conselho fiscal, e 2ª suplência do conselho fiscal (5)
2008 – 2010	27	9	Vice-presidência, 1ª e 2ª secretárias, 1ª tesoureira, e 1º conselho fiscal (5)
2010 – 2012	24	9	Presidência, Vice-presidência, 1ª e 2ª secretárias, 1ª tesoureira, e 2º conselho fiscal (6)
2012 – 2014	26	11	Presidência, Vice-presidência, 1ª e 2ª secretárias, 1ª tesoureira, e 2º conselho fiscal (6)
2014 – 2016	20	6	Vice-presidência, 1ª e 2ª tesoureira, 1ª secretária e suplente do 2º conselho fiscal (4)

É interessante observar que esse processo foi acompanhado pela CPT, STTR de Apodi e pela Igreja Católica, por meio de seus representantes, que se fizeram presentes no ato da eleição. Referimo-nos, de forma indagadora, ao resultado desse processo de fundação e eleição pelo fato de essas entidades já terem um processo de discussão em curso sobre a inclusão das mulheres nos espaços de decisão. A CPT, por exemplo, segundo Silva e Lage (2012) e outros, tinha incluído a discussão sobre gênero na luta

pela terra desde 1975. O movimento sindical, especialmente o de Apodi/RN, já vinha realizando debates com a FETARN, por meio da comissão estadual de mulheres, sobre a necessidade de inclusão das mulheres nos debates e espaços de decisão da categoria. Inclusive já tinha formado, provisoriamente, uma comissão de mulheres, que havia sido responsável pela organização do I Encontro Municipal das Trabalhadoras Rurais, ocorrido no ano de 1997, ano anterior à criação da associação do P.A. Sítio do Góis. A pauta do encontro foi justamente a proposição de mais tempo livre para que as mulheres participassem da associação, das reuniões do sindicato e dos demais espaços políticos. Essa pauta do “tempo” foi uma reivindicação das mulheres urbanas, que o movimento de trabalhadoras rurais pegou de “empréstimo”. Esse encontro caracterizou-se como a primeira expressão material e simbólica de participação das mulheres e possibilitou, também, maior interação das agricultoras com o movimento de mulheres, dentro e fora do Estado.

A partir desses dados, verifica-se o grau de dificuldade de demonstrar a necessidade e a relevância de as mulheres acessarem esses espaços. É importante citar que, nacionalmente, também já havia debates em curso na luta pelos direitos das mulheres, como as conferências mundiais, a aprovação da Década da Mulher (1975–1985) e a instalação do Ano Internacional da Mulher, em 1975 (Sales, 2007). A Igreja Católica, no início da década de 1990, teve como tema da Campanha da Fraternidade “Deus quer homem e mulher como companheiros, iguais nos direitos porque os dois são imagem e semelhança d’Ele”, incentivando o debate sobre a condição da mulher, tanto na cidade, quanto no campo (CNBB, 1990), conforme bem ilustra a figura abaixo:

Figura 23 – Campanha da fraternidade de 1990



Tema: Campanha da Fraternidade
Lema: Mulher e Homem: Imagem de Deus
Objetivo Geral:
Conscientizar que mulher e homem juntos são imagem de Deus e que Deus entregou a criação a todos. Ajudar a ver como, na realidade, a mulher não é reconhecida e tratada como igual ao homem. Enfocar a vocação inicial da mulher e do homem: construir juntos uma nova sociedade.

Fonte: CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (2011).

Mesmo já sendo pauta dessas instituições a necessidade de acesso e participação das mulheres nesses espaços, em Sítio do Góis isso não aconteceu. As mulheres ficaram ausentes nessa decisão histórica da associação. Nas entrevistas, percebe-se que elas não têm ciência disso. Josefa cita que participou da primeira coordenação como secretária, sendo que, nos documentos – atas, registros no cartório – isso não se confirma. Conforme análise das atas, a trabalhadora foi eleita 1ª secretária no segundo pleito – 2000 a 2002 –, sendo a única mulher na chapa; essa eleição foi chapa única. Um fato observado é que as mulheres não percebem essa “lacuna” na sua participação, especialmente Josefa (57 anos, ASG/AG), que acredita que sempre esteve presente e incluída no processo.

Pensando nesse silenciamento (Achugar, 2006; Spivak, 2010), na exclusão das mulheres, aqui olhando de forma específica para a realidade das trabalhadoras rurais, entende-se que a negação do acesso, na perspectiva de estar presente, de ser reconhecida como sujeito do processo é “quase” anterior ao lugar de fala, pois se minimamente não foi “permitido”, não foram nem “convidadas” a estarem presentes, como poderão falar? Nesse momento não é necessário perguntar quem pode falar por si, pois a inexistência de acesso das mulheres já diz muito.

Zeldin (2001), quando reflete sobre as conversas nos espaços públicos e privados, entrelaça-as uma na outra, enfatizando que, em ambos os espaços, é primordial e necessário pensar por si mesmo, ter a ousadia de dizer o que pensa, estar aberto a escutar o que os outros pensam e têm a dizer e, ainda, ser capaz de construir a partir dessa multidiversidade de pensamento, que envolve a necessidade do reconhecimento da igualdade entre homens e mulheres, das diferenças geracionais e outras mais. Para Zeldin (2001), a conversa não consiste apenas em transmitir informações ou partilhar emoções, não é apenas um meio de meter ideias na cabeça das pessoas; é uma troca de ideias, contextualizada, participativa e democrática, que envolve amor, humor, respeito, solidariedade e dinamicidade.

Carpentier (2012) também nos oferece uma margem de reflexão para esse fato, ao enfatizar que ter acesso é adquirir “uma forma de presença”, que pode contribuir para o alcance da participação. O acesso não é só estar fisicamente no local. Nessa questão da não presença das mulheres na fundação da associação, somente estar fisicamente não serviria para estabelecer o grau de acesso. Seria necessário que as mulheres tivessem informações sobre a importância de estar nesse espaço, de apresentarem suas necessidades e especificidades, para que os sujeitos envolvidos nesse processo também compreendessem isso. No entanto, sem o acesso, sem se estar presente, a possibilidade de participação deixou de ser pautada, já que se compôs e se consolidou uma chapa e, posteriormente, uma diretoria executiva sem nenhum desses sujeitos envolvidos, mesmo já tendo discussões em curso

sobre a necessidade de inclusão das mulheres nos espaços de decisão. Bourdieu (2012) chama de “ordem das coisas” esse compartilhamento social, essa naturalização de determinados *habitus* dos agentes históricos. Isso se corporifica, se naturaliza, e as próprias mulheres acabam achando “normal” não falarem, só escutarem: “Não, eu não gosto. Só gosto de escutar” (Joana, 50 anos, AG). No entanto, sentem vontade de falar: “Tenho vontade de falar, às vezes, fico emocionada e não vou falar [...] Eu erro, aí o pessoal vai mangar, aí eu não vou falar” (Solange, 47 anos, AG). “Às vezes, tenho vontade de falar e não falo. Fico constrangida... Sei lá, aquilo bem... Tem vez que eu choro. // Eu choro, sabe? Me emociono. Fico emocionada. // Às vezes, eu consigo. Às vezes, não (risada). Às vezes, não!” (Inalda, 66 anos, DC).

Bourdieu (1983), quando fala sobre a relação prática da comunicação, enfatiza a necessidade de reconhecer o risco de que aqueles que tenham, que detenham “a palavra, o monopólio real da palavra, imponham completamente o arbitrário de suas interrogações, de seus interesses” (p. 75). E apresenta que para contestar a ordem instituída, faz-se necessário reconhecer o monopólio dessa arbitrariedade tanto por parte dos que monopolizam o discurso quanto dos que sofrem. Nas falas acima, percebe-se que as mulheres, mesmo não reconhecendo completamente esse monopólio, o vivenciam na situação social em que vivem. Sentem-se angustiadas, com medo, percebem e sentem a força do autoritarismo presente nas falas dos homens, por vezes naturalizadas, aceitas e corporificadas através do *habitus*, que as fez, e ainda faz, acreditar que os espaços de representação são essencialmente o lugar “deles” [homens]. Esse uso “autoritário da palavra” pode ser percebido nas reuniões da associação, do STTR e demais espaços públicos observados, quando vimos o quão recorrente é o medo de se expressar, de ir à frente da tribuna dizer o que sentem, o que pensam sobre determinadas questões discutidas nesses espaços, o medo é tão grande que mudam de cor, tremem, falta-lhes a voz, choram. Elas se sentem fora de lugar, sem valor (Achugar, 2006). Observamos que quando o evento é quase essencialmente com mulheres, como por exemplo os encontros de mulheres trabalhadoras rurais ou as atividades referentes ao 08 de março, as mulheres conversam entre si, riem, vão na frente dançar, cantar, contar sua história. Até a forma de falar é mais alta, como se estivessem denunciando.

Para Scott (1995), a essência da definição de gênero está nas proposições (conectadas) que o entendem como um elemento constitutivo das relações sociais, baseado em diferenças que distinguem sexos, e como uma forma primária de relações significantes de poder. Nessa perspectiva, a proposta de Scott (1995), de tratar gênero como uma categoria de análise, evidencia a capacidade de decodificar essas lacunas de participação das mulheres nos espaços de poder, enfatizando a necessidade de reverter, redefinir a sub-representação das mulheres, desnudando as relações desiguais de poder e o monopólio

das falas. Ao viverem esse processo de auto-organização, as mulheres coletivamente se organizam e se fortalecem na perspectiva, também, de qualificarem suas intervenções orais nos espaços de poder e tomada de decisão, sejam eles públicos ou privados. Ana diz que percebe o momento certo de falar “através da conversa”. E completa, dizendo que:

Sinto que hoje eu tenho aquela oportunidade. Antigamente eu não tinha, né? É uma oportunidade que a gente vai falar, vai expressar suas palavras e dizer o que sente, como é que está sentindo, e todos vão ouvir né?. Muitos concordam, outros não concordam, mas a vida é assim (mexe os ombros) // é... quando a gente começou a participar, a gente se sentia muito acanhada, envergonhada...mais não, hoje a gente, o fato de a gente participar sente mais um pouco o ar livre, né? Mais à vontade (*risada*). (Ana, 56 anos, AG)

Bourdieu (1983) indaga “se o oral pode ser ensinado”. Entendemos que essa é uma questão bem pertinente para se pensar, tendo em vista o processo de empoderamento vivido pelas trabalhadoras rurais do grupo de mulheres Unidas para Vencer, o qual estamos analisando. Acreditamos que a oralidade se constrói a partir do reconhecimento que se detém de um certo tipo de saber e que esse saber tem uma importância social tanto para os que falam quanto para os que escutam, e que ele pode ser adquirido em determinadas situações de aprendizagem, sejam elas formais ou informais. Assim sendo, entendemos que esse processo de empoderar-se “capacita” as agricultoras a se reconhecerem enquanto sujeito, a entenderem a importância do acesso, da presença, nos espaços de decisão, da necessidade de romper com esse “monopólio da palavra” e outros mais, tanto para si quanto para os outros. Marta faz uma fala que enfatiza esse “empoderar-se”:

Eu acho que a partir da [capacitação]... Disso aí tudo, a gente foi moldado. A gente era uma pessoa, e a gente foi moldado a ser outra. Outra pessoa com conhecimento, com opiniões... Porque antigamente a gente talvez tivesse até medo de falar diante de um ambiente que a gente não se sentisse confortável. Hoje em dia, você se sente confortável em pegar o microfone, numa assembleia, que seja cheia de doutores, de pessoas com diploma, e você se sente confortável em falar, porque você está falando com propriedade (ênfase em propriedade) de conhecimento, porque você foi capacitado para isso. (Marta, 27 anos, EU)

Como é apresentado pela entrevistada, essa percepção da necessidade de mudar, de questionar, de desestabilizar, de tombar, de fazer escolhas antes impossíveis, proibidas, negadas, não surge naturalmente. Foi um processo também desencadeado por forças e fatores externos – ONG, STTR, Estado, Igrejas –, que podem ser definidos como “agentes de empoderamento” (Sardenberg, 2006). No caso do assentamento, esses agentes tiveram a função de convencer, de encorajar as mulheres a reconhecerem e lutarem por seus direitos à igualdade, ao reconhecimento, à justiça, à dignidade e a perceberem a importância do acesso e participação para o empoderamento. Essa atuação, segundo

Sardenberg (2006), possibilitou organizar as mulheres para a ação. A autora diz que “o espiral do empoderamento afeta todo mundo: o indivíduo, a facilitadora, o coletivo, a comunidade (p. 8). E nessa perspectiva, o acesso, a presença e a participação das mulheres nos espaços de representação, como uma ação que objetiva desestabilizar, tombar a ideia de participação centrada na figura do homem, se constrói como um processo transformador e inclusivo. Esse processo possibilita a reversão e a redefinição da sub-representação, do monopólio da fala e do autoritarismo, contribuindo para o preenchimento dessa lacuna, de invisibilidade e silenciamento das mulheres. É mister reforçar que a sub-representação é um limite para o acesso e a participação das mulheres que dificilmente terão suas pautas e demandas apresentadas e debatidas. Dar voz aos sujeitos é condição essencial para a participação cidadã. Vale ressaltar que esse processo não foi neutro, já que objetiva proporcionar mudanças nas relações de poder de uma determinada categoria. Foi induzido, socialmente construído, e tinha, como já apresentamos, uma “intencionalidade”. Essa não neutralidade é própria dos processos que objetivam o empoderamento, já que o mesmo assume um posicionamento ideológico que se volta para os interesses dos excluídos social e economicamente.

A partir da segunda reunião da associação, conforme verificado nas atas, a “presença” das mulheres foi constante, mesmo sendo mínimas (1, 2, 3, por reunião). Impende ressaltar que, naquele momento, as mulheres, mesmo as 3 titulares⁵¹, não participavam das reuniões, já que, na lista de participação, não são nominadas. Essa dificuldade de reconhecimento dos direitos das mulheres à terra é bem antiga na América Latina, Deere e León (2002) assim se expressam sobre essa questão:

Se a herança houvesse seguido a norma legal de herança igualitária entre todos os filhos, independentemente de gênero, a distribuição de bens na América Latina hoje seria relativamente equilibrada entre os sexos, uma situação que dificilmente ocorre. As regras sociais que governam a transmissão de bens produtivos – ou seja, a construção social de masculinidade e feminilidade em que os homens são definidos como os produtores e principais ganhadores de renda e as mulheres como donas de casa dependentes – têm gerado uma considerável desigualdade de gênero na posse de bens. (p. 41)

Paulilo (2009), nos seus estudos sobre a sucessão de terra no sul do Brasil, destaca que se for para escolher alguém para excluir da sucessão da terra certamente será a mulher. Também refere que ainda que a terra pertença à mulher, o marido ainda é considerado o responsável. Na reforma agrária essa lógica é seguida, como é o caso das titulares dos lotes em áreas de assentamentos: mesmo que a mulher seja a titular, muitas vezes é o homem quem responde pela área.

⁵¹ Verificamos essa informação na ata na Relação de Beneficiários (RB) (INCRA, 2017). Disponível em: <<http://saladacidadania.incra.gov.br/Beneficiario/ConsultaPublica>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

Enfatizamos as titulares, pois era comum os demais assentados (homens, principalmente) reclamarem de pessoas que falavam na reunião, que queriam ter voz, mesmo não sendo titulares e que, portanto, estariam dando parecer indevido naquele espaço:

[...] me sentia que a gente não podia falar, às vezes, tinha vontade de dizer uma coisa, mas não, primeiramente iam dizer: você não é titular do assentamento, é seu filho que é. Você não tem direito de dizer nada aqui, não, por isso, eu ficava calada, tinha muitas coisas que eu tinha vontade de dizer, mas não dizia, mas eu tinha vontade. (Lia, 67 anos, AG)

Susan Senecah (2004) apresenta, através da noção que intitula de “trindade da voz”, três elementos que nomeia de *acesso*, *posição* e *influência* que é bem pertinente para a análise dessa realidade vivenciada pela entrevistada. Quando a autora define que, para participar, é necessária uma “posição” e que essa se refere ao *status*, à *legitimidade* e à *consideração*, o caso vivenciado pela entrevistada reflete bem essa posição. O filho de Zélia é solteiro – verificamos na Relação de Beneficiários (RB) –, portanto, ela teria todo o direito (legítimo) de falar, mas esse direito lhe era negado. Ela não tinha o *status* necessário, não era *considerada* assentada, ela era tratada como “agregada” (uma pessoa que mora na área de assentamento e não tem casa nem lote) e, desse modo, teve sua participação constrangida, negada.

Geralmente, consideravam sócios e sócios os titulares, sendo essa, inclusive, uma orientação do INCRA. Os/as companheiros e companheiras podiam se associar, porém teriam que pagar duas taxas⁵² e o quórum de reuniões teria que ser maior. Essas eram algumas das dificuldades apontadas. Ficava oneroso, já que também havia taxas coletivas como a da energia do bombeamento de água do poço que abastece o P.A., dificultando, assim, o acesso das mulheres e dos jovens e fazendo com que somente um membro fosse sócio, representando a família naquele espaço – geralmente o homem. Vale ressaltar que, mesmo que o homem não fosse o representante da família (ou sócio), era aceitável que explicitasse o posicionamento da unidade familiar (ou o seu próprio, no lugar do da família). Isso não ocorria no caso de a mulher se encontrar nesta situação. Inclusive, conforme exposto, até a titularidade da terra não conferia à mulher o direito à fala que era garantido aos homens, mesmo na ausência do título. Apresentamos esse fato com o objetivo de enfatizar que o “direito de estar presente”, de “participar”, por si só não fez com que as mulheres tivessem acesso, participassem daquele espaço. O seu acesso e participação veio ocorrer a partir do processo de auto-organização que as mobilizou, sensibilizou e capacitou efetivamente para perceberem a importância de estarem presentes e participarem da vida

⁵² Esses pagam uma pequena taxa mensal para o custeio das viagens, alimentação, e combustível da moto da associação para as atividades de representação, que geralmente ficam a cargo da diretoria executiva e demais representantes escolhidos (as) em assembleias.

política do assentamento e do sindicato como categoria reconhecida, com status, assumindo uma posição legítima de sujeito.

A partir da segunda eleição, ocorrida em 2000, as mulheres passaram a fazer parte da coordenação executiva da associação. Nesse mandato (2000–2002), uma delas assume o cargo de 1ª secretária.

Josefa, secretária na época, fala dos seus sentimentos:

Eu me sentia assim, eu me senti *orgulhosa, frustrada e satisfeita*⁵³. Por que orgulhosa? Porque eu era a única. Aqui, toda a vida, o índice de alfabetização foi muito pequeno, foi muito pequeno, era muito pequeno. Só podia ficar na secretaria quem soubesse ler e escrever; eu, como sabia ler e escrever, fui a primeira pessoa escolhida pra ser, pelo grau de escolaridade *que eu tinha*⁵⁴. Não tinha nenhum homem com escolaridade para fazer a ata. Eu me senti elogiada por isso, mas um pouco frustrada, porque eu ia pra Natal, ia para reuniões no sindicato de Apodi. Todos os assentamentos, só homem na diretoria, só homem na diretoria, só o Sítio do Góis que era eu e o presidente. Quando chamava a diretoria do assentamento Sítio do Góis, eu me sentia muito orgulhosa em me levantar e fazer parte da plateia de homem, como mulher de assentamento. (Josefa, 57 anos, ASG/AG)

A Comissão de Mulheres do STTR estava em plena atividade, inclusive com uma representante do P.A. Sítio do Góis, especificamente a agricultora eleita secretária. Nesse biênio, também se percebe um aumento do número de mulheres nas atividades. De um total de 15 atividades ocorridas em 2002, estiveram presentes 96 mulheres. Nesse ano, também foi realizada uma oficina específica para as mulheres, organizada pelo Centro Feminista 8 de Março e pela Comissão de Mulheres do STTR, que contou com a presença de 27 mulheres do P.A. Sítio do Góis. Os princípios orientadores dessas oficinas eram fundamentados nas pedagogias feministas, que compreendiam a ação educativa como ação política, pois tinham como objetivo mudar a vida das mulheres e as injustiças sociais às quais estão submetidas; reconheciam que essa ação educativa não poderia ser pontual, mas processual. Partia da realidade dos sujeitos e reconhecia seus saberes, concepções e sentimentos (Portella & Gouveia, 1998).

Nas eleições de 2002–2004, duas mulheres estavam na diretoria executiva, ocupando o cargo de 1ª e 2ª secretárias. Muitas vezes, o cargo de secretária é criticado, avaliado como detentor de pouco valor político, por não ter uma reconhecida e relevante participação no debate político e na representatividade. Na perspectiva de poder, algumas estudiosas vão fazer uma leitura negativa dessa participação das mulheres “somente” como secretárias, cuja atribuição consiste, muitas vezes, “somente” em escrever as atas. Josefa, inclusive, cita que foi escolhida “pelo seu grau de escolaridade” e isso a capacitava para ser secretária e “escrever a ata”.

⁵³ Grifo nosso.

⁵⁴ Grifo nosso.

Nas eleições de 2004–2006, as mulheres tiveram mais acesso a esse espaço e se elegeram para quatro cargos: vice-presidência, 1ª secretária, 2ª tesoureira e 3ª conselheira fiscal.

O ápice deu-se nas eleições de 2010–2012, quando as mulheres assumem quase por completo a diretoria executiva. O único cargo ocupado por um homem, nesse mandato, foi o de 2º tesoureiro. Esse mandato foi avaliado e estendido para o biênio de 2012–2014, a partir de um processo de reeleição. As mulheres, nas suas falas nas entrevistas, reconhecem esse momento como extremamente importante: “É um grande avanço para as mulheres, que não tinham direito a nada, só à cozinha” (Romana, 70 anos, AG). Teresa é bem enfática sobre essa participação:

[...] mulheres participarem de diretoria executiva eu acho importante. Porque antes, eu lembro, hoje eu sou secretária lá do sindicato. // Por exemplo, quando botavam uma mulher numa diretoria de uma associação, só queriam botar ela *como secretária*⁵⁵, que era pra fazer as atas porque segundo ele – segundo eles – a mulher tinha a letra mais bonita, a mulher num sei o quê, sabe? Mas hoje, é diferente. Hoje, a mulher não quer ser só uma secretária. Como eu disse pra você, *hoje eu sou secretária lá do sindicato, mas não é o que eu quero pra mim no futuro*⁵⁶. Não é só isso, não. Já passei como segunda tesoureira, hoje tô como secretária, mas aí eu não quero ficar só como secretária ou voltar a ser uma segunda tesoureira ou vice-presidente, não. A gente sempre buscando mostrar o que a gente tem, mostrar o que a gente é, a importância que tem a mulher dentro da associação. (Teresa, 44 anos, AG)

Solange também nos apresenta sua opinião sobre a participação na diretoria: “Que é para as mulheres saber... Os homens saber que nós tem nossos direitos de participar de reunião, do sindicato, de fórum... de associação. Como aqui, eu já fui tesoureira da associação. É muito gratificante isso pra as mulheres” (Solange, 47 anos, AG). As entrevistadas, conforme percebemos nas falas, têm consciência da importância de estarem presentes nesses espaços, que são espaços de poder; percebem que nesses espaços existe um “jogo” e que elas precisam entender as “regras do jogo” para que possam subverter essa ordem que as confina a estarem em cargos de menor poder dentro da hierarquia desses espaços. Também apresentam o entendimento e reconhecimento da importância que tem para as outras mulheres a sua participação nesses espaços, no sentido de mostrarem que esse também é um lugar de mulher. Ocupar esses cargos não é uma tarefa fácil, requer empenho e coragem, conforme Ana:

Eu, quando eu assumi esse cargo, né, que era para fazer, eu tive muita dificuldade de aprender a fazer aquelas atas, hoje não. Eu não tenho mais tanta dificuldade, né? Mesmo quando eu tenho uma dúvida, eu chamo uma pessoa que esteja mais atualizada e pergunto se é assim, assim, assim. Eu acho muito importante. Acho que eu aprendi muito com isso. É difícil? É. Mas dá pra chegar lá. (Ana, 56 anos, AG)

⁵⁵ Grifo nosso.

⁵⁶ Grifo nosso.

De 2014 a 2016, as mulheres continuaram presentes na coordenação, ocupando os cargos de vice-presidência, 1ª secretária, 1ª e 2ª tesoureiras. A participação das mulheres em instituições de representação coletiva é importante. Temos ciência de que somente o fato de as mulheres ocuparem cargos nas diretorias executivas das associações, dos sindicatos, dos fóruns, não faz com que as discriminações, a invisibilidade nos espaços públicos, o silenciamento, sejam resolvidos, sanados. A cultura da dominação masculina continua agindo nesses espaços. Porém, com as mulheres ocupando esses cargos, a possibilidade de visibilizar sua atuação contribui para que sua participação subjugada no mundo público se redefina:

Eu acho que alegria e conquista, né? Porque uma mulher chegar ao ponto que a gente chegou, que até presidente hoje a gente já é... Os homens tiraram, mas a gente tinha uma presidente. Isso foi uma conquista muito grande, porque antigamente não existia né? // É um sentimento de alegria mesmo, que você vê que tem mulheres, que até mesmo a gente somos capazes de ser aquela mulher de uma diretoria, uma prefeita, uma vereadora, uma presidenta né? A gente somos capazes. E hoje a gente tem esse direito e antigamente não tinha. Então, é um sentimento de alegria. (Diana, 31 anos, DC)

O acesso de mulheres a posições de poder, especialmente na ocupação desses cargos, representa para as mulheres a real possibilidade de acesso e participação. No entanto, essas mudanças precisam também atingir hierarquias e formas de exploração para que seus benefícios sejam realmente transformadores.

5.4. O lugar da mulher no P.A.: o acesso ao crédito, atividades produtivas e reprodutivas

Outro momento importante nas áreas de assentamento que merece que consideremos, já que foi a partir dele que o próprio movimento de mulheres se organizou, diz respeito ao acesso à renda e à consequente autonomia econômica para as mulheres. Reconhecemos essa conquista como importante, mesmo não sendo por si só a única forma de transformação econômica das mulheres. Nessa perspectiva, o acesso ao crédito tem um importante papel no processo de luta das mulheres por acesso e participação. Nos assentamentos, as discussões sobre acesso ao crédito são muito importantes e definidoras dos rumos, já que é a partir desse acesso que toda a infraestrutura, tanto da agrovila quanto dos lotes, é montada – construção das casas, compras de insumos, ferramentas, construção de cercas, compras de animais e outros.

Nas discussões sobre os primeiros créditos e na construção das casas, verificou-se que, no decorrer de 11 atividades, somente 33 mulheres estiveram presentes, enquanto que 513 homens marcaram presença. Nas reuniões, para discutir o crédito do Fomento, por exemplo, que objetiva viabilizar projetos produtivos de promoção da segurança alimentar e nutricional e de estímulo à geração de trabalho e

renda; ou o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA); o crédito de implantação emergencial e o crédito habitação, em todos esses debates, contou-se com uma participação ínfima de mulheres, em torno de 1 ou 2 por atividade. No entanto, no dia em que foi discutido o crédito alimentação (quando a discussão envolveria montar uma lista de alimentos, uma espécie de lista de feira), esse número subiu para 14. Essa lista de alimentos comporia a feira mensal a ser disponibilizada para cada família assentada, que fazia parte da dinâmica infraestrutural de implantação de todos os assentamentos na época. Esse fato nos faz refletir sobre o papel, o lugar da mulher na reforma agrária, se ela é companheira, trabalhadora rural ou meramente cuidadora de panela (Rua & Abromovay, 2000). Essa indagação é pertinente, pois verificamos que, em momentos de tomada de decisão de grande porte, como, por exemplo, a compra do trator do P.A., que foi feito via crédito do Fomento, a discussão e acesso a crédito emergencial, feito em período de escassez e seca, as discussões, a elaboração e o acesso ao Projeto de Apoio aos Pequenos Produtores (PAPP), que se voltaram para a compra de caprinos, a organização da comissão de gestão desse projeto, que foi composta por 3 homens, todas essas discussões foram feitas com um quórum mínimo de mulheres (1, 2, 3 mulheres). A participação das mulheres foi limitada por uma ordem de gênero em que o espaço de domínio da mulher é o espaço doméstico, domínio esse que precisa ser entendido a partir de uma lógica também patriarcal. Elas são responsáveis quase exclusivamente pelo trabalho doméstico. Entretanto, nesse espaço, o homem também exerce seu poder de “chefe”, ele é o “dono da casa”, e essa expressão tem uma conotação muito diferente, em termos de poder, do termo “dona de casa”. Ser dona de casa se refere a ser responsável pelas atividades domésticas, pelo cuidado e pela criação dos filhos. “Ela é a rainha do lar”, porém esse reinado diz respeito muito mais à responsabilidade de cuidar da casa, dos filhos e filhas, idosos e idosas. Quando o homem se imbuí do termo “dono da casa”, ele o utiliza para enfatizar que, mesmo existindo essa divisão entre o trabalho produtivo e reprodutivo, ele é quem “manda” nos dois espaços, ele está acima também nessa relação. E ele exerce esse “direito” patriarcal em diversos momentos – reclamando se a casa não está limpa, se não tem roupa lavada, se o almoço não sai na hora etc. Romana, uma das entrevistadas, diz

Eu amanheço o dia... 4:30, 4:35 me levanto. *Se eu não me levantar, ele me chama⁵⁷*. Faço o café, aí começo. Faço merenda para ele e vou cuidar das coisas de casa, lavar louça, botar água em garrafa, a luta de casa mesmo. (Romana, 70 anos, AG)

Ainda com relação aos fatores limitantes à participação das mulheres nos espaços de tomada de decisão, durante o período de observação e participação, tivemos alguns momentos de diálogo com os membros

⁵⁷ Grifo nosso.

da CPT e indagamos sobre esse fato de as mulheres participarem pouco de momentos tão importantes como esses. A explicação foi que algumas mulheres estavam presentes, porém não assinavam a ata, já que somente um representante por família assinava. Uma das titulares, inclusive, em um desses diálogos, citou que ficava fazendo o almoço de todos, com outras mulheres. Nas entrevistas, poucas mulheres falaram de sua participação na implantação dos primeiros créditos.

A luta das trabalhadoras rurais teve por muito tempo como principal bandeira de luta o acesso à renda, conforme dissemos acima, e, para que esse acesso fosse efetivado, foi necessário colocar nesse debate o direito à documentação. Muitas mulheres não tinham documentos pessoais, tais como Carteira de Identidade (RG), Cadastro de Pessoa Física (CPF) e Carteira de Trabalho. Muitas tinham somente Registro de Nascimento e Registro de Casamento.

Mesmo que algumas demandas e reivindicações tenham sido atendidas, muitas não se efetivaram. Um exemplo foi o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que surgiu em 1995, numa época em que o “elevado custo e a escassez de crédito eram apontados como os problemas principais enfrentados pelos agricultores, em particular os familiares” (Guanziroli, 2007, p. 302). Para as trabalhadoras rurais, quanto ao acesso a crédito, a exclusão persistiu, mesmo depois do estabelecimento de um mínimo de 30% do crédito para as mulheres (Butto; Hora, 2008). Nas atas analisadas, que tratam das discussões, montagem das propostas e liberação do PRONAF A, que vai de 2001 a 2002 (elaboração, aprovação e começo da liberação do crédito), a presença das mulheres nas discussões foi constante, não houve ausências (sendo que a presença na reunião variou entre 3, 4, 6, 7... 23 mulheres). No entanto, o crédito era acessado somente pelos titulares e, no P.A., somente 3 mulheres estavam nessa condição. O PRONAF A é um crédito disponível para a unidade familiar; caso haja inadimplência, tanto o homem quanto a mulher são responsáveis, e ambos respondem pela dívida. Muitas mulheres nem sabiam dessa informação.

O Movimento de Mulheres questiona essa forma de acesso, duvidando, inclusive de sua efetividade na unidade familiar, denunciando que esse era um crédito voltado ao homem, que o reconhecia como sujeito único da unidade de produção familiar, esquecendo-se de considerar mulheres e jovens como sujeitos. A partir desses questionamentos e da organização das mulheres, começa-se a perceber a necessidade de uma linha de crédito específica para as mulheres. Como fruto de um vasto debate e reivindicações, a partir de 2004, surge o PRONAF mulher, porém as trabalhadoras de sítio do Góis não conseguiram acessá-lo. Os critérios e a burocracia não as enquadravam. Essa modalidade de acesso foi

deveras questionada, pois não atendia à realidade e não se preocupava com a inclusão. Essa discussão, porém, não será feita aqui.

A partir de 2008, na implantação das áreas de assentamento, foi instituído o crédito de apoio à mulher, que faz parte do crédito de instalação (referente aos primeiros créditos voltados para a estruturação da área), como um fruto, também, dessas discussões. Esse crédito objetiva fortalecer atividades econômicas de mulheres assentadas que são integrantes de grupos de mulheres ou titulares de lotes. O valor do crédito é de 2,4 mil, dividido em 3 parcelas de 800,00, podendo ser utilizado para a organização de atividades agrícolas e não agrícolas. As mulheres de Sítio do Góis não acessaram esse recurso, já que, na época da implantação, ele não existia.

As trabalhadoras vão acessar diretamente crédito a partir de 2002, via Projeto Dom Helder Câmara que passa a atuar no P.A., através de investimento do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA):

Dom Helder, porque pra mim foi um dos órgão melhor que já trabalhou aqui com nós, foi o Dom Helder Câmara. // Depois que o Dom Helder deixou de existir foi uma baixa muito grande, uma desativação muito grande, porque eu sei, que quem quer fazer aprendeu com os técnicos, com tudo, mais falta muito incentivo, se a gente tivesse o acompanhamento dos técnicos como a gente tinha há cinco ano aqui atrás, mesmo com esses problemas de seca nós tinha tido mais benefício, como os quintais produtivos, como o projeto, os canteiros econômicos, tudo isso foi uma queda. A gente aprendeu a fazer, mas falta o esforço de ter aquela criatividade, aquela mão, aquela mão para ajudar a gente construir. (Marta, 27 anos, EU)

Esse projeto tem um eixo de discussão específica para mulheres, inclusive disponibiliza financiamento via FISP Mulher – Fundo de Investimento Social e Produtivo – para grupos de mulheres organizados que querem produzir. O Grupo de mulheres do P.A. Sítio do Góis acessa um FISP de hortas orgânicas. Esse projeto aparece na fala das mulheres como um espaço importante de sua luta para a conquista da autonomia econômica, política e social, de interação e construção do espírito de grupo. As entrevistadas nas suas falas enfatizam essa importância

Em 2003, o grupo de mulher já tava acessando um projeto, o FISP MULHER, que a gente trabalhava com hortas. // Começou os projetos da questão das hortalças, era um grupo muito bom na época do grupo produtivo, como a gente chamava porque tinha um grupo de mulher e um grupo produtivo, porque tinham umas mulheres que eram do grupo, mas não participava do grupo produtivo. (Teresa, 44 anos. AG)

E Marta complementa apontando elementos que, ao seu ver, foram importantes para o reconhecimento e autonomia as mulheres, tanto em termos de renda quanto para a organização e o sentido de coletividade:

Porque quando começou as reuniões que os maridos viram que essas reuniões tinham frutos, que foi com o grupo de hortas, que esse grupo de hortas foi todo com mulher, as mulheres começaram a trabalhar lá, começaram a ter seu próprio negócio, seu próprio dinheiro, que eles viram que era rentável, eles começaram a aceitar as mulheres sair para ir procurar conhecimento, intercâmbio fora. Então esse tabu aqui cedo foi quebrado.//A gente, no grupo de hortas, que era formado só por mulheres, a gente saía de casa de 6h. A gente saía de 6h e ia para o grupo das hortas, aí quando dava 8h, 9h, que o sol já estava quente, a gente vinha embora, também, porque tinha que fazer... As mulheres tinha que fazer o comer para os filhos que deixaram em casa para ir para a escola, que iam para Apodi à tarde, e, no meu caso, eu vinha porque eu tinha que ir para a escola, porque eu ainda era estudante. A gente vinha, mas lá, mesmo no sol quente, na lama, era a coisa melhor do mundo. A gente... Eu nunca fui para o grupo de hortas triste, porque você chegava lá, uma dizia uma prosa, outra dizia uma brincadeira. Era... *o nosso grupo*⁵⁸ era um momento de distração, é tanto que a gente sempre confraternizou, dia das mulheres, dia das mães, natal... com amiga secreta... teve, no grupo de hortas teve um jantar, com amiga secreta. A gente sempre viu assim, que o grupo ele é muito bom porque sempre foi muito unido nessa questão de ser família, mesmo que umas mulheres não tivessem parte sanguínea com a outra, a gente era família. A gente sempre escutou muito o problema da outra. (Marta, 27 anos, EU)

Em quase todas as falas das entrevistadas o grupo produtivo de hortas orgânicas foi citado, tanto pelas que participaram diretamente, quanto pelas que eram do grupo Unidas para Vencer, porém não fizeram parte do grupo produtivo de hortas orgânicas. Citam esse grupo como um espaço importante de interação, de solidariedade, de acesso à renda e à comercialização, já que vendiam diretamente seus produtos na feira livre do município, que ocorre aos sábados. Essa comercialização direta foi muito importante também, pois o “normal” era que a venda dos produtos fosse realizada via atravessadores – que são os comerciantes que compram os produtos direto dos produtores nas áreas para revenderem com uma margem de lucro significativa em espaços diversos de comercialização como feiras, comércios – ou fosse realizada diretamente nas feiras pelos homens, e como consequência eles tinham a gestão da renda da família, inclusive dos produtos dos “quintais” como ovos, galinhas, verduras e outros. Essa é uma prática que no espaço rural ainda é frequente. Antunes (2002, p. 98) reforça a necessidade de levar em consideração, nos processos de empoderamento, as relações de poder existentes na família e também dentro da “esfera do mercado, que subordinam ou excluem totalmente os agricultores familiares do acesso ao mesmo em condições de maior equidade, quer para comprar, quer para vender”. As mulheres estarem vendendo seus produtos diretamente na feira caracterizou-se como uma grande conquista, já que elas conseguiam chegar ao cume da cadeia produtiva, comercializando seus produtos e tendo acesso à gestão do lucro.

⁵⁸ Grifo nosso (ênfase).

Figura 24 – Participação do grupo de mulheres na feira do município de Apodi/RN



Fonte: Acervo COOPERVIDA.

5.4.1. O lugar da mulher no P.A. e as percepções do trabalho que executam: tudo muda, mas tudo permanece igual

A “não presença” das mulheres em certos espaços é marcada pela forte e persistente divisão sexual do trabalho e pelas relações patriarcais reproduzidas a partir do processo de socialização. O “lugar” da mulher nas relações familiares é em casa, sendo mãe, esposa e dona de casa. Essas relações patriarcais fazem com que o homem seja reconhecido como o representante da família; ele detém o poder das decisões. Neide explica essa relação a partir do que viveu sua mãe como mulher separada:

Eu lembro que, naquela época, ela (a mãe) foi a primeira mulher separada da comunidade do Góis. Foi muito rejeitada, ela e nós [...]. A gente chegou a passar fome, fazer apenas uma refeição durante o dia porque nós não tínhamos de onde tirar [...]. A gente não conhecia, eu pelo menos, vim conhecer o que era uma bolacha, dessas bolachas comuns, quando eu já tinha 13 anos de idade. Porque a gente não tinha acesso, não tinha como comprar. Isso era outra parte porque aqui tinha uns bodegueiros. Antigamente, tinha as bodegas, mas minha mãe não poderia comprar porque era separada. *Eles não confiavam, achavam que ela não tinha palavra*⁵⁹, era uma discriminação muito grande naquela época [...]. (Neide, 37 anos, PR)

⁵⁹ Grifo nosso.

Essa postura reforça o não reconhecimento do trabalho econômico da mulher na família. Ela não tem representatividade, o papel de provedora não é seu. Kergoat (2009) afirma que a divisão sexual do trabalho se organiza a partir dos princípios de separação – trabalho de homem, trabalho de mulher – e hierarquização – o trabalho do homem é mais valorizado, decorrendo daí práticas sociais diversas, como a invisibilidade e o não reconhecimento do trabalho doméstico, já que ele é tido como sem valor, corriqueiro e, até, extensão do corpo das mulheres. As práticas sociais presentes nessa lógica também se refletem no trabalho no roçado, nos lotes. Heredia (1979) observou a existência de espaços de produção de valor diferenciado, o roçado e o roçadinho. Para a autora, o roçado é uma unidade de produção – nas áreas de assentamento, seria o lote – que fornece os bens para o consumo, local onde toda a família trabalha, porém, o pai, o chefe da família, o patriarca é o responsável. O roçadinho, que para a realidade das assentadas seria o quintal, seria a unidade de produção individual, “seu espaço” na unidade de produção familiar. Esse “seu” é questionável, já que se aquele “roçadinho” começar a ter uma renda significativa, o chefe da casa, “o titular”, assume as responsabilidades por ele também. Ele é o dono de tudo, apenas “empresta” aquele espaço para que os filhos e a esposa consigam ter uma renda individual. Na fala das mulheres entrevistadas, percebemos essa relação com o quintal:

[...] quando é 4:00 min, 4:30 min, eu estou acordada e já me levanto. Ai vou cuidar: vou molhar meus canteiros, vou dar uma olhada no meu quintal, vou aguar uma planta, dar de comer aos meus bichos... Ai pronto, eu já cuido na minha vida e no meu dia a dia, na minha luta diária. [...] Hoje, no meu quintal, eu tenho feijão. (Ana, 56 anos, AG)

Quase todas citam que, desde criança, trabalham no campo, nos lotes:

[...] a gente ia pra roça, eu ajudava na planta, buscava lenha na cabeça, botava água, mas minha mãe em casa. Moía milho, lavava roupa... Meus irmãos iam plantar na roça também. Tirava macambira pra dar aos bichos, tudo isso a gente já fez. Foi limpar no tempo de colher... Tudo a gente ajudava, por isso que é tanto que hoje eu... Tem mulher que diz assim ‘ai, eu não sei plantar, eu não sei alimpar...’ Tudo isso eu já fiz e faço. É tanto que nós esse ano já plantamos um quintalzinho lá atrás. Sempre quem planta somos nós... que eu fui criada assim e eu vou continuar. (Joana, 50 anos, AG)

Essa diferenciação parece ser somente com relação à “posse do espaço”. Em termos de trabalho, no decorrer de toda sua vida, as mulheres transitam e trabalham nos “dois espaços”, roçado e roçadinho, quintal e lote, trabalho leve e trabalho pesado (Paulilo, 1987). A diferenciação não é em termos de execução da atividade, é no valor, no reconhecimento do seu trabalho. O trabalho é definido como leve quando é realizado por mulheres e pesado, quando realizado por homens (Paulilo, 1987). Tem um dito popular muito usado no Nordeste que diz: “o que a mulher faz num dia eles fazem numa hora”. Quando computamos as atividades realizadas, a partir das falas das mulheres, esse dito é negado, desconstruído:

Me acordo de 5, 5:30, faço a merenda do meu esposo que sai cedo pra trabalhar. // Já vou começar a fazer o almoço, tenho os bichos, crio galinha, ajeito os bichos. Crio galinha, crio porco... Aí, tenho uma horta também aqui em casa. Cuido também da minha hortinha. Planto também cheiro verde, cebola, tomate. Essas coisas, planto. (Edilma, 43 anos, AG)

Solange conta como é seu dia normalmente, sua lida:

Amanheço dia, fazer como o outro, faço o café, a merenda... Arrumo a casa. Quando termino de arrumar a casa, vou cuidar na horta ou no quintal. Plantar, limpar, essas coisas... Fazer cerca, tirar macambira para os bichos. Minha vida é essa, meu dia a dia e quando não é, num estou fazendo isso, faço dindim. (Solange, 47 anos, AG)

Essa desvalorização do trabalho das mulheres corporifica-se, tendo reflexos diretos na sua falta de autonomia econômica, pessoal e política, e isso se estende para os espaços de representação. Butto (2011) cita que, como decorrência, houve a invisibilização, o não reconhecimento, a negação do trabalho das mulheres, que se reflete na sua exclusão do acesso à terra e da representatividade. A autora ainda enfatiza que essa realidade só vai começar a ter novos contornos a partir da organização das mulheres; por isso é preciso construir experiências político-organizativas.

O reconhecimento das especificidades das trabalhadoras rurais possibilita romper com a invisibilidade. Na fala das mulheres, quando se referiam ao trabalho agrícola, era bastante usado o termo “ajuda”. Maria José Carneiro (1981) já percebia e fazia críticas contundentes a essa identificação na década de 1980. A autora apontava que esse termo “ajuda” serve “para designar essas atividades e reconhece como seu espaço próprio a casa e suas atividades ‘naturais’, aquelas voltadas para a reprodução dos membros do grupo doméstico” (p. 17). Quando vão falar do seu trabalho na agricultura, continua sendo recorrente na fala das mulheres o termo “ajuda”:

Eu ajudava muito meu pai na agricultura, trabalhava mais meu pai, plantava. Ele cavando e eu plantando. // Com 20 (vinte) anos, que eu me casei né? Aí, quando me casei, continuei na mesma luta, ajudando meu esposo. // Foi em 71 que nós casemo, daí pra cá vinhem *trabalhando, plantando e ajudando a ele*. (Inalda, 66 anos. DC)⁶⁰

Observamos que, na fala das mulheres, elas *ajudavam* os pais na agricultura e, depois de casadas, *ajudavam* os maridos. Essa não identificação autônoma com o trabalho da agricultura ocorre em decorrência de vários fatores. Como vemos, elas não conseguem perceber que a construção da mulher como incapaz de trabalhar vem de uma ideologia dominante e perpassa, diferenciadamente, todos os grupos e categoriais sociais (Butto & Dantas, 2011). Percebemos, no decorrer da fala das mulheres, que a utilização do termo *ajuda* ainda é bem presente na caracterização que as mulheres fazem do seu

⁶⁰ Grifos nossos.

trabalho na agricultura. Quando falam dos trabalhos domésticos, não o definem como “ajuda”: “Boto a comida no fogo – o feijão, o que tiver de botar – e vou lavar a louça, arrumar a casa” (Filomena, 64 anos, AG). Ana fala das suas atividades: “Eu lavo, eu engomo, eu cozinho, né? Tudo isso a gente faz. // Porque lá em casa, se eu tiver lavando roupa, eu tô lavando, tô cozinhando. Quando eu vou lavar, eu cedo me levanto e lavo *minha*⁶¹ louça” (Ana, 56 anos, AG). Quando as mulheres falam do trabalho doméstico, das atividades do quintal, elas usam o pronome possessivo *minha* louça, *meu* quintal, *minhas* galinhas, diferentemente de quando se referem ao trabalho direto no lote, que definem como “ajuda”. Isso denota que ainda está arraigado no *habitus* essa divisão sexual do trabalho, que o lote é o espaço dos homens.

Hirata e Kergoat (2007, p. 596) apresentam que o conceito de divisão sexual do trabalho tem duas conotações e são concepções de conteúdo distintos:

[...] uma acepção sociográfica: estuda-se a distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e nas profissões, e as variações no tempo e no espaço dessa distribuição; e se analisa como ela se associa à divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos.

As autoras objetivam apresentar uma abordagem que desnaturalize as concepções que se fundamentam na diferenciação das desigualdades, tendo a preocupação de não desconsiderar a dimensão concreta das relações sociais. As autoras enfatizam que esse tipo de análise ainda é pertinente, mas, entendem que, quando se discute essa divisão, deve-se ir além da “simples constatação da desigualdade”. Propõem ser necessário mostrar que essa desigualdade é sistêmica e que a sociedade utiliza essa diferenciação para criar um sistema de gênero.

As mulheres também citam que realizam atividades extras para que possam contribuir com a renda familiar e ter algum recurso pessoal:

Nas oficinas que eu vou, mudou muito, nos cursos que eu fiz. Inclusive eu fiz o curso de corte e costura, do Mulheres Mil e, graças a Deus, eu já costurava, aí eu só me aperfeiçoei mais ainda. Aí, hoje costuro. Aqui no sítio (risos), a pessoa mais procurada para costura sou eu. Tem tempo que eu só falto endoidar com tanta costura. Me aperfeiçoei muito. (Edilma, 43 anos, AG)

E outra diz: “Faço dindim para vender, faço doce e saio nas comunidades, na casa dos outros, vendendo. Minha vida é assim pra sobreviver” (Solange, 47 anos, AG). Diana também fala como consegue uma renda extra: “Eu arrumo aqui a casa da minha vizinha, que é de onde eu tiro alguma coisa pra mim

⁶¹ Grifo nosso.

mesmo... que é meu. Porque ele é muito bom pra mim, tudo o que é dele, é meu. Mas é diferente de você... 'é meu', né?" (Diana, 31 anos, DC).

A dominação e a exploração das mulheres não são totais, como muito bem afirma Saffioti (1992). Como as demais relações de poder existentes na sociedade, essa também não permite o total esmagamento da mulher, pois nos dois polos existe poder; o problema está no fato de que esse poder é distribuído em doses desiguais. De igual modo, podemos pensar o patriarcado, sistema social que concentra o poder no homem, que controla a mulher, os filhos e filhas e que, em uma sociedade onde a intervenção do Estado é fraca, como, por exemplo, nas áreas rurais, nas pequenas economias, esse sistema social organiza suas relações em torno da heterossexualidade compulsória, que, mesmo tendo se enfraquecido a partir do próprio enfraquecimento das forças materiais e políticas do parentesco e do próprio patriarcado, aparecem como normas, *habitus*, se naturalizando e se reproduzindo nas relações sociais. Lógica parecida acontece com a divisão sexual do trabalho, que, mesmo sendo discutida e percebida pelas mulheres, se torna *habitus*, se naturaliza, se reproduz nas relações privadas, passando, às vezes, despercebida.

Quem executa e se responsabiliza pelas tarefas domésticas e pelo cuidado dos filhos, filhas e idosos, em quase sua totalidade, são as mulheres entrevistadas. Solange apresenta, na sua fala, essa realidade que é vivenciada por ela:

Depois que a minha sogra mora comigo, que eu estou cuidando dela, aí eu não estou podendo muito sair para reunião. Eu tenho que cuidar dela. Depois que ela perdeu a filha, ela mora comigo. Eu tenho que cuidar. // Eu saía muito, aí agora, depois que ela tá comigo, eu não posso sair mais como eu saía... Para reunião, só em casa. Eu tenho mais dificuldade pra sair agora. (Solange, 47 anos, AG)

Diana apresenta essa questão sobre outro viés: "E, assim, eu tenho muita vontade de voltar a estudar novamente, mas vou deixar meu filho crescer mais para mim voltar. Se Deus quiser, ainda volto" (Diana, 31 anos, DC).

São inúmeras e persistentes as desigualdades na divisão sexual do trabalho, notadamente no âmbito familiar. Essa desigualdade é um impeditivo para que as mulheres avancem na participação (Biroli, 2018). Várias entrevistadas percebem essas desigualdades, contudo, procuram se adequar a elas reorganizando seu cotidiano, como notou Biroli (2018): "Nela se definem, também, dificuldades cotidianas que vão conformando trajetórias, possibilidades diferenciadas na vida das mulheres e homens" (p. 21).

Nos dias que precisam participar de algum evento dentro ou fora do P.A., as mulheres preferem se sacrificar a mexer com a dinâmica de organização do espaço privado, da vida familiar. Nas atividades no STTR, por exemplo, já se tem um acordo construído que não pode ultrapassar as 16 horas, pois as mulheres ficam inquietas, querendo voltar para casa. No P.A., as atividades desenvolvidas com as mulheres acontecem à tarde, pois, de manhã, seus afazeres não permitem que participem. Em ambos os espaços é comum a presença de crianças que “naturalmente” acompanham a mãe. Biroli (2018, p. 21) reforça que “isso confere a todas as mulheres uma posição semelhante (a elas são atribuídas tarefas de que os homens são liberados) porque as distingue de outros autores (elas são diferentemente marcadas e oneradas pela divisão de tarefas e responsabilidades)”.

Mesmo sendo responsáveis quase sozinhas pelas tarefas reprodutivas, elas também estão inseridas no mundo produtivo desde jovens, executam tarefas nos lotes, algumas cuidando, inclusive, dessas atividades quando os companheiros trabalham fora. Essa divisão entre trabalho produtivo e reprodutivo está muito mais ligada ao reconhecimento social de quem executa. O fato é que a divisão sexual do trabalho impacta diretamente na participação política das mulheres. Essa divisão sexual desigual do trabalho sobrecarrega as mulheres de atividades domésticas, não deixando tempo livre para que possam participar. As responsabilidades a elas atribuídas na esfera doméstica tomam quase todo seu tempo e são atividades que não geram renda direta para as mulheres. Essa divisão é tratada na família como “normal”, impossibilitando e dificultando sua redefinição e a participação das mulheres nos espaços de tomada de decisão e poder. Percebe-se, na fala das mulheres, um “discurso de igualdade”, porém, quando vão descrever as atividades que executam no seu cotidiano, vemos que fazem quase sozinhas as tarefas domésticas e do cuidado. Não queremos dizer com isso que não ocorreram mudanças nos padrões da divisão sexual do trabalho. Elas ocorreram, inclusive, na definição de novos arranjos familiares. Porém, mesmo com a incorporação das mulheres ao mundo do trabalho, a saída do isolamento doméstico, mesmo participando e incrementando a renda, ou mesmo sendo a principal fonte de renda da família, o fato é que isso não produz automaticamente sua autonomia ou a divisão do trabalho. Um exemplo disso é o caso de Josefa, que tem um emprego público e diz, como as demais mulheres, que ao amanhecer do dia já cuida de “suas” galinhas, das plantas, dos animais. O que vimos muitas vezes nas falas das mulheres foi um acúmulo de atividades, uma sobrecarga de trabalho e um adiantamento ou adiamento do trabalho quando precisam participar de alguma atividade.

Outra coisa que devemos levar em consideração é que o impacto da divisão desigual de trabalho não atinge todas as mulheres de forma igual. Essa divisão sozinha não produz o acesso desigual aos espaços de representação e poder, outros elementos se juntam; o que estamos enfatizando é que ela é um dos

seus gargalos (Biroli, 2018). No caso que estamos analisando, que se refere à realidade das trabalhadoras rurais que, em sua maioria, não tem um trabalho remunerado, estando, portanto, mais vulneráveis, essa divisão gera mais desigualdade, opressão e invisibilidade. Muitas vezes, cobra-se das mulheres, principalmente as que estão envolvidas nos movimentos sociais de mulheres, que resolvam esse impasse em casa, no espaço privado. Entretanto, essa é uma tarefa hercúlea, que envolve a sociedade, que cria e perpetua normas, *habitus* estruturados nas relações sociais, difíceis de serem rompidos, tendo somente as mulheres como responsáveis. Daí a importância das políticas públicas que potencializam a autonomia econômica das mulheres, por exemplo, através da disponibilidade de crédito específico, assessoria técnica, formação, creches rurais e outros. Isso implica entender a divisão sexual do trabalho como muito mais do que simplesmente uma conotação descritiva, vendo-a como uma diferenciação entre os sexos nas atividades sociais. É preciso que as trabalhadoras rurais se transformem em sujeito coletivo, produtor de sentido, construtoras de sua própria história. O seu processo de auto-organização em grupos é muito importante para a construção de um sentido de sujeito, para a compreensão da estrutura de seu processo de “desempoderamento”.

5.5. Como juntas se fizeram sujeitos e protagonistas de suas vidas: e o grupo “se fez ver”

Figura 25 – Placa de identificação do grupo de mulheres Unidas para Vencer



O grupo de mulheres Unidas para Vencer, do P.A. Sítio do Góis, foi criado entre os anos de 2000/2002. A data exata é controversa, pois algumas consideram que o grupo foi criado em 2000, ano em que ocorreram as primeiras reuniões, que eram esporádicas, pontuais. A partir de 2000, nacionalmente ocorreu um conjunto de transformações – isso pode ter gerado essa confusão de datas – gestadas a

partir da interação com o Estado que passava por mudanças. Isso contribuiu para colocar em evidência as agricultoras enquanto sujeitos e teve reflexos no aumento da participação das agricultoras em diversos espaços. Butto (2008) diz que no Brasil, é recente – a partir de 2000 – a incorporação das trabalhadoras rurais como usuárias de políticas públicas. Nesse ano, foi construída a Marcha Mundial de Mulheres (MMM) no Brasil, que se caracterizou como um marco de retomada do movimento feminista no País. Esse também foi o ano em que aconteceu a primeira Marcha das Margaridas e, em termos locais, o ano de 2000 também coincidiu com a época em que o Centro Feminista 08 de Março iniciou uma nova agenda frente ao Estado.

Figura 26 – Mosaico das marchas e jornadas das Margaridas



Fonte: Transformatório das Margaridas, 2018.

As mulheres do grupo Unidas para Vencer do P.A. Sítio do Góis participaram de todas as Marchas das Margaridas, inclusive da primeira, realizada em 2000. Foi um momento efervescente que contribuiu para algumas afirmarem que o grupo começou nesse ano.

Figura 27 – Participação na Marcha das Margaridas (2003)



Figura 28 – Agricultoras reunidas durante a Marcha das Margaridas (2003)



Fonte: Acervo COOPERVIDA.

O fato é que somente a partir de 2002 passaram a se reunir de forma constante numa dinâmica mensal. Esse processo de organização se deu a partir de um amplo contexto. Um fato expressivo desse processo foi, a partir de 1997, a criação provisória da comissão de trabalhadoras rurais do STTR de Apodi/RN, fruto de um processo de luta nacional e estadual, por meio da confederação, das federações e dos sindicatos, protagonizado especialmente pelas mulheres. Outro fato foi que o P.A. passou a receber, a partir de 2002, Assessoria Técnica Gerencial e Pedagógica (ATGP) via Projeto Dom Helder Câmara (PDHC), uma ação-piloto do governo federal, que nos seus eixos de atuação tinha uma linha específica

para trabalhar gênero e suas diversas relações organizacionais e produtivas. Vale salientar que, desde sua criação, o P.A. recebia assessoria técnica via INCRA/ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural-ATER), porém não era uma assessoria contínua. No decorrer do ano, passava por várias interrupções, geradas, em sua grande maioria pelos processos burocráticos do referido órgão. O PDHC foi um projeto construído a várias mãos pelos representantes dos movimentos sociais do campo, que criticavam a inexistência e ansiavam em construir um projeto de assessoria técnica contínua, que se preocupasse com uma assessoria específica para as mulheres e com a inclusão e participação das trabalhadoras rurais nos espaços de representação e poder. Várias organizações do terceiro setor (Centros, Cooperativas, Associações, dentre outras), de sindicatos e federações mobilizaram-se para a construção do projeto, que continha, entre seus objetivos e metas, uma preocupação clássica do movimento feminista, o acesso das agricultoras à renda própria e específica organizada e gestada por elas e também a sua participação nos espaços de representação e poder da categoria.

O Projeto contava com uma Entidade Referencial – que no caso do Território Sertão do Apodi era o Centro Feminista 8 de Março – para trabalhar o eixo gênero com as ONG e demais parceiros – prefeituras, sindicatos – que executariam direta e indiretamente o projeto. Essa entidade de referência ficava responsável pelo processo de formação que envolvia diagnósticos, cursos, oficinas, seminários para os técnicos e técnicas que executariam os trabalhos na base. Esses profissionais, depois de capacitados utilizando a metodologia Capacitação na Ação, replicavam as aprendizagens nos grupos que assessoravam nas bases. Essa luta por representatividade das mulheres também era pauta interna das organizações do terceiro setor, cujas coordenações eram expressivamente compostas por homens. O movimento de mulheres também chamava a atenção para a necessidade de representação das mulheres nessas organizações.

A partir desse processo, o grupo efetivamente passou a se reunir, a preparar e organizar suas ações enquanto grupo. Inclusive, antes do planejamento da associação, e do STTR, as mulheres já organizavam sua pauta de reivindicações que seriam apresentadas e discutidas nesses espaços. Isso favorecia e possibilitava a inclusão de suas demandas nos planejamentos gerais desses espaços, uma vez que estas já eram definidas anteriormente nos grupos auto-organizados de mulheres.

Figura 29 – Reunião do grupo de mulheres do Grupo Unidas para Vencer – P.A. Sítio do Góis



Fonte: Acervo COOPERVIDA.

O processo de formação nas áreas começava com a mobilização, seguido da sensibilização e “conscientização”, termo que, à época, estava sendo bem contestado, quando se dizia, grosso modo, que ninguém conscientiza ninguém. Realmente o processo de conscientização precisa ser compreendido de forma mais abrangente. Paulo Freire (1988) apresenta que o aprofundamento da consciência crítica nos “conscientiza” da realidade e isso possibilita capacitar os sujeitos para transformá-la. O autor fala que a conscientização tem como consequência o compromisso dos seres humanos com o mundo, que a partir da compreensão do processo de opressão serão capazes de superar, de transformar sua realidade. Nesse sentido, também, o conceito de empoderamento apresenta contributos para a compreensão da essência do processo de conscientização. Kleba (2005), inclusive, caracteriza-o como primordial para a conscientização e libertação coletivas. Paulo Freire dedicou-se vastamente a estudar como os sujeitos podem se empoderar. O autor apresenta que é a partir de suas reflexões e ações conscientes – fundamentadas na conscientização da realidade, na perspectiva de percebê-la de forma crítica, assumindo primordial e necessariamente o compromisso com sua transformação – que o sujeito pode se empoderar.

O processo de mobilização foi organizado em torno de temas que identificassem essas mulheres enquanto grupo, objetivando o reconhecimento da realidade a partir da conscientização, que, para o autor, está atrelada à tomada de consciência. Esse processo foi feito de forma lúdica usando diversas dinâmicas interativas para mobilizar as mulheres, baseadas, em sua maioria, nas suas vivências cotidianas, em pautas locais, fazendo com que se sentissem à vontade para se reunirem, falarem, para estarem juntas nos diversos momentos que viriam. Friedmann (1996) apregoa que o ponto de partida do processo de empoderamento é a localidade, isso porque a sociedade civil é mais mobilizável a partir de temas, pautas locais, porém a meta mais a longo prazo é que se expanda para os níveis municipais, estaduais, regionais, nacionais e internacionais.

Figura 30 – Vídeo debate de um curta metragem – Vida Maria



Fonte: Acervo COOPERVIDA (2014)⁶².

Na sensibilização, outra etapa do processo, as discussões técnicas fundamentavam-se nas metodologias participativas e no movimento popular, utilizando temas relacionados com a realidade das mulheres, escolhidos preferencialmente por elas para que fossem trabalhados. Os primeiros temas trabalhados foram referentes à higiene e saúde das mulheres, na perspectiva de mobilizá-las e sensibilizá-las.

Em termos nacionais, em 2003, inicia-se uma nova institucionalidade no que tange, por exemplo, às políticas para as trabalhadoras rurais, centradas na reformulação e qualificação dos programas já existentes, e também na criação de novos eixos. As mudanças objetivavam em linhas gerais a concretização da cidadania e promover a autonomia econômica das mulheres por meio do acesso à terra, crédito, documentação civil, assessoria técnica social e produtiva. O acesso a políticas públicas e o acesso à terra e à assessoria técnica específica para as mulheres contribuíram para as mudanças socioeconômicas e para que as agricultoras ocupassem espaços de poder. Claro que isso não foi dado, foi uma conquista do movimento de mulheres que atuarem em diferentes frentes. Esse foi um processo lento em que foi levado em consideração a necessidade de incluir as mulheres nas suas especificidades de diferenças diversas (Matos, 2009).

Especificamente em Sítio do Góis, a partir dessa conjuntura, foi possível ter um “retrato” da realidade das mulheres, efetuado através de um diagnóstico realizado em 2003 pelo CF8 no território Sertão do Apodi. O diagnóstico deveria ter sido realizado em 2002, entretanto, por motivos técnicos e operacionais, precisou ser postergado para o ano seguinte.

⁶² O curta-metragem “Vida Maria” é uma animação em 3D, lançada no ano de 2006, produzida, escrita e dirigida pelo animador gráfico Márcio Ramos. Vídeo: https://www.youtube.com/watch?v=Bs87_NQTMOM. Fonte: YouTube – Canal: Patrimônio sem fronteiras Animação: Márcio Ramos.

A meta proposta pela coleta de dados para o diagnóstico era que o mesmo contribuísse e fosse um instrumento de aprendizagem e de construção coletiva do pensar e agir das mulheres, na perspectiva de romper com sua invisibilidade, tornando-as protagonistas da história. O diagnóstico objetivava, em linhas gerais, “medir” as condições de vida das mulheres no semiárido nordestino. A pesquisa ocorreu durante 3 meses. Foram entrevistadas 715 mulheres dos 5 municípios do território do Sertão do Apodi contemplados pelo Projeto Dom Hélder Câmara. A técnica principal de coleta foi o questionário, que continha perguntas fechadas e abertas. Os questionários foram realizados por 22 mulheres agricultoras e pelas comissões de mulheres dos STTR dos municípios que compunham o Território Sertão do Apodi, que passaram por um processo de formação para se apropriarem das técnicas que seriam utilizadas para coletar os dados. O recorte foi feito a partir de 5 grandes temas: *Perfil socioeconômico; Mulher e política; Divisão sexual do trabalho; Saúde, sexualidade e cidadania e Violência contra a mulher*. O diagnóstico foi muito importante como um documento que se propunha a verificar questões específicas das trabalhadoras rurais e também como um material imprescindível para a organização de ações concretas nas bases, fundamentadas a partir dos dados verificados (DOCUMENTOS CF8, 2003).

A partir dos dados coletados via diagnóstico e também das demandas e pautas dos movimentos de mulheres rurais, várias ações começaram a ser realizadas, inclusive a criação e fortalecimento dos grupos autônomos de mulheres que se propunham a “questionar”, no sentido de desnaturalizar as relações desiguais de gênero. Com os dados do diagnóstico em mãos, o grande desafio construído foi “aumentar” a participação das mulheres na vida produtiva e organizativa do assentamento, do sindicato e demais espaços de poder, apontando a auto-organização das agricultoras como primordial para vencer esse desafio. Nesse cenário, o grupo Unidas para Vencer se junta à luta pela conquista de sua visibilidade, acesso e participação, tanto nas esferas produtivas como organizacionais.

Com a auto-organização, as mulheres foram se construindo enquanto sujeitos políticos, fenômeno que ocorreu não somente no grupo de mulheres Unidas para Vencer, mas também em outros grupos do município de Apodi/RN, como o do P.A. Moaci Lucena (Grupo Esperança). Isso foi importante, pois fortaleceu a luta por visibilidade e participação no sindicato, por exemplo, já que a luta não era somente de um grupo isolado, mas de um conjunto que tinha metas e objetivos comuns. Os encontros anuais de trabalhadoras rurais se tornaram constantes no município, e com a instituição do dia 08 de Março – Dia Internacional da Mulher – como um dia de luta, as trabalhadoras rurais uma vez por ano passaram a sair em caminhada pelas ruas de Apodi/RN, publicitando suas reivindicações, e “se fazendo ver” (Silveira, 2014).

Essa articulação proporcionou mudanças sociais, econômicas e políticas no assentamento, principalmente no que tange à autonomia econômica, à divisão sexual do trabalho, ao fortalecimento do sujeito político e ao questionamento das relações de dominação masculina. Romana, uma das mulheres assentadas, fala que depois do grupo muita coisa mudou: “Mudou muito // A gente não tinha direito a nada, a fazer nada, sem ser mando por eles: pelos homens, a gente só fazia o que eles queriam, a gente não podia fazer nada por conta da gente” (Romana, 70 anos, AG). E Mariluce diz: “eu vejo assim que os direitos são iguais. Os mesmos direitos que ele tem de participar de tudo o que tiver no assentamento ou fora, eu também tenho” (Mariluce, 42 anos, AG).

A discussão desse processo de auto-organização é muito relevante, pois evidencia a luta das mulheres para serem reconhecidas como sujeitos políticos. Silveira (2014), quando fala das mudanças na vida das mulheres, cita o feminismo e a sua capacidade de construção de conceitos como imprescindível para o “fazer ver”, questões que as teorias tradicionais não visibilizaram sobre a realidade de homens e mulheres. Esse “fazer ver” colocou em evidência conceitos como gênero, patriarcado, divisão sexual do trabalho e consubstancialidade das relações sociais e muitos outros conceitos que foram e são essenciais para as reflexões sobre as relações de gênero e suas especificidades. Esse “fazer ver”, essa construção da visibilidade foi e é muito importante para a construção e a conquista do acesso e da participação das mulheres, para sua autodeterminação:

[...] nós temos nosso valor (ênfasis em valor) que nós não tinha, se tinha nosso direito nós nem sabia. A gente já foi reunião ali e a gente já viu como é. Os direitos que as mulheres têm. A gente não sabia que nós tínhamos [...] aquilo era uma escola para gente. (Lúcia, 59 anos, AG)

A partir da auto-organização das trabalhadoras rurais, algumas conquistas referentes a questões políticas e de direitos podem ser percebidas no assentamento Sítio do Góis. Hoje, as mulheres já participam da associação, tanto das reuniões como da diretoria. A título de ilustração, das 17 entrevistadas, metade já fez ou faz parte da diretoria executiva da Associação de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do P.A. Sítio do Góis, ocupando cargos que são definidos como de poder e coordenação (presidentes, tesoureiras).

No STTR, a partir da consulta aos livros de filiação, comprovamos que somente uma das entrevistadas, que é estudante universitária, não é sindicalizada. Duas agricultoras mudaram a filiação, pois passaram a ser funcionárias públicas e optaram por se transferirem para o sindicato da Educação – o restante das mulheres são sindicalizadas no sindicato rural. Muitas já acessaram projetos produtivos, tanto coletivos como individuais, tais como: criação de cabra de leite, apicultura, hortas orgânicas, bioágua e quintais produtivos. As mulheres do grupo Unidas para Vencer são reconhecidamente – pelo STTR, pelos

movimentos de mulheres – militantes dos movimentos rurais, participando de eventos locais, estaduais e nacionais. A fala de Lúcia representa essa participação:

Até hoje quando chega o 8 de março me lembro dessa viagem que fui a Mossoró. Porque ali era o Encontro de Mulheres. As mulheres estavam conhecendo seu valor, valor que as mulheres têm. Antigamente a gente não sabia, não sabia que nós tínhamos esse valor. (Lúcia, 57 anos, AG)

Nas falas das mulheres, percebe-se a importância que o processo de organização tem na sua vida. Teresa cita de forma bem orgulhosa que:

Quando falam assim no assentamento, tem duas coisas que as pessoas vê e sempre relata com falas, com ideias positiva, que é sobre o grupo de mulheres que é uma coisa bem organizada e a questão do torneio leiteiro que acontece e que também foi criado dentro da associação e foi desenvolvido também com os sócios e sócias, mulheres e homens, da associação. (Teresa, 44 anos, AG)

Partindo de uma situação de invisibilidade, elas passam a se “fazer ver”. Essa nova condição alterou diversos aspectos das suas vidas, tais como: a percepção de uma necessidade de renda, a sua condição e o seu direito de ir e vir. Questões que parecem ser simples, mas que “naturalmente” lhes eram negadas, já que seu lugar era em casa sob o jugo do pai e depois do marido. Teresa fala sobre isso:

Eu aprendi muito isso, sabe, no grupo de mulher. Porque antes a gente achava assim que mulher era pra sempre tá dando todas as explicações pra o marido, a mulher só poderia fazer aquilo que o marido concorda assim. E ir participar do grupo de mulher foi uma coisa que mudou em mim. A gente claro que tem que ter o respeito, mas também a gente tem que ser respeitada, principalmente as nossas vontades e opiniões. Isso foi uma coisa que mudou muito pra mim, que acho que é uma visão que eu não tinha que eu tenho que você não precisa você tá dando explicação de tudo a seu marido, seu esposo, companheiro, de concordar com tudo pra você fazer não. Você tem seus direitos, e suas vontades também. (Teresa, 44 anos, AG)

Essa compreensão de seus direitos e demais outras questões que serão ainda tratadas “empoderam” as mulheres, fazendo com que ampliem seu poder tanto no espaço público como no privado, fortalecendo sua condição de sujeito.

Siliprandi (2009) faz uma afirmação sobre a divisão sexual do trabalho no campo que achamos muito pertinente para ser usada em outras dimensões de análise; a autora diz que é importante “tombar” uma estrutura que não se move há anos. Tombar, mexer, sacudir essas estruturas gera mudanças, mesmo que não sejam claramente visíveis. Uma situação ilustrativa desse processo, de “tombar” as estruturas diz respeito à ordenha das cabras, que foi vivenciada quando estávamos participando da Caprifeira. No assentamento Sítio do Góis, as mulheres sempre tiraram o leite das cabras – nada de novo nisso –, no entanto, quando elas vão para um torneio leiteiro e ganham uma medalha como melhor ordenhadora, numa competição junto com homens de sua e de outras comunidades, isso “tomba” as estruturas de

poder, pois desloca lugares “essencializados”, corporificados como de homem e de mulher. Bourdieu (1983, p. 11) cita que “todos os movimentos de contestação da ordem simbólica são importantes, pois questionam o que parece evidente, inquestionável, indiscutível”.

Figura 31 – Caprifeira do P.A. Sítio do Góis



Fonte: Acervo COOPERVIDA.

Por essa razão, o conceito de gênero é oportunamente adequado porque nos faz compreender que as construções, as diferenças biológicas criaram esse arquétipo do que é ser homem e mulher, que é estruturante das desigualdades sociais. E é a partir da utilização dessa categoria que temos as ferramentas úteis adequadas para investigar a sujeição das agricultoras, por exemplo, em relação aos seus companheiros. As relações entre homens e mulheres são relações de poder. No entanto, como típicas das demais relações sociais, não são uniformes, nem estáticas; são dinâmicas, porém têm uma capacidade de permanência e reprodução “quase” própria. Quando as mulheres se reúnem, criam um grupo, passam a construir o entendimento coletivo que vivem um processo de invisibilidade, de diferenciação de gênero que as oprime, silencia, subalterniza, isso “tomba” as hierarquias de poder que têm no homem seu representante “natural”. Arendt (2001) apregoa que é o povo que confere poder às instituições. Esse consentimento, esse apoio, é que fortalece, por exemplo, as relações de poder entre homens e mulheres no P.A. Sítio do Góis. As trabalhadoras entendiam essas relações desiguais como naturais, já que eram passadas de geração para geração. Não as criticavam, pois não tinham “consciência” de que essa desigualdade articulava e engendrava um construto de opressão que dificultava, por exemplo, o acesso à vida pública e sua participação nos espaços de poder. O grupo de mulheres, quando se organiza e busca “se” empoderar a partir de uma ação coletiva de auto-organização não meramente individual, entende que o poder não é propriedade de um único indivíduo, ele está vinculado ao grupo, ao agir coletivo, a uma ação coletiva. Quando alguém está no poder, foi porque lhe foi atribuída essa condição por seus pares, para agir em seu nome, para representá-los (Arendt, 2001). O conceito de empoderamento é, inclusive, uma ferramenta utilizada pelo movimento feminista para se referir a mudanças radicais de processos e estruturas que oprimem e subordinam as mulheres.

Nas entrevistas, em diversos momentos, elas citam Teresa como uma grande presidenta, a melhor que a área já teve, segundo elas. “Teresa trabalhou muito com a gente, uma pessoa maravilhosa. No tempo que era presidente daqui, ela trouxe muitos projetos, muitas reuniões boas, eventos” (Lúcia, 59 anos, AG). E complementa:

Para mim, não agravando os outros, foi um tempo melhor quando a gente passou foi quando Teresa foi a presidente daqui. Até meu esposo já foi também (risos), mais ela foi uma pessoa muito batalhadora, ela trouxe muitas coisas para as mulheres, não faltava reuniões para nós, brincadeiras, festa do dia das mães, 8 de Março. (Lúcia, 59 anos, AG)

Neide, também fala sobre Teresa e sua contribuição:

[...] quando uma pessoa toma a frente de um trabalho e se responsabiliza bem mais, as coisas funcionam, e aqui a gente tem exemplo da nossa companheira Teresa, que passou bastante tempo na... era presidente do assentamento e evoluiu bastante mesmo. Foi vice-presidente lá no sindicato também, uma grande força, porque ela também trouxe e conseguiu muitas coisas para cá. (Neide, 37 anos, PR)

Esse reconhecimento da capacidade das mulheres para a vida pública tomba as relações de poder e representatividade, pois apresenta a possibilidade e a capacidade das mulheres para ocupar esses espaços. O processo de empoderamento dá-se através de decisões coletivas e também de mudanças individuais. Quando as mulheres se encorajam a enfrentar os obstáculos referentes à representatividade – tanto no espaço doméstico quanto público, pois não são dicotômicos, são entrelaçados –, é muito importante o respaldo dos seus pares (Arendt, 2001).

5.6. O processo de capacitação/empoderamento das agricultoras do P.A. Sítio do Góis

A vida das agricultoras é repleta de polarizações e hierarquização de papéis. Os homens detêm muitos privilégios e as mulheres muitas restrições e deveres socioculturais referentes às obrigações domésticas e ao cuidado (das crianças, dos idosos, dos próprios companheiros), por exemplo. Faria e Nobre (1997) reforçam que essa jornada é subestimada pela sociedade. A partir do reconhecimento dessa realidade, o movimento de mulheres constantemente se debruça sobre a necessidade de pensar conceitos e paradigmas que potencializem o empoderamento das mulheres.

O processo de empoderamento “nasce” no P.A. Sítio do Góis, especificamente “pensado” para as mulheres, a partir da necessidade de as mulheres terem mais poder numa sociedade desigual. O objetivo era construir coletivamente uma reflexão a partir do conceito que têm de si, construído e estruturado a partir do *habitus*, das relações de socialização fundamentadas no patriarcado e na diferenciação desigual, do que é ser homem e ser mulher, principalmente ser mulher trabalhadora rural (Cordeiro, 2006; Deere,

2004; Scott, 2006), caracterizado pela submissão das mulheres às normas e regras engendradas e reconstruídas a partir da dominação masculina.

O empoderamento objetiva, também, desencadear uma reflexão, que parte das próprias mulheres, sobre sua falta de acesso ao poder, tanto nos espaços domésticos quanto públicos, realidade percebida de forma geral pelos movimentos de mulheres e sindicais. É a partir dessa reflexão, da conscientização da existência de uma situação de diferenciação social que subalterniza, silencia e invisibiliza as mulheres (Achugar, 2006; Boni, 2004; Spivak, 2010) que o empoderamento se estrutura. Portanto, o objetivo do processo era desenvolver capacidades para acessar e participar dos espaços e esferas de poder, de tomada de decisão, tanto no espaço doméstico quanto público. Siliprandi (2009) assevera que, quando se questiona os tradicionais papéis das mulheres no espaço rural, já é um passo importante para o rompimento dessa dominação masculina. Esse questionamento, ou desnaturalização, pode contribuir para a redefinição de normas sociais e para mudanças nos valores que regem a sociedade, possibilitando a construção de uma nova identidade da mulher rural (Siliprandi 2009). Para essa autora, esse é um papel que somente as mulheres podem desempenhar. Na participação nos partidos políticos, nos sindicatos, nas associações, nos fóruns, nos grupos produtivos, insurge uma nova relação de poder à medida que as mulheres, através da atuação no espaço coletivo, tornam-se sujeitos de suas próprias histórias, donas de suas vidas. A participação efetiva e qualificada das mulheres nesses espaços representa uma forma de reconstruir e redefinir a dominação masculina presente na esfera social. Nesse sentido, a auto-organização das mulheres em grupos específicos é muito importante para a construção das mulheres como sujeito político.

No P.A. Sítio do Góis, as mulheres viviam em uma comunidade – antes de se tornar assentamento – onde o acesso à sede do município era difícil, pois não tinha estrada carroçável e, em certos períodos do ano, viviam isoladas e esquecidas, sem acesso à educação, saúde e segurança. O acesso à terra, mesmo sendo citado como a principal conquista, transformador de suas vidas, não foi suficiente para garantir sua visibilidade, sua efetiva participação na Reforma Agrária. Porém, não queremos dizer com isso que o acesso à terra não é importante, pelo contrário, o acesso à terra é uma das maiores conquistas para as trabalhadoras rurais e suas falas reforçam isso: “ter direito à terra faz a mulher acessar outras políticas de desenvolvimento econômico, bem como ter reconhecido o trabalho produtivo” (Hora & Butto, 2014, p. 30). Neide enfatiza:

[...] não possuíam televisão, geladeira, não existia fogão a gás e, a partir do assentamento, se hoje a gente entrar em cada casa dessas, tem todo o tipo de objeto dentro das casas que qualquer pessoa da cidade tem. Tem acesso à internet, telefone... Uma evolução muito grande. E todas essas mudanças

foi a partir do assentamento. Quando deixou de ser dos grandes proprietários que dominavam e que cada um passou a ser dono da sua própria terra. Foi muito importante. Um avanço muito importante pra nossa sociedade, na nossa comunidade. Essas mudanças que houve a partir do assentamento. (Neide, 37 anos, PR)

Mesmo reconhecendo a importância do acesso à terra, as mulheres possuíam uma participação limitada na vida política do P.A. Sítio do Góis. Apesar de a própria instituição dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária, por meio dos diferentes atores envolvidos – CPT, STTR, Assessoria Técnica –, apresentar essa preocupação com a participação, as mulheres continuavam confinadas ao espaço reprodutivo e às diversas tarefas atribuídas a este espaço, como o preparo da alimentação e a higienização do local. Em um paralelo com o conceito de *habitus*, observa-se que as estruturas eram, e são, difíceis de ser rompidas, redefinidas. Essa assertiva é balizada pelos dados coletados e analisados nas atas da associação, que apontam que durante os quatro primeiros anos da associação nenhuma mulher participou de comissões internas e externas (por exemplo, para compra de trator, compra de animais, das comissões de projetos como o PAPP e outros), mesmo estando presentes naquele espaço. Mariluce diz: “As mulheres ficavam muito em casa e só os homens que saía pra os movimentos, pras reuniões... até as fora, só mais os homens que saía. As mulheres não saía não, não saía muito não” (Mariluce, 42 anos, AG).

Gadotti (2013, p. 8) enfatiza que a participação, que denomina de popular, é uma das “formas mais independentes e autônomas de organização e de atuação política dos grupos das classes populares e trabalhadoras”. O referido autor reforça, pegando de empréstimo as ideias de Marilena Chauí sobre a despolitização, no que tange à separação entre dirigentes e executores, que “Quem sabe comanda quem não sabe. Quem sabe comanda e quem não sabe obedece, não tem voz, não pode manifestar sua opinião, mesmo quando o assunto diz respeito à qualidade de suas vidas” (p. 10). E Gadotti complementa: “Assim, se afasta a participação popular com o discurso de que só participa quem ‘entende’, quem ‘está preparado’ tecnicamente para participar”, e quem está preparado para participar geralmente tem sido os homens, pois socialmente o espaço público é seu lugar de atuação.

O monopólio de participação é tratado por Amélia Cohn (2011), em determinadas situações, como uma “distorção”. Esse conceito é adequado para refletir sobre a sobrerrepresentação do homem como naturalmente representante da associação. Ora, se ele é o chefe em casa, ele quem detém o poder da fala, é “quase natural” que essa representatividade se estenda à associação, ao STTR. As explicações são várias para que se mantenha esse monopólio de participação dos homens a exemplo do fato de:

[...] 1) lideranças locais monopolizarem a participação nos colegiados, sob a alegação de que “as pessoas não querem participar”, mas de fato o que ocorre é uma resistência à divisão do poder. Assim, verifica-se um mesmo representante da sociedade civil participando de vários conselhos de distintas políticas públicas; 2) profissionais da área ocuparem a representação da sociedade civil, já que eles “são mais capazes de saber o que é melhor para aqueles segmentos sociais, marcados pela vivência da carência cotidiana”. (Cohn, 2011, p. 20)

Essa frase é recorrente: “As pessoas não querem participar”, escutamos nas assembleias do STTR, do fórum das associações, na associação do P.A. As entrevistadas reforçam e incluem as mulheres nessa “escolha de participar ou não” isso quando citam que as outras mulheres não participam porque não querem, Filomena fala sobre isso:

Aqui no assentamento, no grupo de mulher, não tem mais mulher porque elas não querem⁶³ porque tá aí, aberto para quem quiser ir participar e saber do jogo como é. Das coisas do sindicato, dos sem-terra...dessa coisas, ... Do INCRA (pausa). Essas coisas assim...tem homem que é desse jeito das mulheres que só participa de uma coisa do assentamento se disser assim: venham que vai sair um dinheiro. Aí, vixe, chove de mulher. Mais tem vez que é só os homens [que vêm para as reuniões]... só as mulheres que são do grupo. As outras não vão porque não querem. (Filomena, 64 anos, AG)

A entrevistada reforça um discurso reproduzido nos espaços coletivos de que as pessoas não participam porque não têm interesse. No entanto, alguns elementos precisam ser levados em consideração para que entendamos essa dificuldade de participação. Como bem apresenta Cohn (2011), “o monopólio da participação” e a “ocupação da representação” são ainda recorrentes e acontecem também entre as mulheres. No grupo Unidas para Vencer, quando elas elegem uma liderança, só ela sabe de tudo e faz tudo certo. Cohn (2011) classifica essas características como distorções de participação dizendo que esse monopólio pode ser resistência à divisão de poder. Atrelado a essas distorções ainda tem a questão do tempo que as mulheres gastam/disponibilizam para as tarefas domésticas que envolvem o preparo da comida, lavagem de roupa, cuidado com os filhos, plantio no quintal, criação de pequenos animais e demais atividades atribuídas às mulheres (Boni, 2004; Siliprandi, 2009).

Mesmo reconhecendo a existência das distorções citadas por Cohn (2011) e a sobrecarga de trabalho doméstico das entrevistadas, verificamos que esta atinge cada uma de forma diferenciada, tendo em vista a idade, por exemplo. As mulheres mais velhas, já aposentadas, têm mais tempo de sair de casa, ir para eventos, pois não executam mais tantas atividades nos lotes. Entretanto, também têm dificuldades geradas por problemas de saúde – doença de chagas, diabetes, hipertensão, osteoporose e outras – e não apresentam, portanto, disponibilidade para estarem participando da diretoria, seja da associação, do STTR ou demais espaços de representatividade que sejam constantes e requeiram mais tempo fora

⁶³ Grifo nosso.

e viagens; citam que a idade e a saúde não permitem. O máximo que almejam é participar da Comissão de Idosos do STTR e do conselho fiscal da associação. Mesmo com todas essas questões, percebemos que outras mulheres se destacam como líder, vão se construindo dentro e fora do grupo. Mariluce fala:

Participando de grupos religiosos, formei o grupo e sou coordenadora desse grupo.// Eu ensino crisma, nos finais de semana, eu não tenho muito tempo de ficar em casa. Eu ajudo em uma escolinha dominical. Tem um grupo de oração, sou coordenadora do grupo de oração, faço parte dele. É uma correria danada minha vida. (Mariluce, 42 anos, AG)

O fato é que somente ter acesso ao grupo, estar presente, não garante a participação e conscientização, mesmo num espaço criado para capacitar e fortalecer essa participação. Senecah (2004) também traz contributos relevantes para a reflexão e a análise do entendimento da participação cidadã, por meio da noção de “trindade da voz”, já utilizada no decorrer dessa análise. A autora apresenta o acesso como a capacidade dos participantes, de forma apropriada, expressarem suas escolhas e opiniões, e de também terem acesso à educação, informação, para que, assim, possam realmente participar de forma ativa. Aponta, também que é necessária a “influência”, que se caracteriza como a capacidade de afetar, participar ativamente das tomadas de decisão. Gadotti (2013) chama a atenção para a necessidade da preparação político-pedagógica para a participação. Sem a devida preparação, somente oferecendo, disponibilizando os espaços adequados, a participação soberana não acontece.

Um pequeno número de mulheres que faz parte desses espaços, em alguns momentos, não consegue fazer uma leitura política de sua realidade. Dizem que tudo agora é do mesmo jeito que era antes, que nunca percebeu diferenciação entre homens e mulheres. Uma entrevistada, quando indagada sobre as relações entre homens e mulheres, disse: “Não sei explicar, não” (Madalena, 51 anos, AG). E reforça: “Do mesmo jeito. A mesma coisa” (Madalena, 51 anos, AG). Goffman (2002) enfatiza que nem sempre uma pessoa presente numa interação será participante da mesma, alguns participantes têm acesso somente visual à interação. Porém, quando indagada sobre como imaginava sua vida sem o grupo, ela diz: “Eu tava acolá, sem nada. Abandonada”. Outra entrevistada diz: “Achava que era normal. Nunca via a mulher criticar dos homens e nem os homens das mulheres: era uma coisa *igual*” (Inalda, 66 anos, DC). No entanto, vale enfatizar que, mesmo com dificuldades de perceber e falar sobre algumas questões, essas mulheres em muitos momentos da entrevista apresentam compreensão do processo de empoderamento.

Phillips (1991, 2001) chama atenção para, e nos faz refletir sobre a política de ideias e de presença, apresentando que estas precisam ser bem aplicadas e acompanhadas, pois se assim não for, ambas

⁶⁴ Grifo nosso.

não terão efetividade no aumento da participação dos grupos minoritários. Nesse sentido, no grupo Unidas para Vencer, mesmo convivendo com as distorções do monopólio de participação, ainda bem presentes nos espaços públicos e privados (Conh, 2011), estas distorções são minimizadas pelo processo de auto-organização, quando proporciona um espaço não formal de educação, reuniões, oficinas, encontros e outros, que as capacita para a intervenção qualificada. As entrevistadas que participam do grupo discutem suas especificidades, necessidades e suas reivindicações em diferentes campos e espaços. Em muitos espaços, não dão conta de estarem presentes, mesmo reconhecendo as vantagens da política de presença. Desse modo, pautam suas demandas nas reuniões e assembleias da associação, nos grupos produtivos e exigem que estas demandas figurem na pauta de reivindicações e que sejam apresentadas pelo representante local, em reuniões mais amplas. Desse modo, já conseguiram, por exemplo, acessar projetos produtivos e crédito.

Pensando no grau de envolvimento popular no processo de tomada de decisão, conforme Pretty (citado em Magnanin, 2008), pode-se traçar uma associação entre este modelo de participação e a participação interativa, na qual há interação da população em todo o processo de tomada de decisão, isto é, desde a etapa de análise, desenvolvimento dos planos de ação até as definições finais do projeto.

Em termos de participação, as mulheres estão representadas em todas as diretorias executivas da associação desde 2002, o que pode ser verificado nas atas. Estão presentes nas organizações dos grandes eventos da associação, como a Caprifeira e a paixão Cristo – uma das maiores encenações ao ar livre do Estado. Fazem parte da diretoria executiva do sindicato, assumindo cargos de vice-tesoureira e secretária e, conscientes, já contestam até o fato de que o espaço que ocupam é reconhecidamente de menor valor dentro da hierarquia sindical. Teresa, secretária do STTR, vê sua participação como se fosse uma “escada”, cujos degraus ela foi galgando:

E daí Josefa participou de bem dois mandatos na comissão, aí, depois eu fui fazer parte da comissão, né. Ela saiu e eu fui fazer parte da comissão, passei uma gestão. Quando foi na segunda, quando terminou essa comissão que fiz parte, já fui convidada pra ir pra diretoria executiva, né. Que eu já vim pra diretoria executiva como tesoureira, né? Aí, eu fiquei, fiz parte né, passei essa gestão e quando foi, quando terminou essa gestão que eu era segunda tesoureira, eu já fui chamada pra fazer parte – pra continuar – mas já indo pra ser primeira secretária, né que é o cargo hoje que eu tô lá na diretoria executiva. E não quero ficar só nisso né? Eu acho que nós mulheres temos que lutar, reivindicar e buscar o que a gente acha que a gente tem como direitos também, por exemplo, aqui no sindicato eu não tenho recordações e sei que nunca teve uma mulher como presidente. Teve já como vice-presidente, mas como presidente não teve. E quem sabe não vai ter, né? Quem sabe, nós estamos lutando, quem sabe... O futuro a Deus pertence e a ideia da gente é chegar até mais na frente porque a gente sabe que é capaz e tem condições de não de disputar, mas ter condições de tá igual, não na frente nem atrás, ombro com

o ombro com o homem. Que a gente sabe que tem capacidade pra fazer isso e a gente pensa nisso, não vou dizer que a gente não pensa nisso. A gente pensa. (Teresa 44 anos, AG)

Arnstein (1969), com o seu modelo de “escada de participação cidadã”, ajuda a entender o grau de envolvimento e participação das trabalhadoras rurais nos espaços de representatividade, tendo em vista diversos momentos desse processo de organização.

Foi possível constatar, por meio das atas, relatórios e entrevistas, que muitas vezes as mulheres estavam presentes nas reuniões, porém não entendiam o que estava sendo tratado, não falavam, não participavam de nenhuma comissão interna ou externa (do trator⁶⁵, FUMAC, PAPP), ou seja, viviam uma “falsa sensação de participação”. Acessavam o espaço, mas sua presença era praticamente invisível (Arnstein, 1969). Eram somente ouvintes virtuais (Goffman, 2002).

Uma das entrevistadas diz que muitas mulheres no início do grupo diziam: “essas reuniões é a coisa melhor no mundo que tem, eu venho para as reuniões que é para me distrair de casa” (Marta, 27 anos, EU). O grupo muitas vezes serviu como um espaço de relaxamento, uma terapia, um momento para as mulheres descansarem das atividades, de conversarem. As mulheres tinham tão pouco espaço para si que viam o grupo de mulheres como esse espaço de conversa agradável, brincadeiras, “seu espaço”. Porém, esse momento “terapêutico” não se transformou numa patologia (pensando na escada de participação proposta por Arnstein), já que a falta de poder e a dificuldade de acessar e participar dos espaços de decisão não foram tratados como algo individual, um fardo a ser carregado e que deveria ser amenizado pelo grupo. Pelo contrário, o grupo, por meio da assessoria, viveu um processo de formação que envolveu participação em oficinas, intercâmbios, encontros – municipais, estaduais, nacionais, internacionais –, que objetivavam potencializar o reconhecimento de que viviam em um sistema de opressão e que ele não era natural, fazia parte de um construto social e, assim sendo, era passível de ser redefinido. O acesso à “informação” não é garantia de acesso ao poder, mas contribui e cria trilhas para sua aquisição. Iorio (2002) vai dizer que o controle sobre a informação é elemento fundamental para o empoderamento. A partir do acesso à informação, “as pessoas, os grupos, têm oportunidade de sair da condição de beneficiária, para ser um agente ativo do processo” (Iorio, 2002, p. 30).

Quando as mulheres têm acesso à informação, emerge a necessidade de se construir estratégias para que a dominação masculina por elas vivenciada seja redefinida. Esse acesso à informação advém de um processo não formal de educação, com um objetivo construído coletivamente pelos movimentos

⁶⁵ O trator é usado pelos assentados e assentadas e também é alugado para outras comunidades. Existe no P.A um estatuto que versa sobre normas e regras do uso do trator gerido por uma comissão escolhida em assembleia.

nacionais de mulheres – via Confederação, Federações, STTR, ONG e Movimentos Sociais de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Esse processo, através de diagnósticos, debates em congressos, encontros, marchas, demonstra que as relações sociais no campo são patriarcais, excludentes e desiguais e que essa desigualdade não deve ser tratada como se estivesse na “ordem das coisas”, como *habitus ad aeternum*. A criação das cotas, a luta por paridade, a criação das comissões de mulheres e a organização de grupos específicos de mulheres são exemplos dessas estratégias que visam escutar a voz das mulheres, seus balbucios (Achugar, 2006) e incluí-las nos espaços de decisão e poder. A participação cidadã constitui sinônimo de poder cidadão, ou seja, a participação cidadã é um termo categórico para o poder do cidadão (Arnstein, 1969).

De acordo com Biroli (2018), a instituição de regras formais e dos direitos estabelecidos não tem garantido por si só a participação das mulheres. Ela assevera que é necessário levar em consideração as relações de gênero no cotidiano da vida social e também os obstáculos informais à participação. E complementa que “a posição não se esgota nas relações de sexo ou gênero, mas é definida em conjunto com variáveis como classe, raça, etnia, sexualidade e geração” (p. 171). E alerta, ainda, que as barreiras podem ser mais espessas para as mulheres mais pobres, negras, indígenas e as “trabalhadoras rurais”.

Outro elemento que percebemos no decorrer da nossa análise é que os efeitos da dominação masculina, do patriarcado e da divisão sexual do trabalho não são idênticos na vida das agricultoras, por isso não podemos colocar todas numa “mesma caixa”. Assim, pensar o processo de empoderamento e sua relação com o acesso e a participação das mulheres como um “mosaico” foi extremamente revelador da realidade, nos ajudando a ver a participação das mulheres. Não nos limitando somente a ver essa participação unicamente a partir de sua presença e ausência nas diretorias das associações e sindicatos, o manuseio de diferentes dados – atas, entrevistas, dados sociodemográficos, relatórios, observação participante – nos fez ver as lutas, conflitos, ajustes e acomodações que fazem diante da realidade que vivem. No cruzamento dos dados, por exemplo, verificamos que o nível de escolaridade, a idade e a renda da família, influenciam fortemente no acesso e participação das mulheres nos espaços de poder.

As mulheres não alfabetizadas, ou com um baixo nível de alfabetização, têm muito mais dificuldades em participar das diretorias, visto que os cargos ocupados nos primeiros degraus de sua escada de participação são geralmente os de secretária. Se elas não sabem ler nem escrever, não estão aptas a fazerem as atas e demais documentos que a função requer. Isso se torna um impeditivo para que assumam o cargo. Para os homens, isso não se apresenta como um problema, já que existe uma vasta sobrerrepresentação na ocupação de cargos de presidente e tesoureiro. Vale enfatizar que muitos dos

presidentes e tesoureiros do P.A. não eram alfabetizados, minimamente sabiam “desenhar” o nome. Essa realidade também foi percebida no STTR.

Essa concepção do autor permite perceber o quanto pensar o gênero como um pertencimento de classe pode contribuir para a compreensão do valor que é atribuído aos indivíduos e também dos efeitos que ele exerce sobre as práticas. Na realidade analisada, percebe-se que os papéis masculinos e femininos são diferenciados, cabendo à mulher muito mais o espaço doméstico. Essa divisão contribui para que seu processo de inclusão nos espaços de poder seja repleto de dificuldades e empecilhos.

É mister enfatizar que, no processo de formação, o ponto de partida utilizado para o início das discussões sobre as relações entre homens e mulheres partia do conceito de gênero, diferenciado da noção de sexo, do que é macho e fêmea (atas e relatórios 1998–2016). No teor do documento, percebe-se que a ideia é desconstruir a concepção de que as diferenças biológicas podem ser usadas como justificativas para as desigualdades sociais. Partia-se do princípio de que as relações são construtos sociais e que, através do *habitus*, do processo de socialização, se estrutura um arquétipo de quais são espaços de homem e quais são os de mulheres e que isso vai se refletir diretamente nos espaços de poder e representação.

Foi preciso, no que tange à realidade e necessidades das agricultoras, “criar” planos de participação, de formação para a participação, chamada pelo movimento social de preparação política. Em Apodi, um desses espaços, promovido pela STTR, é intitulado “Escola de Formação Ronaldo Valência”⁶⁶. Esse espaço foi montado com a finalidade de trabalhar com alguns dos antigos membros do sindicato, possibilitando a formação de novos quadros em meio aos filhos e filhas das pessoas sindicalizadas, considerando a própria dinâmica de atuação do STTR de Apodi. O trabalho foi pensado na perspectiva de propiciar um ambiente educacional de forma sinérgica, fazendo com que os quadros históricos do sindicato pudessem ter seus conhecimentos/conceitos revisitados e os novos – quer sejam emanados da juventude ou não – pudessem adquirir informações importantes. Realizada, ora com assessores locais – das ONG que assessoravam o STTR –, ora com assessores externos, a formação ocorria por módulos⁶⁷, de 12 ou 16 horas cada, aos sábados e domingos, na sede do STTR ou, quando requerido, em algum local onde fosse ser realizada a atividade de campo. O processo de formação foi muito importante para o STTR pois o legado, no que se refere à formação de novos quadros, rendeu bons frutos, inclusive tendo

⁶⁶ Ronaldo Valência foi um lutador das causas populares que morreu no dia 13 janeiro do ano de 2005, vítima de acidente de trânsito. Era, à época, vereador da cidade de Campo Grande – RN e referência dos Movimentos do Campo, especialmente da Agricultura Familiar. O nome da escola é uma homenagem a ele.

⁶⁷ Temas que foram abordados nos módulos: Metodologia popular de trabalho de base; Resgate da história dos movimentos sindicais e sociais do campo brasileiro; O modelo agrícola brasileiro; Plano camponês: os desafios da agricultura camponesa; Agroecologia e soberania alimentar na agricultura familiar; Gênero e agricultura familiar; Educação básica do campo; A cooperação agrícola na agricultura familiar e Mística dos movimentos sociais.

o atual presidente do sindicato passado pelo processo de formação da escola. A primeira etapa da escola aconteceu em 2008. Foram 5 edições até agora.

Outra questão que percebemos na prática, inclusive na hora de marcar as entrevistas, é que, para que as mulheres possam participar efetivamente, é preciso organizar eventos, atividades, em locais e horários adequados, estruturados, preparados e organizados. Para que se possa potencializar a participação, não se pode fazer isso somente com atividades pontuais, desorganizadas, é preciso existir um plano metodológico e político de atuação. Gadotti (2013, p. 16) diz: “a população precisa estar informada sobre o funcionamento do Estado, sobre as diversas instâncias de poder (executivo, legislativo, judiciário) e os diversos órgãos públicos, onde, como e quando pode participar”. Arnstein (1969) cita o controle cidadão como um espaço imprescindível para a vivência da cidadania de forma plena. Quando as mulheres acessam recursos de forma autônoma, tais como os projetos produtivos – que em Sítio do Góis já foram diversos: de hortas orgânicas, galinha caipira, quintais produtivos, bioágua e outros mais –, isso é importante para que as mulheres passem da pseudoparticipação para o processo de participação total (Pateman, 1992). No P.A. Sítio do Góis, a saída das mulheres – com ressalvas, pois esse é um processo contínuo, não está pronto e acabado – da condição de “cuidadoras de panelas”, de invisíveis para a condição de presidentes do P.A., diretoria executiva do STTR, participantes de um grupo reconhecido e identificado pelos movimentos sociais do campo, revela um legado desse processo de empoderamento.

5.7. O processo foi assim... A entrada no grupo: por que entrou, quem incentivou, o que pensava do grupo

O processo de empoderamento das trabalhadoras rurais deu-se de modo não formal, fundamentado nas pedagogias de referências feministas (Gohn, 2006; Sardenberg, 2011) e com base nas concepções freirianas de educação, notadamente sob o aspecto de privilegiar a prática como ferramenta para refletir e elaborar a teoria. Gohn (2006) vai definir que o processo não formal de educação é aquele com várias dimensões, a saber:

[...] a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor [...]. (p. 28)

Nesse modelo de educação, o educador é o “outro”, aquele com quem interagimos ou nos integramos. Ele acontece fora das escolas, em locais informais, como foi o caso do P.A. Sítio do Góis. É um processo

interativo e tem uma “intencionalidade” construída coletivamente pelos grupos envolvidos no processo. Também tem como característica ser a participação dos indivíduos opcional; assim, as mulheres não têm a obrigação de participar do grupo, é uma escolha. O objetivo desse processo de educação “é capacitar os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo, no mundo” e esse é um processo construído interativamente (Gohn, 2006, p. 29), coletivamente. Como bem afirma Gohn (2006), “a transmissão de informação e formação política e sociocultural é uma meta na educação não formal” (p. 29).

O processo no P.A. Sítio do Góis seguiu, em linhas gerais, esse rumo pedagógico e político. Foi pensado a partir de um fenômeno amplo nacional, porém levando em consideração o contexto sócio-histórico e político local. Esse processo, esse sentimento ou necessidade surgem atrelados, de forma transversal, ao “novo” sindicalismo rural que percebia a urgente necessidade de apropriação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do espaço sindical enquanto representantes dessa categoria. Essa nova fase do sindicalismo rural no município vinha repleta de mudanças. No entanto, a concepção de que, incluindo o homem, o chefe da família, naturalmente se incluía a família ainda era presente, sendo necessário, portanto, que fosse desconstruída, redefinida. Essa percepção e luta foram alavancadas especialmente pelas mulheres; não foi um processo “natural”, que veio junto com esse novo movimento sindical. As mulheres foram à luta e reivindicaram seu direito de estar presente, de participar, de ter voz e representatividade nesse espaço. O movimento de mulheres da CONTAG, da FETARN e o movimento feminista, tendo o Centro da Mulher 8 de Março (CM8), depois transformado em CF8, como representante, foram importantes para a publicização dessa necessidade de incluir as trabalhadoras rurais enquanto sujeitos autônomos nos espaços de discussão, representação e poder dessa categoria.

A partir do acirramento desse debate no município, as diversas organizações do terceiro setor, que prestavam assessoria técnica às áreas de assentamento via diferentes órgãos e projetos – INCRA, PRONAF, PDHC e outros – passaram a incluir nos projetos que elaboravam eixos que se voltavam exclusiva e especificamente para a mobilização, sensibilização e capacitação das mulheres. A estratégia mais utilizada foi a auto-organização, pois se identificava a necessidade de as agricultoras se mobilizarem, se reconhecerem como sujeitos ativos desse processo, percebendo que era necessário organizar um espaço para a realização desses processos educativos não formais. O grupo Unidas para Vencer nasce, também, a partir dessa ideia.

Em um primeiro momento, a assessoria técnica convida as mulheres para “conversar” sobre saúde da mulher e suas especificidades (Relatórios CF8; Relatórios COOPERVIDA). No início do processo, esse tema é tratado como mobilizador e organizador de um sentido de especificidade, de que ser mulher tem

suas subjetividades e que essas não são somente biológicas. O próprio tema saúde era tratado numa perspectiva ampla; muitos temas, inclusive, se fundamentavam no paradigma do “bem viver” (Léon, 2008). Desse modo, se estabelece uma sintonia com a própria definição de saúde adotada pela Organização Mundial da Saúde, que admite esta como um completo bem-estar – físico, mental e social –, não se restringindo à ausência de doença (Who, 2014). O tema não era tratado como uma “aula”, era um momento de conversa informal, em que as mulheres poderiam tirar e compartilhar dúvidas”. Teresa, na sua entrevista, conta um caso que vivenciou em outro assentamento quando foi discutido sobre o controle de natalidade. Ela conta que, na reunião seguinte, após a discussão, uma das participantes veio dizer que tinha conversado com o marido sobre o controle e ele tinha dito que isso era besteira, a mãe dele pariu 15 filhos e estava viva. Ela só tinha parido 8 (oito). Essas e outras histórias de dificuldades apresentadas pelas mulheres sobre o controle, a posse de seu corpo, eram recorrentes. Marta também fala sobre essa questão:

[...] as mulheres mesmo vinham para o grupo e diziam que o marido não aceitava usar roupa curta, que o marido não aceitava cortar o cabelo // A gente sabe que mulheres, nem o preventivo, que era a saúde, a mulher não fazia porque seu companheiro não deixava. Existe muitas mulheres de antigamente que morreu sem fazer um preventivo porque seus companheiros não deixavam. (Marta, 27 anos, EU)

A dificuldade de ir e vir e, principalmente, a falta de acesso a uma renda própria são relatos usuais no decorrer das entrevistas e citados como importantes para a compreensão de que existia uma diferenciação entre homens e mulheres. E o mais importante era que essa diferenciação gerava e estruturava as desigualdades e opressões.

A partir desse tema, foram organizados novos temas – sexualidade, associativismo, gênero (muito discutido), agroecologia, caprinocultura, apicultura, criação de animal e outros. Por meio de uma dinâmica interna de reunião, de encontros mensais ou até mais frequentes, os representantes também participavam de diversas atividades fora do assentamento – marchas, encontros, atos, reuniões da comissão de mulheres –, conforme necessidade. Como próprio do modelo não formal de educação, cuja concepção aponta que “é aquela que se aprende no mundo da vida, via processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianas” (Gohn, 2006, p. 28), surge a necessidade de um processo de formação mais específico (cursos, oficinas de 24h, 16h, com certificação) para as mulheres, que fortalecesse sua autonomia e o reconhecimento de seus saberes.

Na própria dinâmica da implantação dos assentamentos, existiam cursos voltados para a compreensão da importância do processo de organização social e produtiva. No entanto, percebeu-se que o acesso e a participação dessas mulheres nesses cursos eram dificultados, também, pela compreensão de que

esses eram espaços de homem. Josefa cita: “teve muitas piadas, tive de ver muitas piadas, ‘tem pra que não, se é caprino, é pros homens’. De abelha: ‘se é o curso de abelha, é pros homens’” (Josefa, 57 anos, ASG/AG). Josefa é uma das titulares e fala que rebatia essa concepção dizendo que o lote era dela e ia ter caprinos, abelhas e tudo o que tinha direito, igual a todos. Porém, isso não era o comum, o normal. As mulheres não iam para esses cursos e quando iam ficavam caladas ou na cozinha preparando os alimentos.

Os intercâmbios, que eram visitas feitas fora do assentamento a grupos e experiências organizacionais de trabalhadoras rurais, foram ferramentas importantes para apresentar às mulheres experiências produtivas exitosas realizadas por mulheres.

Figura 32 – Visita de intercâmbio ao município de Lucrécia/RN para conhecer experiências exitosas em comercialização do mel



Fonte: Acervo COOPERVIDA.

Figura 33 – Agricultores em foto na associação comunitária de Lucrécia/RN



Fonte: Acervo COOPERVIDA.

O intercâmbio foi uma ferramenta citada pelas trabalhadoras rurais como de suma importância para a organização das mulheres e para a compreensão de que era possível se organizar, conquistar e lutar por renda própria, que as mulheres podiam organizar e gerir uma atividade produtiva. Teresa apresenta a importância dos intercâmbios:

[...] a gente começou a perceber a importância em intercâmbios, em outros conhecimentos de outros grupos que já existiam de grupo de mulheres produtivo, por exemplo. Lembro que a gente conheceu vários grupos. Mulugunzinho [...] a gente conheceu. A COOPERVIDA nos levou pra gente conhecer a experiência das mulheres de lá. Que a gente se baseou muito nelas, é tanto que lá era horta, a gente também decidiu por horta. Que a gente era em dúvida entre horta e galinha na época, mas a gente decidiu, quando a gente conheceu lá o projeto delas, a gente conseguiu mesmo ser a questão de horta. (Teresa, 44 anos, AG)

A partir de 2002, momento no qual as mulheres já estavam mobilizadas, foi possível organizar uma dinâmica de ação continuada de assessoria a auto-organização das mulheres. A partir de um permanente processo de planejamento participativo, as trabalhadoras, juntamente com a assessoria técnica, elencavam os eixos, as ações e atividades que realizariam no decorrer do ano. Essa dinâmica de organização foi recorrente até o ano de 2012 (Relatórios do PDHC, 2002–2014; Relatórios CF8, 2002–2014; Relatórios COOPERVIDA, 2002–2014).

Na perspectiva, na concepção das mulheres a vida antes do grupo era mais voltada para o universo doméstico “a gente não tinha nada, só nas casas” (Romana, 70 anos, AG). E Josefa reforça: “Antes era assim: a mulher na cozinha e o homem no alpendre, pronto” (Josefa, 57 anos, AG/ASG). Nos seus discursos, elas enfatizam essa relação com o trabalho reprodutivo, no entanto era mais em termos de identificação, pois é recorrente nas suas falas que sempre, desde criança, trabalham no campo:

[...] desde eu nova, eu era da agricultura, mesmo que eu plantava essas coisas mais meu pai que desde nova eu já fazia isso. Pronto, quando eu vim pra o grupo de mulheres, eu já fazia isso. Já plantava, já limpava... essas coisas todinha eu já fazia. (Solange, 47, AG)

E Josefa complementa: “Quando a gente plantava para Aurino Gurgel era um campo muito grande e quem plantava eram moças, rapazes, era tudo. A gente passava o dia todinho plantando. Vinha almoçar, voltava de novo”[...]. “A gente trabalhava na roça com ele [pai] puxando capinadeira, o burro da capinadeira, ciscando a terra para fazer o plantio. Sempre trabalhamos na agricultura” (Josefa, 57 anos, ASG/AG).

O que expressam é que o seu trabalho não era reconhecido, não gerava renda visível. A casa era seu lugar, seu confinamento. Somente depois do grupo passaram a sair de casa, ir a encontros locais, municipais, estaduais e nacionais. Marta fala sobre esses encontros, as saídas do assentamento depois

do grupo: “A minha vida era aquela vida pacata, // de casa, sempre em casa mesmo... aí comecei a sair de casa, conhecer o mundo, que também esses grupos, o grupo de mulher, o grupo de jovens, nos deu a oportunidade de conhecer muita coisa” (Marta, 27 anos, EU).

Essa luta por renda própria culminou com a inclusão, nos projetos de linhas de créditos específicas para as mulheres, tanto nacionais, como estaduais e municipais, como o PRONAF mulher, o FISP mulher, da disponibilidade de 30% dos recursos do PAPP, atualmente chamado de RN sustentável, para projetos gestados e composto por mulheres. Foram espaços, vitrines que apontavam que a mulher tinha capacidade e conhecimentos sobre a produção e organização de projetos voltados para a agricultura, desde a produção até a comercialização. Essas experiências produtivas também desconstruíram e desnaturalizaram a incapacidade das mulheres para a gestão e organização de empreendimentos econômicos. No entanto, é mister enfatizar que os referidos projetos enfrentavam muitas dificuldades na organização familiar, na associação e até mesmo em relação às mulheres, pois muitas não “gostavam” de trabalhar, produzir coletivamente. Luzia fala desse problema de forma bem explícita, inclusive citando porque não quis participar da experiência:

No tempo que eu entrei no grupo de mulher, foi no início que iam fazer // Ainda chegaram a fazer umas hortas para acolá. Eu dei meu nome, mas não cheguei a entrar naquele projeto ali //Ai teve mulher que me disse: “Mulher, você fez certo”. Eu tirei meu nome no início. “Mulher, você fez certo porque tem umas mulheres ali que trabalham mais do que outras. Tem umas que vai pegar a verdura sem ordem das outras. Você fez muito certo”. Ai eu digo, eu queria mais antes cada qual nos seus quintais. (Luzia, 45 anos, AG)

No entanto, muitas mulheres escolheram essa forma de produzir e criaram, organizaram, um projeto de hortas que foi uma referência, tanto em termos produtivos como organizacionais.

Figura 34 – Visita do grupo de hortas ao local onde seria implantado o projeto



Fonte: Acervo COOPERVIDA 2000.

Mariluce fala sobre o processo de produção:

A gente produzia cenoura, beterraba, coentro, cebola, cebolinha, cebola de cabeça, tomate, couve, rúcula... um excesso de verdura, tinha muita verdura. E a gente mesmo que produzia os compostos também, pra ser todo orgânico. Depois a gente tinha a comida da gente muito saudável, que era muito bom a gente ter as verduras da gente sem ser com agrotóxico, toda de qualidade, orgânica. A gente levava também para a feirinha da agricultura familiar, pra vender e o dinheiro que a gente apurava, deixava pra comprar as sementes e já ter algo para as outras meninas do grupo. Era bom. Agora, o ponto negativo que eu mais achava no grupo, era a falta d'água, que a gente não tinha nosso poço próprio. A gente tinha que tá usando água do poço da comunidade, do assentamento, fora do assentamento e muitas vezes o consumo era grande e precisava a gente tá pagando, sem poder, a energia do poço e a água ia com muita dificuldade pra o projeto. Mas se tivesse um poço, indo pra gente mesmo, tinha dado certo. (Mariluce, 42 anos, AG)

Ela reforça o sentido de coletividade que foi construído junto com o projeto, o que ficou da experiência:

Mas a gente continuou assim em grupo, unido, como se fosse irmão, tudinha. Hoje mesmo a gente tem um grupo de oração e a maioria delas, dessas pessoas, é as meninas aqui do grupo, do antigo grupo Unidas para Vencer. E a gente sempre tá relatando que...os momentos que a gente passou nesse grupo, que era muito bom o grupo de hortaliças. (Mariluce, 42 anos, AG)

Figura 35 – Projeto de hortas orgânicas



Legenda:

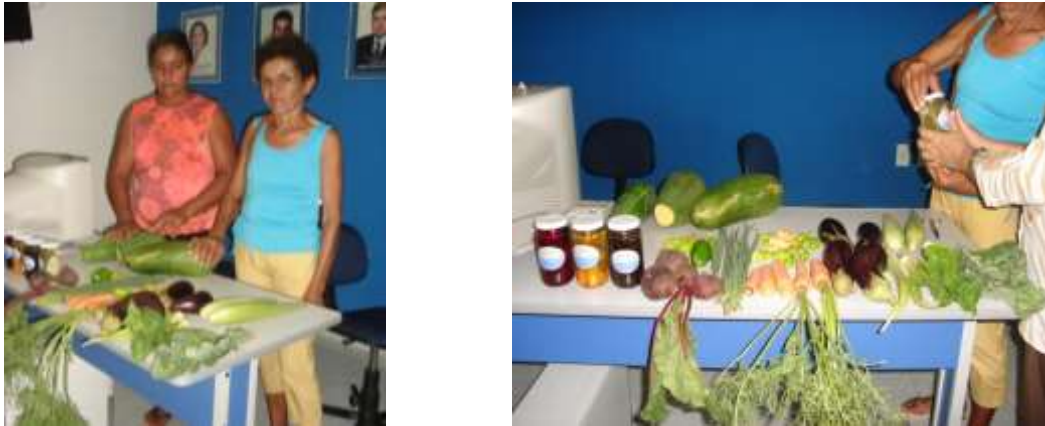
A) Preparação do sistema de irrigação

B) Plantação dos canteiros

C) Colheita

Fonte: Acervo COOPERVIDA.

Figura 36 – Apresentação da experiência produtiva e a gestão do projeto em eventos



Fonte: Acervo COOPERVIDA.

Figura 37 – Montagem dos produtos para a feira no município de Apodi/RN



Fonte: Acervo COOPERVIDA.

Figura 38 – Participação na feira no município de Apodi/RN



Fonte: Acervo COOPERVIDA.

O projeto de hortas orgânicas é citado como aglutinador desse sentido de coletividade e de identidade, inclusive se expandindo para outras atividades do assentamento, como Mariluce enfaticamente apresenta acima.

É notável a relação entre o grupo de hortas orgânicas e a entrada no grupo de mulheres. Os motivos apontados pelas mulheres para entrarem no grupo são diversos, havendo estreita relação com as pessoas que eram do grupo na época. Os inúmeros convites recebidos, de modo especial partindo da equipe técnica; o reconhecimento de que trabalhar em coletividade, em conjunto, era mais propositivo; a vontade de ter uma renda própria, esses são alguns exemplos levantados nas entrevistas. Citam que a participação em eventos externos também foi muito importante para perceberem a importância dessa participação no grupo: “A gente foi a um evento em Natal. Aí eu gostei mesmo desse evento, aí eu fui decidi participar mesmo do grupo de mulheres. Que é muito importante mesmo a gente participar” (Solange, 47 anos, AG). As reuniões com a assessoria técnica também são citadas como um espaço importante para a percepção da importância de estar organizada em um grupo. Josefa, que já vinha participando da comissão de mulheres, citando o que a fez ir para o grupo, refere: “A organização. Organizar elas e me organizar cada vez mais”. Madalena (51 anos, AG) fala que o Projeto de Hortas Orgânicas foi decisivo para que tivesse vontade de entrar no grupo de mulheres.

A entrada no grupo também não era tarefa fácil. Não era somente uma decisão pessoal, envolvia também a família e, principalmente, os companheiros. Neide fala sobre essa questão:

Ele [*marido*]⁶⁸ não deixava eu participar, que dizia que era besteira, que as mulheres eram desocupadas. Quando passavam convidando para ir para a reunião, ele dizia que eu não ia porque era pra quem era mulher desocupada, que não tinha o que fazer”. (Neide, 37 anos, PR)

Na fala das mulheres foi recorrente a citação sobre as dificuldades para participar e essas envolviam a falta de tempo, medo de ficar “faladas”, medo do marido. No entanto, as mulheres que enfrentaram essas dificuldades apontam que essas foram vencidas no decorrer do processo de organização.

5.8. As mudanças: como “se” mudando transformamos a vida

Na percepção das mulheres, o acesso à terra via Reforma Agrária já foi um aspecto transformador de suas vidas. Josefa fala sobre esse fato:

A gente morava numa casa de taipa e veio morar numa de tijolo, pra mim já foi um avanço e grande (ênfaticou grande) dentro do assentamento. Morava nas casas que não tinha água encanada, não tinha luz, não tinha banheiro, tudo isso foi uma vitória que a gente conquistou e muito (ênfaticou o muito)

⁶⁸ Grifo nosso.

com o assentamento. [] Foi um avanço grande, Sítio do Góis avançou muito, foi pra nós a maior conquista, tanto a comunidade como o assentamento, foi o assentamento ter vindo. Através do assentamento veio iluminação, veio a água, veio 60 casas de alvenaria que era tudo de taipa. Apesar da gente querer que melhore mais. (Josefa, 57 anos, ASG/AG)

O grupo de mulheres foi citado como outro espaço que gerou inúmeras mudanças nas suas vidas:

A participação no grupo foi de onde saiu, de onde começou tudo: foi a participação no grupo de mulheres. Foi onde saiu todas as ideias, as vontades, as aprendizagens, as conversas, saiu do momento que você, eu, por exemplo, comecei a participar desses grupos. Do grupo, de outras associações, de outros encontros. Tudo isso foi muito importante, foi quem contribuiu realmente para tudo isso (faz gesto com as mãos). (Teresa, 44 anos, AG)

Citam que não sabiam que tinham direitos, e que somente a partir da participação no grupo foi que reconheceram e entenderam que tinham direitos, e alguns desses eram, inclusive, garantidos por lei: “A gente não tinha direito a nada, a fazer nada sem ser por eles: pelos homens, a gente só fazia o que eles queriam, a gente não podia fazer nada por conta da gente [...]. Mudou tanta coisa que eu não sei nem explicar” (Romana, 70 anos, AG). Esse desconhecimento dos seus próprios direitos por vezes requer ações reparatórias, afirmativas, inclusive podemos até chamar de política “redistributiva” (Fraser & Honneth, 2006; Fraser, 2006), que, nesse caso, foi extremamente importante, tendo em vista a situação de extrema pobreza existente no local. Nessa situação, ter uma feira mensal durante um período foi extremamente relevante para a sobrevivência e para a própria organização do assentamento, bem como para que fosse possível o reconhecimento, pelas mulheres, de que viviam uma situação de opressão e dominação, para o seu autorreconhecimento, e para o reconhecimento como status também. Aqui podemos pensar a redistribuição como “remédio” e como luta por conquista de direitos.

Romana ainda relata que só saía de casa uma vez por mês, momento que ia retirar a aposentadoria de um tio que era doente, de quem ela cuidava. E não via problema nisso, pois não sabia que tinha direito de sair de casa. Citam que os eventos organizados pelo grupo de mulheres, os intercâmbios, os encontros foram importantes para que percebessem que era libertador conhecer outras realidades, outros locais, outras mulheres que viviam situações correlatas às delas, como por exemplo, o grupo de mulheres de Mulunguzinho, localizado no município de Mossoró/RN. Esse intercâmbio para conhecer a experiência do grupo de Mulheres de Mulunguzinho é citado pelas entrevistadas como um momento relevante de reconhecimento da importância e organização produtiva e social das mulheres.

Edilma fala que era muito tímida, que não tinha coragem de falar e que, a partir do grupo, percebe que melhorou. “Eu fiquei bem mais à vontade depois do grupo. Depois que eu comecei a participar, eu fiquei

mais à vontade *para falar*⁶⁹, para resolver as coisas... em casa. Tanto em casa como fora” (Edilma, 43 anos, AG). E outras também apresentam essa dificuldade: “[...] questão minha, de eu não querer perguntar, só ficar na minha, escutando” (Joana, 51 anos, AG). “Eu não sou de falar muito” (Romana, 70 anos, AG). “Eu não falo porque sou muito tímida. Aí eu fico assim por fora, fico só escutando o pessoal falando e não falo” (Solange, 47 anos, AG). “Às vezes tenho vontade de falar e não falo. Fico constrangida... sei lá, aquilo bem... tem vez que eu choro. // Me emociono. Fico emocionada” (Inalda, 66 anos, DC).

Bourdieu (1983, p. 78) faz-nos pensar e refletir sobre essa questão quando diz que a “relação da comunicação não é uma simples relação de comunicação, é também uma relação econômica em que o valor de quem fala está em jogo: ele falou bem ou não? É brilhante ou não é? É uma pessoa ‘casável’ ou não?” Essa dificuldade de falar, essa inexistência desse lugar de fala das mulheres é percebida por elas, que compreendem que essa “escuta dócil” (Tiburi, 2018) precisa ser pensada. Elas percebem que quem naturalmente pode falar nos espaços públicos são os homens, eles são “senhores da fala” (Bourdieu, 1983), eles detêm o privilégio da fala e que a “hegemonia da fala gera uma obrigação na escuta” (Tiburi, 2018, p. 57). No entanto, também entendem que precisam vencer essa barreira, que essa também é uma condição para sua plena participação. A escuta política não é dócil, ela é tensa, já que representa um campo de força que pode romper os poderes constituídos:

[...] antes eu tinha muito medo. Mas hoje não, porque a gente hoje... hoje é bem mais diferente. A gente tem segurança no que está falando. Antes a gente tinha medo de falar, tinha medo de conversar, mas eu digo muito: foi através do grupo de mulheres que a gente perdeu esse medo. Não só eu como as companheiras quando chegam num local desses se sentem bem. (Neide, 37 anos, PR)

A “escuta dócil” também é deveras presente em casa, no espaço doméstico, privado. Neide enfatiza que as aprendizagens do grupo fizeram com que visse de forma diferente sua vida em casa, sua relação doméstica:

Eu lembro que eu fui para um estudo onde as meninas vinham fazer que era um estudo sobre autonomia feminina. Eu lembro muito bem. Nunca me esqueci, jamais daquele estudo onde a gente... onde elas falavam assim, que os homens diziam que as donas de casa não fazia nada enquanto a gente era quem fazia as maiores tarefas, né? E dali eu passei a ver que não era daquela forma, que eu passei um certo tempo da minha vida achando que o meu companheiro estava certo. Que eu era pra obedecer, pra fazer o que ele estava dizendo. Mas quando eu comecei a participar eu vi que não era aquilo. A autonomia feminina não era aquilo. Autonomia feminina é outra coisa: a gente deveria se valorizar primeiro pra depois valorizar as outras pessoas. E me ajudou bastante: me ajudou na minha vida pessoal, na minha vida profissional. (Neide, 37 anos, PR)

⁶⁹ Grifo nosso.

Madalena diz, com referência às mudanças que percebe em si, principalmente no que tange a sua comunicação, que partir do grupo de mulheres se sente mais livre:

Eu fiquei mais liberta. Eu não saía, não conversava com ninguém. Era difícil conversar com uma pessoa. É tanto que eu sou bem calada, não tenho contato...fui criada acolá dentro [ela aponta para o mato], mais ninguém. Só com mamãe e meus irmãos. Eu sou calada mesmo. (Madalena, 51 anos, AG)

Foi recorrente na fala de muitas mulheres que, a partir do grupo, se sentem mais à vontade para falar, tanto nos espaços públicos quanto em casa. Solange assim se expressa:

Eu antes de participar do grupo de mulheres, minha relação com ele [marido] era assim... Às vezes ele não queria que eu fosse para a reunião. Toda vida que eu saía para a reunião ele ficava dizendo as coisas. Dizia que eu ia andar, que era só pra isso. Mas, depois, ele foi observando que não era o que ele pensava. Aí pronto, aí ficou tudo normal, agora eu vou. Ele quem me incentiva agora. (Solange, 47 anos, AG)

Ela fala, inclusive, que estava com medo de ser entrevistada e que o companheiro a incentivou a participar. Mariluce fala das mudanças que, na sua concepção, são muitas:

Eu tô sempre batendo nessa tecla: reivindicando meus direitos, eu sei hoje quais são... aprendi, como já disse, a falar em público, que eu não sabia. Assim, tinha medo de me expressar e, ao longo dos movimentos que fui participando, criei coragem de também expressar minha opinião em público. (Mariluce, 42 anos, AG)

Teresa, na sua fala, apresenta a dimensão das mudanças na perspectiva do espaço público:

[...] você percebe que você *é ouvida*⁷⁰, então você sabe que você tem a sua importância ali naquele espaço. Você tem a importância porque é ouvida né? Que você tem aquele seu respeito naquele espaço e que você tem aquilo porque você conseguiu. Você conseguiu desde o momento que você entrou lá no grupo de mulheres e você saiu pra uma diretoria, pra uma associação, pra um grupo você sabe da sua importância que você conseguiu aquilo ali. Então você sabe da sua participação, do seu respeito e também você sabe que as pessoas te respeitam por aquilo ali, pela pessoa que você é hoje. Hoje, você vê muito, eu digo muito, dentro desse sindicato, nas reuniões da associação eu não participo só da associação daqui, por exemplo, eu participo da reunião de várias associações e a gente vai como representante do sindicato, e a gente escuta os próprios homens hoje falando da importância que é o trabalho das mulheres nas associações. Que é um trabalho que a associação que tem mulheres na gestão é totalmente diferente. É uma coisa que é mais bem organizada, sabe? Você percebe isso de cara. Que os próprios homens eles percebem isso e eles dizem isso. A gente nota, percebe que é isso mesmo. (Teresa, 44 anos, AG)

Goffman (2002), quando analisa os falantes, atribui-lhe diferentes papéis a serem desenvolvidos por eles. Teresa é, às vezes, *animadora*, *autora* e *responsável*, pois ela em diferentes momentos é a presença física e corporal do grupo, é a que emite opiniões e fala. Expressando os sentimentos coletivos das

⁷⁰ Grifo nosso.

mulheres, e também dos seus pares de forma geral, ela os representa tanto na associação quanto externamente. Ela é ouvida e “ratificada” pelos demais. No processo de participação e observação, percebe-se que, quando Teresa fala, as mulheres emitem gestos de consentimento, concordância. Visivelmente, constata-se a existência da “situação social”. Na “estrutura de participação”, percebe-se que o “status de participação” de outras mulheres naquela dada situação social também é ratificado, porém também se percebe que as falas de algumas outras mulheres não são “ratificadas” pelas demais. Quando falam, os pares emitem gesto de apatia, descrença e discordância (Goffman, 2002).

Marta Antunes (2002, p. 98) diz que o empoderamento “é algo que as pessoas têm de fazer por elas mesmas”. A autora reforça e chama a atenção para a impossibilidade de empoderar as pessoas, apresentando que o que se pode fazer é “estimular” esse processo de empoderamento individual e coletivo. É sabido que o processo de empoderamento objetiva responder ao nível pessoal e grupal. É importante que o grupo se fortaleça enquanto grupo, mas também é necessário que os envolvidos no processo desenvolvam uma maior capacidade de autonomia e autoridade pessoal (Iorio, 2002). Essas capacidades pessoais, contudo, devem estar atreladas a uma questão maior, que é o grupo. No processo observado, percebe-se que algumas mulheres centram seus discursos no acesso a recursos financeiros prioritária e recorrentemente para si e sua família e isso gera no grupo uma ideia de individualidade que termina ocasionando a não ratificação dos seus discursos, isso porque seus pares não se sentem incluídas, representadas por suas falas e ações.

Tiburi (2018) chama a atenção para a existência da dificuldade de escutar, de se escutar. Na fala de Teresa, Mariluce e outras, fica explícita, também, a necessidade, a importância de ser ouvida, e o quanto isso representa para o estabelecimento do lugar de fala das mulheres. Bourdieu (1983, p. 84) aborda as relações e competências objetivas que estão em jogo quando dois locutores falam, afirmando que não é “apenas sua competência linguística (seu domínio mais ou menos completo da linguagem legítima), mas também o conjunto de sua competência social, seu direito de falar, que depende objetivamente de seu sexo, sua idade, sua religião, seu estatuto econômico e social”. Quando as mulheres assumem cargos na associação, nos sindicatos, também é importante que os sujeitos que priorizam para si as falas, o dito, assumam uma postura de escutar, enquanto prática política. Uma questão a ser levada em consideração é o fato de que, em alguns casos, quando as mulheres assumem cargos de liderança, se percebe que são mais interrompidas, mais criticadas, como se, para que seus balbucios sejam ouvidos, seu status de participação e seu lugar de fala sejam reconhecidos, fosse necessário ter um “falo”.

As mulheres elencam outras diversas mudanças que percebem (ou sonham) em suas vidas, dentre elas um trabalho próprio com renda própria – mesmo que seja, por vezes, mínima. Neide enfatiza: “As mulheres passaram a trabalhar mais, porque a gente não conhecia as mulheres daqui trabalhando ... as mulheres daqui passaram a ter conhecimento do que era artesanato, que hoje na nossa comunidade existe mulher que já trabalha com artesanato”. Quando Neide explicita essa questão de as mulheres estarem “trabalhando”, ela se refere à questão de terem um trabalho reconhecido e com renda própria.

Sobre esse tema, Joana diz:

Eu cresci bem mais sobre isso. Eu não tinha conhecimento e eu tenho, por isso eu acho que eu cresci mais, criei mais força de correr atrás das coisas que eu antes perdia porque eu achava que a gente não tinha direito de ir. Aí, quando eu vi que a gente tinha, eu fui buscando mais e daí que eu continuei. (Joana, 51 anos, AG)

Josefa enfatiza a convivência e aprendizagens coletivas e pessoais a partir do grupo:

Com essa convivência, a gente aprendeu muito (ênfatisou o muito), que o homem e a mulher tem os gênero, a gente trabalhou gênero e o direito da mulher, porque se eu trabalho na roça com meu marido e eu tenho meu horário deu ir para meu outro trabalho, nada, nunca impediu de chegar em casa na hora e ele me ajudar a fazer as coisas, a gente aprendeu a trabalhar a família, o homem ajudar a mulher, a mulher ajudar o homem. Isso foi um ponto muito valioso, pra quem quer levar, porque tem mulher que ainda diz ‘meu marido não ajuda, minha família não ajuda’. Eu não tenho de que me queixar, eu não tenho, porque nós trabalha a família, eu acho que a gente se organizou muito, conheceu os direitos do homem e da mulher, direitos iguais. (Josefa, 57 anos, ASG/AG)

As mudanças elencadas pelas assentadas e integrantes do grupo de mulheres apresentam-se nos mais diversos níveis, tais como: acesso à terra, direito de ir e vir, à comunicação, reconhecimento dos direitos, especialmente no que tange à igualdade. Citam também a contribuição de diversos parceiros envolvidos no processo como um todo “[...] no início, a gente teve muito, muito mesmo da CPT, do sindicato, COOPERVIDA, CF8... sabe? AACCC [Associação de Apoio às Comunidades do Campo]... a gente teve vários parceiros mais... A questão da igreja também. Teve muitas ajudas, muitos parceiros importantes pra todas essas conquistas” (Teresa, 44 anos, AG).

Quando se afirma que “o empoderamento não pode ser feito em nome das pessoas” (Iorio, 2002, p. 26), necessariamente não se está dizendo que as pessoas em situação de vulnerabilidade, das mais diversas, devam sozinhas, sem ajuda, enfrentar o desafio. Atores e agentes podem intervir na perspectiva de catalisar o processo (Iorio, 2002). No processo de Sítio do Góis, algumas agências de desenvolvimento, ONG, governos, sindicatos, e as próprias lideranças internas que têm sua atuação na associação, no sindicato e grupo de mulheres, que são ouvidas e ratificadas por seus pares, tiveram um papel muito importante. Todavia, vale enfatizar que os sujeitos do processo de empoderamento são

prioritariamente os desempoderados. Iorio (2002, p. 28) reforça: “o processo de empoderamento precisa ter no centro as pessoas e grupos desempoderados, suas visões, aspirações e prioridades. Friedmann (1996), quando apresenta sua compreensão de empoderamento, o define como o acréscimo de poder que pode ser conquistado ou induzido.

As mulheres destacam a relevância de momentos como as reuniões com a assessoria técnica, nesse caso as ONG, enquanto elementos reveladores da dimensão apresentada pela organização através de um grupo na luta por protagonismo e consequentes conquistas. Mas, falam também que o processo foi repleto de lutas e medos:

Eu acho que foi um avanço muito grande, que as mulheres conseguiram esse avanço do gênero, foi uma conquista, através de muito sofrimento, muito sacrifício e muita parceria. Não foi fácil a pessoa dizer: eu vou para a reunião, eu vou participar da diretoria, não foi fácil, tem uma que teve facilidade, têm mulheres que hoje ainda são privadas, por causa do medo, por causa da violência (se emociona e chora falando da violência). (Josefa, 57 anos, ASG/AG)

Essas mulheres veem o grupo de mulheres como um importante espaço que possibilita dar o “voo social” (Bourdieu, 1983). Marta relata:

A gente sabe o quanto essas reuniões, movimentos que tinha na associação, nos deixaram falta por parar de acontecer, mas a gente sabe o quanto ela foi importante e é importante, e contribuiu com o nosso conhecimento, assim. Porque você hoje tem um conhecimento vasto. Você pode chegar onde chegar e falar com propriedade, porque você foi moldado, você foi feito para aquilo. A gente sabe que hoje qualquer pessoa, ela é capacitada por causa desses movimentos, que os movimentos, foram eles que moldaram as pessoas do campo a ter sua autonomia e chegar e falar e buscar conhecimento. Ele deu conhecimento de leis, se você tem direito a um acesso a um pedaço de terra, você tem conhecimento, você conhece os códigos, você conhece a lei, você é seguido... orientado a buscar essas coisas lá fora, você é orientado a ter direito à saúde, educação. (Marta, 27 anos, EU)

Ainda sobre as mudanças, Josefa assim se expressa:

O que eu achei, considero mais importante, foi minha autoestima, meu autoconhecimento. *Eu me sinto conhecida, quando estou num canto, me orgulho quando todo mundo dizem: Dona Josefa*⁷¹. Tem programas em televisão que a gente passa, a gente fica conhecida, também isso foi uma conquista já dos grupo de mulheres, já dos conhecimentos dos assentamentos. Assim, eu me sinto muito elogiada, eu, aonde eu vou, ah essa mulher foi quem passou com os caprinos, ah eu vi você um dia desses no quintal, eu vejo você com uma laranja. Isso pra mim é um orgulho, eu me sinto muito orgulhosa, muito orgulhosa, *eu me sinto muito poderosa*⁷², digo logo é assim. (Josefa, 57 anos, ASG/AG)

⁷¹ Grifo nosso.

⁷² Grifo nosso.

Fraser e Honneth (2006) fala do reconhecimento a partir da identidade, apresentando o sentido de liberdade individual e coletiva – autoestima e reconhecimento – os sujeitos buscam o reconhecimento na perspectiva de contribuir para os objetivos pessoais. Afirma:

A importância de ser considerada importante nas próprias carências, na sua capacidade de julgamento e, sobretudo, nas suas habilidades, precisa ser renovada e reconstruída pelos sujeitos sempre de novo na vida em grupo para que ela não perca a sua força e vivacidade na anonimidade do outro generalizado. (p. 65)

Entendemos que o autorreconhecimento tem sua importância para que o sujeito se identifique na ação, na própria luta, e essa é uma ação constante, já que seu vigor não precisa ser constantemente reafirmado. O autor aponta a participação em grupos como extremamente importante para essa reafirmação. As mulheres só vão poder lutar contra a dominação masculina se reconhecerem que existe uma dominação masculina que as subalterniza. Quando se reconhecem como sujeitos desrespeitados, é onde a luta por reconhecimento se faz possível. No entanto, esse autorreconhecimento por si só não levará, por exemplo, à paridade participativa entre homens e mulheres. Mesmo assim, é um elemento importante para que a participação se concretize.

Neide faz uma reflexão sobre suas descobertas concernentes à autonomia e ao seu autorreconhecimento enquanto pessoa:

Eu descobri que eu podia vencer. Porque às vezes eu ficava muito apegada achando que eu só poderia ir se tivesse outra pessoa comigo. Só podia resolver isso, só podia ir pra frente se fosse mais outra pessoa, se tivesse um pistolão, como antigamente chamava. E eu vi que eu posso, sim. A partir do momento que eu comecei a participar do grupo, eu vi que eu poderia chegar num banco, chegar lá e resolver o meu problema sem precisar levar uma pessoa que já entendia...poderia chegar em um hospital, conversar lá, como já aconteceu problemas comigo. Chegar na receita federal e conversar, resolver...hoje eu não tenho medo de conversar com um advogado, não tenho vergonha de conversar com um prefeito nem com um governador. Porque hoje a gente sabe como é que se procede tudo e é um conhecimento muito bom, que na minha vida mudou bastante, a partir do momento que eu comecei a participar, *passei a entender que a gente poderia andar com as nossas próprias pernas*⁷³. (Neide, 37 anos, PR)

Nas falas, é perceptível a necessidade de permanência desse espaço de organização, uma vez que também foi citado por muitas mulheres que, nos últimos anos, as reuniões vêm deixando de ser constantes, já que estão desde 2014 sem assessoria técnica. Isso dificulta, segundo elas, sua dinâmica de organização; citam que percebem um certo recuo no processo de organização.

⁷³ Grifo nosso.

5.9. O futuro pensado, sonhado e previsto: a luta é contínua

As entrevistadas, em sua maioria, consideram-se felizes e realizadas: “Eu sou mais eu hoje” (Romana, 70 anos, AG). E Neide também fala de como se vê no presente:

“Eu acredito que hoje eu sou a pessoa que eu queria ser. Eu sou satisfeita. Posso dizer que sou uma grande vencedora, porque além desses problemas que eu falei na minha vida mesmo, de relacionamento, eu passo por muito problema de saúde...// Se hoje fosse para eu escolher, se pudesse escolher, eu escolheria essa vida que tenho hoje. Mesmo com algumas dificuldades, sou realizada. Graças a Deus sou muito realizada com o que eu tenho hoje”. (Neide, 37 anos, PR)

Mesmo afirmando estarem satisfeitas, quando falam sobre seus sonhos e perspectivas de futuro, as mulheres dizem que sonhavam em estudar: “Meu sonho era ser professora” (Teresa, 44 anos, AG). Madalena assim se expressa sobre si: “Eu queria ser uma pessoa que soubesse ler, escrever. Queria ser bem resolvida com as coisas” (Madalena, 51 anos, AG). Outras sonham em ter coragem de participar mais, dizer o que pensam: “Eu gostaria de ser uma pessoa mais aberta, que não tivesse timidez. Uma pessoa que falasse sem... tivesse coragem de falar muito (*risada*). Não sou muito falante, não tenho muita coragem. Sou muito tímida, que nem você percebe o quanto eu sou tímida” (Edilma, 43 anos, AG).

Falando ainda sobre as perspectivas de futuro, citam frases engraçadas que nos induziram a rir muito: “Daqui a 10 anos?! Serei uma velha gagá!! // Não presto mais para nada!!!! (*muitas risadas*)” (Filomena, 64 anos, AG). Poucas são pessimistas sobre o futuro. Madalena fala com um teor de tristeza: “Não sei... Velhinha. Com [em] uma casa só. Bem velhinha dentro de uma rede (*Triste*)” (Madalena, 51 anos, AG).

Outras demonstram certo medo do futuro, da violência:

E queria também muita, muita, muita realidade para combater a violência contra a mulher, porque não é de graça que morre uma mulher hoje e morre uma mulher amanhã. A gente está vivenciando o caso daquela mulher, aquela vereadora⁷⁴, o mesmo que aconteceu com Margarida Alves, o mesmo que aconteceu com várias mulheres e a gente não gostaria de estar passando pelo que a família dela está passando, nem pelo que elas passaram. Eu me orgulho de ser o que sou e confio em Deus que nunca vou chegar àquela atitude daquele pessoal, a violência. Peço a Deus que não chegue aqui em nós essa violência (bem emocionada). (Josefa, 57 anos, AG/ASG)

Inalda também apresenta essa preocupação com o aumento da violência:

“a gente está vendo tanta coisa que a gente não via... A gente fica... Essas mortes aí, matam, roubam. Não gosto disso, não. Aí, eu acho que daqui a cinco, dez anos, o negócio... não desejo que aconteça, mas o que a gente pode pensar é nisso”. (Inalda, 66 anos, AG)

⁷⁴ Marielle Franco, vereadora do Rio de Janeiro assassinada em 2018.

Muitas apresentaram o sonho de ter uma renda fixa: “Eu gostaria de assim de ter... um ganho pra se manter sabe? Porque o ganho que a gente... aqui não tem ganho de nada. Eu queria um ganho assim só pra me manter, pra viver assim com meu marido e meus filhos” (Luzia, 45 anos, AG). As entrevistadas recorrentemente citam a importância de terem uma renda própria, principalmente fixa, com que possam contar mensalmente. As que já estão aposentadas falam dessa conquista, do acesso a esse direito como de extrema importância para sua sobrevivência e autonomia. O ato de sair da área e ser capaz de ir à sede do município fazer a feira, escolher o que quer comprar, em termos de qualidade, quantidade e diversidade de alimentos, é citado como uma conquista muito importante, motivo de grande orgulho. Elas citam que antes não tinham condição de comprar produtos de higiene pessoal – sabonete, xampu, perfume, creme dental – e que hoje têm acesso a tudo isso.

Nessa perspectiva, podemos citar a importância do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, criado em 2004, que, na nossa compreensão, foi um passo importante para que as trabalhadoras rurais tivessem acesso a políticas públicas – já que, com os documentos, passaram a ser reconhecidas oficialmente como pessoas de fato e de direito. Antes, como já exposto, era comum que as mulheres não possuíssem documentação pessoal, inclusive o próprio Registro de Nascimento era feito já posteriormente, quando necessário, como para casar. As campanhas desencadearam e possibilitaram que essas mulheres rurais tivessem acesso à autonomia econômica e social. A agricultora foi colocada num primeiro plano e reconhecida como uma pessoa de direito (Butto & Hora, 2014).

As mais jovens, como Diana e Marta, veem concretamente a possibilidade de estudar e realizar seus sonhos e metas: “Daqui a uns dez anos, se Deus quiser, quero tá uma pessoa formada” (Diana, 31anos, DC).

Daqui a uns 5 a 10 anos, eu estou com minha faculdade concluída, quero estar **concurzada**⁷⁵(ênfase no concursada). Eu quero estar concursada, dando aula. Quem sabe eu já tenha passado pela fase do mestrado, quem sabe um doutorado. Eu quero... sempre assim... porque eu vi... eu, quando eu fui para a faculdade, eu fui fazer a prova, chamei minha outra irmã para fazer, ela também não quer estudar, aí eu disse: ‘eu vou estudar, eu quero ter o meu emprego, para eu dar condições melhores de vida para a minha família’. Porque eu acho que, assim, se eu um dia tiver umas condições financeiras melhores de viver, então meus pais e meus irmãos vão ter essas mesmas condições que eu, porque eu não gosto de ser capitalista. Eu não tenho sonho, assim, de ter uma mansão para morar, porque não adianta você ter uma mansão para morar, a mansão vazia, sem família. Eu quero ter a minha casinha com a minha família. Eu quero ter o meu transporte, se um dia eu possuir, com a minha família. Então, assim, daqui a 5 anos, eu quero estar com a minha família e colhendo fruto de todos os meus esforços, mas junto com eles. (Marta, 27 anos, EU)

⁷⁵ Grifo nosso.

Apontam e reconhecem que a luta das mulheres é permanente. Quando falam sobre o futuro, ainda se veem na luta: “Uma mulher ainda lutando por meus direitos, pelos direitos dos assentados (Josefa, 57 anos, ASG/AG). Mariluce reforça: “Eu me vejo uma mulher mais forte, mais orientada das coisas. Capaz de criar e fazer alguma coisa que seja bom pra mim, pra minha família e pra minha comunidade” (Mariluce, 42, AG).

Quando vão falar sobre o processo de empoderamento que vivenciaram e o que diriam a outras mulheres que não tiveram acesso a esse processo por diferentes motivos, as entrevistadas demonstram compreender que, para conseguir se organizar e lutar por participação, é preciso força e resistência: “Que vá em frente! (Romana, 70 anos, AG). Que não desista! Que insista e não desista (Josefa, 57 anos, AG/ASG). Compreendem que tudo que hoje têm foi uma conquista, não foi dado: “Que elas *tentem*, corram atrás que elas conseguem. Tudo que veio de mudança para o assentamento, que a gente tem trabalhado... que elas têm que correr atrás, que elas *vão* conseguir o que elas *deseja*” (Solange, 47 anos, AG).

Citam a importância de estar no grupo, de participar, estar naquele espaço coletivo de formação: “Que se reúnam, que vão à luta. Porque é muito bom a pessoa se reunir e trocar ideias. Ficar conversando uns com os outros. Que vá para reunião!” (Edilma, 43 anos, AG). Na sua fala, Mariluce apresenta essa naturalização da mulher a esse universo doméstico, e reforça a importância do processo de empoderamento:

Que não faça como eu já fui um tempo: só em casa, de casa pra casa, de casa pra casa (risada). Que participe mais das coisas, de oficinas, de reuniões. Que com o decorrer do tempo vai crescendo em si e vai descobrindo outras coisas também. (Mariluce, 42 anos, AG)

Um grande número das entrevistadas compreende que a participação é o caminho, é estar presente nos espaços onde são tomadas as decisões, é estar juntas discutindo, é participar das reuniões da comunidade, ter coragem de expressar suas opiniões e serem ouvidas, é ter acesso, é entender e ter influência nas decisões que são tomadas nesses espaços. Filomena diz: “Entrar na associação. Conversar, participar das reuniões que ela fica muito (*ênfaticamente*) entendida (Filomena, 64 anos, AG). Teresa comenta: “E sair. Sair, tá em reuniões e eventos é muito importante pra nós mulheres” (Teresa, 44 anos, AG). Ana apresenta a importância de participar, de estar em eventos internos e externos:

[...] participem, levantem a cabeça e siga em frente porque, com a participação, a pessoa tem tudo. Porque aprende muito, tem muito aprendizado em você participar. Tudo isso desenvolve. Quando a pessoa participa, tem muito desenvolvimento na vida da gente. Só...você vai ter muitos conhecimentos que nunca pensava em ter na vida. E a gente tem. Quem participa, conhece. Agora quando a gente não participa, aí fica difícil de entender. Tem muita gente que diz: ‘mulher, por que é que você toda reunião você vai...’ aqui o povo diz muito. ‘Eu me encabulo por que é que as coisas só vem para você, para

fulano...’ Sabe por quê? Porque eu participo. As coisas é para quem participa. // Se você não tem participação, você não tem. Se você não participa, você não quer. É ou não é? Tudo que abre aqui eu participo. Tudo. Eu participo de tudo. Uma caprifeira eu estou aqui, o que tiver aqui. Se tiver uma reunião eu estou aqui. Tudo eu estou aqui. Se tiver lá fora, eu tiro meu currículo e estou lá. Pra onde for. Sou assim. Eu vou para Mossoró, vou pra Natal. Teve uma época que eu fui e passemos três dias em Natal. Saimos daqui bem cedinho e fomos dormir em Apodi. Peguemos o ônibus bem de madrugada e fomos pra São Miguel do Gostoso. Chegamos em São Miguel do Gostoso era três horas da tarde. Almoçamos, participamos de uma palestra lá e viemos para Natal. Chegamos em Natal de 7 horas da noite. Passemos três dias lá. Tudo isso é o quê? Aprendendo. Tendo conhecimento das coisas. (Ana, 56 anos, AG)

As entrevistadas compreendem a necessidade de que os espaços de participação sejam ocupados por elas para que suas demandas sejam ouvidas, levadas em consideração, mas também reconhecem seus medos e as próprias dificuldades em serem ouvidas. Apresentam o entendimento da necessidade de empoderamento, compreendido como a redefinição das relações de poder, maior nivelamento dos níveis de poder, tanto no espaço doméstico como público. Também consideram o empoderamento como algo contínuo e que está constantemente se renovando, por isso a necessidade de estarem organizadas, informadas sobre as dinâmicas dessa constante luta por acesso, participação e poder nas reações cotidianas e nos espaços públicos. Apontam e reconhecem a necessidade de continuarem organizadas e articuladas entre si, a importância de valorização de si, de sua autoestima, de terem uma identidade grupal forte e reconhecida nos espaços de tomada de decisão internos e externos. Citam, em diversos momentos, a importância da troca de experiência, de conhecimentos, como instrumento importante de construção de uma identidade coletiva, como os movimentos de mulheres municipais, locais e internacionais. Reconhecem que a relação entre homens e mulheres é uma relação de subjugação e dominação, que a forma como fazem suas escolhas tem relação direta com a capacidade de participação e, também, com a forma como é “distribuído” o poder nos espaços de decisão. Para esse modelo societário, é positiva a gestão da vida das pessoas e do ordenamento social. Há a produção de uma série de saberes específicos⁷⁶ capazes de auxiliar na função de tornar os indivíduos dóceis, do ponto de vista político, e produtivos, do ponto de vista econômico. Nessa ordem de ideias, na nossa sociedade, não há o poder, todavia, há multifacetadas relações nas quais o poder se exerce, constituindo e particularizando o corpo social. As análises de Foucault (1977, 2011) sobre o funcionamento interno do poder se deslocam para as estratégias com as quais o poder se faz circular. Por toda ordem, há feixes, mecanismos, toda uma tecnologia que cria um funcionamento próprio para que uma decisão seja aceita, dando a aparência de que não pudesse ser de outra forma.

⁷⁶ A esse respeito, ver: PORTOCARRERO, Vera. Foucault: a história dos saberes e das práticas. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994.

Para Foucault (1977, 2011), o poder precisa ser analisado como um processo em rede em que relações múltiplas e infinitas são exercidas em todos os segmentos da sociedade. Nesse sentido, o poder não pode ser tomado como o conjunto de aparatos do Estado. O Estado não é seu único portador, tampouco seu aparelho exclusivo. A sociedade como um todo é preta de espaços formados por micro poderes e microrrelações locais, pessoais, específicas, limitados a uma pequena área de ação. Portanto, há uma multiplicidade de modos de funcionamento do poder, diferentes constituições estatais, todas articuladas de modo particular e indispensáveis à sua ação e propagação. No entanto, essa “aparência” precisa ser analisada e entendida em seu aspecto instável, alterável, e não como imutável. Se é necessário criar uma aparência nessas relações de poder, isso denota que elas não podem sustentar-se por si só. Essas relações podem ser “tombadas” (Siliprandi, 2011). Para que se possa subverter a ordem, é preciso compreender, desnudar, desvendar as estruturas de poder. O processo de empoderamento, quando se propõe a discutir e pensar ações, tanto conscientizadoras quanto práticas, que de fato transformem a vida das mulheres, é uma forma de “resistência” importante. Conhecer as regras do jogo é importante para que as ações de empoderamento sejam efetivas e produzam resultados concretos.

Oakley e Clayton (2003) enfocam a importância de perceber que as análises sobre o poder não são uniformes e apontam pontos, inclusive contrastantes sobre a forma como se atribui importância ao poder. Os autores asseveram que existem interpretações distintas para o significado de poder, citando as que concebem o poder no sentido de transformação radical e que confrontam diretamente os que têm e os que não têm poder. Esse confronto, para essas concepções, é o gerador de mudanças significativas.

Já o sentido de poder usado por Paulo Freire (2015), que acontece a partir do aumento da conscientização e da capacidade crítica entre os marginalizados e oprimidos, reconhece o poder de “fazer” e de “ser capaz”, bem como de sentir-se com mais capacidade e no controle das situações (p. 10).

Friedmann (1996) enfoca a noção de poder, sua aplicação e distribuição, como foco central para a compreensão da mudança social. Para o autor, o desenvolvimento alternativo inclui um processo de empoderamento – social e político – cujo objetivo é equilibrar a estrutura de poder da sociedade, proporcionando uma maior responsabilidade do Estado perante a sociedade civil e, dessa forma, fortalecendo e possibilitando que ela resolva e administre seus próprios assuntos. Friedmann (1996) cita que, no empoderamento, o “acréscimo de poder” pode se dar em níveis diversos. Segundo o autor, na

sua luta pela vida e condições de vida, as unidades domésticas dispõem de três tipos de poder: o social, o político e o psicológico.

No caso das trabalhadoras rurais do grupo de mulheres Unidas para Vencer, quando descrevem que saem mais de casa, frequentam espaços de debates no município no estado, nacionalmente, elas estão tendo acesso a mais informação, estão participando de um circuito específico de reflexão sobre as questões específicas das mulheres, especialmente referente às especificidades da categoria. Elas citam que, antes do grupo de mulheres, não tinham conhecimento de que os créditos do PRONAF eram para a família, inclusive desconheciam que também respondiam pela dívida, em caso de inadimplência. Quando Neide diz: “a gente não conhecia as mulheres daqui trabalhando” (Neide, 37 anos, PR), ela se refere à inexistência de atividades que gerassem renda direta para mulheres, pois as entrevistadas, nas suas histórias, relatam quem desde crianças, trabalham na agricultura com os pais. As entrevistadas citam que hoje já conseguem ter uma renda (inclusive um espaço citado – e já apontado – como proporcionador dessa renda foi o projeto de hortas orgânicas e os quintais produtivos). Diversos projetos e agências nacionais apoiaram essas atividades nos quintais – que já eram realizadas por mulheres, na perspectiva de fortalecer e aumentar a produção e gerar mais excedentes – coentro, cebolinha, ovo, queijo e outros –, para que as mulheres vendessem esse excedente na comunidade, na vizinhança e na sede do município em alguns momentos.

É interessante refletir sobre esses espaços de produção que têm o objetivo de melhorar a alimentação da família e também gerar renda, já que o processo de empoderamento é dinâmico, e tentar compreender as causas que fazem com que as mulheres voltem sua produção para o espaço do quintal quando têm no P.A. um lote de 19 hectares de terra, que é usado exclusivamente pelos homens. Nas entrevistas, apresentam e reconhecem como seu espaço de produção o “seu quintal”, o seu roçadinho (Heredia, 1979); poucas citam as atividades que realizam no lote. É certo que reconhecemos as “praticidades” dessa escolha. Os quintais são extensão das casas. Cuidar dos mesmos não as impede de “cuidar” de todo o universo doméstico (cozinhar, lavar, passar, arrumar casa, cuidar dos filhos e filhas, dos idosos, ir para a faculdade, ser professora, ASG), seu espaço de atuação, por vezes, seu confinamento. Não “sair” para trabalhar, ter essa outra atividade que gera renda ao redor de sua casa é empoderador?

Pensar e criar políticas públicas para as mulheres que gerem autonomia econômica é uma tarefa importante, mas que, por sua vez, não pode ser somente delegada às mulheres; precisa ser reconhecida como um problema da sociedade (Biroli, 2018). Nesse sentido, é preciso avançar, pensar políticas públicas que realmente façam valer a titulação conjunta da terra, ao invés de reforçar essa restrição das

mulheres ao espaço dos quintais. Novamente, elementos importantes na produção – o que está em análise não é a relevância do trabalho das mulheres no quintal, mas a falta de reconhecimento de seu trabalho no lote e de ações que o incentivem.

Assim, seria preciso pensar a ocupação de forma autônoma das mulheres nos lotes, no roçado (Heredia, 1979). Um dos grandes sonhos das entrevistadas é ter uma renda fixa e os quintais têm um papel importante na geração de renda para as mulheres. Verificamos nas entrevistas, contudo, que a renda oriunda dos quintais é limitada, e a maior parte do que é produzido é consumida em casa. Isso é muito importante para a segurança nutricional da família, porém, não surgiria aí uma outra tarefa para a mulher? Uma outra atribuição no sentido de que até a atividade produtiva por ela executada volta-se, também, para a família, de forma natural, como se também a segurança alimentar fosse responsabilidade dela? Muitas mudanças ocorreram na vida das mulheres, isso é visível nas suas falas, não estamos contestando isso, as reflexões acima se propõem a pensar novas ações para a continuação do processo que, como já dissemos, é dinâmico.

Quando Gohn (2004) nos apresenta os dois sentidos para empoderamento mais utilizados no Brasil, a autora fornece ferramentas para que possamos compreender a aplicabilidade do conceito na vida das mulheres, seja sob um ou outro ângulo, conforme o momento em questão. Um deles se volta para a construção de mobilizações e ações práticas que objetivam promover e impulsionar grupos e comunidades para a melhoria das suas condições de vida, tendo a preocupação de aumentar sua autonomia; outro se preocupa em disponibilizar, quase essencialmente aos excluídos, bens elementares à sua sobrevivência, sem uma grande preocupação em organizá-los, consistindo seu cerne em dar assistência. A linha entre esses dois modelos é bem tênue, por isso a constante necessidade de refletir sobre esses processos, na perspectiva de modificá-los a favor do que se deseja, fortalecer ações que se voltem para a construção da autonomia e autodeterminação dos sujeitos, que realmente tomem “a direção da vida nas suas próprias mãos” (Kleba & Wendausen, 2009, p. 735).

O foco analítico do trabalho se volta para a análise e reflexão sobre o acesso e participação política das mulheres. Nesse sentido, questionamos se os processos de empoderamento voltados para as agricultoras têm qualificado seu acesso e participação nos espaços de tomada de decisão – na associação do P.A, no FOAFAP, na CM e STTR. Friedmann (1996) enfatiza que um aspecto relevante do processo de empoderamento, que chama de poder político, é o acesso aos processos pelos quais são tomadas as decisões. Esse autor diz que isso não pode somente estar relacionado com o poder de voto, mas primordialmente com o poder de voz, a participação e a ação coletiva, podendo se dar em

associações políticas, partidos, movimentos sociais, grupos, sindicatos. Santos e Avritzer (2009) reforçam que a importância do cuidado com essa democracia eleitoral pode vir a implicar na degradação de práticas democráticas que se manifestam, por exemplo, no elevado índice de abstenções e na patologia de representação, que faz com que os eleitores não se considerem representados pelos eleitos.

A respeito da participação das mulheres nos espaços públicos, são visíveis os avanços, embora ainda seja longo o caminho a ser trilhado. Algumas das reivindicações das mulheres – notadamente empreendidas por meio de manifestações e organização através dos movimentos sociais de mulheres rurais – obtiveram resposta, refletindo-se em melhorias em suas vidas.

Com o acesso à reivindicação por igualdade de direitos e o fortalecimento da visibilidade da mulher rural na esfera pública, avança-se no sentido de romper com o passado patriarcal e a persistente estrutura androcêntrica. As discussões sobre a importância da participação no espaço público vêm sendo ampliadas pelo movimento feminista, que apresenta o empoderamento como uma forma de legitimação da ação política, quando as mulheres conseguem derrubar o mecanismo de subalternidade, radicalmente transformando papéis e valores tradicionalmente atribuídos à identidade feminina (Amorim, Fiuza, Barduni Filho & Euclides, 2010).

A participação nos movimentos sociais e a organização das mulheres através deles contribui para que consigam redefinir sua posição dentro da família, do casamento, da comunidade e no espaço público em geral, invertendo uma ordem patriarcal socialmente incrustada. Afastando-nos da ideia de elevar o empoderamento ao status de solução única e absoluta para as reivindicações das mulheres, em termos de acesso à terra e luta por igualdade, por exemplo, acabamos por apresentá-lo como um dispositivo importante para a transformação.

No caso em estudo, o empoderamento realmente não é um jogo de soma zero. Ao invés de assumir uma postura de banalização, considerando a frequência com que o termo empoderamento vem sendo usado, entendemos que, aos poucos, as mulheres vêm escalando os degraus de uma escada cujo topo seria a sua emancipação, e isso seria o empoderamento. Ser senhoras de si, entender a importância da autonomia financeira (e lutar por isso, colocando-a inclusive como uma de suas metas), ser consciente de que possuem direitos, mas que estes lhes eram negados, tudo isso permite que as mulheres reformulem suas identidades, questionando sua posição na sociedade – no contexto das relações de gênero – e adquirindo novas perspectivas sobre sua vida. Isso nos induz a concluir que, no caso em análise, o processo de empoderamento pode reconstruir o acesso, posição e a influência e possui a capacidade constitutiva de fomentar a participação cidadã das mulheres.

CONCLUSÕES

Por vários anos, dedicamo-nos ao entendimento e à análise do processo de empoderamento das trabalhadoras rurais em uma realidade específica de um projeto de assentamento de Reforma Agrária, desenvolvido em uma comunidade intitulada Sítio do Góis, localizada em pleno sertão nordestino. A escolha desse “caso” em especial não foi aleatória. Esta comunidade, antes de ser desapropriada para a Reforma Agrária, era uma das mais pobres, carentes e isoladas do município de Apodi, Estado do Rio Grande do Norte, Brasil.

A escolha do próprio município a ser estudado também foi uma escolha que passou por reflexões, já que é um dos locais onde o processo de organização sindical é referência, devido a todo um histórico de luta dos trabalhadores e trabalhadoras que se organizaram, lutaram e, posteriormente, conseguiram se apropriar daquele espaço que era seu de direito, mas que, até a década de noventa, se encontrava nas mãos dos grandes proprietários de terra, e não dos trabalhadores rurais. Este era um problema seríssimo, já que a representação da entidade ficava a cargo de grandes proprietários de terra, aqueles que, em suas terras, empregavam, em regime de exploração, os trabalhadores e trabalhadoras rurais como meeiros, moradores com direitos mínimos cujo trabalho servia apenas para sua sobrevivência. A situação das mulheres nesse contexto de desigualdade, exploração e opressão ainda era mais grave, pois seu trabalho sequer era reconhecido, diluído nesse sistema familiar de exploração e subalternidade.

Razões econômicas, políticas, sociais e investigativas também fundamentam a escolha, considerando aspectos como a extensão de terra do assentamento, a natureza da comunidade, as características socioeconômicas, infraestruturais e demográficas. Tida como uma comunidade tradicional, a grande extensão de terra que veio a se tornar o P.A. Sítio do Góis concentrava-se nas mãos de um único dono, sendo uma área intensamente pobre, com altos índices de Doença de Chagas em decorrência de questões infraestruturais desfavoráveis nas habitações e composta, principalmente, por meeiros e moradores. Os trabalhadores e trabalhadoras eram excluídos e não possuíam acesso físico à sede do município, uma vez que as condições da estrada que conectava os dois locais eram precárias e instáveis, especialmente nos períodos chuvosos.

Essa grande extensão de terra foi desapropriada para a Reforma Agrária em 1998. Sessenta famílias receberam, cada uma, lotes de vinte hectares. Entender as especificidades dessa área, bem como a situação em que se encontrava após a consolidação do processo de Reforma Agrária foi de extrema importância para o conhecimento e análise dessa realidade, especialmente a compreensão dos seus desdobramentos na perspectiva das trabalhadoras rurais, as que mais sofrem com essa situação

assimétrica que, somada à presença de relações patriarcais, dominação masculina, desempoderamento e violência, colabora com sua configuração como um grupo minoritário, invisível e oprimido.

A articulação e cruzamento entre os conceitos de gênero, poder, empoderamento e participação política possibilitaram entender as especificidades desse desempoderamento das trabalhadoras numa dada realidade, impossível de ser percebido sem antes inseri-lo nesse contexto histórico e político, uma vez que guarda estreita relação com os modelos de desenvolvimento econômico, político e social adotados no país, principalmente na região em causa.

Com base na ideia de empoderamento como conceito-chave da análise, foi possível entender os contributos desse processo que tinha como meta o fortalecimento da participação política das trabalhadoras nos espaços microssociais e macrossociais (público/privado). Para as análises, utilizamos uma divisão feita naturalmente pelas entrevistadas no decorrer das narrativas na qual, nas suas falas: apresentavam sempre a realidade a partir da vida antes e depois do processo de Reforma Agrária, da conquista da terra. E, ainda, antes e depois da participação no grupo de mulheres. Essa delimitação marca todo o discurso das entrevistadas.

A partir da organização e processo de luta, os trabalhadores e trabalhadoras conquistaram a representação de classe. Após essa conquista da organização sindical, os trabalhadores e trabalhadoras passaram a lutar pelo acesso à terra via reforma agrária. Também nesse pleito conseguiram grandes conquistas, já que, no município, existem, atualmente, 15 assentamentos de reforma agrária, todos frutos dessa luta.

Esse processo teve origem na organização de um grupo de trabalhadores da várzea, área do mesmo município, que, com ajuda externa, foi à luta, formando uma chapa de oposição e ganhando a eleição do STTR. Foi sendo construído, assim, um processo de desnaturalização de um *habitus* que forjava diferentes e variados dispositivos de percepção e pensamento responsáveis pela naturalização de certos comportamentos. Era necessário entender os encadeamentos e a reciprocidade dessa conjuntura dentro de um contexto social com reflexos diretos na vida dos trabalhadores e trabalhadoras.

Entendemos que era necessário compreender como essas estruturas sociais se apresentam e se organizam na esfera econômica, cultural e política, para, daí, conseguirmos apresentar um construto de ideias e fatos capazes de evidenciar a linha de raciocínio teórico, histórico e analítico que nos propomos formular. Perceber as opiniões, os sentimentos, as intenções e ações dos participantes, a partir dos contextos e das estruturas de suas vidas foi muito relevante e desvendador dessa realidade, além de

crucial para a compreensão do lugar das mulheres nesse processo, o curso do empoderamento e seus contributos para seu acesso e participação.

No processo de luta, tanto por representatividade de classe, quanto de acesso à terra, o movimento sindical não reconheceu as mulheres como companheiras de luta. Elas foram tratadas como coadjuvantes, sendo consideradas como companheiras de trabalho, de opressão, porém, não como sujeitos desses processos. Bourdieu enfatiza que as diferenças biológicas entre os sexos são uma justificativa naturalizada apresentada para explicar as diferenças construídas socialmente entre gêneros. Essa naturalização vai ter reflexo em várias esferas da vida social. Mesmo diante dessas transformações, as mulheres continuaram sendo silenciadas, inviabilizadas, seus balbucios não foram ouvidos.

Os relatos possibilitaram uma melhor compreensão do (não) lugar da mulher nessa conjuntura, nesse circuito de extrema opressão e subalternidade. Essa forma de “existir” era vista como natural, tanto pelos opressores, quanto pelos oprimidos. Vale salientar que os trabalhadores e trabalhadoras não tinham consciência de que essa era uma situação que se corporificava, por exemplo, através do processo de socialização, do *habitus* e da violência simbólica que se reproduzia e se estruturava, também, por meio dessa inconsciência da opressão. A opressão e violência presentes nessa relação era tão invisível e simbólica que os trabalhadores e trabalhadoras estabeleciam um forte vínculo emocional e afetivo com os opressores, escolhendo-os, por exemplo, para padrinho dos filhos, de casamento, vínculos esses que ainda permanecem. Esse vínculo era/é vastamente usado por seus “patrões” nos momentos eletivos, tanto nacionais, quanto estaduais e municipais. O voto era de cabresto e, ousamos dizer, essa ainda não é uma realidade ultrapassada.

Weber trata da domesticação dos dominados. Bourdieu reconstitui essa compreensão de Weber ao apresentar como se efetiva a relação entre dominados e dominantes. Para este autor, o social é um espaço multidimensional, que não pode ser explicado através somente das dimensões econômicas, mas se engendra em diferentes campos com autonomia relativa onde os indivíduos ocupam posições determinadas. Nesse sentido, somente a redefinição da organização e representação sindical e o acesso à terra não seriam capazes – e realmente não foram – de redefinir relações corporificadas nos modos de agir e de se relacionar, por exemplo. Para as trabalhadoras rurais, ambos os espaços, mesmo com todas as mudanças, ainda eram altamente excludentes, já que quem assumiu a representação sindical e quem se tornou o “dono” da terra, mesmo na reforma agrária, foram os homens.

Autores como Deere e León (2002) e Paulilo (2009) falam dessa dificuldade de sucessão da terra, destacando que sempre se escolhe as mulheres para serem excluídas na sucessão e herança da terra.

Essas relações entre homens e mulheres estão fortemente estruturadas também na área do Sítio do Góis. Isto pode ser percebido no decorrer de todo o processo de acesso e luta pela terra, em que a invisibilidade permaneceu, pois quem recebeu o lote foram os homens. Dos sessenta lotes, cinquenta e sete ficaram sob a posse direta dos homens, questão revista somente na década de 2000, quando, por meio de luta e reivindicação, o título da terra passa a ser conjunto. No entanto, a conquista desse direito não se traduz numa garantia natural de compartilhamento de posse, acesso e participação. Foi preciso que as trabalhadoras se reconhecessem como donas, tivessem conhecimento de seus direitos de posse, acesso, representação e participação para que, verdadeiramente, a titularidade conjunta de fato fosse reconhecida.

Nisso, percebemos o quanto foi pertinente eleger o gênero como categoria de análise, estudando essa realidade sob a ótica, sentimentos e percepções das mulheres, pois, se fôssemos investigar o empoderamento dos trabalhadores de forma geral, corríamos o risco de entender o processo numa perspectiva ampla, repleta de conquistas que, na essência, não contemplavam a realidade das mulheres. Ao incluir os homens, não necessariamente se incluem as mulheres. O “discurso de igualdade” é, às vezes, usado para diluir e nos fazer crer numa falsa sensação de igualdade. Refletir sobre o “enigma da igualdade” (Scott, 2005) leva-nos a perceber o quão paradoxal essa luta por igualdade pode ser. Instiga-nos a considerar que o oposto da igualdade não é a diferença, mas a desigualdade. Essa desigualdade é construída socialmente; logo, não é natural, essencial nem fixa. Também por essa razão, é importante conhecer o processo para focarmos nessa naturalização das desigualdades entre os homens e as mulheres.

Bourdieu trata o gênero como um conceito relacional e também como estrutura de dominação simbólica, que engendra uma relação de poder na qual o masculino é a medida para todas as coisas. Nesse sentido, muitas vezes, quando determinada categoria – no caso em estudo, de trabalhadores e trabalhadoras rurais – conquista um espaço muito importante dentro da luta de classe, surge a ideia de que essa conquista se estenderá à categoria como um todo, só que, na prática, isso não acontece. Quando pensamos nesse construto, duas frases de dois livros bem distintos, que tratam de realidades também diferentes, porém não antagônicas, nos vêm à mente: a primeira é de Rua e Abramovay (2000), da obra intitulada *Companheiras de luta ou coordenadoras de panelas?*, que trata e discute as relações de gênero em assentamentos. O próprio título já é a grande indagação a ser respondida e é muito pertinente para as reflexões sobre as relações de gênero construídas desde o início da luta pela terra. A outra frase é de Olympe de Gouges e está no livro de Scott (2002), *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Diz que a mulher possui o direito de subir ao cadafalso, devendo ter igualmente o

direito de subir, também, à tribuna. No P.A. Sítio do Góis, no movimento e luta de acesso e conquista da terra, as mulheres realmente ficaram cuidando das panelas quando deveriam estar presentes e participando ativamente dos espaços de poder, fato muito parecido com o que ocorreu na França durante a Revolução Francesa, em que as mulheres estavam presentes no decorrer da luta, mas, na hora de subir à tribuna, foram excluídas.

O processo de empoderamento na área estudada origina-se dessa lacuna de participação das mulheres. Era preciso apreender e romper ou, pelos menos, como cita Siliprandi (2009), “tombar” a dimensão propriamente simbólica da dominação masculina, já que seu enraizamento nas estruturas subjetivas é profundo, na perspectiva de redefinir como se relacionavam e agiam as estruturas subjetivas e objetivas. Os processos de empoderamento, com suas críticas, merecem ser analisados para que sua dimensão real possa ser compreendida. Foi essa a perspectiva a que nos propusemos, dentro da realidade específica desse caso.

Em linhas gerais, o processo de organização das mulheres de Sítio do Góis começa na década de 2000, depois da implantação da área. No final da década de 1990, as trabalhadoras já participavam de atividades do STTR. Após o ano de 2000, o grupo de mulheres Unidas para Vencer inicia seu processo de organização enquanto grupo no P.A Sítio do Góis. Esse processo de organização foi fruto de lutas nacionais, regionais, estaduais e, principalmente, locais do movimento de mulheres, que percebia a necessidade de acesso, participação e representatividade das trabalhadoras rurais nos espaços de organização. Notadamente no P.A. Sítio do Góis, o processo se deu a partir da criação de um grupo auto-organizado de mulheres que, depois de consolidado, escolheu se chamar Unidas Para Vencer. Isso ocorreu por meio de um processo não formal de educação que, em linhas gerais, objetivava desencadear um processo de conscientização para a compreensão de que a dominação masculina, o patriarcado, estruturava, através do *habitus*, um arquétipo de mulher que “acreditava” ser a “costela de Adão”. As mulheres entendiam – por terem sido assim educadas, socializadas – serem esse “pedaço do homem” que, por vezes, era seu protetor, mas também seu dono e carrasco. Antes de viverem esse processo não formal de educação, não tinham noção de sua opressão e subjugação; pelo menos, não objetivamente. No entanto, emocionalmente, pensavam em tirar a própria vida, em ir embora e nunca mais voltar e em muitas outras formas de negação e aniquilamento de si. Foram socializadas para reconhecer e aceitar que aquele era seu lugar, que essas angústias eram somente suas e não atingiam outras mulheres e, assim, elas tinham que aguentar esse fardo, esse vazio, essa invisibilidade. As ideias de Bourdieu (2012), quando fala da articulação e reprodução das estruturas subjetivas – princípios de visão do mundo – e das objetivas – princípios de divisão do mundo –, nos ajudaram a entender essa relação entre o indivíduo

e o mundo, nos incitando a perceber sua sujeição à violência física e simbólica. A partir do processo de organização interna, e através do contato com mulheres de diversas outras regiões e realidades, elas perceberam que essas angústias atingiam outras mulheres, que esse confinamento ao universo doméstico, essa eterna busca para ser tão somente a dona de casa perfeita, esposa e mãe exemplar, que, por vezes, as oprimia, era um constructo social, geralmente se iniciando na família e se estendendo para diversas outras instituições, como a Escola, a Igreja e as Organizações (Bourdieu, 1989, 2012). Portanto, passível de ser redefinido.

A partir da auto-organização, essas mulheres foram se construindo como sujeitos de fato e de direito. Esse processo não se deu de forma tranquila, envolvendo muitos conflitos pessoais e familiares. Muitas vezes, elas se sentiram – essa ideia era induzida pelos companheiros, filhos e filhas e até a própria mãe – abandonando seus filhos para ir “passear”, “se divertir” nos eventos externos, por exemplo. Enfrentaram as adversidades, tiveram a coragem de pensar enquanto sujeitos autônomos, não pedaços de outros. E isso se reflete na forma como se veem hoje e na projeção que fazem para o futuro; sentem e têm coragem de sonhar com um futuro no qual se colocam como sujeitos.

O legado desse processo pode ser percebido através de suas conquistas: hoje, são um grupo reconhecido internamente e externamente, estão representadas na diretoria executiva do STTR – Comissão de Mulheres (CM), Fórum da Agricultura Familiar (FOAFAP) e outros espaços de representação. Importante também é perceber a forma como veem a “si” mesmas, se percebendo, em muitos casos, como mulheres de luta, que têm um lugar de fato e de direito no assentamento, que podem, devem e querem ser representadas, no sindicato e demais espaços externos de representação. Almejam e têm a coragem de se apresentar como possíveis presidentas do STTR, lugar até agora não conquistado pelas mulheres. Para as mulheres, é motivo de orgulho serem reconhecidas como participantes de um grupo auto-organizado de mulheres. Referente ao futuro, consideram que se veem lutando, que o processo é contínuo. A trilha foi criada, porém, têm consciência que, se pararem de caminhar, ela se fecha.

O processo de empoderamento ocorrido no caso em análise não foi neutro, mas conflituoso, já que implicou disputas de interesses que objetivavam redefinir relações desiguais sob várias dimensões da vida pública e privada. Nosso olhar voltou-se especialmente para o acesso e a participação nos espaços de poder, não desconsiderando que esse processo de empoderamento pode ser abordado e analisado também por outros vieses. Ao detectar as distribuições desiguais de poder, o processo de empoderamento objetivou reorganizar esse arranjo. Para isso, buscou enfrentar os fatores e estruturas de poder referentes, principalmente, às relações de gênero oriundas e estruturadas a partir da dominação masculina.

Saffioti (2004) expressa que, muitas vezes, o conceito de gênero é usado como se fosse neutro. Esta crítica é muito similar, tanto teórica quanto ideologicamente, com as que muitos autores fazem ao conceito de empoderamento, ao descrevê-lo como maleável, usado conforme a necessidade e ideologia de grupos sociais. O processo de empoderamento vivenciado pelas trabalhadoras rurais no P.A. Sítio do Góis não foi neutro. De igual modo, não o foi a concepção de gênero que balizava o processo, pois se fundamentava na compreensão que o movimento feminista tinha dessa categoria. Nos documentos analisados, constatou-se, inclusive, que o movimento feminista – especialmente o CF8, na realidade local – foi quem expôs a permanência e a manutenção da subalternidade das mulheres no plano das relações de gênero nos espaços de assentamento, no próprio movimento sindical, pautando a necessidade de um processo de redefinição dessas relações. O processo de empoderamento, portanto, tinha um objetivo claro de intervenção numa realidade, e essa intervenção se fundamentava fortemente nas práticas e ações dos movimentos de mulheres do campo. O processo foi construído para que as mulheres fossem capacitadas, de modo a entenderem e desconstruírem, a partir de um processo de questionamento e conscientização, as relações patriarcais e a subalternidade presentes nas relações micro e macrosociais.

Por meio das narrativas, percebemos a real dimensão entre o contexto histórico, a teoria e a vida cotidiana, isto é, a vida vivida pelas entrevistadas. A partir das histórias de vida, constatamos a relevância de estudar a categoria gênero e suas várias dimensões. Isto ocorreu, por exemplo, quando determinadas entrevistadas citavam, emocionadas, o estigma de ser mulher “separada” numa sociedade tradicional. Algumas entrevistadas apresentaram a dimensão da sua invisibilidade, do seu silenciamento, da sua subalternidade, exclusão e opressão quando recorrentemente retrucaram que “não sabem falar”, “que não é importante o que falam”, “que elas não sabem de nada”. Elas corporificaram essa incapacidade de se expressar enquanto sujeito autônomo. Nesses discursos, emerge o sentido do que é ser mulher em uma sociedade patriarcal, repleta de desigualdade, onde as mulheres não são ouvidas e compreendidas como sujeitos. Todavia, o espírito de luta e resistência dessas mulheres que, mesmo vivendo numa sociedade que naturaliza a dominação, que as oprime e subalterniza, encontram forças e esperança para sonhar, lutar por outro mundo, não só para si, mas para as companheiras que compartilham vivências nesse sistema de opressão de gênero.

Analisando as narrativas, recordamo-nos das ideias de Zeldin (2001), passando a observar a conversa como um encontro de mentes com recordações e hábitos diferentes. Quando há esse encontro de mentes, as pessoas não se limitam a trocar fatos: há um processo de transformação e reformulação, tiram desses fatos diferentes conclusões, adotam novas linhas de pensamento. Nesse sentido, as

conversas, as reuniões do grupo de mulheres foram transformadoras, já que elas conseguiram perceber que existia uma certa semelhança entre suas vidas e histórias. Juntas, no grupo, elas dialogavam e (re)construíam um contradiscurso que as faziam experimentar de forma diferente a percepção da realidade. Nessa perspectiva, saíam diferentes daquele espaço, daquela conversa. Isto refletiu-se diretamente no seu acesso e participação na unidade familiar, na associação e no STTR.

A natureza do processo de auto-organização envolveu riscos, já que se partia da realidade e não existia um caminho pronto para seguir; o caminho estava sendo construído por elas no decorrer do processo. Essa aventura de construção coletiva, além de envolver muita confiança, discordância, discussão e a percepção de que disso poderia advir ideias antes não pensadas por nenhum dos participantes, produzia certo medo, inclusive referente à própria tomada de consciência. Essa responsabilidade de terem que protagonizar a transformação que, como vimos, se fundamenta em *habitus*, em estruturas, é, por vezes, um fardo grande demais para ser carregado somente pelas mulheres. Nesse sentido, o reconhecimento dessa desigualdade pela sociedade – família, sindicatos, ONG, estado –, “agentes de empoderamento”, é extremamente importante.

Conseguir perceber que os sentimentos, as intenções e os contextos de vida dos participantes fizeram toda a diferença. Na “conversa”, procuramos escutar os balbucios, apresentar a fala das mulheres, estimular para que falassem por si mesmas. Essa atividade foi desafiadora. As narrativas das mulheres demonstraram uma vontade de fazer as entrevistas em grupo, pois, segundo elas, umas iam complementando as outras. Entretanto, no decorrer da pesquisa participante, percebemos que algumas mulheres não falavam nas reuniões; algumas, inclusive, sequer entendiam alguns pontos debatidos, fato confirmado nas narrativas individuais, quando ficou evidente que, mesmo participando do processo, algumas não reconheciam que são as diferenças entre homens e mulheres que geram e engendram a desigualdade.

Estas mulheres, por diversos motivos – educacionais, medos, isolamento –, não conseguem fazer “ainda” uma leitura política da realidade em que estão inseridas. O fato é que os contributos do processo não são iguais para todas as participantes. Goffman (2002) assevera, inclusive, que nem sempre a presença de uma pessoa em uma interação representa participação, uma vez que algumas pessoas podem ter somente acesso visual à interação.

Outro fato que nos levou a priorizar a entrevista individual foi a relação que cada mulher mantém com as lideranças, tendendo, quando sentiam dificuldade de expressar uma ideia ou um posicionamento, conforme foi observado nas reuniões do grupo, a solicitar que as mesmas falassem por elas, explicassem

o que queriam dizer. Nesse sentido, entendíamos ser interessante escutar seus balbucios pessoais. Nas suas narrativas, percebemos o quanto foi adequado o uso da entrevista de história de vida, já que a maioria se entregou à história, às lembranças; em alguns momentos, parecia até que tínhamos aberto um baú e ele estava transbordando.

Se fôssemos eleger um fato citado pelas mulheres como o mais transformador de suas vidas, com certeza seria o acesso à terra, a conquista do tão sonhado pedaço de terra, a casa de tijolo, com água encanada e energia elétrica. Essa conquista, segundo elas, transformou suas vidas. Quando falavam de suas vidas antes do assentamento, traziam lembranças felizes da infância, da juventude na comunidade, embora também relembassem e citassem muitas privações, sofrimentos e fome. No decorrer das falas, iam lembrando o quanto a comunidade era esquecida, isolada, abandonada. Falavam dos períodos de seca com muito medo e tristeza, medo de passarem pela mesma situação, de verem seus filhos e filhas passando necessidade. Relembavam os programas de emergência, do seu trabalho nessas frentes, o quanto se sentiam humilhadas, tratadas como uma espécie de escravas. Mas reconheciam que necessitavam dos gêneros alimentícios disponibilizados – mesmo que de péssima qualidade – e do recurso mínimo que era oferecido para a sobrevivência. Relembaram o trabalho para “os outros”, nas terras dos grandes proprietários, também como necessário para a sobrevivência, porém reconhecem claramente que, naquela forma de trabalho, nunca conseguiriam nada para si e a família, seriam para sempre sem terras, meeiros. Atravam a conquista da terra à Comissão da Pastoral da Terra (CPT) e à organização sindical, pois sem essa organização nem saberiam que podiam acessar a terra via programa de Reforma Agrária.

Nos relatos, verificou-se que a vinda para o assentamento não mexeu acentuadamente com a organização dos papéis atribuídos aos homens e às mulheres. Claro que o acesso a uma moradia de alvenaria, com água e luz disponível, facilitava a execução das tarefas domésticas, já que não precisavam se deslocar para as cacimbas e açudes para lavar roupa, porém, suas demandas, participação e representatividade não vieram atreladas à conquista da terra. Essa foi uma luta feita à parte, ensejada principalmente pelo movimento de mulheres, que reconhecia que, mesmo nos processos de reforma agrária, era necessário pensar uma capacitação que possibilitasse – por meio da conscientização das próprias mulheres – o reconhecimento da dominação masculina, de relações patriarcais que as oprimiam, subjugavam, silenciavam e invisibilizavam.

Nos discursos das mulheres, um fato comum é o de que sempre trabalharam na agricultura, portanto a “negação” de se reconhecerem como agricultoras não estava vinculada à execução das atividades, mas

ao não reconhecimento social dessa atividade, à invisibilidade desse trabalho, que era atrelado à extensão do trabalho, primeiramente dos pais e, depois, dos maridos. O reconhecimento e a visibilização de seu trabalho não ocorreram pelo mero acesso à terra. Portanto, esse acesso, por si só, não conseguiu integrá-las ao modelo produtivo enquanto sujeitos. A sociedade de forma geral, o sindicato, a família e, em especial, seu companheiro não reconheciam seu trabalho.

Vale salientar que esse reconhecimento se refere ao valor econômico, social e político. O interessante é que, no espaço doméstico, por exemplo, é exigido das mulheres que executem “suas” tarefas diárias e sistematicamente e, se isso não ocorrer, lhes é cobrado um preço que pode ir desde a ironia até a violência extrema. Essas exigências são concretizadas através dos pais, vizinhos e vizinhas, maridos, filhos e filhas. Caso sua casa não seja mantida arrumada, as roupas, limpas e passadas, a comida na mesa na hora certa, elas serão punidas ou elas mesmas se punirão, se não cumprirem com seu papel de “rainha do lar”. Seu trabalho, embora exigido e necessário, não é reconhecido. Essa lógica se estende para os espaços públicos, a exemplo da associação. Nesse espaço, elas não eram contadas nas coordenações, não serviam para compor as comissões, porém, eram naturalmente responsáveis para fazer lista de feiras, cozinhar e limpar.

A partir do processo de empoderamento, via auto-organização, elas começaram a “se fazer ver”. Coletivamente, começaram a ter consciência da importância de seu papel na agricultura e a perceber que as tarefas reprodutivas e do cuidado são importantes para a organização e manutenção da unidade familiar e, por essa razão, também devem ser vistas como um trabalho, devendo ser contadas no cômputo geral. Esse conhecimento foi essencial para a elevação da autoestima e da valorização e percepção de si enquanto participantes da renda da família, ou seja, para perceberem o valor do trabalho que executam.

A partir desse processo, as mulheres passaram a se dar conta da importância de terem uma renda própria, que possibilitasse a autonomia econômica. Um dos caminhos escolhidos foi a organização de um projeto coletivo de hortas orgânicas. Esse plano, mesmo sendo reconhecido pelas participantes como de suma importância para sua construção enquanto sujeitos e para a visibilidade e autonomia das participantes do grupo, por causa dos problemas enfrentados – uso da área coletiva, da água de uso coletivo que gasta energia para o bombeamento –, não foi realizado. Assim, elas resolveram concentrar as atividades nos seus quintais, o que acabou se caracterizando como um importante espaço de produção e comercialização, ainda que reconhecessem as críticas à produção nesse espaço:

proximidade com as residências, uso da produção pela família sem o devido reconhecimento, confinamento a um pequeno espaço, etc.

Os resultados a que chegamos apontam que o processo de auto-organização das mulheres contribui para que reconheçam as desigualdades de gênero nas estruturas da organização social e que essas diferenciações não são *ad eternum*, podendo ser redefinidas. Contudo, por causa da cristalização dos comportamentos, dos arquétipos do que é ser homem e mulher, essa não é uma tarefa fácil nem pode vencida em um curto espaço de tempo. É necessário que as políticas públicas voltadas para as trabalhadoras rurais e os processos de organização continuem. As mulheres entrevistadas têm consciência disso, de que essa cadeia de organização – grupos, comissão de mulheres do STTR, movimento de mulheres do campo – precisa continuar, para que se possa redefinir e visibilizar as pautas das mulheres.

Quantitativamente, o acesso e a participação das mulheres na Associação, tanto nas reuniões, quanto na diretoria executiva, e no Sindicato – na comissão de mulheres, FOAFAP e diretoria executiva – aumentaram significativamente. Percebemos, porém, que existe ainda um longo caminho a ser trilhado, ao constatarmos, por exemplo, que nenhuma mulher ocupou os cargos de presidente e tesoureira. Já a secretaria é ocupada por uma mulher que reconhece que ocupar somente cargos de menor poder precisa ser revisto, redefinido. Nas suas narrativas, apresenta inclusive que almeja e vê a possibilidade de assumir os cargos de presidente e tesoureira, fato já ocorrido nas associações.

Os resultados a que chegamos apontam um despertar das trabalhadoras rurais com vistas a um processo de empoderamento. O processo impactou significativamente no cotidiano – mais liberdade de ir e vir, mais participação nas decisões familiares – e nos espaços públicos – participação nas comissões, diretorias executivas (associação, STTR, comissão de mulheres). Nas narrativas, percebe-se também a elevação da autoestima, da valorização e percepção de si como ser humano que tem direitos e que pode enfrentar o instituído, embora esse não seja um caminho finalizado. Tanto nos espaços internos, quanto nos externos, ainda há muita luta a ser travada.

A participação no grupo de mulheres é apontada por elas como um espaço extremamente importante para a construção de um pensar crítico sobre as desigualdades entre homens e mulheres. Foram recorrentes as narrativas sobre a jornada de trabalho diária e as atividades extras que deveriam fazer. Uma das entrevistadas citou que o que ganhava sendo moradora era tirado na “sorte”. Sorte referia-se ao nascimento dos animais: se nascessem três, ela tinha direito a um. Esse animal tirado na sorte ia ser engordado para vender e fazer uma arrumação, conforme ela explicou. Elas citaram também a confecção

de queijo durante toda a semana para ser entregue no sábado ao seu “patrão”, o dono da terra, para seu consumo diário e para a venda, não ficando nada com elas. Recebiam a família, dona da terra, na casa sede para o final de semana, ocasião em que cozinhavam e executavam todas as tarefas domésticas para os proprietários da terra. Esse era um momento de descanso e lazer para os proprietários, mas, para elas, era um momento de muito trabalho, que, naquela época, não era percebido, já que era natural servir ao proprietário e sua família. Hoje, afirmaram já poder descansar no fim de semana, coisa que não era possível antes da posse da terra.

As entrevistadas apresentaram, com muito sentimento, a vontade, o sonho de saber ler e de estudar. Algumas citaram que vão voltar a estudar, se graduar, ser professoras, agrônomas, etc. Outras não pensam em voltar a estudar, pois, para elas, o tempo para isso já passou, por isso, se consolam. Entretanto, os olhos brilham quando falam que os filhos fazem faculdade e vão ser engenheiros, professores, sendo este um motivo de grande orgulho.

De acordo com a gama de material analisado, no decorrer do recorte do tempo estudado, que envolve a própria criação do projeto de assentamento e o processo de auto-organização das mulheres, elas estão tendo acesso, participando dos espaços de decisão. Essa participação foi potencializada, feita a partir de reflexões externas do movimento de mulheres do campo e sindical. Entretanto, essa luta segue uma escada que precisa sempre ser galgada. Não se pode estacionar num degrau e viver das conquistas alcançadas até agora, pois mudanças são visíveis, porém, as permanências também. As mudanças não atingem as mulheres da mesma forma, vários fatores precisam ser levados em consideração: renda, idade, escolaridade e outros.

A participação dá-se por presença e também por representação. Como ilustração, há o caso do STTR, em que nunca uma mulher foi presidente, nenhuma trabalhadora rural foi vereadora no município e a maioria de suas pautas nos espaços públicos é apresentada por meio de representação. Nesse sentido, sua organização precisa ser forte. Esse reconhecimento do grupo Unidas para Vencer é muito importante para a apresentação e priorização de suas demandas políticas, econômicas e sociais, dentro e fora do assentamento.

O fato é que o processo de empoderamento está socialmente atrelado a fatores que não se pode controlar completamente. Inclusive seus resultados, mesmo coletivos, não atingem os indivíduos de forma igual, sendo justamente isso que nos instigou a tentar compreendê-lo com todas as especificidades, com os recursos que estão à disposição e que podem promover transformações e mudanças. Nas análises, procuramos refletir sobre o empoderamento numa perspectiva crítica, centrada nas possibilidades e nos

limites de sua aplicação e ação efetiva, pois percebemos que algumas mudanças são difíceis de serem percebidas e que esse processo necessita de prazos longos para a sua efetivação.

Os assentamentos são locais interessantes para se entender os processos de empoderamento, por serem experiências de organização e mobilização de populações carentes, silenciadas, subalternizadas e invisibilizadas, que passam por um processo de organização coletiva produtiva, social e política, similar à própria concepção de empoderamento. Nesse contexto, perceber o desempoderamento das mulheres e analisar um processo específico de uma ação de auto-organização que se propõe a ampliar o poder dessas mulheres numa dada realidade é um passo extremamente importante, tanto para a academia – já que oferece contributos teóricos e reflexivos sobre essa realidade e, conseqüentemente, disponibiliza conhecimentos para fora dos muros acadêmicos – quanto para as trabalhadoras, por apresentar um processo de reflexão e a própria análise de uma ação que objetiva redefinir as relações desiguais de gênero, situando as mulheres como sujeitos políticos, com pautas específicas que precisam ser apresentadas e reconhecidas nos espaços domésticos e públicos.

Os resultados a que chegamos denotam que, em termos de dimensão – que, no caso analisado, se voltou muito mais para as dimensões pessoais, já que foi a partir de suas histórias, vivências e recortes de vida que montamos o mosaico de nossas reflexões e análises, e políticas, quando situamos sua participação nas instâncias de poder –, os processos de empoderamento, se levados a termo seus princípios, podem contribuir para capacitar as mulheres a mudar e questionar as estruturas de poder, submissão e dominação nas diferentes formas em que se manifestam, propiciando-lhes, assim, maior poder de intervenção e participação nos diferentes espaços de poder, participação e representação.

O processo é propulsor de mudanças, no entanto, as contribuições dos próprios sujeitos desempoderados verdadeiramente é que faz o empoderamento acontecer. O fato é que ninguém empodera ninguém. Nesse aspecto, concordamos com Iorio (2002) e Antunes (2002), quando reforçam que o empoderamento não pode ser feito em nome das pessoas, é algo que as pessoas continuamente têm de fazer por elas mesmas. O processo de empoderamento é dinâmico e, como tal, necessita ser avaliado, revisto e, se necessário, reajustado, para efetivamente fortalecer ações que objetivem a construção da autonomia e a liberdade.

Alguns momentos inesperados fizeram-se presentes em nossa caminhada, a exemplo da interrupção da coleta de dados em razão de uma enchente que impediu o acesso ao assentamento ou do trágico falecimento de uma das trabalhadoras rurais do grupo de mulheres. No início do trabalho de pesquisa, pensamos em um projeto vasto, que envolvia analisar as trajetórias pessoais e coletivas das

trabalhadoras rurais organizadas em grupos específicos em três áreas de Reforma Agrária do Município de Apodi, ideia que foi se desconstruindo no desenrolar do projeto por perceber sua extensão. Enfatizamos que essa não foi uma tarefa fácil – foi repleta de angústias pessoais e desapegos acadêmicos –, mas contribuiu para que se fosse construindo um projeto exequível e executável, tanto no que se refere ao objetivo teórico e empírico da pesquisa, quanto ao locus e público-alvo. Mesmo com essa delimitação, no decorrer do trabalho de campo, das próprias entrevistas, ainda se verificou que muitos outros caminhos podem ser seguidos, que outras pesquisas podem ser executadas. Temas que carecem de exploração, por exemplo, são a violência contra a mulher, que, no campo, parece ser invisibilizada e tratada como “natural”, por vezes, até pelas mulheres; os contributos dos espaços de comunicação voltados para debates e reflexões sobre a realidade das trabalhadoras rurais; como se manifesta ou é produzida a desigualdade de gênero segundo diferentes eixos de opressão e uma visão mais aprofundada sobre o ir e vir, no contexto das trabalhadoras rurais.

Um fato que ficou gravado na memória foi a importância que as mulheres atribuem aos momentos de reunião, nomeadamente as do grupo de mulheres. Essas são espaços de comunicação entre e para elas – a reunião é sobre elas e para elas. As mulheres demonstram que a falta desse espaço “delas” faz falta e deixa uma lacuna em suas vidas. Outro ponto extremamente citado foi referente à comunicação com outras mulheres de outros municípios, estados e países, contato feito através dos eventos de capacitação, marchas, manifestações e encontros. Cada entrevistada falou e atribuiu importância a esses espaços, pois conheciam outras pessoas, outras realidades, outros ambientes.

No decorrer das entrevistas, as mulheres se empolgavam tanto em contar suas vidas, tristezas, angústias, reflexões e realidades que sentíamos a sensação do quanto era importante para elas serem “ouvidas atentamente”, o quanto era importante que escutássemos suas opiniões sobre si, sobre a associação, o sindicato e o grupo de mulheres. Algumas vezes, sentíamos uma extrema tristeza em ter que voltar o foco para o nosso objetivo de investigação – e enfatizamos que isso foi feito de forma respeitosa. Partindo do vínculo formado, havia o interesse em escutar o que as entrevistadas tinham a dizer, de forma que em nenhum momento interrompemos falas que percebíamos serem extremamente importantes para elas, falas essas que muitas vezes não estavam em nosso guião. A sensação que fica é que as mulheres têm um mundo a nos dizer e a sociedade precisa escutá-las para que seja possível a visibilidade, a equidade e o empoderamento dessa categoria.

REFERÊNCIAS

- Achugar, H. (2006). *Planetas sem boca: Escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Agrícola Famosa. ([s.d.]). Retirado 18 de dezembro de 2018, de Agrícola famosa. Práticas melhores, do campo á sua mesa! website: <http://www.agricolafamosa.com.br/>.
- Aithal, V. (1999). *Empowerment and global action for women: Theory and practice*. University of Tromso.
- Albernaz, L. S. F., & Longhi, M. R. (2009). Para compreender gênero: Uma ponte para relações igualitárias entre homens e mulheres. In P. Scott, L. Lewis, & M. T. Quadros (Orgs.). *Gênero, diversidade e desigualdades na educação: Interpretações e reflexões para formação docente* (pp. 75–96). Recife: Editora Universitária UFPE.
- Alcoff, L. M. (2016). Uma epistemologia para a próxima revolução. *Sociedade e Estado*, 31(1), 129–143.
- Alves, M. H. M. (1985). *Estado e oposição no Brasil (1964–1984)* (2º ed.). Petrópolis: Vozes.
- Alves-Mazzotti, A. J. (2006). Usos e abusos dos estudos de caso. *Cadernos de Pesquisa (online)*, 36(129), 637–651.
- Amorim, É. O., & Fiúza, A. L. de C. (2011). Mulher, sindicalismo rural e relações de poder. *Revista Veredas da História*, 4(2), 81–89.
- Amorim, É. O., Fiúza, A. L. de C., Barduni Filho, J., & Euclides, M. S. (2010). *Sindicalizadas rurais: Uma nova face do empoderamento da mulher no meio rural*. Apresentado em VII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural, Porto de Galinhas.
- Andrade, M. C. de. (1963). *A terra e o homem no nordeste* (1º ed.). São Paulo: Editora Brasiliense.
- Andrade, M. C. de. (1989). *Lutas camponesas no nordeste* (2º ed.). São Paulo: Ática.
- Antoncich, R., & Sans, J. M. M. (1986). *Ensaio social da igreja*. Petrópolis: Vozes.
- Antonio, C. A., & Lucini, M. (2007). Ensinar e aprender na educação do campo: Processos históricos e pedagógicos em relação. *Cadernos CEDES*, 27(72), 177–195.
- Antunes, M. (2002). O caminho do empoderamento: articulando as noções de desenvolvimento, pobreza e empoderamento. In J. O. Romano, & M. Antunes (Orgs.). *Empoderamento e direitos no combate à pobreza* (pp. 91–116). Rio de Janeiro: ActionAid.
- Aquino, R. S. L. de, Vieira, F. A. C., Agostino, C. G. W., & Roedel, H. (2000). *Sociedade brasileira: Uma história através dos movimentos sociais* (3º ed.). Rio de Janeiro: Record.
- Aragão, É. (2017). Paridade de gênero é um meio para a igualdade e não o fim. Retirado 10 de setembro de 2018, de CUT – Central Única de Trabalhadores website: <https://www.cut.org.br/noticias/paridade-de-genero-e-um-meio-para-a-igualdade-e-nao-o-fim-7fc3>.
- Arendt, H. (2001). *Poder e violência*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Arnstein, S. R. (1969). A ladder of citizen participation. *Journal of the American Planning Association*, 35(4), 216–224. <https://doi.org/10.1080/01944366908977225>.
- Atkinson, R. (2002). The life story interview. In J. F. Gubrium, & J. A. Holstein (Eds.). *The handbook of interview research: context and method* (pp. 121–140). Londres: Sage.
- Bardin, L. (1997). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Barret, M. (2014). *Women's oppression today: The marxist/feminist encounter* (3º ed.). Londres: Verso.
- Barreto, A. (1984). Classe e estado: os sindicatos na Reforma Agrária. *Análise social*, XX(1), 41–96.
- Becker, H. S. (1993). *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais* (1º ed.). São Paulo: HUCITEC.

- Beozzo, J. O. (2005). Igreja e política. A Igreja Católica no Brasil: Fé e transformações. *História Viva*, (Edição especial temática n. 2).
- Bertaux, D. (1980). L'approche biographique: Sa validité méthodologique, ses potentialités. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, 69, 197–225.
- Bertaux, D. (1997). *Les récits de vie: Perspective ethnosociologique*. Paris: Editions Nathan.
- Bertero, J. F. (2007). Uma crítica à sociologia rural de José de Souza Martins. *Lutas Sociais*, 17(18), 99–112.
- Biroli, F. (2018). *Gênero e desigualdades: Limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Bittencourt, G. A. (1996). *Agricultura familiar na região sul do Brasil*. Consultoria UTF/036-FAO/INCRA.
- Boff, L. (1994). *Igreja: Carisma e poder. Ensaios de uma eclesiologia militante* (1º ed.). São Paulo: Ática.
- Bogdan, R. C., & Biklen, S. K. (1994). *Investigação qualitativa em educação. Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Boito Júnior, A. (1991). *O sindicalismo de Estado no Brasil: Uma análise crítica da estrutura sindical* (1º ed.). Campinas: Ed. da UNICAMP.
- Boni, V. (2004). Poder e igualdade: As relações de gênero entre sindicalistas rurais de Chapecó, Santa Catarina. *Revista Estudos Feministas*, 12(1), 289–302.
- Boni, V., & Quaresma, S. J. (2005). Aprendendo a entrevistar: Como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, 2(1), 68–80.
- Boni, V. (2012). *De agricultoras a camponesas: O Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina e suas práticas*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil.
- Bonnewitz, P. (2003). *Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu*. Tradução de Lucy Magalhães. Petrópolis – RJ: Vozes.
- Bourdieu, P. (1983). *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero.
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico* (2º ed.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Bourdieu, P. (2007). *A distinção: crítica social do julgamento* (1º ed.). São Paulo: Edusp.
- Bourdieu, P. (2012). *A dominação masculina* (11º ed.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Bourdieu, P. (2015). *A economia das trocas simbólicas* (8º ed.). São Paulo: Perspectiva.
- Brandão, A. M. (2007a). Entre a vida vivida e a vida contada: A história de vida como material primário de investigação sociológica. *Configurações*, 3, 83–106.
- Brandão, A. M. (2007b), *“E se Tu Fosses Um Rapaz?” Homo-erotismo Feminino e Construção Social da Identidade*. Tese de Doutorado, Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Projeto Dom Hélder Câmara. Acessado no acervo da Cooperativa de Assessoria e Serviços Múltiplos ao Desenvolvimento Rural, em abril de 2015.
- Brumer, A. (2002). Previdência social rural e gênero. *Sociologias*, 4(7), 50–81.
- Bruschini, C. (1994). Trabalho feminino. Trajetória de um tema, perspectivas para o futuro. *Revista Estudos Feministas*, 2(3), 17–32.
- Bu, T. A. O. D., Silva, T. M. da, & Schmidt Filho, R. (2018). A importância socioeconômica da previdência rural para o nordeste no debate amplo da seguridade social. *Revista Estudo & Debate*, 25(1), 108–133.

- Butto, A., & Dantas, I. (2011). *Autonomia e cidadania: Políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- Butto, A., & Hora, K. E. R. (2008). Mulheres e Reforma Agrária no Brasil. In *Mulheres na Reforma Agrária a experiência recente no Brasil* (pp. 19–38). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- Butto, A., Faria, N., Hora, K., Dantas, C., & Nobre, M. (2014). *Mulheres rurais e autonomia: Formação e articulação para efetivar políticas públicas nos territórios da cidadania*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- Cappelle, M. C. A., Melo, M. C. O. L., Brito, M. J. M., & Brito, M. J. de. (2002). Uma análise da dinâmica do poder e das relações de gênero no espaço organizacional. *RAE-eletrônica*, 3(2), 1–17.
- Carmo, R. B. A. (1999). A questão agrária e o perfil da agricultura brasileira. *O agronegócio do Mercosul e a sua inserção na economia mundial: anais*. Apresentado em Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 37, Brasília. Retirado de <http://www.cria.org.br/gjp/gjpag/itens/pub/sober>.
- Carneiro, M. J. (1981). *Ajuda e trabalho: A subordinação da mulher no campo*. Apresentado em V Encontro da ANPOCS, Friburgo.
- Carneiro, M. J. (1994). Mulheres no campo: Notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. *Estudos Sociedade e Agricultura* (2), 11–22.
- Carneiro, M. J. (1999). Agricultores familiares e pluriatividade: Tipologias e políticas. In *Mundo rural e tempo presente* (pp. 325–344). Rio de Janeiro: Mauad.
- Carneiro, M. J., & Teixeira, V. L. (1995). Mulher rural nos discursos dos mediadores. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, 3(2), 45–57.
- Carpentier, N. (2012). The concept of participation. If they have access and interact, do they really participate? *Fronteiras – Estudos Midiáticos*, 14(2), 164–177.
- Carvalho, H. M. de. (2005). *O Campesinato no Século XXI. Perspectivas e contrariedades do campesinato brasileiro*. Petrópolis: Vozes.
- Castro, M. G. (1995). Gênero e poder no espaço sindical. *Revista Estudos Feministas*, 1(3), 29–51.
- Charmaz, K. (2009). *A construção da teoria fundamentada: Guia prático para análise qualitativa*. Porto Alegre: Artmed.
- Centro Feminista 08 de Março. Projeto Dom Helder Câmara. Relatórios. Apodi, 2003 a 2014. Relatórios de acompanhamento. Digitalizado.
- Chizzotti, A. (1991). *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez.
- Chizzotti, A. (2003). A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: Evolução e desafios. *Revista Portuguesa de Educação*, 16(2), 221–236.
- Cicourel, A. V. (1964). *Method and measurement in sociology*. Oxford: Free Press of Glencoe.
- CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. (2011). Histórico das CFs (2011 – 1989). Retirado 8 de dezembro de 2018, de CNBB Igreja Católica Apostólica Romana website: <http://www.cnbb.org.br/historico-das-cfs/>.
- Coelho, C. M. S. (2009). Gênero: teoria e política. *Dimensões*, 23, 13–27.
- Cohn, A. (2011). *Participação social e conselhos de políticas públicas*. Brasília: CEPAL Escritório no Brasil / IPEA.
- Comblin, J. (2005). As sete palavras-chave do Concílio Vaticano II. In *Vaticano II 40 anos depois*. São Paulo: Paulus.

- Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares – CONTAG. (2017). Cartaz do 12º Congresso. Retirado 16 de julho de 2019, de CONTAG website: <http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=507&dc=1&nw=1>.
- Cooperativa de Assessoria e Serviços Múltiplos ao Desenvolvimento Rural. Projeto Dom Helder Câmara. Relatórios. Apodi, 2003 a 2014. Relatórios de acompanhamento. Digitalizado.
- Cordeiro, R. de L. M. (2006). Empoderamento e mudança das relações de gênero: as lutas das trabalhadoras rurais no Sertão Central de Pernambuco. In P. Scott, & R. Cordeiro. *Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas* (pp. 145–171). Recife: Ed. Universitária da UFPE.
- Cordeiro, R. de L. M., & Scott, P. (2007). Mulheres em áreas rurais nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. *Revista Estudos Feministas*, 15(2), 419–423.
- Costa, A. A. (2000). *Gênero, poder e empoderamento das mulheres*. Retirado de http://www.reprolatina.institucional.ws/site/respositorio/materiais_apoio/textos_de_apoio/Genero_poder_e_empoderamento_das_mulheres.pdf.
- Costa, A. A. A. (1998). *As donas no poder. Mulher e política na Bahia*. Salvador: NEIM/UFBa – Assembleia Legislativa da Bahia.
- Costa, H. (1985). 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. *Informativo Terra*, pp. 1–8. Retirado de <http://www.cpvsp.com.br/upload/periodicos/pdf/PITERMG051985002.pdf>.
- Coutinho, C. P., & Chaves, J. H. (2002). O estudo de caso na investigação em tecnologia educativa em Portugal. *Revista Portuguesa de Educação*, 15(1), 221–243.
- Deere, C. D. (2004). Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na Reforma Agrária brasileira. *Revista Estudos Feministas*, 12(1), 175–204.
- Deere, C. D., & León, M. (2002). *O empoderamento da mulher: Direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Ermacora, F., & Nowak, M. (1986). *Relatório sobre os aspectos dos direitos humanos nos conflitos de terra no estado do Maranhão e na região do “Bico do Papagaio”*. São Luís: CPT.
- Faria, N., & Nobre, M. (1997). *Gênero e Desigualdade. Cadernos Sempreviva*. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista – SOF.
- Fernandes, B. M., & Stedile, J. P. B. G. (1999). *A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Ferrante, V. L. S. B., & Silva, M. A. M. (1988). A política de assentamento: O jogo das forças sociais no campo. *Perspectivas*, 11, 33–51.
- Ferrarotti, F. (1991). Sobre a autonomia do método biográfico. *Sociologia – Problemas e práticas*, 9, 171–177.
- Ferreira, J. (2011). *João Goulart. Uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Fischer, I. R. (2006). *O protagonismo da mulher rural no contexto da dominação*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana.
- Fischer, I. R., & Albuquerque, L. (2002). A mulher e a emergência da seca no nordeste do Brasil. *Trabalhos para discussão (FUNDAJ)*, 139, 1–9.
- Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa* (3º ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Foucault, M. (1977). *Vigiar e punir: História da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes.
- Foucault, M. (2011). *Vigiar e punir: Nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.

- Foucault, M. (2015). *Microfísica do poder* (2º ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Fraser, M. T. D., & Gondim, S. M. G. (2004). Da fala do outro ao texto negociado: Discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 14(28), 139–152.
- Fraser, N. (1992). Rethinking the public sphere: A contribution to the critique of actually existing democracy. In *Habermas and the public sphere* (pp. 109–142). Cambridge: MIT Press.
- Fraser, N., & Honneth, A. (2006). *¿Redistribución o reconocimiento?: Un debate político-filosófico* (1º ed.). Madrid: Ediciones Morata.
- Freire, P. (1979). *Conscientização: Teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire* (1º ed.). São Paulo: Cortez e Moraes.
- Freire, P. (1988). *Pedagogia do oprimido* (18º ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (1991). *A educação na cidade*. São Paulo: Cortez.
- Freire, P. (2003). *Cartas a Cristina: Reflexões sobre minha vida e minha práxis* (2º ed.). São Paulo: Editora UNESP.
- Freire, P. (2011). *A cultura para a liberdade e outros escritos* (14º ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (2015). *Extensão ou comunicação?* (17º ed.). São Paulo: Paz e Terra.
- Freire, P. (2016). *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa* (54º ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freyre, G. (1937). *O nordeste*. São Paulo: Editora José Olímpio.
- Friedmann, J. (1996). *Empowerment: Uma política de desenvolvimento alternativo*. Oeiras: Celta Editora.
- Furtado, C. (2005). *Formação econômica no Brasil* (32º ed.). São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Gadotti, M. (2013). *Gestão democrática com participação popular. Planejamento e organização da educação nacional*. São Paulo: Instituto Paulo Freire.
- Garcia Jr., A. R. (1983). *Terra de trabalho: Trabalho familiar de pequenos produtores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Ghiglione, R., & Matalon, B. (2001). *O inquérito Teoria e Prática* (4º ed.). Oeiras: Celta Editora.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6º ed.). São Paulo: Atlas.
- Giulani, P. C. (2015). Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In M. Del Priore (Org.). *Histórias das Mulheres no Brasil* (10º ed., pp. 640–668). São Paulo: Contexto.
- Godoy, A. S. (1995). Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas São Paulo*, 35(2), 57–63.
- Goffman, E. (2002). Footing. In B. T. Ribeiro, & P. M. Garcez (Orgs.). *Sociolinguística interacional* (2º ed., pp. 107–148). São Paulo: Loyola.
- Gohn, M. da G. (1997). *Teoria dos movimentos sociais*. São Paulo: Loyola.
- Gohn, M. da G. (1999). *Educação não-formal e cultura política*. São Paulo: Cortez.
- Gohn, M. da G. (2001). *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. São Paulo: Cortez.
- Gohn, M. da G. (2004). Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. *Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais*, 13(2), 20–31.
- Gohn, M. da G. (2006). Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. *Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação*, 14(50), 27–38.
- Gohn, M. da G. (2010). *Movimentos sociais e redes de mobilização civis no Brasil Contemporâneo* (4º ed.). Petrópolis: Vozes.

- Gohn, M. da G. (2013). Sociedade civil no Brasil: Movimentos sociais e ONGs. *Meta: Avaliação*, 5(14), 238–253.
- Goldenberg, M. (2004). *A arte de pesquisar* (8° ed.). Rio de Janeiro: Editora Record.
- Gonçalves, J. S., & Souza, S. A. M. (2005). Agricultura familiar: limites do conceito e evolução do crédito. Retirado 25 de julho de 2014, de Portal do Governo SP: Secretaria de Agricultura e Abastecimento – Instituto de Economia Agrícola (IEA) website: <http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=2521>
- Gonçalves, R. (2009). (Re)politizando o conceito de gênero: a participação política das mulheres no MST. *Revista Mediações (UEL)*, 14(2), 198–216.
- Gonçalves, R. de C., & Lisboa, T. K. (2007). Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida. *Revista Katálysis*, 10 (Especial), 83–92.
- Greenwood, E. (1963). Métodos de investigação empírica em Sociologia. *Revista Mexicana de Sociologia*, XXI(2), 541–574.
- Guanziroli, C. E. (2007). PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. *Revista de economia e sociologia rural*, 45(2), 201–408.
- Guanziroli, C., & Cardim, S. E. (2000). *Novo retrato da agricultura familiar: O Brasil redescoberto*. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA.
- Guimarães, R. É. dos R. (2009). O trabalhador rural e a previdência social – evolução histórica e aspectos controvertidos. *Revista Virtual de Advocacia Geral da União*, 9(88), 1–16.
- Gutierrez, E. R. (1991). *De Leão XIII a João Paulo II: cem anos de doutrina social da Igreja* (2° ed.). São Paulo: Paulinas.
- Gutiérrez, G. (2000). *Teologia da libertação: perspectivas*. São Paulo: Edições Loyola.
- Haguette, T. M. F. (1992). *Metodologias qualitativas na Sociologia* (3° ed.). Petrópolis: Vozes.
- Heredia, B. M. A. (1979). *A morada da vida: Trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Heredia, B. M. A., & Cintrão, R. P. (2006). Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. *Revista NERA*, 9(8), 1–28.
- Hirata, H., & Kergoat, D. (2007). Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, 37(132), 595–609.
- Hobsbawm, E. J. A. (1996). *Era do capital – 1848–1875* (5° ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Horochovski, R. R., & Meirelles, G. (2007, abril). Problematizando o conceito de empoderamento. *Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia*, Florianópolis, SC, Brasil, 2.
- lorio, C. (2002). Algumas considerações sobre estratégias de empoderamento e de direitos. In *Empoderamento e direitos no combate à pobreza* (pp. 21–44). Rio de Janeiro: Academic Press.
- Jean, B. (2001). *S'installer en agriculture familiale entre la logique entrepreneuriale et patrimoniale ; les enseignements d'une étude sur le transfert intergénérationnel des fermes*. Apresentado em X Congresso Mundial de Sociologia Rural, Rio de Janeiro.
- Kergoat, D. (2009). Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In *Dicionário Crítico do Feminismo* (pp. 67–75). Rio de Janeiro: Sindicato Nacional dos Editores de Livros.
- Kirkwood, J. (1986). *Ser política en Chile: las feministas y los partidos políticos*. Santiago: Flacso.
- Kleba, M. E. (2005). *Descentralização do sistema de saúde do Brasil: limites e possibilidades de uma estratégia para o empoderamento*. Chapecó: Argos.

- Kleba, M. E., & Wendausen, A. (2009). Empoderamento: Processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. *Saúde e Sociedade, 18*(4), 733–743.
- Kunzler, M. T., & Bulgacoy, S. (2011). As estratégias competitivas e colaborativas e os resultados individuais e coletivos no associativismo rural em Quatro Pontes (PR). *Revista de Administração Pública, 45*(5), 1363–1393.
- Lagarde, M. (1993). *Cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas* (2º ed.). Ciudad Universitaria: Universidad Nacional Autónoma de México.
- Leal, V. N. (1997). *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo do Brasil* (3º ed.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Leite, C. (1999). “Conto e histórias de vida nas Ciências Sociais”. *Cadernos do Noroeste, 219-228*.
- León, M. (1997). *Poder y Empoderamiento de las Mujeres*. Bogotá: Fondo de Documentación Mujer y Género, Unibersidad Nacional de Colombia.
- León, M. (2000). Empoderamiento: Relaciones de las mujeres con el poder. *Revista Estudos Feministas, 8*(2), 191–206.
- León, M. (2008). Mulheres transformando a economia. In: Rede Latino-americana de Mulheres Transformando a Economia, REMTE. *Agenda Latino-Americana 2008*. Rio de Janeiro: Koinonia.
- Lima, J. R. T. de, & Figueiredo, M. A. B. (2006). Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável. In J. R. T. de Lima, & M. A. B. Figueiredo (Orgs.). *Extensão rural, desafios de novos tempos: agroecologia e sustentabilidade* (pp. 57–81). Recife: Bagaço.
- Lisboa, T. K. (2008). *O Empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais*. Apresentado em Fazendo gênero, Florianópolis.
- Lopez, L. R. (1988). *História do Brasil Colonial* (5º ed.). Porto Alegre: Mercado Aberto.
- Loureiro, F. P. (2013). O Plano Trienal no contexto das relações entre Brasil e Estados Unidos (1962–1963). *Revista de Economia Política, 33*(4), 671–691.
- Louro, G. L. (1997). *Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista* (6º ed.). Petrópolis: Vozes.
- Machado, L. Z. (2000). Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? *Série Antropológica, 284*, 2–19.
- Maciazeki-Gomes, R. de C., Nogueira, C., & Toneli, M. J. F. (2016). Mulheres em contextos rurais: um mapeamento sobre gênero e ruralidade. *Psicologia & Sociedade, 28*(1), 115–124. Retirado de <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v28n1/1807-0310-psoc-28-01-00115.pdf>.
- Magagnin, R. C. (2008). *Um sistema de suporte à decisão na internet para o planejamento da mobilidade urbana*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Carlos, Brasil.
- Marques, H. M. (2007). O movimento sindical durante o Estado Novo: estado actual da investigação. *Revista da Faculdade de Letras, 8*(3), 299–316.
- Marques, S. A. (2013). *Mulheres em Contextos Rurais: Experiências e Teorias*. Apresentado em Fazendo Gênero 10. Desafios Atuais dos Feminismos, Florianópolis.
- Martins, J. de S. (1980). *Expropriação e Violência: A questão política no campo*. São Paulo: HUCITEC.
- Martins, J. de S. (1988). *Não há terra para plantar neste verão* (2º ed.). Petrópolis: Vozes.
- Martins, J. de S. (1994). *O poder do atraso: Ensaios de Sociologia da História Lenta*. São Paulo: HUCITEC.
- Matos, M. (2008). *A política na Ausência das Mulheres: Um estudo sobre recrutamento, trajetórias/carreiras e comportamento legislativo de mulheres* [Relatório de Pesquisa]. UFMG.

- Matos, M. (2009). *Cidadania Porque, Quando, Para Quê e Para Quem? Desafios contemporâneos ao Estado e à democracia inclusiva*. Texto de apoio ao curso Democracia, República e Movimentos Sociais, Belo Horizonte.
- Melo Neto, J. C. de. (1955). *Morte e vida Severina*. São Paulo: Editora TUCA.
- Mies, M., & Shiva, V. (1998). *La praxis del ecofeminismo*. Barcelona: Ed. Icaria.
- Miguel, L. F., & Biroli, F. (2010). Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. *Revista Estudos Feministas*, 18(3), 653–679.
- Mills, C. W. (1982). *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar editores (Tradução de Waltensir Dutra).
- Minayo, M. C. de S. (2014). *O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde* (14^o ed.). São Paulo: HUCITEC.
- Minayo, M. C. de S., Deslandes, S. F., Cruz Neto, O., & Gomes, R. (2011). *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade* (34^o ed.). Petrópolis: Vozes.
- Montaño, C. (2010). *Terceiro Setor e a questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social* (6^o ed.). São Paulo: Cortez.
- Moura, M. M. (1986). *Camponeses*. São Paulo: Ática.
- Nascimento, S. M. V., Rodrigues, F. C., & Santos, N. A. dos. (2013). *Agricultura familiar, Agronegócio e a Produção das Trabalhadoras Rurais: processos de expropriação, dominação e resistência na zona rural do Maranhão*. Apresentado em VI Jornada Internacional de Políticas Públicas. O desenvolvimento da crise capitalista e a atualização das lutas contra a exploração, a dominação e a humilhação, São Luís.
- Navarro, Z. (1996). Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais rurais no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, 1978-1990. In Z. Navarro (Ed.). *Política, protesto e cidadania no campo: As lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul* (pp. 62–105). Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Navarro, Z. (2002). Mobilização sem emancipação: as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista* (pp. 189–232). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Nisbet, J., & Watt, J. (1978). *Case study: Guides in educational research*. Nottingham: University of Nottingham School of Education.
- Oakley, P., & Clayton, A. (2003). *Monitoramento e avaliação do empoderamento*. São Paulo: Instituto Pólis.
- Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO. (1996). *Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico*. Brasília: INCRA/FAO.
- Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO. (2000). *Novo retrato da agricultura familiar: O Brasil redescoberto*. Brasília: INCRA/FAO.
- Pacheco, M. E. L. Sistemas de Produção: Uma perspectiva de gênero. Uma versão preliminar deste texto, foi apresentada no workshop “Gênero, Democracia e Políticas Públicas – construindo referências para a política de atuação das ONGs Brasileiras”. Coordenação de SOS CORPO Gênero e Cidadania e apoio da entidade alemã GTZ. São Paulo, pp. 1–13, 1996.
- Paiva, M. W. (1987). *Reforma Agrária: Necessidade urgente*. São Paulo: Paulinas.
- Papa Leão XIII. (1991). *Carta Encíclica Rerum Novarum (Sobre a condição dos operários)*. São Paulo: Loyola.

- Pateman, C. (1992). *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Paulilo, M. A. S. (1999). A pesquisa qualitativa e a história de vida. *Serviço Social em Revista*, 2(1), 135–148.
- Paulilo, M. I. S. (1987). O peso do trabalho leve. *Revista Ciência Hoje*, 5(28), 64–70.
- Paulilo, M. I. S. (2004). Trabalho familiar: Uma categoria esquecida de análise. *Revista Estudos Feministas*, 12(1), 229–252. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100012>.
- Paulilo, M. I. S. (2009). Movimento das mulheres agricultoras e os muitos sentidos da “igualdade de gênero”. In B. M. Fernandes, L. S. Medeiros, & M. I. Paulilo (Orgs.), *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas: a diversidade das formas das lutas no campo* (2ª ed., pp. 179-202). São Paulo: UNESP, Brasília: NEAD.
- Pereira, J. D. (2011). *Sindicalismo revolucionário: A história de uma idéia*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- Perkins, D. D., & Zimmerman, M. A. (1995). Empowerment meets narrative: listening to stories and creating settings. *American Journal of Community Psychology*, 23(5), 569–579.
- Petersen, P., Dal Soglio, F. K., & Caporal, F. R. (2009). A construção de uma ciência a serviço do campesinato. In P. Petersen (Org.), *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro*. Rio de Janeiro: AS-PTA.
- Phillips, A. (1991). *Engendering Democracy* (1º ed.). Cambridge: Polity Press.
- Phillips, A. (2001). De uma política de ideias a uma política de presença? *Revista Estudos Feministas*, 9(1), 268–290. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2001000100016>.
- Pimenta, S. D. C. (2013). Participação, poder e democracia: Mulheres trabalhadoras no sindicalismo rural. *Cadernos de trabalho NETSAL*, 1, 3–29.
- Pinto, C. R. J. (2010). Feminismo, história e poder. *Revista de Sociologia e Política*, 18(36), 15–23.
- Pinto, L. (1998). Experiência vivida e exigência científica de objetividade. In R. Lenoir, D. Merllié, & L. Pinto. *Iniciação à prática sociológica* (pp. 59–106). Petrópolis: Vozes.
- Piscitelli, A. (2004). Reflexões em torno do gênero e feminismo. In A. Piscitelli. *Poéticas e Políticas Feministas* (pp. 43–66). Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres.
- Ponte, J. P. da. (1994). O estudo de caso na investigação em educação matemática. *Quadrante*, 3(1), 3–17.
- Portella, A. P., & Gouveia, T. (1998). *Ideias e dinâmicas para trabalhar com gênero*. Reino Unido: SOS Corpo.
- Portelli, A. (1997). *Forma e significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade* (M. T. J. Ribeiro, Trad.). *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História* (1), 7–24.
- Porto, M. S. G., & Siqueira, D. E. (1994). A pequena produção no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas. *Cadernos de Sociologia*, 6, 76–88.
- Queiroz, M. I. P. de. (1983). *Variações sobre a técnica de gravador no registro de informação viva* (2º ed.). São Paulo: CERU e FFLCH/USP.
- Queiroz, M. I. P. de. (1988). Relatos orais: Do “indizível” ao “dizível”. In *Experimentos com histórias de vida: Itália-Brasil*. (pp. 14–43). São Paulo: Vértice.
- Queiroz, R. de. (1930). *O quinze* (1º ed.). Rio de Janeiro: Editora José Olympio.
- Reis Filho, D. A. (1990). *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil; em co-ed. com o Programa Nacional do Centenário da República e Bicentenário da Inconfidência Mineira co-ed. MCT/CNPQ* (2º ed.). São Paulo: Editora Brasiliense.

- Ribeiro, J. L. P. (1994). Psicologia da Saúde e a revolução da saúde. In T. Melntyre (Ed.). *Psicologia da Saúde: Áreas de Intervenção perspectivas Futuras* (pp. 234–276). Braga: APPORT.
- Richardson, R. J. (2010). *Pesquisa social* (3º ed.). São Paulo: Atlas.
- Rodrigues, F. M. (1975). *Elementos para a história do Movimento Operário e do Partido Comunista em Portugal*. Lisboa: Militão Ribeiro.
- Romano, J. O., & Antunes, M. (2002). *Empoderamento e direitos no combate à pobreza*. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil.
- Rua, M. das G., & Abramovay, M. (2000). *Companheiras de luta ou “coordenadoras de painelas”? As relações de gênero nos assentamentos rurais*. Brasília: UNESCO.
- Saffioti, H. (1992). Rearticulando gênero e classe social. In A. Costa, & C. Bruschini (Orgs.). *Uma questão de Gênero* (pp. 183–215). São Paulo: Rosa dos Tempos.
- Saffioti, H. (2004). *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Sales, C. de M. V. (2007). Mulheres rurais: Tecendo novas relações e reconhecendo direitos. *Revista Estudos Feministas*, 15(2), 437–443.
- Santos, B. de S. (2001). *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, B. de S., & Avritzer, L. (2009). *Introdução: Para ampliar o cânone democrático*. Texto de apoio ao curso Democracia, República e Movimentos Sociais, Belo Horizonte.
- Santos, I. M. M. dos, & Santos, R. da S. (2008). A etapa de análise no método história de vida: Uma experiência de pesquisadores de enfermagem. *Texto & Contexto – Enfermagem*, 17(4), 714–719.
- Sardenberg, C. M. B. (2006). *Conceituando ‘empoderamento’ na perspectiva feminista*. Apresentado em I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres – Projeto TEMPO, Salvador.
- Sardenberg, C. M. B. (2009). Liberal vs liberating empowerment: a Latin American feminist perspective on conceptualizing women’s empowerment. *IDS bulletin*, 39(6), 18–27.
- Sardenberg, C. M. B. (2011). Considerações Introdutórias às Pedagogias Feministas. In A. A. A. Costa, A. T. Rodrigues, & I. M. Vanin (Orgs.). *Ensino e Gênero. Perspectivas transversais* (pp. 17–32). Salvador: UFBA - NEIM.
- Scheffler, M. de L. N. (2013). Gênero, Autonomia Econômica e Empoderamento. O real e o aparente: sistematização de processos de investigação-ação e/ou de intervenção social. *Revista Feminismos*, 1(3), 1–20.
- Schneider, S. (2003). Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18(51), 99–121.
- Schneider, S. (2010). Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. *Rev. Econ. Polit.*, 30(3), 511–531.
- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e realidade*, 20(2), 71–99. Retirado de <http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/SCOTTJoanGenero.pdf>.
- Scott, J. (2002). *A cidadã paradoxal - as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Ed. Mulheres.
- Scott, J. (2005). O enigma da igualdade. *Revista Estudos Feministas*, 13(1), 11–30.
- Scott, J. (2007). *The Politics of the Veil*. Princeton: Princeton University Press.
- Scott, P., & Cordeiro, R. (2006). *Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas*. Recife: Editora Universitária UFPE.

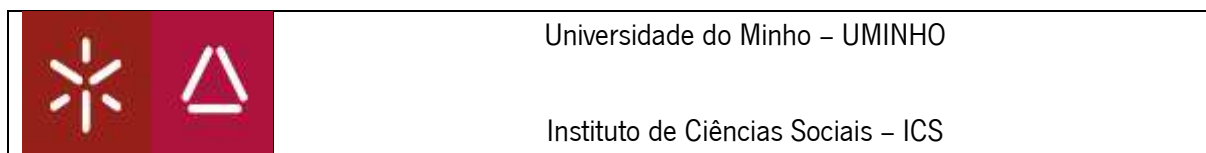
- Sen, A. (1988). The concept of development. In *Handbook of development economics* (pp. 9–26). Amsterdã: Elsevier Science Publishers B.V.
- Sen, A. K. (2000). *Desenvolvimento como liberdade* (6° ed.). São Paulo: Companhia das Letras.
- Sen, G. (1997). Empowerment as an approach to poverty. *Working Paper Series / PNUD, Background paper for human development report* (97-07).
- Sen, G., & Grown, C. (1988). *Development, crisis, and alternative visions: Third World Women's perspectives*. Londres: Earthscan Publications LTD.
- Senecah, S. L. (2004). The Trinity of Voice: The Role of Practical Theory in Planning and Evaluating the Effectiveness of Environmental Participatory Processes. In *Communication and Public Participation in Environmental Decision Making* (pp. 13–33). Nova Iorque: Sunny Press.
- Siliprandi, E. C. (2009). *Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar*. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília – UnB, Brasília, Brasil.
- Siliprandi, E. C. (2011). Mulheres agricultoras no Brasil: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar. *Pensamiento iberoamericano*, 9, 169–183.
- Silva, B. G. da. (2008). *A Marcha das Margaridas: resistências e permanências*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília – UnB, Brasília, Brasil.
- Silva, C. B. da. (2004). Relações de Gênero e Subjetividades no Devir MST. *Revista Estudos Feministas*, 12(1), 269–287.
- Silva, C., & Martinez, M. L. (2004). Empoderamiento: proceso, nivel y contexto. *Psykhé*, 13(1), 29–39.
- Silva, C., Arantes, R., & Ferreira, V. (2012). Divisão sexual e divisão racial do trabalho. In *Nosso Trabalho Sustenta o Mundo* (2° ed., p. 92). Recife: SOS Corpo.
- Silva, M. G. de A., & Lage, A. (2012). (In) Visibilidade da identidade das mulheres dentro dos movimentos sociais do campo de Pernambuco. *Anais Eletrônicos*, 3147–3163. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba.
- Silveira, M. L. da. (2014). Apontamentos para uma trajetória teórica do feminismo. *Revista Comunicare – Dossiê Feminismo*, 14(1), 158-170.
- Silveirinha, M. J. (2005). Democracia deliberativa e reconhecimento: repensar o espaço público. In *Comunicação e Política* (pp. 147–180). Covilhã: Estudos em Comunicação.
- Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi/RN. ([s.d.]). *Livro de ata das Assembleias Gerais dos anos de 1963 a 1975*.
- Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi/RN. Arquivo da instituição. Livro de ata das assembleias gerais do ano de 1963 a 1975. Livro 1, p. 100.
- Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi/RN. Arquivo da instituição. Livro de ata das assembleias gerais do ano de 1975 a 2002. Livro 2, p. 100.
- Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi/RN. Arquivo da instituição. Livro de ata das assembleias gerais do ano de 2003 a 2018. Livro 3, p. 100.
- Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi/RN. Arquivo da instituição. Livro de ata das reuniões da Comissão de Mulheres do ano de 1998 a 2004. Livro 1, p. 50.
- Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi/RN. Arquivo da instituição. Livro de ata das reuniões da Comissão de Mulheres do ano de 2005 a 2009. Livro 1, p. 50.
- Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi/RN. Arquivo da instituição. Livro de ata das reuniões do Fórum da Agricultura Familiar de Apodi do ano de 1999 a 2009. Livro 1, p. 50.

- Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi/RN. Arquivo da instituição. Livro de ata das reuniões do Fórum da Agricultura Familiar de Apodi do ano de 2009 a 2014. Livro 2, p. 50.
- Spivak, G. C. (2010). *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Stedile, J. P. (Org.). (2002). *História e natureza das ligas camponesas*. São Paulo: Expressão popular.
- Stein, L. de M. (2008). *Trabalhismo, círculos operários e política: a construção do sindicato de trabalhadores agrícola no Brasil (1954 a 1964)*. São Paulo: Annablume: Fapesp.
- Tiburi, M. (2018). *Feminismo em comum: para todas, todes e todos* (6° ed.). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Touraine, A. (2007). *O mundo das mulheres*. Petrópolis: Vozes.
- Vala, J. Análise de conteúdo. In: Pinto, J. M., & Silva, A. S. (1990). Metodologia das ciências sociais. Afrontamento, (4° ed., pp. 101–128).
- Ventura, M. M. (2007). O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa. *Rev. SOCERJ*, 20 (5), 383–386.
- Viglio, J. E. (2004). *Avaliação da experiência do orçamento participativo numa cidade média: o caso de Jaboticabal – SP*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, Brasil.
- Vilanova, I., & Tavares, B. (1984). *Nordeste Independente [gravado por Elba Ramalho]*. Retirado de <https://www.letras.com.br/elba-ramalho/nordeste-independente>.
- Wanderley, M. de N. B. (1995). A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. *Reforma Agrária*, 25(2/3), 37–47.
- Wanderley, M. de N. B. (2001). A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In *Una nueva ruralidad en América Latina* (pp. 31–44). Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.
- Wanderley, M. de N. B. (2009). O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. In *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro (Número especial da revista Agriculturas)* (pp. 33–46). Rio de Janeiro: AS-PTA.
- Wanderley, M. de N. B. (2004). Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 21, 42–61.
- WHO - World Health Organization. (2014). *Basic Documents* (48° ed.). Genebra: WHO.
- Wolf, E. (1972). *Las Luchas Campesinas del Siglo XX* (R. R. Mazzoni, Trad.). México: Siglo Veintiuno Editores.
- Yin, R. K. (2001). *Estudo de caso: planejamento e métodos* (2° ed.). Porto Alegre: Bookman.
- Young, I. M. (1990). *Justice and the Politics of Difference*. Princeton: Princeton University Press.
- Young, I. M. (1996). Communication and the Other: Beyond Deliberative Democracy. In *Democracy and Difference* (pp. 120–135). Princeton: Princeton University Press.
- Young, I. M. (2000). *Inclusion and Democracy*. Oxford: Oxford University Press.
- Young, I. M. (2006). Representação política, identidade e minorias. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 67, 139–190.
- Zimmerman, M. A., & Rappaport, J. (1988). Citizen participation, perceived control and psychological empowerment. *American Journal of Community Psychology*, 16(5), 725–750.
- Zeldin, T. (2001). *Conversação*. Rio de Janeiro: Record.

APÊNDICES

Apêndice 1 – Guião de entrevista de história de vida

Gênero e participação política das trabalhadoras rurais: O caso do P.A. Sítio do Góis – APODI/RN (NE–BR)



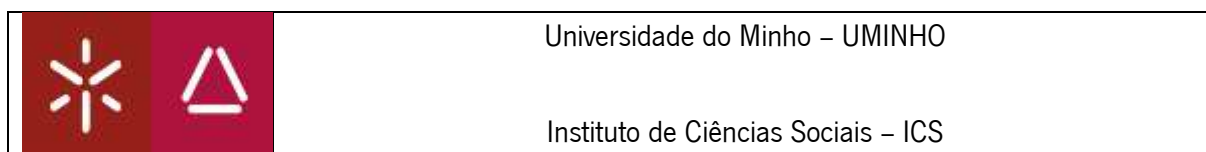
Guião (Entrevista de História de Vida)

1. Poderia me contar como chegou aqui no assentamento Sítio do Góis (o que fazia antes, como foi a luta pela terra, a participação no processo de ocupação...)?
2. Poderia falar sobre os fatos que conduziram você a uma área de Reforma Agrária?
3. Que tipo de pessoa era então?
4. Conte-me (caso já tenha vivenciado) quais foram seus sentimentos quando participou pela primeira vez de uma reunião mista (presentes homens e mulheres) no assentamento (e/ou no sindicato, associação...)?
5. Conte-me como é seu dia normalmente (ver os espaços que mais executa suas atividades – ao redor da casa, no lote, na área coletiva, nos projetos comunitários).
6. Conte o que sabia (como percebia, pensava), nesse momento, sobre o trabalho que executava na unidade familiar como um todo (lote, quintal, casa...).
7. Conte-me como é um dia normal quando você está no assentamento. Agora como é um dia normal quando você está fora de lá (na sede do município, em um evento noutra estado...)?
8. Como era sua vida na época que entrou no grupo de mulheres? Como você descreveria a forma como você via as relações entre homens e mulheres antes de participar no grupo de mulheres? De que forma (se, de fato ocorreu) mudou sua opinião sobre as relações entre homens e mulheres e como isso influenciava sua participação efetiva (autônoma) em casa, na associação, no sindicato?
9. Fale-me o que sabia na época sobre a importância de estar presente (participando) nos espaços de decisão (associação, sindicato).
10. Conte-me se percebe mudanças na sua participação depois que passou a fazer parte do grupo de mulheres (se sim, em que aspectos? Está mais presente? Entende mais? Fala mais? Reflete mais...).
11. Fale-me sobre seus sentimentos com relação à participação das mulheres na diretoria executiva da associação (dos sindicatos...)? O que pensa disso? Como você vê (o que acha, pensa) a participação das mulheres na diretoria da associação (presidência, finanças, secretaria, conselhos), você já assumiu algum cargo? Fale-me (caso tenha assumido) das dificuldades, das aprendizagens dessa experiência.

12. Conte como suas opiniões, suas ações (em casa, na associação, no sindicato...) se modificaram desde que começou a participar dos processos de capacitação (grupo de mulheres, curso, oficinas, eventos, encontros...).
13. Fale-me sobre sua participação nas assembleias da associação do Assentamento. Conte-me seus sentimentos quando solicitar a fala na associação (e/ou sindicato). Como você percebe o momento adequado de falar? Como se sente falando na tribuna?
14. Conte-me sobre os eventos que levaram você a decidir participar do grupo de mulheres? Quem, ou o que (no caso de existir alguém, ou um evento...) estava envolvido? Como isso aconteceu?
15. Conte o que aconteceu para te fazer participar do grupo de mulheres (quem/ou que incentivou/influenciou; o que pensava naquele momento sobre o grupo de mulheres...).
16. O que foi decisivo para que você entrasse no grupo?
17. Fale-me sobre a importância (caso seja...) do grupo de mulheres na sua vida; conte-me as lições que mais importantes que aprendeu no decorrer de sua participação no grupo de mulheres? O que você sabia sobre machismo (dominação masculina, desigualdade de gênero...).
18. Você poderia descrever o que aprendeu no grupo de mulheres? Essas aprendizagens mudaram alguma coisa na sua vida? (em casa, na vida pessoal – relação com os filhos, companheiro..., na associação, no sindicato). Fale-me sobre essas mudanças. (procurar mudanças positivas e negativas).
19. Fale-me sobre seu crescimento pessoal desde que vêm participando do grupo de mulheres. Fale sobre as forças que você descobriu ou desenvolveu por meio de sua participação no processo de capacitação (empoderamento). O que mais valoriza em você agora? O que as outras pessoas mais valorizam em você agora (marido, filhos, amigos(as), companheiros(as) de luta...)?
20. Teve apoio de alguma organização no decorrer do processo (de capacitação). Ajudou? De que maneira?
21. Depois de ter passado por essa experiência (de capacitação/empoderamento) que conselho você daria a outras mulheres (trabalhadoras rurais, por exemplo) que acabe de descobrir que vive uma situação de opressão e diferenciação e desigualdade de gênero?
22. Que caminhos você considera (ou considerou) importantes no processo de capacitação (via auto-organização, cursos...). De que maneira suas experiências anteriores afetaram a forma como lidou com esse processo?
23. Tente comparar a pessoa que você gostaria de ser com a pessoa que é hoje (como se vê hoje).
24. Como se imagina daqui a cinco anos? Descreva o tipo de pessoa que imagina ser nesse tempo.
25. Há alguma coisa que tenha não pensado antes e agora depois da entrevista tenha ocorrido?
26. Há alguma questão/pergunta que gostaria de me fazer?

Apêndice 2 – Questionário de caracterização sociodemográfica

Gênero e participação política das trabalhadoras rurais: O caso do P.A. Sítio do Góis – APODI/RN (NE-BR)



Nº de identificação do questionário: _____

Data da coleta: ____/____/____

QUESTIONÁRIO – AGRICULTORAS DO PROJETO DE ASSENTAMENTO SÍTIO DO GÓIS

I. CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DA ENTREVISTADA

1. Por favor, indique seu ano de nascimento: _____

2. Por favor, indique onde nasceu:

Cidade: _____

Município: _____

Estado: _____

3. Por favor, indique sua profissão: _____

4. Qual seu Estado Civil?

(1) Casada

(2) Solteira

(3) Viúva

(4) Separada

(5) Divorciada

(6) União de fato (estável)

(7) Outro _____

5. Tem filhos(as)? (Se NÃO, passar para a pergunta 7).

(1) Sim

(2) Não

6. Se SIM, quantos:

N.º de filhos: _____

N.º de filhas: _____

7. Há quanto tempo mora no assentamento?

_____Anos(s) e _____mês(es)

8. Qual seu nível de escolaridade?

(1) Não alfabetizada/Não escolarizada

(2) Ensino Fundamental incompleto

(3) Ensino Fundamental completo

(4) Ensino Médio incompleto

(5) Ensino Médio completo

(6) Ensino Superior incompleto

(7) Ensino Superior completo

(8) Pós-graduação incompleta

(9) Pós-graduação completa

(10) Outra situação _____

9. Qual sua renda mensal?

(1) Menos de um salário mínimo

(2) um salário mínimo

(3) de 2 a 3 salários mínimos

(4) de 3 a 4 salários mínimos

(5) de 5 a 8 salários mínimos

(6) de 8 a 10 salários mínimos

(7) mais de 10 salários mínimos

(8) Outra
situação _____

Apêndice 3 – Tabela de caracterização sociodemográfica das entrevistadas

Tabela de caracterização sociodemográfica das entrevistadas

Datas da coleta dos dados: 11 e 12 de abril de 2018

Entrevistada	Ano de nasc. Idade⁷⁷	Naturalidade	Profissão	Estado civil	Nº de filhos/filhas	Tempo⁷⁸ que mora no P.A (ano/mês)	Escolaridade⁷⁹	Renda Mensal
Marta	(1959) 59 anos	Apodi/RN	(AG)	Casada	1M1F	18 anos e 5 meses	EFI	1SM
Edilma	(1975) 43 anos	Severino Melo/RN	(AG/C)	Casada	2M1F	18 anos	EMI	– SM
Inalda	(1951) 66 anos	Caraúbas/RN	(DC)	Casada	3M3F	11anos	EFI	1SM
Joana	(1968) 50 anos	Apodi/RN	(AG)	União de fato	2M1F	17 anos	EFI	– SM
Diana	(1986) 31 anos	Apodi/RN	DC/AG)	Casada	1M	8 anos	EMC	– SM
Luzia	(1973) 45 anos	Apodi/RN	(AG)	Casada	2M1F	17 anos e 10 meses	EFI	– SM
Teresa	(1973) 44 anos	Apodi/RN	(AG)	Casada	1M1F	15 anos e 5meses	EMC	1SM
Marta	(1990) 27 anos	Apodi/RN	(EU)	Solteira	–	18 anos	ESI	1SM
Josefa	(1960) 57 anos	Apodi/RN	(ASG)	Solteira (c/dependente)	3M3F	18 anos	EMI	1SM
Filomena	(1954) 64 anos	Apodi/RN	(AG)	Viúva	2M3F	18 anos	EFI	2SM
Ana	(1961) 56 anos	Apodi/RN	(AG)	Solteira	4M4F	18 anos	EFC	1SM
Solange	(1971) 47 anos	Felipe Guerra/RN	(AG)	Separada	1M1F	18 anos	EFC	–SM
Madalena	(1967) 51 anos	Apodi/RN	(AG)	Solteira	3M2F	18 anos	NA	–SM

⁷⁷ Idade à data da entrevista.

⁷⁸ Tempo que mora no assentamento à data da entrevista.

⁷⁹ Escolaridade à data da entrevista.

Entrevistada	Ano de nasc. Idade ⁷⁷	Naturalidade	Profissão	Estado civil	Nº de filhos/filhas	Tempo ⁷⁸ que mora no P.A (ano/mês)	Escolaridade ⁷⁹	Renda Mensal
Zélia	(1950) 67 anos	Portalegre/RN	(AG)	Casada	0M3F	17 anos	NA	1SM
Romana	(1947) 70 anos	Apodi/RN	(AG)	Casada	3M2F	18 anos	EFI	1SM
Neide	(1981) 37 anos	Apodi/RN	(PR)	Casada	2M	15 anos	ESC	3SM
Mariluce	(1975) 42 anos	Apodi/RN	(AG)	Casada	1M	15 anos	EFC	-SM

Legenda:

M/F – Masculino/feminino

EFC– Ensino Fundamental Completo

EFI – Ensino Fundamental Incompleto

EMC – Ensino Médio Completo

EMI – Ensino Médio Incompleto

ESC – Ensino Superior Completo

ESI – Ensino Superior Incompleto

NA – Não Alfabetizada

SM – Salário Mínimo (1, 2, 3)

-SM – Menos de um Salário

AG – Agricultora

EU – Estudante Universitária

PR – Professora Rural

ASG/AG – Auxiliar de Serviços Gerais/Agricultora

DC – Dona de casa

Apêndice 4 – Listagem de categorias de análise principais e subcategorias presentes nas entrevistas de história de vida

Tabela de categorias e subcategorias de análise

CATEGORIA PRINCIPAL	SUBCATEGORIAS
A vida vivida e lembrada	<ul style="list-style-type: none"> • Local de origem/onde foi criada; • Profissão dos pais (de que viviam, onde trabalhavam (regime de trabalho), quantos irmãos/irmãs); • Sentimentos, concepções da infância; • Sentimentos face ao mundo familiar; • Sentimento, concepções sobre a juventude; • Os espaços de sociabilidade (público e privado); • Formas de diversão: esporte, brincadeiras, festas religiosas, teatro; • Sentimento, concepções sobre seu processo de educação formal; • Sentimento, concepções sobre o casamento (para quem é casada).
Luta e conquista da terra	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecimentos, compreensão e sentimentos sobre o processo de luta pela terra; • Grau de envolvimento; • Entidades envolvidas; • A dinâmica da luta (reuniões... as reuniões mistas); • A conquista e posse da terra.
A chegada ao assentamento	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso à área de reforma agrária; • O que a conduziu a uma área de reforma agrária; • Onde residia antes; • Em que trabalhava; • A infraestrutura; • A posse da terra; • A assessoria técnica, os projetos.
O lugar da mulher no P.A.	<ul style="list-style-type: none"> • O reconhecimento próprio; • Participação nas reuniões (mistas); • Organização do seu dia no P.A. e fora do P.A.; • Percepção das atividades que executava.
Entrada no grupo de mulheres	<ul style="list-style-type: none"> • Fato, situação, pessoa que incentivou a participação; • Pensamentos, avaliação, sentimentos que tinha sobre o grupo de mulheres; • Percepção das relações de gênero antes do grupo; • Compreensão e sentimentos sobre as mudanças ocorridas; • As influências recebidas; • O processo de aprendizagem; • O entendimento sobre participação antes do grupo; • O processo de participação atual.
As mudanças decorrentes	<ul style="list-style-type: none"> • Aspectos relevantes da participação (fala, presença, entendimento, reflexão); • Representatividade (cargos assumidos na associação); • Relevância do processo de formação (cursos, oficinas, encontros...); • A importância da comunicação para as mulheres (entre elas, com outras mulheres...).

CATEGORIA PRINCIPAL	SUBCATEGORIAS
A importância do grupo	<ul style="list-style-type: none"> • Mudanças percebidas; • Lições aprendidas; • Grau de compreensão sobre o machismo (dominação masculina); • Valorização de si; • Percepção sobre o que o outro valoriza nela.
Depois dessa experiência o que tem a dizer a outras mulheres	<ul style="list-style-type: none"> • Sentimentos e atitudes frente a essa experiência.
O processo de capacitação/empoderamento	<ul style="list-style-type: none"> • Os caminhos percorridos; • As aprendizagens; • Os sentimentos.
O futuro	<ul style="list-style-type: none"> • O futuro previsto; • O futuro sonhado.
A entrevista	<ul style="list-style-type: none"> • Sentimentos demonstrados sobre a entrevista; • Avaliação da entrevista.

Posse desta Diretoria e/ou Comissão

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE APODI
 Rua Nonato Mota, 106, Centro - Cep.: 59700-000
 e-mail: strapodi@yahoo.com.br ou strapodi@hotmail.com
 Inscrição no CNP: (MF) 08.041.931/0001-40 - Telefax (084) 3333-2269
 Fundado em 30/11/1963 Carta Sindical: 139.50468

CHAPA 01

DIRETORIA EXECUTIVA

PRESIDENTE: Francisco Edilson Neto
 VICE-PRESIDENTE: Maria Lenilda de Almeida dos Santos
 1º TESOUREIRO: Francisco José Moraes Júnior
 2º TESOUREIRO: Edivânia dos Santos e Silva Costa
 1º SECRETÁRIO: José Rita Menezes
 2º SECRETÁRIO: Ildilene Fernandes Barbosa

CONSELHO FISCAL EFETIVOS

1 Francisco Antônio Gama
 2 Francisco Antônio de Oliveira Targino
 3 Antonia Maria de Souza Oliveira

CONSELHO FISCAL SUPLENTES

1 Francisca Lizete de Moraes Oliveira
 2 Francisco Jorge dos Santos
 3 Pedro Batista de Almeida

2008

COMISSÃO DE MULHERES

COORD: Francisca Antonia de Lima Carvalho
 VIVE-COORD: Antonia Ceci de Paiva Ferreira

- 1 Ivonilda de Sousa Oliveira
- 2 Juraneide Lima do Nascimento
- 3 Francisca Maria de Franca Viana
- 4 Maria Linhare de Oliveira
- 5 Maria Vilani dos Santos Ribeiro
- 6 Francisca das Chagas Soares de Lima Moraes
- 7 Ivone Maria de Moraes Brilhante
- 8 Neuzi Moura de Lima Rodrigues

COMISSÃO DE JOVENS

COORD: Antonia Gilvania Mota
 VIVE-COORD: Jerlândio de Lima Moreira

- 1 Valessa klezia de Souza Lima
- 2 Edineide Bezerra Gomes de Oliveira
- 3 João Francisco Leite dos Santos
- 4 Lamonniele Mayara de Oliveira Costa
- 5 Francisca Márcia Fernandes de Moraes
- 6 Francisco Marciano de Moraes
- 7 Lucilane Moreira Barbosa
- 8 Elimário Moreira Barbosa

COMISSÃO DA 3ª IDADE

COORD: Francisca Francina Mota de Melo
 VIVE-COORD: Francisco Vieira de Souza

- 1 Gentil Moreira Fernandes
- 2 Maurilio Ferreira de Sales
- 3 José Paulino de Paiva
- 4 Aldenor José Balbino
- 5 Manoel Praxedes Neto
- 6 Zózimo Galdino da Costa
- 7 Adrião Florência Lima
- 8 Raimundo Pinheiro de Melo

31/05/2008

Batas que estão trás da de vrm llo estavam presente no posse.

07 de junho de 2008 1º Sábado, sera realo
 toda a primeira reunião da nossa comissão
 eleita. sera no local STR de apodi-RN, rua
 nonato mota, nº 106. telefone 3333-2269
 inicio ás 8:00hs da manhã.

NDMS
 01 Francisca Maria de Franca Viana } Comunidade
 02 Maria Viteris dos Santos Ribeiro } Assoc. João Paulino
 03 Ivonilda de Sousa Oliveira }
 04 Sebastiana Alves de Lima Fernandez } Ass: Ligriavila Palmares
 } Assoc Bamburral

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE APODI
Rua Nonato Mota, 106, Centro - Cep.: 59700-000
e-mail: strapodi@yahoo.com.br ou strapodi@hotmail.com
Inscrição no CNP: (MF) 08.041.931/0001-40 - Telefax (084) 3333-2269
Fundado em 30/11/1963 Carta Sindical: 139.50468

CHAPA 01

DIRETORIA EXECUTIVA
PRESIDENTE: Francisco Edilson Neto
VICE-PRESIDENTE: Maria Lenilda de Almeida dos Santos
1º TESOUREIRO: Francisco José Moraes Júnior
2º TESOUREIRO: Edivânia dos Santos e Silva Costa
1º SECRETÁRIO: José Rita Menezes
2º SECRETÁRIO: Ildilene Fernandes Barbosa

CONSELHO FISCAL EFETIVOS
1 Francisco Antônio Gama
2 Francisco Antônio de Oliveira Targino
3 Antonia Maria de Souza Oliveira

CONSELHO FISCAL SUPLENTES
1 Francisca Lizete de Moraes Oliveira
2 Francisco Jorge dos Santos
3 Pedro Batista de Almeida

2008

COMISSÃO DE MULHERES
COORD: Francisca Antonia de Lima Carvalho
VIVE-COORD: Antonia Ceci de Paiva Ferreira
1 Ivonilda de Sousa Oliveira
2 Juraneide Lima do Nascimento
3 Francisca Maria de França Viana
4 Maria Linhare de Oliveira
5 Maria Vilani dos Santos Ribeiro
6 Francisca das Chagas Soares de Lima Moraes
7 Ivone Maria de Moraes Brilhante
8 Neuza Moura de Lima Rodrigues

COMISSÃO DE JOVENS
COORD: Antonia Gilvania Mota
VIVE-COORD: Jerlândio de Lima Moreira
1 Valessa Klezia de Souza Lima
2 Edineide Bezerra Gomes de Oliveira
3 João Francisco Leite dos Santos
4 Lamonniele Mayara de Oliveira Costa
5 Francisca Márcia Fernandes de Moraes
6 Francisco Marciano de Moraes
7 Lucilane Moreira Barbosa
8 Elimário Moreira Barbosa

COMISSÃO DA 3ª IDADE
COORD: Francisca Francina Mota de Melo
VIVE-COORD: Francisco Vieira de Souza
1 Gentil Moreira Fernandes
2 Maurílio Ferreira de Sales
3 José Paulino de Paiva
4 Aldenor José Balbino
5 Manoel Praxedes Neto
6 Zózimo Galdino da Costa
7 Adrião Florência Lima
8 Raimundo Pinheiro de Melo

Apêndice 7 – Ata com a Programação do X Encontro de Trabalhadoras Rurais de Apodi/RN

X Encontro de Trabalhadoras Rurais de Apodi
Tema: Os dez anos de luta
Dia 12 de Julho de 2008.
Local: Sindicato dos (as) Trabalhadores (as) Rurais de Apodi

Programação

- 07:30 – Passeata pelas ruas de Apodi
- 09:00 – Café coletivo
- 09:30 – Abertura (Acolhida, apresentação das participantess)
- 10:00 – Oficina: Resgatando a história da organização e luta das trabalhadoras rurais de Apodi (04 oficinas) / Responsáveis: Hilberlândia (CPT), Rejane (CF8), Francineide (COOPERVIDA) e Centro Terra viva.
- 12:00 – Almoço
- 13:30 – Socialização do resultado das oficinas
- 14:30 – Debate: Feminismo e auto-organização das trabalhadoras rurais – Conceição Dantas / CF8
- 15:30 – Avaliação e encerramento

(Assinaturas das participantes do X ENCONTRO DAS TRABALHADORAS RURAIS DE APODI - RN)

NOME	COMUNIDADE
01. <i>Antonia de Lima Carvalho</i>	<i>Com. de São Apodi</i>
02. <i>Maria Eliane Albuquerque Targino</i>	<i>Com. Lago do meio</i>
03. <i>Maria Vitória dos Santos Ribeiro</i>	<i>Com. Lago do meio</i>
04. <i>Maria Albuquerque Vasconcelos</i>	<i>Com. Paraíso</i>
05. <i>Alivânio dos Santos</i>	<i>P.A. Aurora da Serra</i>
06. <i>Elisângela da Silva Mendes</i>	<i>PA Paraíso</i>
07. <i>Luzia Severiana da Silva Costa</i>	<i>P.A. Lago do meio</i>
08. <i>Éci Mendes Albuquerque da Silva</i>	<i>P.A. Lago do meio</i>
09. <i>Maria Helena Albuquerque Góes</i>	<i>Paraíso</i>
10. <i>Ysaura Beatriz da Silva</i>	<i>P.A. Aurora da Serra</i>
11. <i>Marta dos Santos Holanda da Silva</i>	<i>P.A. Aurora da Serra</i>

Termo de Abertura

O presente livro, que contém cerca (100) folhas tipograficamente numeradas e rubricadas pelo Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Apodi, Estado do Rio Grande do Norte, constitui o livro de Atas, das reuniões da Diretoria e Assembléias Gerais do referido sindicato, de acôrdo com o que preceitua as leis sindicais vigentes.

Apodi 8 de dezembro de 1963.

Valdemiro Pedro Viana
Presidente

- Waldomirozobra -

Francisco Joaquim de Sousa Filho

PRIMEIRO
1963
SINDICATO
DE TRABALHADORES
RURAIS
DE APODI - RN

Ata da Assembleia Geral Extraordinária de
Fundação e Pedido de Investidura Sindical do Sindicato dos Trabalhadores
Rurais na Barragem do Município de Apodi

Das oito horas do mês de Setembro do ano de mil novecentos e sessenta e três (1963) no local de Apodi, reuniram-se os trabalhadores na fazenda para deliberar sobre a fundação e pedido de investidura sindical do respectivo sindicato e demais assuntos constantes do Edital de convocação. Havendo minuta legal, foi aclamado para presidir a sessão o Sr. Valdeci de Sá, o qual, que ao assumir convidou para secretário o senhor Valdeci Carlos. Iniciada a sessão, determinou o Sr. Presidente ao secretário que procedesse a leitura do Edital de Convocação com o texto nos seguintes termos: "Sindicato dos Trabalhadores na Barragem do Município de Apodi, Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária para Fundação e Pedido de Investidura Sindical. Pelo presente Edital na forma do art. 7º do capítulo II e art. 2º do capítulo V, do Regulamento Ministerial nº 346 de 17/6/63 foram convocados os trabalhadores integrantes de categoria profissional de trabalhadores na fazenda, residentes neste município para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 8 de Setembro do corrente ano, às 8 horas, no salão provisório do Sindicato, e para deliberar sobre: a) Fundação e Pedido de Investidura Sindical, b) redação e aprovação do Estatuto e) Eleição de uma Comissão provisória para administrar o Sindicato, e) Entrega de cópias dos estatutos. Apodi 19 de Setembro de 1963 ass) Valdeci de Sá Presidente". Para seguir o Sr. Presidente fez alguns comentários em torno do objeto da reunião e, após acustar a pauta, falou então o Sr. Valdeci de Sá, sobre a importância da fundação do Sindicato, nos moldes da legislação através da presente reunião, chamando a atenção dos presentes para os vantagens que derivam da mesma em favor dos associados, e